

ALFA
Revista de Línguaística

U^{Editora}
UNESP

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Reitor

José Carlos Souza Trindade

Vice-Reitor

Paulo Cezar Razuk

FUNDAÇÃO EDITORA DA UNESP

Presidente do Conselho Curador

José Carlos Souza Trindade

Diretor-Presidente

José Castilho Marques Neto

Editor Executivo

Jézio Hernani Bomfim Gutierre

Conselho Editorial Acadêmico

Alberto Ikeda

Antonio Carlos Carrera de Souza

Antonio de Pádua Pithon Cyrino

Benedito Antunes

Isabel Maria F. R. Loureiro

Lígia M. Vettorato Trevisan

Lourdes A. M. dos Santos Pinto

Raul Borges Guimarães

Ruben Aldrovandi

Tania Regina de Luca

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

ALFA
Revista de Lingüística

ISSN 0002-5216
ALFAD5

Alfa	São Paulo	v.44	p.1-395	2000
------	-----------	------	---------	------

Correspondência e artigos para publicação deverão ser encaminhados à:
Correspondence and articles for publications should be addressed to:

ALFA – Revista de Linguística
Praça da Sé, 108
01001-900 – São Paulo – SP – Brasil

Comissão Editorial

Carlos Eduardo Mendes de Moraes
João Batista Toledo Prado
Renata Maria Facuri Coelho Marquezan
Sandra Aparecida Ferreira
Sebastião Carlos Leite

Editor Responsável

Carlos Eduardo Mendes de Moraes

Organizadora

Maria Helena de Moura Neves

Assessoria Técnica

Vânia Aparecida Marques Favato
Lucelena Alevato

Revisão dos Abstracts

Álvaro L. Hattner, IBILCE/UNESP

Conselho Editorial

Alceu Dias Lima (UNESP), Angela Cecília Souza Rodrigues (USP), Arnaldo Cortina (UNESP), Ataliba Teixeira de Castilho (USP), Beatriz Nunes de Oliveira Longo (UNESP), Clélia Cândida A. S. Jubran (UNESP), Cristina Carneiro Rodrigues (UNESP), Diana Luz Pessoa de Barros (USP), Esmeralda Vailati Negrão (USP), Ester Miriam Scarpa (Unicamp), Francisco da Silva Borba (UNESP), Helena Hathsue Nagamine Brandão (USP), Hildo Honório Couto (UnB), Ieda Maria Alves (USP) Ingedore G. V. Koch (Unicamp), Jacyntho Luís Brandão (UFMG), João Antônio de Moraes (UFRJ), João Azenha Júnior (USP), João Wanderley Geraldi (Unicamp), John Robert Schmitz (Unicamp), José Luiz Fiorin (USP), Kanavillil Rajagopalan (Unicamp), Leonor Scliar-Cabral (UFSC), Luis Antônio Marcuschi (UFPE), Luis Carlos Travaglia (UFUB), Maria Augusta Bastos de Mattos (Unicamp), Maria Bernadete M. Abaurre (Unicamp), Maria Cristina da Cunha Pereira (PUC-SP), Maria do Rosário de F. V. Gregolin (UNESP), Maria Helena de Moura Neves (UNESP), Maria Luíza Braga (Unicamp), Maria Marta Pereira Scherre (UnB), Maria Tereza de Camargo Biderman (UNESP), Marilda do Couto Cavalcanti (Unicamp), Mary A. Kato (Unicamp), Rafael Eugênio Hoyos-Andrade (UNESP), Roberto Gomes Camacho (UNESP), Rodolfo Ilari (Unicamp), Rosemary Arrojo (Unicamp), Silvana Mabel Serrani-Infante (Unicamp), Sirio Possenti (Unicamp), Vera Lúcia Paredes Pereira da Silva (UFRJ), Zélia Almeida Cardoso (USP)

Publicação anual/*Annual publication*

Solicita-se permuta/*Exchange desired*

ALFA – Revista de Linguística (Fundação Editora da UNESP) São Paulo, SP, Brasil, 1962-1977; 1980 Suplemento em: 1984, 28, 1962-1977, 1-23 publicação interrompida, 1978-1979 1980-1989, 24-33 1990-1996, 34-40 1997, 41 – n. esp. 1998, 42 1998, 42 – n. esp. 1999, 43 2000, 44 – n. esp. ISSN 0002-5216

Os artigos publicados na ALFA – Revista de Linguística são indexados por:

The articles published in ALFA – Revista de Linguística are indexed by:

Banco de Dados DARE – Unesco; Bibliographie Latinoamericaine D'Articles; BLL: Bibliography of Linguistic Literature; BLLDB: Bibliography of Linguistic Literature Data Base; Boletim Bibliográfico do Serviço de Documentação e Publicação, CENP – SP; Clase-Cich-Unam; Francis Data Base; MLA International Bibliography; Sociological Abstracts; Sumários Correntes em Linguística; Sumários de Educação.

APRESENTAÇÃO

Esta coletânea, que reúne trabalhos de estudiosos de algum modo ligados à trajetória acadêmica de Francisco da Silva Borba, constitui uma homenagem a esse professor e pesquisador que, desde muito jovem, se destacou entre os lingüistas que desenvolveram trabalhos nas nossas universidades, colocando-se não apenas entre os pioneiros dessa ciência no Brasil, mas especialmente entre as eminências da área.

A homenagem

Reúnem-se neste volume vinte estudos, que se desenvolvem em campos a que, em sua história de pesquisa, o nosso homenageado se aplicou: de um lado, vários subcampos que podemos abrigar sob a denominação de “teoria e análise lingüística”; de outro lado, a lexicografia.

O primeiro grupo de trabalhos trata de lexicografia, especialidade em que há cerca de vinte anos tem trabalhado Francisco da Silva Borba, com sua equipe formada na Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, Câmpus de Araraquara. O suporte das duas grandes obras já compostas (*Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil*; São Paulo: Editora UNESP, 1990; *Dicionário de usos do português contemporâneo do Brasil*; São Paulo: Ática [no prelo]) é, na verdade, uma lexicogramática, que busca o resultado de sentido nos arranjos efetivamente organizados pelo usuário da língua.

Da equipe faz parte Sebastião Expedito Ignácio, que colabora com o artigo “Palavras lexicais num dicionário de usos”, no qual discute as técnicas utilizadas na organização de verbetes num dicionário de usos, mostrando que, numa obra desse tipo, a definição lexicográfica, a taxonomia e a descrição gramatical das palavras lexicais se fazem com base

semântico-funcional, levada em conta a estrutura argumental das palavras na sua função predicativa.

A lexicógrafa Maria Tereza Camargo Biderman, no artigo “Aurélio: sinônimo de dicionário?”, após apresentar as atividades lexicográficas de A. B. de Holanda Ferreira anteriores à elaboração de seu famoso dicionário, examina algumas críticas feitas ao dicionário conhecido como *Aurélio*, buscando mostrar a pertinência de tais críticas, relacionadas à nomenclatura (critérios de seleção das palavras-entrada), à microestrutura dos verbetes (particularmente a definição e a ordenação das acepções em palavras polissêmicas), aos critérios de discriminação de palavras homônimas.

Dino Preti, no artigo “Dicionários de gíria”, discute uma tipologia desses dicionários e as principais dificuldades encontradas para a sua elaboração. Oferece, antes, uma introdução sobre o aparecimento da gíria em vários países e apresenta alguns subsídios para a sua história, no Brasil.

Na área de análise do discurso, Diana Luz Pessoa de Barros e Eni Pulcinelli Orlandi também colocam o dicionário como objeto de análise.

Diana Luz Pessoa de Barros apresenta o texto “O discurso do dicionário”, que examina o dicionário como um discurso, procurando apontar as relações que se estabelecem entre os efeitos de sentido que o dicionário produz em nossa sociedade e as estratégias discursivas que ele emprega, bem como mostrar o universo semântico-cultural que o dicionário revela e as imagens de norma e de língua que constrói.

Eni P. Orlandi trabalha a chamada “Lexicografia discursiva”, concentrando atenção nas relações intertextuais e interdiscursivas na produção do efeito de completude. O que se põe em questão não é a função do dicionário, mas seu funcionamento na relação do sujeito com a língua, considerando-se que compreender como o dicionário funciona é compreender como são praticadas as políticas da língua, especialmente a língua nacional em sua necessidade de unidade.

Liga-se ao trabalho lexicográfico, ainda, o texto “A polissemia dos verbos modais. Ou: falando de ambigüidades”, de Maria Helena de Moura Neves. Ele reflete sobre o valor polissêmico dos verbos modais em português, estudando os licenciamentos de interpretação conferidos pela predicação modalizada com verbos modais, com vistas, particularmente, à tarefa de elaboração de dicionários.

A modalização dos enunciados é o foco de outros dois textos, o de Ataliba Teixeira de Castilho e o de José Luiz Fiorin.

Ataliba Teixeira de Castilho, no seu trabalho “O modalizador *realmente* no português falado”, que se integra no Projeto “Gramática do português falado”, descreve os advérbios qualificadores, os quais, com os modalizadores e os quantificadores, compõem o quadro dos advérbios predicativos, que dão uma contribuição ao sentido da classe-escopo. Aponta que vários desses itens são descritos como advérbios modais na gramática tradicional, uma solução pouco satisfatória.

No texto “Modalização: da língua ao discurso”, José Luiz Fiorin, com base na semiótica francesa, mostra os critérios de estabelecimento das modalidades de base, verificando como elas se manifestam em português. A modalização é analisada como procedimento discursivo, isto é, como o estabelecimento, no texto, de percursos modais, instituídos a partir de compatibilidades e incompatibilidades das modalidades. Defende-se a utilização de um procedimento hipotético-dedutivo para estabelecer as modalidades de base, aquelas organizadas por procedimentos dedutivos independentemente dos lexemas modais das línguas naturais.

Outros processos de constituição do enunciado são examinados nos quatro artigos seguintes.

Sanderléia R. Longhin e Rodolfo Ilari apresentam “Uma leitura hallidayana das sentenças clivadas do português”, onde discutem os critérios que, segundo Halliday, explicam as estruturas “identificadoras” e “predicativas” que, juntas, dão conta do universo das *cleft sentences* do inglês. Mostram que esses critérios parecem válidos para as cinco formas de sentenças clivadas do português e, além disso, permitem levantar hipóteses para a compreensão dos processos que originaram as sentenças clivadas.

Clóvis Barleta de Moraes, no artigo “Orações entrelaçadas”, trata de períodos de três orações das quais a segunda, aparentemente introduzida por um pronome relativo, é na verdade uma oração “solta”, principal da última, que por isso tem duplo valor, geralmente adjetiva e substantiva. Considera que essas construções, embora tenham existido em latim e sobrevivido nas línguas românicas, e embora sejam, em português, conhecidas nos três períodos da língua, receberam pouca atenção de nossos gramáticos e professores.

Roberto Gomes Camacho escreve sobre “Construções passiva e impessoal: distinções funcionais”, buscando dar uma caracterização funcional à diferença morfossintática entre as construções passiva e impessoal do português falado. A base é Givón, para quem a caracterização tipológica da passiva, necessariamente escalar e não-discreta, envolve os domínios funcionais da atribuição de tópico, da impessoalização e da detransitivização.

No texto “Da conversação à gramática: a natureza do aposto”, Lygia Corrêa Dias de Moraes observa a ocorrência do aposto na língua falada, procurando definir a natureza desse elemento, bem como a função que ele tem tanto na estrutura da frase quanto na da conversação.

Tratam questões do léxico os três artigos seguintes.

No artigo “Polissemia e homonímia em uma perspectiva terminológica”, Ieda Maria Alves analisa, da ótica da terminologia, os conceitos de polissemia e de homonímia. Para tanto, expõe, inicialmente, o desenvolvimento da terminologia como prática, seu advento como disciplina e a maneira pela qual as várias vertentes terminológicas têm tratado as relações semânticas de caráter polissêmico e homonímico. Apresenta, a seguir, ocorrências de relações polissêmicas e homonímicas em algumas áreas de especialidade, explicando as causas do emprego dessas relações.

Beatriz Nunes de Oliveira Longo escreve sobre “Nomes atributivos no português brasileiro falado”. Apresenta os resultados do estudo de um *corpus* do português brasileiro falado em que ocorrem nomes em função adjetiva, discutindo as propriedades sintático-semânticas desses nomes e algumas condições que favorecem ou inibem seu emprego.

Maria Célia de Moraes Leonel, com orientação teórica centrada, sobretudo, nas propostas de H. Geckeler e nas de J. Lyons, examina o campo lexical da palavra *faca* e de outros lexemas que se referem às armas brancas em *Grande sertão: veredas* de Guimarães Rosa. O que se tem em vista são os significados dos vocábulos no universo de sentidos do romance.

Sobre a construção textual escreve Edna Maria Fernandes dos Santos Nascimento. Seu texto “A construção de ‘casas’” parte do pressuposto de que construir um texto é operar com os mecanismos da denominação e da definição, e procura demonstrar como Rubem Braga funda o microuniverso da crônica “Casas”, permitindo que o “saber” instaurado pelo produtor passe para o receptor da mensagem.

Ligado à consideração normativa da atuação lingüística é o trabalho de Francisco Platão Savioli, “Nem tudo o que escandaliza é aberração: *‘error communis facit jus’*”. Ele parte da consideração do fato de que o tema do certo e do errado, tratado com menosprezo pelos lingüistas, é altamente valorizado pelos usuários do idioma em geral, o que constitui um paradoxo cujo fundamento pode provir da duplicidade do ponto de vista com que se considera a língua: como código, de um lado, e como fato social, de outro. Observa que o silêncio do lingüista nessa questão abre espaço para vozes menos credenciadas, o que evidencia a

necessidade de uma abordagem da correção lingüística que se faça com método e rigor científico.

Beth Brait, no seu artigo “Imaginário e ensino dentro e fora da sala de aula”, discute questões ligadas ao ensino de língua, dentro e fora da sala de aula, com o objetivo de salientar a concepção de linguagem que, ao multiplicar as formas de acesso ao que num determinado momento se considera a “verdadeira” língua, muitas vezes se distancia das formas vivas insinuadas nos diferentes usos. Considerando essencial que se leve em conta a complexidade constitutiva da natureza lingüística, o trabalho afirma que a temática do imaginário lingüístico serve de ponto de partida para especificar o que nele se entende por “ensino de língua dentro e fora da sala de aula” num contexto brasileiro contemporâneo.

Leticia Rezende escreve sobre “A indeterminação da linguagem: léxico e gramática”, opondo dois modos de estudar os fenômenos lingüísticos: um estático, no qual a proposta de que a linguagem é determinada e o conceito de sintaxe dela derivado separa léxico e gramática; um dinâmico, no qual a natureza indeterminada da linguagem e o conceito de hipersintaxe dela derivado articulam léxico e gramática. Defendendo que o enfoque dinâmico pode dar origem a um modo diferente de observar os fenômenos lingüísticos em geral, o texto mostra, em particular, a importância dessa perspectiva para o ensino de línguas.

“Dificuldades prosódicas em sujeitos cérebro-lesados” é o título do estudo de Ester Mirian Scarpa, que trata dos distúrbios prosódicos da afasia e da disartria, os quais, na literatura da área, têm sido vinculados à questão da lateralização da lesão e, conseqüentemente, do processamento lingüístico. Observa-se, porém, que contra-evidências a hipóteses de lateralização hemisférica, bem como a contribuição de teorias prosódicas recentes, têm mostrado que essa divisão estrita deve ser revista. Um estudo comparativo realizado com dois sujeitos, um afásico e um disártrico, mostra que o conceito de prosódia usado na literatura é inadequado e que os domínios prosódicos superiores da hierarquia prosódica se encontram preservados, em graus variados, tanto em afásicos (lesão esquerda) quanto em disártricos (lesão frontal ou direita).

O homenageado

De origem humilde, fato do qual sábia e humildemente sempre se jacta, o nosso homenageado é um exemplo de profissional que a comunidade coloca entre os seus representantes cativos, lídimos, naturais. Pro-

fessor, acima de tudo – para toda a cidade, ele é o *Professor Borba!* –, Francisco da Silva Borba passou a vida explicando lições, mandando resolver exercícios – e, note-se: *corrigindo* as resoluções e respostas –, fazendo ler e refletir, ensinando a encarar com seriedade os estudos. Autor de sucesso, Borba teve seu nome de tal modo associado a uma obra que virou nome de livro, não apenas pelo pioneirismo que fez do seu *Introdução aos estudos lingüísticos* (1ª edição em 1971) o *vademecum* dos estudiosos de Letras da época, mas, ainda, por qualidades como a amplitude dos temas, o equilíbrio da organização e a leveza do estilo, que fizeram desse livro, a partir de então, o recurso primeiro para estudiosos de lingüística, em língua portuguesa.

Foi assim que, presente na formação de mais de uma geração de estudantes de Letras, Francisco da Silva Borba tornou-se figura respeitada por alunos e ex-alunos (ou “sempre alunos”), e também pelos colegas, todos beneficiários de seu trabalho e de suas produções na área de lingüística. Nessa qualidade é que aqui estamos, prestando-lhe nossa homenagem.

Depoimentos de ex-alunos feitos a esta organizadora lembram sempre dedicação e esforço. Para Eni Orlandi, por exemplo, o professor Borba foi um modelo nunca esquecido: era o jovem professor que ela via – para sua surpresa – estudando horas e horas na biblioteca da Universidade. Para mim, particularmente, era o professor que não se contentava nunca com as produções dos alunos, por mais cuidadas que fossem, e exigia sempre mais, sempre adiante, sempre melhor. Apesar disso, era o interlocutor sempre presente para a discussão de pontos que se prestavam a polêmica.

Dos colegas, a atitude sempre revelada é a de admiração pela combatividade e pela seriedade. Para o colega e amigo Sebastião Expedito Ignácio, Francisco da Silva Borba é uma das “pessoas que, pelo talento, pela dedicação aos estudos, pela capacidade de produzir o saber, pela predisposição em colaborar com o desenvolvimento da ciência e em promover o crescimento das pessoas, enfim, pela capacidade de trabalhar em prol do engrandecimento das instituições, se tornam emblemáticas”.

Encerra-se, afinal, esta apresentação com o depoimento de Ataliba Castilho, colega e amigo de muito tempo, em palavras que, sem pieguice, tocam qualidades pessoais do homenageado que não poderiam deixar de ser mencionadas, ao mesmo tempo que ilustram a disposição com que todos entraram nesta homenagem:

No final dos anos 50, o governo de São Paulo iniciou um movimento de interiorização das atividades econômicas e educacionais do Estado, até então excessivamente concentradas na capital. Um dos resultados desse

movimento foi a criação dos Institutos Isolados de Ensino Superior, que se associariam em 1975, dando origem à terceira Universidade oficial de São Paulo, a UNESP.

Muitos licenciados recém-formados pela USP foram chamados a ocupar os novos postos de trabalho, em que encontrariam alguns colegas já mais experimentados. O Borba foi nomeado para a Faculdade de Filosofia de Araraquara, e eu, para a de Marília.

Ambos novatos, iniciamos logo uma troca de correspondência bastante extensa, em que discutíamos as possibilidades de ensino e pesquisa que se apresentavam. Essa correspondência não foi interrompida quando ele seguiu para a França, em busca de maiores conhecimentos em lingüística, de que me contava as novidades.

Preocupado com a instalação da disciplina de Lingüística em nossos cursos de Letras, apoiou entusiasticamente minha idéia de fundação do Grupo de Estudos Lingüísticos de São Paulo (GEL). Concorremos à primeira diretoria, que ficou assim organizada: Cidmar Teodoro Pais (secretário), Francisco da Silva Borba (tesoureiro) e eu de presidente. Com seu modo decidido, promoveu logo o I Seminário da nova associação, em sua Faculdade de Araraquara, então localizada no prédio do Instituto de Educação, no centro da cidade. Sem esse apoio, a entidade poderia não ter decolado. Pois a semente do I Seminário foi tão bem plantada que nunca mais o GEL deixou de realizar encontros científicos. Devemos ao Borba esse "pontapé inicial na bola".

Procurou também dotar a lingüística de material bibliográfico de referência, escrito em português. Escreveu um manual de introdução aos estudos lingüísticos, cujos originais me mandou para uma leitura crítica, seguido de trabalhos em sintaxe e em terminologia lingüística. Ao mesmo tempo, promovia pesquisas de caráter monográfico, como sua descrição das preposições, infelizmente ainda inédita. Essas primeiras publicações revelavam sua preocupação com o preparo individual e com a consolidação da ciência, então uma novidade entre nós, salvos alguns centros pioneiros.

Mas a atuação científica mais decisiva do Borba se deu na organização de projetos coletivos de pesquisa. Nesse domínio, ele fez sua estréia no Projeto NURC, como convidado pelo Prof. Salum a ajudar na implantação desse projeto em São Paulo. Ele acompanhou os primeiros seminários, ajudando-nos no planejamento da pesquisa na área de fonologia. Passado pouco tempo, organizou com seus colegas de Araraquara um ambicioso projeto de que já resultou um vasto banco de dados, o *Dicionário gramatical de verbos*, a que se seguirão o *Dicionário de usos do português* e a *Gramática de usos do português*, esta preparada por sua principal colaboradora, a Profa. Maria Helena de Moura Neves. De novo aqui se identifica sua visão estratégica sobre as ações a tomar, voltadas neste caso para a condu-

ção de pesquisas básicas, como é o caso das obras de referência, sem as quais as ciências não decolam.

Mas a lingüística não conseguiu esgotar sua capacidade de trabalho. Como diretor da Faculdade de Filosofia de Araraquara, construiu seu novo câmpus, e, mais recentemente, criou e construiu a sede de uma entidade voltada para a educação de crianças autistas.

Esta miscelânea de estudos é um reconhecimento dos lingüistas brasileiros pela importância de seu papel na implantação e na consolidação da ciência entre nós. Mas é também o testemunho da amizade que o Borba soube inspirar e cultivar entre seus colegas, sempre com seu invariável bom humor e gosto pela vida.

Sem pretender que esteja sendo paga uma dívida da Universidade com esse batalhador que é o Prof. Borba, ficamos, entretanto, ao final deste empreendimento, com a grata sensação de que, pelo menos, dissemos alguma coisa a respeito dessa nossa dívida. Já não sem tempo, fica feita a confissão.

Maria Helena de Moura Neves

SUMÁRIO / CONTENTS

ARTIGOS ORIGINAIS / ORIGINAL ARTICLES

- Palavras lexicais num dicionário de usos
Lexical words in a usage dictionary
Sebastião Expedito Ignácio 17
- *Aurélio*: sinônimo de dicionário?
Aurélio: synonym of dictionary
Maria Tereza Camargo Biderman 27
- Dicionários de gíria
Dictionaries of slangs
Dino Preti 57
- O discurso do dicionário
The discourse of the dictionary
Diana Luz Pessoa de Barros 75
- Lexicografia discursiva
Discursive lexicography
Eni Pulcinelli Orlandi 97
- A polissemia dos verbos modais. Ou: falando de ambigüidades
Polysemy of modal verbs or talking about ambiguities
Maria Helena de Moura Neves 115

■ O modalizador <i>realmente</i> no português falado The modalizer "realmente" in spoken Portuguese <i>Ataliba Teixeira de Castilho</i>	147
■ Modalização: da língua ao discurso Modalization: from language to discourse <i>José Luiz Fiorin</i>	171
■ Uma leitura hallidayiana das sentenças clivadas do português A Hallidayan reading of the cleft sentences in Portuguese <i>Sanderléia Roberta Longhin, Rodolfo Ilari</i>	193
■ Construções passiva e impessoal: distinções funcionais Passive and impersonal constructions: functional distinctions <i>Roberto Gomes Camacho</i>	215
■ Orações entrelaçadas Interwoven clauses <i>Clóvis Barleta de Moraes</i>	235
■ Da conversação à gramática: a natureza do aposto From conversation to grammar: the nature of apposition <i>Lygia Corrêa Dias de Moraes</i>	247
■ Polissemia e homonímia em uma perspectiva terminológica Polysemy and homonymy in a terminological perspective <i>Ieda Maria Alves</i>	261
■ Nomes atributivos no português brasileiro falado Attributive nouns in spoken Brazilian Portuguese <i>Beatriz Nunes de Oliveira Longo</i>	273
■ Faca e armas brancas: um campo lexical em <i>Grande sertão: veredas</i> Knife and cold steel: a lexical field in <i>Grande sertão: veredas</i> <i>Maria Célia de Moraes Leonel</i>	285

■ A construção de “Casas” Building “Casas” <i>Edna Maria Fernandes dos Santos Nascimento</i>	299
■ Nem tudo o que escandaliza é aberração: “ <i>error communis facit jus</i> ” Not everything that scandalizes is an aberration: “ <i>error communis facit jus</i> ” <i>Francisco Platão Savioli</i>	309
■ Imaginário e ensino dentro e fora da sala de aula Imaginary and teaching inside and outside the classroom <i>Beth Brait</i>	331
■ A indeterminação da linguagem: léxico e gramática Language indetermination: lexicon and grammar <i>Leticia Rezende</i>	349
■ Dificuldades prosódicas em sujeitos cérebro-lesados Prosodic deficits in brain damaged subjects <i>Ester Mirian Scarpa</i>	363
ÍNDICE DE ASSUNTOS	385
<i>SUBJECTS INDEX</i>	387
ÍNDICE DE AUTORES/ <i>AUTHORS INDEX</i>	389

PALAVRAS LEXICAIS NUM DICIONÁRIO DE USOS

Sebastião Expedito IGNÁCIO¹

- **RESUMO:** Este artigo discute as técnicas utilizadas na organização de verbetes num dicionário de usos. Procura demonstrar que a definição, a taxionomia e a descrição gramatical das palavras lexicais se fazem do ponto de vista semântico-funcional e de acordo com a estrutura argumental das palavras na sua função predicativa.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Palavras lexicais; definição lexicográfica; valência; estrutura argumental.

Preliminares

Tomando-se por base o *Dicionário de usos do português*, aqui referido por DUP, que resultou de um projeto coordenado por Francisco da Silva Borba e desenvolvido pelo Departamento de Linguística da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, da UNESP, pretende-se apresentar um dos pontos em que esse dicionário se difere dos demais dicionários de língua portuguesa, selecionando-se como exemplos as três classes lexicais: **verbo**, **nome** e **adjetivo**. Essa diferença reside particularmente na indicação de classes e subclasses e na descrição gramatical que se faz por meio de matrizes contendo a descrição da estrutura argumental dos itens lexicais a serem definidos. Diríamos, então,

¹ Bolsista do CNPq – Departamento de Linguística – Curso de Pós-Graduação em Letras – UNESP – 14800-420 – Araraquara – SP – Brasil.

que a definição lexicográfica tradicional se completa com a descrição gramatical. Acrescente-se que, em se tratando de um dicionário de usos, todas as acepções são abonadas com exemplos concretos de atividades de fala, extraídos de um *corpus* que representa as várias modalidades de língua escrita no Brasil nos últimos cinquenta anos.

Em princípio, um dicionário de usos se caracteriza por registrar tão-somente os itens lexicais em circulação num determinado momento. Dessa forma, o número de verbetes fica bastante reduzido, em relação aos demais dicionários de língua, uma vez que não se contemplam as palavras caídas em desuso nem tampouco as formas virtuais, ou seja, as previstas pelo sistema mas não realizadas na prática, durante o período de tempo delimitado pelo dicionário. O DUP se distingue ainda por não ser apenas um dicionário de sinônimos ou de meras definições semânticas. Preocupa-se sobretudo com a descrição gramatical e com as subclassificações dos itens registrados. Assim sendo, não se limita ao registro do uso do léxico em si e das várias acepções de um determinado item, mas registra também as construções gramaticais preferidas.

Definição lexicográfica

Em princípio, o processo metalingüístico que envolve a definição se desenvolve num jogo de equivalências semânticas que se efetua por meio do esquema [A **equivale** a B]. Nesse esquema, A e B se realizam lingüisticamente das seguintes formas: (i) equivalem-se formalmente, numa relação que se poderia denominar propriamente de sinonímica, sendo representados ora por dois itens lexicais simples da mesma classe gramatical (*cachorro = cão; belo = bonito; moer = triturar*), ora por duas expressões sintagmáticas de estruturas semelhantes (*quebrar a cara = sair-se mal*); (ii) A é um item lexical e B uma construção sintática que encerra uma conceituação/definição de A (*tear = máquina destinada a produzir tecidos; reta = linha traçada com régua*). Esse segundo esquema, em que B encerra o que se pode chamar genericamente de **definição discursiva**, é o que se emprega com maior freqüência nos verbetes de um dicionário.

A partir dos vários processos lógico-semânticos e/ou sintáticos, tem-se tentado estabelecer uma tipologia da **definição**. Greimas (1973, p.97-100) distingue três tipos: **lógico**, **discursivo** e **lexicográfico**. A definição **lógica**, fundamentada nos princípios aristotélicos do "*genus proximum et differentia specificam*", estabelece uma identidade entre os

segmentos situados nos dois planos lingüísticos. Assim, no exemplo anteriormente citado (*tear = máquina destinada a produzir tecidos*), o elemento A (*tear*) é definido pelo "gênero próximo" (*máquina*) e pela "diferença específica" (*destinada a produzir tecidos*). Nesse caso, a definição se centra num arquilexema (*máquina*) seguido dos semas específicos que individualizam o termo definido. Pelas semelhanças lingüísticas, ou formais, parece legítimo dizer que a **definição discursiva** engloba a **definição lógica**, sendo esta caracterizada por uma descrição semântica particular, já que define um elemento por meio de outro de "gênero próximo", especificado pelo processo sintático da expansão, segundo a sua "diferença específica". Dessa forma, não só um nome poderá ser "definido logicamente", como também um verbo. Ex.: *mastigar = triturar com os dentes*, onde *triturar* é o "gênero próximo" e *com os dentes*, a "diferença específica".

Se entendermos por **definição lexicográfica** a que se realiza nos dicionários de língua, ela não constitui um tipo específico em oposição às duas anteriores, já que inclui, conforme reconhece Greimas (1973), tanto a **definição lógica** quanto a **definição discursiva**. Assim sendo, entenderemos aqui por **lexicográfica** a definição praticada pelos dicionários em geral, mediante o processo metalingüístico que tem por finalidade indicar o valor semântico externo de um item lexical. No caso específico do dicionário em análise, concebemos a descrição gramatical e a indicação taxionômica, feitas por meio de matrizes, como sendo componentes da **definição lexicográfica**.

Devem ainda ser consideradas as **definições técnicas** e as **enciclopédicas**. As primeiras, próprias dos dicionários especializados, procuram caracterizar o objeto mediante termos específicos das ciências a que se ligam diretamente. Das **definições enciclopédicas** os dicionários de língua dificilmente escapam: envolvem informações históricas, científicas, socioculturais etc., que muitas vezes se tornam inevitáveis dependendo do termo a ser definido. Citem-se os exemplos a seguir, colhidos do *Novo dicionário Aurélio*: **abacate** = *o fruto do abacateiro, grande baga comestível, e cuja polpa encerra 20% a 25% de óleo, usado em perfumaria*; **boi** = *animal mamífero, artiodáctilo, ruminante, da família dos bovídeos, pertencente ao gênero **Bos Linnaeus**. Os chifres são em par, ocios, não ramificados, permanentes. Incluem-se no gênero as raças domésticas, largamente utilizadas pelo homem*. Aqui, dificilmente se poderiam omitir os dados enciclopédicos. O DUP procura privilegiar as informações estritamente lingüísticas, todavia não omite as informações enciclopédicas na medida em que se fazem necessárias. É bom notar

segmentos situados nos dois planos lingüísticos. Assim, no exemplo anteriormente citado (*tear = máquina destinada a produzir tecidos*), o elemento A (*tear*) é definido pelo "gênero próximo" (*máquina*) e pela "diferença específica" (*destinada a produzir tecidos*). Nesse caso, a definição se centra num arquilexema (*máquina*) seguido dos semas específicos que individualizam o termo definido. Pelas semelhanças lingüísticas, ou formais, parece legítimo dizer que a **definição discursiva** engloba a **definição lógica**, sendo esta caracterizada por uma descrição semântica particular, já que define um elemento por meio de outro de "gênero próximo", especificado pelo processo sintático da expansão, segundo a sua "diferença específica". Dessa forma, não só um nome poderá ser "definido logicamente", como também um verbo. Ex.: *mastigar = triturar com os dentes*, onde *triturar* é o "gênero próximo" e *com os dentes*, a "diferença específica".

Se entendermos por **definição lexicográfica** a que se realiza nos dicionários de língua, ela não constitui um tipo específico em oposição às duas anteriores, já que inclui, conforme reconhece Greimas (1973), tanto a **definição lógica** quanto a **definição discursiva**. Assim sendo, entenderemos aqui por **lexicográfica** a definição praticada pelos dicionários em geral, mediante o processo metalingüístico que têm por finalidade indicar o valor semântico externo de um item lexical. No caso específico do dicionário em análise, concebemos a descrição gramatical e a indicação taxionômica, feitas por meio de matrizes, como sendo componentes da **definição lexicográfica**.

Devem ainda ser consideradas as **definições técnicas** e as **enciclopédicas**. As primeiras, próprias dos dicionários especializados, procuram caracterizar o objeto mediante termos específicos das ciências a que se ligam diretamente. Das **definições enciclopédicas** os dicionários de língua dificilmente escapam: envolvem informações históricas, científicas, socioculturais etc., que muitas vezes se tornam inevitáveis dependendo do termo a ser definido. Citem-se os exemplos a seguir, colhidos do *Novo dicionário Aurélio*: **abacate** = o fruto do abacateiro, grande baga comestível, e cuja polpa encerra 20% a 25% de óleo, usado em perfumaria; **boi** = animal mamífero, artiodáctilo, ruminante, da família dos *bovídeos*, pertencente ao gênero **Bos Linnaeus**. Os chifres são em par, ocios, não ramificados, permanentes. Incluem-se no gênero as raças domésticas, largamente utilizadas pelo homem. Aqui, dificilmente se poderiam omitir os dados enciclopédicos. O DUP procura privilegiar as informações estritamente lingüísticas, todavia não omite as informações enciclopédicas na medida em que se fazem necessárias. É bom notar

que o **verbo** raramente se presta à definição enciclopédica. Mesmo quando se etiqueta um determinado uso como **regional, coloquial, gíriático** etc., está-se no âmbito eminentemente lingüístico.

Há casos em que a definição pode recorrer às propriedades físicas e/ou químicas e até às sensações que impressionam os órgãos dos sentidos, incluindo ainda a finalidade a que se presta o objeto definido. Citem-se, por exemplo, as definições de **água, lixa e silvo**: **água** = *óxido de diidrogênio, líquido, incolor, inodoro e insípido, essencial à vida*; **lixa** = *papel ao qual se aglutina substância abrasiva, áspera, usado para polir metais, madeiras etc.*; **silvo** = *som agudo e prolongado*. Note-se que aí se apelou, entre outras coisas, para os cinco sentidos: **visão, olfato, paladar** (em *água*); **tato** (em *lixa*); **audição** (em *silvo*).

Nascimento (1997, p.38), citando Werner, afirma que, "na prática, há uma mescla nos dicionários de dados enciclopédicos, que, visando à descrição de coisas, lançam mão freqüentemente de ilustrações. Quando, no dicionário, não encontramos ilustrações visuais, há com freqüência ilustrações verbais, que são os exemplos, geralmente literários, que abonam as entradas dos verbetes". Com relação a serem os exemplos "geralmente literários", é preciso dizer que um dicionário de usos como o DUP foge a essa regra, pois tem a vantagem de abranger os diversos tipos de textos escritos, bem como os diversos registros lingüísticos.

Retomando as considerações iniciais sobre o processo da definição, podemos dizer que, na definição lexicográfica, se podem estabelecer dois esquemas genéricos para a estrutura das equivalências:

a) uma definição feita "termo a termo", não-discursiva, em que A e B são itens lexicais da mesma classe e que se equivalem sinonimicamente (*cachorro = cão; belo = bonito; moer = triturar*). Incluem-se aqui as lexias complexas (*quebrar a cara = dar-se mal*);

b) uma definição propriamente discursiva em que A é um item lexical e B é uma estrutura sintagmática construída à base de um ou mais predicadores (*mastigar = triturar com os dentes; saciar-se = satisfazer-se das necessidades físicas ou psíquicas de modo exaustivo; automóvel = veículo automotor para transporte de passageiros; estes, geralmente, em número não superior a cinco; escola-modelo = instituição de ensino que serve de parâmetro de excelência*).

Taxionomia e descrição gramatical

O procedimento lexicográfico do dicionário em análise vai além do que afirma Nascimento (1997, p.36), para quem o "lexicógrafo, calcado

no modelo da lógica aristotélica, visa à elaboração de matrizes que descrevam o significado da palavra". No DUP, conforme já referimos, procede-se ainda à indicação das classes e subclasses de cada item lexical e à descrição da estrutura gramatical, esta fundamentada basicamente na teoria da predicação (teoria argumental). Tem-se, assim, como fundamento teórico básico a gramática de valências, desde os primeiros estudos com Tesnière (1959), até os mais recentes com Vilela (1992) e Borba (1996), bem como os estudos sintático-semânticos da estrutura oracional realizados a partir da década de 1970 por Chafe (1979). Assim, além da indicação das classes gramaticais – **verbo** (V), **nome** (N) **adjetivo** (Adj) etc. –, indica-se a estrutura valencial, ou seja, a partir da função predicativa, descrevem-se, por meio de matrizes, a estrutura morfossintática e os valores semânticos dos Argumentos. À semelhança dos demais dicionários, a redação do verbete começa pela indicação da classe ou categoria a que pertence o termo a ser definido, segundo a tradição gramatical. Nessa etapa, o dicionarista se vale de uma definição cujos critérios coube à gramática determinar. Vale-se, por exemplo, para a definição de verbo, do critério funcional, segundo o qual é o verbo a classe gramatical que tem a função **obrigatória** de predicado oracional (Cunha, 1985), e do critério semântico da **significação externa**. Ao registrar, por exemplo, uma mesma raiz lexical como sendo capaz de funcionar como **verbo** e como **nome**, além dos critérios semânticos e funcionais, recorre a critérios distribucionais, morfossintáticos e discursivos, que se atestam por meio da exemplificação. Por exemplo, o item *jantar*, será **verbo** ou **nome**, segundo participe, respectivamente, das estruturas oracionais: (i) *Vamos jantar às 22 horas* ou (ii) *O jantar será servido às 22 horas /Gosto de jantares à luz de vela*. Há que destacar, ainda, a subcategorização que se faz das classes **verbo**, **nome** e **adjetivo**:

VERBOS – são subclassificados em verbos de **ação** (os que expressam um FAZER por parte de um sujeito agente); de **processo** (os que expressam um ACONTECER em relação a um sujeito *afetado*: paciente ou experimentador); de **ação-processo** (os que expressam, ao mesmo tempo, um FAZER por parte de um sujeito agente, causativo ou instrumental, e um ACONTECER em relação a um objeto *afetado*, paciente); de **estado** (os que, tendo um sujeito *inativo* – objetivo, locativo, experimentador – expressam um SER/ESTAR/EXISTIR). Indicam-se, ainda, as diversas funções gramaticais que uma mesma raiz verbal possa exercer, como **auxiliar**, **suporte**, **núcleo de expressão** etc.

NOMES (substantivos) – são subclassificados em **concretos** (os que têm um referente no mundo dos objetos) e **abstratos** (os que, não tendo um referente independente, constituem atos, eventos e estados relacionados a seres, coisas ou estados de coisas). Os nomes abstratos, por funcionarem como núcleos de predicado, são ainda subcategorizados, como os verbos, segundo indiquem **ação**, **processo** ou **estado**.

ADJETIVOS – são subclassificados em **qualificadores** (os que acrescentam um atributo ao nome, ex.: *economia* estável; *políticos* honestos) e **classificadores** (os que enquadram o nome numa determinada subclasse semântica, ex.: *propriedade* rural; *animal* carnívoro).

A descrição gramatical consiste na indicação da estrutura morfosintática e valencial do item lexical na composição da frase. Assim, em relação ao verbo, indicam-se: regência, tipo(s) morfossintático(s) do(s) complemento(s), bem como, quando pertinente, os traços semânticos desses complementos: **animado**, **humano**, **concreto**, **abstrato**, **contável** etc. Com relação aos nomes e adjetivos valenciais, descrevem-se as estruturas morfosintáticas dos eventuais complementos, à semelhança do que se procede em relação aos complementos verbais. Explicitam-se ainda os especificadores, cuja função é a de enquadrar um determinado nome numa subclasse semântica (ex.: *cacho* de banana). Na descrição da estrutura sintática dos adjetivos, indicam-se classe, subclasse e traços semânticos do nome que qualificam/especificam: qualificador/especificador de nome concreto/abstrato, animado, humano, não-animado etc.

Em síntese, pode-se dizer que a descrição da estrutura gramatical de um item lexical se faz em razão da estrutura valencial e se realiza em três níveis: léxico-funcional, sintático e semântico, obedecendo à elaboração do verbete na seguinte ordem: (i) indicação da classe/subclasse gramatical; (ii) classe semântica; (iii) estrutura gramatical; (iv) definição semântica; (v) exemplificação.

Exemplos de organização dos verbetes

Serão exemplificadas a seguir as estruturas que possam ilustrar, pela ordem, as etapas do processo definitório aqui referidas, conservando a disposição gráfica com que o verbete aparece no dicionário, como as formas matriciais, as abreviaturas e a ordem de indicação das subclasse. As siglas que aparecem entre parênteses são abreviaturas con-

vencionais das obras de onde foram retirados os exemplos. Exemplificar-se-ão apenas as principais acepções correspondentes a cada definição matricial indicada entre colchetes.

PASSAR V [Ação-processo] [Compl₁: nome concreto. ± Compl₂: locativo] 1 fazer atravessar: *O tenente Antônio passou os dois refugiados pela fronteira* (FSP); *Mas nada deixava passar aqueles tijolos* (TE) [Ação] [Compl: locativo ou por + nome] 2 ultrapassar; ir além: *Já passáramos Rio Claro e Campinas* (LM); *Ao passar pelo carro estacionado tem um gesto de entendimento com os ocupantes do automóvel* (TGG) [Compl: de + nome abstrato] 3 exceder: *Na festa tem muita gente que passa dos limites* (FSP) [± Compl locativo] 4 deslocar-se em movimento contínuo; transitar: *Isabella passou-lhe à frente* (ACM); *Um rato passou correndo e entrou debaixo de um caixão* (CAS) [Processo] 5 transcorrer; decorrer: *A manhã passou de forma singular* (ESS) [Compl locativo] 6 ir além de; ultrapassar: *Em quinze minutos de jogo, a bola não passou a intermediária* (FSP) [Estado] [Compl locativo] 7 estar situado em; localizar-se: *A estrada passava, porém, distante da fazenda* (CHA) [Auxiliar] [@ + infinitivo] 8 indica aspecto inceptivo: *Desde então o assunto passou a me interessar* (SE); *passsei a evitar as saladas nos jantares* (FH) [@ + nome temporal + a + infinitivo, gerúndio ou nome abstrato] 9 indica aspecto freqüentativo: *passava o tempo todo a mexer nas gavetas* (SMF); *a gente passou três dias cavando, não deu nada* (GE); *Ele passou a vida à procura do sol* (MAN) [Suporte] [@ + repreensão] 10 repreender: *Passsei-lhe uma repreensão em regra* (CA) [@ + susto] 11 assustar: *O Armandinho me passou um susto dizendo que você tomou parte numa revolução* (JT) [@ + vistoria] 12 vistoriar: *eu suspiraria por descer no colégio e passar vistoria nas moças* (CL) [Núcleo de expressão] 13 **passar carão** = sofrer vexame, constrangimento: *Aprenda para não passar carão em Nova York* (FSP); Nm [Abstrato de processo] [Especificador: de + nome] 14 decurso de tempo; duração: *o passar do tempo não apaga o conhecimento dos movimentos do grupo* (SOC) 15 percurso: *apesar da gola do paletó levantada ao pescoço, parecia não sentir o passar do ar frio, e, em seu semblante se refletia indiferença* (PCO).

Observe-se que uma mesma raiz lexical pode exercer uma função diversa da classe a que pertence primitivamente. Nesse caso a classificação far-se-á ainda pela recorrência a critérios distribucionais, morfossintáticos e discursivos, que se atestam por meio da exemplificação, v. g. a raiz *passar*, supracitada: *a manhã passou* (V) VS o **passar do tempo** (N).

ELEVAÇÃO *Nf* [Abstrato de ação] [Compl: de + nome] **1** ato de encaminhar para o alto; erguimento: *à hora da elevação da hóstia (...)* *o anarquista anônimo subiu ao seu banco* (AL) [Abstrato de processo] **2** aumento; crescimento: *É fato comum a elevação da pressão intra-ocular* (GLA); *A migração rural-urbana contribui para a elevação dos níveis de desemprego* (VIS) [Concreto] **3** proeminência; colina: *numa elevação do terreno, erguia-se a casa* (ALE).

DIPLOMÁTICO *Adj* [Classificador de nome não-animado] **1.** relativo à diplomacia: *[Percival Lowell] trocou a carreira diplomática pela astronomia* (FSP); *Daí também a importância de divulgar, de maneira mais ampla, a documentação diplomática* (II-O) [Classificador de nome humano] **2.** que exerce a profissão de diplomata: *O representante diplomático enviado pela Coroa britânica à Ucrânia era um certo Sir Halford Mackinder* (GPO) [Qualificador de nome humano/abstrato] **3.** polido; educado; cortês: *Marcos só era diplomático quando lhe convinha* (ESP); *Ele era de uma maciez diplomática, incapaz de uma vilania* (S).

Os exemplos apresentados, embora restritos, mostram claramente os pontos em que o DUP se distingue dos demais dicionários, não só pelas características lexicográficas da montagem dos verbetes, mas também pelas abonações. No entanto, é preciso ressaltar que, ao se pretender registrar as ocorrências reais de **uso** da língua, não quer dizer que se possa definir um termo de modo a exaurir as variações semânticas que ele adquire nos vários contextos de fala, por mais exaustivo que seja o *corpus* com que se trabalha. Isso pelo simples fato de que os itens lexicais são, do ponto de vista funcional, altamente polissêmicos. Fazendo uma analogia com o argumento do filósofo grego Heráclito, que afirma “não ser possível entrar no mesmo rio duas vezes”, podemos dizer que, “num mesmo texto, um item lexical não entra duas vezes com a mesma significação”. Trata-se da propriedade semântica a que Pottier (1978, p.74) chamou de “virtuema”: “É virtual todo elemento que é latente na memória associativa do falante e cuja atualização está ligada aos fatores variáveis das circunstâncias de comunicação”. Todavia, essa plurisssemia não impede que o dicionarista estabeleça determinadas matrizes. Seja, por exemplo, o verbo *participar*, classificado como verbo de **estado**, nas três frases que seguem:

- (1) *Nossas escolas não **participam** da vida, nem preparam para ela.* (PE)
- (2) *Quase todos os oceanos **participam** desse processo.* (FOC)
- (3) *Os músculos **participam** dos movimentos do braço.* (ENF)

Embora, nos três exemplos, o DUP defina a unidade verbal como verbo de **estado**, significando *ser parte integrante de*, evidentemente em cada contexto há um tipo particular de **estado**. No entanto, esse fato não invalida a classificação genérica, uma vez que o dicionarista se valeu de determinadas invariáveis para essa classificação. Em outras palavras, considerou as **semelhanças** e não as **diferenças**, pois estas são infinitas do ponto de vista pragmático. Nos exemplos dados antes a invariabilidade da estrutura sintática não condiciona, evidentemente, a invariabilidade semântica. Todavia, alguns fatores comuns às três frases, tais como a ausência de dinamicidade, portanto caráter **inativo** do sujeito, e o sentido de *fazer parte de um todo* permitem classificá-las como frases **estativas**.

Considere-se ainda que, na definição lexicográfica, não há como fugir ao “grau elevado de abstração”, discutido por Haiakawa (1977), uma vez que se o dicionarista tivesse que descer aos detalhamentos das definições extensionais – por exemplo, se para definir *bolo* tivesse que descrever todo o processo culinário de sua preparação –, não estaria se valendo de uma das mais importantes propriedades da linguagem que é a simbolização. Daí poder valer-se de esquemas lingüísticos prototípicos que recobrem outra importante propriedade da linguagem que é a produtividade.

Conclusão

O procedimento adotado pelo *Dicionário de usos do português* apresenta um grande avanço, seja em relação à técnica lexicográfica, seja em relação à concepção da função gramatical de cada elemento, ampliando-se, assim, o conceito de definição lexicográfica. Desse modo, concebe-se o **verbo**, por exemplo, como o elemento a partir do qual a frase se organiza, definindo-o, pois, não apenas pela significação externa, do ponto de vista lógico-semântico ou nocional, mas sobretudo pela função gramatical e pela sua estrutura argumental. Da mesma forma, o **nome** e o **adjetivo** são concebidos como elementos predicadores que, como constituintes oracionais, podem apresentar também uma estrutura valencial. Outra novidade relevante é a descrição taxionômica, com a indicação das principais subclasses – **ação, processo, ação-processo, estado**, para os **verbos**; **concreto/abstrato**, para os **nomes**; **qualificador/classificador**, para os adjetivos. Em se tratando de

um dicionário de usos, todas as acepções são abonadas com exemplos extraídos do *corpus*, fato que permite ao leitor/consulente constatar, pela realização efetiva da língua, o que se descreve nas definições.

IGNÁCIO, S. E. Lexical words in a usage dictionary. *Alfa (São Paulo)*, v.44, p.17-26, 2000.

- **ABSTRACT:** *This paper discusses the techniques used in the organization of entries in a usage dictionary. The aim is to demonstrate that definition, taxonomy and grammatical description of lexical words are made from the semantic-functional point of view, according to the argumental structure of the words in their predicative function.*
- **KEYWORDS:** *Lexical words; lexicographical definition; valence; argumental structures.*

Referências bibliográficas

- BORBA, F. da S. *Uma gramática de valências para o português*. São Paulo: Ática, 1996.
- CHAFE, W. L. *Significado e estrutura lingüística*. Trad. de M. H. M. Neves et al. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos, 1979 [1970].
- CUNHA, C. F. da, CINTRA, L. F. L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- GREIMAS, Al. J. *Semântica estrutural*. Trad. de Haquira Osakabe e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1973.
- HAYAKAWA, S. I. *A linguagem no pensamento e na ação*. Trad. de Jane Perticarati. São Paulo: Pioneira, 1977.
- NASCIMENTO, E. M. F. S. *Definição discursiva – memória e gênese*. Araraquara, 1997. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista.
- POTTIER, B. *Lingüística geral – teoria e descrição*. Trad. de Walmírio Macedo. Rio de Janeiro: Presença/USU, 1978.
- TESNIÈRE, L. *Éléments de syntaxe structurale*. 2.ed. Paris: Klincksieck, 1959.
- VILELA, M. *Gramática de valências: teoria e aplicação*. Coimbra: Almedina, 1992.

AURÉLIO: SINÔNIMO DE DICIONÁRIO?

Maria Tereza Camargo BIDERMAN¹

- RESUMO: Relatam-se as atividades lexicográficas de A. B. de Holanda Ferreira como lexicógrafo, antes de elaborar seu famoso dicionário quando foi colaborador, principal editor e revisor do *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa*, dicionário esse que antecedeu o *Aurélio* como principal fonte de consulta para os brasileiros de 1938 a 1975. São examinadas algumas críticas feitas ao *Aurélio*, mostrando-se a pertinência de tais críticas. Examina-se a nomenclatura do *Aurélio* para mostrar a impropriedade de critérios na seleção das palavras-entrada. Analisa-se, a seguir, a microestrutura dos verbetes, particularmente a definição, a ordenação das acepções em palavras polissêmicas, bem como critérios inadequados na discriminação de palavras homônimas.
- PALAVRAS-CHAVE: Dicionário *Aurélio*; nomenclatura ou macroestrutura do dicionário; microestrutura do dicionário; análise de verbetes.

"Os dicionários são como os relógios: o pior é melhor do que nenhum, e nem do melhor se pode esperar que seja totalmente exato."

(Samuel Johnson)

¹ Professora do Curso de Pós-Graduação em Lingüística e Língua Portuguesa – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara – SP – Brasil – mtbider@attglobal.net.

À guisa de introdução

O dicionarista Luft, já falecido, entendia que nem Aurélio nem Houaiss dispunham de formação lingüística para fazer um dicionário ideal. Infelizmente isso é verdade. Neste artigo vou revisitar críticas já anteriormente feitas ao dicionário *Aurélio* e tentar explicitar por que esse juízo é verdadeiro.

Alguns reclamam da falta de datação no *Aurélio*; eu diria que seria bom que o dicionarista tivesse incluído essa informação; contudo, não devemos nos esquecer de que ao tempo em que Aurélio redigia seu dicionário (1ª edição), a obra de Cunha ainda não fora publicada, embora a de seu congênera José Pedro Machado já estivesse impressa há quase vinte anos. Contudo, esse dicionário etimológico não teria ajudado muito Aurélio nesse aspecto e mesmo as datações do dicionário de Cunha são discutíveis em numerosos casos. Não me vou alongar quanto ao tema da etimologia e da datação dos primeiros registros das palavras. Não me parece justo cobrar isso do *Aurélio*. De fato, o português ainda precisa de muitos e profundos estudos sobre a história do seu vocabulário para que um dicionário possa registrar com fidedignidade informações que o *Oxford*, o *Robert* e outros dicionários de línguas das nações mais avançadas documentam.

Mesmo na primeira edição (1975) em que Aurélio incluía uma introdução, ele pouco esclarece sobre critérios por ele adotados na confecção de seu dicionário. Queixa-se, sim: da ingloria sina dos dicionaristas.

dói pensar que o por vezes super-humano esforço de um dicionarista pode terminar com as mais indesejáveis conseqüências físicas, compensação intelectual bem pouco aliciante e resultados financeiros não demasiado expressivos.

A seguir, reporto algumas das explicações/informações dadas por Aurélio sobre critérios e metodologia utilizados na confecção do seu dicionário.

1. Pretendeu-se fazer um dicionário médio, ou inframédio, etimológico, com razoável contingente vocabular (bem mais de cem mil verbetes e subverbetes), atualizado (dentro dos seus limites), atento não só à língua dos escritores (muito especialmente os modernos, mas sem desprezo, que seria pueril, dos clássicos), senão também à língua dos jornais e revistas, do teatro, do rádio e televisão, ao falar do povo, aos linguajares diversos – regionais, jocosos, depreciativos, profissionais, giriescos...

2. Entre os autores, dos mais *desvairados gêneros* [grifo nosso], figuram com certa frequência, os cronistas, por se mostrarem, em maior ou menor grau, bons espelhos da língua viva. São, aliás, vários deles, mestres da prosa dos nossos dias.

Neste prefácio, Aurélio se justifica por copiar dicionaristas que o antecederam afirmando ser isso inevitável. Informa ainda que seguiu critério do *Diccionario* da Real Academia Espanhola no capítulo relativo à fraseologia. Se a unidade fraseológica contivesse um substantivo, ela vinha inserida no verbete deste substantivo, como por exemplo, *ação entre amigos em ação, pôr a mão na consciência em mão*. Na seqüência, deu preferência em ordem hierárquica a: verbo, adjetivo, pronome e advérbio. Informa também que seu dicionário contém abundante sinonímia, registrando, igualmente, homônimos, parônimos e antônimos. Quanto à regência verbal, procurou abonar sistematicamente os usos enquanto transitivos diretos etc.; enfim, qualquer que fosse a regência do verbo.

Curioso é Aurélio referir-se ao dicionário muitas vezes denominando-o de *léxico*.

Seguiu também o critério de seu modelo espanhol na separação de *homônimos*; por conseguinte, considerou como homônimos apenas os vocábulos que têm um étimo diferente, como é o caso de *acorde* (do fr. *accord*) e *acorde* (de *acordar*).

Modestamente ele se intitula um "aprendiz de lexicografia".

Registra-se a permanência de muitas palavras já desusadas (obsoletas) e exclusivamente literárias e a inclusão de um grande número de neologismos e estrangeirismos, sobretudo de origem inglesa.

Na segunda edição (1986), Aurélio não forneceu nenhuma informação sobre os procedimentos na revisão, ampliação e atualização do seu dicionário. Disse apenas que essa edição é 35% mais copiosa do que a primeira. De modo geral, podemos afirmar que o *Aurélio* carece de uma porta de acesso fundamental em uma obra lexicográfica, sobretudo esta segunda edição: a explicitação dos critérios adotados para elaborar a obra quanto a vários parâmetros de natureza lingüística e lexicológica. De partida, falta algo básico: em que critério de palavra se baseou para elaborar a lista das palavras-entrada ou nomenclatura? Muitas vezes as lexis complexas são registradas no interior de outro verbete como subentrada quando deveria constituir um lema do dicionário.

Ora, na sociedade brasileira, o *Aurélio* vem funcionando como um dicionário padrão, que estabelece a norma lingüística e lexicológica, embora não tenha sido essa a pretensão do autor.

Quanto à ortografia, a nova edição do *Aurélio* não se ajustou completamente às prescrições do *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa*, publicado em 1981 pela Academia Brasileira de Letras.

A segunda edição contém 1.838 páginas (399 a mais que na primeira edição). Dela consta um Prefácio da Editora Nova Fronteira onde se diz que o dicionário possui cerca de 120 mil verbetes, 300 mil abonações literárias (que abrangem 770 autores e 1.610 obras) e 500 mil sinônimos. Claudia Zavaglia² levantou os seguintes dados: a edição de 1996 contém: 115.243 verbetes, menos portanto do que afirmam os editores.

As versões eletrônicas são de 1994 e de 1996. Diz-se na capa do CD-ROM que ele contém mais de 130 mil verbetes. Nenhuma dessas versões informatizadas difere em conteúdo da edição impressa de 1986. A afirmação dos editores com relação ao número de verbetes não é exata.

Durante vinte anos, estimulada pelo mestre, a equipe de Aurélio imbuuiu-se de paixão pela tarefa de coletar palavras para o dicionário. Algumas de suas colaboradoras coletavam palavras em toda parte como faz um colecionador apaixonado, qualquer que seja o objeto dessa coleção. Até mesmo gírias típicas do Rio de Janeiro (onde trabalhavam); de fato, o Rio poderia receber o prêmio de capital nacional da gíria. E foi certamente com "sangue, suor e lágrimas", como chegou a dizer um de seus colaboradores, que essa obra foi concluída.

Antônio José Sandmann, num artigo intitulado "Críticas ao *Aurélio*" de 1990, mostra as impropriedades, incorreções do dicionário do ponto de vista da *Morfologia*, particularmente na questão relativa à formação de palavras em português.

O verbo *-ada*, por exemplo. O dicionarista não dá a origem, criando um impasse, já que esse é seu critério para dirimir dúvidas em relação a formas homônimas concorrentes. Vale a pena citar Sandmann (1990, p.292) na íntegra:

mesmo adotando o critério etimológico, é difícil tratar num mesmo verbo um elemento que faz de um verbo um substantivo (caminhar + -ada = caminhada) e um elemento que faz de um substantivo um outro substantivo, a semântica é, em geral muito diversa; goiabada, exemplo de produto alimentar, e boiada, exemplo de coletivo. Críticas menores seriam que ele não

2 Professora da UNESP, Câmpus de São José do Rio Preto [comunicação pessoal].

registra a variante popular e de conteúdo em geral depreciativo -arada (ho-marada, netarada, veadorada) e quando diz que o sufixo -ada expressa “ação” ele se esquece de dizer que muitas vezes essa ação é breve: (dar uma) estudada/passeada, além de não dar a semântica exata do sufixo -ada em churrascada, cervejada e chopada, “reunião em que se come/bebe churrasco/cerveja/chope”.

Outro problema morfológico posto por Sandmann: a questão dos compostos. O critério semântico permite diferenciar a lexia complexa do sintagma não lexicalizado. Assim, *copo-de-leite* e *bóia-fria* são compostos ou lexias complexas e devem, portanto, ser grafados com hífen, como faz Aurélio. Sandmann critica o fato de Aurélio não ter considerado como compostos e, portanto, unidades léxicas: *peso-médio*, *peso-pesado*, *nome-de-guerra*, *dona-de-casa*, *dia-de-semana*, *ovelha-negra*, *zero-à-esquerda*. Por outro lado, Aurélio considerou como sintagmas lexicalizados *trem-bala*, *peixe-espada*, *banho-maria*, com base em critério sintático. E continua Sandmann: “Se esse critério é válido e o próprio Aurélio tem como norma segui-lo, pergunto por que o dicionarista não grafa *efeito-estufa* e *operação-tartaruga*, mas omite o hífen e não dá a essas seqüências tratamento de verbetes autônomos?” (1990, p.291). Uma justificativa para a incoerência apontada por Sandmann radica no fato de Aurélio ter elaborado seu dicionário antes do processo de lexicalização se ter consolidado; isso é evidente para os dois últimos itens lexicais referidos: *efeito-estufa* e *operação-tartaruga*. Concordo com Sandmann que, uma vez lexicalizada uma seqüência ou combinatória, o procedimento correto seria grafar com hífen, evidenciando a completude desse processo. A saber: nesse caso, teríamos não mais uma unidade discursiva, mas uma unidade lexical integrada no acervo do léxico português. É problemático, contudo, determinar este momento.

Também concordo com Sandmann quanto a incoerências no tratamento da homonímia *versus* polissemia. Parafraseando Sandmann: Aurélio distingue três entradas para o sufixo -ão:

Verbete: -ão

* 1 -ão Suf. nom. 1. = ‘aumento’:

[Equiv.: -alhão, -arão, -(z)arrão, -eirão: espertalhão, grandalhão; casarão, homenzarrão, santarrão; boqueirão, toleirão.]

* 2 -ão [Do lat. anu.] Suf. nom.

1. = ‘providência’, ‘origem’; ‘característica’; ‘ofício’, ‘profissão’; ‘relativo a’, ‘partidário de’, ‘adepto de’:

[Equiv.: -ano: romano (< lat. romanu), sergipano; ciceroniano (< lat. cicero-
nianu, luterano).]

* 3 -ão Suf. nom. 1. vernáculo = 'ação' ou 'resultado da ação':

[Equiv.: -ção (do lat. -tione) e -(s)são (do lat. (s)sione): nomeação (< lat. no-
minatione); extensão (< lat. extensione), agressão (< lat. aggressione).]

Como lembra Sandmann, esse último homônimo do sufixo -ão não pode ser considerado como vernáculo; tampouco Aurélio esclarece a origem do primeiro homônimo, o que figura em vocábulos como *casarão*, *homenzarrão*.

Também concordo com as críticas ao critério "etimológico" emprestado à lexicografia tradicional e à Real Academia da Espanha na distinção dos homônimos. Assim Aurélio separou em três entradas: *canto*¹ [do gr. kanthós, pelo lat. canthu] X *canto*² [do lat. cantu.] X *canto*³ [de origem incerta]. Inversamente *ponto*¹ [do lat. punctu] foi tratado como polissêmico com 44 acepções e 141 sintagmas lexicalizados ou cristalizados X *ponto*² [do grego póntos, pelo lat. pontu] Des. mar.

O critério identificador de unidades léxicas para distinguir *homônimos*, a saber, tomar o étimo como discriminador, levou Aurélio a cometer impropriedades semânticas. Em primeiro lugar, julgo que o dicionarista deve descrever o léxico ao nível da sincronia, e não da diacronia. Além disso, a inclusão dessa segunda entrada *ponto*² parece anacrônica e irrelevante. Não encontrei um só registro de tal significado em nossas imensas bases textuais do português contemporâneo (44 milhões de palavras). A rigor, trata-se de um nome próprio e não comum, logo não passível de ser registrado como pertencente ao léxico do português. Com a moderna lexicografia francesa, também considero que se devam distinguir os homônimos com base na semântica e não na etimologia. Por conseguinte, Aurélio deveria ter distinguido quatro homônimos de *ponto*. Vou citar apenas o sentido básico de cada um desses homônimos:

ponto¹ Porção do espaço designada com precisão; lugar.

ponto² Grau determinado numa escala de valores.

ponto³ Cada parte de um discurso, texto, de uma lista de assuntos de um programa.

ponto⁴ Cada extensão do fio de linha entre dois furos feitos por uma agulha.

Em um estudo muito interessante sobre "Homonímia e polissemia", Augusto Soares da Silva, professor da Universidade de Braga, também advoga as mesmas premissas teóricas.

O critério semântico da similaridade/dissimilaridade entre os significados é o critério mais adequado para a distinção entre a polissemia e a homonímia. E a análise sêmica seria o procedimento mais correto, na medida em que devemos distinguir a existência de semas comuns aos diversos significados de uma mesma palavra para identificar um fenômeno de polissemia. A existência ou não de semas específicos comuns (pelo menos um) estabeleceria a linha divisória entre polissemia e homonímia. Ao nível da teoria lexicológica, temos que manter essa distinção/oposição e servir-nos dela para discriminar homônimos de palavras polissêmicas e assim dicionarizar os lemas com um ou outro perfil. A despeito da enorme complexidade e sutileza de distinções a serem estabelecidas, critérios subsidiários de ordem morfológica e da teoria dos campos léxicos podem vir em socorro do dicionarista para que possa estabelecer com mais clareza e certeza tais oposições.

Assim, por exemplo, os homônimos *montar*¹ [= subir em um cavalo para cavalgar] X *montar*² [= pôr uma coisa para funcionar juntando todas as suas peças (ou seus elementos) de modo a formar um todo]. Derivado de *montar*¹ > *montaria*. Campo semântico de *montar*¹ inclui: *hipismo, equitação, cavalgar, galopar* etc. Derivado de *montar*²: *montagem, montador, montadora, desmontar*. Aurélio registra apenas um verbete, considerando todos os diversíssimos valores semânticos dessas duas palavras como acepções diferentes de um mesmo vocábulo.

O uso do critério etimológico levou Aurélio a incluir no mesmo verbete *poder* (verbo) e *poder* (substantivo), *mesmo* (adjetivo, substantivo e advérbio). Aliás, nesse último caso podemos ainda distinguir *mesmo* (denotador expressivo), o que nos levaria a discriminar quatro homônimos se considerarmos a função sintático-semântica e, portanto, categorial. Isso posto, teríamos: *poder*¹ (verbo), *poder*² (substantivo), *mesmo*¹ (adjetivo), *mesmo*² (substantivo), *mesmo*³ (advérbio) e *mesmo*⁴ (denotador expressivo). Conferir os exemplos:

- adjetivo: *As duas ganharam a mesma saia. Os dois falaram ao mesmo tempo.*
- substantivo: *Depois da doença, papai já não é mais o mesmo.*
- advérbio: *Vamos de qualquer maneira, mas vamos mesmo.* (ex. tirado do Aurélio). *Está chovendo; mesmo assim os jovens querem sair.*
- denotador expressivo: *Está tão triste que mesmo passear não a distrai. Ninguém, nem mesmo mamãe convence papai a comprar um carro novo.*

Claro está que há sutilezas um tanto complexas para distinguir. Contudo, quando estivermos diante de casos em que se põe uma ênfase

expressiva em um elemento da oração, como nesses dois últimos exemplos, não podemos falar de advérbios. Isso nos levaria a considerar quatro categorias léxico-gramaticais e logo quatro homônimos distintos.

Sandmann aponta ainda lacunas no que respeita o registro de sufixos, tais como: *-imo*, *-érrimo*, *-ésimo* e *-anca*. Encontrou também erros no *Aurélio*, tais como: *devassa* e *baixa* são deverbiais de *devassar* e *baixar* e não o feminino de *devasso* e *baixo*. *Mergulhão* (= pato que mergulha) não é aumentativo de *mergulho* mas agentivo formado de *mergulhar* + *-ão* como em *chorão*, *resmungão*.

A nomenclatura do Aurélio

A *nomenclatura* do *Aurélio* é volumosa, embora seu autor tenha classificado seu dicionário como médio ou inframédio. De fato, o *Aurélio* se enquadra na categoria *dicionário geral da língua* ou "*tesouro*" com seus 115.243 verbetes. Esse total de palavras-entrada resultou do seguinte critério de seleção vocabular: um número enorme de termos técnico-científicos, regionalismos, palavras desusadas e obsoletas, assim como vocábulos literários raros. E mais ainda: a inclusão das denominações dos gentílicos de todos os municípios do Brasil, informação de interesse lexicográfico menor que poderia ter sido alistada num anexo, caso se julgasse relevante tal informação para um dicionário de língua. Conferir: *aliacense* [natural de Aliança, PE], *andaraiense* [natural de Andaraí, BA], *areia-branquense* [natural de Areia Branca, RN], *fabricianense* [natural de Coronel Fabriciano, MG], *jacareiense* [natural de Jacareí, SP], *mambucabense* [natural de Mambucaba, RJ], *raul-soarense* [natural de de Raul Soares, MG], *reboucense* [natural de Rebouças, PR], *recreense* [natural de de Recreio, MG], *sousense* [natural de Sousa, PB] etc.

Registra também um elevado conjunto de lusitanismos. Creio que é possível até justificar essa cópia de lusitanismos, caso o dicionarista visasse fazer um "*tesouro*" do português. Entretanto, Aurélio pretendeu fazer um dicionário do português do Brasil. Esse tópico, aliás, é controverso em matéria de lexicografia. No caso de línguas que possuem duas ou mais variedades lingüísticas nacionais com normas lingüísticas diversas, deve o dicionário registrar as outras variedades que não a da comunidade nacional para a qual foi elaborado o dicionário? Os dicionários de língua inglesa costumam ser híbridos, embora se direcionem mais para uma ou outra comunidade nacional – assim os dicionários britâni-

cos (ex.: *Longman, Collins, Oxford, Cambridge*) registram vocábulos, usos e construções americanas, australianas, sul-africanas etc., assim como os americanos também o fazem. Os dicionários de espanhol têm prática semelhante relativamente às numerosas variedades latino-americanas, embora de modo menos sistemático que os de língua inglesa. No caso do português, pergunto-me se já estamos preparados cientificamente para assim agir, uma vez que as pesquisas léxicas sobre as variedades do português ainda são insuficientes e não estão disponíveis. Ao tempo em que Aurélio redigiu seu dicionário isso era incontestavelmente verdade. O que mestre Aurélio fez foi copiar dicionários que o antecederam, julgando-se obrigado a registrar informações que dicionaristas renomados como Morais, Aulete, F. Fernandes et al. catalogaram. Ou mesmo incluir palavras por causa de autores portugueses clássicos já documentadas em dicionários feitos do outro lado do Atlântico, tais como: Eça de Queirós, Camilo Castelo Branco, Almeida Garrett, Alexandre Herculano, Aquilino Ribeiro, Camões evidentemente, e muitos outros. Assim, com freqüência, deparamos com palavra-entrada e verbete correlato incluído pelo fato de esse vocábulo ter ocorrido sob a pena de um desses monstros sagrados da literatura. Essa questão da *autoridade* literária em matéria de língua merece uma reflexão. Aurélio é um típico herdeiro da lexicografia do passado, particularmente aquela fundada nos ideais classicizantes de um *Littre* e na ideologia da Real Academia Espanhola. Para eles, o vocabulário e os usos dos grandes nomes literários devem ser registrados e apresentados como modelos à comunidade dos falantes. Trata-se de um endeusamento do grande autor da língua por se considerar sua linguagem e seu estilo dignos de serem emulados e imitados. Modernamente, a lexicografia propõe uma nova atitude em face do acervo léxico da língua. O dicionário deve recolher e registrar o vocabulário em circulação em meio à comunidade dos falantes (evidentemente os mais educados, mas não apenas) e coletar essa *norma lingüística* para espelhar significados e usos, que não são necessariamente literários. Inversamente, devemos pôr de lado as idiossincrasias dos romancistas, poetas e escritores em geral, que muitas e muitas vezes criam palavras numa situação *ad hoc*, ou por razões exclusivamente estéticas e, via de regra, essas criações neológicas não se perpetuam em meio à comunidade dos falantes.

Vou dar um pequeno exemplo das afirmações que acabo de fazer relativamente à composição da *nomenclatura* do *Aurélio*. Veja-se uma seqüência qualquer de verbetes da letra **F**:

fã, FAB, fabagela, fabela, fabiana, fabiano, fabordão, fábrica, fabricação, fabricante, fabricante, fabricário, fabricável, fabricianense, fabrico, fabricante, fabriqueteiro, fabriqueta, fabro, fábula, fabulação, fabulador, fabular, fabulário, fábulas, fabulista, fabulizar, fabuloso, faca, facada, fadista, facalhão, facalhoz, façalvo, façanha, façanheiro, façanheiro, façanhoso, façanhudo, facão, fação, facção, faccionar, faccionismo, facciosidade, faccionismo, faccioso, face, facear, facécia, facciosidade, facioso, faceira, faceiraço, faceirar, faceirice, faceiro, faceta, facetar, facetear, faceto, facha, fachada, facheada, fachear, facheiro, facheiro-preto, fachudaço, fachudo, facial, fácies, fácil, facilidade, facilidades, fácilimo, facilíssimo, facilitação, facilitar, facilitário, facilmente, facinora, facionar, facionário, faciosidade, faciosismo, facioso, facistol, facite, fã-clube, fac(o)-, facoccele, facóide, façóila, faconina, facopiose, facosclerose, facoscopia, facoscópico, facote, fac-simile, facticidade, factício, factitivo, factível, factótum, factual, façudo, fácula, faculdade, faculdades, facultar, facultativo, facultoso, facúndia, facundiar, facundidade, facundo, fada, fadado, fadar, fadário, fadejar, fadiga, fadiga-corrosão, fadigar, fadigoso, fading, fadista, fadistagem, fado, faéton, faetonte, faetontídeo, faetondídeos, fagácea, fagáceas, fagáceo, fagale, fagales, fagedênico, fagedenismo, fagedenoma, fagícola, fago-, fagocitário, fagócito, fagocitose, fagópiro, fagote etc.

Examinemos esta lista de lemas do dicionário. Pesquisei essas 143 palavras em três grandes bases textuais por mim consultadas que vou discriminar a seguir. Primeiro *corpus* textual: cinco milhões de palavras de gêneros muito variados (romances, contos, peças teatrais, roteiros de filmes e telenovelas, obras variadíssimas de ciências e técnicas, discursos parlamentares e outros – num total de cerca de 500 textos de 1950 a 1995). Segundo *corpus*: um milhão de palavras da língua falada (diálogos, falas e entrevistas com falantes de um grande número de lugares do Brasil e de todas as faixas etárias e todos os níveis de escolaridade e não-escolaridade). Terceiro *corpus*: doze milhões de palavras que compõem todos os exemplares da revista *Veja* (1992-1995). Quarto *corpus*: 25 milhões de palavras do CD-ROM da *Folha de S. Paulo* de 1998 (todos os números diários completos desse jornal com todos os seus cadernos do ano de 1997). Esse gigantesco *corpus* totaliza, pois, 44 milhões de palavras. Acresce que esse formidável repositório vocabular estende-se de 1950 a 1997 e representa praticamente todas as modalidades discursivas com uma variedade imensa de tópicos conteudísticos. Tal *corpus* de controle é altamente representativo do português brasileiro contemporâneo em todas as suas modalidades.

Pois bem, vejamos quantos dos lemas incluídos por Aurélio na sequência referida não ocorreram neste *corpus*:

fabagela, fabela, fabiana, fabiano, fabordão, fabricário, fabricável, fabricante, fabriqueta, fabro, fabular, fabulizar, facadista, facalhão, facalhoz, façalvo, façanheiro, façanhoso, façanhudo, faccionar, facciosidade, facear, faceiraço, faceirar, facheada, fachear, facheiro, facheiro-preto, fachudaço, fachudo, facilíssimo, facionar, facionário, faciosidade, faciosismo, facioso, facistol, facite, fac(o)-, facocele, facóide, façóila, faconina, facopiose, facosclerose, facoscopia, facoscópico, facote, factitivo, façudo, fácula, facultoso, facundiar, facundidade, facundo, fadejar, fadiga-corrosão, fading, fadistagem, faéton, faetonte, faetondideo, faetondideos, fagácea, fagáceas, fagáceo, fagale, fagales, fagedênico, fagedenismo, fagedenoma, fagicola, fago-, fagópiro.

Logo, 76 palavras não ocorreram, o que representa um pouco mais da metade do total de 143 já referido.

Vemos assim que Aurélio incluiu muitos vocábulos que não estão em uso na comunidade dos falantes; inversamente, deixou de incluir outros que circulam na nossa sociedade. Não estou criticando apenas o fato de Aurélio incluir palavras muito raras no uso lingüístico, mas os critérios aleatórios para incluí-las. Na verdade, quando se ultrapassa um número médio (mas já bastante elevado) de lemas num dicionário, a saber – cinqüenta mil palavras-entrada –, os vocábulos acima desse valor já se situam no domínio de palavras muito raras em meio à comunidade dos falantes. De um lado, porque só são usados em áreas do conhecimento científico muito especializado; de outro, porque são desusadas e até obsoletas, ou porque são muito literárias e também exclusivas de um gênero cultivado por muito poucos. A única maneira de decidir quais palavras incluir ou não na *nomenclatura* de um dicionário é mediante o critério de freqüências, isto é, por meio de levantamentos estatísticos em grandes *corpora* muito diversificados como estes que já referi. Palavras de freqüência inferior a cinco e mais ainda *hapax legomena* (palavras que ocorreram apenas uma vez no *corpus*) devem ser descartadas, pois têm pouca utilidade para a sociedade em geral. Ora, um dicionário de língua geral destina-se ao grande público. Em minhas várias pesquisas de lexicoestatística constatei que os *hapax legomena* e as palavras de baixíssima freqüência caracterizam gêneros muito específicos como as numerosíssimas ramificações das ciências e das técnicas. Tais itens lexicais só deveriam entrar em um dicionário de língua geral de grande porte, a saber, um “tesouro” [de duzentos mil a quatrocentos mil verbetes]. Um índice de que um termo técnico-científico já tem interesse para a comunidade dos falantes é o fato de ele ter sido registrado pela linguagem jornalística, grande divulgadora da linguagem

técnico-científica. Ora, sucede que Aurélio privilegiou aleatoriamente alguns domínios científicos; eu diria especificamente a medicina e a botânica. Creio até que seus colaboradores nessas áreas eram pessoas muito zelosas e fizeram-lhe enormes listas de palavras, pois o Aurélio tem uma pletora de termos dessas áreas.

Vamos examinar de perto na lista do **F** apresentada vocábulos registrados por Aurélio e que não estão em uso.

Constituem termos técnico-científicos só usados em circunstâncias muito peculiares pelos especialistas: *fabagela* (botânica – planta), *fabiana* (botânica – arbusto), *façalvo* (veterinária ? – tipo de cavalo), *facheiro* e *facheiro-preto* (botânica), *facistol* (liturgia católica – grande estante no coro das igrejas para livros de cânticos), *facite* (medicina – inflamação no cristalino), *fac(o)-* (elemento grego de composição erudita usado na medicina), *faconina* (medicina – albuminóide do cristalino), *facopiose* e *facoscloerose* (patologia), *facoscopia* (medicina), *facoscópico* (medicina), *facote* (cirurgia), *factitivo* (lingüística), *fácula* (astronomia), *fadiga-corrosão* (engenharia industrial), *faetontídeo* (zoologia), *faetondídeos* (zoologia), *fagácea* e *fagáceas* (botânica), *fagáceo* (botânica), *fagale* e *fagales* (botânica), *fagedênico* (medicina), *fagedenismo* (medicina), *fagedenoma* (medicina), *fago-* (elemento grego de composição usado em termos eruditos), *fagópiro* (botânica). Vocábulos de uso muito literário e latinismos eruditos: *fabricário* (lat.), *fabricável* (lat.), *fabricheiro* (lat.), *fabro* (lat. e poético), *fabular*, *fabulizar*, *facalhão* (Aurélio cita Eça de Queirós), *facalhas* (Aurélio cita o escritor português Urbano Tavares Rodrigues), *façanhudo* (Aurélio cita Eça de Queirós); *faceirar* (Aurélio cita Coelho Neto); *facionar*, *facionário*, *faciosidade*, *faciosismo*, *facioso* – todos latinismos; *factício* (Aurélio cita Latino Coelho), *façudo* (Aurélio cita Camilo Castelo Branco); *facultoso* (lat.); *facundidade* (lat.); *facundo* (registrado em Camões), *faéton* (Aurélio cita Eça de Queirós); *faetonte* (Aurélio cita J. M. de Macedo).

Acontece também, muitas vezes, que Aurélio recolheu palavras em dicionários que o precederam sem indagar da pertinência de incluí-los. De fato, tais palavras são usadas? Ou são invenções do dicionarista? Ou, ainda, a palavra pode ter sido usada no passado mas tornou-se obsoleta. Exemplos dessa categoria na referida seqüência: *facear*, *facundiar*, *fadejar*, *fadistagem*, *fagícola*. Os três verbos *facear*, *facundiar* e *fadejar* foram provavelmente coletados no *Dicionário de verbos e regímes* de Francisco Fernandes. É possível que Aurélio tenha copiado também o *Aulete* e o *Morais*. O fato é que Fernandes costumava incluir verbos que eram meras virtualidades permitidas pelo sistema do portu-

guês, mas não registrados. Até mesmo o *Morais* (edição de 1813), mais cuidadoso, por vezes incorre nesse erro. E, claro, Fernandes o imita e Aurélio segue a ambos (caso de *fadejar*). Quanto a *fadistagem* (= vida de fadista) e *fagícola* (= que cresce ou vive sob as faias), são obviamente recolhidos de dicionários do português europeu. O *Dicionário da língua portuguesa* da Porto Editora registra ambos. Por vezes, Aurélio engrossou seu caudal vocabular com gírias e termos populares, o que também é discutível, dada a efemeridade da gíria e seu particularismo diastrático e diatópico num país de imensas diversidades sociais e de dimensões continentais como o Brasil (cf. *fabiano*, *facadista*, *façanheiro*, *façanhoso*, *faceiraço*, *fachudaço*, *fachudo*, *facilíssimo*, *fabriqueta* etc.). Assim, vemos mestre Aurélio como alguém que caiu na teia da aranha e foi engolindo toda e qualquer palavra que se lhe aparecia sem passá-las por um crivo científico, a fim de decidir sobre sua inclusão ou não na nomenclatura de seu dicionário. Pode-se afirmar que para ele “se caiu na rede é peixe”.

Outra fonte do “inchaço” do Aurélio foram os *regionalismos*. Temos aqui o capítulo das unidades lexicais que Aurélio classificou como *brasileirismos*, seguido de uma marca regional ou não. Quando não incluía a marca regional é porque considerava a palavra como termo típico de todo o Brasil, ou *brasileirismo*. Tal classificação supõe que o dicionarista se coloca na perspectiva da norma lingüística européia. Para quem considera essa norma como padrão, ou *standard*, as peculiaridades do português brasileiro são *brasileirismos*.

Esse tópico povoou as discussões dos acadêmicos da centenária Academia Brasileira de Letras. Desde 1898, isto é, em seu primeiro ano de vida, a Academia sonhou com a publicação de um *Dicionário de brasileiroismos* para o que muito se empenhou seu presidente Machado de Assis. Josué Montello contou essa e outras histórias da Academia. Segundo ele, em 1927, Humberto de Campos criticou acerbamente a coletânea de *brasileirismos* que vinha sendo feita pelos acadêmicos, bem como sua qualidade “duvidosa”; em decorrência, foi suspensa a impressão desse dicionário e esse escritor encarregado de sua revisão. Mas Humberto de Campos morreu e não pôde concluir a obra. Em etapas sucessivas em 1936 e 1939, tentou-se prosseguir com a impressão da obra, de novo impugnada. Em 1951, o projeto foi retomado mas novamente posto de lado e, dessa feita, definitivamente. Os originais jazem sepultos na Academia Brasileira de Letras, enterrando assim definitivamente o sonho de Machado de Assis.

Aurélio Buarque de Holanda Ferreira colaborou na elaboração do *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa* (PDBLP) desde a 6ª edição (1946) como seu principal editor e revisor, tendo escrito um *prefácio* para esse dicionário. Note-se que, no dicionário que leva o seu nome, Aurélio não teve essa mesma cautela científica. Nesse prefácio ele diz que colaborou na confecção do PDBLP desde a 3ª edição e muito especialmente nesta 6ª edição que reviu integralmente, tendo corrigido muitos erros das anteriores. Outra edição que Aurélio ampliou ainda mais e em que novamente discute os critérios adotados na revisão do PDBLP é a 9ª edição de 1951. Na última edição do PDBLP de 1967 (a 11ª edição) estão indicados todos os colaboradores. Diz-se aí que Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, na 6ª e 9ª edições, foi responsável pelos *brasileirismos*, pela redação e pela parte geral. Vê-se, pois, que ele se tornou o *editor* do PDBLP. Num longo prefácio, Aurélio dá conta de seus critérios, correções e acréscimos. Vejamos, ao menos, o primeiro parágrafo:

Tendo colaborado neste Dicionário desde a 3ª edição – especialmente na sexta e na nona, e muito especialmente na atual, em que o submeti a uma revisão rigorosa, não apenas quanto à redação, mas ainda quanto ao método e à ortografia, e lhe acrescentei perto de *dez mil palavras* [grifo nosso] e aceções, entre as quais inúmeros *brasileirismos*, embora já fosse grande, para as proporções da obra, o trabalho feito em tal sentido nas impressões anteriores – pareceu-me necessário dar aqui alguns esclarecimentos acerca de correções por mim feitas e erros que se vêm repetindo em léxicos e vocabulários, inclusive os vocabulários oficiais, e de outros melhoramentos que procurei introduzir ou que, havendo sido introduzidos antes, busquei ampliar – além de elucidações de menor importância.

Infelizmente, essa foi a última edição do PDBLP por terem sido encerradas as atividades da Editora Civilização Brasileira por obra e graça da ditadura militar.

Relatei todos esses fatos sobre o PDBLP porque ele está certamente na gênese e no coração mesmo do *Novo dicionário da língua portuguesa* de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira cuja primeira edição é de 1975, como já disse antes. Quando não mais se publicou o PDBLP os brasileiros se viram novamente órfãos de um dicionário de sua variedade linguística. Assim, Aurélio pôde ocupar essa enorme lacuna deixada pela morte do PDBLP, o que explica em parte o grande sucesso do *Aurélio*. Ele repetiu o sucesso do PDBLP nas décadas de 1970, 1980 e 1990. E até hoje não foi realmente desbancado por nenhum outro dicionário de tipo geral ou “tesouro”. Isso se deve a vários fatores, e um deles é certamen-

te os méritos que possui. Como contei, Aurélio era o principal editor do PDBLP e, portanto, possuía todos os manuscritos e dados dessa obra que já vinha aperfeiçoando desde 1946 e 1951. Além disso, Aurélio era certamente um apaixonado pelas palavras e vinha recolhendo vocabulários e glossários desde longa data, assim como vocábulos recolhidos por toda parte. Um foco muito importante desse interesse foi certamente o vocabulário típico do português do Brasil. Ele próprio afirma isso como já transcrevi antes. Ora, sua obra final retrata exatamente isso. A parte dos *brasileirismos* é realmente substancial no *Aurélio*.

Dos 115.243 verbetes da edição de 1996, 24.632 entradas são rotuladas de *brasileirismos*. Portanto, quase um quarto do dicionário. Como disse anteriormente, Aurélio marca como *brasileirismo* geral alguns termos e apõe marcas regionais em outros vocábulos. Não vou reproduzir todos os dados, apenas referir alguns de totais mais numerosos. Assim, de algumas regiões e/ou estados do Brasil estão consignados:

Amazonas/Amazônia: 1.188 / Bahia: 869 / Minas Gerais: 653
Norte: 591 / Nordeste: 1.464 / Pernambuco: 402
Rio de Janeiro: 485 / R. G. do Sul: 1.389 / São Paulo: 774 etc.³

A professora Ana Maria P. P. de Oliveira (UFMGs) defendeu uma tese de doutoramento intitulada *O português do Brasil: brasileirismos e regionalismos*. Esse minucioso estudo baseado em extensa pesquisa, por mim orientada, centrou-se no dicionário *Aurélio*, extraindo dele todos os verbetes rotulados com essas marcas sociolingüísticas. Em sua tese, a professora analisa miudamente os dados do *Aurélio* e tenta extrair os critérios por ele adotados para examiná-los à luz da lingüística moderna. Constatamos que muitos senões existem nesse dicionário quanto a essa matéria, não sendo a menor delas o próprio critério de *brasileirismo*. De modo geral, Aurélio classificou como *brasileirismos* os signos que nomeiam os referentes da fauna e da flora do Brasil, ou seja, os *realia*. Frequentemente as denominações são indigenismos (tupinismos ou não), o que é normal. Aliás, os nativos do país já os haviam nomeado e os colonos portugueses e seus descendentes apenas os incorporaram ao seu acervo vocabular com a adequada adaptação à fonética/fonologia/ortografia do português. Ora, esse tipo de signo lingüístico pode ser denominado de *brasileirismo* mas evidentemente muitos deles incorporaram-se também ao português europeu, pois não

3 Dados fornecidos por Claudia Zavaglia, conforme nota 2.

é possível falar dessas realidades sem nomeá-las, e obviamente com o nome que aqui têm. Ademais, os indigenismos são um dos problemas do *Aurélio*, em virtude da imprecisão dos dados relativos à origem dessas palavras e sua configuração lingüística. Aliás, não se trata de um defeito apenas do *Aurélio*, pois qualquer dicionarista que tentar identificar o vocabulário brasileiro de origem indígena – sua etimologia e sua verdadeira forma lingüística (seu significante) –, ver-se-á a braços com uma tarefa monumental. De fato, os estudos sobre as línguas indígenas do Brasil, sobretudo nos séculos da colonização, são extremamente precários, não permitindo grande acurácia quanto à etimologia e à forma ideal dessas palavras. Serão precisos ainda muitíssimos trabalhos lingüísticos e filológicos para que possamos ter resultados fidedignos sobre essa matéria. Assim, não se pode atribuir muita confiança aos registros do *Aurélio* nesse tópico. Um problema seriíssimo é o das formas variantes que, em alguns casos, são muito numerosas. Pode-se formular a hipótese de que muitas são as procedências lingüísticas desses vocábulos; assim, as variantes atestariam formas procedentes de línguas diversas em diferentes pontos do território nacional pois designam o mesmo referente. Por exemplo: *abacataia*, *abacatucaia*, *aracangüira*, *abacátuxia*, *abacatina*, *aleto*, *aracambé*, *peixe-galo-do-brasil* – diferentes nomeações de um peixe das costas brasileiras; a formosa árvore símbolo de nossa flora: *ipê*, *ipé*, *peroba-amarela*, *peroba-do-campo*, *peúva*, *peúva-amarela*; o peixe de muitos rios brasileiros: *piaba*, *piabanha*, *pirapitinga*, *trapitinga*, *tarapitinga*, *piaba-rodoleira*; a deliciosa mandioca: *aipi*, *aipim*, *uaipi*, *macaxeira*, *mandioca-doce*, *mandioca-mansa*, *maniva*, *maniveira*; a ave do Pantanal: *anhuma*, *anhima*, *came-taú*, *cauintã*, *cavintau*, *cavintau*, *cuintau*, *inhaúma*, *inhuma* – e ainda com nomes latino/portugueses: *alicome*, *licorne*, *unicorne*, *unicórnio*. E vai por aí afora. O exemplário é imenso; citei apenas alguns vocábulos.

Um problema de grande relevância são as fontes em que Aurélio recolheu os regionalismos que registrou. A análise detalhada, feita pela Profa. Ana Maria e por mim própria, revelou que Aurélio usou como fontes qualquer glossário ou vocabulário que lhe veio ter às mãos. Pudemos elencar um número grande dessas obras produzidas em diversos pontos do território nacional (Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Ceará, Amazonas, Paraíba, Bahia, Pernambuco, São Paulo, Centro-Oeste, Goiás etc.) e publicadas em várias épocas a partir do século passado. O problema é que a qualidade científica dessas obras é questionável. Muitas dentre elas foram organizadas por curiosos e diletantes sem critério ne-

nhum. Não obstante, falta totalmente um controle objetivo para ajuizar da pertinência do registro. Por exemplo: qual seria a forma ou grafia melhor em alguns casos? A palavra ainda seria usada e qual a abrangência de seu uso? São vocábulos ocasionais ouvidos pelo recenseador da boca de alguém que o vocabulista registrou porque a julgou curiosa? Enfim, os problemas são muitos. Creio que Aurélio, amante das palavras e do vocabulário típico do Brasil *vis-à-vis* do português europeu, foi registrando tudo sem maiores escrúpulos. Ele também representava aquela geração dos acadêmicos e de seus agregados que, desde o início deste século, elegeram como ideal lingüístico e lexicográfico recolher os *brasileirismos* que representavam para eles naquela época a identidade do português brasileiro. O fato é que essa matéria tem que ser totalmente revista. O ideal científico seria fazer uma gigantesca pesquisa de campo em todos os recantos do Brasil e confrontar esses dados com os *brasileirismos* registrados por Aurélio e por todos os numerosos vocabulários, glossários e dicionários que deles se ocuparam.

Também contesto classificações sociolingüísticas de muitas dessas palavras feitas por Aurélio. Muita vez ele classificou como *brasileirismo* geral, isto é, palavra usada em todo o país, vocábulos que são, de fato, regionais, isto é, típicos de algumas regiões do país. Assim, não são de uso geral no país: *ajabô*, *acarajé*, *arroz-de-função*, *arroz-de-hauçá*, *cuscuz* (de tapioca), *furundum*, *librina*, *librinar*, *moqueca* etc. Ao tempo em que Aurélio escrevia seu dicionário – início da década de 1970 –, a fantástica homogeneização do português do Brasil promovida pelos meios de comunicação de massa estava apenas começando. Embora hoje possamos encontrar nos bons e caros restaurantes das grandes capitais do Brasil pratos regionais como o *acarajé*, o *cuscuz*, a *moqueca*, ainda assim eles não são menos regionais. O *cuscuz*, por exemplo. Aurélio dá como primeira definição: “1. Bras. Iguaria feita de farinha de milho (em geral graúda), ou de farinha de arroz, etc., cozida ao vapor”.

De fato, essa definição corresponde à base culinária desse prato que possui variantes regionais doces e salgadas. Ainda assim não creio que se deva considerar o *cuscuz* como *brasileirismo* geral. E o *cuscuz de tapioca*, classificado por Aurélio como *brasileirismo* e assim definido: “Bolo de farinha de tapioca, coco ralado e açúcar, embebidos em leite, e que não é cozido ou assado”, não é certamente *brasileirismo* geral. Se nordestinos que migraram para São Paulo cultivam esse hábito alimentar poder-se-á afirmar que o *cuscuz de tapioca* é “paulista”? Em São

Paulo (e em algumas regiões de Minas também) o *cuscu* é um prato salgado feito com camarão e peixe, ou eventualmente galinha.

A *moqueca* de peixe também, embora muito popular hoje em São Paulo, continua, contudo, a ser um prato regional baiano. E no Pará existe outra variedade, como registra Aurélio, a *poqueca* – variedade em relação ao referente e ao signo lingüístico que o nomeia. Não vou discutir aqui a complexa questão da origem e forma do termo *moqueca*, de origem tupi muito provavelmente, que representava originalmente uma maneira de cozinhar a carne, o alimento.

Já palavras como *paçoca* e *pirão*, creio que se possa afirmar que são *brasileirismos* gerais. Contudo, fica a pergunta: para que classificar como *brasileirismo* geral se a palavra é usada em todo o Brasil? Só se justificaria se o dicionarista visasse também como consulentes a portugueses (ou europeus que aprendem o português na Europa).

Inversamente, discordo de algumas restrições feitas por Aurélio. Assim a *cabidela* não está presente apenas no Nordeste e Portugal; é também comum em Minas Gerais, Rio de Janeiro e até São Paulo. É verdade que nesses três estados esse prato é também chamado de *frango* ou *galinha ao molho pardo*.

Hoje um fato social está tendo conseqüências imprevisíveis sobre a sociedade brasileira, seus costumes e sua linguagem: as intensas e imensas migrações internas. Desde o século passado vêm ocorrendo deslocamentos de habitantes de uma região para outra. Contudo, neste século e sobretudo a partir do surto desenvolvimentista dos anos 50 em diante, milhões de pessoas mudaram de seu hábitat original para outras regiões do Brasil, sendo o caso mais característico o verdadeiro êxodo de nordestinos para São Paulo num fluxo contínuo e ininterrupto. Mas além desses, também os gaúchos deixaram em massa seu estado de origem para se lançar na abertura de frentes de desenvolvimento no Brasil Central e na Bahia; cearenses foram para o Acre; paranaenses foram para Mato Grosso, mineiros foram para o Rio e Brasília, e assim por diante. É claro, porém, que o volume mais expressivo dessas migrações ocorreu depois que Aurélio recolheu seus dados (provavelmente antes da década de 1970). Contudo, esse fenômeno sociocultural está alterando profundamente as características das linguagens regionais no Brasil.

É necessário ressaltar também a fragilidade dos conceitos de classificação adotados por Aurélio para identificar *brasileirismos* e *regionalismos*. Não ignoro que se trata de matéria de grande complexidade e de difícil solução. Não vai ser fácil conceituar *regionalismo* de modo inequívoco e identificar os *regionalismos* e sua procedência. Em primeiro lugar,

porque para classificar um termo como *regionalismo* estamos admitindo que existe uma variante padrão que os falantes da comunidade em geral aceitam como tal. Proponho que se considere como variedade de referência e, portanto, como *português brasileiro padrão*, a variedade falada e escrita no eixo Rio-São Paulo, particularmente aquela usada nos grandes meios de comunicação de massa, a saber: as redes de televisão de alcance e audiência nacional como a TV Globo, o SBT a TV Cultura de São Paulo (caso de alguns programas: “Opinião Nacional”, “Castelo Rá-tim-bum”) e as principais revistas, alguns jornais do Rio e de São Paulo, que têm circulação nacional e são lidos pela classe média letrada do Brasil.

Os verbetes do Aurélio

A *listagem das palavras-entrada*, ou a organização da macroestrutura do dicionário, deve fundamentar-se num claro conceito de palavra (unidade léxica) para que o lexicógrafo possa selecionar os lemas de entrada conforme critérios sancionáveis pela lexicologia. Assim sendo, faz-se necessário, por parte do dicionarista, uma noção clara do que é uma unidade lexical. O lexema é uma entidade abstrata que se manifesta ao nível do discurso de modo bem diversificado por ser o português uma língua flexiva. Ademais, nas realizações discursivas as fronteiras entre uma unidade lexical complexa e um sintagma discursivo livre são muito difusas, exigindo do lexicógrafo uma boa formação teórica para poder decidir entre casos limítrofes. Mais ainda: a definição de palavra levanta problemas teóricos com conseqüências práticas na sua identificação e tratamento ortográfico e lexicográfico. Por ser o sistema ortográfico do português cheio de incongruências e por ser a tradição gráfica pejada de critérios não-científicos, o lexicógrafo enfrenta problemas muito difíceis no levantamento das unidades léxicas que comporão a nomenclatura do seu dicionário. A isso se vem agregar o fato de que a lexicalização das unidades complexas não se verifica de modo uniforme. Dado o fato de que o léxico é um sistema aberto em perpétuo movimento, sempre suscetível a mudanças e a expansões infinitas, combinatórias discursivas freqüentes incessantemente vêm incorporar-se ao tesouro lexical da língua. Todos esses problemas somados, o lexicógrafo enfrenta uma difícil tarefa na seleção das palavras-entrada e na sua ordenação estrutural. Aurélio não realizou um trabalho isento de erros, dado o fato de ele não possuir essa fundamentação teórica. A seu favor, conta tam-

bém o fato de que ele estava realizando sua obra no início da década de 1970 e desde então o léxico do português já mudou bastante, sobretudo nesse aspecto.

Vejamos algumas impropriedades, mas também adequações que respigamos sobre esta matéria.

Aurélio deu entrada em *água* a *água destilada*, *água mineral*, *água oxigenada*, *água potável*, mas deu entrada separada para *água-de-colônia*, *água-de-coco* e *água-forte*. Considerou, portanto, que, no primeiro caso, as formas elencadas são modalidades de existência da *água* e que, no segundo, a presença do significante *água* se deve à reutilização do significante *água* por economia lingüística; donde resultaram lexias formadas por processos de criação morfolexical que se baseiam na metonímia e na metáfora. Concordo plenamente com sua decisão. Contudo, *dona de casa* aparece como subentrada de *dona*, o que não deveria ser, já que se trata de um significado autônomo que remete a um referente diverso de *dona*. Nesse caso, a economia lingüística também determinou a reutilização do mesmo significante. Aurélio agiu da mesma forma em *ar condicionado* que entra sob *ar*, *assistência social* que entra sob *assistência* e *folha corrida* sob *folha*. Julgo que *ar condicionado*, *folha corrida* e *assistência social* deveriam ter entrada independente, pois remetem a referentes bem distintos daqueles da palavra-entrada. Em muitos outros casos, sobretudo quando se trata de referentes da flora brasileira, mas também em outros verbetes, Aurélio deu entrada individual, como por exemplo: *capim-açu*, *capim-amargoso*, *capim-bambu*, *capim-guiné*, *castanha-do-pará*, *castanha-do-maranhão*, *cereja-das-antilhas*, *cereja-do-rio-grande*. Exemplos que não são da flora: *capitão-de-corveta*, *capitão-de-fragata*, *capitão-mor*, *capitão-do-mato*, *língua-de-gato*, *língua-de-sogra*, *língua-de-trapos*, *língua-de-vaca*, *olho-de-boi*, *olho-de-gato*, *olho-d'água* etc. Em princípio se tem a impressão que Aurélio individualizou a entrada quando se tratava de um referente diferente em cuja nomeação fora utilizada uma base lexical do acervo já existente. Mas não é bem assim. *Capitão-do-mato* não é um *capitão*, porém os demais são variedades dessa categoria: *capitão-de-corveta*, *capitão-de-fragata*, *capitão-mor*. Os referentes *capim-açu*, *capim-amargoso*, *capim-bambu*, *capim-guiné* são variedades de *capim* – por que dar entrada em separado? *Céu da boca* é uma metáfora composta a partir do significante *céu*; é melhor incluí-lo sob *céu* como fez Aurélio ou considerar que se trata de referente muito distinto como fez nos outros casos? *Linha de transmissão* e *linha de montagem* são subentradas de *linha*; *linha-dura* e *linha-bloco* são entradas independentes. Portanto,

ora prevalece o critério da identidade da forma (significante), ora da individualidade do referente.

Outra crítica relativamente à unidade lexical e entrada correlata. Aurélio abriu entradas independentes para *guisa* e *soslaio*, vocábulos já desaparecidos de há muito da língua portuguesa. Temos aqui fósseis lexicais que só existem hoje nas locuções à *guisa de* e *de soslaio*. Logo, não se justificam os lemas *guisa* e *soslaio* que deveriam ser substituídos por à *guisa de* e *de soslaio*. Nesses e em vários outros casos, mestre Aurélio deixou-se levar pela tradição lexicográfica. A meu ver, nem mesmo no século XIX se justificava o registro dessas entradas como fez Aurélio, pois as palavras *guisa* e *soslaio* já estavam mortas. Aurélio é muito fiel aos lexicógrafos que o precederam, quando deveria ter tomado decisões distintas da tradição, uma vez que descrevia o léxico contemporâneo e não o léxico do passado.

Na *microestrutura* do dicionário é preciso considerar sobretudo os seguintes pontos: 1) as definições e o conteúdo do verbete e 2) a seleção e ordenação das acepções no caso de palavras polissêmicas.

Com respeito às definições da palavra-entrada, uma primeira crítica ao Aurélio é o fato de ele usar muitas vezes palavras eruditas na definição, chegando até a empregar palavras mais “difíceis” do que a da palavra-entrada. O vocabulário utilizado nas definições deveria ter sido escolhido com cuidado. Além disso, as definições de termos científicos e técnicos geralmente são inadequadas para o grande público. Tem-se a impressão que a definição foi redigida por um especialista na área, ou foi copiada de um dicionário técnico-científico, sem nenhuma adaptação para o consulente comum. Ora, o dicionário de língua não é feito para especialistas mas para leigos. São particularmente criticáveis as definições na área da botânica, da zoologia, da biologia, da medicina etc. Convém lembrar ainda que os verbetes de termos técnico-científicos no *Aurélio* não contêm nenhuma abonação ou exemplo, diversamente das palavras da língua comum e dos domínios das humanidades. No caso das ciências biológicas e médicas, astronomia, ciências exatas etc., um exemplo seria mais apropriado do que uma abonação ou documentação. Vou dar uns exemplos para explicitar.

Verbete: *fagáceas* no *Aurélio*: S. f. pl. Bot.

1. Família de plantas superiores, constituída de árvores cujas flores unissexuais se dispõem em glomérulos ou em amentos. Flores masculinas com três a sete sépalas e outros tantos estames; flores femininas com três carpelos concrecentes; fruto seco e indeiscente, envolvido por uma cúpula.

la receptacular. Há cerca de 400 espécies peculiares aos climas temperados, quase todas do hemisfério norte.

Compare-se com esta definição glosada do dicionário do espanhol *Salamanca*:

fagáceo adj/s.f. 1. Bot. [árvore, arbusto] que tem folha perene ou caduca, denteada ou lobulada e fruto seco. *O carvalho, a castanheira e a avelaneira são árvores fagáceas.* // s.f. 2 (no plural). Bot. Família destas plantas.

Nessa segunda definição temos o mínimo de informação técnica, o suficiente para respeitar a verdade científica mas não um excesso de termos técnicos que atrapalham em vez de ajudar na compreensão. Além disso, formula-se um exemplo simples com dados possivelmente conhecidos do consulente para orientá-lo no entendimento do verbete.

Veja-se agora exemplos da biologia.

Verbete: *fagocitose* no *Aurélio*: [De fagócito + -ose] s.f. Citol.

1. Ingestão e destruição de uma partícula sólida ou de um microrganismo por uma célula.

Verbete: *fagócito* [De fag(o)- + -cito] s.m. Citol.

1. Célula que realiza a fagocitose.

A definição glosada do dicionário do espanhol *Salamanca* de ambos esses termos:

fagocitose s.f. Biol. Propriedade de determinadas células ou fagócitos de apoderar-se das e digerir as partículas nocivas do organismo. *As células mortas como produto da fagocitose formam o pus.*

fagócito s.m. Biol. Célula capaz de absorver um corpo estranho para digerir-lo e destruí-lo. *Os fagócitos dos organismos superiores são uma barreira defensiva contra os agressores.*

No *Aurélio* a definição de *fagócito* remete a *fagocitose* e depende desse verbete para sua compreensão; ainda assim o entendimento não é cristalino por causa dos termos empregados (ingestão, microrganismo), além de insuficiente.

Quando a palavra tem vários sentidos, um problema muito complicado é isolar os principais sentidos sem se deixar levar pelas conotações resultantes do contexto, isto é, individualizar apenas significados

básicos em que, de fato, se pode reconhecer semas diferentes. Creio que, muitas vezes, essa constitui uma fragilidade do *Aurélio*. Em vez de tentar fazer esse esforço de separação e ordenação, ele prefere ir expandindo o verbete e acrescentando mais e mais acepções quando várias dentre elas poderiam ser incluídas em outras. Vou dar um exemplo característico que ocorre com os verbos muito polissêmicos porque muito freqüentes. Veja-se o verbo *deixar*. *Aurélio* registrou 32 acepções sem contar as expressões idiomáticas (que ele não identifica dessa maneira). Apesar de alongar muito este artigo, vou reproduzir o verbete do *Aurélio* para melhor evidenciar minhas objeções.

Verbete: *deixar* [Do ant. *leixar*.] V. t. d.

- 1 *Sair de; afastar-se, retirar-se: Deixar a sala.*
- 2 *Separar-se, apartar-se de: deixar os companheiros.*
- 3 *Ausentar-se: Deixar a pátria.*
- 4 *Sair de; desviar-se de: Deixar a estrada principal.*
- 5 *Não continuar a reter; não conservar mais; largar, soltar: Deixar a presa.*
- 6 *Abandonar, desprezar: Deixar a mulher.*
- 7 *Desistir de; renunciar a: Deixar honrarias.*
- 8 *Pôr de parte; não considerar; esquecer, abstrair: Deixemos este ponto da questão.*
- 9 *Afastar, arredar, desviar, repelir: Deixe estes devaneios bobos.*
- 10 *Não obstar; permitir, consentir: Deixou que o apanhassem.*
- 11 *Adiar, delongar: Deixemos por enquanto este negócio.*
- 12 *Dar como lucro ou proveito; render: O empreendimento deixou pouco dinheiro.*
- 13 *Largar, abandonar, exonerar-se, demitir-se: Deixar o emprego.*
- 14 *Não referir; omitir: Deixar os pormenores.*
- 15 *Desabituar-se de: Deixar o vício do jogo.*
- 16 *Ser despojado de; perder: Deixar a vida. A planta deixa as suas folhas.*
- 17 *Desertar de; abandonar, abjurar: Deixar o partido, a religião.*
- 18 *Transmitir, comunicar; imprimir, infundir: O prato deixou um sabor picante. Esta música deixa uma ponta de nostalgia.*
- 19 *Causar, ou transmitir, ao ausentar-se ou morrer: Deixar saudades. Deixar exemplos.*
- 20 *Transmitir como legado1 (1), ou (caso não haja testamento) como natural consequência da morte, automaticamente: Morreu, deixando uma fortuna.*
- 21 *Transmitir como legado1 (2): O modernismo como revolução não deixou monumentos literários. Deixou Tchecov umas 300 histórias curtas.*
- 22 *Tornar possível; facultar: O nevoeiro mal deixava enxergar o caminho.*
V. *transobj.*

- 23 *Fazer que fique (em certo estado ou condição); tornar: Deixei-o alegre. A transação deixou-o rico.*
- 24 *Instituir, constituir, nomear: O avô deixou-o por herdeiro.*
V. t. i.
- 25 *Cessar, desistir: Por que deixou de estudar?*
- 26 *Fugir a; evitar: Não posso deixar de agir assim.*
V. t. d. e i.
- 27 *Transferir, legar: O pai deixou-lhe uma casa.*
- 28 *Pôr à disposição de; ceder: Deixou-me o seu lugar.*
- 29 *Não privar, não despojar (de alguém ou de algo): Levei o que me mata ou me invalida,/ Mas deixai-me a saudade, que esta vida/ Só bem se vive morto de saudade.*
V. p.
- 30 *Cessar, desistir; abster-se: Deixe-se de palavras e procure agir.*
- 31 *Separar-se, apartar-se: Viveram juntos, sem nunca se deixarem.*
- 32 *Não obstar ou resistir; consentir, permitir: Deixar-se prender.*

** Deixar a desejar.

1. Não corresponder ao que se esperava, ou ao que seria de esperar.
Deixar atrás.
1. Não mencionar, omitir.
2. Exceder, superar, suplantar.
Deixar cair. Bras.
1. V. deixar correr.
Deixar correr.
1. Deixar que aconteça.
2. Não fazer caso de. [Sin.: deixar cair, deixar ir.]
Deixar de fora.
1. Não dar oportunidade de participar; excluir.
Deixar ir.
1. V. deixar correr.
Deixar para lá.
1. Não fazer caso de; não se incomodar com.
Deixar passar.
1. Não impedir que passe.
2. Admitir, tolerar.
Deixar perceber.
1. Dar a entender.
Deixar ver.
1. Mostrar, apresentar; demonstrar.

Aurélio detalhou muito e de modo inadequado. Julgo que a opção que fez (imitando Francisco Fernandes) de identificar e separar as acepções a partir da sintaxe do verbo não foi a melhor decisão. De fato, em se tratando de lexicografia, a semântica deve comandar e a sintaxe vir em

segundo lugar mesmo no caso do verbo. Isso porque a primeira coisa que um consulente quer saber é qual o significado da palavra. Não é que a sintaxe não seja importante; claro que é. Contudo, freqüentemente, esse critério obrigou Aurélio a idas e vindas no estabelecimento das acepções porque deu prioridade para a forma sintática, repetindo o mesmo valor semântico, com uma pequena nuance, fenômeno que ocorre quando muda a regência do verbo. Como Fernandes, Aurélio discriminou quatro classes: 1) o verbo *deixar* como transitivo direto; 2) o verbo *deixar* como transitivo indireto; 3) o verbo *deixar* como transitivo direto e indireto; 4) o verbo *deixar* como pronominal. Ele se fundamentou no dicionário de Fernandes em muitos outros aspectos – isso é evidente também nas definições (sinônimos usados) – os próprios vocábulos usados copiam Fernandes. Dessa forma, Aurélio reproduz definições que não são ideais; ver, por exemplo: as acepções numeradas como 12, 13, 14, 15, 24, 25, 26, 27, 28, 32. E, ao usar tais vocábulos, Aurélio incorreu em outra impropriedade lexicográfica: várias dentre elas são palavras pouco usadas; seria melhor que Aurélio tivesse usado um vocabulário mais restrito, servindo-se apenas das palavras mais freqüentes da língua para elaborar suas definições. Em vez das 32 acepções elencadas por Aurélio, proponho a seguinte estruturação do verbete:

deixar v. 1. Não intervir, mantendo alguém ou alguma coisa em um estado, um lugar, uma situação. t.d. Deixe as coisas como estão para ver como ficam. Vou deixar o cabelo crescer. Deixe o menino em paz! O homem deixou os filhos cuidando da roça.

2. Abandonar; pôr de lado. t.d. João deixou a mulher. Deixou o partido há tempos. João deixou a estrada e pegou um atalho.

3. Não se ocupar de; pôr de lado. t.d. Deixemos este aspecto do problema.

4. Cessar de; não fazer; desistir (seguido da prep. *de*). t.i. Ele deixou de fumar. Marta deixou de tomar a pílula. Por que deixou de estudar? Não posso deixar de agir assim. Deixe-se de lamúrias e aja. t.d.i. (pron.).

5. Sair de um lugar; afastar-se de um lugar. t.d. Deixou o escritório cedo. Deixou a sala imediatamente.

6. Separar-se t.d. (pron.). Viveram juntos sem nunca se deixarem.

7. Não impedir de; permitir. t.d. a) seguido de verbo no infinitivo com sujeito próprio: Deixou-o partir. (pron.). Deixou-se enganar. Deixei-me levar por sua argumentação. b) seguido de oração subordinada introduzida pela conj. *que*: t.d. A mãe deixou que as crianças brincassem no parque. Deixou que a polícia o pegasse.

8. Entregar ou confiar a alguém ao partir. t.d.i. Deixe as chaves com o porteiro. Fábio me deixou um cheque de cem reais.

9. Dar, ceder para outra pessoa. t.d.i. Deixou seu lugar para mim. Deixe uns brinquedos para seu irmão.
10. Passar, transmitir, dar alguma coisa a (para) alguém. t.d.i. Morreu deixando uma fortuna para os filhos. Sua visita deixou-nos saudade.
11. Tornar; fazer ficar. t.d. A transação na bolsa deixou-o rico. A chuva deixou a terra encharcada.
12. Adiar. t.d.i. Resolvi deixar a limpeza para amanhã. Deixou a compra do carro para o mês seguinte.

Em primeiro lugar, convém explicar que não estou usando critério cientificamente mais adequado para classificar o verbo (segundo suas valências e argumentos) porque estou tentando colocar-me na perspectiva de Aurélio.

Embora se possa questionar a ordem das acepções registradas no modelo que proponho antes, reduzi as 32 acepções de Aurélio para 12. Pode-se constatar que muitas das acepções listadas por ele podem ser incluídas em outras como por exemplo: 1 e 2 numa só; 13 e 15 em 6; 14, 17 e 30 em 8; 19, 20 e 21 poderiam ser fundidas numa só dando maior abrangência para a definição; 31 em 2; 32 em 10. Outras deveriam ser eliminadas, como 3, 12, 16, 18, 24, 29. Alguns dentre esses casos são repetições de versões lexicográficas tradicionais desde o *Aulete* que os nossos *corpora* não registram; talvez tenham sido usos do português europeu. Quanto às *expressões idiomáticas* arroladas ao fim do verbete, *deixar cair* e *deixar ir* deveriam ser eliminadas porque não o são. Junto com *deixar de fora* deveria incluir *deixar de lado*, que é uma variante; em *deixar para lá*, incluir as variantes *deixa lá* e a popular *deixa pra lá*. Faltam ainda, pelo menos, as seguintes expressões idiomáticas: *deixar (muito) a desejar*, *deixar (alguém) de cabelo em pé / deixar (alguém) de cabelo(s) branco(s)*, *deixar de fita*, *deixar estar*, *deixar filho(s) [herdeiro(s), descendente(s)]*, *deixar margem*, *deixar na mão*, *deixar o dito pelo não dito*.

Evidentemente um exemplo é muito pouco para se comentar em um dicionário geral; porém, dada a impossibilidade de expandir demais meus exemplos, quis tão-somente ilustrar a questão.

Uma obra do porte do *Aurélio* requer uma análise mais profunda do que a que foi feita aqui. Não gostaria de concluir deixando a impressão de que só se encontram defeitos nesse dicionário. Se ele não tivesse méritos não teria alcançado o sucesso que obteve. Mas também é verdade que seu sucesso é parcialmente pela ausência de concorrentes, como assinaléi antes quando discuti o momento histórico de transição do PDBL para o *Aurélio*. Nós, brasileiros, precisamos de um dicionário

razoavelmente atualizado que registre o vocabulário e os usos do Português do Brasil. Portanto, não existindo mais o PDBLP a partir de 1967, a sociedade brasileira adotou o *Aurélio* como fonte de informação e consulta sobre o léxico do Português do Brasil. A bem da verdade, é preciso dizer que existiam outros concorrentes, outros dicionários com um número bastante grande de verbetes: o dicionário *Melhoramentos*, o *Koogan-Larousse* (desde a década de 1970) e outros menores. E também é verdade que todos eles eram inferiores ao *Aurélio*, não só com respeito à atualização mas sobretudo com relação ao conteúdo. Por isso o *Aurélio* manteve-se soberano.

Quero concluir rendendo meu preito ao mestre que, laboriosa e dignamente, auxiliou gerações de brasileiros a entender melhor sua língua e a escrever com mais propriedade. Termino citando a saudosa professora de português da USP, Edith Pimentel Pinto: “Todos os autores podem aspirar ao louvor; os lexicógrafos, somente escapar das censuras”.

BIDERMAN, M. T. C. *Aurélio: synonym of dictionary? Alfa (São Paulo)*, v.44, p.27-55, 2000.

- **ABSTRACT:** *This article describes the lexicographic activities of A. B. de Holanda Ferreira prior to the publication of his famous dictionary when he was a collaborator, the main editor and proofreader of the Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, dictionary that was the predecessor of the Aurélio as the most important lexicographical consulting source for Brazilians from 1938 to 1975. Criticism of the Aurélio dictionary is studied here and is shown to be appropriate. An examination of the nomenclature of Aurélio reveals the inadequacy of criteria used in the selection of word-entries. The microstructure of the dictionary articles is then analysed, particularly the definitions, the ranking of acceptations for polyssemic words, as well as the inadequate criteria in the discrimination of homonyms.*
- **KEYWORDS:** *Aurélio dictionary; nomenclature or macrostructure of the dictionary; microstructure of the dictionary; analysis of dictionary entries.*

Referências bibliográficas

- BIDERMAN, M. T. C. *Teoria lingüística* (lingüística quantitativa e computacional). Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.
- _____. (Org.) *Lexicografia e lexicologia*. Suplemento Alfa. São Paulo: Editora UNESP, 1985.

- BIDERMAN, M. T. C. Polissemia versus homonímia. In: *Anais do XXXIX Seminário do GEL*. Franca, 1991, p.283-90.
- _____. A definição lexicográfica. *Cadernos de Letras*, Instituto de Letras, UFRGS, n.10, p.23-43, jul. 1993.
- _____. Os dicionários na contemporaneidade: arquitetura, métodos e técnicas. In: *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. Campo Grande: Editora da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 1998.
- BOLÉO, M. de P. *Brasileirismos, problemas de método*. Coimbra: Coimbra Editora, 1943.
- CALDAS AULETE, F. J. *Diccionario contemporaneo da lingua portuguesa*. Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, 1881.
- CORAZZARI, O. *Phraseological Units*. Consiglio Nazionale delle Ricerche. Istituto di Linguistica Computazionale. Network of European Reference Corpora (NERC). serial n.68. Pisa, 1992. (Manuscrito).
- COSTA, J. A., SAMPAIO e MELO. *Dicionário da língua portuguesa*. 7.ed. Porto: Porto Editora, 1994.
- CUNHA, A. G. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- CUNHA, C. *Que é um brasileiro?* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1977.
- DIAZ, O. Observations sur les expressions lexicalisées. *Cahiers du Centre Interdisciplinaire des Sciences du Langage (Toulouse)*, n.5, p.139-52, 1983-1984.
- DICCIONARIO SALAMANCA de la lengua española. Madrid: Santillana/Universidad de Salamanca, 1996.
- DUBOIS, J. *Introduction à la lexicographie: le dictionnaire*. Paris: Larousse, 1971.
- FERNANDES, F. *Dicionário de verbos e regimes*. Rio de Janeiro, Porto Alegre: Globo, 1942.
- FERNANDEZ-SEVILHA, J. Problemas de lexicografia actual. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1974.
- FERREIRA, A. B. de H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.
- _____. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- DICCIONÁRIO ELETRÔNICO AURÉLIO. Versão 2.0. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- GROSS, M. Les limites de la phrase figée. *Langages Paris*, n.90, p.7-22, 1988.
- MORAES SILVA, A. de. *Diccionario da lingua portuguesa*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813 (fac-simile feito no Rio de Janeiro em 1922).

- OLIVEIRA, A. M. P. P. de. *O português do Brasil: brasileirismos e regionalismos*. Araraquara, 1999. Tese (Doutorado em Lingüística) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.
- PEQUENO DICIONÁRIO BRASILEIRO da língua portuguesa. Rio de Janeiro, São Paulo: Civilização Brasileira, 1938.
- PEQUENO DICIONÁRIO BRASILEIRO da língua portuguesa. [Organizado por Hildebrando Lima e Gustavo Barroso. Inteiramente revista e consideravelmente aumentada por Aurélio Buarque de Holanda Ferreira]. 6.ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Civilização Brasileira, 1946.
- PEQUENO DICIONÁRIO BRASILEIRO da língua portuguesa. [Organizado por Hildebrando Lima e Gustavo Barroso. Inteiramente revista e consideravelmente aumentada por Aurélio Buarque de Holanda Ferreira]. 9.ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Civilização Brasileira, 1951.
- PEQUENO DICIONÁRIO BRASILEIRO da língua portuguesa. [Supervisionada e consideravelmente aumentada por Aurélio Buarque de Holanda Ferreira / com a assistência de José Baptista da Luz]. 11.ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Civilização Brasileira, 1967.
- PETIT ROBERT. Paris: Le Robert, 1994.
- PICOCHÉ, J. *Précis de lexicologie française*. L'étude et l'enseignement du vocabulaire. Paris: Nathan, 1992.
- PINTO, E. P. Novo Aurélio. Acréscimos e omissões da nova edição. *O Estado de S. Paulo*, n.347.
- SANDMANN, A. J. Críticas ao Aurélio. *Letras (Curitiba)*, Editora da UFP, n.39, p.291-7, 1990.
- SILVA, A. S. da. Homonímia e polissemia: análise sêmica e teoria do campo léxico. In: XIX CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA ROMÂNICA. Santiago de Compostela, set. 1989.

DICIONÁRIOS DE GÍRIA

Dino PRETI¹

- **RESUMO:** Após uma rápida introdução sobre o aparecimento da gíria em vários países, apresentam-se alguns subsídios para a sua história, no Brasil. Em seguida, discute-se uma tipologia dos dicionários de gíria e as principais dificuldades encontradas para a sua elaboração.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Lexicografia; vocabulário popular; gíria; gíria de grupo e gíria comum; dicionários de gíria – problemas para sua elaboração.

Alguns dados históricos

O tema da gíria começa a ganhar projeção no âmbito dos estudos do léxico da língua, porque é inegável a expansão desse vocabulário, em nossa época, notadamente no meio urbano. Há razões de ordem social que poderiam explicar o fenômeno, que não é exclusivamente brasileiro, mas que se expandiu muito em razão, também, do fortalecimento dos regimes democráticos na sociedade moderna, em todo o mundo, particularmente na América, o que veio a diminuir os preconceitos em relação à linguagem popular.

O fato de se terem desenvolvido muito, nas últimas décadas, os estudos sobre a língua falada, em especial com as contribuições da Análise do Discurso, da Análise da Conversação e da Sociolinguística Interacional,

¹ Titular de Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo (aposentado); professor de Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – SP – Brasil.

contribuiu decisivamente para aguçar o interesse dos lingüistas pelo estudo da gíria.

Apesar desse maior interesse recente, a gíria é um vocabulário de todas as épocas e de todos os povos, se lhe atribuirmos o sentido de linguagem de um grupo social determinado. Como manifestação tipicamente oral, porém, não deixa documentos suficientes para datar o seu exato aparecimento, embora sua existência possa ser vislumbrada em muitos povos.

Na França, por exemplo, os primeiros vocábulos gírios documentados remetem à linguagem marginal ou aos mascates, comerciantes ambulantes, na Idade Média; ou são surpreendidos nos versos de um poeta popular, François de Villon, nas suas baladas argóticas dos fins do século XV, obras que, ainda hoje, guardam, em parte, sua natureza criptológica. Quase sempre as referências históricas à gíria francesa (o chamado *argot*) nos levam ao seu uso pelas corporações criminosas que infestaram a nação depois da Guerra dos Cem Anos (cf. Casciani, 1948; Dauzat, 1946).

Também do século XV datam os primeiros documentos gírios italianos, ligados aos principais dialetos da Península (cf. Ferrero, 1972). Na Espanha, talvez mais tardios, começam a aparecer no século XVI, com forte influência do *argot* francês (cf. Dauzat, 1946).

Em Portugal, no século XVI, a obra de Gil Vicente testemunha a existência de muitos vocábulos populares, de natureza gíria, em geral ligados às profissões. E, no XVII, um poeta, D. Francisco Manuel de Melo, arrolou em sua *Feira de anexins* uma série de vocábulos da gíria da época. Os estudos mais significativos sobre o vocabulário gírio português começaram na segunda metade do século XIX e na primeira do XX, quando apareceram ensaios, capítulos de obras, dicionários ou glossários de autores como J. Leite de Vasconcelos, Adolfo Coelho, Queirós Veloso, Alberto Bessa, Amílcar Ferreira de Castro. Albino Lapa afirma, na introdução de seu *Dicionário de calão* (1974, p.21) que

em 1890, surge uma lista de termos, a maior que até ali tinha aparecido inteligentemente coordenada e identificada. E esse passo se ficou devendo a Queirós Veloso, publicando na *Revista de Portugal* um longo estudo, intitulado "A gíria", com 1355 termos. E daqui em diante fica lançada a verdadeira ciência do calão ou gíria na língua portuguesa.

Nas três últimas décadas do século XX, o maior intercâmbio cultural e lingüístico, resultante, principalmente, da exportação além-mar da no-

vela de televisão brasileira, favoreceu o aparecimento de vocábulos gírios brasileiros em Portugal, apesar da pronta reação dos intelectuais portugueses, muito mais ciosos da unidade lingüística do que os brasileiros.

Eduardo Nobre, em seu *O calão – Dicionário de gíria portuguesa* (1980), fez um primeiro registro dessa contribuição da gíria brasileira, anotando 86 vocábulos que teriam ingressado na linguagem oral popular por meio da novela de televisão, das fotonovelas e da música popular. A propósito da primeira dessas fontes, diz o autor, referindo-se ao que chama de “calão brasileiro”:

No momento presente a densidade de programação televisiva em língua brasileira permite-nos afirmar que as riquíssimas gírias e a expressividade do falar do chamado País Irmão começam a instalar-se no nosso português diário. Não só a riqueza desse vocabulário mas também a imensa popularidade desses programas o garantem. (p.20)

Mas não deixa de lembrar que os jornais “conscientes da proximidade da nova linguagem começaram já a inserir *traduções* dos termos e expressões mais herméticas” (p.21).

O número de vocábulos recolhido pelo dicionarista pode parecer muito pequeno, mas, na verdade, é significativo, levando-se em conta que o fenômeno gírio atende fundamentalmente a uma comunicação dentro de um grupo social específico e geograficamente localizado e, portanto, sua presença seria estranha em ambiente tão distante. Mas trata-se de vocábulos já integrados numa *gíria comum* do Brasil, vulgarizada pela mídia, exportada com as novelas e destinada a uma vida curta fora de seu contexto original.

Subsídios para a história da gíria no Brasil

São bastante nebulosas as origens da gíria brasileira. As línguas africanas e ameríndias, que entraram em nossa formação vocabular, praticamente não deixaram influência na gíria. Ao contrário de Portugal, pequena foi a influência da língua cigana nesse vocabulário, restringindo-se às primeiras décadas do século XX e, com o passar dos anos, pode-se dizer que, praticamente, desapareceu, em virtude da presença cada vez menor desse povo nas cidades brasileiras. O que se pode dizer é que historicamente há um fundo comum entre gíria portuguesa e brasileira, e o fenômeno, como sempre, é de natureza urbana.

Antes do século XIX e, mais propriamente, de suas últimas décadas, há poucos vestígios de gíria em documentos escritos, cabendo lembrar a poesia satírica de Gregório de Matos Guerra, no século XVII. Ainda assim com um número limitado de exemplos, uma vez que devemos distinguir entre os vocábulos eróticos e obscenos, mais frequentes em sua obra, e a gíria propriamente dita.

A partir dos fins do século XIX, com o crescimento das cidades brasileiras, em particular da capital, o Rio de Janeiro, observamos que a gíria começa a fazer parte da linguagem dos grupos sociais, que se vêem retratados pelo teatro realista e pela prosa dos romancistas do naturalismo, principalmente Aluísio Azevedo, no romance *O cortiço*, dada a natureza de seu tema.

O novo século coincide com as reformas urbanas da capital, iniciativa do prefeito Pereira Passos, que parecia atender ao apelo contínuo de Figueiredo Pimentel, em sua coluna "O Binóculo", na *Gazeta de Notícias*, que anunciava: "O Rio civiliza-se!". Nesse novo contexto histórico, a imprensa passa a ter uma participação cada vez maior na vida social e política. Modernizam-se os grandes jornais, alguns já antigos, outros surgidos no novo século. A *Gazeta de Notícias*, o *Jornal do Comércio*, o *País*, o *Jornal do Brasil* e, principalmente, o *Correio da Manhã* ingressam nos anos noventa como empresas jornalísticas importantes. Paralelamente a elas, "surge também um bom número de periódicos, em geral de publicação semanal (ou em determinados dias da semana), sob o formato de revistas ou tablóides que se caracterizam pelos objetivos mais variados: humorismo, crítica de costumes, vida social, letras, teatro, política" (Preti, 1984b, p.10). É "dentro desse contexto heterogêneo da imprensa dos princípios do século que começa a aparecer uma série de tablóides de caráter obsceno, os quais se tornaram conhecidos, então, pelo nome genérico de *imprensa fescenina*" (ibidem, p.12).

Entre essas publicações, caracterizadas por uma linguagem mais livre, pela incorporação da gíria, pelos vocábulos de sentido dúbio, malicioso, podemos destacar *O Coiô*, jornalzinho semanal, surgido em 1901, cujo conteúdo "se dividia entre pequenas narrativas e versos de motivos libertinos, comentários de fundo crítico-humorístico, capítulos de folhetins, piadas, charadas, mexericos, palpites para o jogo do bicho, notícias teatrais e de bastidores, propaganda" (p.13). É nessa publicação influenciada, evidentemente, pela linguagem popular, que encontramos, a partir de 1902, a coluna de José Ângelo Vieira de Brito, escritor de peças teatrais e folhetins, que se ocultava sob o pseudônimo de Bock. Intitulava-se "Dicionário moderno" e nela o autor registrava verbetes liga-

dos sempre ao tema erótico-obsceno. No texto, é comum o aparecimento de gírias da época, muito embora elas não venham a constar como entradas de novos verbetes, quando não têm um referente erótico, pois o objetivo de Bock era essencialmente registrar os vocábulos que se referiam à vida amorosa e, particularmente, sexual da sociedade carioca de seu tempo.

Em 1903, ainda sob o pseudônimo de Bock, aparece na "Biblioteca de *O Coió*" (que se caracterizava pela publicação de folhetins eróticos), em edição popular, o *Dicionário moderno*, em cuja capa constava um subtítulo bem elucidativo do tipo de vocábulos que a obra continha:

Vocabulário galante ao paladar do povo da lira contendo a tecnologia completa da gíria carioca, significados positivos do calão nacional e maneira especial de dizer as cousas que não se dizem. Especialmente feito para o uso das escolas normais e anormais, e aprovado pelo Conselho Superior de Instrução de Coiós. (Preti, 1984b, p.17-28)

A obra de Bock pode ser considerada o primeiro repositório organizado de gíria brasileira. O texto é uma raridade bibliográfica. Um de seus exemplares foi descoberto no Brasil pelo lingüista francês Albert Audubert e encontra-se reproduzido na obra *A linguagem proibida* (Preti, 1984b).

Nas primeiras décadas do século XX, há outros textos que, embora não tratem especificamente de gíria, demonstram que esse vocabulário estava presente na linguagem da época e começava a entrar, também, na literatura. Assim, o romancista Lima Barreto, embora não fizesse uso dela sistematicamente, chegou a nomear uma de suas obras com um vocábulo da gíria da época. Trata-se da sátira social e política denominada *Os bruzundangas* (1923). O vocábulo significava "trapalhadas", "confusões", "palavreado confuso", de onde surgiu a idéia da "república das bruzundangas", alusão ao Brasil, país das trapalhadas, tema do livro.

Exemplos como o de Lima Barreto e de outros autores do princípio do século XX não nos permitem afirmar, contudo, que essas palavras já estivessem lexicalizadas, pois os dicionários da época ainda não lhe davam acolhida. Os vocábulos, porém, deveriam estar em uso na linguagem dos boêmios, da gente de teatro, dos sambistas, dos moradores dos morros e favelas, da polícia, dos marginais, e até do povo em geral, pois sua presença é comprovada em textos escritos do jornalismo popular.

Nessa mesma época, uma colaboração importante para a história de nossa gíria é a obra de Raul Pederneiras, *Geringonça carioca – verbetes para um dicionário de gíria*, concluída em 1910, mas só publicada em 1922.

Até o surgimento de *A gíria brasileira*, dicionário elaborado pelo filólogo Antenor Nascentes, em 1953, há trabalhos esparsos de recolha, alguns mais amplos, como o *Dicionário da gíria brasileira*, de Manuel Viotti (1945), depois reformulado, na 3ª edição para *Novo dicionário de gíria brasileira* (1957) e outros menores e mais específicos, em geral referentes à gíria da polícia, dos marginais do crime ou da malandragem. Entre esses (às vezes, pequenos vocabulários em artigos de revistas), lembraremos as contribuições de Elísio de Carvalho (*A gíria dos gatunos cariocas*, 1912), Olinto Nogueira (*Tratado de polícia e detetive*, s.d.), Antenor Nascentes (*O linguajar carioca em 1922*, 1922), Francisco da Silveira Bueno (*A gíria dos malfeitores*, 1948) e Coriolano Nogueira Cobra (*Linguajar de criminosos e policiais*, 1949).

Esses textos não revelam preocupação lexicográfica, cientificamente considerada. Sua posição preconceituosa em relação à gíria fica bem marcada, até mesmo na denominação *linguajar*, que nomeia muitos desses vocabulários.

A gíria da malandragem e das favelas cariocas aparece também na música popular brasileira, mais ou menos a partir dos anos 30, com a figura do sambista de morro.

Noel Rosa, o poeta e compositor da Vila Isabel, é o primeiro a valorizar essa linguagem, em seus sambas, em oposição ao português de Portugal. Ele observa que a gíria da capital tinha sua origem nos morros e, depois, espalhava-se pela linguagem comum da cidade:

A gíria que o nosso morro criou
bem cedo a cidade aceitou
e usou.
Essa gente hoje em dia
que tem a mania da exibição
não se lembra que o samba
não tem tradução no idioma francês.
Tudo aquilo que o malandro pronuncia
Com voz macia
é brasileiro,
já passou de português. (Noel Rosa, *Não tem tradução*, 1936)

A partir da década de 1960, a própria evolução da sociedade urbana brasileira propiciaria um crescimento considerável do uso da gíria nas

idades grandes. Não só a música popular, mas também o cinema e o teatro; a imprensa; o rádio e a televisão; a propaganda; os grandes esportes, como o futebol; os centros de diversão, como o “mundinho” noturno e as casas de danças criaram seu vocabulário típico, às vezes verdadeiros códigos fechados, em constante transformação, para manter a originalidade e preservar o signo identificador do grupo social.

O interesse pelo estudo da gíria cresceu, a recolha de vocábulos se intensificou e, além de dicionários, alguns regionais, misturando falares típicos de certas regiões com vocabulários de grupos sociais restritos, aparecem estudos do fenômeno gírio despojados dos velhos preconceitos, natural consequência, também, das novas correntes lingüísticas, em especial da sociolingüística, com a teoria referente às variações representadas pelos dialetos sociais.

Valeria lembrar, entre outros, *A linguagem da juventude* (Rector, 1975), *A gíria e outros temas* (Preti, 1984a); *A linguagem proibida* (Preti, 1984b); *Gíria: vulgarização de um signo de grupo?* (Cabello, 1989); *A fala dos jovens* (Rector, 1994); *A linguagem dos esportes de massa e a gíria do futebol* (Feijó, 1994); *A gíria da cidade grande* (Preti, 1996), além dos dicionários, como *Dicionário de gíria – gíria policial, gíria humorística, gíria dos marginais* (Silva, s.d.); *Dicionário de expressões populares brasileiras* (Franco, s.d.); *Dicionário dos marginais* (Tacla, 1968); *Dicionário da gíria brasileira* (Silva, 1973); *Dicionário do palavrão e termos afins* (Souto Maior, 1980); *Dicionário de gíria – modismo lingüístico – o equipamento falado do brasileiro* (Serra e Gurgel, 1990).

Em todas essas obras, mesmo quando não se apresentam, especificamente, como dicionários, embora possuam algum levantamento de vocábulos, o grande problema tem sido encontrar um critério lexicográfico mais rígido, que dê conta da seleção lexical, dentro de um conceito prefixado de *gíria*.

Os dicionários de gíria

Numa concepção genérica, podemos entender o dicionário de língua como um conjunto funcional de vocábulos, contendo “um material capaz de constituir o componente lexical de uma gramática, de formar um código apto à produção de mensagens em número ilimitado” (Rey, 1977, p.67). Quando não cumpre essas funções, o dicionário pode cons-

tituir-se apenas de um subconjunto lexical de finalidades restritas, tornando-se mais um simples vocabulário:

Assim, o projeto lexicográfico pode selecionar no léxico de uma língua um ou vários vocabulários caracterizados por um traço semântico e/ou pragmático (isto é, sociocultural). É o caso de todos os dicionários e vocabulários técnicos ou consagrados a uma especialidade. (Ibidem)

O dicionário de gíria corresponderia a esses subconjuntos lexicais. Sua elaboração se prende a um critério sociocultural, exclusivamente pragmático, restrito ao seu funcionamento no grupo social a que se refere. Não tem, pois, aquelas características funcionais de um dicionário de língua:

Um dicionário de gíria (ou um dicionário de linguagem rebuscada, perfeitamente imaginável) descreve também um conjunto não funcional: o falante de gíria não encontrará nele, evidentemente, os elementos de maior frequência de seu discurso, os quais pertencem à zona não-marcada de seu léxico. (Ibidem, p.68)

A oposição entre o chamado dicionário de língua e o dicionário de gíria não depende do número de verbetes de seu *corpus* lexical, mas sim, fundamentalmente, do processo de constituição e seleção dos vocábulos.

A gíria, conforme sabemos, pode não estar ausente dos dicionários de língua (principalmente dos mais modernos). Essa variante lexical, em geral, é ligada a situações de comunicação menos formais ou a interlocutores menos cultos, razão pela qual os vocábulos gírios, frequentemente, vêm rotulados com outras rubricas, como *vulgar*, *popular* etc. Do ponto de vista lingüístico, essa classificação não corresponde a uma verdade e é simplesmente inadmissível, pois externa um julgamento pessoal do lexicógrafo, não raro motivado por estereótipos que associam a gíria à irreverência dos jovens ou à marginalidade.

Os dicionários de língua pressupõem uma linguagem culta como base para a indicação de outras variantes lexicais, que correspondem aos vários níveis socioculturais dos falantes. Os verbetes costumam ser abonados com exemplos de autores consagrados ou com variantes de uma linguagem comum, média, representada pelo uso da mídia. Mas pesa, sobretudo, a experiência pessoal do próprio lexicógrafo:

Os lexicógrafos que não têm outra medida além de seu sentimento lingüístico e sua cultura concordam que o nível de língua representado pela

imprensa cotidiana e semanal, as revistas especializadas, corresponde muito bem ao nível médio da comunidade lingüística. Mas seus critérios são indecisos e subjetivos. (Guilbert, 1969, p.20)

Por outro lado, esse léxico dos dicionários de língua não privilegia uma perspectiva diacrônica nem sincrônica, "mas se fundamenta sobre um compromisso entre as duas perspectivas, ou ainda se pretendeacrônico pela referência a uma língua ideal" (Guilbert, 1969, p.20).

Os dicionários de gíria não possuem um referencial básico, como os de língua, para decidir sobre o *corpus*, de natureza oral. Utilizam-se de uma documentação escrita limitada e insuficiente, em geral constituída de textos de autores cujos narradores e personagens representam mais livremente a oralidade ou, ainda, de textos da imprensa popular. A experiência lingüística do dicionarista, em geral, predomina na escolha e análise dos vocábulos, ao lado da contribuição de vocabulários que documentam a linguagem de grupos e que são incorporados ao dicionário.

Os dicionários de gíria são obras de objetivos restritos. Ao contrário dos dicionários de língua que, pelas suas proporções e tiragem, atendem a objetivos culturais muito amplos (e, também, muitas vezes, predominantemente comerciais), os dicionários de gíria constituem empreendimentos pouco sedutores às editoras e surgem em edições restritas. Sua utilidade é circunstancial e, não raro, objeto de mera curiosidade dos consulentes. Apesar disso, esses trabalhos, quase sempre de pequeno rigor lexicográfico, trazem uma contribuição importante para o conhecimento de algumas facetas da cultura popular e da vida marginal, como a linguagem dos estudantes; dos grupos musicais, dos clubes e danceterias da noite; do mundo fechado dos tóxicos; da malandragem, do crime e das prisões; da polícia e dos quartéis; dos esportes de massa; enfim, da vida íntima de todos os grupos sociais fechados.

Com um *corpus* tão diversificado, a tarefa primeira seria a de selecionar os vocábulos, dentro de uma concepção mais limitada do fenômeno gírio:

Quando falamos em gíria, devemos ter presente um fenômeno tipicamente sociolingüístico, que pode ser estudado sob duas perspectivas: a primeira, a da chamada *gíria de grupo*, isto é, a de um vocabulário de grupos sociais restritos, cujo comportamento se afasta da maioria, seja pelo inusitado, seja pelo conflito que estabelecem com a sociedade. No primeiro caso, estão os grupos jovens ligados à música, à dança, às diversões, aos pontos de encontro nos *shoppings*, à universidade, etc.; no segundo, estão os grupos comprometidos com as drogas, com a prostituição, com o ho-

mossexualismo, com o roubo e o crime, com o contrabando, com o ambiente das prisões, etc.

Uma segunda perspectiva, a da *gíria comum*, é a que estuda a vulgarização do fenômeno, isto é, o momento em que, pelo contato dos grupos restritos com a sociedade, essa linguagem divulga-se, torna-se conhecida, passa a fazer parte do vocabulário comum, perdendo sua identidade inicial. (Preti, 1996, p.139-40)

No prefácio que escreveu para *Geringonça carioca* (um pequeno dicionário com cerca de 1.700 vocábulos), Raul Pederneiras (1922, p.3) declara que procurou trabalhar com o vocabulário de determinados grupos sociais da cidade do Rio de Janeiro, “porque, muitas vezes, generalizada pela freqüente publicidade, a geringonça perde o caráter de classe e se integra no falar comum do povo inculto”.

O autor, de fato, baseado na experiência de seu cargo na polícia, durante o governo Campos Sales, “na paciente observação dos costumes cariocas” e em monografias ligeiras da época, realizou o dicionário com três fontes diferentes:

A *capoeira*, que se fundiu com a gíria vadia e o vulgacho, penetrando na retórica parlamentar;

A cigana, quase apagada, a resistir ainda em pontos afastados de arbaldes e subúrbios;

A ladra, mais impenetrável e de uso quase exclusivo da parte pernicioso do elemento estrangeiro. Desta, muitos termos também passaram para o uso comum com a divulgação dada pelos jornais. (p.4)

É interessante observar que a primeira dessas fontes, o vocabulário da capoeira, vem associada ao uso lingüístico de políticos:

A vida quase em comum dos politiqueiros e demagogos de antanho com os capoeiras estabeleceu uma permuta de vocábulos; lugares comuns, chapas parlamentares, eram adotadas ou adaptadas pelos capadóciós, os tropos da retórica dos pais da pátria transferiam-se para o vocabulário dos pernósticos guarda-costas. (p.3)

Essas palavras nos permitem concluir que o autor adotou em sua seleção lexical fontes bem determinadas (até secretas) e, por isso, sua obra caracteriza com relativo rigor um dicionário de gíria de grupo. E, freqüentemente, ao longo da obra, existem indicações que a identificam com a proposta da introdução, conforme estes exemplos:

Primo – o pai da noiva, sogro da noiva (gíria cigana).

Michas – notas falsas (gíria ladra).

Rasteira – golpe de capoeira com o pé.

Mas os autores de dicionários gírios optam, quase sempre, por uma recolha de *gíria comum* e, nessa decisão, a gíria é confundida com vocábulos obscenos, com regionalismos, com modismos populares efêmeros. Perdida a sua condição de *signo de grupo*, elemento identificador, que faz parte do processo de auto-afirmação do falante no grupo social, a gíria se dilui na linguagem comum. A rigor, nessa etapa, na sua condição de vocabulário não-marcado, a gíria poderia mesmo ser simplesmente classificada de *linguagem comum*. Sua identificação exigiria o conhecimento de uma fase diacrônica do processo lexical, devida a textos ou à experiência pessoal do lexicógrafo. A gíria é um vocabulário do momento. Raramente persiste, embora possa ressuscitar e tornar-se moderna novamente.

Alguns estudiosos entendem que a verdadeira gíria possui uma condição criptológica inerente e, quando divulgada pelos dicionários... deixa de ser gíria (cf. Caradec, 1988).

Se um bom número de especialistas admite, hoje, a existência da *gíria comum*, que seria "representativa da osmose que sempre existiu entre a gíria e a linguagem comum" (François-Geiger, 1991, p.8), é forçoso reconhecer que uma seleção lexical se torna bem mais difícil e problemática, a ponto de podermos afirmar que os dicionários de *gíria comum* não conseguem estabelecer os reais limites de seu *corpus* e a seleção fica dependendo quase exclusivamente da impressão pessoal e dos julgamentos subjetivos de seu autor.

Essa indefinição do *corpus* fica patente num dos mais rigorosos dicionários de gíria, no que se refere à descrição e documentação dos vocábulos: *A gíria brasileira*, do filólogo Antenor Nascentes, com aproximadamente 2.700 vocábulos. Os verbetes são abonados com textos literários de autores de prestígio, como Lima Barreto, com opiniões de outros dicionaristas, como Raul Pederneiras, Manuel Viotti, e com fragmentos de textos jornalísticos. Mas não há indicações sobre o critério com que foi feita a seleção dos vocábulos. Em seu prefácio, em que se desculpa por ter lexicalizado "termos mais ou menos crespos", sob a alegação de que "em ciência e arte não há imoralidades", explica Nascentes (1953, p.VII):

Não dei à palavra gíria o sentido técnico. Dei-lhe o comum.

Assim pois, incluí na gíria, ao lado da linguagem secreta dos malfeitores (ladrões, malandros, capoeiras, etc.), a terminologia especial de certas classes, de certas profissões lícitas, o conjunto de termos particulares, mui-

tas vezes cômicos, usados por certos grupos sociais, como o dos estudantes, o dos atores, o dos esportistas, o dos jogadores, o dos tipógrafos, o dos soldados etc.

Dentro dessa mesma filosofia, mas com uma recolha bem maior está o *Novo dicionário de gíria brasileira*, de Manuel Viotti. Trata-se de um volume de quinhentas páginas, que pretende abranger não só brasileirismos, regionalismos, ditos, frases feitas, provérbios, modismos, mas também “a gíria de todas as atividades humanas: dos músicos, dos militares, dos estudantes, dos artistas, do jornal, do rádio e televisão, dos esportistas, do futebol, turfe etc.”, além de trazer um anexo com vocabulário cigano e vocabulário quimbundo.

Sobre a amplitude de seu dicionário, Viotti confessa, no prefácio da terceira e última edição (1957), que desejaria ter procedido a uma revisão rigorosa da obra que pretendia “ser uma coletânea de palavras não dicionarizadas”. Mas na altura dessa edição, boa parte dos vocábulos já estava consignada em outros dicionários e, portanto, cumpria ser excluída. Tal providência, porém, “obrigaria o autor a trabalhos para os quais não o habilitava, no momento, a saúde precária, sem falar na idade avançada” (p.IX). Essa preocupação do autor com o ineditismo do *corpus* mostra a seriedade do seu trabalho.

Assim, apesar da abertura do *corpus*, que põe em risco o próprio título da obra, o dicionário de Viotti é, ainda hoje, o texto de maior rigor e prestígio para o consulente de gíria. O próprio Nascentes, filólogo de nome, na explicação de seus verbetes, cita, com freqüência, a primeira edição da obra, porque Viotti, não raro, tenta a explicação etimológica dos vocábulos e a história de seu sentido. É o primeiro dicionário de gíria que registra, além dos textos que lhe serviram de pesquisa, a contribuição de informantes, relacionados após a bibliografia, o que dá a idéia da extensão do projeto do autor que, como Raul Pederneiras, era professor de Direito.

Outro problema dos dicionários de gíria é a evolução semântica dos vocábulos. Como se trata de um *corpus* que se refere à língua oral, a documentação escrita existente é precária e ocasional. Mais uma vez, é a competência do lexicógrafo que irá decidir sobre os significados. Mas, com muita freqüência, a intuição trabalha aliada à imaginação e os resultados não são confiáveis. O depoimento pessoal de falantes idosos é uma forma de resolver, às vezes, certos problemas intrincados. Por exemplo, o vocábulo *urucubaca* sempre nos intrigou pela sua formação e significado atual: do tupi *urucu* (fruto do qual os indígenas retiravam

uma tinta vermelha com a qual tingiam o corpo) e sufixo *-aca* (malcheiroso, conforme outros vocábulos, como *babaca*). Como é que essa associação poderia dar o significado de “azar”, “mau olhado”, registrado pelos dicionários (cf. Raul Pederneiras, Antenor Nascentes etc.)? Só Manuel Vioti (1945) registra o significado de “febre eruptiva”, importante para tentarmos estabelecer a evolução semântica do vocábulo.

Sabemos que o vocábulo se tornou conhecido na primeira década do século XX. Seu primeiro registro escrito ocorre na transcrição do discurso de Rui Barbosa, no *Correio da Manhã* de 15.12.1914, em que o orador usava o vocábulo (cf. Passos, 1973, p.97; Leda, 1966, p.210): “o inquérito não nos diz se lhe suspenderam, por cima ou por baixo, a figa do costume contra a urucubaca”.

Recentemente, num diálogo gravado do *corpus* do Nurc/SP por um idoso de 86 anos, que recordava a epidemia de gripe espanhola, ocorrida na primeira década do século XX, encontramos maiores subsídios para uma tentativa mais racional de explicar o significado do vocábulo e a ligação com sua etimologia. De fato, o falante recorda que a doença era conhecida pelo nome de *urucubaca*. Provavelmente, cremos, pela vermelhidão provocada pela febre alta e pelo mau cheiro exalado pelo doente com erupção. Nessa época, conta-nos o informante, vulgarizou-se uma canção popular, cujos versos diziam: “O meu boi morreu/ O que será da vaca?/ Pinga com limão, maninha/ cura urucubaca”. Parece, agora, compreensível que “ter urucubaca”, isto é, ter sido atingido por essa febre mortal, significaria, também, “ter um grande azar”, daí a contaminação semântica. Passada a epidemia, o vocábulo ficou apenas com o segundo sentido e derivados.

Estendemo-nos na análise, a fim de demonstrar as complicadas estratégias para explicar-se a evolução semântica dos vocábulos gírios. O exemplo visto não é um caso isolado. Trata-se de uma dificuldade permanente e nem sempre possível de resolver. Em nossa análise tivemos de recorrer a dicionários e ao depoimento de um falante da época, para chegarmos à provável etimologia e evolução semântica do vocábulo. Mas nada nos assegura que encontramos a solução definitiva do problema.

Como linguagem de um momento histórico, torna-se muito difícil conhecer a origem, o significado e a evolução semântica da gíria, principalmente no caso de vocábulos em desuso ou pouco usados. Daí a estratégia de recorrermos, ora ao depoimento falado de um idoso, como se costuma fazer hoje, também numa nova vertente da ciência histórica, ou seja, na História Oral; ora a fragmentos de textos, como transcrição

de discursos, matéria de jornais, principalmente, de publicações populares, aparentemente sem importância histórica.

A organização dos dicionários de gíria nem sempre está na mão de lingüistas ou lexicógrafos. Se o vocabulário se limita a uma linguagem de um grupo social determinado, como os marginais ou agentes de polícia, por exemplo, é comum os autores serem pesquisadores, curiosos da linguagem ligados às áreas estudadas que, de repente, se tornam autores dos dicionários ou de simples relações de vocábulos técnicos relativos à atividade descrita. Mas, ainda, mais comuns são as contribuições de jornalistas que realizam matéria sobre os grupos sociais e acrescentam o vocabulário típico usado por eles. Dessa maneira se divulgou a grande maioria dos vocabulários das prisões, das bandas jovens, dos estudantes, dos meninos de rua, dos ambientes urbanos da noite, dos toxicômanos etc. Somente assim, na dinâmica social dos grupos, é possível recolher inúmeros vocábulos, neologismos, cujo sentido só pode ser conhecido pelo falante comum, graças, por exemplo, a uma reportagem jornalística.

Seria difícil enumerar aqui as contribuições nesse sentido, mas, no caso dos pesquisadores de áreas específicas, lembraríamos, entre outros, Mário Souto Maior que, com suas muitas recolhas de textos e depoimentos orais, realiza um trabalho extremamente importante, embora, muitas vezes, não estejam bem definidos em suas obras os limites entre Folclore e Lingüística. Da mesma forma, valeria a pena lembrar outros trabalhos, como *Geringonça do Nordeste – a fala proibida do povo* (Queiroz, 1989); *A gíria brasileira – dos marginais às classes de elite* (Saraiva, 1988); *Dicionário do baianês* (Sariú, 1991); *Investigação policial – teoria e prática* (Rocha, 1998), com um vocabulário de gíria ligada ao crime e às contravenções penais.

Poderíamos lembrar, por último, dois dos mais freqüentes problemas dos dicionários de gíria, devidos ao desconhecimento das normas lexicográficas: a entrada dos vocábulos e a exemplificação inventadas pelos autores.

No primeiro, a orientação deveria seguir os princípios já estabelecidos pela lexicografia e empregados na elaboração dos bons dicionários de língua. Caso contrário, corre-se o risco de o consulente não encontrar o vocábulo que procura, o que ocorre sempre com expressões em que o dicionarista não sabe escolher a palavra básica para a cabeça do verbo. Vejamos um vocábulo como *rato*. Antenor Nascentes registra:

Rato: ladrão de alfândega. Atua nos armazéns aduaneiros, infestado geralmente de ratos que roem as mercadorias. *Rato de hotel*, ladrão que

atua nos hotéis, de noite, como os ratos. A expressão vem do *argot*. *Verifiquei então que tinha sido roubado. A minha visitante era apenas um rato de hotel.* (Rodrigo, *Coração aberto*, p.124). Freqüentador assíduo de bibliotecas, sacristias, altares, teatros, etc. *Rato de feira*, ladrão que atua nas feiras.

Já Serra e Gurgel anota:

Rato, ladrão. "O cara é o maior rato da Bahia".

E depois registra, separadamente, em outros seis verbetes, *rato branco*, *rato de esquina*, *rato de hotel*, *rato de igreja*, *rato molhado*, *rato de praia*.

O tratamento dado por Nascentes está conforme as normas lexicográficas; o segundo inclui, erradamente, em cabeça de verbo, seis sintagmas cuja base continua sendo sempre *rato*, as quais deveriam figurar como variantes de uso do vocábulo básico.

No que se refere à invenção de exemplos pelos autores para abonar os verbetes, encontramos, muitas vezes, frases desprovidas de sentido, porque desprovidas, também, de um contexto. Não foge à regra, até em obras de certo fôlego, como a de Serra e Gurgel, esse tipo de exemplificação:

Laranja: pessoa que substitui outra em muitas situações. "O cara é um laranja".

Jega: cama. "Gosto de uma jega".

Figurinha difícil: pessoa que quer ser importante. "Que figurinha difícil".

Nota-se que os exemplos são absolutamente desnecessários.

Esta breve visão sobre o problema da gíria e da elaboração de dicionários especializados no assunto permite-nos supor que, com o aumento de interesse por esses estudos, também será possível aperfeiçoar os métodos de pesquisa, para melhor selecionar os *corpora* e, também, obedecer mais aos princípios lexicográficos.

Os autores que citamos, aqui, apesar de tudo, realizaram e alguns continuam realizando um trabalho bastante importante, para lançar as bases de uma lexicografia de fundo popular que tende a aprimorar-se, pelo incentivo, pela crítica construtiva – como aqui tentamos fazer – pelo número crescente de estudiosos, agora, também, dentro dos meios universitários, até há pouco tempo absolutamente indiferentes a esse tipo de pesquisa.

- **ABSTRACT:** *After a brief introduction to the origin of slang in various countries, this article puts forward some elements for the history of slang in Brazil. It also discusses a typology of slang dictionaries and the difficulties encountered in compiling them.*
- **KEYWORDS:** *Lexicography; popular vocabulary; slang; slang in restricted groups and ordinary slang; slang dictionaries – problems in their elaboration.*

Referências bibliográficas

- BUENO, F. S. A gíria dos malfeitores. In: *Arquivos da Polícia Civil de São Paulo (São Paulo)*, v.14, 1º sem. de 1948.
- CABELLO, A. R. G. *Gíria: vulgarização de um signo de grupo?* Assis, 1989. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.
- CARADEC, F. *N'ayons pas peur des mots. Dictionnaire du Français Argotique et Populaire*. Paris: Larousse, 1988.
- CARVALHO, E. A gíria dos gatunos cariocas. In: *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: 1912.
- CASCIANI, C. Histoire de l'Argot. In: DE LA RUE, J. *Dictionnaire d'Argot*. Paris: Flammarion, 1948.
- COBRA, C. Linguajar de criminosos e policiais. *Investigações (São Paulo)*, n.1 - 7, jan.-jul. 1949.
- DAUZAT, A. *Les argots*. Paris: Delagrave, 1946.
- FEIJÓ, L. C. S. *A linguagem dos esportes de massa e a gíria do futebol*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 1994.
- FERRERO, E. *I gerghi della malavita*. Verona: Mondadori, 1972.
- FRANCO, C. *Dicionário de expressões populares brasileiras*. São Paulo: Unidas, s.d.
- FRANÇOIS-GEIGER, D. Panorama des Argots Contemporains. *Langue Française (Paris)*, n.90, 1991.
- GUILBERT, L. Dictionnaires et Linguistique: Essai de Typologie des dictionnaires monolingues contemporains. *Langue Française (Paris)*, n.2, mai 1969.
- LAPA, A. *Dicionário de calão*. 2.ed. Lisboa: Editorial Presença, 1974.
- LEDA, J. *Vocabulário de Rui Barbosa*. 3.ed. Rio de Janeiro: Bruno Bucci, 1966.

- NASCENTES, A. O linguajar carioca em 1922. *Revista do Brasil (Rio de Janeiro)*, 1922.
- _____. *A gíria brasileira*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1953.
- NOBRE, E. *O calão*. Dicionário de gíria portuguesa. Lisboa: Casa do Livro, 1980.
- NOGUEIRA, O. *Tratado de polícia e detetive*. Rio de Janeiro: s.n., s.d.
- PASSOS, A. *A gíria baiana*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1973.
- PEDERNEIRAS, R. *Geringonça carioca*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do *Jornal do Brasil*, 1922.
- PRETI, D. *A gíria e outros temas*. São Paulo: T. A. Queiroz, Editora da Universidade de São Paulo, 1984a.
- _____. *A linguagem proibida – um estudo sobre a linguagem erótica*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984b.
- _____. *A gíria da cidade grande*. *Revista da Biblioteca Mário de Andrade (São Paulo)*, v.54, jun.-dez. 1996.
- QUEIROZ, G. *Geringonça do Nordeste – a fala proibida do povo*. Natal: Clima, 1989.
- RECTOR, M. *A linguagem da juventude*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- _____. *A fala dos jovens*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- REY, A. *Le lexique: Images et modèles – du Dictionnaire à la Lexicologie*. Paris: Armand Colin, 1977.
- ROCHA, L. C. *Investigação policial – teoria e prática*. São Paulo: Saraiva, 1998.
- SARAIVA, G. *A gíria brasileira – dos marginais às classes de elite*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.
- SARIÚ, N. *Dicionário de baianês*. Salvador: s.n., 1991.
- SERRA E GURGEL, J. B. *Dicionário de gíria – modismo lingüístico – o equipamento falado do brasileiro*. Brasília: s.d., 1990.
- SILVA, E. C. *Dicionário da gíria brasileira*. Rio de Janeiro: Bloch, 1973.
- SILVA, F. *Dicionário de gíria – gíria policial, gíria humorística, gíria dos marginais*. São Paulo: Prelúdio, s.d.
- SOUTO MAIOR, M. *Dicionário do palavrão e termos afins*. Recife: Guararapes, 1980.
- TACLA, A. *Dicionário dos marginais*. Rio de Janeiro: Record, 1968.
- VIOTTI, M. *Novo dicionário de gíria brasileira*. 3.ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Tupã, 1957.

O DISCURSO DO DICIONÁRIO

Diana Luz Pessoa de BARROS¹

- **RESUMO:** Ao examinar o dicionário como um discurso, este trabalho procura apontar as relações que se estabelecem entre os efeitos de sentido que o dicionário produz em nossa sociedade – de registro do saber lingüístico, de discurso competente sobre a língua, de discurso anônimo e neutro da coletividade, de discurso legitimador dos usos e regulador das mudanças lingüísticas – e as estratégias discursivas que emprega, e mostrar o universo semântico-cultural que o dicionário revela e as imagens de norma e de língua que constrói.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Discurso do dicionário; temas e figuras; modalização; discurso dos verbetes; norma.

Considerações iniciais

Para uma homenagem ao Borba, tão merecida, optei por desenvolver algumas considerações sobre o discurso do dicionário.²

Este estudo é parte da pesquisa que desenvolvo sobre conceitos e imagens da norma na gramática e no dicionário, no quadro de um projeto coletivo sobre a história das idéias lingüísticas no Brasil. O pano de fundo teórico do projeto são as propostas de Sylvain Auroux e seus co-

1 Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP – 05508-900 – São Paulo – SP – Brasil – dianaluz@usp.com.br.

2 Borba costuma dizer dos semióticos, meio a sério, meio de brincadeira, que qualquer dia faremos a análise do discurso do laço de boi, em festa de peão de boiadeiro.

laboradores sobre o papel da gramatização das línguas nos estudos das idéias lingüísticas e na constituição das “línguas nacionais”.

Com base nesses princípios, o material é examinado com a fundamentação teórica e a metodologia da semiótica narrativa e discursiva, de linha francesa (Greimas & Courtés, s.d.; Fiorin, 1989; Barros, 1988, 1990), ou seja, as gramáticas e dicionários são analisados como discursos, nos níveis narrativo e discursivo propostos pela teoria. Desenvolve-se um estudo narratológico e discursivo da enunciação: no nível narrativo, tendo em vista os objetivos da pesquisa, são estudados principalmente os contratos que se estabelecem entre enunciador e enunciatário e os procedimentos de modalização dos sujeitos e objetos envolvidos; no nível discursivo, são observados sobretudo os percursos temáticos e figurativos, determinados sócio-historicamente. O objetivo principal deste estudo é o de precisar e de testar as escolhas teóricas e a metodologia empregada.

O discurso do dicionário: primeiras reflexões

O dicionário produz, na nossa sociedade, certos efeitos de sentido bem conhecidos: de lista, inventário ou registro do saber lingüístico de uma sociedade; de discurso competente sobre a língua; de discurso anônimo da coletividade; de neutralidade e imparcialidade próprias da “objetividade” do saber, isto é, de que está fora do alcance das determinações sócio-históricas e ideológicas; de ter o papel normativo de legitimizar ou de referendar os usos lingüísticos aceitos e prestigiados em uma sociedade e de regulamentar a manutenção e a mudança lingüísticas.³

Esses efeitos de sentido devem-se a um conjunto de estratégias discursivas: as abonações e os exemplos de usuários de prestígio escolhidos; o apagamento das marcas da enunciação e o estabelecimento de um “sujeito coletivo”; a escolha das acepções; o modo de organização de cada verbete; a construção geral do dicionário.

Ao examinar o dicionário como um discurso, acredito poder apontar as relações que se estabelecem entre os efeitos de sentido mencionados e as estratégias discursivas do dicionário e, sobretudo, mostrar o universo semântico-cultural que o dicionário revela e as imagens da norma e da língua que ele constrói.

3 Essas considerações aplicam-se sobretudo aos dicionários monolíngües.

Nessa mesma direção, Alain Rey (1976, p.XXI) afirma na apresentação do *Petit Robert*: "*C'est pourquoi le dictionnaire de langue, instrument pédagogique primordial, bien que trop souvent négligé, et ambassadeur discret de la culture, mériterait d'être considéré comme un genre majeur dans la vie intellectuelle d'un pays*".

Três aspectos do discurso do dicionário são observados:

a) a organização temática e figurativa do dicionário e o quadro de valores em que se insere (escolha dos exemplos e das acepções);

b) a modalização dos sujeitos pelo *querer*, pelo *dever* e pelo *poder* (as observações e comentários e as variadas classificações das acepções nos verbetes);

c) o discurso de cada verbete, cuja análise pode levar à descrição narrativa e discursiva do léxico.

Organização temática e figurativa do discurso do dicionário

A análise narratológica da enunciação do dicionário constrói a organização temático-figurativa e a estrutura modal do discurso em exame. Os temas e figuras semânticas constituem, para a teoria semiótica, o lugar, por excelência, da determinação ideológica.

Fiorin (1988, p.8-9), ao refletir sobre as relações que a linguagem mantém com a ideologia, ensina que "dizer que a linguagem sofre determinações sociais e também goza de uma certa autonomia em relação às formações sociais não é uma contradição". Para tanto, continua o autor, é necessário distinguir pontos de vista diferentes no estudo da linguagem. O sistema virtual (a "língua" saussuriana) goza de certa autonomia em relação às formações sociais, como se pode perceber no exame das mudanças lingüísticas: "o sistema, em geral, altera-se devido a causas internas do próprio sistema" (p.12), ou seja, a fatores especificamente lingüísticos. Os fatores sociais que desencadeiam as mudanças perdem-se, geralmente, no tempo, e o sistema ganha, assim, relativa autonomia em relação às formações sociais. É no nível do discurso (diferente da fala, entendida como ato concreto e individual de exteriorização da linguagem) que devem ser estudadas as determinações sociais da linguagem. No nível do discurso, a teoria semiótica distingue uma sintaxe e uma semântica. A sintaxe discursiva contém, para Fiorin, os processos de estruturação do discurso e goza, ela também, de certa autonomia em relação às formações sociais. O campo da sintaxe é o da manipulação consciente, como na opção que o falante faz entre discurso em 1ª ou 3ª pessoas,

para produzir efeitos de subjetividade ou de objetividade e convencer seu interlocutor. Já o nível da semântica do discurso é mais diretamente determinado por fatores sociais e permite dizer que todo discurso é ideológico, ou, com Barthes, que nenhum discurso é inocente. Fiorin diz ainda que o nível semântico do discurso é o campo da determinação inconsciente, o campo da determinação ideológica propriamente dita (p.18-9). Os elementos semânticos do discurso constituem a maneira de ver o mundo numa dada formação social. Esses elementos semânticos são, na semiótica, os *temas* e as *figuras*, conteúdos que investem e preenchem a estrutura sintática do discurso.

Se os temas e as figuras semânticas do discurso constituem o campo por excelência da determinação ideológica, os exemplos e acepções escolhidos são, a meu ver, o lugar privilegiado de exposição dos temas e figuras do discurso do dicionário.

A escolha dos exemplos

Para mostrar o papel dos exemplos no estabelecimento da organização temática e figurativa do discurso do dicionário, escolhi um grupo dos verbos de comunicação, o de *pedir-exigir*.⁴

Com base em análise semiótica (Barros, 1976) e de casos (Fillmore, 1968, 1971), esses verbos foram analisados como um tipo de verbo de comunicação, aquele cujo destinador transmite seus desejos e aspirações (seu "querer") ao destinatário ao mesmo tempo que lhe comunica um valor modal: o **querer-fazer**, no caso dos verbos de pedir (*pedir, rogar, solicitar, suplicar, implorar, deprecar, impetrar, imprecar, instar, obsecrar, obtestar*), o **dever-fazer**, quando se tratar de verbos de exigir (*exigir, reclamar, requerer, requisitar*).

Essa análise narrativa revela relações hierárquicas desequilibradas entre o destinador e o destinatário. Nos verbos de *pedir* (transmissão do querer-fazer ao destinatário, que fará, portanto, o que o destinador pede, por graça, mercê, favor), o destinador que *pede* apresenta-se como sujeito menos poderoso ou forte que o destinatário a que se dirige; nos verbos de *exigir* (transmissão de dever-fazer ao destinatário, que é colocado portanto em posição de obediência, de obrigação), o destinador

4 Retomo estudos anteriores que fiz sobre os verbos de comunicação para a tese de doutorado (Barros, 1976), cujo *corpus* foi organizado a partir de dicionários, e um trabalho de Slakta (1971) sobre o ato de pedir nos *Cahiers de doléances*.

que *exige* mostra-se como sujeito mais poderoso ou forte que seu destinatário:

Destinador -	querer-fazer (pedir)	Destinatário +
Destinador +	dever-fazer (exigir)	Destinatário

É possível estabelecer relações gradativas entre os verbos de pedir-exigir. Eles formam duas séries, a primeira que vai do pedido simples à súplica mais humilde, a segunda que vai da exigência simples à exigência extrema, excessiva. Os verbos menos marcados em cada série podem ser usados como “neutros”, não apenas na série, mas entre elas. Assim, o verbo *pedir* é empregado tanto na acepção de suplicar quanto para reclamar um direito, ou o verbo *requerer*, em que o destinatário possui autoridade para deferir ou indeferir o requerido, é utilizado para exigir um direito ou para pedir graça.

-		+
pedido →	pedido com empenho, → insistência	pedido com humildade (com lágrimas, súplicas, choro)
<i>Pedir</i>	<i>imprecar postular solicitar</i>	<i>implorar obsecrar obtestar rogar suplicar</i>
-		+
exigência → <i>Requerer</i>	exigência plena → <i>reclamar requisitar requestar</i>	exigência extrema <i>exigir</i>

Na instância de manifestação desses verbos, os dois grupos também se diferenciam quanto ao uso de preposições. Ocorrem duas preposições principalmente: a preposição **a**, marcador casual do dativo, e a preposição **de**, que enfatiza a procedência do objeto comunicado e que aparece, sobretudo, na comunicação por espoliação (tomar alguma coisa **de** alguém). Em consequência, os verbos de *pedir* realizam-se tanto com a preposição **a** quanto com a **de**, ao passo que os verbos de *exigir* só ocorrem com a preposição **de**, já que estão mais próximos da espoliação (virtual).

Slakta (1971), ao explicar o ato de pedir nos *Cahiers de doléances*, propõe também duas séries de lexemas verbais, segundo as relações hierárquicas reconhecidas entre destinador e destinatário: na primeira série, com os verbos *prier*, *solliciter* e *supplier*, o destinador pede uma **graça** ao destinatário; na segunda, com os verbos *exiger*, *réclamer* e *requérir*, exige um **direito**. O verbo *demander*, por sua vez, neutraliza a oposição encontrada. Os verbos de cada série organizam-se gradativamente:

Série 1: prier → solliciter → supplier → demander.

Série 2: requérir → réclamer → exiger.

Em *supplier*, pede-se com mais humildade que em *prier* e, em *exiger*, o direito é maior (e até mesmo abusivo) que em *requérir*.

A estrutura narrativa examinada é preenchida pelos temas e figuras dos exemplos (e das acepções). O preenchimento semântico (temático e figurativo) das casas do destinador e do destinatário depende das formações sociais que determinam as ocupações possíveis desses lugares. Foram recolhidos exemplos dos dicionários que seguem: *Dicionário contemporâneo de Língua Portuguesa*, de Caldas Aulete; *Dicionário Aurélio*; *Dicionário de verbos e regimes*, de Francisco Fernandes; e *Dicionário gramatical de verbos*, de Francisco da Silva Borba (Coord.).⁵

A análise dos exemplos indica quatro percursos temáticos: *religioso*, *político-administrativo*, *socioeconômico* e de *gênero*.

No *tema religioso*, desenvolve-se a questão da hierarquização das relações entre Deus (ou as autoridades religiosas) e os homens. Dessa forma, as figuras mais usuais para os papéis poderosos (o do destinatário nos verbos de *pedir* e o do destinador nos verbos de *exigir* são Deus, o papa, os santos. Ao contrário, entre os fracos, são encontrados os homens em geral e os pecadores em particular, em diferentes graus de figurativização. O tema religioso ocorre principalmente nos verbos de *pedir*, quase sempre como pedir *com humildade* (lágrimas, choro etc.) ou, pelo menos, *com empenho e insistência*, ou seja, principalmente com os verbos *rogar*, *implorar*, *suplicar* e *pedir* (quando o dicionário lhe atribui o sentido de suplicar, implorar, rogar). Há, além disso, verbos de pedir que têm, em princípio, destinatários apenas religiosos, como *orar* ou *rezar*.

Os exemplos que seguem mostram os verbos de *pedir* com os destinatários Deus, papa, santos etc. e com os destinadores homens (principalmente mulheres) e pecadores: “Encerra em ti tua tristeza interna/E

⁵ Os dicionários serão mencionados como: A (Aurélio), CA (Caldas Aulete), FF (Francisco Fernandes), B (Borba).

pede humildemente a Deus que a faça/Tua doce e constante companheira..." (Manuel Bandeira, *Estrela da vida inteira*, p.46) (A); "Peça a Nossa Senhora por mim!" (CHR, 18) (B); "Por todos os da pensão orava e pedia' (DM, 61)" (B); "Rogou a Deus pela felicidade dos filhos" (A); "babando sempre, a pobre cabra imprecava ao céu a vida do filho' (Trindade Coelho, *Os meus amores*, p.202)" (A); "Costumado a implorar o céu nas grandes aflições" (FF); "Não faltarei à obrigação de rogar a Deus pela felicidade e vida de V.Sa.' (Vieira)" (CA), (FF); "Fui à mesma capela a chorar as minhas culpas, e rogar a Deus pela defunta' (Bernardes, apud Stringeri)" (FF); "Rogue a Deus por mim" (B); "Comece a postar-se aos pés do santo implorando com gemidos o perdão de seus crimes' (Camilo)" (CA); "Ou suplicar: Deus, por que me deixou cair doente?" (CE, 84)" (B); "A que chorava pela culpa de seus mortos impenitentes/e suplicava a Deus piedade, para seus ilustres parentes!" (Cecília Meireles, *Obra poética*, p.852)" (A); "Sua prece deseja sábia e lenta/Agradecer em vez de suplicar!" (Odílio Costa, filho, *Cantiga incompleta*, p.16)" (A); "O Senhor () vos suplicamos pela alma de Prudenciana' (TP, 72)" (B); "implorar a Providência" (A); "vergando os joelhos, ansiadas, imploravam socorro ao céu' (Gustavo Barroso, *Terra de sol*)" (A); "rogou à alma da bem-aventurada Fastrada que ... por eles implorasse de Deus um milagre que os tirasse daquela incômoda situação' (Gustavo Barroso, *Livro dos milagres*, p.96)" (A); "roga a Deus, que teus anos encurtou, que tão cedo de cá me leve a ver-te,/quão cedo de meus olhos te levou' (Luís de Camões, *Rimas*, p.72)" (A); "Rogou a Deus pela felicidade dos filhos" (A).

Raros são os exemplos de tema religioso com os verbos de *exigir*. Acham-se alguns poucos exemplos em que as autoridades religiosas ou Deus são os destinadores, mais poderosos, portanto, da exigência: "como a Religião Santíssima requer" (CA); "O cristianismo pede o máximo ao homem, que em geral só quer dar o mínimo" (Murilo Mendes, *O discípulo de Emaús*, p.89)" (A) (Pedir com o sentido de *exigir*.) Não há, em geral, exemplos em que Deus ou o papa apareçam como o destinatário (menos poderoso) de verbos de *exigir*. Encontrei apenas um caso, muito particular, em texto sobre a Inquisição: "Exigir do papa que lhe pedisse a ele perdão, de tamanha afronta' (Herculano, H. *Inquisição*, II, 305)" (FF).

No *tema político-administrativo*, elaboram-se as relações hierarquizadas entre os que ocupam cargos políticos e administrativos e seus subordinados. Nesse tema, são em geral utilizados verbos de *pedir* e de *exigir* mais "fracos" na escala: pedir, solicitar, postular, requerer, reclamar etc. As autoridades políticas e administrativas são sempre destinatárias dos pedidos ou exigências. Com os verbos de *pedir*, menos fre-

qüentes no tema, o destinador pede ou solicita como um favor de um superior; com os de *exigir*, o destinador requer ou reclama um direito das autoridades pertinentes. Observem-se os exemplos que seguem: "Solicitar um emprego" (FF); "'Saudamos o colega, a quem postulamos obsequioso indulto' (M. Mariel, *Os membros da academia*, XVI)" (FF); "Mais uma vez solicitou providências às autoridades" (A); "Solicitava, ansioso, a remuneração a que fizera jus" (A); "'O ministro Lafayette ... solicitara para mim, ao Imperador, o título de conselheiro' (Rui, *Q. Império*, I, LXV)" (FF); "Os colonos requereram sesmarias à Coroa" (A); "O General requereu mais tropa" (A); "Requereu ao governo a concessão de um terreno" (FF); "'Requisitou do general-em-chefe o número de cavalos necessários' (B. Rio Branco, apud Lait, *Antologia nacional*, 110)" (FF); "O funcionário requisitou férias" (A); "'Às autoridades () requeiro a exibição das escrituras de compra e venda' (AM, 15)" (B); "'Na semana passada, o advogado Jonas Augusto, requereu do magistrado Luiz Vasconcelos Dias o relaxamento das prisões de...' (JC, 22.12.77, I)" (B).

Duas observações devem ser feitas: em primeiro lugar, quando a autoridade é o *rei*, são empregados verbos de *pedir* "mais fortes", tais como *suplicar* ou *implorar* – "'Suplico a Vossa Alteza que ordene a D. Ana Pais ficar no Brasil' (Setúbal, *Nassau*, 162)" (FF); "'A bordo todos os passageiros se desvelavam em atenções à esposa que ia implorar do rei o perdão de seu marido' (Camilo, *Memórias do cárcere*, I, 143)" (FF) –; em segundo lugar, com os verbos *requisitar* e *exigir* as autoridades também ocupam posição de destinador – "'[os policiais] requisitaram a chave'" (GIT, 155) (B); "o tirano exigia contribuições enormes" (CA); "'um guarda da rádio patrulha batera, exigira que se fizesse black-out total' (LM, 235)" (CA).

O *tema socioeconômico* desenvolve a questão das diferenças de classes sociais. Dessa forma, com os verbos de *pedir* (os mais suplicantes, geralmente), o destinador pertence a uma camada social mais "baixa" que a do destinatário; com os verbos de *exigir*, inverte-se a relação. Quem pede é o mendigo, o maltrapilho, os velhinhos, os negros; quem exige é a patroa, o senhor de escravos: "'a ele cabe exigir dos negros deferência e humildade' (CT, 44)" (B); "a patroa exige referências da criada" (B); "'Velhinhos que pedem, aleijados que dizem onde é a praia tal' (LM, 274)" (B); "O mendigo suplicava esmolas" (A); "Implorar esmola" (A) (FF); "'... um pequeno maltrapilho se aproximava de alguém mais bem trajado e ... implorava: – Moço, me dá dois tostões para uma corrida...' (Armando Fontes, *Os Corumbas*, p.48)" (A); "'negros fugidos, que saltavam o muro () para implorar ao Senhor Bispo () que os livrasse' (TSL, 146)" (B).

Os casos contrários são pouco freqüentes e, em geral, dizem respeito às leis e relações trabalhistas: "Os operários requisitavam dos patrões melhores condições de trabalho" (B).

No *tema de gênero*, aparecem as visões da mulher como mais fraca e em posição social inferior em relação ao homem. Os exemplos tratados nos outros temas mostram já que é a mulher em geral quem suplica, implora ou roga e raramente quem exige. Observem-se mais alguns casos: "'Aflitas, algumas mulheres voltaram-se, de mãos postas, para a capelinha próxima, rogando o socorro da Virgem' (Trindade Coelho, *Os meus amores*, p.82)" (A); "'Prostrada a seus pés, suplico, imploro, obsteo me não queira entregar' (Castilho)" (CA) (FF); "'(Germana) suplica que eu fique de vez, no Rio' (LM, 261)" (B); "'José, ele é teu irmão, rogou Idalina de mãos juntas' (CE, 44)" (B); "'Ciloca rogava um quartinho de querosene fiado' (MA, 113)" (B); "'Mulheres rogando piedade' (AM, 52)" (B).

O rápido exame dos exemplos encontrados nos dicionários para os verbos de *pedir* e *exigir* tem como resultado o preenchimento que segue das casas sintáticas:

a)	Destinador -	pedir (forte) (suplicar, implorar, rogar)	Destinatário + +
Temas			
religioso	humanidade pecadora		Deus, santos etc.
político-administrativo	vassalo		Rei, imperador
socioeconômico	pobre, mendigo, velho, negro		Classe social dominante (patroa, dono de escravo, bispo)
de gênero	mulher		

b)	Destinador		Destinatário
	-	pedir (forte) (solicitar, postular)	+
	+	exigir (fraco) (requerer, reclamar)	-
Temas			
político-administrativo e socioeconômico	trabalhador, empregado, operário, cidadão		patrão, chefe, governo, juiz

c)	Destinador +	exigir (requistar)	Destinatário -
Tema			
político-administrativo	guarda, polícia, tirano (posição de mando legal)		posição de mandato, subordinado

O esquema *a* aponta para a relação hierárquica de inferioridade e superioridade nos diferentes percursos temáticos e permite a leitura da inferioridade da humanidade pecadora, do vassalo, do pobre, da mulher. Conservam-se estereótipos, tais como o da fragilidade da mulher lamuriosa.

O esquema *b* mostra a relação socioeconômica desequilibrada e o domínio de classes, mas também a crença em nossa sociedade no equilíbrio da justiça trabalhista (pode-se requerer, reclamar), e tem marcas muito diluídas de luta de classes (os operários que requisitam melhores salários). Observe-se no tema a mudança de tipo de verbo quando o destinatário é o rei ou o governo, o juiz, o patrão.

No esquema *c*, há inversão de certas posições com verbos como *requisitar* e *exigir*, o que deixa ver claramente a relação de mando e a de hierarquia de classes que pareciam invertidas no esquema *b*.

As poucas observações sobre temas e figuras dos exemplos têm por objetivo mostrar a determinação sócio-histórica e ideológica do investimento temático-figurativo do discurso do dicionário.

A escolha das acepções

A escolha das acepções tem um papel muito semelhante ao dos exemplos no discurso do dicionário. Dois verbetes foram selecionados para ilustrar a questão: o verbete *mulher*, analisado por Krieger (1995), e o verbete *trabalho*. Retomo aqui alguns dos resultados da análise de Krieger do verbete *mulher*. A autora analisou seis dicionários de língua portuguesa publicados no período de 1899 a 1992, com o objetivo de mostrar a tensão, no verbete, entre o dizer coletivo e o individual e a falta de neutralidade do discurso lexicográfico. Três acepções, relacionadas com as posições sintáticas de sujeito do ser e do fazer, aparecem nos dicionários até 1975: a mulher como espécie feminina do gênero humano e seus dois papéis sociais, de esposa e de prostituta. Ao comparar os verbetes *mulher* e *homem*, observa a autora que, além das diferenças de papéis sociais, mesmo na acepção de “espécie do gênero humano”, a mulher não é igualada ao homem (exemplo: *homem*: indivíduo do gênero humano; ser humano do sexo masculino; *mulher*: fêmea do homem). Nos dois dicionários mais recentes examinados por Krieger, no entanto, a mulher é definida como “ser humano do sexo feminino” e ocupa outros papéis sociais, além dos de esposa e prostituta. Tudo aponta para as “visões” da sociedade e da cultura sobre a mulher, ou seja, alterou-se na sociedade o modo de ver a mulher.

Examinei o verbete *trabalho* no *Dicionário Aurélio* e no *Caldas Aulete*. A diferença mais significativa encontrada foi que o Caldas Aulete desenvolve o tema socioeconômico do trabalho em uma sociedade de classes, ao inserir no verbete definições de *trabalho livre*, *trabalho servil*, *sem trabalho* (“pessoa que não acha ocupação em que ganhar a vida, embora a procure; desempregado”) e *crise de trabalho* (“complicação ou embaraço nas relações sociais proveniente da falta de serviços em que se empreguem as classes menos abastadas”). O *Aurélio* não trata do tema no verbete *trabalho*, embora apresente o termo *trabalho* na física, na biologia, no turfe e mesmo na economia (“atividade humana, realizada ou não com auxílio de máquinas, e destinada à produção de bens e serviços”). Não há *crise do trabalho* ou *sem trabalho*.

Os dois casos examinados, *o dos exemplos* e *o das acepções*, mostram a organização temático-figurativa do discurso, que, como se viu, preenche as posições sintáticas narrativas, e apontam a determinação sócio-histórica e ideológica do discurso do dicionário. A principal dificuldade encontrada nesse tipo de estudo é a de estabelecer se as determinações sociais dos discursos do dicionário são características de um dado momento nas relações entre língua e sociedade (os temas apontados são, realmente, os temas mais frequentes nos verbos de *exigir* e *pedir* ou nos termos *mulher* e *trabalho* em um dado momento histórico?) ou apenas refletem as “visões” de uma camada social determinada, a do dicionarista. Os nossos dicionários não se preocuparam nunca com essas questões, nem mesmo os dicionários de usos. Os dicionários de usos apresentam os usos que têm uma certa frequência e consideram em geral as variações do uso do ponto de vista sintático ou sintático-semântico (argumentos e regências diferentes), mas não se atêm ao fato, por exemplo, de ser mais ou menos usual preencher o sujeito de *suplicar* com certos papéis-temáticos (mulher, pobre, pecador etc.).

Modalizações do discurso do dicionário

Ainda no nível da análise narratológica da enunciação, há um segundo momento, consagrado ao estudo das estratégias de manipulação graças às quais o enunciador procura convencer o enunciatário, ao alterar sua competência modal: o enunciador faz o enunciatário *acreditar* que a língua é tal como apresentada no dicionário *e/ou faz* que ele *queira, deva, possa e saiba fazer*, isto é, *bem utilizar a língua*. As modalizações mencionadas indicam as imagens da norma e da língua que o

dicionário constrói e seu papel legitimador e regulador dos usos e das mudanças lingüísticas, sejam elas internas ou decorrentes de empréstimos e estrangeirismos. A modalização pelo *ser*, ou modalização de existência do objeto, é a estratégia mais forte para o estabelecimento da norma, pois produz os efeitos de sentido de “naturalização” ou de “normalização”, ou seja, de uso “natural” ou “normal” da língua: a língua é assim, o uso é aquele que está sendo mostrado. A norma explícita ou culta não se apresenta, portanto, como uma norma entre outras, mas como a *norma*, ou a norma própria da língua. Essa estratégia é a mais empregada nos dicionários, em que se produzem os efeitos de sentido, já mencionados, de neutralidade e de imparcialidade.

As modalizações pelo *querer*, *dever*, *poder* e *saber fazer*, por sua vez, constroem nos dicionários o *discurso da norma*, isto é, da “boa norma” ou do “bom uso”, tal como ocorre nas gramáticas. A norma é, para tanto, qualificada a partir de valores éticos e estéticos. As gramáticas produzem, de preferência, o discurso da “boa norma”, isto é, determinam os usos como bons, corretos, bem construídos etc.; os dicionários, por sua vez, empregam, sobretudo, a qualificação negativa dos usos, ditos inúteis, inadmissíveis etc. Esse tipo de modalização ocorre nos dicionários de duas formas principalmente: na classificação das acepções e usos (brasileirismo, popular, familiar etc.) e nos comentários (“galicismo inútil”, “uso aceitável” etc.). Assim as acepções e os usos modalizados serão ditos: *úteis*, *proveitosos* ou *prejudiciais* e *desejáveis* ou *temíveis* (modalização pelo *querer*); *prescritos* ou *proibidos* (modalização pelo *dever*); *possíveis* ou *impossíveis* (modalização pelo *poder*).

Modalização pelo querer

A *modalização pelo querer* (e pelo *dever*) ocorre principalmente nas notas e comentários dos verbetes dos dicionários. Examinamos, a partir sobretudo de um estudo de Ieda Maria Alves (1984), as observações dos dicionários sobre os usos de termos estrangeiros no português. Alves analisa os usos de termos estrangeiros nos dicionários da língua portuguesa do fim do século XIX e começo do XX e conclui que há maior rejeição aos empréstimos e estrangeirismos quando eles são provenientes de uma única língua e vêm em grande quantidade. Os dicionários examinados mostraram-se mais reticentes, portanto, em relação ao uso de termos franceses, na época em que a língua francesa era a grande fonte de empréstimos, do que ao emprego de vocábulos ingleses, atualmente sujeitos a maior rejeição. Assim, o Caldas Aulete define *galicismo* como

"palavra ou locução afrancesada, oposta ao gênio da língua portuguesa, e como tal inútil" e *galicizante* como "o que facilmente escorrega em galicismos", e o *Grande Dicionário Melhoramentos* conceitua *galicismo* como "palavra ou construção francesa empregada em detrimento do vernáculo". Além disso, em ambos os dicionários vários empréstimos do francês são qualificados de *galicismo inadmissível, inútil, condenado pelos puristas* etc.

As palavras "inútil", "escorregar", "em detrimento de", "condenado", "inadmissível" indicam que as modalizações desses usos nos dicionários são sempre negativas e segundo as modalidades do *querer* e do *dever*. Em outras palavras, são usos *prejudiciais* e *temíveis*, isto é, que se quer que não sejam, e *proibidos*, isto é, que devem não ser.

Modalização pelo dever

A *modalização pelo dever* é uma das formas mais características de instalação do bom usuário da língua, a que torna prescritiva a norma culta. Ela ocorre nos dicionários também, nas notas e nos comentários, principalmente: "Jóia [Do fr. Ant. *joie*, 'jóia', que convém não confundir com a atual *joie*, 'alegria']" (A); "Lequéssia [alter. de *eloqüência*? se o é, deveria ser grafado com *c.* e não *ss.*]" (A); "Também se usa [o verbo *ter*] seguido de *que*, construção esta considerada, em geral, menos recomendável" (A); "Pedir para – a maioria dos gramáticos tacha de viciosa a construção *pedir para fazer alguma coisa* – em lugar de *pedir para que faça alguma coisa*; e somente admite *pedir para* quando for possível subentender entre o verbo *pedir* e a preposição *para* uma das palavras *licença, permissão, autorização, vênia* etc. De sorte que segundo eles acerta quem constrói: 'O menino dirige-se ao mestre e pede-lhe para sair' (Nóbrega, *Estudos do português*, p.132), 'Padre Antônio ... pediu para ficar só comigo' (Camilo, apud Stringari); e comete 'asneira de marca grande' (C. Figueiredo, *Lições práticas III*, 225) quem diz ou escreve: 'Veio à nossa redação o sr. Figueiredo pedir-nos para declararmos que ele não é o pai da criança' (C. Figueiredo, ob. cit.)" (FF); "A expressão *ter lugar* é francesa quando empregada por *ocorrer, suceder, verificar-se, efetuar-se*. Na aceção, porém, de *cabere, ser admissível, ser aplicável, legítimo, oportuno, regular*, é indiscutivelmente vernácula e sancionada por todos os mestres (Rui, *Réplica*, p.12)" (FF); "Xucro. A grafia legítima seria *chucro*" (A); "Chucro, adj. Bras. V. xucro, que é a forma correta" (CA).

Como se percebe nos exemplos citados, os dicionários empregam poucas expressões para marcar o que deve ser utilizado (“acerta quem constrói”, “somente admite”) e assinalam, de preferência, o *que não deve ser empregado* (“convém não confundir”; “construção menos recomendável”; “tacha de viciosa a construção”; “comete asneira de marca grande”). Os “bons usos”, em geral, são modalizados pela existência, como vimos – eles são assim e não apenas devem ser assim – enquanto o “maus usos” são determinados pelas modalidades do querer e do dever não ser ou fazer.

Em exame de duas gramáticas (Reis Lobato e Celso Cunha), observei modos diferentes de construção da norma: em Reis Lobato não há discurso da norma qualificando-a de boa ou bonita, não há o referendo de escritores (usa exemplos criados), porque tais recursos não são necessários, já que a modalização preferida é a da existência, ou seja, os usos *são*, a língua *é*, a norma *é*, e precisa ser apenas exemplificada, não necessitando, portanto, da qualificação aspectual (boa, correta etc.) ou do referendo de escritores; em Celso Cunha, ela *deve ser*, porque é correta e bela e porque é assim que usam a língua os escritores de prestígio, ou seja, há o discurso da norma e o referendo dos usuários de prestígio.

Nos dicionários, o exame superficial que fizemos indica também diferenças entre eles: o Aurélio aproxima-se mais do tipo da gramática de Reis Lobato, o Francisco Fernandes do modelo da de Celso Cunha. Em geral, porém, há nos dicionários complementaridade dos dois tipos de estratégias: a modalização da existência predomina sobre os usos prescritos, mas há farta modalização do que não deve ser (usos proibidos); equilibram-se os exemplos extraídos de escritores e os fabricados pelos dicionaristas; constrói-se um discurso da norma também pela negativa, isto é, não se diz dos usos que são bons, corretos, bonitos, mas que são viciosos, asneiras etc. A norma é assim apresentada nas duas direções: a “boa norma” *é*, não precisa ser referendada, podendo ser apenas exemplificada, mas é reforçada pelo referendo dos escritores; a “má norma” é proibida (não deve ser) porque é errada (“viciosa”, “asneira”), segundo o discurso que se constrói sobre ela, e porque não só não é usada por escritores ou gramáticos, mas antes por eles condenada.

Modalização pelo poder

A *modalização pelo poder* cria o regime da facultatividade, da exceção, de tudo que é admitido, usual, freqüente. Não se trata mais simplesmente da norma que *é* ou *deve ser*, mas de variantes que *podem ser*,

nas fronteiras de aceitação da norma. Elas indicam os limites possíveis do uso para que se permaneça no domínio da norma culta ou fora dela. Elas asseguram o conceito de falante culto como aquele que é capaz de empregar a língua em diferentes situações e em todas as variações permitidas. O falante culto conhece os efeitos de sentido de cada uma dessas variações e as utiliza adequadamente.

Nos dicionários (foi examinado sobretudo o *Aurélio*), são quatro as variantes em jogo: *diacrônicas* (pouco usado, antigo, arcaísmo); *regionais* (brasileirismos etc.); *de registro* (familiar, popular, chulo etc.); *de modalidades escrita ou falada*.

O quadro com os graus normativos nos dicionários parece ser o que segue:

NORMA CULTA			FORA DA NORMA		
1	2	3	4	5	6
Usos naturais ou prescritos (que são e que devem ser)	Variante aceitas (que podem ser): variantes diacrônicas e regionais	Variante aceitas nos usos informais: registros correntes e familiares	Casos duvidosos (que podem ser ou não ser), aceitos na fala, proibidos na escrita: registros populares	Usos proibidos, que não devem ser (mas empregados por falantes cultos): termos chulos e acepções e empregos "errados"	Usos que não estão incluídos nos dicionários (que não são, que não existem)

A casa 1 contém os usos da norma por excelência, que são modalizados pela existência (pelo *ser*) e prescritos (pelo *dever ser*). São os usos já examinados nos itens anteriores.

Na casa 2, estão as variantes diacrônicas e regionais, aceitas nos domínios da norma, embora não sejam as preferidas.

Os registros vão-se dividir pelas casas 3 (usos correntes e familiares), 4 (registros populares) e 5 (termos chulos e "errados").

A casa 6, finalmente, contém os usos fora da norma que, segundo os dicionários, não existem. Trata-se da modalização negativa da existência: *tais usos não são*.

a) Variantes diacrônicas

Os dicionários trazem informações sobre a "origem" do termo e, em geral, usam a expressão *arcaísmo* ou *antigo* para qualificar um termo como antiquado (com frequência, no sentido negativo de velho, conservador) ou a expressão *pouco usado*, que fornece pistas de mudança lin-

güística em andamento e quase concretizada (“Pouco usado” marca também usos pouco freqüentes, sem conotação diacrônica): “Abandonamento. S. m. P. us. Abandono” (A); “Faia². sf.1. Tip. P. us. Entrelinha” (A); “Abanico. S. m. Ant. V. leque¹” (A); “Letra escolástica. Ant. Letra gótica” (A); “Letra Glífica. Ant. Hieróglifo” (A); “Corro. S. m. Ant. 1. Circo, arena...” (A); “Viscondado. 2. P. us. Terras ou bens de visconde ou viscondessa” (A); “Haver. V. t. d. 1. P. us. Ter, possuir. ‘a todo o instante que este livro abrires / lendo estes versos, dize: hei um amigo’ (Gonçalves de Magalhães, *Suspiros poéticos e saudades*, p.339)” (A).

A variante mais antiga ou pouco usada é, portanto, possível nos limites da norma, sendo preferível, porém, o uso mais “moderno” ou mais freqüente. Por essas razões, a variante regional ocupa a casa 2 do quadro. A modalização é, por excelência, a da existência (pela freqüência). Ao contrário do que ocorre nas gramáticas, os usos mais “modernos” não precisam ser referendados por escritores de prestígio quando se trata de nomes. Nos verbos, em que surge a questão gramatical, é preciso o referendo de escritores: “Os exemplos de *visar* nesta acepção, como transitivo direto, poderiam ser facilmente multiplicados. Não há razão, pois, para condenar esta regência só admitindo a seguinte” (A); “Não obstante, é comum encontrar, em escritores de boa nota, exemplos da construção condenada [pedir para]” (FF).

b) Variantes regionais

As variantes regionais são variantes do Brasil e de Portugal, ou de regiões do Brasil. Sofrem tratamento pouco sistematizado. Em geral, os usos portugueses são a norma padrão e os brasileiros a variação e não duas variantes de uma mesma variável. Por exemplo, *trem*, na acepção de *trem de ferro*, é apresentado no *Aurélio* como brasileiro e *comboio*, na mesma acepção, não é lusitanismo (a não ser o uso da vogal aberta): “Trem. 8. Bras. Comboio ferroviário; trem de ferro”. “Comboio. 4. Série de carruagens puxadas sobre carris por uma locomotiva; trem”. “Combóio. s. m. Lus. V. comboio” (A).

Outra observação é que, em geral, parece haver identificação entre o português de Portugal (para o qual não há quase menção de variação nos dicionários brasileiros) e o português culto “formal” do Brasil. Os brasileiroismos são, assim, com freqüência, qualificados como populares ou familiares: “Trem, s. m. 10. Bras. Pop. Qualquer objeto, coisa, treco, troço. 11. Bras. MG. e S. Fam. Indivíduo sem préstimo, ou de mau caráter; traste. Adj. 2 g. e 2 n. 12. Bras. MG. Pop. Diz-se de pessoa sem préstimo e/ou de mau caráter” (A) (Observe-se que os usos 11 e 12, que

variam apenas por serem substantivo e adjetivo respectivamente, mudam de extensão regional (MG e S em 11 e MG em 12) e de classificação (familiar em 11, popular em 12)); "Bunda. S. 2 g. 3. Bras. Chulo. Indivíduo reles, ordinário; bunda-suja. 4. Bras. Chulo. V. João-ninguém. [P. us. em Portugal]" (A) (Observe-se que no Aulete a palavra é classificada como brasileirismo chulo mesmo na acepção de nádegas: "Bunda¹. S. f. (Bras.) (chul.) nádegas"); "Hífen. [Pl. hífens e (p. us. no Brasil) hífenes]" (A).

As variantes regionais no Brasil têm também caráter pouco sistemático, como já se viu no caso de *trem*, no Aurélio. Assim, por exemplo, o dicionário não diz que se usa *caminhar* no Rio Grande do Sul e *andar* em São Paulo para crianças que começam a dar passos ("o nenê já caminha ou já anda") ou que o brasileirismo *aniversariar* não é apenas sinônimo de *fazer anos* ou *aniversário*, mas de *estar de aniversário* (no Rio Grande do Sul). Uma vez mais, o dicionário produz o efeito de sentido de que certos usos são do português em geral e outros regionalismos, sem critérios claros e exame sistemático, e de que os regionalismos são também usos populares, familiares ou chulos.

De qualquer forma, os usos regionais, ainda que os "padrões" ou "gerais" sejam os preferidos, são aceitos nos limites da norma culta (na casa 2, conforme mencionado), para a qual trazem "cor local".

c) Registros familiares, correntes, populares, chulos e modalidades falada e escrita

Os diferentes registros distribuem-se em três posições normativas (casas 3, 4 e 5): no interior da norma culta, como usos e acepções possíveis e aceitáveis (são os registros correntes e familiares); na fronteira da norma (são os registros populares); fora dela (são os registros chulos e os usos, acepções ou grafias ditos errados, corrompidos, alterados). Como vimos no exemplo de *trem*, há uma certa vacilação na classificação dos registros familiares e populares.

Se aspectualizarmos os usos familiares, correntes, populares e chulos pela categoria *excesso/insuficiência versus medida*, eles serão ditos insuficientes, em oposição à justa medida da "boa norma" e ao excesso dos *eruditismos*. ("Papos-de-aranha [A mudança de *papos* em *palpos*, numa expressão de origem popular como ela, constitui eruditismo pedante] (A).)

Os *registros familiares e correntes* são aceitos na norma, na casa 3. A classificação como familiar e corrente parece indicar que são usados pelos falantes cultos sobretudo nas ocorrências menos formais: "Hieróglifo. [a pronúncia corrente é *hieroglifo* (paroxítono)]" (A) (Observe-se

que se estabelece uma relação de insuficiência do uso corrente em relação ao “correto” da “boa norma”); “Ter. Não ter que ver. Bras. NE. Fam. Ser muitíssimo parecido com: *O pequeno não tem que ver o pai*” (A); “Voz: Voz de taboca rachada. Bras. Fam. Voz de cana rachada” (A).

Os *registros populares* estão na fronteira da norma, na casa 4, ou seja, são pouco prestigiados, mas usados por falantes cultos em registros menos formais (como os familiares; daí as confusões entre eles) e *principalmente na língua falada*. São, portanto, em geral, aceitáveis na fala e condenados na escrita ou na fala formal: “Carrocinha. Bras. Pop. Veículo para recolhimento de cães vadios, carrocinha de cachorro” (A) (Compare-se esse uso, considerado popular, com o de *carrinho*: “Fut. Bras. Lance em que o jogador desarma o adversário...” (A)). Os usos populares não são em geral exemplificados, mas há exceções: “Carraspana. S. f. Pop. V. bebedeira (1): “O velho dava-se às carraspanas e não se continha diante de uma boa aguardente de cana’ (José Lins do Rego. *Meus verdes anos*, p.71)” (A). (No *Aulete*, *carraspana* é classificado como plebeísmo, *carrinho* não existe na acepção acima e *carrocinha* não aparece em nenhuma acepção.)

Quanto aos *registros chulos*, observe-se que *chulo* é definido no *Aurélio* como “grosseiro, baixo, rude” e “usado pela ralé, ordinário”. Dessa forma, os usos chulos já estão ética e esteticamente qualificados negativamente e colocados como proibidos e, portanto, fora da norma: “Bolinar. Bras. Chulo. Procurar estabelecer contatos voluptuosos com (alguém), principalmente numa aglomeração de pessoas, em veículo, cinema, etc.; sarrar, xumbregar” (A). O termo *bunda*, como foi visto, é no *Aurélio* chulo apenas na acepção brasileira de “indivíduo reles, ordinário, bunda-suja”, enquanto no *Aulete* é considerado chulo (e brasileiro) também na acepção de “nádegas”. Percebem-se aí as diferentes atitudes da norma nos diferentes dicionários.

Também fora da norma estão os termos e acepções errados (em geral na grafia) ou corrompidos (corruptelas, alterações, formas sincopadas), isto é, que não devem ser: Xucro. [A grafia legítima seria *chucro*] (A; Xucrismo. [*Chucrismo* seria a boa escrita] (A); Corgo. S. m. Pop. F. sincopada de *córrego* (A); Lequêssia [alter. de *eloquência*? Se o é, deveria ser grafado com *c.* e não com *ss.*] (A). Os “erros” são, com muita frequência, questões diacrônicas (daí o uso do futuro do pretérito “a grafia legítima *seria*”, “*seria* a boa escrita”), pois os termos e acepções fora da norma são, em geral, modalizados no dicionário também pela existência, isto é, *não são*, da mesma forma que a “boa norma” é. Os usos chu-

los e "errados" estão incluídos nos dicionários, embora condenados, porque são empregados por usuários cultos na fala informal.

Os demais usos, os da casa 6, não estão contemplados nos dicionários, nem mesmo para serem condenados. São os usos que não existem, que não são (modalização negativa de existência). Observe-se, por exemplo, que o *Aurélio* não menciona, nem mesmo para proibir o verbo *ter* impessoal ("Tinha gente na sala") ou só apresenta o verbo *fazer* como impessoal no sentido de "ter decorrido, passado (determinado, período de tempo)"; haver: "Fazia três anos que ele chegara" (A).

Com base nessas considerações, é preciso examinar os vários dicionários (de tipos e épocas diferentes) para estabelecer o discurso e a imagem de norma e de língua que cada um deles constrói.

O discurso dos verbetes

Se cada verbete for tomado como um discurso, pode-se descrever o léxico de uma perspectiva narrativa e discursiva. A questão não será examinada neste estudo. Serão apontados apenas alguns exemplos desse tipo de abordagem.

No âmbito dos estudos semióticos, examinaram-se, nessa perspectiva, configurações passionais e afetivas e configurações interacionais: no primeiro caso, devem ser mencionadas as descrições de Greimas, da cólera e da avareza, de Fontanille, do ciúme, de Marsciani, da vergonha, de Fiorin, do medo, entre outras; no segundo caso, os exames das estruturas de manipulação, como o desafio, a sedução ou a tentação. Esses estudos levaram ao estabelecimento dos percursos passionais e afetivos e das relações entre sujeitos.

As configurações variam na sociedade e na história. Os verbetes *amargura* no *Aurélio* ou *amertume* no *Petit Robert* servem para uma ilustração:

Amargura. S. f. 1. Amargor (1). 2. Fig. Tristeza, sofrimento, mágoa, amargor. 3. Fig. Sofrimento arraigado de dor e ressentimento; acrimônia, azedume; amargor.

Amertume. n. f. 1° Saveur amère. 2° Sentiment durable de tristesse mêlée de rancœur, lié à une humiliation, une déception, une injustice du sort.

Ambos os dicionários ressaltam na definição de *amargura*:

a) a relação sensorial com o sabor amargo (em oposição a doce e, em geral, disfórico);

b) a aspectualização durativa: trata-se de um estado passional ou afetivo que dura ("arraigado", "*durable*");

c) o mesmo percurso narrativo: a amargura decorre de uma espera não realizada ("mágoa", "*déception*", "*injustice*");

d) a combinação de dois estados afetivos: a *insatisfação* por não se concretizar a relação com os valores desejados ("tristeza", "*tristesse*") e a *decepção* com um outro sujeito ("mágoa", "*déception*"), responsável, de alguma forma, pelas perdas sofridas;

e) a caracterização negativa ou disfórica dos estados afetivos ("tristeza", "sofrimento", "dor", "*tristesse*");

f) em razão da decepção com o outro, a amargura é ainda um estado afetivo de ressentimento ou rancor, isto é, em que o sujeito amargurado quer fazer mal a seu ofensor, ao sujeito que o decepcionou ("ressentimento", "*rancoeur*").

A única diferença encontrada entre os dois dicionários é que o *Aurélio* aponta a possibilidade de duas configurações passionais da amargura: a primeira (acepção 2), em que *amargura* é apenas a combinação do *estado de insatisfação* (tristeza, sofrimento) pela não-obtenção dos valores esperados, isto é, da *espera de objetos* não realizada, com o *estado de decepção* (mágoa, desilusão) da *espera fiduciária* não concretizada; a segunda (acepção 3), em que dos estados passionais de insatisfação e decepção decorre o de *ressentimento e rancor* (querer fazer mal ao sujeito "ofensor"). O *Petit Robert* traz apenas a segunda configuração, ou seja, não considera a possibilidade de amargura sem rancor.

Últimas considerações

O estudo efetuado teve por principais fins precisar e testar a metodologia e as escolhas teóricas e mostrar o interesse da análise discursiva do dicionário para o estabelecimento das imagens da norma e da língua que o dicionário constrói em cada época e em cada sociedade. Foram ressaltadas duas funções do dicionário: seu papel na representação e na divulgação da cultura, apesar da aparente neutralidade, e sua função pedagógica e normativa na sociedade.

BARROS, D. L. P. de. The discourse of the dictionary. *Alfa (São Paulo)*, v.44, p.75-96, 2000.

- **ABSTRACT:** *In examining the dictionary as a discourse, this paper shows the relationships that appear between the meaning effects produced by the dictionary in our society – as record of the linguistic knowledge, as competent discourse about language, as the anonymous and neutral discourse from the collectivity, as a discourse which legitimizes usage and regulates linguistic changes – and the discursive strategies used by it, and also to show the semantic and cultural universe revealed by the dictionary as well as the norm and language images developed from it.*
- **KEYWORDS:** *Dictionary discourse; themes and figures; modalization; entry discourse; norm.*

Referências bibliográficas

- ALÉONG, Normes linguistiques, normes sociales, une perspective anthropologique. In: BÉDARD, E., MAURAS, J. (Ed.) *La norme linguistique** Paris: Le Robert, s.d.
- ALVES, I. M. Ideologia e empréstimo. *Estudos linguísticos I*, v.8, p.217-24, 1984.
- BARROS, D. L. P. de. *Verbos de comunicação*. Estudo sintático-semântico. São Paulo, 1976. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- _____. *Teoria do discurso*. Fundamentos semióticos. São Paulo: Atual, 1988.
- _____. *Teoria semiótica do texto*. São Paulo: Ática, 1990.
- _____. A propósito do conceito de discurso urbano oral culto: definições e imagens. In: PRETI, D. (Org.) *O discurso oral culto*. São Paulo: Humanitas, 1997.
- COLLINOT, A., MAZIÈRE, F. *Un prêt à parler: le dictionnaire*. Paris: PUF, 1997.
- FILLMORE, C. The case for case. In: BACH, E, HARMS, R. T. (Org.) *Universals in linguistic theory*. New York: Itolt, Rinehart and Winston, 1968.
- _____. The case for case reopened. In: *Syntax and semantics*. Grammatical relation. New York, San Francisco, London: Academic Press, 1971. v.8.
- FIORIN, J. L. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 1988.
- _____. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 1989.
- GREIMAS, A. J., COURTÈS, J. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Cultrix, s.d.

- KRIEGER, M. da G. A obra e o fazer dicionarísticos. *Cadernos do Instituto de Letras, UFRGS*, v.10, p.9-16, 1993.
- _____. Discurso lexicográfico. In: OLIVEIRA, A. C. de, LANDOWSKI, E. (Ed.) *Do intelegível ao sensível*. Em torno da obra de Algirdas Julien Greimas. São Paulo: Educ, 1995.
- REY, A. *Présentation du dictionnaire in Petit Robert*. Dictionnaire alphabétique et analogique de la langue française. Paris: Le Robert, 1976.
- SLAKTA, D. L'acte de "demander" dans les "Cahiers de Doléances". *Langue Française (Paris)*, v.9, p.58-73, 1971.

LEXICOGRAFIA DISCURSIVA

Eni Pulcinelli ORLANDI¹

- **RESUMO:** Pela reflexão que toma o dicionário como discurso, trabalhamos a chamada “lexicografia discursiva” concentrando nossa atenção nas relações intertextuais e interdiscursivas na produção do efeito da completude. Consideramos assim não a função, mas o funcionamento do dicionário na relação do sujeito com a língua, incluindo sua relação com a memória discursiva. Compreender como o dicionário funciona é compreender como são praticadas as políticas da língua, especialmente a língua nacional em sua necessidade de unidade.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Lexicografia discursiva; intertexto; interdiscurso; dicionário; escola.

Introdução

A lexicografia discursiva² vê, nos dicionários, discursos. Desse modo, na escuta própria à análise do discurso, podemos ler os dicionários como textos produzidos em certas condições, tendo o seu processo de produção vinculado a uma determinada rede de memória ante a língua.

1 Departamento de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem – Laboratório de Estudos Urbanos/Nudecri – Unicamp – SP – Brasil.

2 Devo me referir aqui a Francine Mazière, em sua vasta produção sobre dicionário, que inaugurou, assim, a observação do dicionário como discurso. No Brasil, temos a tese de doutorado de José Horta Nunes que é o primeiro trabalho sistemático nessa linha de pesquisa lexicográfica.

No presente caso, tomaremos as relações intertextuais e discursivas como indicadores desse modo sócio-histórico de conceber a relação com a língua no dicionário.

Há um processo pelo qual o dicionário, ao representar a língua, a provê de uma realidade. O efeito que nos interessa compreender nesse processo discursivo que se desenvolve na constituição do dicionário é o da completude, ou seja, o efeito da completude da representação da língua no dicionário. Em outras palavras, consideramos que o dicionário assegura, em nosso imaginário, a unidade da língua e sua representabilidade: supõe-se que o dicionário contenha (todas) as palavras da língua.

Como ele representa essa completude em relação aos sentidos? a. pela remissão de um verbete e outros verbetes em um circuito fechado, e pela menção a autores da língua, sob o modo de exemplos; e b. pela maneira como fazem intervir a memória discursiva. Em "a", temos a intertextualidade e, em "b", o trabalho do interdiscurso, como mostraremos mais adiante.

Quando pensamos o dicionário em sua relação com essa representação da língua, estamos menos interessados em seu autor – específico e ligado a uma filiação teórica particular – e mais no fato de que esse instrumento lingüístico é lugar de construção de memória social, em que se marca a relação da ciência com o Estado. Se, de um lado, deixamos de reverenciar o dicionário (e a gramática) como monumento à língua para vê-lo como instrumento lingüístico, produzido na história, em um certo momento; de outro, em nossa perspectiva, ao perder seu caráter monumental para ser objeto tangível de nossa relação com a língua na história, ele se apresenta como vestígio de nossa memória histórico-social. A posição sujeito-autor de dicionário corresponde aqui não a um sujeito-autor empírico, mas a uma forma de relação do saber metalingüístico de uma sociedade com a história.³ É assim que a pesquisa lexicográfica, como a pensamos, põe em contato a língua, a ciência, a sociedade e a história. O dicionário adquire aqui o sentido de uma tecnologia própria à configuração de relações sociais específicas e entre seus sujeitos, na história. Ele é, desse modo, constitutivo na formação social.

Tomando, em nossa observação, a pontuação como fato lingüístico, vamos analisar alguns materiais para mostrar o funcionamento, no dicio-

3 De acordo com nossas reflexões, podemos dizer que o dicionário, na figura de seu autor, individualiza o saber sobre a língua de uma sociedade na história. É assim um excelente instrumento do Estado.

nário, além do intertexto, do interdiscurso como parte da construção desse efeito de completude que mencionamos anteriormente e da ilusão que ele ratifica para o “usuário” da língua de que ela é acessível em seu todo, ou, pelo menos, representável como tal, fazendo assim parte da sua realidade.

Instrumentos lingüísticos: considerações prévias

A noção de instrumento lingüístico referindo a dicionário e gramáticas é formulada por Auroux (1992). Esse autor considera esses instrumentos lingüísticos como produtos de processo de gramatização, esta sendo compreendida como “o processo que conduz a descrever uma língua na base de duas tecnologias ainda hoje os pilares de nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário”. Em nosso trabalho – e aqui refiro ao trabalho de toda uma equipe brasileira que desenvolve um programa de pesquisas conjuntamente com os colegas franceses (cf. Auroux et al., 1998), entre outros – temos procurado mostrar como se dá o processo de gramatização brasileira. Neste trabalho serão explorados, sobretudo, alguns aspectos técnico-discursivos desse processo.

Gostaríamos de aqui acentuar que a contribuição que vemos nessas novas formas de estudos de instrumentos lingüísticos é a de tornar possível mais um modo de acesso às maneiras como se constrói o imaginário da língua para aquele que a fala. Esse imaginário vai, em geral, representar a língua como um instrumento domesticável, representando, por sua vez, o controle que o sujeito teria de sua relação com a língua. Com a produção do saber metalingüístico se cria a ilusão de que se pode, com ele, dominar a língua. O dicionário e a gramática são dois bons instrumentos para isso. Ora, saber como isso funciona pode justamente nos permitir deslocar esse imaginário em seus efeitos, mostrando esses instrumentos como produzidos dentro de uma certa história de relação com a língua em suas práticas e com distintos modos de produção de diferentes formas de conhecimento sobre ela. Podemos, assim, compreender o dicionário como parte de nossa relação com a língua, valorizando seu conhecimento histórico e não apenas em sua função normatizadora. Por outro lado, e não menos importante, podemos também compreender o funcionamento da ideologia, pois ao tomar o dicionário como discurso, podemos ver como se projeta nele uma representação concreta da língua, em que encontramos indícios do modo como os sujeitos – como se-

res histórico-sociais, afetados pelo simbólico e pelo político sob o modo do funcionamento da ideologia – produzem linguagem.

O tema: palavras que ameaçam

Para situarmos o assunto de nossa análise, partiremos de uma reflexão que apresentamos na ANPOLL (1998), cujo título é “Ética e significação”, e de um texto, “Os silêncios da memória” (1999), em que tratamos da discursividade afetada pelo acontecimento discursivo de Maio/68, no Brasil, submetido à censura, no período da ditadura militar. Consideramos, na análise feita, que há processos de de-significação, isto é, sentidos que deixam de significar, sendo silenciados em nossa memória. Em conseqüência, há toda uma nossa história que não corresponde a um dizer possível, pois estes não foram trabalhados socialmente, de modo a que pudéssemos nos significar. Considero, então, que isso que fica fora da memória nos aprisiona, como uma margem, nos limites desses sentidos.

Na análise que fiz então, tomei a palavra “liberdade” como centro de processos de significação da conjuntura sociopolítica e cultural da década de 1960. Nesse processo, a explosividade de reivindicação de liberdades concretas não é suportada e produz-se um bloqueio desses sentidos, tanto pela força bruta como pela força política, tornando esses sentidos nostálgicos ou romantizados. Nesse lugar em que os discursos de Maio/68 encontram seus limites, constituem-se os germens do discurso neoliberal. A palavra *liberdade* não se tingem da ameaça dos sentidos de liberdades sociais mais corrosivas que se convertem em liberdades individuais, que tomam a cor empresarial, de livre competição (liberdades democráticas?), na base do projeto de globalização. A censura, eficaz nos anos 60, faz parte crucial desses processos de significação. Na época, no Brasil, os que lutavam por essas liberdades concretas eram nomeados, pelo poder militar e pelos órgãos de repressão, no início, como *subversivos*; depois, como *guerrilheiros*; e, finalmente, como *terroristas*. Como afirmo no artigo já citado, vi muitos de meus colegas e também muitos de meus alunos assim nomeados. O que isso significou, o que isso significou? Como isso produziu gestos de interpretação? Que gestos? Onde eles estão disponíveis?

Partindo do que se pode compreender nessa reflexão sobre a censura, tomei como *corpus* para a análise do dicionário alguns verbetes que

se relacionam diretamente com esses processos. Analiso assim os verbetes: *terror*, *terrorismo*, *terrorista*, *subversão*, *subversivo* e *subverter*. Para a análise, tomei três dicionários: o de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (por ser o mais usado e atual), o de Michaelis (que se diz politicamente correto) e uma edição do de Laudelino Freire (por ter sido feito antes dos anos 60).

Além de considerar a questão do intertexto e da interdiscursividade como indicadores de processos de dicionarização relevantes para nossos objetivos analíticos, concentrei minha atenção, como já afirmei, no fenômeno da “pontuação” como sintomática do ponto de vista das marcas lingüísticas (Orlandi, 1999b).

Dispositivos teóricos

Na “fórmula” do dicionário já vem sua ideologia; em outras palavras, ele se organiza ideologicamente de uma determinada maneira. Há uma estrutura geral: indicação da categoria, da pronúncia, da escrita e dos sentidos, em geral organizados com base em um principal, que seria o literal e suas variações. Se essa é a estrutura geral, o conhecimento lingüístico particular a cada valor vem embutido nessa forma geral, particularizando-a. Por exemplo, com base nas contribuições da sociolingüística, há dicionários que incorporam indicações de usos de variações, de usos regionais, de mudanças de usos etc. Mas se há incorporação de alguns avanços feitos na lingüística, no entanto há algo que interessa sobremaneira ao discurso e que não entra em consideração: não se olha o dicionário a partir de como os sentidos das palavras estão em processo, ou de como elas se distribuem, significando diferentemente, de acordo com as diferentes formações discursivas, que correspondem a diferentes posições do sujeito ante a ideologia. Ou seja, o dicionário silencia sobre o fato de que não há palavra, não há sentido, sem ideologia, já que, segundo a análise de discurso, fala-se a mesma língua, mas fala-se diferente. Essa diferença não aparece, justamente porque o efeito ideológico do dicionário apaga a ideologia, como procuraremos mostrar ao longo deste trabalho.

Nesse ponto, o saber a língua e o saber sobre a língua caminham juntos com seus processos ideológicos. No século XIX, o autor de dicionários e as gramáticas legitimam a língua brasileira, tal “como se fala no Brasil e não como se escreve em Portugal” (Macedo Soares, 1888).

A posição sujeito-autor de dicionário ou gramática é, em qualquer tempo, a representação do sujeito-autor da língua. Se o dicionário representa a língua, os usuários se identificam com o efeito ideológico aí produzido: a língua aparece como “nossa” língua, a língua “comum”, dos “brasileiros” etc. A representação fiel do dicionário nos dá uma língua (imaginária) homogênea, perfeita, completa, sem falhas. Do mesmo modo, o dicionário parece não ter ideologia, sendo “neutro”, ou melhor, tendo a neutralidade (universalidade) da língua. Como não tem marcas ideológicas, sua ideologia é justamente não se marcar ideologicamente. Só um trabalho discursivo pode-nos situar ideologicamente em relação aos efeitos do dicionário, observando em sua constituição o que chamamos as formas materiais, indícios dos processos discursivos, lingüístico-históricos.

Se, no século XIX, o dicionário produzido no Brasil legitima uma língua diferente da de Portugal, com sua escrita, capaz de institucionalizar-se e definir cidadania, no século XX ele perde esse caráter. A produção dos instrumentos lingüísticos, uma vez que o Estado já está bem estabelecido em sua materialidade, tem mais o sentido da legitimidade científica do que da nacionalidade. Se, na época colonial, o dicionário é uma discursividade de construção de uma realidade brasileira, atualmente, com essa realidade já nomeada e com os brasileiros sabendo sua língua – os instrumentos lingüísticos, a escolarização, a literatura etc. estão aí para atestá-lo –, o uso do dicionário se faz sobre o efeito de pré-construído, como um “lembrete” de uma realidade já estabelecida e certa, um lugar em que “se sabem” as palavras de nossa língua.

No período colonial, há, como já pudemos observar (Orlandi, 1992), predomínio da *narração*; a partir do século XVIII e ao longo do XIX, em que já nos instalamos como Império e como República, a forma material que predomina é a da *descrição*. Ideologicamente, podemos vincular, nessa história, a narração à necessidade de acentuar-se a relação referencial, configurando uma realidade brasileira no mundo ocidental, enquanto a descrição se liga mais a procedimentos científicos, à construção de taxonomias, colocando a realidade na perspectiva da relação do saber com o Estado. Marca de decidida cientificidade e de objetividade de uma realidade já nomeada.

Se, no tempo da colonização, o dicionário e a gramática compõem as tecnologias da catequese, são produzidos pelos colonizadores (exogramatização), no século XIX, com a independência, com a laicização da relação com a língua, essas tecnologias agora produzidas em um processo de endogramatização (dicionários e gramáticas são produzidas para

brasileiros e por brasileiros) estabelecem os limites de um país com seu Estado, uma nação com suas instituições, uma sociedade com suas formas de relação. Com esses instrumentos, produzidos do lado de cá do Atlântico, os brasileiros não precisam se pensar a partir do português de Portugal, nem precisam estudar em Lisboa e Coimbra. Eles podem-se pensar no Brasil, em suas escolas e com instrumentos lingüísticos, manuais e programas de ensino próprios. Mais recentemente, no século XX, esses são instrumentos que constituem tecnologias de uma sociedade cientificamente significada. No entanto, podemos sempre ver neles os vestígios da presença da ideologia. Eles fizeram e fazem parte da constituição de nossa identidade: um povo com suas instituições, entre elas as instituições lingüísticas, que nos provêm de uma língua com sua unidade e universalidade (nacional). Como dissemos, eles dão realidade à nossa inscrição na língua nacional.

Trazendo essa reflexão para a atualidade, vamos procurar compreender o funcionamento do dicionário em uma sociedade como a nossa, pensando como os fatos, aqui, fazem sentido.

Veremos, em seguida, como fica uma pequena análise (caberia muito mais do que apresentaremos nessa nossa participação) de um material de linguagem extraído dos três dicionários já mencionados, em que podemos observar os efeitos da discursividade que ficou conhecida como a de Maio/68, de que mencionamos, anteriormente, algumas características.

Corpus

Aurélio

Subversão [Do lat. *subversione*]. *S. f.* 1. Ato ou efeito de subverter (-se). 2. Insubordinação às leis ou às autoridades constituídas; revolta contra elas. 3. Destruição, transformação da ordem política, social e econômica estabelecida; revolução.

Subversivo [Do lat. *subversu*, part. pass. de *subvertere*, 'subverter' + *ivo*] *Adj. e s.m.* 1. *V. subversor*. 2. Que ou aquele que pretende destruir ou transformar a ordem política, social e econômica estabelecida; revolucionário.

Subverter [Do lat. *subvertere*] *Vt.d.* 1. Voltar de baixo para cima; revolver. 2. Destruir, aniquilar (o que está assente); arruinar, derubar: *A grande enchente subverteu a vila; Procurou subverter a ordem; "A lei de Rio Branco vem subverter os princípios estabe-*

lecidos pelos grandes juristas, quando sentenciavam que o escravo não gera senão para a escravidão." (Xavier Marques, *As voltas da estrada*, p.125-6). 3. Perturbar completamente; transtornar; desordenar: *O inverno russo subverteu os planos de Napoleão e de Hitler*; "Debalde tentou destacar uma idéia desse caos e refletir sobre o acontecimento, que lhe subvertera a existência." (José de Alencar, *O sertanejo*, p.154). 4. Perverter, corromper: *subverter os costumes*. 5. Agitar, sublevar, revolucionar. 6. Fazer soçobrar; submergir, afundar: *A tempestade subverteu a embarcação*. V.p. 7. Afundar-se nas águas; submergir-se. 8. Sofrer destruição; arruinar-se, aniquilar-se.

Terror (ô) [Do lat. *terrore*] S.m. 1. Qualidade de terrível. 2. Estado de grande pavor ou apreensão. 3. Grande medo ou susto; pavor. 4. Época da Revolução Francesa, da queda dos girondinos (31 de maio de 1793) até a queda de Robespierre (27 de julho de 1794) ... 5. Pessoa ou coisa que espanta, amedronta, aterroriza: *Aquele delegado é um terror*; *O latim é o terror de muitos estudantes*. [Pl. *terrores* (ô). Cf. *terrores*, do v. *terrorar*.] # **Terror branco**. Os excessos perpetrados pelos realistas no S. da França durante os primeiros anos da Restauração.

Terrorismo [De *terror* + *-ismo*.] S.m. 1. Modo de coagir, ameaçar ou influenciar outras pessoas ou de impor-lhes a vontade pelo uso sistemático do terror. 2. Forma de ação política que combate o poder estabelecido mediante o emprego da violência.

Terrorista [De *terror* + *-ista*] Adj. 2g. 1. Relativo ao, ou que tem caráter de terrorismo: *métodos terroristas*. 2. Que é partidário do terrorismo. # S. 2g. 3. Partidário do terrorismo. 4. P. ext. Pessimista.

Laudelino Freire

Subversivo, adj. do lat. *subversus*. Que subverte; que pode subverter; revolucionário.

Subverter, v. r. v. do lat. *subvertere*. Destruir (o que está assente), arruinar, derrubar (tr. dir.) // 2. Sofrer destruição; arruinar-se (pr.): "daqui a quarenta dias se há-de *subverter* Ninive" (Vieira). "Chegado o último dia, retirou-se Jonas a um monte, para ver como Ninive se *subvertia*" (id.) // 3. Perturbar completamente; transtornar, desordenar (tr. dir.): "A fatal experiência ia *subvertendo* o império" (J. F. Lisboa). "esta gente não descansa enquanto não *subverter* tudo" (Rebêlo da Silva). "Que idéia é a de S. Alteza? Até aqui afeiçoado ao seu povo, agora *subverte* o Estado tão va-

riamente!" (Filinto Elísio). "Só uma cousa não, porque me *subverteu* para sempre o futuro!" (Herculano). //4. Afundar-se nas águas; submergir-se (pr.; pr., com prep. *em*): "Istantaneamente, com uma surda explosão, toda a cidade maravilhosa e os seres que a animavam *subverteram-se*" (C. Neto). "Se Deus não acudira com um milagre, o profeta *se subvertera* no mar" (Vieira). //5. Fazer sossobrar; submergir, afundar (tr. dir.): "O mar se empola, e em fúria ardendo se arroja aos altos cimos cruzados vagalhões, qual se tentara *subvertê-los*" (Gonçalves Dias). //6. Arrastar ou levar, ao afundar-se (bitr., com prep. *em*): "Ó Sr. Romão Pires, diga-me: o demônio ... terá poder de *subverter* consigo no inferno corpo e alma uma criatura batizada e remida nas santas águas?" (Rebêlo Silva). //7. Perverter (tr. dir.; pr.): "*Subverter* os usos e costumes. *Subverteu-se* a justiça".

Subversão, s. f. lat. *subversio*, *subversionem*. 1. Ato ou efeito de subverter. //2. Ato ou efeito de destruir ou perturbar; revolta, insubordinação.

Terror, s.m. lat. *terror*. Qualidade do que é terrível. //2. Ameaça que causa grande pavor. //3. Pavor, susto, medo. //4. Perigo, dificuldade extrema. //5. Objeto de espanto. //6. Nome por que se designa o período da Revolução Francesa compreendido entre 31 de maio de 1793 e 27 de julho de 1794.

Terrorismo, s.m. de *terror* + *ismo*. Sistema de governar por meio do terror ou de revoluções violentas.

Terrorista, adj. e s.m. De *terror* + *ista*. Homem partidário do terrorismo. //2. Aquele que infunde terror. //3. Aquele que espalha boatos assustadores ou que prediz acontecimentos funestos.

Michaelis

Subversão *sf* (lat *subversio*) 1 Ato ou efeito de subverter ou subverter-se. 2 Ato ou efeito de destruir ou perturbar; insubordinação, revolta contra a autoridade ou contra as instituições. 3 Perversão moral.

Subversivo *adj* (lat *subversu* + *ivo*) Que subverte; que é próprio para subverter; revolucionário.

Subverter (lat *subvertere*) *vtd* 1 Revolver de baixo para cima; arruinar, derribar, desordenar, perturbar, transtornar: "...tempestade medonha, que parecia subverter a terra" (Ramalho Ortigão, *ap* Moraes). *vpr* 2 Sofrer destruição; arruinar-se: *Sodoma e Gomorra subverteram-se*. *vpr* 3 Afundar-se nas águas; submergir-se: *Sub-*

verteu-se o navio. vtd 4 Fazer soçobrar, afundar. *Os submarinos subverteram muitos navios. vtd* 5 Arrastar ou levar, ao afundar-se: *Que o demo o subverta consigo no inferno. vtd* 6. Aliciar para idéias ou atos subversivos; revolucionar: *Subverter os operários. vtd e vpr* 7. Perverter(-se): *Subverter costumes, os hábitos, os usos. Subverter-se a justiça. vpr* 8 Desaparecer, sumir-se: "Mal que ele reparou na Chiquinha, subverteu-se, e a morena entrou na Igreja sozinha" (Valdomiro Silveira).

Terror *sm (lat terrore)* 1 Qualidade de terrível. 2 Grave perturbação trazida por perigo imediato, real ou não; medo, pavor. 3 Ameaça que causa grande pavor. 4 Objeto de espanto. 5 Perigo, dificuldade extrema. 6 Período da Revolução Francesa, compreendido entre 31 de maio de 1793 e 27 de julho de 1794, em que se cometeram muitos morticínios e se efetuaram muitas prisões. 7 Regime político de arbitrariedades, perseguições e supressão das liberdades individuais. *T. branco*: designação dada aos excessos cometidos pelos realistas no Sul da França durante os primeiros anos da restauração. *T. pânico*: a) terror ou susto repentino que os antigos diziam ser causado pelo deus Pã; b) medo súbito e sem fundamento.

Terrorismo *sm (terror + ismo)* 1 Sistema governamental que impõe, por meio de terror, os processos administrativos sem respeito aos direitos e às regalias dos cidadãos. 2 Ato de violência contra um indivíduo ou uma comunidade.

Terrorista *adj m+f (terror + ista)* 1 Que infunde terror. 2 Que espalha boatos assustadores ou prediz acontecimentos funestos. *s m+f* Pessoa partidária do terrorismo.

Em uma análise discursiva, todo indicio de forma material significa. Desde sinais diacríticos, pontuação, aspas, itálico, ordem, parêntese etc., até faltas, silenciamentos ou marcas linguísticas mais ortodoxas.

Análise

Podemos iniciar nossas observações pela referência ao fato de que em *Laudelino* "terrorista" é "homem partidário do terrorismo", "aquele que infunde terror" etc.; em *Aurélio*, embora não haja referência a "homem", ao "dizer que é partidário", define terrorista pelo gênero mascu-

lino. Já em *Michaelis*, que é um dicionário que se pretende politicamente correto, a palavra “homem” tem sua perífrase em “pessoa”, aparecendo em seguida a definição gramatical (adj m+f, s m+f), em que não se separam masculino e feminino. Este dicionário inclui assim a mulher. Ainda nesse verbete, “terrorista”, há que se notar que *Laudelino* é menos marcado por um fato político particular, o que é bastante diferente se tomarmos o *Aurélio* como ponto de referência. Expli-co-me. Em todos eles, “terrorista” é definido em relação a “terrorismo”. Em *Laudelino*, terrorismo é “sistema de governar por meio de terror ou de revoluções violentas”. Já em *Aurélio*, muito mais marcado por Maio de 68 e o discurso neoliberal que toma seu lugar, terrorismo é “modo de coagir, ameaçar ou influenciar outras pessoas [não é *sistema*, não é *regime*] ou de impor-lhes a *vontade* [portanto, não é político; grifo meu] pelo uso sistemático do terror”. E quando é político, é “forma de ação política que combate o poder estabelecido mediante o emprego da violência”. Já está aí presente a posição que coloca o terrorista na rede de filiações da violência, seja contra o outro, seja contra o poder constituído. E se vamos até “subversão”, podemos ver aí, com todas as letras, a presença de um momento crucial dessa história.

Não esqueçamos que *Laudelino* é autor anterior a 1968. Nele lemos: subversão: “Ato ou efeito de subverter ... ato ou efeito de destruir ou perturbar; revolta, insubordinação”.

Já em *Aurélio*, subversão, além de ser ato ou efeito de subverter, não é meramente insubordinação, é “insubordinação às leis ou às autoridades constituídas; revolta contra elas” e, em continuação, é “destruição, transformação da ordem política, social e econômica estabelecida [não há como não temer o Deops...⁴]; revolução”. Saindo da paráfrase de Maio/68, mas não longe dela, e acrescentando uma pitada de moralismo, *Michaelis* dirá que subversão é “ato ou efeito de destruir ou perturbar; insubordinação, revolta contra a autoridade ou contra as instituições” (eis o traço do politicamente correto), e, acrescenta, “perversão moral”.

A questão da revolução começa a aparecer e podemos ver, por essas remissões de uma palavra à outra, que seu sentido já vem também definido nessa conjuntura político-significativa. Em *Laudelino*, temos para subversivo: “que subverte, que *pode* subverter; revolucionário” [grifo meu]. Observe-se o verbo “poder” aí mostrando uma possibilidade. Já em *Aurélio*, temos para subversivo: “que ou aquele que *pretende* [grifo

4 Sigla do Departamento de Ordem Política e Social, órgão repressor por excelência da ditadura instalada no Brasil em 1964.

meu] destruir ou transformar a ordem política, social e econômica estabelecida [o retorno do sintagma cristalizado que tem sua sigla no Deops]; revolucionário". Vale a pena ver a introdução do verbo "pretender", na definição, que é uma atribuição de vontade, de intenções. Isso vai além do político, ou da categoria da possibilidade, como está em *Laudelino*.

O sentido de "revolucionário" – que segue após ponto-e-vírgula [;] de que falaremos mais adiante – fica claramente vinculado ao que está dito sobre a intenção de destruir a ordem social, acentuando assim a disposição destrutiva da ação que deveria ser política.

Se tomamos *Michaelis*, ele se apresenta quase como uma cópia de *Laudelino*. Quase, porque acrescenta um "próprio" que também foge ao político e coloca a ação como parte de uma essência... Não é mais um sujeito que *pode* subverter (como em *Laudelino*), mas que é *próprio* para tal finalidade.

Todas essas minhas observações vão na direção de que há um fato, um acontecimento discursivo em Maio/68, que atinge o discurso político e que produz seus efeitos ideológicos, disponibilizando modos de dizer e sentidos que vão estar presentes na dicionarização.

Por esses efeitos, os sentidos de "revolução" começam a ser silenciados de um lado (o da esquerda) para serem apropriados de outro (a direita) e começa a se produzir uma especialização de sentidos – pelos efeitos do moralismo e do apagamento do político, com a conseqüente acentuação do caráter individualista da ação social e política – que vai pesar enormemente sobre o que se significa por "terrorismo", "terrorista" concentrando-se no que é definido como "terror", como veremos mais adiante.

Deixamos propositadamente "terror" e "subverter" para o final destes comentários analíticos, pois são essas palavras que se carregam de exemplos. E, como dissemos em outra parte deste trabalho, os exemplos estruturam discursivamente o dicionário em relação à maneira como se presentifica a língua nesse seu espaço fechado. São também os exemplos que, pela citação e pelos autores, dão realidade ao uso das palavras em questão em relação a uma sua legitimidade. São usos legítimos os que estão dicionarizados como exemplos.

Mais do que isso, para nós, os exemplos simulam o fato de que estão aí contemplados os vários sentidos, nos distintos usos. Ora, para nós, analistas do discurso, o que está aí apagada é justamente a política do dizer, ou seja, a textualização do político, como diria Courtine (1982) ou, como tenho procurado mostrar, a simbolização das relações de poder, de tal modo que se fala a mesma língua, mas se fala diferente. Em outras palavras, ideologicamente, há um jogo sobre as transformações

discursivas que faz que, não se as reconhecendo em suas diversidades, ficam silenciados sentidos, ou melhor, as diferenças (ideológicas) de sentidos, as relações de força aí trabalhadas, como se a linguagem fosse neutra, como se os sentidos estivessem alocados nas palavras, visíveis empiricamente em seus usos nas frases. Além disso, e nessa mesma direção, colocam-se autores de épocas diversas, e de valor de autoria discrepante, como se se pudesse colocar tudo no mesmo lugar, como se tudo significasse da mesma maneira. Mais um argumento a favor da neutralidade e da objetividade do sistema lingüístico, completo e fechado no espaço do dicionário. Sem mencionar os clichês, o retorno de frases com forte ressonância no nosso imaginário de língua e literatura. O espaço do mesmo, do quase neutro, do completo.

De pronto, podemos observar, em relação a “terror”, que as paráfrases encontradas nos três dicionários apresentam pequenos deslocamentos. No *Aurélio*, a referência à época da Revolução Francesa se reduz aos limites das datas (de 31 de maio de 1793 a 27 de julho de 1794) ligadas aos acontecimentos (queda dos girondinos e queda de Robespierre); em *Laudelino*, a referência à Revolução Francesa é mais seca, colocando apenas as datas; em *Michaelis*, não só se descrevem os atos desse período (“em que se cometeram muitos morticínios e se efetuaram muitas prisões”) como se acrescenta um item específico (o 7) para se definir o terror, em geral, como “Regime político de arbitrariedades, perseguições e supressão das liberdades individuais” que leva a pensar o terror como “regime político”. Abre uma, digamos, dupla mão de sentidos, do governo para os cidadãos e não só desses para aquele, como supõe a definição de *Aurélio* para “terrorismo”: “forma de ação política que combate o poder estabelecido mediante o emprego da violência”. Ainda no *Michaelis*, e nessa mesma direção que ele já aponta em “terror”, a palavra “terrorismo” aparece com duas acepções: uma para “sistema governamental que impõe, por meio de terror, os processos administrativos sem respeito aos direitos e às regalias dos cidadãos” e outra para “ato de violência contra um indivíduo ou uma comunidade”, onde o agente não está determinado. Resta observar que, em *Michaelis*, enquanto dicionário politicamente correto, portanto marcado pela modernidade e pelo liberalismo (?), há referência quanto a “terror” ao mal psíquico, “pânico”, “medo súbito e sem fundamento”. O que é um acréscimo em relação aos outros. Sinal dos tempos... No entanto, não nos enganemos, esse politicamente correto não deixa de dividir sentidos, privilegiar usos etc.

Para a palavra “subverter” é o mesmo processo que vemos se desenharem. Nesse caso, podemos explorar, além do que já foi dito para “terror”, a *ordem* em que aparecem os exemplos, as definições, como pertinentes aos efeitos de sentidos que acabam por produzir.

Pelo encadeamento, o que vem antes é “sentido”, como comondo o sentido do que vem depois. Exemplo: em *Aurélio*, “perverter, corromper: subverter os costumes” antecede imediatamente “agitar, sublevar, revolucionar”. Ou quando se misturam qualidades políticas e psicológicas: “terrorista: partidário do terrorismo” que é seguido imediatamente de “p. ext. pessimista”. Isso vai criando relações de sentido, amálgamas, associações enormemente produtivas do ponto de vista ideológico. Significa-se por “impressões”. E no *Michaelis*, politicamente correto, encontramos uma seqüência modelar, para subverter: “5 Arrastar ou levar, ao afundar-se: *Que o demo o subverta consigo no inferno. vtd* 6 Aliciar para idéias ou atos subversivos; revolucionar: *Subverter os operários. vtd e vpr* 7 Perverter(se): *Subverter costumes, os hábitos, os usos. Subverter-se a justiça*”. Onde se seguem afundar, revolucionar e perverter. Aí, o politicamente correto mostra sua posição no politicamente significado. O que fica ainda mais acentuado se observarmos os exemplos: demo, inferno, operários, submeter-se a justiça.

Podéríamos explorar indefinidamente as relações de sentido estabelecidas pelo jogo intertextual, seja interno (remissão de um item a outro, de uma entrada a outra, ou mesmo de um verbete a outro), seja externo, pela citação de textos exemplares, efeitos de memória.

Passemos, então, a algumas rápidas observações no que se refere à questão do interdiscurso (memória, saber discursivo) em que o dicionário funciona pelas filiações não ditas, mas de algum modo funcionando como ele se estrutura. Para isso tomaremos a pontuação.

No presente caso, limitaremos a observação ao ponto e vírgula [;]. Já em *Aurélio* temos a relação no item 3 entre “destruição, transformação da ordem política, social e econômica estabelecida” com “revolução” (“estabelecida; revolução”).

Como temos afirmado em nossos trabalhos (Orlandi, 1999b), a pontuação marca os momentos em que, ao se subjetivar, o sujeito pratica a política do dizer: exclui, liga, inclui, apaga, acentua etc. Tudo isso, na maior parte das vezes, não consciente e intencionalmente, mas premido pela necessidade de, ao textualizar uma discursividade – isto é, colocá-la em uma dimensão bidimensional e achatada, linear –, produzir formulações que são efeitos de memória, afetados pelo esquecimento, pela ideologia. O sujeito não tem acesso ao modo como os sentidos se

constituem nele. Ele se filia a sentidos, ele se reconhece neles. E é assim que, ao textualizar uma discursividade, ele produz gestos de interpretação. No caso do dicionário, e dos verbetes que estamos analisando, esses efeitos de memória podem ser apreendidos nas vírgulas, mas também nos exemplos.

Interessa-nos aqui a pontuação. Além do [;], podemos pensar a [.,]. O que da memória do usuário está acionando o sujeito-autor do dicionário quando, como em *Aurélio*, no verbe "terrorista", temos: "1. Relativo ao, ou que tem o caráter de terrorismo: *métodos terroristas*". O que faz significar essa relação formulada pelos dois pontos [:]? E se observarmos o itálico para "*métodos terroristas*", o quê da memória, enquanto esta é vista como alteridade (o Outro constitutivo), está aí indicado?

Não temos espaço e nem nos cabe, aqui, estender mais esses comentários analíticos, sob a pena de incorreremos no desejo da completude, na onipotência do método. Desejo do analista, que o impulsiona, sem dúvida, mas que não deve iludi-lo.

Considerações conclusivas

Penso ter trazido para a reflexão alguns elementos discursivos que podem sugerir pesquisas, ou tomadas de posição metodológicas ante a prática que têm os dicionários como alvo e também ante a tradição de reflexão sobre os instrumentos linguísticos e sua história.

Neste estudo, queremos, para finalizar, acentuar o fato de que as palavras não são neutras, que a linguagem não é facilmente domesticável e de que, além de não termos controle sobre os sentidos, eles nos afetam e se representam de muitas maneiras, sendo a dicionarização um lugar importante em que isso se dá. Ou seja, lugar em que a trama da linguagem se impõe aos sujeitos de uma língua nacional, sempre afetados pela dispersão real e pela unidade imaginária, tanto do sujeito e da língua como do Estado. Assim, compreender o dicionário em seu funcionamento é compreender um pouco como a linguagem funciona em nós e como são praticadas as políticas da língua. E aqui penso diretamente na língua nacional.

A pergunta que deixo é: como ler o dicionário hoje? O que podem trazer suas contribuições para o como se elaborar um dicionário, pensando-se discursivamente? Nesse caso, deve-se pensar um dicionário que, em vez de iludir-se (e a nós) com sua completude, ao contrário, as-

sumisse a incompletude necessária assim como a diferença, a alteridade constitutiva e tivesse uma forma material (lingüístico-histórica) que levasse os seus usuários a trabalharem com ela em seu funcionamento, mobilizando suas memórias. O ponto fundamental para o dicionário, como para a gramática, a meu ver, é trabalhar tendo em vista não a *função* do dicionário, mas seu *funcionamento* na relação do sujeito com a língua, incluindo-se aí não só a relação com as condições de produção imediatas, mas com a memória. Ou seja, vê-lo como um discurso.

Isso, em termos mais teóricos e gerais. Em termos particulares e quase pessoais, não posso deixar de fazer uma consideração sobre a questão da discursividade de Maio/68 e os efeitos de dicionário em que isso se apresenta.

Se muitos outros eram os sentidos gestados nessa história que desemboca no acontecimento de Maio/68 – acontecimento que, como disse, tem na palavra “liberdade” seu carro-chefe –, no entanto os sentidos, como se pode ver, não estão nunca soltos, desligados e circulando livremente. Os sentidos da falta de liberdades concretas, de significados em um lugar, significados em outro, por outra formação discursiva que a substitui e que deixa sentidos disponíveis para o neoliberalismo, a globalização, o individualismo empresarial etc., ganham a frente da cena e se instalam. E é com esses sentidos que, expandindo-se para o passado e de-significando o que havia para significar, devo olhar meus amigos da época, como o Zé Roberto, colega desde o colegial no Instituto de Educação Dr. Álvaro Guião em São Carlos, continuando a lida do saber, da crítica e da política da USP em Maio/68, com seus enormes olhos abertos e generosos, em seu corpo frágil, miúdo, metralhado como perigoso terrorista. Com essa etiqueta destituiu-se o sujeito de sua coragem política. É só olhar no dicionário para ver o que “isso” significa. Os sentidos estão lá, dizem, com todas as letras. Pois no caso da análise de discurso, é preciso mais para se representar a memória. Porque ela é, por natureza, irrepresentável e estruturada pelos esquecimentos. Não há acesso direto a ela. É preciso criar novas maneiras de ler, é preciso confrontarmo-nos aos arquivos, ao discurso documental, é preciso fazer frente às coisas, a saber, do mundo (asséptico) do semanticamente normal. É preciso atravessar a vontade pragmática do sujeito para “ouvir”, nessas palavras, outras palavras, colocando o dito em relação ao não-dito, o dito aqui com o que se diz em outro lugar, como diz Pêcheux (1981), para compreender que os sentidos estão inexoravelmente postos em gestos de interpretação (Orlandi, 1996b). E o dicionário é um *lugar-textual* em que, na relação da língua (nacional) com o Estado e com a ciên-

cia, se administram os gestos de interpretação. Não sendo por acaso que esse lugar-textual funcione, precipuamente, em um *lugar-social*, uma instituição, fundamental na prática das políticas da língua: a escola.

ORLANDI, E. P. Discursive lexicography. *Alfa (São Paulo)*, v.44, p.97-114, 2000.

- **ABSTRACT:** *By taking into account the dictionary as discourse, we work in the domain of "discursive lexicography" by concentrating our attention on intertextual and interdiscursive (memory) relationships. Our interest is to analyse the production of "wholeness" effect. We consider dictionary functioning by relating subject/language and history. Our purpose is to understand how dictionary is concerned upon the national language with its effects on language politics.*
- **KEYWORDS:** *Discursive lexicography; intertext; interdiscourse; dictionary; school.*

Referências bibliográficas

- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramaticalização*. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.
- AUROUX, S., ORLANDI, E., MAZIÈRE, F. (Org.) *L'hyperlangue brésilienne. Languages*, v.130, s.d.
- COURTINE, J. J. *La Toque de Clementis*, 1982. (Xerox).
- FERREIRA, A. B. de H. *Novo dicionário Aurélio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1974.
- FREIRE, L. *Grande e novíssimo dicionário de língua portuguesa*. 3.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1957. v.I.
- MACEDO SOARES, A. J. de. *Dicionário brasileiro da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: s.n., 1888.
- MICHAELIS. *Novo dicionário de língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1998.
- NUNES, J. H. *Discurso e instrumentos lingüísticos no Brasil: dos relatos de viajantes aos primeiros dicionários*. Campinas, 1996. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.
- ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

- ORLANDI, E. P. *Ética e significação*. Campinas: Anpoll, 1996a. (Mesa-redonda).
- _____. *Interpretação*. Petrópolis: Vozes, 1996b.
- _____. Os silêncios da memória. In: _____. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999a.
- _____. Point c'est tout: interdiscours, mémoire, incomplétude. *Atas do Encontro sobre Acréscimo*. Paris: Universidade de Paris III, 1999b.
- PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: *Gestos de leitura*. Campinas: Ed. Unicamp, 1981.

A POLISSEMIA DOS VERBOS MODAIS. OU: FALANDO DE AMBIGÜIDADES

Maria Helena de Moura NEVES¹

- **RESUMO:** O estudo trata do valor polissêmico dos verbos modais em português. Os licenciamentos de interpretação conferidos pela predicação modalizada com verbos modais são estudados tendo em vista, particularmente, a tarefa de elaboração de dicionários.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Modalidade; verbos modais; polissemia; dicionário.

Introdução

Um dos temas tradicionalmente tratados dentro do estudo da modalização dos enunciados é a polissemia dos verbos modais nas diversas línguas. Negligenciada nas gramáticas pedagógicas do português e bastante estudada em gramáticas de outras línguas, como o inglês e o alemão, a questão vem sendo geralmente conduzida, entretanto, no sentido simplesmente de buscar paráfrases semânticas, com recurso aos contextos de ocorrência, na resolução dos sentidos.

Assim, propostas tradicionais se referem à interpretação de cada modal, se não em potenciais significados lexicais, apenas em contextos particulares, ficando desconsiderada uma explicitação de fatores intervinientes na composição dos possíveis significados contextuais. Mais do que a determinação de significados individuais de verbos modais,

¹ Departamento de Linguística – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara – SP – Brasil – mhmneves@techs.com.br.

na verdade, cabe às investigações explicitar todo o complexo que envolve a modalização dos enunciados efetuada por verbos, complexo que engloba a sintaticização da sentença, a ambiência do contexto extra-sentencial e o impacto do contexto de elocução.

Nesse intrincado terreno, salta logo ao analista da língua a dificuldade de dar conta do significado de modais em um dicionário, por mais que se assuma uma base lexicogramatical, base que parte do léxico mas que se resolve somente na contração de relações, portanto no “enunciado enunciado”.

A ambigüidade dos modais no tratamento da lógica

Já está em Aristóteles, nas *Refutações sofísticas* (*Peri tôn sophistikôn elenchôn*), uma indicação clara de que os verbos modais se prestam a uma diversidade de interpretações. Entre as seis fontes das falácias de base lingüística que Aristóteles aponta como as que são utilizadas pelos sofistas na sua argumentação, duas se relacionam com verbos como *poder* (*dýnamai*): a composição (*synthesis*) e a divisão (*dialresis*). Interpretada pela composição, uma seqüência modalizada por verbo, como

- *Uma pessoa sentada pode andar.*²

significa “é possível que uma pessoa esteja sentada e andando ao mesmo tempo”. Interpretada pela divisão, essa seqüência significa “uma pessoa sentada tem a possibilidade (= capacidade) de andar”.

Segundo Kneale (1962, apud Rivero, 1975, p.412), que é um historiador da lógica, esse parágrafo das *Refutações sofísticas* poderia indicar que Aristóteles já punha sob consideração um problema que viria a ser de grande interesse na Idade Média, que é a dupla função da modalidade:

a) O elemento modal pode ser considerado como predicado de toda uma proposição,³ isto é, pode ser uma predicação de segunda ordem, ou seja, aquela que toma outra proposição como sujeito. Essa primeira interpretação considera o verbo modal no seu sentido de composição, e, na frase apresentada acima, conduz à falsa conclusão de que é possível que uma pessoa caminhe estando sentada.

2 A construção total examinada por Aristóteles (166 a 22) é: “*olon tò dýnastai kathémemon badizein kai mè gráphonta gráphein*”.

3 Usa-se o termo proposição (*apóphansis*), nesta parte do texto, em seu significado lógico de “expressão de juízo”.

b) O elemento modal pode ser considerado como modificador de uma parte da proposição, apenas um de seus constituintes. Essa segunda interpretação toma o verbo modal no seu sentido de divisão, e, na frase apresentada, leva à conclusão de que uma pessoa não pode estar sentada e andar ao mesmo tempo, mas, estando sentada, pode estar habilitada a andar.

Este último significado (o de divisão) corresponde, de certo modo, ao dos verbos de modalidade de raiz, a obrigação (para *dever*) e a capacidade (para *poder*). Na contraparte, a modalidade epistêmica se ligaria à modificação de toda a proposição, ou seja, ao primeiro significado.

Essas ligações, entretanto, têm de ser avaliadas com cuidado (Neves, 1996), e especialmente porque a própria interpretação oferecida para a teoria aristotélica não é pacífica. Por outro lado, ainda, não se pode esquecer que a construção examinada por Aristóteles tem um caráter particular: é uma construção grega unipessoal com sujeito oracional infinitivo, e para a qual, ainda, se tem de prover uma interpretação do tipo pessoal.

A natureza multissignificativa dos modais é tratada também na filosofia medieval, não apenas por retomada dos estudos aristotélicos, mas ainda por proposições particulares dos lógicos escolásticos. Reconhece-se mais uma vez o polissemantismo dos elementos modais, independentemente da categoria lingüística que os expresse. A tradicional proposta da dicotomia *de re/de dicto* para a necessidade é explicitamente ligada, por Santo Agostinho, aos sentidos aristotélicos de divisão e de composição, respectivamente:

a) na relação entre *modus* e *res*, a modalidade é atribuída a um dos constituintes da oração subordinada (*sensu diuiso*), não à sua totalidade;

b) na relação entre *modus* e *dictum*, a modalidade é atribuída a toda a proposição (*sensu composito*).

Essa tradição lógica de dicotomização das modalidades, que desembocou na oposição entre modalidade de raiz e modalidade epistêmica, pode ter sua trajetória assim resumida:

de raiz	← <i>de re</i>	← <i>diuisa</i> (modificação parcial, ou seja, de um constituinte)	relação entre um sujeito modal e um verbo pessoal
epistêmica	← <i>de dicto</i>	← <i>composita</i> (modificação proposicional, ou seja, do <i>dictum</i> completo)	relação entre a modalidade e um sujeito que é a oração

A ambigüidade dos enunciados modalizados nas línguas naturais

De modo geral, os significados básicos que podem ser atribuídos às modalizações são basicamente três, considerando-se que a modalidade de raiz, que é pessoal, abrange mais de um significado. Acrescido o significado epistêmico (impessoal), cada uma dessas modalidades implica três significados, dois de raiz e um epistêmico:

Poder	[significado de raiz, ou pessoal	[capacidade ou habilidade
		significado epistêmico, ou impessoal]	permissão
			[simples possibilidade
Dever	[significado de raiz, ou pessoal	[obrigação
		significado epistêmico, ou impessoal]	ordem
			[simples necessidade

Uma primeira tomada de posição na resolução da ambigüidade de contextos modalizados pode ser representada pela investigação da semântica de modais individuais, e esse tem sido um caminho bastante seguido. Entretanto, partindo-se do princípio de que um enunciado explicitamente modalizado tem uma estrutura do tipo $M(p)$, isto é, tem uma proposição no âmbito de incidência de um modalizador, facilmente se verifica a existência de uma relação necessária entre a proposição encaixada no âmbito do modal e a situação que ela representa numa dada instância de elocução, de onde o papel que ela representa na própria interpretação do elemento que a modaliza.

É freqüente nos estudos lingüísticos sobre modalização o tratamento da questão da ambigüidade entre significados epistêmicos e significados de raiz, e, dentre estes, especificamente, os deônticos. Essa ambigüidade é reconhecida em línguas não aparentadas, especialmente em ligação com os verbos modais, que são em número reduzido, com particularidades morfossintáticas em algumas línguas – como o inglês, em que esses verbos, por exemplo, não têm infinitivo –, mas não em outras línguas, como o português.

Wald (1993) chega a dizer que diversos verbos modais se caracterizam semanticamente como neutros para a distinção entre epistêmico e deôntico.

Considerando implausível uma consideração tradicional, que é tratar os significados modais de raiz como predicados lexicais que envolvem

força ou obrigação, e os significados epistêmicos como combinações de operadores lógicos, Sweetser (1990) afirma que é insuficiente dizer, simplesmente, que há proximidade semântica entre significados modais de raiz e significados modais epistêmicos: se os dois conjuntos de significados são altamente distintos, e objetivamente têm pouco em comum, é necessária uma análise das modalidades de raiz e epistêmica que de algum modo torne natural a evidente relação semântica que entre elas se observa nas diversas línguas, já que a polissemia observada para os valores de raiz e epistêmicos é lingüisticamente inter-relacionada com outros padrões de polissemia, ou de ambigüidades semânticas. A maior dificuldade apontada para o tratamento das modalidades de maneira unificada é, com efeito, o fato de que a análise semântica dos modais de raiz não se encaixa nos significados de necessidade e de probabilidade lógica.

Bybee & Fleischman (1995, p.5) chamam a atenção para o interessante fato de que, nas diversas línguas, as mesmas formas verbais podem ser usadas para os dois grandes tipos de modalidade tradicionalmente postulados, e indicam a necessidade de recurso ao contexto para estabelecimento do significado. Wald (1993) também lembra o fato de que os verbos modais aparentemente ocorrem em todas as línguas, e que sempre constituem formas com uso tanto epistêmico como deontico.

Klinge (1996) afirma que todos os modais ingleses e dinamarqueses são encontrados com ao menos um significado epistêmico e um significado não-epistêmico, e que, em outras palavras, há uma ambigüidade sistemática em todas as construções com verbos modais. Entretanto, para ele, atribuir aos próprios verbos modais a responsabilidade pela expressão dos diferentes tipos e graus de modalidade distinguidos, como se tem feito tradicionalmente, é errôneo, e representa negligenciar o papel representado pelo contexto. Assim, a oposição entre epistêmico e não-epistêmico não reside propriamente nos modais, mas fora deles, devendo ser descrita como resultado de contextualização. O contexto é entendido como o conjunto de hipóteses de que dispõe um destinatário e que ele utiliza para interpretar uma elocução. Um contexto é uma elocução específica. Constitui subparte do contexto o significado codificado no conteúdo proposicional da sentença, conteúdo que é distinto do modal, mas que está no âmbito de incidência dele. O conteúdo proposicional de uma sentença, continua Klinge, é independente de uma dada elocução, mas numa elocução da sentença ele libera algumas das hipóteses utilizadas pelo destinatário para compor o sentido do enunciado, de onde se segue que o conteúdo proposicional de uma sentença tem um importante papel no significado interpretado.

Observem-se os enunciados:

- 1 **PODE** sair, vai ver o casamento da sua prima! (UNM)
- 2 E ele, como **PODE** se prestar a uma pantomima daquelas! (A)
- 3 A noite a lua vem da Ásia, mas **PODE** não vir, o que demonstra que nem tudo neste mundo é perfeito. (AL)
- 4 Ela não **PODE** morrer no desespero em que está. (A)

Para cada um deles se pode indicar um diferente significado modal: permissão, possibilidade deontica, possibilidade epistêmica e volição, respectivamente. Não se pode, entretanto, atribuir ao verbo modal a responsabilidade da distinção, já que ele é o mesmo em todos os casos (*pode*).

E, nos enunciados seguintes,

- 5 Agora você **PODE ir** embora, escravo. (LC)
- 6 Chama-se Luzia. É limpa, boazinha, não tem perigo. O senhor **PODE ir** sossegado com ela. (ID)
- 7 O simbolismo das zonas **PODE ir** mais adiante, porém é necessário que se tenha maior cautela. (GFO)
- 8 Caio – disse ele me apontando – bem que **PODE ir**. É o menos marcado. Não está comprometido com nada. (DE)

nos quais se observam os mesmos diferentes efeitos modais dos quatro enunciados anteriores (permissão, possibilidade deontica, possibilidade epistêmica e volição, respectivamente), além de haver o mesmo verbo modal (*pode*), ainda ocorre o mesmo predicado modalizado (*ir*), o que mostra que não está simplesmente nesses elementos, nem nesse sintagma restrito, a fonte da diferença de significado.

Obviamente, a leitura pode ser apenas probabilística, isto é, pode-se falar em “leitura preferida” (Klinge, 1996). Assim, num enunciado como

- 9 *Esse delegado **PODE ir** abusar com mulher da vida e cachaceiro, na Vargem da Cruz, mas comigo é diferente.* (MMM)

um interpretante poderia optar por uma leitura de raiz (“ele tem capacidade de/licenciamento para”) ou por uma leitura epistêmica (“é possível que/é provável que”), pois o contexto intra-sentencial apenas fornece pistas para a interpretação, mas não fornece a interpretação toda. E, mesmo sendo considerado o contexto maior, pode ocorrer de se ter de falar em uma “leitura preferida”:

10 *Abri a porta e sai no alpendre: – Vocemecê pode ir embora com os seus soldados e o seu papel. Esse delegado PODE ir abusar com mulher da vida e cachaceiro, na Vargem da Cruz, mas comigo é diferente. Aqui eu estou na minha casa. Este sítio é meu, foi o que meu pai sempre me disse. Se os ladrões dos meus primos querem tomar o que é meu, que venham, com delegado e tudo. Eu enfrento. Da minha casa só saio à força e amarrada.* (MMM)

Silva-Corvalán (1995), examinando os fatores que determinam as diferentes interpretações dos verbos modais do espanhol *poder* e *deber* em diferentes contextos, discute a adequação do tratamento monossemântico na análise da semântica desses verbos. Sua proposta é que os verbos modais possuem um significado invariante, mas que, na sua interpretação, comunicam significados contextuais diferentes, como consequência de sua interação com outros elementos no contexto, tais como a animacidade dos sintagmas nominais, o aspecto, o tempo. A análise sugere que o tratamento monossemântico é mais apropriado para o espanhol em pelo menos dois pontos:

a) Os diferentes significados propostos (por exemplo, habilidade, possibilidade, permissão, polidez) são vistos como uma função da interação entre o modal e outros elementos (lingüísticos e extralingüísticos) no discurso.

b) Uma perspectiva monossemântica que admite a possibilidade de sinonímia no contexto pode responder pela escolha de uma “expressão sinonímica” em vez de outra, com fundamento em seus diferentes significados básicos. Os significados invariantes propostos para os verbos do espanhol *poder* e *deber*, por exemplo, justificam a escolha de um modal, e não de outro, em um enunciado particular em que ambos podem ser interpretados para comunicar possibilidade epistêmica. Por um lado, enquanto a análise de dados permite argumentar contra uma abordagem polissemântica para o significado dos modais, seus contextos de ocorrência, por outro, mostram-se polissêmicos, isto é, às vezes mais de uma interpretação do significado de um dado enunciado modalizado é possível. Desse modo, é vaga, em alguns casos, a inclusão de um contexto específico (definido pela combinação de certas características, por exemplo, animacidade e agentividade dos termos) em um ou outro conjunto de contextos associados com a inferência de diferentes mensagens (por exemplo, possibilidade e permissão).

Com respeito a *poder* e *deber*, Silva-Corvalán propõe que os significados invariantes desses verbos respondem pelo uso de um modal em

vez de um verbo não modalizado, ou pela escolha de um modal e não de outro, em contextos discursivos particulares. Nesses contextos, os verbos modais interagem com outros elementos lingüísticos e extralingüísticos que contribuem para produzir significados sentenciais múltiplos e/ou discursivos compatíveis com a semântica desses modais. Fica sugerida, então, a existência de três componentes significativos ou tipos de significados na língua, que não são específicos para modais, mas caracterizam todos os elementos lingüísticos:

- 1 significado descontextualizado, sistêmico, invariante;
- 2 significado contextualizado;
- 3 significado discursivo prototípico.

O significado invariante é o que forma a base, ou seja, está presente em todos os usos de um modal. O significado contextualizado, derivado da ação que exercem sobre o verbo modal fatores morfossintáticos, semânticos, prosódicos e pragmáticos atuantes em seus contextos de uso, constitui a mensagem que o modal comunica, ou o analista infere que o modal comunica, num contexto específico. Os significados invariantes e os significados contextualizados correspondem em parte ao que Bosh (1985, apud Silva-Corvalán, 1995) chama respectivamente “significado lexical contextual independente” e “noções contextuais dependentes do contexto”. As noções contextuais são em princípio infinitas e únicas para cada contexto novo. O significado prototípico discursivo refere-se às mensagens mais freqüentes que o modal comunica num discurso da língua. Ele tende a corresponder ao significado que a maioria dos usuários da língua (e às vezes até lingüistas) determinam para uma forma, mensagens inferidas que, por muito freqüentes, são consideradas pelos falantes como parte do significado da forma.

Falar simplesmente em “significado contextualizado”, ou mesmo em “significado prototípico”, entretanto, constitui uma resolução um tanto vaga, já que a própria noção de contexto é, em si, vaga. Assim, num enunciado como

- 11 *Mas de uma coisa você **DEVE** ter certeza, antes de tomá-la, de pô-la em execução.* (A)

o contexto considerado nos limites da frase é suficiente para uma interpretação deôntica, mas essa interpretação não fica decidida apenas dentro dos limites da proposição nuclear (que é: *mas de uma coisa você **DEVE** ter certeza*). Pelo contrário, a interpretação não se resolve até que

se expresse o satélite temporal (que é: *antes de tomá-la, de pô-la em execução*).

Por outro lado, num enunciado como

12 *Ela DEVE chegar já.* (OE)

a contextualização do modal no âmbito da frase completa não impede que se possam obter pelo menos três interpretações:

a) probabilidade (possibilidade epistêmica): “é provável que ela chegue já” / “provavelmente ela chegará já”;

b) obrigação interna (necessidade deôntica): “é necessário que ela chegue já” / “ela precisa chegar já”;

c) obrigação externa (necessidade deôntica): “é obrigatório que ela chegue já” / “ela tem obrigação de chegar já”.

É um contexto maior do que a frase que vai mostrar que o significado expresso na ocorrência real é o de probabilidade (epistêmico):

13 *Ela DEVE chegar já. São sete horas? Ela me disse que não tardaria. O quarto dela vai ser o da frente, junto de vocês. Estou explicando – disse dirigindo-se ao filho – que vamos ter uma nova hóspede.* (OE)

O mesmo ocorre neste enunciado negativo:

14 *Homem branco, caraíba, não DEVE fazer isso perto de vocês...* (ARR)

Essa frase, isolada, é duplamente ambígua, podendo ser interpretada como:

a) modalização epistêmica (probabilidade), com o significado de “provavelmente ele não está fazendo/não fará isso”;

b) modalização deôntica (obrigação), e, nesse caso, com dois significados possíveis:

b1) “é-lhe proibido fazer isso” / “ele está proibido de fazer isso”;

b2) “é necessário ele não fazer isso” / “ele tem obrigação de não fazer isso”.

Nem um contexto próximo resolve:

15 – (...) *Respire só um pouco, se não eu choro mesmo. Homem branco, caraíba, não DEVE fazer isso perto de vocês... Por favor Avinarrai, não fique assim...* (ARR)

Só um contexto bem mais amplo permite uma interpretação unívoca, que é a de “necessidade deôntica/obrigação”.

16 – (...) *Respire só um pouco, se não eu choro mesmo. **Homem branco, caraíba, não DEVE fazer isso perto de vocês...** Por favor Avinarrai, não fique assim...*

Sua voz tornou-se mais rouca:

– Espere Cláudio chegar...

Calou-se e baixou a cabeça sobre os ombros. O pescoço perdera a força; não suportava sua tristeza. As mãos ficaram paradas sobre o peito magro. Não sentia mais os joelhos sobre a terra. Nem cansaço, nem nada. Não sabia o que pedir ou fazer mais.

Não choraria porque era feio um branco chorar diante de tanto índio. Mas também não falaria mais porque não controlaria mais o peito e poderia chorar... Sentiu um pequeno movimento sob seus dedos. Não tinha coragem de erguer os olhos porque temia enganar-se, pensando que a esperança ou a ilusão faziam com que sentisse o respirar de Avinarrai. Mas o ritmo da vida recomaçava mesmo, lento, fraco, no corpo débil do índio.

No seu abandono sentiu uma mão velha e encarquilhada pousar sobre seus ombros.

– Caiá... Caiá!... Ele nasceu de novo...

Suspendeu a cabeça e espiou o rosto de Avinarrai. As cores recomaçavam a voltar. Apalpou o pulso. Batia um pouco mais forte. Avinarrai balançou a cabeça e gemeu doridamente. (ARR)

Entretanto, considerar, simplesmente, o contexto lingüístico, por mais amplo que ele seja, implica minimizar, ou mesmo descartar, as relações intersubjetivas, em particular a modulação das funções ilocutórias, bastante visível em construções com verbos modais. Assim, em enunciados como

17 – *Por gentileza, será que o senhor **PODE** me mandar uma empregada?* (DEL)

18 – *Quem sabe você **PODERIA** dar uma noticiuzinha no seu jornal, hein?* (LC)

19 – *Eu **POSSO** explicar.*
– Então explique. (ANB)

é necessário considerar que o modal *poder* não faz simplesmente a expressão de possibilidade (seja epistêmica, seja de raiz) nem indica simplesmente uma atitude do falante (modulando, nos dois primeiros casos,

uma pergunta, e, no terceiro, uma asseveração), mas obtém indicar um ato ilocutório:

a) um pedido, nos dois primeiros casos: o falante pede o envio de uma empregada, na primeira frase, e a publicação de uma notícia, na segunda;

b) uma oferta, no terceiro caso: o falante oferece explicar-se, oferta que é aceita em seguida pelo interlocutor.

Ocorre, pois, que o lexema modal ultrapassa a significação do enunciado, considerado isoladamente, para tocar a função ilocutória do ato de linguagem na interação verbal. Como aponta Roulet (1993), para explicar casos como esses geralmente se admite, com Brown & Levinson (1978), que todos os atos de linguagem são potencialmente ameaçadores para as faces dos interlocutores, e que isso conduziu, em cada língua, a um desenvolvimento progressivo de processos de figuração, que visam precisamente a atenuar essa ameaça potencial, indicando a função ilocutória do ato de maneira mais implícita, e, então, menos restritora para os interlocutores.

Obviamente, isso não impede que o ato executado venha expresso, como ocorre neste enunciado em que se faz uma “promessa” e se usa o verbo performativo correspondente:

20 *Vou ver o que eu POSSO fazer – prometeu ele.* (FE)

Roulet também lembra Searle (1975), que mostrou que as formas implícitas mais comuns geralmente fazem alusão a uma das condições de realização do ato a que se visa, e, por isso, a realização sincera de um oferecimento pressupõe pelo menos as três seguintes condições:

- a) o oferecimento relaciona-se com um ato futuro do locutor;
- b) o falante se julga capaz de executar esse ato;
- c) ele pensa que o interlocutor deseja que ele cumpra esse ato.

Para evitar a forma constrangedora do performativo explícito *eu lhe ofereço* – diz Roulet – o falante pode executar implicitamente um ato de oferecimento assegurando uma das condições que lhe estão afetadas: usa uma asserção completada eventualmente por uma oração hipotética referente à condição que diz respeito ao interlocutor. É o que se vê no enunciado

21 *Depois, se você quiser, eu POSSO ir falar com o velho Onofre.*
(ALE)

(“*Eu falarei com o velho Onofre [se você quiser].*”)

Uma observação interessante é que enunciados como esses podem reduzir-se à expressão da condicionalidade, mantendo o estatuto de ato de oferecimento:

22 *Se você quiser, hoje, à noite...* (MPB)

Outros expedientes estão disponíveis para o enunciador fazer o oferecimento; por exemplo, interrogar diretamente quanto a um ato que caberia ao locutor. Assim, o enunciado

23 – *Depois, se você quiser eu POSSO ir falar com o velho Onofre.*
(ALE)

pode reduzir-se a

24 – *Você quer que eu fale com o velho Onofre?*

que é do mesmo tipo de perguntas como:

25 – *Quer que eu vá conversar com ele?* (AGO)

26 – *Quer que eu desligue a vitrola?* (AGO)

Um ato de oferecimento também pode ser executado implicitamente assegurando-se não o ato em si, mas uma das condições que lhe estão afetas:

27 – *Se você quiser POSSO até tapar os ouvidos e ler em voz alta sem escutar.* (ANA)

Esses são empregos de modalizadores que se apresentam com numerosas possibilidades de combinações e com ampla gama de efeitos, e que não podem ser desconhecidos nas análises. Uma das questões, por exemplo, é que o cumprimento de atos ilocutórios diferentes daquele que o enunciado visto isoladamente sugeriria independe da polissemia dos verbos modais. Assim, uma frase como

28 – *E você PODE tirá-lo?* (CH),

que não é semanticamente ambígua (podendo-se facilmente garantir seu significado de capacitação, habilitação), no entanto pode estar sendo utilizada para executar pelo menos dois atos ilocutórios diferentes:

a) uma pergunta, ou seja, um pedido de informação (como indicado explicitamente pelo ponto de interrogação);

b) um pedido, uma solicitação.

Vista essa frase no contexto real, e, portanto, com toda a sua força ilocutória, verifica-se que se trata realmente de uma pergunta (que, aliás, é respondida), não de um pedido:

29 – *Solte isso! Não é enfeite. É conta de candomblé preparada. Ninguém pode pegar.*

– Não tive intenção de profanar seu colar.

Fui grosseira. Podia ter agido com mais tato. Pela maneira como tratou-me, não merecia isso como retribuição. Mudo o tom de voz e explico que só a própria pessoa pode tocar nas contas, e que a mim nada aconteceria, mas não seria bom para ele. Seu rosto se descontrai. Ele sorri ao perguntar:

– *Foi só isso?*

– Não queria causar-lhe mal, depois que você me deu este dia de mar.

– **E você PODE tirá-lo?**

– **Posso.** (CH)

No enunciado seguinte, pelo contrário, interrogações do mesmo tipo (sobre capacitação para execução de um ato) cumprem a função de sollicitar a execução de um ato (no caso, especificamente, um ato de fala):

30 *Peter Bogdanovich – Você PODE falar sobre ele (Mankiewicz)?*

Orson Welles – Eu gostaria muito. Eu gostava muito dele. As pessoas também. Ele era muito admirado, você sabe. *

Pb – Exceto na parte que ele teve em escrever o enredo ... Bem, eu li a respeito dos créditos...

Ow – Oh, os créditos que vão para o inferno; uma porção de maus escritores tem diretores maravilhosos.

Pb – **Você PODE explicar isso?**

Ow – *Sorte. Os maus escritores de sorte tiveram bons diretores que sabiam escrever.* (REA)

O uso da modalização na complementação de funções ilocutórias inclui o propósito de atenuação daquela “ameaça potencial que todo ato de linguagem representa para a face dos interlocutores” a que se refere Roulet (1993, p.33). Veja-se a seguinte ocorrência, na qual o verbo de elocução (*perguntar*) é modalizado pelo futuro do pretérito do verbo *gostar*:

31 – *Ouvi atentamente o aparte do nobre Deputado Jorge Arbage, mas GOSTARIA de perguntar quando foi que S.Exa. teve notícia do último atentado terrorista que ocorreu em nosso País.* (MS-O)

Ou observem-se as seguintes ocorrências, nas quais as predicções modalizadas por verbos (*a gente podia* e *talvez eu possa*), marcando um ato de oferecimento – de que já se deu exemplo acima –, estão sobremodalizadas pelo imperfeito do indicativo (valendo por futuro do

pretérito) e pelo advérbio *talvez*, respectivamente, havendo, ainda, no primeiro caso, o emprego hipotético do verbo *querer*.

32 – *Se o senhor **quisesse**, a gente **PODIA** dar um jeito... O senhor sabe, com boa vontade, tudo se arranja.* (FE)

33 – *Na carreira diplomática as mulheres não podem ingressar. Por quê? – **Talvez** eu **POSSA** responder. – É porque os homens não querem perder mais esta parada.* (VID)

A relação existente entre as modalidades e os atos ilocutórios é reconhecida pelos estudiosos do uso de modais em geral. Récanati (1982, apud Coracini, 1991) associa diretamente três tipos frasais aos três tipos básicos de modalidade: as frases assertivas correspondem à modalidade alética, as interrogativas à epistêmica, e as imperativas à deontica.

Coates (1983), por outro lado, estudando o emprego dos modais em inglês, concluiu que todos os modais deonticos podem aparecer em construções interrogativas, e que nesse tipo frasal os epistêmicos não são normalmente encontrados. Entretanto, embora haja restrições, é possível modalizar epistemicamente uma frase interrogativa, como ocorre em

34 *Como **PODE** existir na terra tanta mentira numa só criatura?*
(THG)

ou, mesmo, poderia ocorrer em

35 ***PODE** existir na terra tanta mentira numa só criatura?*

Também os diferentes tipos textuais favorecem diferentes modalidades, segundo o que se tem verificado em pesquisas. Stephany (1995) observou, para o inglês, que, num texto de caráter diretivo (texto de instruções), predomina a modalidade deontica, enquanto em textos narrativos e argumentativos é mais freqüente a modalidade epistêmica. Blühdorn & Guedes Evangelista (1999), estudando textos em português e em alemão, verificaram que os textos argumentativos, por seu lado, abrigam mais modalidade epistêmica do que os narrativos e os descritivos. Obviamente, não se pode partir da idéia de que os textos são homogêneos, mas deve-se entender, pelo contrário, que eles, em geral, abrigam porções de diferentes características textuais. E Stutterheim (1993) chama a atenção para o fato de que, nos textos em geral, é comum a heterogeneidade modal, com mudanças freqüentes entre possibilidade, impossibilidade, proibição, permissão etc.

Os licenciamentos de interpretação conferidos pela predicação modalizada

Essas indicações sobre diversidade de interpretação de enunciados explicitamente modalizados não desconsideram que o licenciamento para as diversas interpretações – seja do ponto de vista semântico, seja do ponto de vista pragmático – partem da predicação básica, isto é, do estado de coisas codificado na oração modalizada.

Assim, é bastante determinante para a interpretação da modalidade a “unidade semântica” básica (Chafe, 1979) presente no predicado: verbos estativos, bem como verbos existenciais (ligados a sujeitos estáticos), por exemplo, são fortemente associados à modalidade epistêmica (Coates, 1983; Bybee et al., 1994; Heine, 1995), e, realmente, enunciados como

36 *A viagem entre São Paulo e Caraguatatuba também **DEVE levar** o dobro do tempo normal de duas horas.* (FSP)

37 *Descubro que **PODE existir** tanta pureza na carne como no espírito.* (CH)

não suscitariam interpretação modal deôntica.

Os fatores da interpretação

No exame do contexto restrito – considerado dentro dos limites da oração –, o primeiro fator decisivo de interpretação dos enunciados com verbos modais é o tempo do enunciado.

Givón (1984, p.272) fala num “complexo formado por tempo, aspecto e modalidade (TAM)”, que constitui um sistema presente nas línguas naturais, no qual as categorias se implicam mutuamente, ficando o tempo no eixo central da relação. Assim, é sobre base temporal que Givón equaciona as três categorias, que, entretanto, exigem tratamento independente, para a sua explanação e a de seus subcomponentes.

a) Tempo (*tense*): envolve primariamente – embora não exclusivamente – uma experiência temporal em termos de “pontos numa seqüência”, e, conseqüentemente, envolve as noções de precedência e subseqüência.

b) Aspecto (em suas variedades) envolve a noção de limitação dos períodos de tempo, isto é, a configuração de pontos iniciais, finais e mediais. Entretanto, na semântica do aspecto, quase sempre algum ele-

mento do tempo (*tense*) está também envolvido, em termos de estabelecer-se um ponto de referência na seqüência temporal.

c) Modalidade: abrange, entre outras coisas, nossas noções de realidade, no sentido de que ou há existência factual em algum tempo real (“verdadeiro”), ou não há existência em nenhum tempo real (“falso”), ou há existência potencial em algum tempo ainda por vir (“possível”).

Uma primeira generalização que pode ser feita na relação entre modalização e tempo-aspecto verbal vai no sentido de conferir aos enunciados relativos a eventos passados – e, especialmente, os téticos – uma interpretação preferencialmente epistêmica, e, aos enunciados relativos a eventos futuros, uma interpretação preferencialmente de raiz, embora a interpretação epistêmica não fique excluída. Com efeito, estados de coisas passados já não podem ser influenciados por modalidades que se apliquem diretamente a eles, o que, em outras palavras, significa que a ninguém pode ser conferida uma permissão ou ser imposta uma obrigação para que tenha feito algo no passado.

Assim, nos enunciados

38 *Não tem a cor macerada dos indianos ou tailandeses, nem o re-tinto dos africanos. **PODE ter vindo** do Caribe ou ser norte-americano.* (BE)

39 *E o Santo Ofício **DEVE ter registrado** tudo sobre eles.* (ACM)

a interpretação é, respectivamente:

- “É **POSSÍVEL** que tenha vindo do Caribe.” / “**PROVAVELMENTE** veio do Caribe.”

e

- “É **POSSÍVEL** que o Santo Ofício tenha registrado tudo sobre eles.”

“**PROVAVELMENTE** o Santo Ofício registrou tudo sobre eles.”

Categorias deônticas como a obrigação e a proibição, bem como a permissão, na verdade, são afetadas a predicacões de futuridade, o que se explica pelo fato de que essa modalização diz respeito à conduta, que se projeta para um momento posterior à manifestação do *déon*, isto é, da necessidade deôntica:

40 *É **preciso fazer** alguma coisa para ajudar os pobres do Rio.* (AF)

41 *É **preciso** que **falem** e **pensem** no que fizemos.* (CCI)

42 *A mulher **TINHA QUE obedecer**.* (RET)

Também têm leitura preferencialmente epistêmica as modalizações operadas por verbos em formas progressivas:

43 *Enquanto na observação temos o dado natural bruto, este dado pode ser um fato incluído numa concepção hipotética ou pronto para a elaboração de uma hipótese. Ao mesmo tempo não é o puramente dado como fenômeno, uma vez que já **PODE estar acontecendo** sobre ele a interpretação do homem (cientista). E essa possibilidade de interpretação já pode ser vista como uma hipótese em potencial.* (TE)

44 *Seis horas. Cléber **DEVE estar saindo** do trabalho.* (AF)

Efetivamente, não faz sentido permitir a um agente executar um ato concomitante com o ato de elocução, nem obrigá-lo a isso.

Enunciados com abertura para o futuro, por outro lado, comportam muito bem licenciamento de atuação (modalidade de raiz), como se observou, mas comportam também licenciamento de inferências ou conclusões (modalidade epistêmica). É o caso, respectivamente, das ocorrências já registradas

12 *Ela **DEVE** chegar já.*

e

14 *Homem branco, caraíba, não **DEVE** fazer isso perto de vocês...*

Outro fato é que os verbos modais respondem ao teste do sujeito animado. Assim, uma oração de *poder* com sujeito não-animado, como

45 ***Pode** vir chuva, ventania, tempestade e até guerra.* (TV)

só tem interpretação de possibilidade epistêmica:

45a *"É possível que venha chuva, ventania, tempestade e até guerra."*

Entretanto, uma oração com o mesmo modal mas com sujeito animado (e sem as restrições de construção com forma perfectiva ou progressiva), como

46 *E Gemar Quinto **PODE** voltar.* (ML)

tanto pode significar simples possibilidade (interpretação epistêmica)

46a *"É POSSÍVEL que Gemar Quinto volte."*

como pode ter ambas as interpretações de raiz:

46b *"Gemar Quinto tem **PERMISSÃO** para voltar."*

ou

46c "Gemar Quinto tem **CAPACIDADE** para voltar."

Outra determinação para interpretação pode ser encontrada na própria pessoa gramatical do verbo: uma expressão tende menos para uma interpretação deôntica quando está na terceira pessoa, e mais quando está na primeira, enquanto a modalidade epistêmica se associa mais com a terceira pessoa e menos com a primeira. Entretanto, os verbos de opinião (epistêmicos) são característicos de primeira pessoa, em construções do tipo de

47 **ACHO** que por humilhação maior jamais passaram, jamais poderiam passar. (A)

A multiplicidade de fatores que influem na interpretação de verbos modais polissêmicos levou diversos autores que estudaram a interpretação de enunciados modalizados em línguas particulares a organizar parâmetros de interpretação.

Estudando o espanhol, e, especialmente o verbo *poder*, Silva-Corvalán (1995) indica que, para esse verbo, há um conjunto de circunstâncias que parecem compor os significados contextuais:

- a) presença ou ausência de fonte deôntica;
- b) experiência prévia ou evidência;
- c) grau de agentividade do sujeito;
- d) aspecto situacional (estático, dinâmico etc.);
- e) aspecto morfológico e modo verbal.

Heine (1995), estudando os modais em alemão, indica, especificamente para a modalidade "orientada para o agente" (de raiz, ou deôntica, no sentido geral), nas suas ocorrências prototípicas, as seguintes propriedades:

- a) existe uma força (F) que se caracteriza por um "elemento de desejo" (Jespersen, 1924);
- b) o evento tem tipicamente um agente controlador (C);
- c) o evento é dinâmico (D), isto é, envolve a manipulação de uma situação, e é concebido como levando a uma mudança de estado;
- d) o evento ainda não ocorreu no tempo da referência, isto é, sua ocorrência, se de fato houver, será posterior a esse tempo (L);
- e) o evento é não-factual (Palmer, 1986), embora haja certo grau de probabilidade de que ocorra (P).

Configurando a modalidade epistêmica por oposição, Heine aponta que, de todas essas propriedades arroladas, apenas (P) é conectada diretamente com essa modalidade.

Quanto à distinção entre os dois significados de raiz, o teste passa pelo traço [+controle] da predicação (Neves, 1997):

a) Com *poder*, só o traço [+controle] da predicação licencia o significado de permissão. Assim, em

46 *E Gemar Quinto PODE voltar.* (MI)

em que *voltar* é um predicado com [+controle], está licenciado, entre outros, o significado “tem permissão para **voltar**”.

Mas isso não ocorre em

48 *Só você PODE **comprender** como eu sofro.* (TRH)

em que o sujeito também é animado, mas em que *comprender* é um predicado com o traço [-controle]. Nesse caso, o significado é apenas de capacidade, não de permissão.

b) Com *dever*, só o traço [+controle] da predicação licencia o significado de obrigação pessoal. Assim, em

49 *Terminado esse tempo o marido DEVE retornar à morte.* (ACM)

em que *retornar* é um predicado com [+controle], está licenciado o significado “tem obrigação de retornar à morte”.

Isso não ocorre em

50 *Pede a punição dela que por ser adúltera, segundo as leis também DEVE **morrer**.* (ESS)

em que o sujeito também é animado, mas em que *morrer* é uma predicação com o traço [-controle].

Desse modo, são maximamente polissêmicas as construções com predicado modalizado que têm o traço [+controle] e têm sujeito animado. Em resumo, nesse caso as três interpretações básicas são possíveis:

– *poder*:

46 *E Gemar Quinto PODE voltar.* (ML)

Interpretação1: possibilidade (significado epistêmico)

Interpretação2: permissão (significado de raiz)

Interpretação3: capacidade (significado de raiz)

– *dever*:

46d *E Gemar Quinto DEVE voltar.*

Interpretação1: possibilidade (significado epistêmico)

Interpretação2: obrigação externa (significado de raiz)

Interpretação3: obrigação interna / necessidade (significado de raiz)

Sem o traço [+controle], as interpretações ficam limitadas. Com *po-der*, um enunciado como

51 *Com pechincha, o preço PODE cair ainda mais.* (VEJ)

por exemplo, só tem interpretação epistêmica. Com *dever*, um enuncia-
do como

52 *A essa altura, já DEVE saber da morte de Kátia.* (BB)

tem, além da interpretação epistêmica, apenas uma interpretação deôn-
tica, a de necessidade, não a de obrigação externa.

Obviamente, a própria interpretação de uma predicação como [+controle] ou [-controle] não se faz no léxico, isto é, não se liga a um verbo. Assim, por exemplo, há [+controle] nestas predicções deontica-
mente modalizadas (“obrigação externa”) em que o verbo é *morrer*, em princípio um verbo que sugere [-controle]:

53 *DEVE morrer pelo povo, pela liberdade.* (CHR)

54 *Esse seu amigo acha que a gente DEVE morrer por esse monte de lixo?* (IN)

Obviamente, também, pode haver necessidade de uma contextua-
lização ampla para definir a existência do traço [+controle] na predica-
ção. Assim, a frase completa

55 *Terminado esse tempo o marido DEVE retornar à morte.* (ACM)

não permite, em si, essa definição, mesmo porque *retornar* sugere [+controle], mas *morte* sugere [-controle], e só a colocação do trecho na situação real de elocução dá a interpretação, que, afinal, é a de simples necessidade deontica [-controle]:

56 *Ao saber da morte, a esposa suplica aos deuses que restituam a vida ao seu amado, apenas para que possa encontrá-lo mais uma vez. Os deuses concedem a Protesilaus o retorno à vida e aos braços da esposa, apenas por três horas. Terminado esse tempo o marido DEVE retornar à morte. Laodaméia, apaixonada pelo marido, decide morrer com ele.* (ACM)

Os mecanismos de interpretação

Buscando uma motivação mais ampla para a ligação desses dois grandes domínios semânticos aparentemente desligados, o epistêmico e o deôntico, Sweetser (1990) encontrou uma forte evidência histórica, sociolinguística e psicolinguística para defender que o uso epistêmico dos modais é uma extensão de um significado mais básico de raiz (e não o contrário), ou que ambos são subconjuntos de um mesmo sentido mais geral superordenado: historicamente, os modais ingleses se desenvolveram de significados não-modais (tais como força física: “ser forte, ser capaz”) para significados modais deônticos, e, mais tarde, ainda se alargaram para incluir leituras epistêmicas. Também nos estudos sobre aquisição Sweetser encontrou evidências de que as crianças adquirem os significados deônticos antes dos epistêmicos, o que significaria que as mudanças históricas nesse domínio foram moldadas por uma ligação semântica geral que provavelmente tem motivação psicolinguística inerente. Assim, os significados modais de raiz se estenderiam ao domínio epistêmico exatamente porque, em geral, se usa a linguagem do mundo externo para aplicação ao mundo mental interno, que é metaforicamente estruturado em paralelo com esse mundo externo. Os processos de raciocínio são vistos, então, como sujeitos a compulsões, obrigações e outras modalidades, do mesmo modo que as ações do mundo real são sujeitas a modalidades. Um argumento trazido como prova é que a modalidade não é a única área em que o mundo epistêmico é tratado como análogo ao mundo sociofísico, servindo de exemplo a extensão do verbo *ver* da percepção física, como em

57 *E ninguém **vê** televisão a menos de 5 centímetros da tela.* (REA)

para a percepção epistêmica, como em

58 *Então ninguém **vê** que esses imigrantes vão trazer para cá, plantar aqui o ódio e a discórdia, junto com o possível café ou trigo que semearem?* (CT)

bem como a existência de outras classes de entidades linguísticas que podem ser aplicadas tanto ao mundo epistêmico quanto ao real, como os verbos de elocução, os elementos adverbiais, as conjunções coordenativas, as conjunções causais, as condicionais do tipo *se ... então*, entre outras. O que a proposta defende é que os verbos modais não têm dois sentidos separados não-relacionados, mas que ocorre uma exten-

são do sentido de raiz básico para o domínio epistêmico, uma extensão que é fortemente motivada pelo sistema lingüístico como um todo.

A separação entre os dois domínios, tradicionalmente abrigada nos estudos, pode ter sido sugerida pelo tratamento lógico das modalidades, já que, para os significados de raiz, não há, na lógica, um tratamento sistemático paralelo ao dos significados epistêmicos.

Talmy (1988) sugeriu que a semântica da modalidade de raiz, em termos lingüísticos, é mais bem compreendida com recurso à noção de forças e barreiras em geral. Assim, por exemplo, *deixar* implica afastar uma barreira potencialmente presente, barreira que pode ser física, como em

59 *Ergo nas mãos dois punhados de água azul e **DEIXO**-os correr lentamente pelos braços.* (CH)

60 *A imagem dela não me **DEIXA** dormir.* (CEN)

ou social, como em

61 *Mas quando você me quiser, manda um recado pelo primeiro moleque que te aparecer que eu **DEIXO** o moleque me levar pela mão para onde você estiver.* (ASS)

62 *Você me **DEIXA** dar uma olhada nos livros?* (ACM)

Outros verbos podem ter restrições diferentes, como *permitir*, que parece mais restrito a permissão social, do tipo de

63 *Minha condição de diplomata não me **PERMITE** falar, particularmente neste caso.* (BH)

64 ***PERMITO**-me dizer que esse raciocínio vale também para o Brasil.* (POL-O)

Adotando essa idéia básica de ver a modalidade em termos de forças e barreiras, Sweetser (1990) oferece análises tentativas para os diversos verbos modais de raiz do inglês. O objetivo primeiro é demonstrar que tais análises são possíveis, e prontamente extensíveis ao domínio epistêmico. Mas, diferentemente de Talmy (1988), que, na sua análise dos modais, toma a força física direta do ambiente – por exemplo, uma pedra resistindo à água – como a mais básica de todas, Sweetser prefere ver a modalidade como basicamente referente a forças e barreiras intencionais, embora reconhecendo que a causalidade prototípica é a força física direta do ambiente, e não a manipulação indireta ou puramente social. O que é proposto, afinal, é que a análise da modalidade

"dinâmica" (de capacitação ou habilitação) se faça em ligação com os conceitos de forças e barreiras sociofísicas generalizadas.

Nesse modo de ver, um verbo como *dever* tem potencialmente os significados de "levar a" (de raiz) e "levar a crer" (epistêmico), como se demonstra em

65 *Você tem razão, ele **DEVE** ficar quieto.* (ATR)

que tanto pode indicar que ele (o sujeito) "está sendo levado a" ficar quieto (significado de raiz: "ele tem de ficar quieto") como que o falante "está sendo levado a acreditar" que ele (o sujeito) ficará quieto (significado epistêmico: "acho que ele ficará quieto").

Ambigüidade à parte, entende-se, nessa proposta, que a força de autoridade que se observa, por exemplo, em um enunciado deonticamente modalizado, como

66 *Você **DEVE** parar de fumar essas coisas, está ficando muito fraco.* (BL)

tem paralelo na análise epistêmica efetuada na mente do falante, de onde ser possível um enunciado paralelo, epistemicamente modalizado, como

66a *Você **DEVIA** parar de fumar essas coisas, está ficando muito fraco.*

Na proposta de Sweetser, tudo se explica por uma metáfora, que tem base não em possíveis traços comuns entre os obstáculos sociofísicos e os epistêmicos, mas no compartilhamento de estruturas comuns existentes na nossa experiência nesses domínios. E, nesse percurso que vai do mundo real ao mundo epistêmico, há diferenças evidentes, como a relutância usual do sujeito, existente na construção deontica, mas sem contraparte na construção epistemicamente modalizada. Obviamente, como em qualquer processo metafórico, nem todos os traços do domínio de origem se preservam no domínio-alvo.

A possibilidade de proposição de significados invariantes para os itens da língua seria, realmente, a solução ideal para os dicionários, mas em geral essa solução não é nem tentada, dada a diversidade de significados contextuais possíveis para as diversas entradas. Entretanto, no caso dos verbos modais, parece que, realmente, um significado básico está presente em todas as realizações atestadas e nas realizações possíveis.

Essa característica dos verbos modais é compatível com a natureza dessa subclasse de palavras, ou seja, com a sua função particular de modalizadores de predicados (Neves, 2000), o que circunscreve seu signifi-

cado à expressão dos determinados tipos e graus de modalidades que afetam estados de coisas. Tentar-se-á, a seguir, abrir uma reflexão sobre a delicada tarefa de propor significados lexicais para os verbos modais em um dicionário. Para isso se discutirão significados propostos por estudiosos de línguas particulares para os verbos modais, com limitação aos dois mais usuais, *poder* e *dever*, e com aplicação ao português.

Cabe lembrar a interessante observação de Wierzbicka (1988) de que conceitos como "obrigação" e "necessidade" são muito mais estranhos ao falante comum do que o próprio significado das palavras *dever*, *precisar*, *ter de*, e de que a escolha de termos para identificar o significado de um verbo modal é bastante arbitrária: assim, Halliday explica o inglês *should* em termos de "obrigação" e o inglês *must* em termos de "compulsão", enquanto Leech explica *must* em termos tanto de "obrigação" como de "compulsão", e *should* em termos de "obrigação atenuada".

Explicações mais analíticas têm sido propostas por alguns estudiosos. Para o inglês *can* (português: *poder*), Perkins (1982) propõe a fórmula K (C não impede X), na qual se diz que, com referência a um conjunto de princípios (K), as circunstâncias (C) não impedem a realização do estado de coisas (X). C e X são variáveis (que incluem aspectos morfossintáticos, semânticos e prosódicos) que, juntamente com o modal selecionado, determinam se X é interpretado como de uma ou de outra modalidade. Essas variáveis são, pois, os elementos que contribuem para o significado contextual, e, então, o equacionamento da interpretação já está presente na fórmula que apresenta "não impede" como significado invariante de *can*.

Na verdade, o significado básico "não impede" para o verbo português *poder* correspondente ao inglês *can* – e parece que também para o *poder* correspondente ao inglês *may* – legitima-se dentro da proposta da submissão da semântica da modalidade à noção de forças e barreiras (Talmy, 1988; Sweetser, 1990). Com efeito, o significado "não impede" para *poder* implica a inexistência (ou a inoperância) de barreiras, e, inversamente, um significado "impede" para *não poder* corresponderia à existência (ou à ação) de barreiras. Por outro lado, ao adotar o tratamento do significado das modalidades em termos de dinâmica de força – que inclui barreiras –, Sweetser interpreta o modal inglês *may* (português: *poder*) como "não exige não" (barreira potencial, mas ausente), o que, em termos gerais, corresponde ao significado "não impede" atribuído ao inglês *can* por Perkins (1982). Isso significa que, para os dois verbos ingleses que se traduzem por *poder*, em português (*can* e *may*), é proposto um mesmo significado básico, o que representa atribuir um sig-

nificado invariante a esse verbo modal do português. Desse modo, fica explicada a “sobreposição de territórios semânticos” apontada por Sweetser (1990, p. 53) para os modais ingleses *can* e *may*, sobreposição representada, afinal, na existência de um único verbo correspondente (*poder*) em português e em várias outras línguas.

Para o modal inglês *must* (português: *dever*), o significado invariante proposto por Perkins (1982) é K (C requer/favorece X), que prevê que, com referência ao conjunto de princípios K, as circunstâncias C requerem/favorecem X. Dizendo de outro modo, os enunciados modalizados por *poder* têm uma interpretação dependente do conjunto de princípios que lhes servem de referência, bem como das circunstâncias de que se revestem, mas essas variáveis atuam em conjunto com o modal, e, portanto, compõem, juntamente com o seu significado invariante – K (C requer/favorece X) –, o significado contextual a ser interpretado. Por seu lado, para equacionar o significado do modal inglês *must* (português: *dever / ter de*), Sweetser (1990) sugere a existência de uma barreira que restringe o domínio da ação de alguém no cumprimento de um ato singular, mas considera que *must* expressa mais uma compulsão positiva do que uma restrição negativa: uma força restringe as ações do interlocutor (ou tenta fazê-lo), mas faz isso obrigando a escolha de alguma alternativa específica. É, na verdade, também por esse caminho que se chega ao significado básico de “requer, favorece”.

Essa proposta de um significado invariante – K (C não impede X) para *poder*, e K (C requer/favorece X) para *dever* – obviamente tem de ser testada no uso real da língua portuguesa.

Já está discutido, neste estudo, o fato de que ambos os verbos – *poder* e *dever* – têm usos deônticos e usos epistêmicos, e, dentro desses usos, existem muitas interpretações possíveis. Na análise de *corpus*⁴ que efetuei, encontrei, para *poder*, 75% de uso epistêmico e 25% de uso deôntico, e, para *dever*, 59% de uso epistêmico e 41% de uso deôntico, o que revela que o significado invariante “não impede” do verbo *dever*, coerentemente, serve mais (41%) à expressão da necessidade (o deôntico) do que o significado “requer/favorece” do verbo *poder* (25%).⁵

4 Trata-se do *corpus* do Centro de Lexicografia do Departamento de Linguística da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP – Araraquara, com cerca de 80 milhões de ocorrências de língua escrita contemporânea do Brasil, dos diversos tipos textuais.

5 Outro modal que tem preferencialmente emprego epistêmico é *necessitar* (71%). Com os demais modais, em geral, o uso deôntico ultrapassa o epistêmico: *ter de/que* (86%), *necessitar* (71%), *precisar* (51%), e também as expressões *ser preciso* (85%) e *ser necessário* (71%).

Pode-se sugerir que isso signifique que, para o modal *dever*, as interpretações se mantenham mais ligadas ao significado invariante – K (C requer/favorece X) – nos usos deônticos do que nos epistêmicos, e que o inverso ocorre com *poder*, cujas interpretações parecem manter-se mais ligadas ao significado invariante – K (C não impede X) – nos usos epistêmicos que nos usos deônticos.

Com efeito, como se verá na análise mais específica dos usos do verbo *poder*, dependendo das circunstâncias (C) que cercam os empregos, e dos princípios (K) que os regem, os resultados de sentido estarão mais, ou menos, ligados ao significado básico. Basta voltar às ocorrências

1 **PODE** sair, vai ver o casamento da sua prima! (UNM)

4 Ela não **PODE** morrer no desespero em que está. (A)

ambas com *poder*, para verificar que o significado modal da primeira delas (permissão) é quase puramente "não impede [o estado de coisas *you* sair]", enquanto o significado modal da segunda (volição), embora guarde relação com a noção de não-impedimento (no caso, negado), envolve um desejo do falante atuando sobre essa relação.

A proposta de consideração de um conjunto de princípios (K) que servem de referência, bem como de um conjunto de circunstâncias (C) que se ligam à realização do estado de coisas modalizado (X), de fato se mostra útil para o equacionamento de diferentes significados nas diferentes realizações, que representam diferentes contextos em diferentes situações de interação.

Alguns exercícios se farão a seguir, tomando como ponto de reflexão o verbo *poder*, em português, limitando-se a análise a casos de tempo presente, para que não se multipliquem muito as variáveis.

Considere-se esta ocorrência, de linguagem da propaganda:

68 *Outra vantagem exclusiva: o limite de saque do cliente Nacional no Banco 24 horas é renovado em apenas 24 horas. Você passa hoje no Banco 24 horas e retira, de acordo com seu saldo, todo o seu limite de saque. Passa amanhã e PODE sacar tudo de novo. Você não acha que já está na hora de ser cliente do Nacional?* (EX)

O significado básico de *poder*, que é K (C não impede X), modalizando o X "(*you*) sacar tudo", interpretado sob um conjunto K (regulamento bancário) e sob um conjunto C (circunstâncias que envolvem, entre outras coisas, fonte deôntica forte, evidencialidade, situação dinâmica, orientação para o futuro, sujeito animado, sujeito agente, conseqüências positivas para o sujeito), dá o significado contextual de "concessão (per-

missão genérica) de novo saque em prazo conveniente" (um significado dentro da possibilidade deôntica). No mesmo estado de coisas modalizado, se, em vez do sujeito genérico *você, cliente* (= seja que cliente for), fosse usado um sujeito especificado, como em

68a *Você, João, passa amanhã e PODE sacar tudo de novo.*

estaria contextualizado um significado de possibilidade deôntica, também, mas de "permissão direta, específica, para novo saque em prazo conveniente".

Do mesmo tipo é esta ocorrência, de linguagem oratória:

69 *Então, baseado no Regimento, eu pediria, por favor, que V. Exa. encerrasse o seu pronunciamento porque temos mais 4 oradores inscritos, que são os prejudicados, porque as Lideranças pedem a palavra por 20 minutos, cada um fala 20, 30, tomando o tempo dos oradores que estão inscritos para falar, de modo que eu pediria a V. Exa. que, quando quisesse fazer um pronunciamento tão belo como o que vem fazendo em torno do BNH, se inscrevesse como orador após a Ordem do Dia, quando o orador PODE dispor de uma hora. (JL-O)*

O significado básico de *poder*, que é K (C não impede X), modalizando o X "o orador dispor de uma hora", interpretado sob um conjunto K (leis governamentais) e sob um conjunto C (circunstâncias que envolvem, entre outras coisas, fonte deôntica forte, situação dinâmica, evidencialidade, orientação para o futuro, sujeito animado, sujeito agente, conseqüências positivas para o sujeito) dá o significado contextual de "concessão (permissão genérica) de utilização de tempo maior" (um significado dentro da possibilidade deôntica). Um sujeito especificado, como em

69a *V. Exa. PODE dispor de uma hora.*

em vez do sujeito genérico *o orador* (= seja qual for), por sua vez, contextualizaria um significado de possibilidade deôntica também, mas de permissão direta, específica.

Diferente é a interpretação desta ocorrência de literatura romanesca:

70 *Os reimplantes são completados. A Criatura, mesmo renga, PODE andar. (AVL)*

O significado básico de *poder*, que é K (C não impede X), modalizando o X "a Criatura andar", interpretado sob um conjunto K (leis físicas e

biológicas) e sob um conjunto C (circunstâncias que envolvem, entre outras coisas, tempo genérico, situação dinâmica, evidencialidade, sujeito animado, sujeito agente, preenchimento de condições prévias, insuficiência de impedimentos existentes), dá o significado contextual de "capacitação/habilitação para andar" (possibilidade de raiz).

Interpretação bem diferente tem esta ocorrência, que é de linguagem técnica:

71 *O estudo do material **PODE**, ainda, incluir uma série de procedimentos analíticos, dependendo dos objetivos propostos e das técnicas utilizadas.* (ARQ)

O significado básico de *poder*, que é K (C não impede X), modalizando o X, "*o estudo do material incluir uma série de procedimentos analíticos*", interpretado sob um conjunto K (leis racionais) e sob um conjunto C (circunstâncias que envolvem, entre outras coisas, ausência de fonte deontica, falta de evidencialidade, sujeito inanimado, tempo genérico, situação estática, experiência prévia, conhecimentos relacionados, estabelecimento de hipóteses pertinentes), dá o significado contextual de "inferência de que é possível a inclusão de procedimentos analíticos no estudo" (possibilidade epistêmica).

Considerações finais

Todas essas são propostas ligadas à solução de prever, para os verbos modalizadores de enunciados, significados invariantes que sustentem a diversidade de significados contextuais verificados no uso.

É o que este estudo também pretende defender, estudando os licenciamentos de interpretação conferidos pela predicação modalizada particularmente tendo em vista o tratamento dos verbos modais, na tarefa de elaboração de dicionários.

Partindo da ambigüidade dos verbos modais no tratamento da lógica e refletindo sobre o valor polissêmico de enunciados modalizados da língua portuguesa, trazidos como amostra, propõe-se que a consideração da semântica dos enunciados modalizados por verbos modais necessariamente envereda por um complexo que, a par da investigação da natureza do modal – item com estatuto lexical –, tem de alargar-se ao contexto sintático da sentença, e, mais além, ainda, tem de resolver-se na total incursão de cada enunciado específico em uma determinada

enunciação específica. A partir daí, fica assentada a quase impossibilidade de um tratamento lexicográfico ortodoxo para itens como os verbos modais, que, mais que outros elementos lexicais, exigem um tratamento gramatical que se acople à investigação do léxico (uma lexicogramática), para que questões ligadas à natureza da predicação (predicado e argumentos), bem como às categorias gramaticais que se aplicam a verbo (tempo, modo, aspecto e pessoa), se componham com as leituras modais básicas, para, então, chegar-se aos significados contextuais, e, em última instância, aos significados discursivos prototípicos, numa busca de fornecer ao usuário da língua as acepções que ele reconheça como aquelas que, de fato, correspondem aos significados do uso.

NEVES, M. H. de M. Polysemy of modal verbs or talking about ambiguities. *Alfa (São Paulo)*, v.44, p.115-145, 2000.

- **ABSTRACT:** *The paper deals with the polysemic value of the modal verbs in Portuguese. Aiming particularly at lexicographic tasks, the paper studies the ways by which the predication with modal verbs produces meaning.*
- **KEYWORDS:** *Modality; modal verbs; polysemy; dictionary.*

Referências bibliográficas

BLÜHDORN, H., GUEDES EVANGELISTA, M. C. R. *Para uma semântica relacional da modalidade*. São Paulo: USP-FFLCH/Grupo de estudos em Teoria Gramatical, 1999. (Mimeogr.).

BOSH, P. Lexical Meaning Contextualized. In: HOPPENBROUWERS, P. S., WEITERS, A. (Ed.) *Meaning and the Lexicon*. Dordrecht: Foris, 1985. p.251-8.

BROWN, P., LEVINSON, S. Universals in Language usage: Politeness Phenomena. In: E. N. GOODY (Ed.) *Questions and Politeness: Strategies in Social Interaction*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

BYBEE, J., FLEISCHMAN, S. (Ed.) *Modality in Grammar and Discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1995.

- BYBEE, J., PERKINS, R., PAGLIUCA, W. *The Evolution of Grammar. Tense, Aspect and Modality in the Languages of the World*. Chicago: Chicago Press, 1994.
- CHAFE, W. L. *Significado e estrutura lingüística*. Trad. M. H. de M. Neves, O. G. L. A. S. Campos, S. V. Rodrigues. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.
- COATES, J. *The Semantics of the Modal Auxiliares*. London and Canberra: Croom Helm, 1983.
- CORACINI, M. J. E a questão da modalidade? In: *Um fazer persuasivo. O discurso subjetivo da ciência*. São Paulo: Pontes, Educ, 1991.
- GIVÓN, T. *Syntax – A Functional-Typological Introduction*. Amsterdam: John Benjamins. v.I, 1984; v.II, 1990.
- HEINE, B. Agent Oriented vs. Epistemic Modality. Some Observations on German Modals. In: BYBEE, J., FLEISCHMAN, S. (Ed.) *Modality in Grammar and Discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1995. p.17-54.
- JESPERSEN, O. *The Philosophy of Grammar*. New York: Norton, [1924] 1965.
- KLINGE, A. The Impact of Context on Modal Meaning in English and Danish. *Nordic Journal of Linguistics*, v.19, p.35-54, 1996.
- KNEALE, W. Modality *de dicto* and *de re*. In: NAGEL, E., SUPPERS, P., TARSKI A. (Ed.) *Logic, Methodology and Philosophy of Science*. Stanford: Stanford University Press, 1962.
- NEVES, M. H. de M. A modalidade. In: KOCH, I. G. V. (Org.) *Gramática do português falado VI – Desenvolvimentos*. Campinas: Ed. da Unicamp, Fapesp, 1996.
- _____. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- _____. A modalidade: um estudo de base funcionalista na língua portuguesa. *Revista Portuguesa de Filologia (Coimbra)*, 2000. (No prelo).
- PALMER, F. R. *Mood and Modality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- PERKINS, M. R. The Core Meanings of the English Modals. *Journal of Linguistics*, v.18, p.245-73, 1982.
- _____. *Modal Expressions in English*. London: Frances Pinter, 1983.
- RIVERO, M. L. La ambigüedad de los verbos modales. *Revista Española de Lingüística*, v.5, p.401-22, 1975.
- ROULET, E. Des formes et des emplois des modalisateurs de proposition dans l'interaction verbale. In: DITTMAR, N., REICH, A. (Ed.) *Modality in Language Acquisition*. Berlin: Walter de Gruyter, 1993. p.27-40.
- SEARLE, J. Indirect Speech Acts. In: COLE, P., MORGAN, J. L. (Ed.) *Syntax and Semantics 3: Speech Acts*. New York: Academic Press, 1975. p.59-82.

- SILVA-CORVALÁN, C. Contextual Conditions for the Interpretation of *poder* and *deber* in Spanish. In: BYBEE, J., FLEISCHMAN, S. (Ed.) *Modality in Grammar and Discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1995. p.67-106.
- STEPHANY, U. Function and Form of Modality in First and Second Language Acquisition. In: GIACALONE RAMAT, A., GROCCO GALÉAS, G. *From Pragmatic to Syntax*. Modality in Second Language Acquisition. Tübingen: Gunter Narr, 1995. p.105-20.
- STUTTERHEIM, C. Von. Modality: Function and Form in Discourse. In: *Modality in Language Acquisition*. Berlin: Walter de Gruyter, 1993. p.3-26.
- SWEETSER, E. Modality. In: _____. *From Etymology to Pragmatics*. Metaphorical and Cultural Aspects of Semantic Structure. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- TALMY, L. Force Dynamics in Language and Cognition. *Cognitive Science*, v.2, p.49-100, 1988.
- WALD, B. On the Evolution of Would and Other Modals in the English Spoken in East Los Angeles. In: _____. *Modality in Language Acquisition*. Berlin: Walter de Gruyter, 1993. p.59-98.
- WIERZBICKA, A. *The Semantics of Grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 1988.

O MODALIZADOR REALMENTE NO PORTUGUÊS FALADO

Ataliba Teixeira de CASTILHO¹

- RESUMO: Integrado no Projeto de Gramática do Português falado, este trabalho descreve os advérbios Qualificadores, que, juntamente com os Modalizadores e os Quantificadores, compõem o quadro dos Advérbios Predicativos. Os Qualificadores afetam as propriedades intensionais da classe-escopo, atuando como quase-argumentais (como em *agir calmamente*), os graduadores (*falar muito / pouco*), os aspectualizadores (*foi pouco a pouco caindo*) e os aproximadores (*lição quase pronta*). Parte desses itens é descrita como advérbios modais na gramática tradicional, solução pouco satisfatória.
- PALAVRAS-CHAVE: Advérbios; adverbiais; predicação; qualificação; língua falada.

Apresentação

Em meados dos anos 60, a Lingüística se instalou como disciplina obrigatória nos cursos de Letras do país. Atento às novas demandas acadêmicas que esse fato ensejava, Francisco da Silva Borba dá início a uma carreira pessoal em que aparentemente nada aconteceu por acaso. Preparou-se no exterior, editou obras de referência logo após sua volta, como seu manual de introdução à Lingüística, e participou ativamente das iniciativas da então pequena comunidade de lingüistas brasileiros.

¹ Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP – 05508-900 – São Paulo – SP – Brasil.

Num dado momento, percebeu que a cultura lingüística nacional precisava consolidar-se, mediante a preparação coletiva de trabalhos fundamentais, como o dicionário e a gramática. Escolheu o dicionário. Formou em Araraquara uma equipe, organizou um banco de dados que nunca cessou de crescer, publicando em 1990 seu *Dicionário gramatical de verbos*. Um novo dicionário, o *Dicionário de usos do português*, logo sairá à luz, fundamentado sempre num claro recorte teórico e no exame cuidadoso de dados do português contemporâneo. Sua colega de instituição, a Profa. Maria Helena de Moura Neves, concluiu a *Gramática de usos do português*, publicada pela Editora UNESP em 2000.

Outros colegas do Borba compartilham das mesmas preocupações com relação às tarefas fundamentais e inadiáveis da lingüística brasileira. É o caso do grupo de pesquisadores reunidos a partir de 1988 no "Projeto de Gramática do Português Falado". Este texto é parte do capítulo dedicado aos advérbios, que comporá o volume III da *Gramática do português culto falado no Brasil*, prevista para 2003. Acho que não haveria modo melhor de homenageá-lo.

Estatuto categorial do Advérbio

A Gramática Tradicional do Português considera o Adv como, "fundamentalmente, um modificador do verbo" (Cunha & Cintra 1985, p.529). São apresentadas sete espécies de Advs, em conformidade com o que postula a Nova Nomenclatura Gramatical Brasileira, editada em 1959: (1) de afirmação: *sim, certamente, efetivamente, realmente*; (2) de dúvida: *acaso, porventura, possivelmente, provavelmente, quiçá, talvez*; (3) de intensidade: *assaz, bastante, bem, demais, mais, menos, muito, pouco, quanto, quão, quase, tanto, tão*; (4) de lugar: *abaixo, acima, adiante, aí, além, ali, aquém, aqui, atrás, através, cá, defronte, dentro, detrás, fora, junto, lá, longe, onde, perto*; (5) de modo: *assim, bem, debalde, depressa, devagar, mal, melhor, pior* e a maioria dos terminados em *-mente*; (6) de negação: *não, nunca, jamais*; (7) de tempo: *agora, ainda, amanhã, anteontem, antes, breve, cedo, depois, então, hoje, já, jamais, logo, nunca, ontem, outrora, sempre, tarde*. A estes, a Nomenclatura Gramatical Portuguesa acrescentou os (8) de ordem: *primeiramente, ultimamente, depois*; (9) de exclusão: *exceto, salvo*; (10) de designação: *eis*.

Para captar o estatuto categorial dos Advs, particularmente os papéis semânticos por eles desempenhados, as gramáticas identificaram diferentes processos, denominados “modificação”, “restrição” e “determinação”. A percepção dessas propriedades deu-se lentamente em nossa tradição gramatical.

Nas primeiras gramáticas do castelhano e do português o termo “modificação” não vem expresso, embora seja patente sua percepção, como se pode ver por estas citações:

llama se adverbio, por que común mente se junta y arrima al verbo para determinar alguna qualidad en él assi como el nombre adjectivo determina alguna qualidad en el nombre substantivo. [el adverbio] es una de las diez partes de la oración, la cual, añadida al verbo, hinche, o mengua, o muda la significación de aquél, como diciendo bien lee, mal lee, no lee, bien hinche, mal mengua, no muda la significación deste verbo lee. (Nebrija, 1492, p.197)

A lição de Nebrija, que é acolhida aqui quando se distinguem Advs Quantificadores de Advs Qualificadores, reaparece nos dois primeiros gramáticos portugueses:

e ele [o advérbio] é o que dá aos verbos cantidade ou calidade acidental como o ajetivo ao substantivo. avérbio é ua das nóve pârtes da oraçám que sempre anda conjunta e coseita com o vérbio ... per éla se denota a eficácia ou remissán do verbo, porque, quando digo: Eu amo a verdáde, demóstro que simplesmente fáço ésta óbra de amár; mas dizendo: Eu amo muito a verdáde, p[er] este avérbio muito denóto a cantidade do amor que tenho à cousa; e se dissér: Amo pouco a verdáde, com este pouco se diminui o muito de çima; e: Nam amo a verdáde, desfáço toda a óbra de amár; ... assi que tem o avérbio este poder: acrescenta. deminui e totalmente destrui a óbra do vérbio a que se ajunta, e ele é o que dá aos verbos cantidade ou calidade acidental como o ajetivo ao substantivo. (Barros, 1536, p.345)

Aparentemente, os termos “modificação” e “determinação” começam a figurar nas gramáticas a partir do século seguinte, mais particularmente nesta passagem da Gramática de Port-Royal:

mais parce que ces particules se joignent d'ordinaire au Verbe pour en modifier et déterminer l'action, comme generosè pugnavit, il a combattu vaillament; c'est ce qui a fait qu'on les a appellez Adverbes. (Arnault e Lancelot, 1671, p.94)

Desse texto, deve o termo ter migrado para as gramáticas românicas mais sensíveis à postulação das línguas como uma atividade mental, como se pode constatar em Soares Barbosa (1803, p.235): “O advérbio, pois, não modifica só os verbos ... mas qualquer palavra susceptível de determinação, quais são também os apelativos, os adjectivos e os mesmos advérbios”. Pena que, na tradição gramatical portuguesa que se seguiu, se tenha perdido a lição de Soares Barbosa. O que ele quis dizer é que o Adv modifica o uerbum, isto é, qualquer palavra, e não apenas “o V, o Adj e o próprio Adv”.

As duas últimas citações parecem indicar que esses gramáticos viam na determinação um tipo particular de modificação. Flutuava assim o argumento entre as propriedades adverbiais de alterar a extensão (= determinação / delimitação / restrição) e alterar a intensão (= modificação, qualificação, explicação). Entretanto, não é possível assegurar-se disso, pois os exemplos aduzidos raramente são comentados, e assim não sabemos com precisão que processo o gramático estava analisando. O fato é que na tradição gramatical esses termos viriam a conhecer certa especialização. “Modificação” emprega-se mais para captar o papel do Adv; “qualificação”, “restrição” e “restrição”, para o Adj; “determinação”, para os Especificadores do Sintagma Nominal, como se lê em:

o determinativo ou limitativo relaciona-se diretamente com a extensão do substantivo, indicando alguma circunstancia externa, que determina ou limita os indivíduos da classe expressa pelo appellativo, v. gr. este homem, alguns homens, dois homens, dois paizes, meu livro, etc. (Pereira, 1933, p.135)

Conclui-se que, de todo modo, estavam esses gramáticos tratando da predicação, fenômeno bastante amplo que a tudo isso engloba. Parece acertado identificar na modificação o traço forte dos Advs, mas dificuldades várias se levantam se tentarmos explicar por essa propriedade o conjunto de itens habitualmente arrolados nessa classe.

Sejam os seguintes exemplos, nos quais consideramos tanto os Advs (isto é, itens que integram uma classe morfológicamente configurada) quanto os adverbiais (isto é, as locuções adverbiais, constituídas por Sintagmas Nominais ou por Sintagmas Preposicionados que assumem as funções dos Advs):

- (1) *Provavelmente hoje vai chover.*
- (2) *Muitas vezes repeti que este assunto não era fácil.*
- (3) *Discuti francamente seu problema.*
- (4) *Ceguei aqui anteontem.*

(5) *um médico era só médico o engenheiro era só engenheiro ... pelo menos naquela altura (D2 SP 360: 1546).*

(6) *Expliquei, sim, que não aceitaria aquele encargo.*

(7) *não é bem restaurante ... é lanchonete mesmo (DID RJ 328: 647).*

(8) *a coisa mais fácil é comprar qualquer coisa ... agora ... sustentar (...) é que são elas (D2 SSA 98: 1387).*

O caráter modificador dos advérbios só pode ser comprovado nas sentenças de (1) a (3), em que *provavelmente*, *muitas vezes* e *franamente* modificam, respectivamente, toda a sentença (tornando duvidoso seu conteúdo), o verbo (quantificando-o) e de novo o verbo (qualificando-o). Na lista apresentada, também os Advs de intensidade, os de modo e alguns em *-mente* incluídos entre os de afirmação e dúvida podem modificar a classe sobre que incidem. Pelo mesmo critério não passam os advérbios das sentenças de (4) a (7).

Em (4), os Advs de tempo e de lugar indicam as circunstâncias em que se deu o estado de coisas descrito pelo verbo; eles são decididamente dêiticos, e melhor se dispõem entre os pronomes. Em (5), *só* inclui os médicos e os engenheiros em determinado conjunto, sem que se modifique o sentido desses itens. Em (6), *sim* afirma e *não* nega o conteúdo verbal, tornando uma sentença como *expliquei que aceitaria aquele encargo* inconsistente com (6). Em (7), *bem* focaliza o referente do N que se lhe segue. Finalmente, em (8), *agora* funciona como um conectivo textual, promovendo a ligação de dois subtópicos, retomando o anterior e anunciando o seguinte. Em nenhum desses casos se deu uma modificação da extensão ou das propriedades intensionais da classe-escopo. Bonfim (1988) traz outras observações de interesse para uma avaliação crítica da descrição dos Advs em nossas gramáticas.

As análises lingüísticas sobre os advérbios são relativamente recentes, e aqui serão lembrados apenas alguns autores. Jackendoff (1972, p.47-107) desenvolve uma abordagem semântica, propondo três classes de advérbios: (i) os de modo, que modificam a significação do verbo e funcionam como predicadores de um predicador, (ii) os advérbios orientados para o sujeito, que funcionam como predicadores de dois argumentos, e (iii) os advérbios orientados para o falante. Bellert (1977) faz um interessante comentário sobre o texto de Jackendoff, propondo que os advérbios orientados para o falante sejam desdobrados em quatro subclasses: os advérbios de avaliação (como *felizmente*, *supreendentemente*), os modais (como *provavelmente*, *possivelmente*, *certamente*) e os de domínio (como *logicamente*, *matematicamente*). Bartsch (1976)

procedeu ao estudo mais rigoroso do ponto de vista lógico-semântico. Ela identificou quatro classes: advérbios sentenciais, relacionais, de modo e de grau. Quirk et al. (1985) distinguem os advérbios disjuntos ou de sentença, os adjuntos ou de constituinte, e os conjuntos, estes tendo mais de um ponto de contato com as preposições e as conjunções.

No quadro do Projeto de Gramática do Português Falado, Ilari et al. (1990) discutiram os limites imprecisos da classe dos Advs, examinando suas propriedades morfológicas, sintáticas e nocionais, concluindo pela existência de itens como os que se seguem, bastante produtivos na língua falada, os quais, sendo inequivocamente adverbiais, não atendem ao requisito da modificação:

(9) *espero não ter problemas com elas porque ... nós mantemos assim ... um diálogo bem aberto ... sabe?* (D2 SP 360: 51).

(10) *mas a cadeia de supermercados aqui é do Recife* (D2 REC 05: 1180).

(11) *[espero] ter exatamente nove ou dez filhos* (D2 SP 360: 310).

Para dar conta desses e de outros casos, reconheceu-se que os Advs “não constituem uma classe homogênea, mas pelo menos um conjunto de expressões que funcionam de maneira sensivelmente semelhante” (Ilari et al., 1990, p.78). Por “funcionamento sensivelmente diferentes”, entende-se que essa é das classes dos Operadores, entendidos como aquelas expressões que se aplicam a outras, que tomam outras por escopo.

No texto de Ilari et al. foram identificadas de maneira intuitiva “duas dimensões para a classificação das expressões tradicionalmente reconhecidas como advérbios: a primeira dimensão é a dos segmentos sintáticos a que o advérbio se aplica ... e a segunda dimensão é a das ‘funções’ que os chamados advérbios desempenham”.

A dimensão semântica implica reconhecer que os Advs assumem dois papéis semânticos, o da predicação (ou modificação), em que essa classe dá uma contribuição ao sentido da classe-escopo, e o da não-predicação, em que essa contribuição não ocorre. A partir dessas propriedades, é possível distinguir os Advs *Predicativos* (qualitativos, intensificadores, modalizadores, aspectualizadores) dos Advs *Não-predicativos* (de verificação *de re* [Advs de negação, de afirmação, de inclusão/exclusão, de focalização] e de verificação *de dicto* [Advs de denegação] e circunstanciais. Os seguintes exemplos são ali citados:

(12) *comer bem; buzinar brabamente* [Qualitativos].

(13) *fala muito; procurar bastante* [Intensificadores].

- (14) *precisa realmente estar convencido; felizmente essa fase ainda não começou [Modalizadores].*
- (15) *normalmente eles se divertem aos sábados [Aspectualizador].*
- (16) *põe um ou mais tomates, não mais do que isso [Negação].*
- (17) *[esse caminhão] sim passa ... mas ocupa a estrada toda [Afirmação de re].*
- (18) *não passava mais ninguém; trabalhei só no início de casada [Inclusão].*
- (19) *são autenticamente brasileiros; queria falar justamente a respeito disso [Focalizadores].*
- (20) *os três primeiros ... não ... nos primeiros meses daquele trimestre... [Denegação de dicto].*
- (21) *acordar de manhã cedinho [Tempo].*

A dimensão sintática implica distinguir os Adv de constituinte, que tomam por escopo um constituinte sentencial, e por isso são passíveis de focalização por *é que*, pela interrogação e pela clivagem, dos Adv de sentença, que tomam por escopo toda uma proposição, e por isso são passíveis de paráfrase por uma sentença com o verbo *ser* + o Adj que está na base do Adv. Foram deixados de fora os Adv “de discurso”, que funcionam como conectivos textuais, e que serão tratados no Capítulo 4 do vol. I da *Gramática do português culto falado no Brasil*. Além do texto fundacional de Ilari et al. (1990), os seguintes trabalhos trataram dessa classe, no interior do citado projeto: Kato & Castilho (1991), Moraes de Castilho (1991), Ilari (1992 a, b), Castilho & Moraes de Castilho (1992), Neves (1992), Oliveira (1992), Possenti (1992), Castilho (1993).

Os Advérbios Predicativos

Os seguintes quesitos foram tomados em conta ao descrever os Adv Predicativos:

1. Estatuto semântico da classe predicada: se a classe predicada é uma categoria lexical referencial, teremos uma predicação de primeira ordem, o que ocorre quando o Adv incide sobre um N não-deverbal; se a classe predicada é uma categoria lexical predicadora (Adj, V, outro Adv), teremos uma predicação de segunda ordem; se a classe predicada é uma sentença, teremos uma hiperpredicação, ou predicação de terceira ordem.

A hiperpredicação é entendida como uma “predicação mais alta”, o que a habilita a funcionar simultaneamente como uma “predicação mais

baixa", modificando os constituintes da sentença. Seja o seguinte exemplo:

(22) *Realmente, o menino é alto.*

O exemplo (22) libera pelo menos dois significados possíveis:

(22a) *é real que o menino é alto,*

e o Adv é um predicador de terceira ordem, pois tomou toda a sentença como escopo, e

(22b) *o menino é muito alto,*

e o Adv é um predicador de segunda ordem, tendo tomado *alto* como escopo.

A recíproca não é verdadeira. Assim, um predicador de segunda ordem como *muito*, em

(23) *aquele aluno é muito esperto,*

não tem a mesma amplitude de escopo. Não poderia, por exemplo, modificar toda a sentença, como um hiperpredicador:

(23a) * *Muito aquele aluno é esperto.*

O correlato sintático disso é que os predicadores de nível mais alto têm uma mobilidade sintática maior que os de nível mais baixo, como se pode comprovar movendo os Advs de (22) e (23).

2. Número de classes predicadas: a quantidade de classes modificadas pelo Adv explica a natureza dos significados gerados. Se o advérbio predicar uma única classe, como em (23), o significado gerado será unívoco, ou prototípico. As gramáticas designam os Advs a partir dessa sorte de significado único, derivado de um "escopo único". Se o advérbio predicar mais de um sujeito, como em (22), o significado gerado será plurívoco.

3. Se o escopo do Adv é um constituinte sentencial, teremos o advérbio de constituinte (AdvC), identificado por ser focalizável por *é que* [estrutura "*é (Adv) que*"] ou por *inclusive, só* [estrutura "*inclusive/só (Adv)*"].

4. Se o escopo do Adv é toda a sentença, teremos o advérbio de sentença (AdvS), que será identificado pela admissibilidade de paráfrases do tipo “é um [N deadverbial] que P” / “é um [Adj deadverbial] que P” / “falanto [Adv] que P”.

5. Com respeito à sua distribuição, os AdvS Predicativos podem inserir-se no interior do sintagma, dispondo-se antes ou depois do núcleo do sintagma, ou podem inserir-se na estrutura funcional da sentença, com a seguinte distribuição:

P1: antes da S;

P2: depois da S;

P3: entre o sujeito e o V;

P4: entre o V e seu argumento interno.

Na *Gramática do português culto falado no Brasil*, será observada a seguinte reordenação dos advérbios predicadores: (i) predicação por avaliação da classe-escopo: AdvS Modalizadores; (ii) predicação por quantificação da classe-escopo: AdvS Quantificadores; (iii) predicação por qualificação da classe-escopo: AdvS Qualificadores.

As designações acima não remetem a itens adverbiais únicos e distintos, e sim a processos semânticos não excludentes, não opostos, não negativos. Um mesmo item pode desencadear mais de uma significação, gerando outras tantas ambigüidades que tipificam as línguas naturais como produtos de situações sociais. Assim, o valor semântico apurado representa aquilo que representa no contexto a significação mais saliente, mais relevante para a interação em curso. A descrição dos usos de *realmente* é, a esse respeito, exemplar, pois esse item tanto pode modalizar quando qualificar. Lakoff (1982, p.176) e tantos outros já lembraram que os conceitos humanos são multifacetados.

Fixando agora a atenção nos Predicativos Modalizadores, recorde-mos inicialmente que a Gramática Clássica distinguia dois grandes componentes da sentença: o componente proposicional, constituído de sujeito + predicado, que é o *dictum*, e o componente modal, que é uma avaliação sobre o conteúdo e sobre a forma do *dictum*, que é o *modus*.

A avaliação sobre o conteúdo e a forma da proposição expressa-se de dois modos: 1. o falante apresenta o conteúdo de P numa forma asseverativa (afirmativa ou negativa), interrogativa (polar ou não polar) e jussiva (imperativa ou optativa); 2. o falante expressa sua atitude com relação ao conteúdo proposicional, avaliando seu teor de verdade, ou expressando um julgamento sobre a forma escolhida para a verbalização desse conteúdo. O processo (1) é habitualmente rotulado de *modalidade*,

e o processo (2), *modalização*. Essas diferenças não serão aqui levadas em consideração, pois ambas assentam numa apreciação do *dictum*.

Vejam inicialmente algumas ocorrências de advérbios e de expressões adverbiais suscetíveis de verbalizar a avaliação do falante sobre as significações contidas na proposição:

(24) *realmente ... [os filmes] eram muito ruins (EF SP 153: 580).*

(25) *provavelmente esse [cara] de dez mil [cruzeiros] vai fazer mais diferença (EF SP 388: 288).*

(26) *toda e qualquer cirurgia ... no campo médico ... (...) implica obrigatoriamente em despesas (DID REC 131: 29).*

(27) *infelizmente Recife é uma cidade de mais de um milhão de habitantes (D2 REC 5: 1067).*

(28) *sinceramente ... não consegui ... não consegui entender (D2 SP 62: 1369).*

As sentenças (24) e (25) têm em comum o fato de que os advérbios em *-mente* aí utilizados explicitam a apreciação do falante com respeito à natureza epistêmica da proposição. Em (24), *realmente* apresenta o conteúdo sentencial como um conhecimento, isto é, o falante sabe que os filmes eram ruins, e por isso lança mão desse advérbio para predicá-lo, assim como poderia ter-se valido de outros predicadores semelhantes, o que se constata por meio das paráfrases:

(24a) *eu sei que os filmes eram muito ruins,*

(24b) *é certo que os filmes eram muito ruins,*

(24c) *é claro que os filmes eram muito ruins,*

(24d) *na verdade, os filmes eram muito ruins,*

(24e) *os filmes eram muito ruins mesmo.*

Estamos diante, portanto, de uma necessidade epistêmica, e o caráter modalizador de advérbios desse tipo gera sobre seu escopo sentencial a significação de ênfase do conteúdo proposicional (captado pela paráfrase 24e), revelando um alto grau de adesão do falante em relação a P (donde as paráfrases 24a-d).

Em (25), *provavelmente* predica o conteúdo sentencial apresentando-o apenas como uma crença, isto é, o falante acredita na veracidade de que o salário de dez mil cruzeiros vai fazer diferença para o cara, mas não pode comprometer-se com isso, expressando sua dúvida. Trata-se de uma possibilidade epistêmica, como se verifica pelas paráfrases

(25a) *eu acho que esse de dez mil...*

(25b) *eu penso que esse de dez mil...*

(25c) *eu acredito que esse de dez mil...*

(25d) *é provável que esse de dez mil...*

(25e) *talvez esse de dez mil...*

Os advérbios de (24) e (25) serão denominados Modalizadores Epistêmicos, admitindo que eles se organizam em duas subclasses, a dos Asseverativos, como em (24) e a dos Quase-Asseverativos, como em (25). Naturalmente, os itens que integram essas subclasses podem ocorrer, como se vê em

(24f) *realmente ... os filmes eram ruins mesmo / sem dúvida / efetivamente,*

(25f) *provavelmente esse cara vai fazer falta ... eu acho / eu acredito / eu suponho.*

Em (26), o advérbio predica o conteúdo sentencial, liberando a significação de que o estado de coisas ali descrito é uma obrigação, tem de necessariamente acontecer, donde as paráfrases

(26a) *toda cirurgia tem de implicar em despesas*

(26b) *é obrigatório que toda cirurgia implique em despesas.*

Serão denominados Modalizadores Deônticos os Adv's assemelhados a (26). Sua significação corresponde à função desiderativa da linguagem, donde a noção de futuridade que a acompanha, como se vê em

(26c) *toda e qualquer cirurgia implicará obrigatoriamente em despesas,*

fato já destacado por Lyons (1977, p.750).

Finalmente, em (27) o escopo do Adv se alarga, de forma a incluir o próprio locutor, sem prejuízo de continuar "acertando" o conteúdo sentencial. A predicação do locutor pode comprovar-se pela paráfrase

(27a) *eu fico infeliz por constatar que Recife é uma cidade de mais de um milhão de habitantes.*

e a predicação do estado de coisas descrito pela sentença se evidencia por meio da paráfrase

(27b) *é uma infelicidade Recife ser uma cidade de mais de um milhão de habitantes.*

Segue-se que em (27) *infelizmente* é simultaneamente um predador discursivo e um predador sintático, isto é, um predador que toma por escopos um participante da enunciação e um constituinte do enunciado. O fato da dupla incidência desse advérbio não afeta a signi-

ficação por ele gerada, como se constata pelas paráfrases já indicadas. É muito provável que a significação plurívoca só se dê quando os dois escopos do advérbio predicador estiverem no enunciado.

Vejam agora a sentença (28). Comparando-a com (27), constata-se que *infelizmente* e *sinceramente* têm em comum tomarem por escopo o locutor, como se vê, para o caso de

(28 a) *eu estou sendo sincero [em reconhecer] que não consegui entender,*

mas distinguem-se pelo fato de que o advérbio de (28) não pode tomar o conteúdo de S por escopo, donde a impossibilidade de

(28b) * *é uma sinceridade [reconhecer] que não consegui entender.*

Valorizando o fato de que (27) e (28) prediquem participantes da enunciação, pode-se dispô-los numa só subclasse dos Modalizadores, aqui denominada Modalizadores Pragmáticos.

Entretanto, os adjetivos que estão na base dos advérbios aqui examinados integram classes semânticas diversas. *Infeliz* (e *feliz*) são referenciados ao locutor, ao passo que *sincero* (e *franco*) põem em relevo a relação entre o locutor e o interlocutor. Tais restrições seletivas justificam a impossibilidade de (28b), em face de (27b). Com base nessa observação, os Modalizadores Pragmáticos serão subdivididos em Subjetivos, os Advs de (27), e Intersubjetivos os Advs de (28).

Fixando agora a atenção nos Modalizadores Epistêmicos Asseverativos, constatamos que por meio de tais Advs expressamos uma avaliação sobre o valor de verdade da sentença, cujo conteúdo é apresentado como uma afirmação ou uma negação que não dão margem a dúvidas, por tratar-se de uma necessidade epistêmica. Desse tipo de predicação decorre um efeito colateral, que é manifestar o falante um alto grau de adesão ao conteúdo sentencial, donde a significação enfática que igualmente aí se identifica. Esse aspecto particular da modalização epistêmica asseverativa foi descrito por Hare (1970, apud Lyons, 1977, p.749).

Os Modalizadores Epistêmicos Quase-Asseverativos expressam uma avaliação sobre o conteúdo sentencial, dado pelo falante como quase certo, próximo à verdade, como uma hipótese que depende de confirmação. Ao usá-lo, o falante se furta “a toda responsabilidade sobre a verdade ou a falsidade [da proposição]” (Barrenechea, 1969, p.320). Por meio dos Quase-Asseverativos, avalia-se a sentença como uma possibilidade epistêmica, decorrendo daqui uma baixa adesão do falante com respeito ao conteúdo que está sendo verbalizado.

Os Asseverativos podem ser representados pelo predicador “eu sei com certeza que P”, em que P corresponde ao conteúdo sentencial. A asseveração pode ser afirmativa ou negativa. No português falado culto podem ser encontrados os seguintes advérbios e adverbiais Asseverativos:

A) Asseverativos Afirmativos: *realmente, evidentemente, naturalmente, efetivamente, obviamente, reconhecidamente, logicamente, seguramente, verdadeiramente, certamente, absolutamente, forçosamente, fatalmente, incontestavelmente, inegavelmente, indiscutivelmente, indubitavelmente, exato, claro, certo, lógico, pronto, na realidade, sem dúvida, mesmo*. Alguns exemplos:

(29) *eu tenho vontade de ir lá ... porque realmente é um espetáculo bonito (D2 SSA 98: 811).*

(30) *evidentemente a ele caberá tomar a decisão (DID REC 131: 260).*

(31) *bem... naturalmente havia festa de formatura (DID SP 242: 253).*

(32) *e portanto ... todos os serviços ... que ele presta ... aos seus associados são efetivamente de um valor ... inestimável (DID REC 131: 85).*

(33) *logicamente eu gostaria de fazer (D1 RJ 355: 109).*

(34) *nosso produto nacional é ... eu acho ... sem dúvida nenhuma a mulata (D2 POA 291: 680).*

(35) *aí vieram três pajés e ficaram duas horas suando ali em cima ... mas fazendo os maiores estardalços e tal ... acabaram tirando uma pena de passarinho ... uma galinha ... um negócio assim ... pronto sarou (D2 SP 343: 768).*

B) Asseverativos Negativos: *de jeito nenhum, de maneira nenhuma, coisa nenhuma*.

Como se pode inferir dos exemplos (29) a (35), os Asseverativos Afirmativos não são os responsáveis exclusivos pela criação do sentido de asseveração. Outros meios lingüísticos concorrem para tal, entre eles a entoação e o modo verbal empregado. Os Asseverativos reforçam esse sentido, de que resultam sentenças mais enfáticas quanto a esse particular.

Borillo (1976, p.80) diz que a asseveração está associada à evidência (donde *evidentemente*), à ordem natural das coisas (donde *naturalmente*), à necessidade (donde *forçosamente*) e à irrefutabilidade (donde *incontestavelmente*). Esse mesmo autor mostra que alguns Asseverativos Afirmativos trazem uma marca negativa: são os que expressam a dúvida (*sem dúvida, indubitavelmente*), o refutável (*incontestavelmente, indiscutivelmente*) e o inescapável (*inevitavelmente*).

Numa amostra de 254 Modalizadores Asseveradores, 95% são Afirmativos e 5% Negativos. Dentre os Afirmativos, *realmente* toma a dianteira, distribuindo-se os itens da seguinte forma: *realmente*, 50%; *exato*, *claro*, *certo*, *pronto*, *lógico*, 20%; outros em *-mente*, 15%; *evidentemente*, 10%; *sem dúvida*, *na realidade*, *mesmo*, 5%.

O caso de *realmente*

Vejamos algumas características do uso de *realmente*, de acordo com o plano previamente traçado.

Seu lugar de figuração predileto é no interior da estrutura funcional da sentença. Em apenas 12,3% das ocorrências, ele figura no interior do sintagma, contra 87,7% de ocorrências na estrutura funcional.

Com relação às posições sentenciais, era de esperar a predominância de P1 ou de P2, isto é, antes ou depois da sentença, mas os valores aí apurados são quase idênticos aos da distribuição intra-senten-cial: 46,2% em P1 e em P2, contra 53,8% em P3 e P4, isto é, entre o sujeito e o V, e entre o V e seu argumento. Vejamos alguns exemplos destas ocorrências:

Em P1:

(36) *realmente* você vê que aqui você passa melhor (D2 SSA 98: 452).

(37) e agora *realmente* ele não gasta muito (D2 SP 360: 387).

(38) *realmente* eu nunca havia visto frutas assim.

Em P2:

(39) [indústrias] aonde é capacidade de realizar a mão né? sem a máquina *realmente* (EF RJ 379: 54).

(40) porque eles comem bastante coisa *realmente* (D2 SP 360: 326).

Entretanto, fixando a atenção nas ocorrências em P1 e em P2, constata-se uma forte preferência pela posição pré-sentencial, em que 92% contrastam com 8% de P2. Isso faz desse Adv um hiperpredicador, atuando como um AdvS, como se comprova por

(36a) é uma realidade que você vê que aqui você passa melhor

(36b) é real que você veja que aqui você passa melhor

Em Kato & Castilho (1991), partindo-se da hipótese da harmonia trans-sintagmática, sustentada em Kato (1982), defende-se a posição de que os AdvS Modalizadores são ergativos, e tomam a sentença como

seu argumento interno único. Com isso, seria possível encontrar propriedades argumentais comuns nos Vs, nos Adjs e nos Adv's modais.

Por outro lado, a posição periférica desse Adv em relação à sentença permite uma modalização compartilhada com modalizadores verbais já aí contidos, ocorrendo uma predicação de segunda ordem, como em

(41) *realmente ... deve ser uma delícia ter uma família gran/ (D2 SP 360: 63).*

(42) *então eu acho realmente (DID RJ 328: 338).*

(43) *se ele não for eu não sei realmente (D2 SP 360: 359).*

As sentenças (41) e (42) mostram a combinatória de Asseveração com a Não-Asseveração, isto é, afirma-se que se tem certeza sobre a impossibilidade de ter certeza.

Internando-se esse Adv pela sentença, nas posições 3 e 4, produz-se uma significação agregada à significação prototípica de asseveração afirmativa, obtendo-se um valor plurívoco:

Em P3:

(44) *e o molho realmente tem usos (D2 POA 291: 303).*

(45) *chega a Grande Guerra com o Japão realmente sendo uma das grandes potências (EF RJ 379: 98).*

Em P4:

(46) *eu tenho realmente muito cuidado (DID RJ 328: 308).*

(47) *uma definição ... na qual mostra realmente (EF REC 337: 280).*

(48) *os associados tratam ... realmente como já disse das vantagens salariais (DID REC 131: 183).*

Em (48), o Adv assume uma significação plurívoca. Pode ser interpretado como Asseverador:

(48a) *é real que os associados tratam das vantagens salariais,*

e como Focalizador, não predicativo:

(48b) *os associados tratam exatamente / inclusive das vantagens ...*

Ilari et al. (1990) tratam a significação contida em (48b) como um caso de "verificação de coincidência com um protótipo".

A mesma plurivocidade ocorre quando esse Adv figura antes do núcleo dos seguintes sintagmas:

a) Sintagma adjetivo:

(49) *entrega um instrumento realmente científico (EF REC 337: 343).*

(50) *é o prolongamento realmente mais acentuado (EF SSA 49: 176).*

(51) *com toda sua população realmente excessiva (EF RJ 379: 170).*

b) Sintagma preposicionado

(52) *com uma preocupação realmente de homem de ciência (EF REC 337: 352).*

c) Sintagma verbal composto, considerando-se como seu núcleo o V auxiliado:

(53) *espera-se que em algum tempo possa-se realmente reformularem (D2 POA 291: 1261).*

(54) *aquele que vai realmente prestar (DID REC 131: 240).*

(55) *eu não estou realmente familiarizado (DID REC 131: 157).*

(56) *a situação está realmente preocupando.*

Em (55) à significação asseverativa afirmativa agrega-se a significação graduadora intensificadora:

(55a) *é real que eu não estou familiarizado,*

(55b) *eu não estou muito familiarizado.*

O mesmo se pode dizer de (49) a (51), observando-se que em (50) co-ocorre com outro Graduador, *mais*.

Em (52) o valor agregado, tanto quanto em (48), é o de focalização:

(52a) *com uma preocupação na verdade de homem de ciência,*

(52b) *com uma preocupação exatamente de homem de ciência.*

Nas perífrases contidas nas sentenças de (53) a (56), o Adv afeta mais diretamente o verbo principal, desempenhando o papel de AdvC, como se vê em:

(53a) *possa-se é realmente reformularem*

(53b) *possa-se somente reformularem,*

desencadeando uma predicação de segunda ordem, e mantendo seu valor prototípico de asseveração:

(53c) *possa-se na verdade reformularem.*

Entretanto, comparando (36) com

(36a) *aquele que realmente vai prestar*

(36b) *aquele que vai prestar realmente,*

observa-se que a contigüidade do Adv com o V principal concentra a asseveração sobre o estado de coisas descrito por esse V, desviando-a da futuridade de (54), da possibilidade de (53), da resultatividade de (55) e da imperfectividade de (56), desencadeadas, respectivamente, pelos V auxiliares *ir*, *poder* e *estar*. Isso quer dizer que em (54) se assevera a predicação expressa pelo V principal, ao passo que em (54a) e em (54b) assevera-se a futuridade do estado de coisas expresso por *prestar*, e assim por diante.

Nem sempre é possível identificar com segurança a posição ocupada por *realmente*. Em diversos enunciados, ele parece flutuar entre duas sentenças, funcionando como uma espécie de articulador discursivo:

(57) aquela tinta é uma tinta especial... quer dizer... realmente...a...a...a fosforescência dela é muito intensa (D2 SSA 98: 489).

Em (57), o Adv vem intercalado por pausas. Ele assevera que “*aquela tinta é especial*”, e ao mesmo tempo abre caminho para uma explicação mais detalhada sobre sua propriedade de fosforescência. Tal Adv, por assim dizer, “olha para trás” e “aponta para frente”, numa predicação dupla, o que faz dele um Marcador Conversacional. Conforme aponta Marcuschi (1987), essa é uma das propriedades dos Marcadores, que, entre outras funções, servem para organizar o texto.

O polifuncionalismo dos Adv assume, assim, uma nova fisionomia, estendendo-se para o domínio do discurso, isto é, para o texto. Ele pode, por exemplo, reforçar a intenção de manter a interação, como se vê em

(58) L1 – ... a nossa conversa está em torno de dinheiro... de inflação... de desvalorização da moeda... e eu acho que primeiro por incapacidade minha... despreparo em relação a mercado de capitais...e...a outros...

L2 – daí vamos fazer um curso...

L1 – exatamente... em outros campos de aplicação de dinheiro... eu acho... todo o dinheiro que eu ganhar... eu primeiro aplicaria sempre em obra de arte... (D2 RJ 355: 213).

Nota-se que em (58) o poder predicador de *exatamente* produz as seguintes significações:

(58a) concordo com Você em que o melhor será fazer um curso, visto que não estou sabendo encaminhar a conversa sobre dinheiro,

em que *exatamente* é um Asseverador da intervenção de L2, e

(58b) quero continuar a conversa com Você e aceito sua correção,

em que *exatamente* assevera a intenção de L1 em manter a conversa.

Outros Asseverativos como *exato*, *claro*, *certo*, *lógico* e *pronto* têm, como Marcadores Conversacionais, uma taxa de ocorrência significati-

va. Eles são construídos sobre uma base adjetiva, e Basílio (1991) caracterizou o estatuto gramatical desses itens, indubitavelmente adverbiais. Eles modalizam asseverativamente a fala do outro, freqüentemente em situações de heterocorreção, e assinalam a intenção de manter o diálogo. No primeiro caso, seu escopo está em alguma expressão do enunciado, e no segundo, eles tomam por escopo a própria situação discursiva:

(59) L1 – *é a qualidade...*

L2 – *naturalmente... exato... qualidade... eu acho que a qualidade é um negócio sensacional (D2 POA 291: 78).*

Uma significação aditiva é a fática, pois Asseverativos como *certo* sinalizam que se entendeu a estratégia discursiva do interlocutor, como neste exemplo, em que o Inf[ormante] assegura ter entendido o alcance da pergunta que lhe foi formulada pelo Doc:

(60) Doc – *a senhora chega no cinema a senhora faz o quê ?*

Inf – *certo eu acho que antigamente o cinema (...)* (DID SP 234: 542).

As propriedades semântico-pragmáticas desses Asseveradores permitem sua utilização como demarcadores das Unidades Discursivas, fato assinalado em Castilho (1987).

Algumas indagações, não contempladas nos quesitos enumerados na abertura deste trabalho, dizem respeito a uma possível correlação entre a presença dos Epistêmicos Asseverativos e a estratégia discursiva adotada, e conseqüente tipo de texto que está sendo produzido.

Chama a atenção a desigual concentração desses Adv's nas entrevistas. Assim, eles se ausentam por completo nas receitas de comida (D2 POA 291: 163-195, DID RJ 328: 385-455), nos relatos da vida familiar (DID POA 45) e nos momentos de "armação do raciocínio" (como no EF POA 278: 88-109). Percebe-se que os conteúdos não objetáveis dessas passagens dispensam esse Adv. Em contrapartida, eles são altamente freqüentes nos trechos em que se tiram conseqüências de um raciocínio (EF POA 278: 109-125), e nas entrevistas gnômicas, em que o nível de informatividade é baixo, como neste trecho:

(61) *normalmente... quando existe um presidente [de sindicato]... que: procure defender... os interesses da classe... que seja realmente dinâmico... no sentido amplo da palavra... o sindicato realmente sofre um processo... evolutivo... nós verificamos por exemplo que determinados sindicatos realmente tomam... um passo... adiante (DID REC 131: 57-61).*

Nessa entrevista, ocorreram 107 Adv's Predicadores em 429 linhas de transcrição, dos quais 48 são Modalizadores. Pode-se reconhecer

aqui mais uma evidência do “sotaque sintático” de que falam Tarallo et al. (1990). Constata-se ademais que ao primeiro *realmente* sucedem-se vários outros, num trecho escassamente informativo, em que o falante se entrega a uma estratégia de argumentação altamente previsível. É mais uma manifestação do “efeito-gatilho”, que gera textos paralelisticos, já bem estudados no português do Brasil, como se vê em Scherre (1988, p.408-15). Confinados à camada proposicional da língua-cebola dascalina, será melhor não “superestimar a eficiência” significativa desses AdvS, para parodiar (Labov, 1987, p.329). Entretanto, se nos movermos para a camada pragmática, e ficarmos atentos à importância dos Asseveradores como operadores argumentativos, tais AdvS ganharão outra importância. Parece que, para acrescentar relevo a informações irrelevantes, o locutor esforça-se por conferir um tom de autoridade à sua fala, recheando-a de Asseveradores.

Em outras situações, como destacou Rodolfo Ilari em comunicação pessoal, o Adv *realmente* presta-se a uma sorte de manobra do locutor, que se antecipa uma reação do interlocutor. Assim, num relato de visita ao Norte do país em que se destaca a multiplicidade de frutas desconhecidas dos sulistas, o locutor detecta um momento de desconfiança por parte do interlocutor, em face de tanto exotismo junto. Para abortar uma intervenção, ou para preservar sua face, ele se sai com esta modalização:

(62) *mas frutas realmente que eu nunca havia visto (DID RJ 328: 77).*

Tanto em (61) quanto em (62) o que se assevera não é apenas o conteúdo proposicional, e sim a disposição do falante em sustentá-lo, associando-se a predicação do discurso à predicação do enunciado. De novo o Adv assume a função de predicador de dois lugares, fenômeno já examinado anteriormente.

Conclusões

A análise aqui feita confirma o caráter polifuncional dos AdvS, em que *realmente* assume uma dimensão especial. Os itens que integram essa classe apontam para o caráter precário das análises gramaticais em que se procura reduzir as ocorrências a um e um só valor.

Os dados também demonstram que os itens lexicais se movem em três domínios lingüísticos: o da gramática (*realmente* como AdvC e AdvS), o da semântica (*realmente* como modalizador asseverador – seu valor prototípico –, intensificador, focalizador) e o do discurso (*realmente* como operador discursivo).

CASTILHO, A. T. de. The modalizer "realmente" in spoken Portuguese. *Alfa* (São Paulo), v.44, p.147-169, 2000.

- **ABSTRACT:** *In this paper I describe the Qualitative Adverbs & Adverbials in Spoken Brazilian Portuguese. Qualitative Adverbs are part of the Predicative Adverbs, according to the Grammar of Spoken Brazilian Portuguese, in preparation.*
- **KEYWORDS:** *Adverbs; predication; qualification; spoken language.*

Referências bibliográficas*

- ALARCOS LLORACH, E. *Estudios de gramática funcional del español*. Madrid: Gredos, [1968] 1970.
- ARNAULD, LANCELOT. *Grammaire générale et raisonnée*. Preface de Michel Foucault, nouvelle édition. Paris: Republications Paulet, [1671] 1969.
- BARBOSA, J. S. *Grammatica philosophica da lingua portugueza*. 7.ed. Lisboa: Tipografia da Real Academia das Ciências, [1803] 1881.
- BARRENECHEA, A. M. Operadores pragmáticos de actitud oracional: los adverbios en *-mente*. In: BLANCH, J. M. L. (Org.) *Estudios sobre el Español hablado en las principales ciudades de América*. México: Unam, 1969. p.313-32.
- BARROS, J. *Gramática da língua portuguesa*: Reprodução facsimilada, leitura, introdução e anotações por BUESCU, M. L. C. 4.ed. Lisboa: Publicações da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, [1536] 1971.
- BARTSCH, R. *The Grammar of Adverbials*. Amsterdam: North Holland, 1976
- BASÍLIO, M. Conversão adjetivo/advérbio em Português: um estudo de classes de palavras. *Boletim da Abralín*, v.11, p.143-52, 1991.
- _____. Flutuação categorial de base adjetiva no Português Falado. In: ILARI, R. (Org.) *Gramática do português falado*. Campinas: Ed. Unicamp, 1992. p.81-98.
- BELLERT, O. On semantic and distributional properties of sentencial adverbs. *Linguistic Inquiry*, v.8 , p.337-50, 1977.
- BELLO, A. *Gramática de la lengua castellana*. Santiago: Universidad de Chile, 1883.
- BONFIM, E. R. M. *Advérbios*. São Paulo: Ática, 1988.

* A primeira data se refere à redação do documento, sempre que foi possível identificá-la, ou à sua primeira edição. A segunda data corresponde à edição efetivamente utilizada neste trabalho.

- BORILLO, A. Les adverbos et la modalisation de l'assertion. *Langue Française*, v.30, p.74-89, 1976.
- BUHLER, K. *Teoría del lenguaje*. Trad. J. Mariás. 2.ed. Madrid: Revista de Occidente, [1934] 1961.
- CARNEIRO, I. *Um recorte dos advérbios em -mente. Contribuição para o estudo dos modalizadores sentenciiais em Português*. Assis, 1989. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras, Psicologia e História de Assis, Universidade Estadual Paulista.
- CASTELEIRO, J. M. Análise gramatical dos advérbios de frase. *Biblos*, v.58, p.99-110, 1982.
- CASTILHO A. T. de. Para o estudo das unidades discursivas no português falado. In: CASTILHO A. T. de. (Org.) *Português culto falado no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1987. p.249-80.
- _____. *A predicção adverbial no português falado*. São Paulo, 1993. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- _____. Um ponto de vista funcional sobre a predicção. *Alfa (São Paulo)*, v.38, p.75-96, 1994.
- _____. Aspectos teóricos de la descripción de la lengua hablada. In: BERNALLES, M., CONTRERAS, C. (Org.) *Por los caminos del lenguaje*. Temuco: Ediciones Universidad de La Frontera, 1998. p.23-37.
- CASTILHO, A. T., MORAES DE CASTILHO, C. M. Advérbios Modalizadores. In: ILARI, R. (Org.) *Gramática do português falado*. Campinas: Ed. Unicamp, 1992. p.213-60.
- CHAFE, W. Givenness, contrastiveness, definiteness, subjects and points of view. In: LI, C. (Ed.) *Subject and topic*. New York: Academic Press, 1976. p.25-55.
- COLE, P. *Radical Pragmatics*. New York: Academic Press, 1981.
- CUNHA, C., CINTRA, L.-F. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- DANJOU-FLAUX, N., GARY-PRIEUR, M.-N. *Adverbes en -ment, manière, discours*. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1982.
- DIEZ, F. *Grammaire des langues romanes*. 3.éd. Paris: F. Vieweg Libraire-Éditeur, 1876.
- D'OLIVEIRA, F. A "grammatica" de Fernão D'Oliveira. Texto reproduzido da 1. ed. por Olmar Guterres da Silveira. Rio de Janeiro: s.n., [1536] 1954.
- ENKVIST, N. Notes on valency, semantic scope and thematic perspective as parameters of adverbial placement in English. In: ENKVIST, N., KOHONEN, V. (Ed.) *Approaches to Word Order*. Abo: Abo Academy, 1982. p.51-74.
- FRANCHI, C. *Hipóteses para uma teoria funcional da linguagem*. Campinas, 1976. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas.

- GARY-PRIEUR, M.-N. Adverbos de manière: que signifie cette étiquette? In: DANJOU-FLAUX, N., GARY-PRIEUR, M.-N. (Org.) *Adverbes en -ment, manière, discours*. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1982. p.13-24.
- ILARI, R. Sobre os advérbios focalizadores. In: *Gramática do português falado*. Campinas: Ed. Unicamp, 1992a. p.151-92.
- _____. Sobre os advérbios aspectuais. In: *Gramática do português falado*. Campinas: Ed. Unicamp, 1992b. p.193-212.
- _____. *Gramática do português falado*. Campinas: Ed. Unicamp, 1992c. v.II.
- _____. Propriedades extensionais e intensionais dos adjetivos. In: VI SEMINÁRIO DO PROJETO DE GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS FALADO, Campos de Jordão, 1992d.
- ILARI, R. et al. Considerações sobre a posição dos advérbios. In: CASTILHO, A. T. (Org.) *Gramática do português falado*. Campinas: Ed. Unicamp/Fapesp, 1990. v. I-A, p.63-142.
- JACKENDORFF, R. *Semantic Interpretation in Generative Grammar*. Cambridge: MIT Press, 1972. p.47-107.
- KATO, M. A. *A ordem Adj+N e a harmonia transcategorial*. *Letras e Letras (Porto Alegre)*, v.4, n.1/2, p.205-14, 1982.
- KATO, M. A., CASTILHO, A. T. Advérbios modalizadores: um novo núcleo predicador? *DELTA (São Paulo)*, v.7, p.409-24, 1991.
- KLUM, A. *Verbe et adverbe*. Stockholm: Almqvist & Wiksell, 1961.
- KOCH, I. G. V. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez Editora, 1984.
- KOVACCI, O. Modificadores de modalidad. In: *Romanica 2: 177-190, republicado em Estudios de Gramática Española*. Buenos Aires: Hachette, [1972] 1986. p.89-102.
- LABOV, W. The overestimation of functionalism. In: DIRVEN, R., FRIED, V. (ed.) *Functionalism in Linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: Jonh Benjamins, 1987. p.311-32.
- LAKOFF, G. Hedges: a study in meaning criteria and the logic of fuzzy concepts. In: _____. *Papers from the Eighth Regional Meeting*. Chicago: Chicago Linguistic Society, 1975. p.183-227.
- _____. Categories: an essay in Cognitive Linguistics. In: _____. *Linguistics in the Morning Calm*. Selected Papers from SICOL-1981. Seoul: Hanshin Publishing Co., 1982. p.139-209.
- LAVANDERA, B. Tensión entre el personal y el impersonal en la organización del discurso. In: _____. *Variación y Significado*. Buenos Aires: Hachette, 1984. p.101-24.
- LEECH, G. *Semantics*. Harmondsworth: Penguin Books, 1974.
- LEMOES, C. T. G. *Ser and estar in Brazilian Portuguese with particular reference to child language acquisition*. Tübingen: Gunter Narr, 1987.

- LOBATO, L. M. P. Advérbios e preposições, sintagmas adverbiais e sintagmas preposicionais. *DELTA*, v.5, p.101-20, 1989.
- LUFT, C. P. *Moderna gramática portuguesa*. Porto Alegre: Globo, 1976.
- LYONS, J. *Semantics*. London: Longman, 1977. 2v.
- MARCUCHI, L. A. *Análise da conversação*. São Paulo: Ática, 1987.
- MIRA MATEUS, M. H. et al. *Gramática da língua portuguesa*. 2.ed. rev. e aum. Lisboa: Caminho, [1983] 1989.
- MORAES DE CASTILHO, C. M. *Os delimitadores no português falado no Brasil*. Campinas, 1991. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas.
- NEBRJA, A. *Gramática de la Lengua Castellana*. Edición preparada por Antonio Quilis. Madrid: Editora Nacional, [1492] 1980.
- NEVES, M. H. de M. Os advérbios circunstanciais de lugar e de tempo. In: ILARI, R. (Org.) *Gramática do português falado*. Campinas: Ed. Unicamp, 1992. p.261-96.
- NOLKE, H. *Les adverbes paradigmatisants: fonction et analyse*. Copenhague: Études Romanes de l'Université de Copenhague, 1983.
- OLIVEIRA, G. M. Os advérbios sentenciais e os testes sintáticos. *Letras (Porto Alegre)*, v.5, p.101-21, 1993.
- OLIVEIRA, M. A. Algumas notas sobre a colocação dos advérbios qualitativos no Português Falado. In: ILARI, R. (Org.) *Gramática do português falado*. Campinas: Ed. Unicamp, 1992. p.297-304.
- PEREIRA, E. C. *Grammatica histórica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.
- PINTO, M. J. *Análise semântica de línguas naturais: caminhos e obstáculos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.
- POSSENTI, S. Ordem e interpretação de alguns advérbios do português. In: ILARI, R. (Org.) *Gramática do português falado*. Campinas: Ed. Unicamp, 1992. p.305-14.
- PRINCE, E. Toward a taxonomy of given-new information. In: COLE, P. (Ed.) *Radical Pragmatics*. New York: Academic Press, 1981. p.223-56.
- QUIRK, R. et al. *A Grammar of contemporary English*. London: Longman, 1972.
- _____. *A Comprehensive Grammar of the English Language*. London: Longman, 1985.
- SCHERRE, M. M. P. *Reanálise da concordância nominal em Português*. Rio de Janeiro, 1988, 2v. Tese (Doutoramento) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- TARALLO, F. et al. Preenchedores em fronteiras de constituintes. In: ILARI, R. (Org.) *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990, v.II, p.315-56.
- TOURATIER, C. Signification et structure du SN. *Travaux – Cercle Linguistique d'Aix-en-Provence*, v.7, p.39-56, 1989.

MODALIZAÇÃO: DA LÍNGUA AO DISCURSO

José Luiz FIORIN¹

*...l'instinct dite le devoir et l'intelligence
fournit le pretexte pour l'éluder.*
(Proust)

*Vous l'avez voulu, vous l'avez voulu,
Georges Dandin, vous l'avez voulu.*
(Molière)

O que não puderes, seguramente te será
perdoado; mas o que não quiseres, jamais.
(Ibsen)

Ao Borba, que me ensinou para a vida e não para a escola.

- RESUMO: A modalização tem o papel de exprimir a posição do enunciador em relação àquilo que diz. As modalidades são, então, definidas como predicados que sobredeterminam outros predicados. Como o inventário das modalidades nas línguas naturais é bastante confuso, porque os sentidos se superpõem, é preciso utilizar um procedimento hipotético-dedutivo, para estabelecer as modalidades de base, aquelas organizadas por procedimentos dedutivos independentemente dos lexemas modais das línguas naturais. Este trabalho, com base na Semiótica francesa, mostra os critérios para estabelecer as modalidades de base, verifica como elas se manifestam em português e analisa a modalização como procedimento discursivo, isto é, como

* Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP – 05508-900 – São Paulo – SP – Brasil – jolufi@uol.com.br.

o estabelecimento, no texto, de percursos modais, instituídos a partir de compatibilidades e incompatibilidades das modalidades.

- PALAVRAS-CHAVE: Modalização; modalidade; paixões.

Introdução

Os caminhos da constituição de uma teoria das modalidades na Semiótica francesa

A Semiótica é uma teoria gerativa, porque concebe o processo de produção do texto como um percurso gerativo, que vai do mais simples e abstrato ao mais complexo e concreto, num processo de enriquecimento semântico. Isso significa que vê o texto como um conjunto de níveis de invariância crescente, cada um dos quais suscetível de uma representação metalingüística adequada. O percurso gerativo de sentido não tem um estatuto ontológico, ou seja, não se afirma que o falante, na produção do texto, passe de um patamar ao outro num processo de complexificação semântica. Constitui ele um simulacro metodológico, para explicar o processo de entendimento, em que o leitor precisa fazer abstrações, a partir da superfície do texto, para poder entendê-lo.

Por outro lado, a idéia do percurso gerativo de sentido parte da constatação de que é preciso explicar o fato de que o discurso é da ordem da estrutura e do acontecimento. Assim, é necessário detectar invariantes, mas também descrever a variabilidade histórica que reveste essas invariantes. O modelo não é genético, mas gerativo, ou seja, busca ser preditivo e explicativo.

O percurso gerativo é constituído de três patamares: as estruturas fundamentais, as estruturas narrativas e as estruturas discursivas. Vale lembrar que estamos no domínio do conteúdo. As estruturas discursivas serão manifestadas como texto, quando se unirem a um plano de expressão no nível da manifestação. Cada um dos níveis do percurso tem uma sintaxe e uma semântica.

Por razões históricas, o nível narrativo foi o mais bem explorado até hoje, o que não significa, porém, que os outros níveis não tenham tido desenvolvimento. Na primeira fase, a da constituição do percurso gerativo, a Semiótica aplica-se a estudar os simulacros da ação do homem no mundo presentes nas narrativas. Elabora assim uma teoria da *performance*. A narratividade é entendida como “uma transformação de esta-

do, operada pelo fazer transformador de um sujeito que age sobre o mundo em busca de determinados valores investidos no objeto" (Barros, 1995, p.85). Analisa os conflitos entre sujeitos que buscam o mesmo objeto. Para desenvolver essa teoria da ação, transformou a noção proppiana de função na noção de enunciado narrativo (ibidem, p.82-5). O conceito de função em Propp diz respeito a unidades sintagmáticas constantes sob a multiforme superfície das narrativas. A sucessão dessas invariantes constitui o relato. Essa noção foi precisada com o conceito de enunciado narrativo. Há dois tipos de enunciados elementares, o de estado e o de fazer, que derivam da existência de duas relações-função: a junção (conjunção e disjunção) entre um sujeito e um objeto e a transformação, que é a mudança de uma relação de junção. Dessa noção de enunciado narrativo decorre o fato de que é possível prever organizações hierarquizadas de enunciados. Estes se organizam em programas narrativos (um enunciado de fazer regendo um enunciado de estado), em percursos narrativos (encadeamentos lógicos de programas narrativos em que um programa pressupõe outro) e em seqüências narrativas (em que se organizam os percursos narrativos). Com isso, constrói-se uma sintaxe narrativa hierarquicamente organizada e não uma simples sucessão de unidades sintagmáticas, como previa o modelo proppiano. Nessa sintaxe, vai-se do programa ao percurso e deste à seqüência, estabelecendo um modelo de previsibilidade da narrativa, que pode dar conta da especificidade de cada relato singular, dado que esses níveis são empregados recursivamente e que têm um desdobramento polêmico. De um lado, programas, percursos e seqüências podem ser repetidos indefinidamente, encaixando-se, sucedendo-se etc.; de outro, toda narrativa tem uma dimensão polêmica (cf. Barros, 1995, p.83): a um sujeito corresponde um anti-sujeito; a uma apropriação, um desapossamento. Isso quer dizer que um relato pode ser feito de dois pontos de vista: um roubo pode ser contado do ponto de vista do ladrão ou da vítima; a história da Gata Borralheira pode ser relatada do ponto de vista da órfã submetida a duros trabalhos e da madrasta e suas filhas, do príncipe que procurava uma esposa e da moça que perdeu o sapatinho. Essa sintaxe vai do mais simples ao mais complexo.

Apesar do salto dado pela teoria narrativa proposta pela Semiótica, esse modelo apresenta uma limitação muito grande. Seu âmbito de aplicação são as narrativas da chamada pequena literatura (ibidem, p.85). Com efeito, um modelo que considera a narrativa como a busca de valores, como ação do homem no mundo, só pode aplicar-se àqueles textos

que apresentem um componente pragmático muito forte: por exemplo, as narrativas folclóricas.

Ao compreender a limitação dada pelo alcance das aplicações, a Semiótica vai passar para uma segunda fase, interessando-se pela competência modal do sujeito que realiza a transformação. Nessa fase, as investigações incidem menos sobre a ação e mais sobre a manipulação (Barros, 1995, p.85-8).

Parte-se da constatação de que só pode executar uma ação quem possuir pré-requisitos para isso, ou seja, de que o fazer exige condições prévias. Só pode realizar uma ação o sujeito que quer e/ou deve, sabe e pode fazer. É isso que se chama competência modal do sujeito. A modalização do fazer é a sobredeterminação de um predicado do fazer por outro predicado (querer/dever/saber/poder). Ao reconhecer isso, a Semiótica começa a realizar uma tipologia muito mais fina dos sujeitos. Pode haver sujeitos coagidos, que devem, mas não querem realizar uma ação; sujeitos que afrontam o sistema (heróis que agem sozinhos), que querem, mas não devem; sujeitos impotentes, que querem e/ou devem, mas não podem, e assim por diante. Com a modalização do sujeito, a Semiótica passa a analisar também seu modo de existência: sujeitos virtuais, os que querem e/ou devem fazer, sujeitos atualizados, os que sabem e podem fazer; sujeitos realizados, os que fazem. Uma gama muito grande de textos passa agora a ser explicada pela teoria: aqueles em que há personagens sonhadoras, mas que são incapazes de passar à ação; aqueles em que há personagens realizadoras etc.

Nessa fase, o estudo das modalizações está ainda muito ligado à ação, pois o que se investiga são as condições necessárias para sua realização. No entanto, isso representou um salto muito grande, pois, se se pensar não apenas no sujeito que tem sua competência modal alterada, mas também naquele que realiza essa alteração, passa-se do estudo da ação ao da manipulação, ou seja, do fazer ao do fazer fazer. Agora, não se procura mais apenas explicar as relações entre sujeito e objeto, mas entre sujeitos, o que leva a uma concepção de narrativa como uma sucessão de estabelecimentos e rupturas de contratos (ibidem, p.86). Aqui começa todo um exame dos procedimentos de manipulação. Estudam-se a provocação, o desafio, a tentação, a sedução, a intimidação etc. Por outro lado, começa-se a aprofundar o estudo dos mecanismos da sanção, seja ela cognitiva ou pragmática. Os percursos da manipulação e da sanção constituem a dimensão cognitiva da narrativa e enquadram sua dimensão pragmática.

Com o estudo da dimensão cognitiva, a Semiótica mostra que a organização da intersubjetividade é articulada por meio de estruturas polêmicas e contratuais. Por exemplo, enquanto a teoria marxista vê a História como uma estrutura polêmica (lembremo-nos de que o *Manifesto comunista* se inicia afirmando que a história da humanidade é a história da luta de classes), a concepção liberal enfatiza os aspectos contratuais da constituição do Estado. Além do exame dessas estruturas, o estudo da manipulação abre caminho para o estudo de sujeitos manipulados por sistemas de valores diferentes. Por exemplo, na tragédia clássica, o herói trágico sofre uma manipulação por valores contraditórios. Antígona deve optar entre a lei divina, que determinava que os mortos fossem sepultados, e a lei do Estado, que estatua que quem morresse lutando contra a cidade deveria permanecer insepulto.

Apesar de o campo de textos abrangido por essa teoria narrativa ter aumentado, possuía ela ainda um problema em relação ao domínio de aplicação. A teoria narrativa explicava o que se poderiam chamar estados de coisas, mas não o que se denominaria estados de alma. Até esse ponto de seu desenvolvimento, a teoria trabalha com textos em que há transferência de objetos tesaurizáveis ou com textos em que há estruturas diversas de manipulação e de sanção. No entanto, há narrativas que operam com outros tipos de objetos. *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, não é um romance sobre a traição, mas sobre o estatuto veridictório dos fatos, sobre certezas e incertezas, sobre a criação do objeto e a atribuição subjetiva a ele de um valor de verdade; *Gobseck*, de Balzac, trata da avareza e dos prazeres proporcionados pela posse da riqueza; *Otelo*, de Shakespeare, aborda o ciúme e a manipulação dos estados de alma de outrem; *Il Gattopardo*, de Tommaso di Lampedusa, discute a recusa e a aceitação da mudança; o episódio do ferimento do príncipe Andrei, em *Guerra e paz*, de Tolstói, delinea o sutil problema da vergonha do medo e do medo da vergonha; o filme *Salò, os 120 dias de Sodoma*, de Pasolini, mostra como a exacerbação do medo faz ruírem as normas da vergonha. Poder-se-ia continuar a citar textos em que se trata de estados de alma, em que se discute o valor veridictório do objeto. Como operar com as "paixões de papel", os estados de alma narrados?

Para tratar dessa questão, a Semiótica passa por mais duas fases. A primeira examina as modalizações do ser (Barros, 1995, p.88-91). Foi mostrado acima que, para a Semiótica, existem dois tipos de enunciados elementares: o de estado e o de fazer. O exame das modalidades do fazer levou ao estudo das condições modais necessárias para a realização da ação. No entanto, é preciso verificar que o sujeito de estado (um

enunciado de estado estabelece uma relação de conjunção ou de disjunção com um objeto) pode ser também modalizado. Não se tem, nesse caso, modalizações do fazer (querer fazer, dever fazer, saber fazer, poder fazer), mas modalizações do ser (querer ser, dever ser, saber ser e poder ser). O sujeito de estado, por exemplo, quer entrar em conjunção com um dado objeto. Nesse caso, o objeto é desejável para o sujeito, enquanto ele é um sujeito desejante. Por isso, poder-se-ia afirmar, com mais propriedade, que a modalização do estado incide sobre o objeto, ou, mais particularmente, sobre o valor nele investido e que isso repercute sobre a existência modal do sujeito. É o objeto desejável que faz o sujeito desejante; é o objeto impossível que faz o sujeito impotente, e assim por diante.

Por outro lado, há um outro tipo de modalização do ser, que se diferencia, pelo lugar em que incide, daquela até agora exposta. Enquanto, no caso anterior, a modalização recai sobre o objeto, neste caso, que passamos a expor, a modalização incide sobre a relação de conjunção ou de disjunção que liga sujeito e objeto. Trata-se de modalidades veridictórias e epistêmicas. As veridictórias articulam-se como estrutura modal em "ser" *versus* "parecer" e aplicam-se à função-junção. Mostra-se que um enunciado é ou *parece ser*. No entanto, essa modalização não diz respeito a nenhuma relação referencial, mas a algo criado pelo texto. *Ser* é o estatuto veridictório exposto pela própria narrativa ou, em outros termos, pelo narrador; *parecer* é o estatuto veridictório atribuído a um estado por uma personagem. Seixas, personagem de *Senhora*, de Alencar, é visto como um homem rico (parece ser rico), mas o narrador mostra ao leitor que ele é o filho de uma modesta costureira (*ser*). Temos, então, uma mentira: ele não é rico, mas parece sê-lo. As modalidades veridictórias permitem estabelecer o estatuto veridictório dos estados: verdade, falsidade, mentira, segredo. Os enunciados modalizados veridictoriamente podem ser sobredeterminados pelas modalidades epistêmicas do *crer*: um sujeito crê que um estado parece verdadeiro ou é verdadeiro etc. A modalização epistêmica resulta de uma interpretação, em que um sujeito atribui um estatuto veridictório a um dado enunciado. Nela, o sujeito compara o que lhe foi apresentado pelo manipulador com aquilo que sabe ou aquilo em que crê. O estatuto veridictório de um enunciado é dado por um julgamento epistêmico, em que o *crer* precede o *saber*, o que implica reconhecer o caráter ideológico da operação de interpretação. Para a Semiótica, *crer* e *saber* pertencem ao mesmo universo cognitivo e a distinção entre a adesão fiduciária, regida pelo *crer*, e a adesão lógica, comandada pelo *saber*, é o estabelecimento de uma separação

entre dois tipos de racionalidade, que, na interpretação, quando aparecem situações, como em *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, de verdade ou falsidade das certezas, de dúvida da verdade etc., confundem-se, misturam-se, entrecruzam-se (Greimas, 1983, p.115-33).

O estudo da modalização do ser permite estabelecer tipologias de culturas (por exemplo, há culturas que valorizam mais o querer do que o dever e outras que fazem o contrário), dar representações mais adequadas da aplicação dos códigos sociais de caráter normativo, como regras gramaticais, regras de polidez etc. (nelas, combinam-se dever e saber: o excesso de zelo no código de polidez aproxima-se da hipercorreção em gramática, quando a um dever fazer não corresponde um saber fazer, mas um não saber fazer) (ibidem, p.88-90).

Todo esse estudo das modalizações do ser passa ainda pelo exame das compatibilidades e incompatibilidades entre as modalidades. Por exemplo, o dever ser é compatível com o poder ser, ao passo que é incompatível com o não poder ser. Com efeito, o que é necessário deve ser compatível com o que é possível, mas não com o impossível. No entanto, cabe lembrar que as compatibilidades e as incompatibilidades nada têm a ver com o aparecimento de certas combinatórias modais nos textos. Os sujeitos de estado podem ser modalizados por modalidades compatíveis ou incompatíveis entre si. Um sujeito pode querer o que pode ser, mas pode querer o que não pode ser. A percepção dessas compatibilidades e incompatibilidades abre caminho para o estudo das paixões.

Chega-se, então, à quarta fase da Semiótica. A paixão é entendida, inicialmente, pela Semiótica como efeitos de sentido de qualificações modais que alteram o sujeito de estado, o que significa que é vista como um arranjo das modalidades do ser, sejam elas compatíveis ou incompatíveis. Por exemplo, a obstinação define-se como um querer ser aliado a um não poder ser, enquanto a docilidade reúne um querer ser a um poder ser. O obstinado é aquele que quer, apesar da impossibilidade evidente, enquanto o dócil limita-se a desejar o que é possível.

A história modal do sujeito de estado (transformações modais que vai sofrendo) permite estudar outros tipos de textos narrativos, aqueles fundados sobre um processo de construção ou de transformação do ser do sujeito e não apenas do seu fazer. Os efeitos de sentido passionais derivam de arranjos provisórios de modalidades, de intersecções e combinações entre modalidades diferentes. Por exemplo, a vergonha define-se pela combinação do querer ser, não poder não ser e saber não ser. Os arranjos modais que têm um efeito de sentido passional são determinados pela cultura.

A noção de paixão como arranjo de modalidades permite estabelecer uma diferença entre o atualizado (apreensão de um predicado do ponto de vista das condições de realização) e o realizado. A distinção entre *querer morrer* e *morrer* reside no fato de que, no primeiro, uma série de roteiros é possível, enquanto no segundo, não. A diferença entre o atualizado e o realizado permite, pois, estabelecer potencializações, o que possibilita analisar fatos que parecem contrariar a lógica narrativa (cf. Fontanille, 1995, p.175-90). São exemplos disso o apego que perdura após a morte do ser amado, objeto de fina análise em *Memorial de Aires*, de Machado de Assis; o ciúme, sentimento indiferente ao fato de o outro ser fiel ou não.

Retomada dos pontos principais da teoria semiótica das modalidades

A Linguística tem, hoje, uma abordagem enunciativa da modalização. Confere-lhe o papel de exprimir a posição do enunciador em relação àquilo que diz (Pottier, 1992, p.98). As modalidades são, então, definidas como predicados que sobredeterminam outros predicados. Como os tipos de predicados são dois, os de estado (*ser*) e os de transformação (*fazer*), há modalidades incidentes sobre os predicados de *ser* e de *fazer*. Dessa forma, os enunciados modais são hiperotáxicos em relação a enunciados descritivos.

Como o inventário das modalidades nas línguas naturais é bastante confuso, porque os sentidos se superpõem, é preciso utilizar um procedimento hipotético-dedutivo, para estabelecer as modalidades de base, ou seja, aquelas organizadas por procedimentos dedutivos independentemente dos lexemas modais das línguas naturais.

A definição das modalidades feita pela semiótica (Greimas, 1983; Greimas & Courtés, 1979; Fontanille & Zilberberg, 1998) é, ao mesmo tempo, paradigmática e sintagmática.

Paradigmaticamente, dois traços são levados em conta para a definição das modalidades de base: os modos de existência do sujeito e as relações entre o sujeito do predicado modal e o do predicado modalizado. A existência semiótica é dada pela relação do sujeito com um objeto. Em outras palavras, um sujeito só tem existência na medida em que está em relação com um objeto. Ora, um sujeito pode querer ou dever estar em relação com um objeto, poder ou saber estar em relação com um objeto ou estar em relação com um objeto. Ademais, deve ele preli-

minarmente crer na sua competência, ou seja, no seu desejo, nas suas obrigações, nas suas possibilidades etc. Assim, temos quatro modos de existência do sujeito: o potencial, o virtual, o atualizado e o realizado. Esses modos determinam a existência de quatro tipos de modalidades: as potencializantes (o crer), as virtualizantes (o querer e o dever), as atualizantes (o saber e o poder) e as realizantes (o ser e o fazer). O outro traço é a relação entre o sujeito do predicado modal e o do predicado modalizado. Temos aqui dois tipos de relações: transitiva, que liga enunciados que têm sujeitos distintos; reflexiva, que liga sujeitos idênticos. A partir desse critério, há modalidades endógenas (reflexivas) e exógenas (transitivas).

O quadro completo das modalidades de base seria (Fontanille & Zilberberg, 1998, p.190):

	Potencializantes	Virtualizantes	Atualizantes	Realizantes
Endógenas	Assumir	Querer	Saber	Ser
Exógenas	Aderir	Dever	Poder	Fazer
	Crenças	Motivações	Aptidões	Efetuações

É preciso entender bem o que está sendo considerado transitivo ou reflexivo. Nada tem a ver com os enunciados realizados nas línguas naturais, mas com o fato de que, do ponto de vista hipotético-dedutivo, assumir é um movimento de crença do interior; enquanto aderir é movimento para o exterior; querer é algo que diz respeito à autonomia do sujeito, enquanto o dever concerne à heteronomia, ou seja, a dois sujeitos distintos.

Sintagmaticamente, as modalidades podem incidir sobre os dois tipos de enunciado de base: o ser e o fazer. O predicado modal é definido por sua função tática, por sua visada transitiva, suscetível de atingir um outro enunciado como objeto. Os enunciados do ser e do fazer podem, assim, assumir a função de enunciados modais ou descritivos, o que significa que esses enunciados elementares podem modalizar os enunciados elementares. Temos, assim, as seguintes possibilidades modais: fazer ser é a transformação narrativa de um estado em outro; ser do fazer são as condições requeridas para realização da ação; fazer fazer é o conjunto de modalidades factitivas que levam à ação; ser ser são as modalidades veridictórias que determinam a verdade, mentira, falsidade ou segredo de um estado. Sobre essas modalizações de base atuam sobremodalizações, quando o crer, o querer, o dever, o saber e o poder modalizam os enunciados elementares.

Uma categoria modal qualquer, por exemplo o dever fazer, é suscetível de ser projetada no quadrado semiótico, o que estabelece a seguinte estrutura modal: dever fazer, dever não fazer, não dever fazer e não

dever não fazer. Essa estrutura modal torna-se um valor modal, quando recebe uma definição taxionômica. Tomemos, por exemplo, o dever ser: dever ser = necessidade; dever não ser = impossibilidade; não dever não ser = possibilidade; não dever ser = contingência. Esse procedimento de estruturação modal e de criação de valores modais pode ser aplicado a cada uma das categorias modais.

Temos, então, as seguintes modalidades simples: fazer fazer, modalidades factitivas; ser ser: modalidades veridictórias, que articulam o ser e o parecer, estabelecendo a seguinte estrutura modal: ser + parecer = verdade; não ser + não parecer = falsidade; não ser + parecer = mentira; não parecer + ser = segredo. As sobremodalizações são as que seguem: modalidades volitivas concernem seja ao querer fazer, seja ao querer ser; modalidades deônticas dizem respeito ao dever fazer e ao poder fazer; modalidades aléticas referem-se ao dever ser e ao poder ser; modalidades epistêmicas concernem ao saber fazer, ao crer fazer, ao saber ser, ao crer ser.

É preciso explicar por que dever fazer e poder ser constituem modalidades deônticas e dever ser e poder ser modalidades aléticas. Constituem necessidade tanto o dever ser quanto o não poder não ser; a possibilidade é indicada pelo poder ser e não dever não ser a impossibilidade, pelo dever não ser e o não poder ser; a contingência, pelo não dever ser e poder não ser. As mesmas homologações podem ser feitas em relação às modalidades deônticas. A prescrição é manifestada pelo dever fazer e não poder não fazer; a interdição, pelo dever não fazer e não poder fazer; a permissão, pelo não dever não fazer e poder fazer; a facultatividade, pelo não dever fazer e poder não fazer. Apesar dessas homologações, essas duas modalidades não expressam a mesma coisa. No que tange ao dever e ao poder ser, a diferença é que, no primeiro, temos como que um determinismo do espírito e, no segundo, um determinante do sujeito, enquanto a manifestada pelo poder é advinda do objeto (Greimas, 1983, p.85). Comparem-se, por exemplo: *Isso deve ser assim* e *Isso não pode não ser assim*. A mesma distinção poderia ser proposta para o dever e o poder fazer. *Você deve fazer isso* indica advinda do sujeito; enquanto *Você não pode não fazer isso* quer dizer que a prescrição deriva de uma resistência do mundo.

A manifestação lingüística das modalidades

As modalidades podem ser expressas por meios lexicais ou por meios gramaticais. Todas as palavras lexicais podem manifestar modalidades. Tomemos alguns exemplos:

a) substantivos:

crer ser: Tenho *certeza* de que ela não o teria deixado (AC);²

não crer ser: A *incerteza* pouco a pouco esmoreceu, convenci-me (MEC);

não dever fazer: A novidade está na *proibição* de exercer cargos públicos (CPO);

não dever não fazer: tinham *permissão* de transitar pela Avenida (ANA);

poder ser: nem sempre os hospitais têm *possibilidade* de realizar culturas e antibiogramas (ANT);

não poder ser: os industriais do açúcar alegaram a *impossibilidade* de conceder o aumento (AR-O);

dever ser: bastariam para evidenciar a *necessidade* de uma educação específica na adolescência (AE);

b) adjetivos, principalmente quando núcleos de uma oração principal de uma oração subordinada substantiva subjetiva:

dever ser: É *necessário* ser funcionário público para saber o quanto é difícil suportar tudo isso (AR-O);

não poder ser: os patrões dizem que é *impossível* pagar mais do que isso (AP);

poder ser: Esse tipo de regulação só é *possível* num sistema circulatório fechado (FIA);

poder não ser: O ponto crucial no modelo é que T3 é *contingente* e depende da condição posta em T2;

não poder fazer: Ao atleta *não é permitido* usar as mãos e os braços (BF);

não querer ser e dever ser: Essas medidas resultaram, inclusive, no aumento *indesejável*, mas *necessário*, das contribuições dos patrões (JK-O);

dever ser: É *indispensável* substituir um aminoglicosídeo (AM-O);

dever não ser: (Isso) é *irrealizável* (PRO);

não poder ser e não dever não ser: obrigando o presidente Figueiredo a entrar diretamente na disputa entre o *impossível* e o *realizável* (VEJ);

não dever ser: é *fortuito* o aparecimento de uma face especial;

não poder não ser: o resultado *inelutável* será a miséria;

saber não ser: É *ilusório* esperar uma ação convicta (JK-O);

2 Todos os exemplos desta parte foram tirados do *corpus* do projeto do *Dicionário de usos do português*, coordenado por Francisco da Silva Borba.

saber ser: Assim, é *verdadeiro* o juízo confirmado pela sensação (MA);

crer ser: É *evidente* que não tendes nenhuma pretensão à Santidade (AM-O);

c) verbos, principalmente aqueles que, tendo um complemento infinitivo ou oracional, não são aspectualizadores como *começar*, *acabar de* etc.:

não saber fazer: *não saber* dançar é uma merda (OE);

crer não ser: Machado de Assis *recusa* a hipótese de Teófilo Braga (ESS);

não crer não ser: *admite* que viu o casaco (BF);

não crer ser: *Duvida-se* que os Estados Unidos terão os dez projéteis (CRU);

querer ser: É certo que *gosto* de cobras e de mulheres (BU);

não querer ser: *não quero* ser grosseira (AQ);

dever fazer: (a mensagem) *determina* que ninguém vai ganhar menos que o salário mínimo regional (CB);

não dever fazer: Ontem mesmo você me *proibiu* de lhe dirigir a palavra;

poder fazer: o Governo *facultou* aos industriais que se submetessem a certas exigências de capitalização própria e de nacionalização gradativa dos veículos (JK-O);

dever ser: Você me *tem de* ser grato! (A);

Uma outra classe de palavras que pode manifestar modalidades é a dos advérbios.

dever ser: Na Europa, Portugal será *necessariamente* o interlocutor mais próximo do Brasil (COL);

poder ser: *possivelmente* já tomara o vapor em Fortaleza (BH);

dever fazer: farmácias que não estiverem de plantão, *obrigatoriamente*, fecharão suas portas às 20 horas (FSP);

crer ser: *Talvez* ele venha (FSP).

Certos autores dizem que a interrogação, a afirmação etc. são modalidades (Charaudeau, 1992, p.591). Na verdade, a organização das frases em declarativas, interrogativas, imperativas e optativas são manifestações das modalidades básicas.

saber ser: Ele veio;

saber não ser: Ele não veio;

dever fazer: Venha aqui!;

não saber ser: Ele veio?;

querer ser: Oxalá ele venha!.

Não procede a afirmação de muitos autores de que a diferença básica entre uma pergunta real e uma pergunta retórica está no fato de que a primeira indica um desejo verdadeiro de saber, enquanto, na segunda, temos um artifício, porque o falante que pergunta já conhece a resposta. Essa distinção só tem sentido numa concepção empirista da linguagem. Do ponto de vista dos efeitos de sentido, há sempre um não saber ser, seja em relação ao conteúdo, seja ao conhecimento do ouvinte.

Uma outra forma gramatical de expressar as modalidades do saber e do crer é a utilização do indicativo e do subjuntivo. O primeiro indica um saber ser ou um crer ser, enquanto o segundo expressa um não saber ser, um não crer ser, um saber não ser ou um crer não ser. Nossas gramáticas dizem que o subjuntivo deve ser utilizado, principalmente, (cf. Cunha, 1972, p.318-22; Bechara, 1999, p.280-83), nas orações substantivas, depois de expressões que indicam modalidade (ordem, vontade, consentimento, aprovação, proibição, desejo, probabilidade etc.); nas orações adjetivas, depois de um predicado negativo; nas adverbiais causais introduzidas por *não que* ou *não porque*, nas concessivas, nas finais. Não foram mencionados os casos em que as próprias gramáticas dizem que se exprime uma hipótese e não um fato real, porque essa é a distinção entre o subjuntivo e o indicativo. Na verdade, esses casos são tendências gerais, pois, sempre, no português brasileiro, pode-se usar tanto o subjuntivo quanto o indicativo, como manifestações da modalidade do saber ou do crer:

saber ser: Espero um carro que me *leva* para casa;

não saber ser: Espero um carro que me *leve* para casa;

saber ser: eles devem manter a liderança interzonal por muito tempo ainda, se bem que *se fala* com algum entusiasmo no futuro (ANB);

crer ser: Se *queremos* reconhecimento, temos que trabalhar;

não crer ser: Se os intelectuais *fossem* bons governantes, teríamos o melhor presidente do mundo.³

Alguns tempos verbais servem para expressar modalidades epistêmicas ou deonticas:

dever fazer: *Honrarás* pai e mãe;

não saber ser: *Moraria* ele em São Paulo há uns quatro anos.

³ Evidentemente, o uso do subjuntivo merece um estudo mais detalhado, que não pode ser feito nos limites deste trabalho. A afirmação de que o subjuntivo não é categórico, mas opcional, precisa ser comprovada com mais exemplos reais.

Em oposição às demais modalidades, que são categóricas, as modalidades epistêmicas são graduais. Assim, há uma gradação que vai do certo ao excluído, passando pelo provável, pelo possível, pelo plausível, pelo duvidoso, pelo contestável, pelo improvável. Poder-se-ia objetar mostrando que dizemos *isso é mais ou menos possível*, o que indicaria que a gradualidade atinge também outras modalidades. No entanto, se observarmos com mais atenção esse fato, veremos que o que é atingido pela gradualidade é a modalidade epistêmica: o enunciador não sabe se é possível (poder ser). A explicação da diferença entre subjuntivo e indicativo não deve, assim, ser buscada, como pode ter dado impressão no que acabou de ser referido, na categorialidade epistêmica, mas em sua gradualidade.

A modalização pode atingir a enunciação ou o enunciado. Por exemplo, quando se diz *Lamentavelmente, você é um mau aluno*, o que está sendo modalizado pelo não querer fazer e pelo dever fazer é o ato de enunciação. Quando se diz *É possível que ele venha*, é o ato de vir expresso no enunciado é que está sendo modalizado pelo poder ser.

Diversas modalidades podem aparecer na mesma frase e mesmo pode haver uma sobremodalização de uma por outra.

Contudo, nesse nível, é preciso que se reconheça que ainda estamos no domínio do projeto, de um projeto certamente desejável e viável (IP).

Ser preciso modaliza pelo dever ser a oração subordinada substantiva subjetiva; o verbo *reconhecer* dá um estatuto epistêmico de não crer não ser à oração subordinada substantiva objetiva direta; *desejável* e *viável* modalizam projeto, respectivamente, pelo querer ser e pelo saber ser e a eles o advérbio *certamente* confere o estatuto epistêmico crer ser. A oração declarativa modaliza a totalidade do dizer pelo saber ser.

A modalidade como processo discursivo

As modalidades, quaisquer que elas sejam, podem apresentar compatibilidades e incompatibilidades combinatórias. Quando tomamos, por exemplo, o dever ser, veremos que corresponde ele ao não poder não ser; o dever não ser, ao não poder ser; o não dever não ser, ao poder ser; o não dever ser, ao poder não ser. A mesma correspondência pode ser estabelecida entre o dever fazer e o poder fazer. Temos outras compatibilidades: assim, se um dever fazer corresponde a um querer fazer, não há nenhum conflito. No entanto, os textos podem apresentar também incompatibilidades modais: por exemplo, combinar um querer fazer a um

não poder fazer. A modalização como procedimento discursivo é o estabelecimento de percursos modais no texto, estabelecidos a partir dessas compatibilidades e de incompatibilidades.

As manifestações lingüísticas das modalidades servem de pistas para a compreensão da discursivização das modalidades. Tome-se, por exemplo, o poema *Belo Belo*, de Manuel Bandeira (1983, p.281):

Belo Belo minha bela
Tenho tudo que não quero
Não tenho nada que quero
Não quero óculos nem tosse
Nem obrigação de voto
Quero quero
Quero a solidão dos píncaros
A água da fonte escondida
A rosa que floresceu
Sobre a escarpa inacessível
A luz da primeira estrela
Piscando no lusco-fusco
Quero quero
Quero dar a volta ao mundo
Só num navio de vela
Quero ver Bagdá e Cusco
Quero quero
Quero o moreno de Estela
Quero a brancura de Elisa
Quero a saliva de Bela
Quero as sardas de Adalgisa
Quero quero tantas coisas
Belo belo
Mas basta de lero-lero
Vida nove fora zero⁴

O poeta começa por declarar que tem o que não quer e não tem o que quer. É um sujeito modalizado, portanto, pelo não querer ser e não pelo querer ser. Mais ainda está – modalizado não pelo querer ser, mas pelo dever ser, pela necessidade, e não deseja essa modalização (Não quero óculos nem tosse/Nem obrigação de voto). O que deseja é o impossível, o que não pode ser: a solidão dos píncaros, a água da fonte escondida, a rosa que floresceu sobre a escarpa inacessível, a luz da primeira estrela, piscando no lusco-fusco, dar a volta ao mundo só num

4 Agradeço a Diana Luz Pessoa de Barros a sugestão do texto.

navio de vela, ver Bagdá e Cusco. Poder-se-ia dizer que não se pode pôr *rever Pernambuco* no paradigma das impossibilidades. No entanto, no espírito do querer ser o que não pode ser, deve-se entender *rever Pernambuco*, como *rever* o Pernambuco da infância. Continua o rol dos desejos impossíveis, quando deseja uma característica de cada uma das mulheres que teve. Mas o poema mostra que desejar o impossível não permite que se passe da virtualidade à realidade, é uma fixação na virtualidade (Mas basta de lero-lero/Vida noves fora zero). A discursivização das modalidades permite o aparecimento e a análise das paixões de papel. A título de exemplo das possibilidades a que chegou a Semiótica com o estudo das paixões, vamos analisar, de maneira ainda pouco formalizada, para que o entendimento seja maior, alguns percursos patêmicos do conto "Noite de almirante", de Machado de Assis (1979, p.446-51). O conto é bastante complexo do ponto de vista dos estados de alma nele desenvolvidos, porque entrelaça modalidades que incidem sobre o objeto com modalidades veridictórias e mostra que os sujeitos têm existência modal diferente.

O marinheiro Deolindo, ao voltar de uma longa viagem de instrução, "levava um grande ar de felicidade aos olhos", porque uma grande "noite de almirante" o esperava em terra. Três meses antes de começar a viagem, conhecera Genoveva, ambos apaixonaram-se perdidamente e ele partira em viagem, depois de um "juramento de fidelidade" recíproca. Há aqui uma situação de espera fiduciária. Deolindo quer estar em conjunção com a fidelidade e crê que Genoveva deve, por força do contrato, realizar a conjunção desejada. A espera não é tensa, pois o sujeito não apresenta o efeito patêmico da aflição. Ao contrário, é relaxada, pois Deolindo está feliz. A felicidade é um efeito de satisfação produzido pelo saber poder ser (possível) a conjunção desejada. Ao mesmo tempo, essa paixão indica que Deolindo tinha confiança (crer ser) em que Genoveva cumpriria o contrato.

O narrador modaliza o ato de celebração do contrato como verdadeiro. "Não havia descreer da sinceridade de ambos: ela chorava doidamente, ele mordida o beijo para dissimular."

Quando Deolindo, depois de descer a terra, chega à casa em que morava Genoveva, "a velha Inácia" diz-lhe que ela estava com outro, residindo na Praia Formosa. Altera-se, então, a existência modal de Deolindo. Agora, sabe que Genoveva não cumpriu o contrato de manter a fidelidade. O sujeito crédulo e confiante passa a ser um sujeito insatisfeito e decepcionado. Aparece o sentimento de falta. Adquire, então, uma outra competência modal: querer fazer o mal. Assim, começa o per-

curso da reparação da falta: o da vingança. "As idéias marinham-lhe no cérebro, como em hora de temporal, no meio da confusão de ventos e apitos. Entre elas, rutilou a faca de bordo, ensanguentada e vingadora."

Quando Deolindo chega à Praia Formosa, Genoveva recebe-o com maneiras francas. Novamente, entram em cena as modalidades veridictórias. Genoveva não tem o que esconder, está no domínio da verdade (ser + parecer). Deolindo volta a ter esperança, reassume a confiança. A velha poderia ter mentido ou ter-se enganado, relatando um parecer que não corresponde a um ser, fazendo uma interpretação não verdadeira dos fatos. Altera-se sua existência modal. Crê poder realizar a conjunção desejável. Mas Genoveva não manifesta "nenhuma comoção nem intimidade", ou seja, mantém-se indiferente e distante.

Diante desse estado passional, altera-se novamente a existência modal de Deolindo. Passa do crer ao não crer poder realizar a conjunção desejada. Com isso, ressurgem o querer vingar-se. "Em falta de faca, bastavam-lhe as mãos para estrangular Genoveva, que era um pedacinho de gente, e durante os primeiros minutos não pensou em outra coisa." Contém seu desejo e diz-lhe que sabia tudo. Ela não mente. Deolindo tem um ímpeto, o querer vingar-se retorna novamente; ela fá-lo parar com a ação dos olhos; diz-lhe que, "se lhe abrisse a porta, é porque contava que era homem de juízo", isto é, que não se deixava levar por estados patêmicos intensos. Em seguida, conta-lhe o amor que sentira por ele, mas diz que seu coração mudara. Mudara o objeto de seu querer. O narrador modaliza veridictoriamente suas palavras dizendo: "Não sorria de escárnio. A expressão das palavras é que era uma mescla de candura e cinismo, de insolência e simplicidade, que desisto de definir melhor. Creio até que insolência e cinismo são mal aplicados. Genoveva não se defendia de um erro ou de um perjúrio; não se defendia de nada; faltava-lhe o padrão moral das ações". O que ela diz é verdadeiro, pois ela crê não ser culpada de nada. Por isso, não quer criar um parecer que oculte o ser.

A questão da culpa distingue as duas personagens. Ambas vêm o contrato firmado entre elas de maneira diferente. Para Deolindo, o juramento é aspectualizado durativamente ("O pobre marujo citava o juramento de despedida, como uma obrigação eterna"). Ao rompê-lo, Genoveva fora perjura e ingrata, pois passara a querer não fazer o bem a quem devia obrigação. A gratidão é uma paixão de benevolência que se articula numa reciprocidade. Para Genoveva, o juramento é aspectualizado com a pontualidade. Não poderia ser perjura, porque "quando jurou era verdade". Não era ingrata, pois a gratidão implica que se esteja obrigado a alguém e ele, durante a viagem, não devia ter-se lembrado

dela ("E ele que tanto enchia a boca de fidelidade, tinha-se lembrado dela por onde andou?"). Ela crê que ele pode não ter mantido o contrato, o que também a desobrigaria de cumpri-lo. A resposta dele foi dar-lhe um pacote de presentes onde estavam uns brincos. Ela ficou confusa por "receber um mimo a troco de um esquecimento". Está, então, modalizada por um saber que Deolindo não pode não ter mantido o juramento e por saber que ela não o manteve. Ao mesmo tempo, tem as paixões da satisfação (contentamento e deslumbramento) por saber que está em conjunção com a fidelidade de Deolindo, figurativizada pelos brincos.

Renasce a esperança em Deolindo. De novo, transforma-se sua existência modal. Passa do não crer ao crer poder realizar a conjunção desejada. As razões para esse ressurgir da esperança estão no fato de pensar que o juramento pode ser aspectualizado com a pontualidade e, nesse caso, se ele fora violado quando estava ausente, pode ser rompido, estando o outro ausente, ou com a duratividade e, então, não seria negado, dado que talvez ela não tivesse jurado nada ao outro.

Ela pede que Deolindo lhe conte as aventuras que vivera em terras longínquas. Demonstra um enorme interesse por elas. Está modalizada por um querer saber. Quando Deolindo percebe que o objeto de sua solicitude eram seus relatos e não ele, passa novamente a um estado de crer não poder ser ("A esperança ... começava a desampará-lo").

Ela mostra a uma amiga os brincos que ele lhe dera. Esta elogia muito o presente. Deolindo tem um momento de satisfação, sabe ter podido realizar uma conjunção desejada ("durante alguns segundos, saboreou o prazer exclusivo e superfino de haver dado um bom presente; mas foram só alguns segundos").

Sai cabisbaixo e lento, sem o ímpeto com que chegara. Estava tomado pelo estado patêmico da infelicidade, por um saber não poder ser. Mas que é que ele não podia ser? A resposta virá em seguida. Genoveva entrou em casa alegre e barulhenta, estava modalizada por um saber poder ser. Conta à amiga que ele dissera que iria suicidar-se. De certa forma, suicidar-se era realizar a vingança desejada, pois infligiria a Genoveva a dor do remorso, reequilibrando, assim, a situação patêmica. Diante do espanto da amiga, Genoveva mostra que sabe que ele não pode fazer o que prometera, pois não é dotado das paixões fortes e durativas que levam o sujeito a tornar-se competente para a vingança, aquelas que o modalizam com o poder fazer. Ao contrário, é apenas dotado das paixões fracas da malevolência, que instauram um sujeito operador com a modalidade do querer vingar-se, mas não o atualizam com o poder vingar-se ("Qual o quê! Não se mata, não. Deolindo é assim

mesmo, diz as cousas, mas não faz. Você verá que não se mata. Coitado, são ciúmes”). No ciúme, há um não querer não ser, isto é, não querer não estar em conjunção com um objeto amado. Deolindo é modalizado pelo querer, mas não pelo poder, é aspectualizado pela pontualidade (impeto), mas não pela duratividade (persistência), é modulado pela baixa intensidade.

No dia seguinte, diante de seus colegas, Deolindo manifesta o estado patêmico da satisfação, derivado do saber estar em conjunção com o objeto desejado. Nota, no entanto, o narrador que se trata de uma mentira. Deolindo parece satisfeito, mas não está. Por que mentiu? Porque parece que tivera vergonha da realidade. Vergonha é “um sentimento penoso de sua inferioridade, de sua indignidade ou de sua humilhação diante de outrem, de seu rebaixamento na opinião dos outros”. Deriva de uma sanção cognitiva negativa, a reprovação própria ou alheia. Essa reprovação gera a vergonha. A vergonha é, assim, um estado de alma da ordem do saber: o sujeito sabe que não possui a competência para um fazer exigido pelo simulacro de membro de um determinado grupo social ou que fez algo em desacordo com a deontologia grupal. Por outro lado, é preciso também que esse sujeito aceite esse simulacro ou essa deontologia como um ideal a ser seguido, pois, se não dá nenhuma importância a eles, não será atingido pelo sentimento de vergonha. Assim, é necessário, para que esse estado de alma ocorra, que o dever fazer e o dever ser se tornem também um querer fazer e um querer ser. Se o sujeito é modalizado por um não querer, age diferentemente do simulacro sem ser atingido pela vergonha. Aparecem, então, os comportamentos atrevidos e insolentes. O sintagma modal do efeito patêmico da vergonha é dever ser/fazer; querer ser/fazer; saber não poder ser/fazer ou saber (outro) saber que a competência requerida pelo simulacro não existe ou que a *performance* não corresponde ao dever.

Voltemos a Deolindo. Diz o narrador: “A verdade é que o marinheiro não se matou. No dia seguinte, alguns dos companheiros bateram-lhe no ombro, cumprimentando-o pela noite de almirante, e pediram-lhe notícias de Genoveva, se estava mais bonita, se chorara muito na ausência, etc. Ele respondia a tudo com um sorriso satisfeito e discreto, um sorriso de pessoa que viveu uma grande noite. Parece que teve vergonha da realidade e preferiu mentir”. A vergonha de Deolindo opera sob o signo do segredo. Ele faz uma sanção negativa de sua *performance* de não se vangloriar. Não realiza a vingança, porque não possui a modalidade atualizante do poder fazer, que seu grupo social atribui ao homem. A traição da mulher deve implicar necessariamente a vingança realizada pelo homem.

Deolindo, porém, é dotado apenas das paixões fracas do querer. Para não permitir que sua vergonha seja exposta, opta pela mentira. No nível do parecer, mostra satisfação; no do ser, insatisfação e decepção. A decepção, entretanto, não é com Genoveva, mas consigo mesmo.

A análise de textos de diferentes épocas e culturas que pintam paixões de papel (o ciúme, a avareza, a cólera, a indiferença etc.) mostrou que as paixões variam de uma cultura para outra, de uma época para outra. Por exemplo, a configuração da avareza é distinta em Molière e Balzac. Enquanto, no primeiro, o avaro caracteriza-se pelo entesouramento, no segundo aparece algo que é próprio da formação social capitalista, a idéia de que o dinheiro produz dinheiro. Isso significa que, embora as paixões se caracterizem fundamentalmente pelo arranjo das modalidades, a modalização não é suficiente para produzir efeitos passionais, pois as mesmas organizações modais podem gerar ou não sentidos patêmicos. Ora, isso obriga a introduzir novos elementos teóricos. A dimensão passional permite analisar, por meio dos procedimentos da convocação enunciativa, a retomada do contínuo no discurso. As configurações modais estão sobredeterminadas por uma modulação, que gera efeitos de sentido patêmicos. Passa-se, no estudo do componente patêmico, da modalização à aspectualização e à intensidade. O conceito de aspectualização, entendida não apenas como processo lingüístico, mas como processo discursivo, não é somente uma sobredeterminação do tempo, mas uma sobredeterminação de todas as categorias de enunciação, o tempo, o espaço e a pessoa. Aparece também o conceito de foria, que, conjugando a intensidade e a extensão, produz, ao projetar-se no espaço e no tempo, efeitos de andamento e de ritmo discursivos. O estudo das paixões passa a convocar, simultaneamente, grandezas, em geral, discretas e categoriais (modalizações) e grandezas contínuas e articuladas (aspectualização e intensidade).

A aspectualização caracteriza tipos passionais: por exemplo, temos as paixões da duratividade, como o ressentimento; paixões da pontualidade, como a ira; paixões da perfectividade, como o remorso. Ao mesmo tempo, as paixões apresentam uma intensidade. A depressão exibe um andamento lento, enquanto a agitação tem um andamento acelerado. O avaro é modalizado por um querer ser, mas um querer ser que ultrapassa o simples querer não gastar. Distingue-se do econômico, porque a economia do avaro vai além do necessário. É uma economia excessiva, desnecessária, incoerente. A impulsividade define-se por um querer fazer, ao mesmo tempo que pela incoatividade e pela intensidade.

Estudada dessa maneira, a paixão não se opõe à razão, mas constitui uma forma de racionalidade discursiva, permitindo analisar, de maneira bastante fina, a aspectualização, a intensificação e a quantificação, consideradas não como categorias da língua, mas como procedimentos de discursivização. Na medida em que o contínuo e suas modulações passam a fazer parte da teoria, ultrapassa-se o estruturalismo, fundado no discreto e no categorial.

Finalmente, é preciso dizer que, no discurso, grandes blocos narrativos podem ser a manifestação das modalidades. Histórias de detetives, por exemplo, constituem basicamente uma narrativa do estabelecimento da modalidade veridictória da verdade. Temos um criminoso, que está modalizado veridictoriamente como secreto, e o detetive vai desvelar o segredo, transformando-o em verdade. Textos publicitários apresentam-se explicitamente como regidos pela modalidade factitiva. As narrativas de aprendizagem são manifestações da aquisição da modalidade do saber fazer e do saber ser. Toda a narrativa do filme *Os caçadores da arca perdida* constitui a busca de um poder fazer, dado que a posse da arca da aliança daria o poder vencer os inimigos.

Uma teoria do discurso precisa de uma teoria forte das modalidades, pois a modalidade é inerente ao ato de dizer e, portanto, um elemento indispensável para a compreensão da discursivização.

FIORIN, J. L. Modalization: from language to discourse. *Alfa* (São Paulo), v.44, p.171-192, 2000.

■ **ABSTRACT:** *The role of modalization is to express the enunciator's attitude towards what he says. Modalities are, then, defined as predicates that overdetermine other predicates. The inventory of the modalities in natural languages is quite puzzling, for the meanings overlap; therefore, it is necessary to use a hypothetical-deductive procedure, in order to establish the base modalities – those organized by deductive procedures independent of the modal lexemes of the natural languages. This paper, based on French Semiotics, shows the criteria used to establish the base modalities, observes their manifestation in Portuguese, and analyses modalization as a discourse procedure, i.e., as a way of establishing, inside the text, modal paths, from compatibilities and incompatibilities of the modalities.*

■ **KEYWORDS:** *Modalization; modality; passions.*

Referências bibliográficas

- BANDEIRA, M. *Poesia completa e prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1983.
- BARROS, D. L. P. de. Sintaxe narrativa. In: OLIVEIRA, A. C., LANDOWSKI, E. *Do inteligível ao sensível*. Em torno da obra de Algirdas Julien Greimas. São Paulo: Educ, 1995. p.81-97.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- CHARAUDEAU, P. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.
- CUNHA, C. *Gramática do português contemporâneo*. Belo Horizonte: Bernardo Álvares, 1972.
- FONTANILLE, J. Le tournant modal en sémiotique: Organon. *Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, v.23, p.175-90, 1995.
- FONTANILLE, J., ZILBERBERG, C. *Tension et signification*. Bruxelas: Mardaga, 1998.
- GREIMAS, A. J. *Du Sens II*. Paris: Seuil, 1983.
- _____. *Sémiotique: dictionnaire raisonné de la théorie du langage*. Paris: Hachette, 1986. v.II.
- GREIMAS, A. J., COURTÉS, J. *Sémiotique: dictionnaire raisonné de la théorie du langage*. Paris: Hachette, 1979. v.I.
- GREIMAS A. J., FONTANILLE, J. *Semiótica das paixões*. Dos estados de coisas aos estados de alma. São Paulo: Ática, 1993.
- MACHADO DE ASSIS, J. M. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1979. v.II.
- POTTIER, B. *Théorie et analyse en linguistique*. Paris: Hachette, 1992.

UMA LEITURA HALLIDAYIANA DAS SENTENÇAS CLIVADAS DO PORTUGUÊS

Sanderléia Roberta LONGHIN¹
Rodolfo ILARI²

- RESUMO: Neste trabalho, discutimos os critérios que, segundo Halliday (1966-1967), explicam as estruturas “identificadoras” e “predicativas” que, juntas, dão conta do universo das *cleft sentences* do inglês. Mostramos que esses critérios parecem válidos para as cinco formas de sentenças clivadas do português e, além disso, permitem levantar hipóteses para a compreensão dos processos que as originaram.
- PALAVRAS-CHAVE: Teoria lingüística; funcionalismo; focalização; clivagem.

Introdução

O texto que segue procura uma definição de clivagem e pseudoclivagem num artigo clássico de M. A. K. Halliday, o longo e minucioso “Notes on Transitivity and Theme”, publicado em 1966-1967 em três partes, em edições sucessivas do *Journal of Linguistics*. Passados mais de trinta anos desde sua publicação, acreditamos que a abordagem das estruturas gramaticais que Halliday chama “identificação” e “predicação” ainda levanta hipóteses pertinentes para a compreensão das sentenças clivadas. Aplicadas ao português, e consideradas à luz das concepções

1 Doutoranda em Lingüística – Instituto de Estudos da Linguagem – UNICAMP – Campinas – SP – Brasil.

2 Professor do Departamento de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem – Unicamp – Campinas – SP – Brasil.

mais recentes sobre gramaticalização, essas hipóteses traduzem-se naturalmente em hipóteses históricas sobre os processos de reinterpretação e recategorização que originaram essas construções, como procuraremos mostrar. Acreditamos também que o artigo em questão pode ser lido mais facilmente hoje, pelos estudiosos brasileiros, do que ele o foi na década de 1960, graças à progressiva assimilação das concepções funcionalistas. Para quem procura exemplos significativos de análise funcionalista, aquele artigo constitui, com efeito, uma referência obrigatória. Começemos por explicar por quê.

Contrariando as orientações dominantes na época (em particular as do estruturalismo europeu), Halliday (1966-1967) concebe as funções da língua como a satisfação de necessidades ligadas à práxis dos falantes, e afirma existir uma relação fundamental entre as estruturas e as funções da linguagem, no sentido de que as diferentes partes da estrutura (disponíveis aos falantes como um *sistema*, isto é, como um conjunto articulado de opções) correspondem de maneira regulada (embora não necessariamente biunívoca) às múltiplas funções em que a língua natural é instrumento. Segundo o autor, as várias funções da linguagem podem ser reunidas em três “macrofunções” que a gramática articula com três sistemas. Dessa maneira, à macrofunção *ideacional*, que diz respeito à formulação lingüística da experiência extralingüística, Halliday associa o subsistema da *transitividade*, no qual são especificados os papéis dos constituintes sentenciais como *agente*, *alvo*, *beneficiário*; à macrofunção *interpessoal* Halliday associa o subsistema do *modo*, que diz respeito à representação lingüística da maneira como os falantes participam das situações de fala; e, por fim, à função *textual*, que trata do *status* das informações veiculadas pela fala como componentes de uma mensagem, Halliday associa o que ele denomina *tema* – o conjunto de opções que dizem respeito à estrutura informativa da sentença. Um ponto notável do artigo de 1966-1967 é o grau de detalhe alcançado pela descrição do componente textual. Nessa descrição, Halliday distingue nada menos que seis conjuntos de opções, denominadas informação, tematização, identificação, predicação, substituição e referência.

Nossa discussão neste artigo limita-se às construções que Halliday denomina “identificação” e “predicação”. Tentaremos, num primeiro momento, isolar e expor os critérios que permitem reconhecer essas duas construções que, juntas, dão conta do universo das *cleft sentences* do inglês. A seguir, discutiremos a possível aplicação ao português desses mesmos critérios. Numa terceira parte, serão expostas algumas considerações a respeito da correlação forma-função em sentenças clivadas do

português. Para terminar, formularemos sucintamente algumas questões que a concepção de clivagem exposta por Halliday levanta para a investigação histórica do português, na perspectiva da gramaticalização.

As orações clivadas na descrição de Halliday

Esporadicamente usados em Halliday (1966-1967), os termos *cleft sentences* e *pseudo-cleft sentences* são até certo ponto estranhos ao espírito do próprio texto. Halliday fala, como já se disse, em “identificação” e “predicação”, como duas opções disponíveis para o falante, e que permitem converter sentenças como (1), respectivamente, em (2) ou (3):

- (1) John broke the window
- (2) The one who broke the window was John
- (3) It was John who broke the window.

Essas opções são assunto de duas seções sucessivas do artigo de Halliday, o que parece indicar que ele quis tratá-los como tópicos diferentes. Na realidade, no texto de Halliday, a discussão mais longa é a da identificação, e a predicação é apresentada por comparação a esse procedimento. Adotaremos aqui a mesma estratégia, que terá a vantagem de simplificar e encurtar nossa exposição.

A opção temática da identificação

a) A identificação cria construções equacionais

O primeiro passo para caracterizar a opção gramatical da identificação consiste em lembrar que ela constrói sentenças *equacionais*. Para entender o que isso significa, é preciso ter presente a primeira parte do artigo (sobre a função ideacional e o sistema gramatical da transitividade), recuperando uma classificação das orações a qual se fundamenta em dois critérios: o tipo de processo expresso e os tipos de papéis desempenhados pelos participantes. Essa classificação separa, antes de mais nada, as orações de *ação* das orações de *atribuição*. As primeiras, chamadas de “extensivas”, selecionam verbos da classe-1 ou da classe-2 (um ou dois participantes), enquanto as últimas, chamadas de “intensivas”, selecionam verbos da classe-zero (complemento intensivo). As extensivas, por sua vez, são classificadas em “efetivas” e “descritivas”,

conforme o verbo seja, respectivamente, da classe 2 ou 1. As efetivas se subcategorizam em “operativas” e “receptivas”, ou seja, ativas e passivas. O esquema abaixo resume essa classificação:

<i>Extensivo</i>	(oração de ação, verbo da classe não-zero)
<i>Efetivo</i>	(seleciona verbo da classe-2)
<i>Operativo</i>	(= ativo)
<i>Receptivo</i>	(= passivo)
<i>Descritivo</i>	(seleciona verbo da classe-1)
<i>Intensivo</i>	(oração de atribuição, verbo da classe-zero, pede complemento intensivo)

Para Halliday, todas as sentenças equacionais (e, portanto, todas as identificadoras) são orações extensivas, em que o verbo *to be* tem que ser atribuído à classe-2. Essa observação é essencial para a definição das orações equacionais, porque o verbo *be* do inglês ocorre também nas classes 0 e 1. Na prática, trata-se de não confundir as orações equacionais com orações atributivas, como, *John is very rich* e *John is a teacher*. As sentenças atributivas respondem a perguntas sobre as qualidades de um indivíduo; o atributo é um complemento obrigatório e só pode ser realizado por meio de adjetivos, nunca por pronomes ou nomes próprios. Nas atributivas, os dois papéis participantes, o de atributo e o de receptor da atribuição, não são passíveis de reversão. Ao verbo *be*, que se enquadra então na classe-zero, convém as paráfrases *pode ser caracterizado como*, *tem o atributo de ser*. Distintas das orações atributivas, as equacionais, bem exemplificadas por *John is the tall one* ou *The tall one is John*, em resposta a *Which is John?*, verbalizam uma identificação; constroem-se com o verbo *be* da classe-2, para o qual valem as paráfrases *identifica* ou *é identificado como*, *pode ser igualado com*. Seu segundo termo pode ser um pronome ou nome próprio, mas nunca um adjetivo. Ao enquadrar as orações equacionais entre as extensivas efetivas, Halliday as equipara às orações que se constroem com verbo transitivo: uma propriedade comum a ambos os tipos é a reversibilidade, que acaba sendo representada como uma espécie de quarta proporcional (*John saw the boat + the boat was seen by John = John is the tall one + The tall one is John*).

b) A identificação cria uma nominalização

Ao enquadrar as sentenças construídas por identificação na classe maior das equacionais, Halliday delimita para essas sentenças aquilo que, em termos de categorização clássica, seria o “gênero próximo”: as-

sim como todos os pardais são pássaros, mas nem todos os pássaros são pardais, todas as sentenças construídas por identificação são equacionais, mas a recíproca não é verdadeira. Se quisermos encontrar a “diferença específica” desse tipo de sentenças (o que faz de um pardal um pardal, dentre os demais passarinhos), teremos que considerar um conjunto de condições discutidas a seguir, que se relacionam de um modo ou de outro ao fato de que toda oração identificadora tem como contraparte uma oração “mais simples”, que não precisa ser equacional, e geralmente não o é.

A primeira dessas condições, segundo Halliday, é que toda sentença identificadora contém obrigatoriamente uma nominalização; por exemplo, em *What John saw was the play*, *What John saw* é a nominalização.³ Procurando no texto por critérios gramaticais estritos, é difícil estabelecer o que Halliday entende por “nominalização”: num primeiro momento, ele sugere que a nominalização tem necessariamente por núcleo um elemento-*wh*; em outro, ele afirma que a nominalização é uma construção cujo núcleo é um substantivo de significação genérica.

Fica mais fácil compreender por que Halliday recorreu à noção de nominalização quando se raciocina em termos funcionais, e se lembra de que a opção temática da identificação reparte o material sintático das orações a que se aplica em duas expressões nominais que funcionam como termos integrantes do verbo *be*; a nominalização se reconhece então como o segmento em que ficou incluído o verbo da oração original. Assim, a sentença que acaba de ser citada tem por contraparte não identificadora *John saw the play*, e sua nominalização *What John saw* se reconhece por conter o verbo *saw* (essa maneira de entender a nominalização acomoda naturalmente os sintagmas nominais que têm por núcleo um substantivo de sentido pleno, por exemplo, *o guarda* em *O guarda que me interpelou foi o tenente*, conforme Ilari [1975]).

c) Exclusividade e identificação

As razões para Halliday utilizar o termo “identificadoras” em lugar do aparentemente menos problemático “clivadas” ficam evidentes quan-

3 As sentenças identificadoras contêm somente uma nominalização. Se houver mais de uma, a sentença apresentará problemas de interpretação, como é o caso de *What I want is what John wants*, que é ambígua e pode resultar por dois processos distintos de identificação: *I want what John wants* e *John wants what I want*.

do se pensa no que se ganha ao reformular *John saw the play* ou *John painted the shed*, transformando-as em *What John saw was the play* ou *The one who painted the shed was John*. Esse ganho consiste, essencialmente, em explicitar que a estrutura equacional inerente ao verbo *be* da classe-2, que coloca corriqueiramente em correspondência um identificando e um identificador, foi utilizada para identificar um determinado participante por sua participação no processo.

Isso equivale a dizer que a oração identificadora acrescenta às informações prestadas por sua contraparte um elemento de *exclusividade*: em *What John saw was the play, the play* (e nada mais) é a opção selecionada por *John saw*. O fato de selecionar um elemento em detrimento de outros potencialmente admissíveis dispara uma leitura de contraste (*the play and nothing else*), típica das identificadoras.

d) A nominalização como identificando

Toda oração identificadora pode, pois, ser segmentada em duas porções, que desempenham funções bem definidas: a de *identificando* (ou coisa a ser identificada) e a de *identificador* (ou aquilo com o qual o primeiro é identificado). O teste a que Halliday naturalmente recorre para distinguir as duas funções é o das perguntas que lançam mão de um constituinte interrogativo: o elemento-*wh* é, por sua própria natureza, o identificador. Na resposta, o identificador é sempre o elemento que preenche o elemento-*wh*, não importando a ordem. Eis o exemplo de Halliday:

(4) Who is the leader? / The leader is John ou John is the leader.

Nas orações equacionais comuns, qualquer um dos dois termos que acompanham o verbo *be* desempenha indiferentemente os papéis de identificando e identificador. Assim, em *John is the leader*, tanto *John* como *the leader* podem ser o identificando (ou o identificador) conforme a pergunta seja *Which is John?* ou *Which is the leader?*. No entanto, Halliday estabelece que a opção temática da identificação só cria orações em que o identificando coincide com a nominalização – o que resulta em marcar uma distinção entre as sentenças de (5) e a de (6), negando o *status* de identificadora a esta última. A razão por que Halliday não reconhece (6) como identificadora é que sua contraparte *John painted the shed* não serve como resposta para *Which is John?*.

- (5) The one who painted the shed last week was John.
What John painted last week was the shed.
When John painted the shed was last week.
What John did to the shed last week was (to) paint it.
- (6) Which is John? / John is the one who painted the shed.

e) Valor/Variável

O último critério da definição hallidayiana de oração identificadora lança mão de mais uma bipartição da sentença, diferente das que foram expostas até aqui, que se exprime em termos de *variável* e *valor*, e que ficaria justificada pela possibilidade de aplicar às orações equacionais uma opção (que Halliday chama de *coding* com as alternativas *encoding* e *decoding*), que seria paralela à opção operativo/receptivo, das orações de ação, esta última, baseada na ordem em que são realizados os papéis de agente e alvo.⁴

Ao falar da opção *coding*, Halliday quis, provavelmente, mostrar que, embora seja sempre possível reverter a ordem dos dois termos que acompanham o verbo, o papel desses termos no componente de transitividade não é necessariamente o mesmo. Não é difícil endossar essa tese se pensarmos que há ocorrências do verbo *ser* cuja melhor paráfrase lança mão de sinônimos como “consistir”, e outras cuja melhor paráfrase lança mão de verbos como “constituir”, e que a essas duas paráfrases se relacionam formas de concordância verbal bastante sutis. Como Ilari (1975) mostrou, o verbo *ser* é mais bem substituído por “constituir” em (7), enquanto em (8), é mais bem substituído por “consistir em”.

(7) O sindicalismo e a permanência do peronismo são as diretrizes básicas desse governo.

(8) As diretrizes básicas desse governo são o sindicalismo e a permanência do peronismo.

Seja como for, Halliday visualiza uma correspondência do seguinte tipo:

⁴ Uma descrição detalhada da opção *coding*, aplicada a sentenças equacionais (não-clivadas) do português, pode ser encontrada em Ilari (1975, 1983).

		Opção não-marcada	Opção marcada
Tipo de sentença	Ação	"operativo" [Ordem agente / alvo]	"receptivo" [Ordem alvo / agente]
	Igualdade	"encoding" [Ordem valor / variável]	"decoding" [Ordem variável / valor]

e estabelece que a sentença *John is the leader* como equacional *decoding* é interpretada como "John realiza / tem a função de chefe", ao passo que como equacional *encoding*, ela é interpretada como "John é realizado por, tem a forma de". Na opção *encoding*, o identificando coincide com o valor, e o identificador, com a variável. Na opção *decoding*, acontece o inverso. Halliday mostra que no *decoding*, que tem a seqüência identificador/identificando, o receptivo é problemático, enquanto no tipo *encoding*, em que a seqüência é identificando/identificador, tanto o operativo como o receptivo são regulares. Assim, ele sugere que a forma *decoding* não deve ser reconhecida como um caso de identificação, com base no critério já antes utilizado de que todas as identificadoras devem ter uma contraparte não-identificadora. Portanto, a identificação é uma maneira de representar qualquer oração como uma equacional *encoding*, com a nominalização desempenhando simultaneamente as funções de valor e identificando.

A descrição hallidayana da opção temática da identificação não se esgota nos pontos que levantamos até aqui, pois Halliday analisa em profundidade a maneira como os segmentos criados pela opção temática da identificação se relacionam com outras segmentações que o falante aplica obrigatoriamente à mesma sentença, a começar pelas que pertencem ao próprio componente textual – a divisão da oração em tema e rema, e a segmentação das falas em unidades informativas organizadas em torno de um foco, e caracterizadas pela presença de contornos entoacionais determinados.

Quanto a tema e rema, Halliday observa que nas identificadoras comuns a seqüência é livre, e o primeiro constituinte da sentença, seu tema,⁵ coincide ora com o identificando, ora com o identificador. Nas identificadoras clivadas, a opção não-marcada é a que o identificando é o tema e o identificador, o rema.

5 Segundo Halliday, a opção temática que consiste em organizar a sentença em tema e rema é realizada pela ordem dos constituintes. O tema é o primeiro termo da sentença e sempre precede o rema.

Em termos de estrutura informativa,⁶ uma sentença identificadora pode ser estruturada em duas unidades informativas e tanto o identificador como o identificado podem conter informação focal, como em (9). Outra alternativa é a identificadora ser constituída por apenas uma unidade informativa e apresentar somente um elemento focal. Nesse caso, como é usual em orações equacionais, o foco informativo incide no identificador, como em (10). Assim, nas sentenças identificadoras do inglês, a congruência entre o identificador e o elemento informacionalmente novo é a opção não-marcada.

(9) //the one who painted the shed last week // was John //

(10) //the one who painted the shed last week was John //

Para quem busca uma definição de sentença pseudoclivada em Halliday (1966-1967), é, contudo, importante perceber que esse estudo dos mapeamentos, embora esclareça inúmeros aspectos das orações identificadoras, do seu contexto de uso, e talvez dos motivos que levam os locutores a escolher entre os tipos de clivadas disponíveis, não acrescenta nada à definição propriamente dita das orações identificadoras. Em outras palavras, a análise dos mapeamentos e sua classificação em marcados e não-marcados começa quando a definição hallidayiana de oração identificadora já está completa. Se, como parece legítimo com base nos exemplos tratados, quisermos ver nessa definição uma boa definição das pseudoclivadas, podemos fiar-nos nos critérios anteriormente descritos, que se resumem (a essa altura, esperamos que de maneira compreensível) nos cinco pontos seguintes:

- (11) A pseudoclivagem (na terminologia de Halliday, "identificação")
- i. lança mão do molde proporcionado pelo verbo *be* da classe-2 para reorganizar os constituintes de sua contraparte (que é geralmente uma sentença não-identificadora), em dois segmentos que passam a exercer as funções de identificado e identificador;
 - ii. cria construções equacionais, dotadas da propriedade sintática da "reversão";

6 A "informação" é mais um conjunto de opções do componente textual. Essas opções referem-se à segmentação da fala em "unidades informativas", pelas quais o falante administra o tanto de informação que comunica passo a passo a seu interlocutor. A unidade informativa tem características entoacionais definidas, e sua delimitação, que depende do falante, é variável. Pode corresponder a uma oração, mas também pode ser maior ou menor que a oração. Na unidade informativa, distingue-se uma parte, que expressa informações novas, obrigatória; e uma parte opcional, que expressa informações dadas. O padrão mais usual é aquele em que o dado precede o novo.

- iii. constrói o identificando como uma “nominalização”, isto é, uma construção em que o verbo da sentença-contraparte foi subordinado a um núcleo de natureza nominal;
- iv. dispara-se a interpretação implícita de que, para identificar um determinado participante, basta sua participação em determinado processo;
- v. atribui aos dois termos que acompanham o verbo *be* da classe-2 os papéis distintos de variável e valor (definidos no sistema da transitividade), e faz que o identificando coincida com o valor.

Para eliminar possíveis dúvidas, confira-se a aplicação desses critérios aos seguintes exemplos do próprio Halliday: só (12) é identificadora; (13) é uma intensiva com verbo *be* da classe-zero; (14) tem nominalização, mas não é equacional.

(12) // the one who did it was John //

(13) // Mary's husband is a teacher //

(14) // What John saw surprised him //

A opção temática da predicação

Consideremos agora a opção temática da predicação. Segundo Halliday, ela produz sentenças como:

(15) // It was John who broke the window //

para as quais vale a maioria das condições previamente definidas para as identificadoras. Assim, Halliday, da mesma forma que o havia feito para as sentenças identificadoras, atribui às “sentenças com tema predicado” uma estrutura equacional, baseada no verbo *be* da classe-2, e considera igualmente essencial a existência de uma contraparte não (necessariamente) equacional: *John broke the window*. O constituinte *John* funciona como identificador e o *it...who broke the window*, como identificando. Também as sentenças obtidas por predicação desencadeiam uma interpretação de exclusividade, mas essa exclusividade incide sobre o primeiro constituinte da oração, o tema: desse modo, estruturalmente, as predicativas mapeiam a função de identificador sobre a de tema, dando a este uma proeminência explícita em termos de exclusividade. Para o exemplo (15), *John* e nenhum outro está sob consideração.

Segundo Halliday, identificadoras e predicativas têm significados muito próximos. A diferença seria o tipo de proeminência que elas ex-

pressam: *cognitivo* na identificação (“*John* e nenhum outro quebrou a vidraça”), e *temático* na predicação (“*John* e nenhum outro é o tópico da sentença”). A proeminência temática é uma forma de informação nova e, portanto, o elemento “predicado” carrega o foco informativo na opção não-marcada. Tipicamente, nas orações com “tema predicado”, o foco não cai nos demonstrativos anafóricos, conforme mostra o exemplo em (16).

(16) // It's that that I can't understand //

Halliday compara as propriedades estruturais das duas construções e observa que, embora as identificadoras e predicativas pareçam idênticas, há elementos que funcionam como identificadores em predicativas, mas não em identificadoras, como é o caso da expressão grifada em (17) abaixo:

(17) // it was in spite of the cold that he went swimming //

Além disso, observa que o verbo *be* e o verbo interno à nominalização realizam de maneira independente as opções de polaridade afirmativo-negativa e as de modo, mas não as de tempo.

Halliday termina sua exposição chamando a atenção para casos de sentenças predicativas, em que não há um tema explícito, como é o caso dos dois exemplos de (18):

(18) // It isn't that I don't want to // // It must be that he is out of the town //

Se, como parece correto, podemos tomar essa análise como uma caracterização adequada das orações clivadas do inglês, estas precisarão obedecer à seguinte condição:

(19) A clivagem é uma operação sintática por meio da qual se enfatiza o tema da sentença. Ela se aplica a sentenças não (necessariamente) equacionais e resulta em estruturas equacionais, que, portanto, podem ser segmentadas em identificando e identificador.

As sentenças clivadas do português

Em termos muito gerais, a formação de sentenças clivadas e pseudoclivadas constitui uma das estratégias pelas quais os falantes das línguas que dispõem desse recurso põem em foco, de forma não-ambígua, a informação que avaliam como mais significativa em suas mensagens.

O português dispõe de diferentes formas de clivagem, que se distinguem por sensíveis diferenças funcionais. As orações que elas produzem são denominadas, nos textos que hoje constituem referência sobre o assunto (em particular, Braga, 1991), da seguinte maneira: *clivadas propriamente ditas, construção É QUE, construção QUE, Pseudoclivada e SER foco*. Para exemplos de cada tipo, vejamos (20) a (24).⁷

Clivada propriamente dita (CLIV, daqui para frente)

(20) As grandes enxurradas no cristalino, na região da caatinga, provocam uma corrida de água muito rápida, há pouca retenção no solo, a agricultura de ciclo anual não vive, e é **essa agricultura** que alimenta o homem. (CP)

Construção É QUE (É QUE, daqui para frente)

(21) A física também tinha estagnado depois de um grande avanço, depois da física nuclear, e não estava produzindo coisa nova. O novo vinha da genética. De fato, **a genética** é que produziu uma série de transformações. (CP)

Construção QUE (QUE, daqui para frente)

(22) Já o político normalmente não gosta de ficar contra – ele gosta de ir na maré, porque ficar contra é ficar sozinho, é se isolar. [...] O intelectual, na política, rompe mais facilmente, **por isso** que os outros desconfiam mais dele. (CP)

Pseudoclivada (PC, daqui para frente)

(23) Então, cada sociedade humana, mesmo atrasada, como Portugal ou a Grécia, existe para preencher as condições de vida da sua população. Português come muito, grego pobre come muito, italiano come muito; quem morre de fome é **brasileiro**. (CP)

SER Foco (SER, daqui para frente)

(24) Nos meios empresariais, atualmente, existe também [...] grande coincidência com esse ponto de vista. E tenho encontrado ainda coincidência no sindicalismo moderno. Agora, *eu encontro* é **uma certa ataraxia por parte da classe política no sindicalismo moderno**. (CP).

7 A maioria dos exemplos do português aqui mencionados provém de duas amostras estudadas em Longhin (1999). Trata-se de uma amostra de fala relativamente atual, extraída do acervo *Certas palavras*, e de um *corpus* diacrônico do português, que inclui textos do século XIII ao XX. Ambos os *corpora* estão hoje depositados no CEDAE – Centro de Documentação Cultural “Professor Alexandre Eulálio”, do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp. A convenção adotada para os exemplos é a seguinte: em itálico está toda a sentença clivada; sublinhada está somente a marca formal de clivagem (por exemplo, *é... que, é que, o que... é... etc.*); e, em negrito, está o elemento focal.

Os cinco tipos de clivadas do português em face do esquema de Halliday

As sentenças discutidas por Halliday como exemplos de identificação e predicação são similares respectivamente às PCs e CLIVs do português. Mas a clivagem apresenta, em português, como se viu, um quadro bem mais diversificado.

Para aplicar o modelo de Halliday nos vários tipos de clivadas do português, é preciso, inicialmente, estender a todas as formas de clivagem do português o entendimento de que a clivagem é antes de mais nada identificação, e que toda clivada se reparte em dois termos, caracterizados funcionalmente como identificador e identificando. Não há maiores problemas em tomar essa decisão, pois em qualquer tipo de clivada, inclusive a construção QUE, caracterizada pela ausência do verbo *ser*, a sentença é construída em torno da relação assimétrica "x é igual a y" ou "x é identificado como y".

Qual o interesse de olhar para os processos de clivagem do português pela grade que Halliday construiu para o inglês, língua em que as opções são reconhecidamente menos numerosas? Não se trata, é claro, de transferir os resultados propriamente ditos da descrição, mas **sim** de dispor para as clivadas do português de uma heurística (ou, mais banalmente, de uma lista de questões) cuja riqueza é impressionante.

Algumas peculiaridades da clivagem em português, percebidas por contraste

Ao aplicar essa heurística, descobre-se que as clivadas do português sofrem restrições menos rígidas que suas correspondentes inglesas, como mostram as seguintes possibilidades que, em inglês (segundo Halliday), seriam terminantemente excluídas:

(a) Os identificadores das sentenças clivadas e pseudoclivadas do português não se restringem a nomes ou pronomes: sintagmas preposicionais, advérbios e orações também podem funcionar como identificadores:

- (25) A convivência que tenho com meus irmãos de ofício poético é, no fundo, uma forma de defesa contra tal degradação de valores. **Por isso é que minha poesia é satírica, crítica.** (CP)
- (26) O próprio Murilo Mendes no início também tinha valores legitimados. **Só posteriormente é que ele vai apoiar valores de vanguarda.** (CP)
- (27) O que eu tento é **fazer uma antropologia da civilização.** (CP)

(b) Embora se trate de casos pouco frequentes sujeitos a restrições, o português admite sentenças em que o identificador é um adjetivo. Veja-se, por exemplo, (28), que será discutido mais extensamente adiante, por admitir, além de uma interpretação como pseudoclivada, uma interpretação como intensiva.

(28) Eu tenho dito, em comícios, que político não é ladrão e que se tem político ladrão, ele foi eleito, quem vota em ladrão é **cúmplice**. A população que vota nele também é culpada. (CP)

(c) Quanto às características informativas dos dois segmentos que formam uma clivada, nas sentenças identificadoras e predicativas do inglês, a informação nova está associada à função de identificador. Já as clivadas do português têm comportamento particular com respeito à codificação de informação do elemento identificador. Conforme ficou demonstrado em Longhin (1999), as cinco formas de clivagem focalizam tanto elementos novos como dados, mas há uma forte tendência para as CLIVs, Ê QUEs e QUEs focalizarem de preferência constituintes que veiculam informação dada, enquanto as PCs SER focalizam de preferência constituintes que veiculam informação nova. É preciso ressaltar que Halliday (1966-1967) e Longhin (1999) trabalham com noções parcialmente diferentes de dado/novo. O primeiro distingue dado e novo com base em critérios estritamente fonológicos; Longhin se baseia em critérios contextuais e classifica os elementos em evocados, inferíveis e novos. Para ela, os evocados são elementos claramente recuperáveis no contexto (lingüístico ou extralingüístico); os novos são elementos não-recuperáveis ou que se encontram em situações textuais/contextuais não-óbvias; e os inferíveis são elementos que se deduzem de outros por meio de diversos tipos de associação.

(d) Com relação às possibilidades estruturais das supostas predicativas do português – CLIVs, Ê QUEs e QUEs –, todas as três têm em comum o fato de colocar o “tema-predicado” em posição inicial na sentença, o que parece confirmar a hipótese de Halliday a respeito da relação entre predicação e tema. No entanto, em português, a posição inicial é às vezes ocupada por constituintes que não podem ser predicados ou sofrem algum tipo de restrição, como é o caso das conjunções, adjuntos, verbos, predicativos do sujeito.

(29) Talvez ele volte // * É talvez que ele volte / * Talvez é que ele volte /
* Talvez que ele volte

(30) Chegou a carta // * É chegou que a carta / * Chegou é que a carta /
* Chegou que a carta.

(31) Bonito ele é? // É bonito que ele é? / Bonito é que ele é? / Bonito que
ele é.

(e) De todo modo, há necessidade de estabelecer distinções entre CLIV, É QUE e QUE, e uma dessas distinções diz respeito à clivagem de interrogativas não-polares. Somente com É QUE e QUE a clivagem é admissível.

(32) Quando ele vai? // Quando é que ele vai? / Quando que ele vai? / * É
quando que ele vai?

(f) Quanto às possibilidades de negação, as CLIVs, SER e PCs admitem três padrões de negação: i) negação da cópula (e conseqüentemente do constituinte focal), ii) negação do verbo de sentido pleno e iii) negação de ambos os verbos. No entanto, alguns padrões de negação são mais usuais; por exemplo, nas CLIVs e SER o padrão básico é a negação da cópula, já nas PCs os dois primeiros são igualmente muito usuais. É QUE e QUE parecem só admitir a negação do verbo de sentido pleno.

(g) A variação tempo/pessoa do verbo *ser* se apresenta de maneira diversa entre as cinco formas de clivagem. SER e É QUE são caracterizadas por maior rigidez. Nelas, o verbo *ser* aparece sempre na terceira pessoa e varia em presente e passado. Já as CLIVs e PCs permitem um leque mais amplo de opções. Nas CLIVs, o tempo do verbo *ser* deve ser o mesmo daquele do verbo de sentido pleno. Não são possíveis exemplos como:

(33) * Foi essa agricultura que alimenta o homem.
* É eu que fiz essas observações.

(h) No português, como em inglês, encontramos orações predicativas cujo constituinte focal não é apresentado explicitamente, como em (34).

(34) O povo não está na cidade porque na cidade tem emprego; é que ele foi expulso da fazenda, que não quer mais ninguém lá. (CP)

A lista das diferenças entre as clivadas do português e do inglês poderia continuar, mas não é esse nosso propósito. O leitor já percebeu que, ao elaborar o contraste, acabamos descobrindo inúmeras características das clivadas do português, a confirmar a afirmação de que a grade de Halliday, embora tenha sido proposta para outra língua, nos proporciona uma heurística articulada, que há interesse em aplicar. O confronto com os dados do português também permitiria expor certas

singularidades do modelo hallidayiano para as quais o autor ficou devendo, no texto de 1966-1967, mesmo em relação ao inglês, uma justificativa mais convincente.

Limites e vantagens do modelo

Apesar desses problemas, o maior interesse em explicar a clivagem pelo modelo de Halliday consiste no fato de que as cinco condições que definem aquele fenômeno em inglês traçam um limite claro e intuitivamente válido também para o português, como mostra a discussão de alguns casos que vêm intrigando os principais estudiosos do fenômeno. A seguir, examinam-se dois desses casos, em que a existência de clivagem é questionável, e o recurso ao modelo hallidayiano leva a uma resposta intuitivamente válida.

(a) Retomemos em (35) o exemplo (28) e perguntemo-nos, antes de mais nada, se a sentença assinalada é ou não uma sentença clivada.

(35) Eu tenho dito, em comícios, que político não é ladrão e que se tem político ladrão, ele foi eleito, quem vota em ladrão é cúmplice. (CP)

Gostaríamos de sugerir que se trata de um tipo particular de sentença que pode analisar-se quer como identificadora (clivada), quer como intensiva. Podemos classificá-la como intensiva, reconhecendo na forma é o verbo *ser* da classe-zero (com a interpretação “tem o atributo de ser/pode ser interpretado como”) do que resulta a paráfrase “quem vota em ladrão tem a propriedade de ser cúmplice”; também podemos reconhecer nessa sentença características que as intensivas normalmente não têm, a saber, ela é reversível, comporta uma nominalização e tem uma contraparte não-identificadora; uma boa maneira de expressar essa segunda interpretação é “quem vota em ladrão é identificado como cúmplice”. Normalmente, nas orações intensivas se atribuem propriedades a indivíduos, e, nas equacionais, faz-se o reconhecimento de um indivíduo a partir de seu “retrato falado”, isto é, chega-se a indagar um determinado indivíduo pelo fato de participar de determinadas ações, ou de ter certas propriedades. A oração assinalada em (35) é peculiar, e admite as duas leituras porque temos propriedades dos dois lados do verbo *ser*. (Note-se que a ambigüidade da sentença se desfaz se o atributo for substituído por um nome ou pronome: *quem vota em ladrão é o João, quem vota em ladrão sou eu*.)

Aqui é que se mostra a eficácia do método de Halliday, que dá conta da diferença que acabamos de apontar, pela opção *coding*. A expressão *cúmplice* tem caráter ambíguo em virtude de seus usos atributivo e referencial. As interpretações alternativas de (35) remetem às leituras *decoding* e *encoding*. Na leitura *decoding*, a expressão *cúmplice* enumera/atribui propriedades a um indivíduo, com a finalidade de distingui-lo de outros concorrentes possíveis, enquanto, na leitura *encoding*, a expressão *cúmplice* é entendida como suficiente para identificar um indivíduo, como uma alternativa para sua identificação. Viu-se antes que a leitura *decoding* é eliminada por Halliday, para quem toda sentença identificadora tem obrigatoriamente uma leitura *encoding*. Dito de outra forma, se aplicarmos os critérios de Halliday à nossa oração-problema, verificaremos que ela pode ser uma oração clivada (como nossa intuição nos dizia desde o início) porque suporta uma leitura *encoding*.

(b) Analogamente, poderíamos perguntar-nos se são pseudoclivadas as sentenças de (36) a (39), ou, para ganhar tempo, perguntar-nos o que justifica a intuição de que apenas a última o é:

(36) A coisa que me impressionou mais foi o tamanho do pão. (CP)

(37) O único lugar que Tito conseguiu visitar foi Goiânia. (CP)

(38) A primeira pessoa que fui visitar foi o Bill Bradley. (CP)

(39) Quem faz realmente esta poesia sintética e ideogrâmica são os senhores, não é Mallarmé nem é Pound, são os senhores. (CP)

O problema de (36)-(38) não é, como se poderia imaginar, a presença de palavras com significação genérica no identificando. De fato, nas clivadas do português, são comuns ocorrências em que um nome de sentido genérico antecede a relativa. As razões que impedem de entender (36)-(38) como identificadoras são a inexistência de uma contraparte não identificadora óbvia, e o fato de que a unicidade é alcançada mediante meios lexicais ("o único lugar", "a coisa que me impressionou mais", "a primeira pessoa que fui visitar"). Acontece exatamente o oposto na última, em que é possível recuperar uma contraparte não-identificadora, de maneira relativamente direta,⁸ e a unicidade é expressa apenas pela construção gramatical. Novamente, os critérios de Halliday dão conta de nossa intuição.

8 Todas as sentenças clivadas do português parecem ter uma contraparte não-clivada. Há casos de PCs em que a contraparte só é encontrada mediante modificações, como é o caso de (39) e sua contraparte *Os senhores fazem esta poesia sintética e ideogrâmica*. É o caso, notadamente, quando o elemento focal tem a função sintática de sujeito.

É preciso, entretanto, reconhecer que as três primeiras sentenças também realizam uma identificação, e é possível que o expediente de conseguir unicidade pela mera inclusão de uma oração qualquer no molde de uma oração equacional, marca registrada da clivagem no português moderno, tenha resultado, no passado, da reformulação de estruturas em que a unicidade era alcançada por meio de restritores como os adjetivos *primeiro* e *único* ou o superlativo relativo. O *corpus* diacrônico analisado em Longhin (1999) comporta uma grande quantidade de exemplos como:

(40) porque as únicas providências que deixei para a minha casa, foram as apertadíssimas ordens. (D)

O melhor que tem he um rio de agoa doce muy grande. (D)

O primeiro a quem mentis, he a vos. (D)

O menos que se sentia era a perda da fazenda. (D)

O mais que alcancei é que as obras necessárias darão o mesmo mal a outros. (D)

A correlação forma-função nas cinco clivadas do português

As diferentes formas de clivagem do português estão correlacionadas a funções sutilmente diferenciadas. Embora tenham em comum a função de pôr um elemento em foco, cada uma se especializa na focalização de um tipo particular de constituinte e essa especificidade favorece o emprego de um tipo de clivada em detrimento de outro. Como vimos, Halliday estabeleceu uma correlação segundo a qual as pseudo-clivadas dão ao identificador uma proeminência "cognitiva", ao passo que as clivadas propriamente ditas dão ao identificador uma proeminência informativa. Intrinsecamente problemática, essa correlação diz pouco sobre as diferenças funcionais das clivadas em português. Mas uma outra distinção estabelecida por Halliday – a observação de que as predicativas dão realce informativo ao tema ao passo que as identificadoras dão realce ao rema, normalmente representado pelos últimos constituintes da oração – ajuda a compreender uma observação sobre diferenças funcionais entre as clivadas que foi feita, por exemplo, em Longhin (1999). Depois de examinar um amplo *corpus* de sentenças, analisando o *status* informacional do elemento focal das clivadas, Longhin chegou a uma possível explicação para o fato de que o foco das

PCs e SER é normalmente colocado em posição final e o foco das CLIVs, É QUEs e QUEs em posição inicial na sentença: é que as primeiras focalizam principalmente elementos que codificam informação nova, enquanto as segundas focalizam elementos que codificam informação evocada ou inferível. Essa situação está em conformidade com o "Princípio funcional de distribuição de informação" de Givón (1990) segundo o qual, na ordem linear, o dado tende a preceder o novo.

Além disso, as propriedades informacionais explicam também as diferentes realizações gramaticais e sintáticas do constituinte focal em correlação com o uso das cinco clivadas. Se o elemento focal tem a função de sujeito, a PC é o tipo preferido quando esse sujeito é novo, ao passo que as CLIVs, É QUEs e QUEs são preferidas se ele é evocado. Neste último caso, a opção por uma das três decorre, ao menos em parte, da classe gramatical. Se o sujeito é um nome, CLIVs e É QUEs são mais freqüentes, mas, se for pronomes, as QUEs são mais usadas. Se o foco tem função de objeto, as SER e PCs são mais usuais, mas se forem evocados, as CLIVs que o são. Se o foco tem função de circunstancial, as CLIVs e É QUEs são as privilegiadas.

Conclusão

Ao longo destas páginas, procuramos em Halliday 1966-1967 uma definição de clivagem aplicável em princípio aos fatos do português. Vimos que a descrição que Halliday desenvolve naquele texto, com a sensibilidade lingüística que lhe é peculiar, não se transfere tal e qual ao português, onde as formas de clivagem são mais numerosas, e onde as restrições de aplicação resultam geralmente menos rígidas. Entretanto, os critérios que ele emprega para fins de definição parecem inteiramente válidos, e têm o mérito de fornecer uma caracterização que abrange indistintamente todos os tipos de clivagem, representando-as como estratégias gramaticais distintas para um mesmo fim: o de chegar à identificação de um indivíduo ou conjunto de indivíduos por seu envolvimento em um determinado processo.

Essa representação do conjunto das clivadas pode parecer um resultado óbvio, depois de devidamente registrada, mas isso é um mérito. A função do lingüista (como a de todos os cientistas) é no mais das vezes a de explicitar algo que já sabíamos intuitivamente; além disso, nesse caso, a obviedade abre linhas de investigação totalmente inesperadas.

Uma dessas linhas consiste em indagar simplesmente o que pode ser identificado com o *quê*, e por que meios gramaticais, em português – um problema sobre o qual convém reconhecer que sabemos muito pouco; outra consiste em tentar acompanhar o desenvolvimento da clivagem, ao longo dos séculos, como um processo de gramaticalização que consolida uma a uma várias receitas gramaticais para realçar e singularizar: construções capazes de indicar igualdade passam a ser vistas como um recurso disponível para a tarefa de realce e singularização à medida que se enrijece sua obediência a certas restrições sintáticas (por exemplo, a existência de nominalização e de contraparte não-clivada). A hipótese de que o cerne de tudo seja a identificação é uma hipótese forte, que nos leva a imaginar que as várias formas de clivagem só se desenvolvem a partir de uma delas (possivelmente PC) quando a idéia de uma construção que tinha como subproduto um efeito de singularização e realce estava suficientemente forte para que se pudesse abrir mão de parte dos elementos que exprimem identificação em condições normais (como em *É QUE* e até certo ponto em *CLIV*).

Por enquanto, essa história é apenas uma vaga conjectura. Mas é sempre uma enorme vantagem ir à história da língua munidos de hipóteses que não contrariem o sentimento sincrônico dos falantes: afinal, a sincronia atual é a etapa final de todas as diacronias possíveis. Esta última investigação, que se insere nas preocupações mais atuais de alguns dos melhores linguistas brasileiros, foi parcialmente realizada em Longhin (1999), e se não dizemos mais aqui a seu respeito é porque isso exigiria uma exposição muito longa.

LONGHIN, S. R., ILARI, R. A Hallidayan reading of the cleft sentences in Portuguese. *Alfa (São Paulo)*, v.44, p.193-213, 2000.

- **ABSTRACT:** *In this paper we discuss the criteria which Halliday (1966-1967) turns to in defining "predication" and "identification", two "thematic" options that describe the overall domain of English cleft sentences. We argue that the same definitional criteria are useful in the description of the five types of cleft sentences found in Brazilian Portuguese, and that they provide a principled explanation of the gramaticalization process through which these types of sentences originated.*
- **KEYWORDS:** *Linguistic theory; functionalism; focus; cleft; sentences.*

Referências bibliográficas

- BRAGA, M. L. A escrita e as marcas da oralidade: o caso das sentenças clivadas. *Relatório apresentado ao CNPq*, 1991. (Mimeogr.).
- GIVÓN, T. *Isomorphism in the grammatical code: cognitive and biological considerations*. Oregon: University of Oregon, 1990.
- HALLIDAY, M. A. K. Notes on transitivity and theme in English. *Journal of Linguistics*, v.3, p.199-244, 1966-1967.
- ILARI, R. *Propriedades de sentenças e contextos discursivos*. Campinas, 1975. Tese (Doutorado em Lingüística) – Instituto de Filosofia, Ciências e História, Universidade Estadual de Campinas.
- _____. Dos problemas de imperfeita simetria. *Ensaio de Lingüística (Belo Horizonte)*, v.9, p.94-120, 1983.
- LONGHIN, S. R. *As construções clivadas: uma abordagem diacrônica*. Campinas, 1999. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.

CONSTRUÇÕES PASSIVA E IMPESSOAL: DISTINÇÕES FUNCIONAIS¹

Roberto Gomes CAMACHO²

- RESUMO: A caracterização tipológica da passiva, necessariamente escalar e não discreta, envolve, segundo Givón (1981), três domínios funcionais: atribuição de um tópico, impessoalização e detransitivização. O principal interesse deste trabalho é fornecer uma caracterização funcional à diferença morfossintática entre as construções passiva e impessoal do português falado.
- PALAVRAS-CHAVE: Voz passiva; voz impessoal; topicalização.

Introdução

De um ponto de vista funcional, as construções de voz exercem uma diversidade de valores semântico-oracionais e pragmático-discursivos, codificados na sintaxe por diferentes tipos de configurações estruturais. Em razão dessa complexidade gramatical, a literatura funcional tem preferido definir voz como um domínio multifatorial, tendo por base alguma caracterização prototípica a partir da qual outros tipos de construção ganham contorno próprio. A adoção do princípio de que estruturas linguísticas não são isoladas, mas tendem a apresentar similaridades par-

1 Este artigo é uma versão parcial do trabalho *Construções de voz*, apresentado no X Seminário do Projeto de Gramática do Português Falado, Campos de Jordão, SP, de 8 a 13.2.1998, a ser publicado no volume XIII da *Gramática do português falado*, em preparação. Como uma forma de homenagem, dedico-o ao Prof. Borba, que faz lingüística com engenho e arte, e seriedade, mas sem perder jamais o humor e a camaradagem.

2 Pesquisador do CNPq (Proc. n.º 301185/92-1) – Departamento de Teoria Lingüística e Literária – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – UNESP – 15054-000 – São José do Rio Preto – SP – Brasil – camacho@tll.ibilce.unesp.br.

ciais entre si, tem levado lingüistas de diversas tendências a adotar uma visão escalar e não-discreta da linguagem (cf. Hopper & Thompson, 1980; Shibatani, 1985), ponto de vista que também se aplica a este trabalho.

Ser um conceito multifatorial significa que a voz verbal representa um grande número de valores e de possibilidades correspondentes de expressão que, segundo Givón (1981, 1994), envolvem três domínios funcionais: a) *topicalidade*: atribui-se a função de Tópico a um argumento não-Agente; esse comportamento é oposto ao da sentença ativa correspondente, em que o Tópico é comumente o Sujeito/Agente; b) *impessoalidade*: suprime-se a identidade/presença do argumento Agente, geralmente o Sujeito expresso da sentença ativa; c) *detransitividade*: a construção de voz é semanticamente menos “ativa”, menos transitiva, mais estativa que a construção “ativa” correspondente.

Givón (1994) considera centrais três dimensões semânticas para a compreensão dos conceitos de transitividade/detransitividade, que definem o que ele denomina “evento transitivo prototípico” e, por extensão, a base da voz ativo-transitiva: a) a oração transitiva prototípica envolve um Agente ativamente iniciador, controlador, volicional, que é responsável pelo evento, portanto, sua causa saliente; b) envolve também um Paciente não-controlador, inativo, não-volicional, que registra uma mudança de estado, portanto, seu efeito saliente; c) o verbo codifica um evento compacto, limitado, e real. Como se nota, esse protótipo se deriva do estudo sobre transitividade de Hopper & Thompson (1980), porém a formulação de Givón identifica o essencial nos dez fatores arrolados por aqueles autores para identificar a transitividade mais em termos semânticos que morfossintáticos.

Ao examinar as construções passivas em ute, Givón (1981) observa dois fatos morfossintáticos: o Agente é necessariamente ausente e todos os demais participantes (inclusive o novo Tópico) mantêm o mesmo estatuto da ativa. A passiva, que é, ela própria, marcada com um sufixo verbal, mantêm a marca de número do argumento não-expresso, o Agente. Isso significa que o Sujeito/Agente mantêm controle sobre a categoria de número e não o cede ao argumento topicalizado da sentença passiva. Além disso, a atribuição da função de Tópico não sofre restrição seletional: argumentos geralmente baixos na Hierarquia de Funções Semânticas (Dik, 1989), como Tempo e Locativo, podem receber a função tópica.

A passiva de línguas, como o inglês, mostra comportamento oposto ao mencionado: além de não preservar sua marca original de caso, o ar-

gumento não-Sujeito, não-Agente não é necessariamente suprimido; a categoria de número é controlada pelo novo Tópico; há restrições às funções semânticas dos participantes da ativa correspondente para que possam ser promovidos a Sujeito/Tópico da passiva. Em consequência desses traços diferenciadores, o inglês e o *ute* constituem, para Givón, dois pólos de um *continuum* em cujos intervalos se enquadram outras construções. Os parâmetros que fornecem as bases para a construção dessa escala resultam de categorizações e generalizações (cf. Givón, 1981, p.168) dos seguintes traços morfossintáticos:

(a) O grau em que as propriedades de marcação de caso presentes no Sujeito/Agente da ativa se aplicam também ao Tópico não-agentivo da passiva (baixo no *ute*, que se comprova na conservação de marcação de caso; alto na passiva do inglês, em que o Sujeito/Tópico se torna o SN nominativo).

(b) O grau em que a identidade do Sujeito/Agente da ativa está ausente na passiva (completamente ausente no *ute* e facultativa no inglês).

(c) O grau em que a sentença passiva conserva as propriedades semânticas e sintáticas de atividade e transitividade (baixo em inglês, alto em *ute*, em que se conserva a marcação de caso: o Agente ausente mantém controle de número e se preserva, semanticamente, o caráter ativo do evento).

(d) O grau em que é possível atribuir a função de Sujeito/Tópico a argumentos com diferentes funções semânticas (alto em *ute*, em que não ocorrem quaisquer restrições; baixo no inglês, em que somente o Paciente é promovido).

Essas dimensões escalares tipológicas interagem sobre um sistema de interdependências que atua, assim, como uma escala abrangente para a representação integral das dimensões gramaticais da passiva. As correlações estão baseadas na relação do primeiro parâmetro (atribuição de Tópico) com os demais (cf. Givón, 1981, p.169). Assim, quanto menos uma língua atribuir marcação de Agente/Sujeito a Tópico na passiva, tanto mais as sentenças passivas: (i) tenderão a suprimir o Agente da ativa (a-b); (ii) manterão traços transitivos e ativos (a-c); (iii) aceitarão argumentos não-Sujeito não-Agente como seu Tópico (a-d).

Objetivos e pressupostos metodológicos

Em sentido amplo, reconhece-se a existência de duas construções principais de voz em português: voz *passiva* e voz *impessoal*. A passiva,

também chamada *analítica*, é constituída por auxiliar, em qualquer um de seus tempos verbais, e um particípio passado, seguido ou não de um SP agentivo.

A impessoal,³ também chamada *passiva sintética*, é constituída pela fórmula verbo na 3ª pessoa da forma ativa combinada com o pronome *se*, na chamada *função de apassivador*, que é como tradicionalmente se qualifica o clítico, quando se reporta a um sujeito de 3ª pessoa que, na representação lingüística, não figura como Sujeito ativo.

Nessa construção de voz, o clítico *se* não apresenta relação anafórica, e, por conseguinte, também não correferencial com o SN Sujeito, estando antes em seu lugar; sendo assim, pode ser encarado como um morfema sinalizador de passiva, que a denominação *pronome apassivador*, cunhada pela gramática tradicional, traduz aproximadamente. O efeito semântico mais característico desse tipo de formulação é um caráter desindividualizante ou impessoalizador, com a indeterminação da entidade prototipicamente agentiva.

O objetivo deste trabalho é mostrar que as construções passiva e impessoal correspondem, na gramática do português falado, aos dois extremos da escala, embora sejam regidas pelas mesmas restrições semânticas em relação ao tipo de predicado subjacente envolvido. Para examinar as duas construções de voz de uma perspectiva pragmática, tomar-se-á por parâmetro que o principal componente desse fenômeno é a relativa topicalidade do Agente e do Paciente no evento semanticamente transitivo, tal como proposto por Givón (1981).

A descrição das gramáticas tradicionais sustenta que construções impessoais são passivas reais em razão de ser o argumento único o Sujeito formal: embora posposto, controla a concordância número-pessoal com o verbo. Entretanto, nem todas as construções desse tipo se fazem marcar por *se*, eliminação que, de resto, acompanha a perda de clíticos já atestada no português (cf. Kato & Tarallo, 1986). Além disso, nem sempre, como se sabe, o argumento único do predicado na construção impessoal se comporta como Sujeito real: além de ocupar uma posição destinada ao Objeto, nem sempre se mantém a codificação morfossin-

3 Câmara Júnior (1972, p.185) se refere ao surgimento, no domínio indo-europeu, de uma voz passiva de forma reflexivo-pronominal que as línguas românicas tornaram impessoal com a integração do sujeito no predicado: "Em português, como em italiano, isso se exprime pela falta de concordância entre o nome e o verbo, que fica invariável no singular". Em razão da tendência semanticamente impessoalizadora das construções médias, reserva-se a esse tipo de construção de voz, neste trabalho, o rótulo "impessoal", também adotado alhures na literatura funcionalista (cf. Noonan, 1994; Arce-Arenales et al., 1994; Givón, 1994, entre outros).

tática que regula o comportamento nominativo desses SNs. Cria-se, assim, uma espécie de voz ativa impessoal indeterminadora, em que o argumento Paciente não recebe função de Sujeito, cuja posição fica marcada formalmente pela presença do clítico *se*.

A impessoalidade inerente a esses casos, em que o evento é prototipicamente transitivo, se estende a construções com verbos intransitivos em que nem há argumento paciente para se promover a Sujeito, como em *vive-se bem aqui*. Interessa a este trabalho verificar essa tendência estrutural das construções impessoais, ligando-a a correlações funcionais de ordem semântico-pragmática.

O roteiro de trabalho é empreender uma discussão qualitativa das duas construções de voz, empregando, sempre que possível, dados extraídos do *corpus* compartilhado do Projeto de Gramática do Português Falado, que consiste numa amostragem do material coletado pelo Projeto da Norma Urbana Culta (Nurc)/Brasil, gravado com informantes cultos procedentes de Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.⁴ Predominará, neste trabalho, uma discussão qualitativa de casos explícitos, iluminada por um conjunto de operações quantitativas implícitas que, apesar de poderem reforçar decisivamente a argumentação, terão de ser omitidas, por absoluta falta de espaço.

Inicialmente, faz-se uma análise das condições semânticas que permitem codificar sintaticamente um estado de coisas nas construções passiva e impessoal. Passa-se, em seguida, ao exame, no âmbito das determinações pragmáticas, às diferenças funcionais que as duas configurações estruturais de voz projetam no uso.

Distinções semânticas

A grande maioria das construções passivas e impessoais ocorre com verbos de ação, em cujo esquema de predicado, o argumento A² corresponde a um papel de paciente (Meta e Meta-Experienciador), representado por uma entidade afetada ou efetuada, e o argumento A¹ corresponde a uma entidade agentiva que envolve também os traços humano e con-

4 Tal amostragem, que já vem sendo exaustivamente descrita, é composta pelos seguintes inquiridos: Porto Alegre: EF 278, DID 045, D2 291; Rio de Janeiro: EF 379, DID 328, D2 355; São Paulo: EF 337, DID 131, D2 360; Recife: EF 337, DID 131, D2 005; Salvador: EF 049, DID 231, D2 098.

trolador. Os exemplos (1a-c) abaixo ilustram esse tipo de esquema de predicado:

- (1) a. *todo seu material bélico foi arrasado?* (EF-RJ-379)
- b. *compra-se mais um título...* (D2-RJ-355:30)
- c. *faz esse refogado e põe tomate, um ou dois tomates* (D2-POA-291:129)

A passiva manifesta-se também com predicados de Posição, que são semanticamente marcados pelo traço [+controle]. Posição, na visão teórica de Dik (1989), aqui adotada, inclui os verbos de percepção, ou posição mental, como *considerar* e seus similares com verbo-suporte, como *levar em conta*, contido em (3-a); e verbos que pressupõem posicionamento físico de um ser controlador, como *considerar*, *manter*, *conservar*, conforme se observa em (2b-d).

- (2) a. *aumentos... salariais... que anualmente são levados em conta* (DID-RE-131)
- b. *os sindicatos são realmente entidades... que têm... determinados elementos que são considerados como postos...(...) quer dizer que são considerados como elementos chaves* (DID-RE-131: 70-1)
- c. *o período presidencial... é mantido... durante três anos...* (DID-RE-131:225)
- d. *outros tipos de alimento que podem ser conservados* (DID-POA-044)

O que parece mais intrigante e estranhável é haver incidência de predicados de Processo, em que a entidade envolvida não exerce qualquer controle, sendo, antes, afetada. Processos implicam, por definição, a atuação involuntária dos participantes, afastando-se, portanto, do evento transitivo prototípico. Em razão dessas propriedades, é raro obter-se uma construção passiva, que, no corpus considerado, restringe-se a predicados como *lembrar*, *entender*, *perceber*, *ver*, este com várias reações, e *perder*, conforme se observa em (3a-d).

- (3) a. *a relação salário aluguel... já que o assunto foi lembrado aqui...* (D2-RJ-355:213)
- b. *a imagem não foi feita para decorar a caverna ou para ser vista por outras pessoas... certo?* (EF-SP-405: 254)
- c. *bom... ocorre a guerra e... nada nessa história acontece por acaso... né? se... realmente a guerra foi perdida pelos países do eixo... é que as condições... sociológicas... econômicas e políticas etc. etc. fizeram com que fosse perdida a guerra...* (EF-RJ-379)
- d. *agora o dinheiro no Brasil nunca foi tão difícil de ser entendido...* (D2-RJ-355)

Todos os predicados envolvidos são processivos com um sujeito Experienciador. A experiência por que se passa pode ser física, como ocorre com *ver* e *perder*, ou mental, como ocorre com *entender*, *perceber*, *lembrar*. Sobre essas construções, o que se pode dizer é que se desviam do evento transitivo prototípico. Certamente o envolvimento num estado de coisas processivo não acarreta qualquer ato voluntário e intencional da entidade experienciadora.

Na construção impessoal, a incidência de outros tipos semânticos de predicados é pouco significativa, mas permite observar um dado relevante: aplicam-se a ela as mesmas condições semânticas que se aplicam à passiva. Acompanha essa correlação o fato de terem os dados do *corpus* manifestado inclusive ocorrências de predicados de Processo, também com papel semântico de Experienciador e de Posição, que pressupõem entidades controladoras, comuns às construções passivas. As sentenças incluídas em (4a-c) são exemplos representativos de predicação de Posição, e as de (4d-e), de Processo.

- (4) a. *somente levando em consideração a realidade social... em adequação à lei por exemplo* (EF-RE-337:224)
- b. *porque tem que manter um certo padrão:: e não dá* (D2-SP-360:686)
- c. *alimentos assim que não se pode guarda(r) por muito tempo, não é?* (DID-POA-044: 207)
- d. *e como se vê fogueira o olindense faz fogueira* (D2-RE-05:290)
- e. *se encontra por exemplo hoje... no Japão... quer dizer uma situação DIFERENTE daquele Japão pós-guerra* (EF-RJ-379:340).

Observe-se, de passagem, que a construção impessoal pode incluir predicações de Estado que não teriam formulação correspondente na passiva, como é o caso de construções com verbo-suporte, que se vê em (5).

- (5) *tinha-se esperanças... em que dona Ana Cândida tendo assumido a procuradoria geral do Estado... em ela sendo mulher... que ela defendesse um pouco mais a classe não?* (D2-SP-360)

Não é estranhável que ocorram construções como essa. A sintaxe *verbo + se* serve à função de expressar a propriedade que assume um predicado de não se referir ao Sujeito, seja ele explícito ou implícito. Como um domínio funcional amplo, inclui diferentes configurações valenciais, o que permite incluir predicados monoargumentais, como em *riu-se muito durante a festa, vive-se bem no interior* etc., categorias que podem incluir verbos-suporte, como *ter esperança*.

Em termos estritamente semânticos, há uma correlação significativa entre as construções de voz passiva e impessoal: ambas estão fortemente

condicionadas pela presença de um verbo de Ação, em detrimento de predicados de Processo, Posição e Estado. Se isso é verdadeiro, o que determina a escolha de uma das estruturas alternativas?

Um aspecto semântico importante que deve determinar essa seleção está justamente no domínio funcional da transitividade. A natureza ativo-transitiva do predicado, que se mantém na construção impessoal, alivia a restrição motivada pela necessidade de distinção entre os participantes, própria da passiva. Assim, bloqueiam a construção passiva predicados de Ação em que o Objeto afetado é parte inalienável da entidade agentiva:

- (6) a. *João lavou-se.*
b. *João foi lavado por si.*
- (7) a. *João levantou o braço.*
b. *?O braço foi levantado por João.*
- (8) a. *João tomou banho.*
b. *?Banho foi tomado por João.*

O traço caracterizador de um esquema de predicado bivalencial, que constitui o evento transitivo prototípico, representa-se, por definição, na distinção entre dois participantes exercendo papéis semânticos igualmente distintos, que é como se identifica uma relação tipicamente assimétrica (Kemmer, 1994). O evento reflexivo de (6a) evoca dois papéis semânticos separados, mas que convergem para uma única entidade referencial. Já o Agente e a entidade afetada de (7a) representam uma única entidade, uma vez que *braço* representa uma parte inalienável de *João*. Assim, (6a-b) e (7a-b) constituem subconjuntos do mesmo fenômeno semântico, isto é, os argumentos representam entidades com grau baixo ou nulo de distintividade. A consequência mais evidente dessa propriedade semântica para a organização sintática é o bloqueio da construção passiva (8b), que não se aplica, no entanto, à construção impessoal:

- (9) a. *levantou-se muito o braço na assembléia para votar tantas propostas.*
b. *tomou-se banho só de rio durante a pescaria.*

Em termos estritamente semânticos, a possibilidade de se construir passivas e impessoais no português está associada às mesmas restrições de seleção, mas uma sentença passiva é prototipicamente sensível à promoção de entidades afetadas à posição de Sujeito/Tópico e à detransitividade do predicado verbal, e não necessariamente à impessoalidade do Agente; nesse aspecto, as impessoais são absolutas: não

autorizam a manifestação formal de um SN agentivo. Observem-se as sentenças contidas em (10a-c):

- (10) a. *João quebrou o vidro da janela.*
- b. *O vidro da janela foi quebrado (por João).*
- c. *O vidro da janela (se) quebrou (?por João).*

A prerrogativa especial da passiva de ser capaz de manter o SN agentivo pode ser observada em (10a) e (10b), construções que manifestam explicitamente SNs lexicais que representam uma entidade agentiva, controladora, individuada:

- (10) a. *então lá fui recebido* pela empregada (D2-RJ-355)
- b. *onde ele estabelece índices salariais... baseados em cálculos que são feitos... se não me engano* pela Fundação Getúlio Vargas... (DID-RE-131)

Também os casos de anáfora zero são SNs individuados, claramente identificados no contexto discursivo:

- (11) *então a minha de onze anos... ela supervisiona o trabalho dos cinco... então ela vê se as gavetas estão em orde/... em ordem se: material escolar já foi re/arrumado* [entenda-se pelos cinco] *para o dia seguinte* (D2-SP-360)

Nessa ocorrência, o Tópico discursivo são os cinco filhos da informante, que passa a enfocar um deles, ou seja, a menina de onze anos. A situação textual deixa claro que o SN agentivo elíptico de *arrumar* se identifica por relação anafórica e correferencial com o SN *os cinco*. Em outro tipo de construção, a referência ao nominal está bem mais próxima:

- (12) *se... realmente a guerra foi perdida* pelos países do eixo... *é que as condições... sociológicas... e econômicas e políticas etc. etc. fizeram com que fosse perdida a guerra...* [entenda-se pelos países do eixo] (EF-RJ-79)

A demção sintática do SP agentivo, embora facultativa, é estatisticamente preferida. Há casos de passivas que manifestam entidades genéricas, (13a) ou, se individuadas, desconhecidas do emissor, e se conhecidas, propositadamente não enunciadas por ele (13b).

- (13) a. *a ciranda é cantada durante o verão em Olinda*
- b. *se a gente lembrar que aquele prédio foi feito para conter* (D2-RJ-355)

As ocorrências de SNs lexicais plenos representam geralmente entidades genéricas, não-individuadas:

- (14) a. *seus representantes que são por sua vez ou devem ser eleitos diretamente pelo povo* (DID-RE-131)
- b. *toda parte jurídica do Estado é feita por procuradores do Estado* (D2-SP-360)
- c. *a imagem não foi feita para decorar a caverna... ou para ser vista por outras pessoas* (EF-SP-405)

Em alguns casos, o SN agentivo não-demovido é definido e aparentemente individuado, mas tem uma referência genérica, já que o assunto de que se trata é a constituição jurídica de sindicatos em geral:

- (15) a. *reajuste esse que é... debatido... entre os associados através das chamadas assembléias... que são convocadas pelo seu presidente* (DID-RE-131)
- b. *são entidades sem fins lucrativos... portanto são/têm por obrigação PRESTAR... toda assistência devida... aos seus sindicalizados... recebendo todas aquelas importâncias... que são pagas pelos seus associados e revertendo-as... integralmente em benefício... dos mesmos* (DID-RE-131)

A forma de manifestação dos SNs sintática e pragmaticamente não-demovidos é lexical, zero anafórico e pronome anafórico e, como se esperava, referem-se a entidades humanas. Embora não se tenham considerado os SNs demovidos, uma rápida inspeção nas ocorrências permite logo observar que consistiriam também em alguma entidade humana. Observe-se (16a), cuja ativa correspondente poderia ser (16b) com um sujeito animado:

- (16) a. *naquelas mensalidades... que são pagas... ao órgão* (DID-RE-131)
- b. *alguém (as pessoas) pagam as mensalidades ao órgão.*

Distinções pragmático-discursivas

Para avaliar, agora, o efeito da acessibilidade anafórica que caracteriza a natureza tópica do Sujeito da passiva, observem-se a seguir, em (17a) e (17-b), dois casos típicos de SNs na função de Sujeito/Tópico sob a forma de pronome anafórico e zero anafórico, respectivamente.

- (17) a. a Arquitetura *quando foi prá lá estava do primeiro ao oitavo andar mobiliado... com mobiliário melhor possível... então... o que acontece... quando ela foi sendo comprimida... ela não foi deixando os móveis* (D2-RJ-355)
- b. a criança *vai ao maternal somente pra brincar... ser educada ser alfabetizada* (DID-SA-231)

É óbvio dizer que zeros costumam desempenhar o papel de ponto terminal de uma cadeia anafórica, que, muitas vezes, começou com um SN lexical pleno. Observem-se alguns exemplos:

- (18) a. esse nódulo *terá que ser... examinado..∅ terá que ser retirado... ∅ terá que ser_mandado para a... anatopatologista... para eh::eh::/ para então... ele dizer... se há malignidade ou nao* nesse nódulo (EF-SA-049)
- b. *ele é responsável* pela chefia lá e:: ∅ não foi preenchida (D2-SP-360)

Há, no entanto, casos de sintaxe VS. Em dois deles, o papel da posição pós-verbal é esclarecer a referência de uma entidade que o locutor presume não ter ficado explícita para o interlocutor, o que acontece nos casos de antitópico:

- (19) a. *foram dimensionadas* as estradas (D2-SA-98)

Alguns casos de SNs representados por entidades definidas e referenciais acham-se pospostos em virtude do caráter focal de um outro SN, que é estrategicamente enunciado na primeira posição da predicação, como se observa em (20a-d).

- (20) a. *nós vamos localizar onde foram encontrados esses vestígios* (EF-SP-405)
- b. *como pode ser percebida a vocação de uma pessoa?* (DID-POA-044)
- c. *porque a este setor é confiado todo o levantamento* (DID-RE-131)
- d. *aos sindicatos não é permitido o chamado lucro* (DID-RE-131)

Há casos de construção passiva em que se manifesta uma preferência pela posição pós-verbal para o argumento único do predicado, como se observa em (21).

- (21) *enquanto não for estruturado esse projeto não há possibili/ não pode ser feito* concurso (D2-SP-360)

Não se trata de informação nova em (21), já que o SN mantém relação anafórica com algum outro que o antecede, particularmente marcada no determinante do SN grifado da primeira oração. Sendo assim, a

preferência pela posposição do sujeito se justifica no fato de a informação focal incidir sobre o próprio predicado e não em seu argumento.

Nas estruturas impessoais, reinam absolutas as entidades inanimadas na posição argumental única. Um bom indicio para verificar o estatuto dado/novo desses referentes é seu grau de acessibilidade anafórica. A grande maioria dos SNs das construções clíticas e não-clíticas apresenta ligação anafórica com algum constituinte no texto antecedente, comportamento que caracteriza as entidades representadas por esses SNs como discursivamente dadas.

Essa alta incidência de referentes anaforicamente acessíveis nas construções de voz impessoal se justificaria se pudessem ser subcategorizados como Tópicos; nesse caso, o argumento afetado seria promovido, de um ponto de vista pragmático, para a função de Tópico e, de um ponto de vista sintático, para a posição de Sujeito, como, aliás, é comum ocorrer com a passiva. Entretanto, dificilmente se poderia atribuir aos casos de voz impessoal do *corpus* exemplos claros e inequívocos de construção promotora de entidades Processadas à posição de Sujeito, já que a maioria absoluta delas tem seu argumento único inequivocamente flexionado no singular.

Para reforçar esse argumento, verifiquemos como se comportam as construções impessoais, cujos argumentos únicos exigiriam, caso fossem interpretados como Sujeito, a aplicação de concordância no verbo, o que, de fato ocorre com apenas um caso, o de (22)

- (22) *quer dizer além de chegar ao plano muscular... se tiram os elementos musculares... ou sejam... os peitorais... grandes e pequenos.* (EF-SA-049)

Observe-se o cuidado especial do informante com a concordância verbal que o leva a produzir um caso típico de hipercorreção mais adiante, quando usa a locução *ou seja* como se fosse um verbo no plural. Isso pode indicar que somente em situações muito tensas um falante com escolaridade de nível superior, que é como se caracterizam os informantes do Nurc, produziria esse tipo de construção em que o argumento único é codificado como Sujeito em função de marca de concordância número-pessoal.

Os demais casos representam todos indícios claros de que o falante não trata o argumento posposto ao verbo como o Sujeito legítimo da sentença. É verdade que alguns deles são construções impessoais não-clíticas, em que a ausência de marca explícita de voz torna mais rara a concordância. As sentenças (23a-c) ilustram alguns desses casos.

- (23) a. e mistura então os frutos do mar *que vêm é polvo, mariscos, as mais variadas espécies* (D2-POA-291)
 b. *então, naquele arroz mexe, quebra dois ovos aí e, e depois então comprime esse arroz num pirex* (D2-POA-291)
 c. *quando aquele queijo fica todo derretido, envolvendo o camarão, aí retira os dois e serve-se* (D2-POA-291)

Já em outros casos, como os de (24a-c), a construção impessoal é inequivocamente assinalada com o marcador clítico. A despeito disso e da relativa formalidade da situação interacional, o SN pluralizado não aciona a concordância.

- (24) a. *não se pode criar assim profissões ou citar(r) profissões que sejam mais importantes ou mais necessárias entende?* (DID-POA-044)
 b. *também se faz a aquelas compras pequenas que... alimentos assim que não se pode guarda(r) por muito tempo, né?[...] só outros tipos de alimentos que podem ser conservados* (DID-POA-044)
 c. *é o mesmo caso das estradas brasileiras... dimensionou-se... foram dimensionadas as estradas para um tráfego mais leve do que elas estão suportando* (EFI-SA-98)

É interessante observar que, em (24b), o locutor usa a alternativa impessoal com um SN no plural que, mesmo assim, não acarreta a concordância de número no predicado. Na seqüência, apesar de *alimentos* aparecer em posição pré-verbal controlando a ligação anafórica com o pronome relativo na posição de Sujeito, esse SN não é capaz de acionar a regra de concordância com o auxiliar modal *poder*. Na mudança de Subtópico que faz em seguida, referindo-se a outros tipos de alimentos, o locutor alterna para a construção passiva numa oração relativa, cujo correferente é de fato um nome no plural. Diferentemente do que ocorre na construção impessoal que acabou de ser enunciada, nesta se aplica rigorosamente a concordância.

Já o enunciador da sentença (24c) introduz um Subtópico, *as estradas brasileiras*, faz uma pausa e constrói uma predicação só com o verbo *dimensionar*. O fato de estar o SN que representa o argumento único do predicado sob a forma de um zero anafórico o conduz à não-aplicação de concordância; em seguida, ele emprega a construção passiva, mas dessa vez, como o locutor de (24b), parece corrigir-se aplicando concordância, a despeito mesmo da posposição do SN, aqui entendido como o Sujeito legítimo do verbo. Outros casos acham-se identificados a seguir em (25a-c).

- (25) a. *o que é interessante que até bom que se discuta um pouquinho é a sign, os acessórios secundários, o principal, etcétera alguma dúvida?* (EF-POA-278)
 b. *ainda se usa até hoje em dia... um ou dois... dois tostões...* (D2-RJ-355:95)
 c. *que são as três moedas que se consegue realmente trocar com muita facilidade...* (D2-RJ-355:195).

Em (25a), a ausência de concordância é ambígua, uma vez que pode ter havido uma motivação cognitiva para emitir um SN singular, depois truncado, momento em que o locutor faz uma reparação para manifestar um SN no plural. Presume-se, todavia, que à reparação de um termo do SN poderia seguir-se também a reparação do verbo, caso o informante estivesse plenamente seguro de que se trataria ali de um SN Sujeito e que, como tal, deveria acionar a concordância verbal. A construção (25b) é similar: o SN sofre uma correção que não se aplica simultaneamente ao verbo.

Já (25c) é um caso especial, similar à seqüência de (24b) já apontada. O SN pluralizado é anaforicamente retomado por um pronome relativo. A posição pré-verbal deveria detonar automaticamente a marcação de pluralidade no verbo, caso o informante introjetasse a idéia de que o argumento único do predicado fosse de fato o Sujeito.

As construções impessoais ainda representam casos de ambigüidade estrutural no português falado culto em razão de um mínimo de construções no plural, certamente motivadas pela tradição normativa que rege a modalidade escrita. Esses poucos casos podem ser identificados como construções que promovem sintaticamente o SN semanticamente afetado à posição de Sujeito. Todavia, a preferência estatística por construções impessoais no singular é certamente um indício claro de que se acha subjacente algum tipo de interpretação sintática relevante.

A esse propósito, Nunes (1991, p.34) atribui duas diferentes configurações estruturais, nos quadros da Gramática Gerativa, para construções como (22) e como (24b), denominadas respectivamente "construção com *se* apassivador" e "construção com *se* indeterminador", conforme se observa em (26a-b):

- (26) a. (expl) *retiram-se* θ_e *elementos musculares* θ_i ⁵
 b. *pt* θ_e *faz-se* θ_0 *aquelas compras* θ_i

5 Em sua análise θ_e , θ_i e θ_0 representam papel temático respectivamente reservado ao argumento externo, ao argumento interno e ausência de absorção de papel temático.

Em (26a), o clítico *se* absorve o papel temático do argumento externo e caso acusativo; o SN *elementos musculares*, detentor do papel temático do argumento interno, recebe caso nominativo em cadeia com o expletivo que ocupa a posição de sujeito. Em (26b), ocupa a posição de sujeito um pronome nulo referencial, que é indeterminado pelo clítico *se*; ao SN *aquelas compras*, que preserva o papel temático do argumento interno, é atribuído caso acusativo.⁶ Em que pese a diferença de tratamento, os resultados finais parecem equivaler-se.

Retornando ao paradigma funcional, é possível acrescentar que a preferência pela construção passiva é motivada pela determinação pragmática de constituir um Tópico, o que não se aplica à impessoal, em que o processo é apresentado em si mesmo, independentemente de uma entidade que lhe sirva de referência, a mesma motivação que dá lugar às frases sem sujeito. A própria configuração sintática da construção impessoal, argumento único em posição pós-verbal, é um resultado explícito dessa motivação pragmática; além disso, ela preserva a estrutura predicacional ativo-transitiva. Configurando-se a necessidade de se manifestarem SNs Tópicos, é necessário optar por uma estrutura em que o argumento principal seja sintaticamente promovido a Sujeito e pragmaticamente a Tópico, o que define a construção passiva. Nesse caso, o estatuto semântico de transitivo resultante é secundário em razão da determinação pragmática de atribuição tópica, hierarquicamente dominante.

Considerações finais

O principal interesse deste trabalho foi estabelecer uma caracterização semântica e pragmática à diversidade morfossintática das construções passiva e impessoal, mediante a combinação dos fatores de transitividade, impessoalidade e topicalidade.

O principal domínio funcional enfocado, o pragmático, permitiu comparar as construções de voz, entendendo-se por “pragmático” a relativa topicalidade do paciente no evento semanticamente transitivo,

6 A passiva impessoal, que Nunes denomina “construção com *se* indeterminador”, é resultado da re-análise de três aspectos: i) o *se* apassivador passa de elemento identificador da estrutura do predicado a participante da relação anafórico-pronominal que se estabelece com o pronome nulo da posição de sujeito; ii) o argumento interno passa de sujeito a objeto do verbo; iii) o expletivo que ocupa a posição de sujeito passa à condição de pronome nulo referencial (cf. Nunes, 1991, p.37).

no sentido de Cooreman (1985, 1987, apud Givon, 1994). A definição pragmática das construções de voz aqui focalizadas é a seguinte:

Construções de Voz	Topicalidade Relativa
Ativa	AGT > PAC
Passiva	AGT < PAC
Impessoal	AGT << PAC

A ativa define-se pragmaticamente como a construção de voz em que o Agente é mais tópico que o Paciente, que, todavia, ainda retém considerável topicalidade (AGT > PAC). Relativamente a essa norma não-marcada, os dois tipos de construções de voz aqui enfocados podem ser então definidas como:

a) passiva: o Paciente é mais tópico que o Agente, embora este retenha considerável topicalidade, sendo, por isso, facultativo, na medida em que pode ser mantido ou suprimido/demovido (AGT < PAC);

b) impessoal (clítica e não-clítica): o Agente é extremamente não-Tópico, sendo por isso suprimido, mas o Paciente, embora mais Tópico que o Agente, pode ou não adquirir as características de subjetividade (AGT << PAC).

Assim, das duas construções, apenas a passiva promove explicitamente a Sujeito/Tópico o participante afetado e permite reter a entidade agentiva, que se manifesta no interior de um SP. Mesmo que o Agente nem sempre se manifeste, enunciá-lo depende unicamente do ponto de vista do falante em relação ao evento e não de alguma restrição sintático-semântica. Nesse aspecto, a construção passiva contrasta com a voz impessoal em que o Agente é semanticamente suprimido.

Tendo mostrado a importância da atribuição tópica para a configuração formal dos dois tipos de construção, resta-nos discutir, finalmente, como os três domínios funcionais convergem para produzi-los.

A construção impessoal está deixando progressivamente de ser semanticamente detransitiva e o domínio funcional predominante é o da impessoalidade, que, nesse caso, supera a atuação da detransitividade semântica. Ao menos como tendência estatística, a passiva também é, como vimos, marcada pela impessoalidade, cujo indício mais evidente é a impossibilidade de se recuperar a identidade referencial do SN agentivo não manifesto formalmente. De qualquer modo, essa condição não é obrigatória, ficando ao arbítrio do enunciador selecionar a construção com ou sem SN agentivo, conforme as exigências discursivas.

Quanto à detransitividade, a passiva é uma construção semanticamente estativo-processiva, se comparada ao alto grau de transitividade do predicado da ativa correspondente. A passiva se submete a uma clara tendência pela topicalidade da entidade Paciente promovida a Sujeito, o que se verifica na alta incidência de anteposição de SNs nominativos; alguns casos de posposição são também pragmaticamente motivados.

De um ponto de vista sintático, as propriedades de marcação de caso, presentes no Sujeito/Agente da ativa, são automaticamente transpostas para o Tópico não-agentivo da passiva. Como a identidade do Sujeito/Agente pode não estar totalmente suprimida, a modalidade de voz passiva que se pratica no português aproxima-se tipologicamente da do inglês e não da do *ute*, considerando os dois extremos do *continuum* da hipótese explicativa avançada por Givón (1981, 1994). De fato, não é obrigatória a supressão da identidade do Agente, o predicado não mantém traços de transitividade e não é admissível que qualquer argumento não-Sujeito da ativa venha a se constituir como Sujeito/Tópico da passiva.

Na construção impessoal, mais bem caracterizada como não-promotora, as propriedades de marcação de caso, presentes no Sujeito/Agente da ativa, não são transpostas para o Tópico não-agentivo. É em razão disso que essa estrutura mantém o traço ativo-transitivo, o que significa aplicar-se a correlação entre os parâmetros (a-c): quanto menos uma língua atribuir marcação de Sujeito/Agente a Tópico, tanto mais a construção de voz mantém traços transitivos e ativos e tende a suprimir o agente da ativa (correlação a-b). Essas propriedades permitem alinhar a impessoal com as construções situadas no extremo da escala que caracteriza a passiva do *ute*.

As construções passiva e impessoal apresentam-se, assim, em distribuição complementar em relação aos traços semânticos e pragmáticos envolvidos, o que significa também diferentes graus de restrições para a formulação de cada tipo. Para construir um exemplar de voz impessoal, basta indeterminar a entidade controladora do evento, que exerce a função de Sujeito no esquema de predicado subjacente, preservando-se as características ativo-transitivas do verbo. Isso explica a expansão cada vez mais acentuada dessa construção de voz para outros tipos semânticos de verbos, como os estativos. Já a passiva necessita de restrições mais graves: sua detransitivização, em comparação com uma construção ativa, só é possível mediante o recurso a procedimentos morfossintáticos, inserção de auxiliar e predicado participial que a tornam uma construção estativo-processiva.

CAMACHO, R. G. Passive and impersonal constructions: functional distinctions. *Alfa (São Paulo)*, v.44, p.215-233, 2000.

- **ABSTRACT:** *According to Givón (1981), the typological characterization of passive, which is necessarily scalar and non-discrete, includes three functional domains: clausal topic assignment, impersonalization and de-transitivization. This paper's main objective is to give a functional characterization to the morphosyntactic difference between passive and impersonal constructions of spoken Portuguese.*
- **KEYWORDS:** *Passive voice; impersonal voice; topicalization.*

Referências bibliográficas

ARCE-ARENALES, M. et al. Active voice and middle diathesis: a cross-linguistic perspective. In: FOX, B., HOPPER, P. J. *Voice: form and function*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 1994. p.1-22.

BACELAR DO NASCIMENTO, M. F., MARTINS, A. M. *Construções verbais portuguesas em -se médio observadas em textos medievais e em textos contemporâneos*. Texto inédito não publicado, s. d.

CAMACHO, R. G. O papel da estrutura argumental na variação de perspectiva. In: KOCH, I. G. V. (Org.) *Gramática do português falado: desenvolvimentos*. Campinas: Ed. Unicamp, Fapesp, 1996, v.I.

CÂMARA Júnior, J. M. *Princípios de lingüística geral*. 4.ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1972.

DIK, S. C. *The theory of functional grammar*. Dordrecht: Foris, 1989.

GIVÓN, T. Typology and functional domains. *Studies in Language*, v.5, p.163-93, 1981.

_____. The pragmatics of de-transitive voice: functional and typological aspects of inversion. (Introduction). In: _____. (Ed.) *Voice and Inversion*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1994. p.3-46.

HOPPER, P. J., THOMPSON, S. A. Transitivity in grammar and discourse. *Language (Baltimore)*, v.56, n.2, p.51-299, 1980.

KATO, M. A., TARALLO, F. Anything YOU can do in Brazilian Portuguese. In: JAEGGLI, O., SILVA-CORVALAN, C. (Org.) *Studies in romance linguistics*. Dordrecht: Foris, 1986.

KEENAN, E. L. Towards a universal definition of "subject". In: LI, C. (Ed.) *Subject and topic*. New York: Academic Press, 1976.

- KEMMER, S. Middle voice, transitivity and the elaboration of events. In: FOX, B, HOPPER, P. J. (Ed.) *Voice: Form and function*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 1994. p.179-230.
- NOONAN, M. A tale of two passives in Irish. In: FOX, B., HOPPER, P. J. *Voice: Form and function*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 1994. p.279-312.
- NUNES, J. M. *Se* apassivador e *Se* indeterminador: o percurso diacrônico no português brasileiro. *Cadernos de Estudos Lingüísticos (Campinas)*, n.20, p.33-58, 1991.
- SHIBATANI, M. Passives and related constructions. *Language (Baltimore)*, v.61, n.4, p.821-48, 1985.

ORAÇÕES ENTRELAÇADAS¹

Clóvis Barleta de MORAIS²

- RESUMO: Há períodos de três orações das quais a segunda, aparentemente introduzida por um pronome relativo, é na verdade uma oração "solta", principal da última, que por isso tem duplo valor, geralmente adjetiva e substantiva. Já existiam em latim e sobreviveram nas línguas românicas; em português são conhecidas nos três períodos da língua, mas receberam pouca atenção de nossos gramáticos e professores, que ainda se mostram admirados quando confrontados com uma estrutura tão exótica.
- PALAVRAS-CHAVE: Orações subordinadas; estrutura sintática irregular.

Apresentação

É costume dizer que o período composto pode ser formado por coordenação ou subordinação (e alguns autores brasileiros acrescentaram, sem razão, a justaposição e a correlação). Mas coordenação e subordinação não são fenômenos afins, e o termo *coordenação* tem sido usado com dois sentidos: pode referir-se à *natureza* de uma oração (no sentido de "essência", em oposição a *acidente*) ou ao *modo de ligação* das ora-

1 O assunto, agora revisto e aumentado, foi tratado na tese de doutoramento do autor, *Contribuição ao estudo das orações subordinadas adjetivas nas línguas românicas*, 1973. Por sugestão do orientador, apresentamo-lo numa das reuniões do GEL.

2 Departamento de Linguística - Faculdade de Ciências e Letras - UNESP - 14800-901 - Araraquara - SP - Brasil.

ções. Assim, *oração coordenada* pode significar, por um lado, “oração independente”, e, por outro, “oração justaposta ou conexa”.

É curioso observar como ficam marginalizadas certas idéias claras e simples, ditas há muito tempo, ao passo que algumas inexactidões continuam sobrevivendo até hoje. Um modesto compêndio francês de meados do século XIX ensinava que “Há três espécies de orações: a oração *independente*, a oração *principal* e a oração *subordinada*” (Larive, 1899). Assim, quanto à *natureza*, as orações podem ser independentes, ou principais e subordinadas, como tão bem explicou o lúcido Gama Kury (1985). As independentes podem aparecer sozinhas (absolutas) ou agrupadas (coordenadas), e é por isso que certos autores dizem *orações independentes coordenadas* (e não simplesmente *coordenadas*). As principais e as subordinadas sempre andam juntas.

O *modo de ligação* das orações é outra coisa. As orações podem estar ligadas entre si por *justaposição*, por *conexão simples* ou por *correlação*. Há justaposição quando uma oração se segue simplesmente a outra, sem estar vinculada a ela por nenhum conectivo (conjunção): *João trabalha, estuda*. A conexão simples ocorre quando aparece uma conjunção: *João trabalha E estuda*. E tem-se conexão enfática ou correlação quando as orações estão mais fortemente ligadas por locuções conjuncionais correlativas: *NÃO SÓ trabalha, MAS TAMBÉM estuda* (Morais, 1981, 1988).

O conceito de subordinação é de essência, e se refere à natureza da oração; o de coordenação (no sentido de “modo de ligação”) é acidental, e *não interfere* na natureza das orações. Por coordenação se podem unir orações da mesma natureza: uma independente a outra independente, uma principal a outra principal, uma subordinada a outra subordinada. Trata-se, pois, de um processo formal de ligação ou relacionamento de orações que não se opõe, de modo nenhum, à subordinação. Tanto assim que pode haver orações subordinadas a uma mesma principal e coordenadas entre si; isto é, são por natureza orações subordinadas, e estão ligadas (coordenadas) entre si. Coordenação e subordinação são fenômenos distintos que podem coexistir.

As conjunções coordenativas ligam sempre elementos da mesma natureza: um sujeito a outro sujeito, uma oração adverbial a outra oração adverbial. A conjunção *e*, por exemplo, como que equivale a um sinal de igual (=): o que vem depois dela tem de ser igual ao que veio antes. Como em aritmética, não se pode somar batatas com cadeiras.

Coordenados são os elementos iguais que estão juntos, formando uma *seqüência*. Assim, duas orações que “são” *independentes*, podem “estar” coordenadas entre si (o mesmo para as principais e subordinadas).

Finalmente as orações subordinadas podem ter o *valor* de um substantivo, de um adjetivo ou de um advérbio.

Vejamos agora as orações entrelaçadas. Em

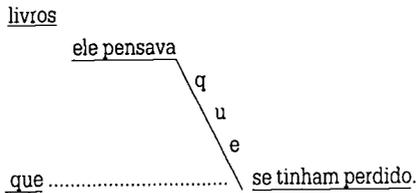
Aqui estão os livros que se tinham perdido,

temos uma oração principal seguida de uma adjetiva ligada a *livros*. Estrutura clara, simples, coerente. Mas é possível intercalar entre elas uma terceira oração, assim:

Aqui estão os livros que ele pensava que se tinham perdido.

Esse é o tipo mais comum da construção que os gramáticos chamam *oração entrelaçada*, os franceses *période entrelacée* (Bourciez, 1956, § 252c), os ingleses *interwoven clauses* (Kruisinga, 1932, § 2333).

O Prof. Isaac Nicolau Salum, orientador de minha tese, usava o seguinte esquema, simples e claro:



O período é formado por três orações, das quais a primeira e a segunda são orações principais; a terceira tem duplo valor: é ao mesmo tempo substantiva e adjetiva. O pronome relativo *que*, que parece introduzir a segunda oração, na verdade pertence à terceira. As afirmações são surpreendentes; devemos estar cientes de que as línguas nem sempre têm construções coerentes, normais, “lógicas”.

Aqui estão os livros é a oração principal da terceira, *que se tinham perdido*.

Que se tinham perdido é subordinada adjetiva em relação à primeira.

Ele pensava é oração principal de *que... que se tinham perdido*, e esta é substantiva objetiva direta em relação à segunda.

Enfim, a última oração é, *ao mesmo tempo*, substantiva E adjetiva, ou substantiva-adjetiva, presa por duas “pontas” (uma conjunção integrante e um pronome relativo) a duas orações principais.

E não há relação nenhuma entre as orações *Aqui estão os livros e ele pensava*.

Tipos de orações entrelaçadas

Substantivas-adjetivas

Aparecem dois *quês*, o primeiro pronome relativo, o segundo conjunção integrante. A oração substantiva tem um de seus termos representado por um relativo, que pode ser sujeito, objeto direto.

“Uma sala que parece que não tinha fim” (G. Coutinho, *Confidências*, cap. I, p.8).

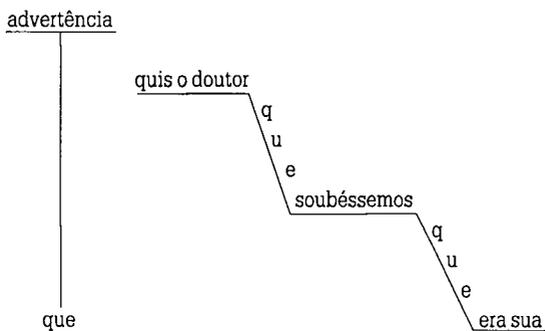
“Mulher néscia, cousa é pesada, mas não insofribel; procure o marido emprestar de seu juízo às ações de sua mulher aquela discrição que vir que lhe falta” (F. M. de Melo, *Carta de guia*, cap. VII, p.126).

“sofri o que é muito bem feito que sofra todo o renegado...” (Garrett, *Viagens*, cap. XII, p.88).

“Bem sabes toda a maldade que o teu coração reconhece que fizeste a Davi” (Almeida, *1 Reis* 2.44).

Mais raro é o caso em que o relativo pertence não à terceira, mas à quarta oração.

“É advertência de Santo Ambrósio, e advertência que quis o grande doutor que soubéssemos que era sua” (Vieira, *Sermões*, v.I, col. 242).



Não aparecem os dois *quês*:

- *quando* há elipse da conjunção integrante, certamente motivada pelo desejo de variar:

“Agora pedir-vos-ei a mercê que espero me concedais” (Herculano, *Monge*, cap. VIII, p.119).

"Deste orgulho, que eu suponho não existirá de hoje a cem anos, () resultou a facilidade com que fui ontem procurar D. Rosa" (Camilo, *A filha do arcebispo*, cap. XXIX, p.202).

"Contar-lhe-ia que os dous meninos de mama, que ela predisse seriam grandes, eram já deputados" (Machado, *Esau e Jacó*, cap. CXVIII, p.233).

"E o enfermeiro que não tem coração para negar ao doente o púcaro de água que sabe lhe fará mal, () não mostra verdadeiro amor" (Bernardes, *Luz e calor*, p.55).

• *quando* se usa outro relativo:

"O que vou referir-vos foi dito há dezenove anos por Dias na véspera de partir-se para o sertão, de onde um pressentimento lhe advertia que não devia voltar" (Alencar, *As minas de prata*, v.I, cap. V, p.53).

"o filho, de quem [ela] sabia que eu não gostava muito nem pouco" (Machado, *Memórias póstumas*, cap. XC, p.238).

"para vós, envenenadores impunes, () as caudais de sulfúrio em combustão eterna nas furnas tartáreas, onde é de fé que dá urros medonhos um condenado chamado Nicot, que trouxe para a Europa o tabaco" (Camilo, *O que fazem mulheres*, p.13).

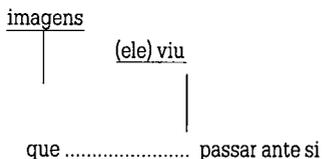
"salas () onde () hoje tenho provas de que a minha reputação de probidade podia perigar" (Herculano apud O. Mota, *Lições de português*, p.311).

"Cristo, () ao qual é necessário que o céu receba até aos tempos da restauração de todas as cousas" (Figueiredo, *Atos 3.20-21*).

• *quando* a oração substantiva é reduzida de infinitivo:

Outro recurso da língua literária para evitar a repetição dos *quês* é o emprego do verbo da terceira oração no infinitivo, do qual o relativo é quase sempre sujeito.

"É então que ele colige as suas recordações; une, parte, transmuda as imagens das existências que viu passar ante si" (Herculano, *Eurico*, cap. V, p.36).



"ir saber a causa do sorriso quase imperceptível que viu roçar os lábios de Helena" (Machado, *Helena*, cap. VIII, p.60).

"apareciam facilmente testemunhas, que depois se provava serem falsas" (Herculano, *Inquisição*, v.I, p.119).

"Pelo contrário, os que se tem por notório e incontestável excedem o nível da instrução ordinária, esses para nada servem" (R. Barbosa, *Oração aos moços*, § 75, p.90).

"aparelhou o velho profeta o seu jumento para o profeta a quem tinha feito voltar" (Figueiredo, *3 Reis = 1 Reis* 13.23, 26 – a quem é o sujeito de voltar).

"um homem a quem () se fizera crer na possibilidade de lhe suceder a ele" (Herculano, *Monge*, cap. XVI, p.51, 30 – a quem é o sujeito de crer).

Não é o mesmo caso o deste exemplo: "daquelas velhas coisas, () a que gostei mais de ver foi um belo jarrão de porcelana da China" (L. Barreto, *Clara dos Anjos*, p.246). O que é objeto direto de *ver*, mas *gostar de ver* forma uma locução verbal, e não duas orações.

- quando a oração substantiva é interrogativa indireta:

"E esta exaltação () com que ouço falar em () filósofos que não sei se existiram!" (G. Ramos, *Caetés*, cap. XXXI, p.268).

"Havia outras [considerações] () que ela sabe se eram piores ou melhores" (Herculano, apud O. Mota, *Lições*, p.311).

"Qual é para mim a liberdade religiosa?! É a liberdade religiosa anunciada por Jesus de Nazaré, personagem com quem não sei se os neocatólicos tem íntimo conhecimento" (Herculano, *Casamento civil*, terceira carta, p.5 – Até o século passado não havia distinção entre *ele tem* e *eles tem*, *ele põe* e *eles põe*).

Adverbiais-adjetivas

Muito menos comuns que as substantivas-adjetivas são as adverbiais-adjetivas, isto é, orações adverbiais que têm um de seus termos representado por relativo. Um dos tipos, semelhante ao das substantivas-adjetivas, ainda se encontra na linguagem moderna. É o do

- *relativo* e infinitivo regido de preposição:

"Mas aquele olhar de independência, que tanto nos separava, havia passado, cedendo lugar a uma humilde tristeza que bastaria uma palavra minha para esvanecer" (F. Sabino, *A vida real*, p.45).

Há outro tipo mais raro, com o pronome *o qual*:

"esta reunião de elementos () tão heterogêneos é uma porção da sociedade que pretensiosamente se decora com o título de elegante, e

para pertencer à qual é difícil fazer resenha dos requisitos necessários" (J. Dinis, *Uma família inglesa*, cap. III, p.27).

"matérias para estudar seriamente as quais é necessária maior contensão de espírito do que lhe consentia a ele a demasiada vivacidade do seu talento mais pronto que sólido" (Herculano, *Casamento civil*, quarta carta, p.10).

"bateria [=bateria] de tentações, para resistir às quais é necessário que as suas potências estejam bem habituadas" (Bernardes, *Os últimos fins do homem*, p.228).

Depois de apresentar um exemplo idêntico – *É problema para resolver o qual são necessárias duas condições* –, Dias (1918, § 367) observa: "Todavia evita-se esta construção quanto possível, e diz-se por ex.: *É problema para cuja resolução são necessárias duas condições*". O exemplo foi escolhido a dedo; é que nem sempre existe o substantivo abstrato para substituir a construção de infinitivo. Nos exemplos anteriores, poderíamos dizer *para cujo estudo sério*, mas não **para cuja pertinência* nem **para cuja resistência*...

- *relativo* e conjunção subordinativa:

Parece construção própria da língua clássica. É diferente das outras porque o relativo não pertence à terceira oração, mas à segunda mesmo, tornando impraticável o esquema gráfico do Prof. Salum.

"dando () ordem aos criados, que subindo-se à rocha, vissem o sucesso do desafio, no qual se ele morresse ficando a fera viva, tratassem de salvar-se fugindo" (Bernardes, *Nova floresta*, v.I, p.357, citado por M. Barreto, *Novos estudos*, p.260).

"cachorrinhos de manga, que se adoecem de puro mimo, se chama o mais perito na arte de os curar" (ibidem, v.V, p.31-2, citado por M. Barreto, *Novos estudos*, p.261, que transcreve também exemplo idêntico do v.IV, p.444).

"Esperas porventura no Egito, que é um bordão de cana e rachada, sobre a qual se o homem se firmar, esmigalhada se lhe meterá pela mão, e a traspassará?" (Figueiredo, *4 Reis = 2 Reis* 18.21). Construção regular: cana rachada, que se meterá pela mão do homem se este se firmar sobre ela.

"Só da parte ocidental () oferece uma costa alguma cousa menos íngreme, a qual se fora cortada, () tínhamos aqui () uma daquelas forças () inexpugnáveis" (Luís de Sousa, *História de S. Domingos*, 1ª parte, livro 1º, cap. XII, p.63).

"Conta Solino que há i ua fonte no Epiro, onde se metem ua tocha apagada, sai acesa" (Heitor Pinto, apud Dias, 1918, § 367).

“rei () em cujas mãos se cairmos, é certa a pena merecida” (Bernardo de Brito, apud Barreto, 1927, p.94).

Barreto (1927, p.260) traz ainda três exemplos de Camões, *Os Lusíadas*, I, 33; III, 16; e III, 21.

• *relativo* e gerúndio:

Aqui também o relativo pertence à própria oração de gerúndio.

“E logo aqueles etíopes, arrebatando-me furiosamente, me açoutaram e derribaram em terra; a qual abrindo-se, fui levado por umas cavernas medonhas” (Bernardes, *Nova floresta*, v.I, p.139).

“Achava-se ali um moço hebreu, () ao qual referindo nós os sonhos, ouvimos tudo o que depois comprovou o sucesso” (Figueiredo, *Gênesis* 41.12-13).

moço

ouvimos tudo o

que o sucesso comprovou
ao qual referindo nós os sonhos

“e lhes mostrei os meus juízos, observando os quais viverá o homem por eles” (Figueiredo, *Ezequiel* 20.11). A construção regular é: E lhes mostrei os meus juízos, pelos quais o homem viverá se os observar.

• *relativo* e participio:

“[O oculista] encontra em cada zona um reduzido número de clientes, curados os quais, ou desenganados, força é que abale da freguesia” (M. Lobato, *Cidades mortas*, p.229).

“os dous meteram-se em casa durante três meses, findos os quais depositaram nas augustas mãos a obra acabada” (Machado, *Páginas recolhidas*, p.20).

“Viu de esguelha o sapateiro () dar um último polimento à sua obra; feito o quê arranjou o embrulho” (Alencar, *A pata da gazela*, cap. VI, p.66).

“Ora, o tempo que os filhos de Israel tinham morado no Egito, foram quatrocentos e trinta anos; completos os quais todo o exército do Senhor nesse mesmo dia saiu da terra do Egito” (Figueiredo, *Êxodo*, 12:40-41).

“Nós te suplicamos também que perdoes esta iniquidade aos servos do Deus de teu pai. O quê ouvido, chorou José” (idem, *Gênesis*, 50:17).

“Contou-lhe o caso todo. De quê admirado o amigo, rompeu dizendo (...)” (Bernardes, *Nova floresta*, v.I, p.405).

“o tormento da túnica molesta (), que era uma camisa justa, banhada em materiais mui combustíveis, a quê pegado o fogo, consumia-se o padecente queimado vivo” (*Paraíso de contemplativos*, p.73-4).

Adjetivas-adjetivas

São raros, embora talvez não provoquem excessiva estranheza, os exemplos de adjetivas-adjetivas, ou seja, orações que têm *dois* relativos.

“Sob aquela árvore está o monumento de onde sai a voz que todo homem que ouve perde o juízo e fica esmorecido para sempre” (adaptação moderna de um texto da *Demanda do Santo Graal*, cap. LVII, p.75).

voz

todo homem perde o juízo

que que ouve

“escudo () no qual todos os que punham fitos os olhos, ficavam pedras” (Heitor Pinto, apud Dias, 1918, § 376).

“Mas este bom soldado, cujo nome / Não há poder algum que não abata / Foi, Marília, somente / Um ditoso pirata, / Um salteador valente” (Gonzaga, *Marília*, lira XXVIII – Isto é, esse nome abate todos os poderes).

“Desta o pastor nasceu, que no seu nome / Se vê que de homem forte os feitos teve; / Cuja fama ninguém virá que dome, / Pois a grande de Roma não se atreve” (Camões, *Os Lusíadas*, III, 22).

Isso é o único bem do qual aquele que se apodera, é necessário que seja feliz.

“*Destarte, outrossim, obterperar* são verdadeiros palavões que, francamente, não há cristão que me obrigue a empregar” (F. Sabino, *A falta que ela me faz*, p.112).

Substantiva-adverbial

“Inclinou-se o Senhor à terra, fez com a mão onipotente um pouco de lodo, aplicou-o aos olhos do cego; e *quando parece* que lhos havia de escurecer e cegar mais com o lodo, com o lodo lhos abriu e alumiou” (Vieira, *Sermões*, v.I, col. 613).

“Eu agora mesmo o abomino como nunca pensei que se pudesse abominar!” (Camilo, *Amor de perdição*, cap. IV, p.64).

“Sou uma mulher que te amava como creio que ordinariamente se não ama” (Garrett, *Viagens*, cap. XXXIII, p.239 – *como pertence à oração de que ordinariamente se não ama*).

As orações entrelaçadas e as gramáticas

As orações entrelaçadas, apesar de não serem raras, não mereceram a atenção de muitas e boas gramáticas portuguesas, não obstante as observações de três gramáticos conceituados. É verdade que nem sempre foram muito felizes as explicações desse trio, que também não chegou a imaginar o esquema claro do Prof. Isaac Salum. Mas é preciso reconhecer a perspicácia deles e seu mérito como pioneiros entre nós.

Epifânio Dias estudou as entrelaçadas francesas em sua *Gramática francesa* (§ 385e). Os franceses já haviam dado com o problema havia muito tempo: está nas *Remarques sur la langue françoise* de Vaugelas (1647), na *Grammaire nationale* de Bescherelle (1834), em Ayer, *Grammaire comparée* (1876), bem como em gramáticos modernos: Nyrop, Ferdinand Brunot, Le Bidois, Grevisse, Wartburg et Zumthor. Dias estudou-as na *Gramática portuguesa* (1878, § 245, p.142) e na sua *Sintaxe histórica portuguesa*, póstuma (1918, § 367, p.278-9). Nos *Novos estudos da língua portuguesa* de Mário Barreto (cap. XI) vêm comentários e exemplos de orações entrelaçadas, bem como em *Através do dicionário e da gramática*. Otoniel Mota consagra ao assunto cinco parágrafos da Lição LIX da 3ª edição das suas *Lições de português* (p.110). É preciso mencionar ainda o *Ensaio sobre os latinismos nos Lusíadas* de Correia da Silva (1931), e Sousa da Silveira (1960, p.89). Mais recentemente apresentaram observações a respeito das orações entrelaçadas Evanildo Bechara (1975, p.246, 1985) e Gama Kury (1985).

Mas não há nada sobre o assunto nas obras de Júlio Ribeiro, Ernesto Carneiro Ribeiro, Grivet, Maximino Maciel, Ribeiro de Vasconcelos, Adolfo Coelho, Antônio Augusto Cortesão, João Ribeiro, Carlos Góis, Eduardo Carlos Pereira, Mário Pereira de Sousa Lima, Rocha Lima, Gladstone Chaves de Melo, Celso Cunha.

O que causa maior admiração é a ausência de menção do assunto em Said Ali, o atilado pesquisador que perscrutou com tanto cuidado a

sintaxe portuguesa, explicando construções que ninguém antes dele havia sequer mencionado.

MORAIS, C. B. de. Interwoven clauses. *Alfa (São Paulo)*, v.44, p.235-246, 2000.

- **ABSTRACT:** *In some three-clause complex sentences, the second one, apparently introduced by a relative pronoun, is in fact a "detached" clause, which in turn is the main clause of the last one. Therefore this last clause has a double value: it generally is a noun and an adjectival clause. They already existed in Latin and survived in the romance languages. They are present in the three periods of Portuguese language development, but received little attention of our grammarians and teachers, who are still amazed when they face such unusual structure.*
- **KEYWORDS:** *Subordinate clauses; irregular syntactic structure.*

Referências bibliográficas

- BARRETO, M. *Novos estudos da língua portuguesa*. 2.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1921.
- _____. *Através do dicionário e da gramática*. Rio de Janeiro: Livraria Quaresma, 1927.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 19.ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1975.
- _____. *Lições de português pela análise sintática*. 13.ed. rev. Rio de Janeiro: Padrão, 1985.
- BOURCIEZ, É. *Eléments de linguistique romane*. 4.éd. Paris: Klincksieck, 1956.
- DIAS, A. E. da S. *Gramática portuguesa*. 2.ed. rev. Porto: Livraria Moré, 1878.
- _____. *Gramática francesa*. 8.ed. Porto: Livraria Universal, 1895.
- _____. *Sintaxe histórica portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1918.
- KRUISINGA, E. *A Handbook of Present-Day English*. Part II. English Accidence and Syntax. 3. 5.ed. Groningen: P. Noordhoff, 1932.
- KURY, A. da G. *Novas lições de análise sintática*. São Paulo: Ática, 1985.
- LARIVE ET FLEURY. *La deuxième année de grammaire*. 95.éd. Paris: Armand Colin, 1899.

- MORAIS, C. B. A correlação em português. In: *Estudos de filologia e lingüística*, miscelânea em homenagem a Isaac Nicolau Salum. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981.
- _____. Senão... ao menos: da oração concessiva à locução conjuncional correlativa. *Alfa (São Paulo)*, v.32, 1988.
- MOTA, O. *Lições de português*. 8.ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1938.
- SILVA, C. E. C. da. *Ensaio sobre os latinismos nos Lusíadas*. Coimbra: França Amado, 1931.
- SILVEIRA, S. da *Lições de português*. 6.ed. melhorada. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1960.

DA CONVERSAÇÃO À GRAMÁTICA: A NATUREZA DO APOSTO

Lygia Corrêa Dias de MORAES¹

- RESUMO: Observando a ocorrência do aposto na língua falada, procura-se aqui definir-lhe a natureza, bem como a função que ele tem tanto na estrutura da frase quanto na da conversação.
- PALAVRAS-CHAVE: Aposto; conversação; entoação; reconstrução; paráfrase.

Introdução

Quer na gramática tradicional, quer na lingüística, encontra-se dificuldade na conceituação exata do aposto. Os critérios de definição acabam, na maior parte das vezes, por contradizer-se ou contrariar os dados empíricos. A razão disso talvez esteja na própria natureza do aposto, suspenso entre a frase e o discurso, voltado para a enunciação. Observá-lo na língua falada, por isso, poderá ser o caminho adequado para chegar ao esclarecimento e à compreensão de sua natureza. Tal é a motivação deste estudo.

Apoiamo-nos para tanto em um pequeno *corpus* de língua falada, tomado ao Projeto Nurc/SP, representando 9h50min de gravação, cuja audição acompanhou a leitura das transcrições publicadas em Castilho

1 Docente no Programa de Pós-Graduação de Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo – USP – 05508-900 – São Paulo – SP – Brasil.

& Preti (v.I, 1986; v.II, 1987) e Preti & Urbano (v.III, 1988). São três inquéritos do tipo EF (elocução formal), um de cada faixa etária, um informante de sexo feminino e dois do masculino; outros três, D2 (diálogo entre dois informantes), um de cada faixa etária, um informante masculino, os demais, femininos; e cinco DID (diálogo entre informante e documentador), dos quais três da primeira faixa, os outros das outras duas, dois do sexo masculino.

Encontramos no aposto visíveis marcas da interação, que nos pareceram a melhor pista para buscar-lhe a natureza.

O aposto na teoria gramatical

Na gramática tradicional, a unanimidade de conceituação traduz-se na quase uniformidade de definição. De maneira geral, baseia-se esta em traços prosódicos, morfossintáticos e semânticos, que a seguir recordamos em síntese.

Quanto aos prosódicos: dão-se como distintivas do aposto as pausas que o separam de seu antecedente, de um lado, e do restante da frase, de outro, pausas representadas na escrita por vírgulas, travessões, parênteses, ou mesmo ponto final – o que, de resto, vale apenas para o aposto não-especificativo, ou seja, explicativo.

Quanto à morfologia: identifica-se como aposto o substantivo colocado ao lado de outro substantivo, que explica ou especifica, predicando-o (Bello & Cuervo, 1970, p.40), às vezes ligando-se pela preposição *de*.

Quanto às propriedades sintáticas: seria função do aposto na frase a mesma de seu fundamental, um vez que, eliminado este, o aposto o substitui sem prejuízo à gramaticalidade. O aposto, pois, repetiria a função sintática do fundamental.

Quanto às características semânticas: a central é que o aposto refere-se ao mesmo ser que o fundamental, constituindo nova repetição, a do significado.

Além disso, os gramáticos arrolam vários tipos de aposto, de acordo com o papel que cumpre em relação ao fundamental. Com esses nomes, ou equivalentes, encontram-se dois tipos principais, o explicativo e o restritivo, ou especificativo, divididos em subtipos que variam conforme o autor.

Vejamos, no entanto, os pontos fracos de tais conceitos.

Na atribuição de traços prosódicos, indica-se apenas a pausa, sem atenção à variação entonacional, que mais do que a pausa (determinada na língua falada por fatores de natureza diversa), caracteriza o aposto. Fato, aliás, presente na menção dos vários sinais de pontuação citados: a entoação do fundamental irá variar, na leitura, segundo o sinal que tenha à frente, vírgula, travessões, parênteses ou ponto final. Fica esquecida a função expressiva da entoação, que poderá alterar os padrões melódicos e, em conseqüência, a pontuação.

Para Cruttenden (1986, p.78), o aposto, como outras estruturas de natureza parentética, forma um grupo entonacional à parte e repete o tom do fundamental.

Dando o aposto como função do substantivo, as gramáticas logo se contradizem: o aposto circunstancial (ou aparente) é normalmente adjetivo, e encontramos na prática apostos a outras classes (advérbios, pronomes) e a unidades maiores (sintagmas, orações e períodos), talvez mesmo conjuntos de nível mais complexo (conjuntos de períodos, parágrafos).

Quanto à função sintática do aposto, nova contradição: se o aposto repete a do fundamental – uma vez que pode substituí-lo – como pode ao mesmo tempo especificá-lo ou explicá-lo, função de modificador que o colocaria em outro nível de construção?

E quanto à natureza semântica: pode dizer-se que há identidade de significado? É evidente a confusão: o ser designado pelo fundamental e pelo aposto pode ser um só e o mesmo na realidade extralingüística, mas a cada designação corresponde um referente diverso, que é o conceito designado. Frege (1974, p.32) faz a distinção entre o sentido e o significado de um signo (que traduzimos aqui, interpretando seu texto, por significado e referente, respectivamente).

Os estudos mais recentes, com orientações teóricas diversas, nem sempre elucidam a questão satisfatoriamente. Em geral, apontam para o caráter particular dessa construção, mais mostrando problemas que certezas.

Mattoso Câmara (1968, p.55-6), mantendo de início a definição tradicional, afirma que “na aposição tem-se uma SEQÜÊNCIA, e não um sintagma (v.), mas uma seqüência centrípeta (que gira em torno de um ser como seu centro), em contraste com as demais seqüências, de caráter centrífugo (em que cada membro tem seu centro de referência)...”. Com isso reconhece o caráter específico do aposto, deixando-o entre a coordenação (seqüência de caráter centrífugo) e a subordinação.

Dubois (1973, p.44) repete e critica as definições tradicionais, mostrando a insuficiência dos traços distintivos geralmente atribuídos, e lem-

bra que a designação de *aposto* caberia de início apenas ao substantivo, tendo-se estendido depois ao adjetivo. Reconhecendo em todos os casos a função predicativa, afirma, porém, que “o nome colocado em aposição não tem por si mesmo função sintática, não sendo a aposição propriamente uma função gramatical” – o que já faz suspeitar que, sem lugar na estrutura sintática da oração, o aposto há de tê-lo em outra instância.

Crystal (1988, p.29) menciona o aposto como “termo tradicional mantido em alguns modelos da descrição GRAMATICAL para uma seqüência de unidades que são CONSTITUINTES no mesmo NÍVEL gramatical, e têm a mesma identidade, ou semelhança, com um REFERENTE”, bem como a mesma função sintática, já que a omissão de um deles não afeta a aceitabilidade da sentença. Reconhece, porém, muitos problemas teóricos e metodológicos, dada a ocorrência de casos em que nem todas as condições são reconhecidas.

A gramática gerativa postula para o aposto a origem numa inserção por relatividade, atribuindo-lhe o papel de atributo, dada sua função na frase de origem. Isso pode explicar o especificativo, mas por si só não esclarece a razão da diferença entre os dois tipos de aposto.

Uma moderna gramática do inglês, a de Quirk & Greenbaum (1987), dedica mais espaço à aposição do que o comum das gramáticas. Lembrando inicialmente sua semelhança com a coordenação, já que é uma relação entre entidades com “afinidade gramatical” (que entendemos como identidade de função), acrescenta a necessidade de identidade de referência de um na do outro (o que permite juntar os dois tipos, explicativo e restritivo, ou especificativo).

É também uma das gramáticas que relacionam indicadores de aposição, que podemos traduzir por *isto é, a saber, por exemplo, quer dizer, em outras palavras, ou melhor* etc., expressões que em geral correspondem às conjunções coordenativas explicativas de gramáticas anteriores à NGB (cf. Pereira, s. d., p.155), algumas das quais seriam hoje identificadas como marcadores conversacionais de reformulação.

Perini (1989, p.182-4) não inclui o aposto entre os termos do SN, sugerindo “tratar-se de um mecanismo de nível mais alto (digamos de nível oracional), mecanismo esse que permite repetir certos constituintes imediatamente após os constituintes primitivos, repetição apenas sintática”. Em outra obra, Perini (1995, p.121-2) inclui o aposto entre os parénticos, que exclui dos constituintes da oração.

Mathews (1981, p.224-36), em capítulo dos mais esclarecedores, discute longamente a aposição, que coloca em posição intermediária entre outros tipos de relação.

O aposto na língua falada

A seguir, confrontaremos algumas das afirmações já citadas com dados do *corpus*, examinando casos do aposto prototípico, que é o explicativo, ou não-restritivo.

Pausa e entoação

No material observado, as pausas antes do aposto parecem variar, de um lado, segundo o ritmo pessoal do falante e, de outro, de acordo com as necessidades do planejamento. Sua duração vai de nula (ou seja, não há pausa) até prolongada, acompanhando-se ou não de alongamento na(s) palavra(s) que as antecede(m). Vejamos:²

- (1) Inf (...) *nós **brasileiros** cumpríamos...o nosso longo destino...de país colonial:...exportar matéria-prima... (153, 782)*
- (2) Inf. o filme foi uma::como eu falei pra vocês *uma diversão:: **um hobby um pouquinho mais elevado. ...só isso.** (161,731)*
- (3) L1(...) já apronto o *outro* para ir à escola, *...o **menorzinho**,... (360,157)*
- (4) Inf (...) alguma coisa que aparecia ...pra:::atrapalhar *algo que funciona::va direit::inho, ...**um negócio que funcionava bem.** (153,09)*
- (5) Doc. e a *casca dele*...ahn:: sei lá ***casquinha que fica ainda*** se vendia assim(...) (18,423)
- (6) Inf (...) e nesta ocasião, ...a:::o Ministério da Educação...criou...*uma cadeira...de Biblioteconomia ArquiVÍstica*...no ensino comercial. ...***Coisa muito interessante***, porque hoje nós estamos vendo o ensino profissionalizante, ...a preocupação... profissionalizante. (242,51)

Em (1) não ocorre a pausa que normalmente ocorreria entre o fundamental, pronome, portanto, lexicalmente vazio, e o aposto que o preencheria (como, em “eu, João da Silva...”). Há uma só unidade entonacional, e não a entoação repetida de que fala Cruttenden.

2 Os exemplos são todos tomados ao material publicado pelo Projeto Nurc/SP, com o qual formamos o *corpus* mencionado inicialmente. Foram respeitadas suas normas de transcrição, mas, na dificuldade de melhor solução gráfica, com acréscimo de sinais de pontuação, para representar a variação da entoação. As pausas já no material original são representadas por reticências. Aqui, as vírgulas indicam elevação ou abaixamento de tom; o ponto final, descida para o mais grave; os dois-pontos, entoação suspensiva. O ponto de interrogação é usado com seu valor corrente. Esses sinais serão seguidos de reticências quando houver também uma pausa. Destaca-se com itálico simples o fundamental e como itálico negrito o aposto. Para localização do trecho citado, indica-se primeiro o número do inquérito e em seguida o da primeira linha da citação, na transcrição publicada.

O locutor de (2) fala muito rapidamente, e em consequência não se chega a perceber pausa antes do primeiro aposto, apenas o alongamento da sílaba anterior a ele. A pausa se dá antes do segundo aposto, que, aliás, como que resume o primeiro e só surge após a entoação de encerramento da primeira frase.

Em (3), havendo embora um segmento oracional entre o fundamental e o aposto, repete-se neste a entoação e surge a pausa prototipicamente esperada.

Em (4), a pausa não ocorre só no aposto, mas se manifesta também no interior dos vocábulos que o precedem, sob a forma de alongamentos. Em (5), ele se prolonga por meio de fáticos, com “ahn” e “sei lá”.

Finalmente, em (6), o aposto, precedido de pausa, refere-se a todo o enunciado anterior, encerrado com entoação fortemente descendente. Aliás, não só nesse excerto, como em toda a entrevista, a informante, da 3ª faixa etária, antiga professora, fala pausadamente e com pequenos silêncios freqüentes antes de iniciar cada frase. Denota, assim, planejamento prévio e consciente da fala, com o resultado de baixa ocorrência do aposto. No exemplo citado, isso causa o abaixamento entonacional que marca o fim da frase e, após a pausa de planejamento, a retomada, por meio do aposto, do enunciado anterior, a que faz um comentário, em seguida justificado por meio de uma oração explicativa.

Em resumo, a ocorrência do aposto, se por um lado parece atender à necessidade de clareza, o que evidentemente pressupõe a interação com um ouvinte, por outro denuncia falhas e dificuldades de planejamento. Elas se patenteiam nas pausas, principalmente entre as quais a indicadora de aposição, mas que podem ocorrer também em outros pontos do enunciado.

Além disso, a repetição da curva entonacional do fundamental permite supor no aposto um ponto de reconstrução da estrutura inicial, fato que explica a identidade sintática entre eles. O aposto que ocorre após a entoação de ponto final indicaria um comentário ou uma reflexão sobre o fundamental, o que denuncia uma volta do falante sobre seu próprio enunciado.

Finalmente, a ocorrência do aposto parece estar ligada também – o que parece óbvio – à velocidade da fala (*débit, delivery*) e, pois, à personalidade do locutor, à sua capacidade de planejamento prévio.

Organização interna do conjunto aposicional

Designamos com esse nome o conjunto formado pelo fundamental mais seu aposto.

Estrutura sintática

O caso típico é o de SN no fundamental e SN no aposto, contendo ou não determinantes ou modificadores. Quando o aposto é formado por oração, esta, evidentemente, se transfere para a condição de substantivo. É o caso que se vê em (1), em *nosso longo destino de país colonial, exportar matéria-prima*.

No entanto, não é essa a única possibilidade de aposição. Ela existe também entre núcleos de outra natureza, desde que sintaticamente equiparáveis.

(7) L1 (...) onde predomina o mercado...do que eu chamo do lixo...americano...do que já está caduco...mais ou menos nos Estados Unidos (...) (333, 394)

(8) L1 (...) parece que está saindo de uma...condição de subdesenvolvimento para chegar sei lá numa de de desenvolvido...okay?...uma::um caminho. (343,502)

(9) L1(...) então eu dizia, "mas é uma coisa estranha. neste Brasil inteiro, **neste país continente**, neste exato momento...**naquela hora** – parece que não sei se era oi/dez da noite – **dez da noite**, as criaturas mais diversas, **as faixas sociais mais diversas** estão presas a esse enredo, **essa história que se processa**." (333,455)

(10) Inf. (...) ele:: se apresentava sozinho,...a não ser com o conjunto musical e alguns recursos de *slides sendo projetados na::na parede, no finzinho da peça...coisa que durou::cinco ou dez minutos no máximo*. (161,571)

(11) Inf. (...) nós *lá em casa* costumamos mais comer frutas do que doces...o pessoal todo *lá em casa* prefere as frutas. (235,120)

Tomando ao pé da letra, da definição tradicional do aposto, a noção de que ele é um elemento que explica o antecedente, reconhecemos inegavelmente nos exemplos acima casos de aposição.

Em (7), é todo um SAdj que é retomado por outro SAdj que lhe imita a estrutura. E em (8), é o núcleo de um SADV que se reformula num aposto.

A construção de (9) vai-se fazendo pelo encadeamento de aposições sucessivas: entre sintagmas adverbiais *neste Brasil inteiro*, **neste país continente**, de início, a que se segue outra em *neste exato momento*, **naquela hora**, em que o núcleo *hora* é por sua vez definido por outro aposto, **dez da noite**. E depois, no SN sujeito, em *as criaturas mais diversas*, **as faixas sociais mais diversas**; e no interior do SV, em *esse...esse enredo*, **essa história que se processa**. Aqui, mais do

que dificuldade de planejamento, parece ter havido necessidade de acumulação, de natureza retórica.

O de (10) parece ser também um caso não previsto. Aí é uma oração de gerúndio (*slides sendo projetados na parede...*) – no entanto transferida para a condição de substantiva, ao se deixar reger de preposição para formar o complemento de *recurso* – que é retomada pelo aposto (***coisa que durou::cinco ou dez minutos no máximo***).

Finalmente, (11) é o que melhor mostra o caráter da aposição, processo sintático intermédio entre o plano da enunciação e o da estrutura sintática: ***em casa***, não há dúvida, pertence ao nível da oração, de que é um SADV; *lá*, como dêitico, revela a posição dos interlocutores em relação a ***em casa***, situando-se, pois, em outro nível de construção.

Em resumo: a aposição não se manifesta apenas entre dois nomes substantivos, como diz simplificadaamente a teoria gramatical, mas entre elementos sintaticamente compatíveis, ou melhor, que podem reduzir-se a uma mesma classe. Explica-se, pois, no plano gramatical.

Por outro lado, sua natureza ambígua começa a transparecer quando se atenta para a relação que mantém com a situação de produção da fala. Parece integrar-se no enunciado, mas conserva-se de certa forma externo à estrutura sintática da oração, uma vez que a ligação se faz por contigüidade, apenas, e nem sempre, como se viu, também pela entoação. Sua motivação, porém, se deverá procurar em necessidades da interação conversacional.

Relações semânticas

Vimos inicialmente que não se pode aceitar a identidade de significado do aposto e seu fundamental: eles remetem à mesma entidade, considerada no plano extralingüístico, não ao mesmo conceito; eles repetem uma menção. O fundamental indica um ser, uma circunstância, um fato, o aposto retoma-os sob nova espécie. Isso melhor se verá nos exemplos que selecionamos.

(12) Inf. (...) *o outro que vai receber*, ***o vendedor*** dirá sim ou não... (250, 563)
Este representa o caso prototípico, em que o aposto identifica o fundamental. Não é preciso insistir nele.

(13) Inf. (...) *se não me falha a memória, ele recebia por empreitada,...* ***por serviço***, vamos dizer. (18,63)

(14) Inf. (...) *havia um::...um sujeito*, ***um colono, um camarada***...que então ficava sentado numa cadeira,...(18,265)

(15) Inf. (...) o filme brasileiro foi considerado...um:::...penetra,...um::: **in-TRUso,...alguma coisa que aparecia ...pra::: atrapalhar** (153,06)

(16) L1(...) será que uma hora não fica *num círculo vicioso, num círculo sem saída?* (343,924)

As amostras dessa série têm em comum a constituição de apostos por sinonímia, revelando o esforço do falante para a expressão exata. Contudo, há provavelmente motivações diversas para sua presença.

Em (13), com um alongamento o locutor toma tempo para definir o tipo de contrato de trabalho, *por:: empreitada*, mas, fazendo pausa substitui por **por serviço**, que a expressão “vamos dizer” mostra ser uma escolha intencional, dirigida para o interlocutor.

Em (14), à mesma hesitação, denunciada por repetição do artigo, alongamento e pausa, segue-se uma sucessão de apostos: *sujeito é o hiperônimo, colono e camarada* o especificam, notando-se que nas relações de trabalho na fazenda (assunto do diálogo, nesse momento) não têm a mesma aplicação.

Em (15), o locutor, professor universitário numa conferência, demonstra por pausas e um alongamento demorado a dificuldade na escolha da palavra. A primeira encontrada, da gíria, talvez lhe pareça inadequada à ocasião, sendo substituída por um vocábulo de outro nível de fala.

Em (16), num diálogo em que os interlocutores não brilham nem pela elegância de linguagem, nem pela clareza, L1 parece julgar necessário esclarecer a locução *círculo vicioso*, o que faz pelo aposto. Como o diálogo todo tem um ritmo arrastado, pode-se supor aí, também, uma repetição necessária ao tempo de planejamento.

(17) Inf. (...) aí tinha *café... bastante café*.(18,49)

(18) Inf. então a::iluminação era feita com::: *lampião. ...lampião daqueles tipo Aladim...*(18,19)

(19) L2 eu estava na TUPI, trabalhando como::: funcionária da *Tupi, da Rádio Tupi, ...*(333,24)

(20) Inf. (...) então por exemplo *teste de Binet, ... teste de inteligência de Binet...*(377,105)

(21) L2 (...) acabaram tirando::: (acho que) **uma pena, uma pena de passarinho, uma galinha, um negócio assim** ... (343,763)

(22) L2 (...) **as aulas, as aulinhas lá que eu estou assistindo**.(...) (343,531)

(23) Inf. (...) nós colocamos propaganda em jornal:::...*cartazes* em::: escolas, em faculda:::des, em restauran:::tes,...**esses cartazes tradicionais de teatro**,... (161,474)

Todas essas ocorrências têm em comum a repetição, no aposto, do núcleo do fundamental, com o acréscimo de uma especificação que lhe altera a intensão, reduzindo a extensão (o que de resto ocorre sempre no aposto, não necessariamente com essa repetição). É de notar que em (21) ocorre, além disso, uma proposta de substituição do aposto. Em (22), o acréscimo assume também a forma de morfema de diminutivo. Em (23), o aposto com sua especificação vem distante do fundamental, como um pós-pensamento expresso para completá-lo.

No *corpus* examinado há muitos apostos que são enumerações. Tal fato relaciona-se com o tipo de inquérito e, mais fortemente, com o tema e com o tipo de pergunta do documentador, no caso das entrevistas. Tais enumerações tanto podem seguir-se a um termo simples como antecede-lo, no que melhor se chamará aposto anteposto, uma vez que é com o segundo termo que se fará a concordância verbal, se houver na seqüência uma oração.

(24) Inf. bom...fa::z...fazem...fazem-se *esses doces tradicionais*, né?

Doc. por exemplo?

Inf. [ahn::...**curau**,...**pamonha**,...**além do próprio milho verde**::,...**mi-lho verde assado**. (18,342)

(25) Inf.não ih::Deus me livre, detesto *asa*,...*pés*::,*cabeça*, (risos) *esses negócios*, ((riu))(235,155)

Em (24), o aposto é construído com a colaboração do documentador, a cuja fala o informante superpõe a sua para enumerar os doces tradicionais. Em (25), a enumeração termina num aposto resumidor.

Ocorre comumente entre o aposto e o fundamental uma relação fórica, que tanto pode ser de anáfora quanto de catáfora. A primeira está em (25), por exemplo. A segunda pode-se ver a seguir.

(26) L1 é tanto que se propõe sempre *aquilo*,...**o homem e a máquina** né?

(27) L1 HÁ pouco tempo ainda eu escrevi:: *isso*, **que todos os vitoriosos são alegres**. (333, 1130)

(28) Inf. (...) e *isto*...já...foi o início, **colocar uma cadeira que pudesse preparar**... (242,56)

(29) Inf. (...) mesmo que a pessoa chegar e falar *assim* para a gente, "**eu não sei o que fazer**", a gente deverá(...) (251,15)

(30) Inf.(...) *esta curva de distribuição*, **ela** representa...todas as notas obtidas,... (377, 246)

Quanto a (26), percebe-se, no contexto do diálogo, não um planejamento prévio, mas a falta de planejamento anterior à ocorrência do fundamental, o pronome *aquilo*, na verdade um vazio que o locutor procura

preencher com o aposto. Esse planejamento prévio parece existir em (27), ainda que impreciso, como denotam os alongamentos e o desvio de construção no aposto. Mas é firme em (28), de informante que se destaca exatamente pela precisão do planejamento. Em (29), tem-se o fórcio *assim* preparando a introdução do discurso direto. E finalmente, (30) mostra como o elemento destacado pela topicalização pode ser, sintaticamente, um aposto anteposto ao pronome.

A natureza do aposto

Parece-nos não caberem dúvidas quanto à motivação de natureza conversacional para o uso do aposto, em que transparecem visíveis as marcas da interação.

Ele representa um esforço de clareza que redundava em benefício do ouvinte. Mas ele se faz também em benefício do locutor: tanto corrige a falta de planejamento quanto lhe provê tempo para fazê-lo. Sendo uma forma parcial de repetição – uma vez que reitera sob novo aspecto um elemento do texto, às vezes mesmo com repetição lexical –, cumpre uma das funções que Tannen (1985, p.31) atribui à repetição, a de permitir que o ouvinte absorva as informações na velocidade de sua emissão pelo falante, enquanto proporciona a este o tempo de planejar o que dirá a seguir.

O aposto estaria, assim, entre a repetição e a paráfrase, como meio de manifestação de um dos processos constitutivos da língua falada, segundo Castilho, o de reconstrução (1995), ou reativação (1997).

Qual é, porém, o estatuto sintático do aposto?

Entendemos que ele é sintaticamente marginal. Insinua-se na estrutura oracional, mas não faz parte dela. Ainda que se diga que repete a função sintática do fundamental, visto que pode ocupar o lugar deste sem prejuízo à gramaticalidade, por esse mesmo motivo não se pode aceitar tal identidade de funções, pois nesse caso haveria coordenação e não aposição. Mantém com o fundamental uma relação semântica que não é a existente entre elementos coordenados, visto que nestes o segundo não altera a intensão do primeiro, não o determina, como faz o aposto.

O principal argumento em favor dessa identidade de funções estaria na concordância em caso, como ocorria no latim e no grego.

No entanto, Ernout & Thomas (1972, p.12-3), que inicialmente definem o nominativo como “uma espécie de caso zero, em que se punha todo substantivo que se encontrava isolado na frase por ruptura de construção”, documentam o uso desse caso no aposto, na língua vulgar, ou seja, a falta de concordância entre aposto e fundamental, “em razão de seu fraco elo de dependência”, como, em “*uicit Scorpis equis his: Pegasus, Elates, Andraemo, Cotynus*”. Mais adiante (p.135), exemplificam com autores clássicos casos em que, “sendo o aposto preso apenas por uma ligação muito fraca”, também a concordância em gênero e número (que não era obrigatória) deixa de fazer-se mesmo onde teria sido possível.

Em conclusão: como caracterizar o aposto?

Se, por um lado, as características entonacionais, morfossintáticas e semânticas que lhe são tradicionalmente atribuídas se viram desmentidas, foi possível, por outro, observar a forma como as necessidades interacionais podem pôr em ação o processo da aposição. Esta parece ser, pois, um daqueles mecanismos que Matthews (1981, p.224-36) estuda no capítulo da justaposição, em que termina por mostrar casos em que é difícil distingui-la de outros tipos de relação, sabendo-se que, por vezes, é certo não tratar-se de dependência, mas sem que se saiba exatamente se há aposição ou coordenação.

Ao final, voltamos ao começo: o aposto de fato não se integra na estrutura da frase. Mantém com estas relações semânticas – mas em que medida poderiam elas acarretar uma relação sintática que teria como marca apenas a contigüidade?

Sua ocorrência obedece a necessidades presentes na interação; ele surge como reformulação nos pontos em que o exige a necessidade que o locutor sente, quer de fazer-se mais claro para o ouvinte – ou para si mesmo –, quer de planejar a seqüência.

Dessa forma, não será despropositado afirmar que o aposto ilustra exemplarmente o processo que Givón (1979, p.208) define como o de passagem de uma parataxe frouxa para uma sintaxe estrita.

MORAES, L. C. D. de. From conversation to grammar: the nature of apposition. *Alfa (São Paulo)*, v.44, p.247-260, 2000.

- **ABSTRACT:** *This paper intends to study apposition in spoken language, observing its role in sentence structure and showing it as a mark of interaction in conversation.*
- **KEYWORDS:** *Apposition; conversation; intonation; reconstruction; paraphrasis.*

Referências bibliográficas

- BELLO, A., CUERVO, R. J. *Gramatica de la lengua castellana*. 8.ed. corr. y aum. por N. Alcalà Zamora y Torres. Buenos Aires: Sopena Argentina, 1970.
- CASTILHO, A. T. de. A língua falada e sua descrição. In: VV. AA. *Para Segismundo Spina*. São Paulo: Edusp, Iluminuras, 1995. p.69-90.
- _____. Língua falada e gramaticalização. *Filologia e Linguística Portuguesa (São Paulo)*, v.1, p.107-20, 1997.
- CASTILHO, A. T. de, PRETI, D. (Org.) *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*. Elocuções formais. São Paulo: Edusp, T. A. Queiroz, 1986. v.II.
- _____. *A linguagem falada culta na cidade São Paulo*. Diálogos formais. São Paulo: Edusp, T. A. Queiroz, 1987. v.II.
- CRUTTENDEN, A. *Intonation*. Cambridge, New York; Melbourne: Cambridge University Press, 1986.
- CRYSTAL, D. *Dicionário de lingüística e fonética*. Trad. e adapt. M. C. Pádua Dias. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- DUBOIS, J. et al. *Dictionnaire de linguistique*. Paris: Larousse, 1973.
- ERNOU, A., THOMAS, F. *Syntaxe latine*. 2.éd. révue et corrigée. Paris: Klincksieck, 1972.
- FREGE, G. On sense and meaning. In: GEACH, P., BLACK, M. *Translations from the philosophical writings of Gottlob Frege*. s. l.: s. n., 1974.
- GIVÓN, T. *On understanding grammar*. New York: Academic Press, 1979.
- MATTHEWS, P. H. *Syntax*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- MATTOSO CÂMARA JÚNIOR. *Dicionário de filologia e gramática*. 3.ed. rev. e aum. São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza: J. Ozon, 1968.
- PEREIRA, E. C. *Grammatica expositiva*. 31.ed. melh. e ampl. São Paulo: Ed. Nacional, s.d.

- PERINI, M. A. *Sintaxe portuguesa. Metodologia e funções*. São Paulo: Ática, 1989.
- PERINI, M. A. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 1995.
- PRETI, D., URBANO, H. (Org.) *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*. Entrevistas (Diálogos entre informante e documentador). São Paulo: T. A. Queiroz Fapesp, 1988. v.III.
- QUIRK, R., GREENBAUM, S. *A university grammar of English*. Harlow, Essex: Longman, 1987.
- TANNEN, D. *Repetition and variation as spontaneous formulaicity in language*. Georgetown: Georgetown University, 1985. (Mimeogr.).

POLISSEMIA E HOMONÍMIA EM UMA PERSPECTIVA TERMINOLÓGICA

Ieda Maria ALVES¹

- **RESUMO:** Apresentamos, neste trabalho, os conceitos de polissemia e de homonímia analisados da ótica da terminologia, disciplina que concerne aos nomes e ao fato de nomear. Para tanto, expomos, inicialmente, o desenvolvimento da terminologia como prática, seu advento como disciplina e a maneira pela qual as várias vertentes terminológicas têm enfocando as relações semânticas de caráter polissêmico e homonímico. Em seguida, apresentamos ocorrências de relações polissêmicas e homonímicas em algumas áreas de especialidade e procuramos explicar as causas do emprego dessas relações.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Polissemia; homonímia; terminologia; língua de especialidade.

Introdução

Tratar dos conceitos de *polissemia* e *homonímia* da perspectiva da *terminologia* torna necessária a apresentação da história dessa disciplina e das relações estabelecidas entre o termo, a unidade das linguagens terminológicas e seu respectivo conceito.

Por isso apresentamos, inicialmente, o desenvolvimento da terminologia como prática e situamos seu advento como disciplina, o que somente ocorreu no século XX. Apresentamos também o enfoque segundo

1 Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP – 05508-900 – São Paulo – SP – Brasil – iemalves@usp.br.

o qual as teorias terminológicas têm analisado as relações semânticas da polissemia e da homonímia.

A terminologia, disciplina que concerne aos nomes e ao fato de nomear, encontra sua origem nos tempos mais remotos, motivada pela necessidade de comunicação entre os homens. No mundo ocidental, Rey (1995) atribui a Platão, com o célebre diálogo *Crátilo* – em que a teoria de Crátilo, para quem cada coisa possui um nome de acordo com sua natureza, opõe-se à de Hermógenes, que defende que os nomes são convencionais –, o primeiro texto referente à terminologia:

Although the need for naming objects has been felt and written about since ancient times, for the Western World Plato's Cratylus can be considered the first basic text on terminology. Between Plato and the sixteenth century the Stoics, Saint Augustin, Saint Anselm, Indian thinkers, Arabic philosophers, grammarians and lexicographers wrote about the subject. The philosophical and grammatical writings of the Middle Ages abound in deep reflections on the subject of language and its relation to objects and thought. The idea of a separate discipline devoted to the problems associated with naming and of a methodology for solving them, however, only emerged slowly after the Renaissance. (Rey, 1995, p.13)

No mundo oriental, desde a Idade Média trabalhos com designações de doenças, de órgãos do corpo humano e de plantas eram produzidos. Alguns exemplos, citados por Van Hoof: *Explicação das palavras gregas em siríaco*, do médico e filósofo Hunayn Ibn Ishâq (século IX); *Léxico siríaco-árabe*, de Ibn Bahlûl; *O grande colecionador*, de Rhazès, que repertoria designações de órgãos e de doenças em grego, siríaco, persa, árabe; *O livro da explicação das designações de drogas*, de Maimonide (1139-1204), que registra designações de plantas em árabe, grego, siríaco, persa e berbere (Van Hoof, 1989, p.27-8).

A civilização ocidental somente vai produzir esse tipo de trabalho a partir do Renascimento. Van Hoof (1989, p.28) e Diego (1995, p.14) apresentam algumas dessas obras, elaboradas no século XVI: *Glossário árabe-latino de termos médicos*, do médico italiano Andrea Alpago; repertório de termos da anatomia, de Varsalius, com características normativas.

No século XVIII, cientistas começam a mostrar a necessidade de denominação de conceitos nas várias áreas de especialidade. Indícios dessa necessidade são revelados nos trabalhos de Lavoisier na química, de Lineu na botânica e na zoologia. Ainda nesse século, a preocupação com a denominação refletiu-se na *Encyclopédie*, de Diderot e D'Alembert, publicada na França, e em trabalhos editados na Inglaterra: *Cyclo-*

paedia or universal dictionary of arts and science (1728), de Chambers, e *Dictionary of the English language*, de Samuel Johnson (1755). A partir da segunda metade do século seguinte, em colóquios internacionais referentes a botânica (1867), zoologia (1889) e química (1892), vários especialistas expressam a necessidade de harmonização dos conceitos. É no século XX, no entanto, que a terminologia adquire foro de disciplina e impõe-se como o estudo dos conceitos e termos referentes às línguas de especialidade. Nesse século, são os técnicos que, inicialmente, aderem aos estudos terminológicos de forma relevante (cf. Cabré, 1993, p.21-9; Felber, 1996, p.11-29; Rey, 1995, p.12).

Atribui-se o marco inicial da terminologia no século XX ao engenheiro e industrial austríaco E. Wüster (1898-1977), vinculado a um importante grupo de estudiosos dessa disciplina, a Escola de Viena. Wüster apresenta, em 1931, na Universidade Técnica de Stuttgart (Alemanha), sua tese de doutorado denominada *A normalização internacional da terminologia técnica*. Com esse trabalho, o terminólogo austríaco expõe reflexões de cunho metodológico e normativo, apresenta os princípios que devem nortear os trabalhos terminológicos, ao mesmo tempo em que delineia os primeiros esboços referentes aos bancos de dados terminológicos. As idéias de Wüster, expostas em sua tese e em trabalhos posteriores, constituem a *Teoria Geral da Terminologia (TGT)*, segundo a qual a terminologia encontra-se em uma zona fronteira entre a lingüística, a lógica, a ontologia, a informática e as diferentes especializações.

Wüster e os teóricos da Escola de Viena consideram que o trabalho terminológico, para proporcionar uma comunicação eficaz entre os usuários de uma área de especialidade, deve evitar toda ambigüidade. Para tanto, o *termo*, a unidade lexical de uma língua de especialidade, deve estabelecer uma relação unívoca e isenta de conotações com seu respectivo *conceito*. Desse modo, as relações semânticas de caráter sinonímico e polissêmico, tão frequentes na língua geral, constituem um obstáculo a uma comunicação eficaz em uma área de especialidade.²

Nessa mesma época, o russo D. S. Lotte (1898-1950), responsável pelo comitê de normalização terminológica do Conselho de Ministros da

2 De acordo com o *Vocabulaire systématique de la terminologie*, elaborado pelo Office de la Langue Française, organismo governamental do Québec, Canadá, consideramos *língua geral* ou *língua comum* a parte do sistema lingüístico que é compreendida e utilizada pela maioria dos falantes de uma comunidade lingüística (*partie du système linguistique comprise et utilisée par la majorité des locuteurs d'une communauté linguistique*). Opõe-se a uma *língua de especialidade* ou *tecnoleto*, parte do sistema lingüístico referente a uma área especializada (*sous-système linguistique qui comprend l'ensemble des moyens linguistiques propres à un champ d'expérience particulier (discipline, science, technique, profession, etc.)*) (Boutin-Quesnel et al., 1985, p.20-1).

ex-União Soviética e membro da Academia das Ciências, está consciente, tanto quanto Wüster, de que é necessário imprimir aos trabalhos terminológicos um cunho mais racional. Ele foi, segundo a análise de Rondeau (1984, p.6), o verdadeiro primeiro mestre da terminologia.

No decorrer do século XX, o crescente desenvolvimento da terminologia pode ser atribuído a diferentes causas.

Os trabalhos iniciados por Wüster e Lotte enfatizam o caráter sistemático dos termos e marcam a primeira fase da terminologia nesse século (1930-1960). A partir de 1960, a disciplina é estimulada pelos avanços na informática e aparecem os primeiros bancos de dados terminológicos. Iniciam-se também projetos de planificação lingüística, que se tornam mais relevantes no final da década de 1970 e nos anos 80. Nos últimos quinze anos, a terminologia continua se desenvolvendo graças ao crescente desenvolvimento da informática; ao mercado das indústrias da língua, em que a disciplina ocupa um lugar de destaque; à cooperação internacional, que favorece a necessidade de uma comunicação especializada; à planificação lingüística, sobretudo nos países em vias de desenvolvimento.

Polissemia e homonímia segundo as teorias terminológicas

Nos trabalhos que tratam dos termos da terminologia, os conceitos de *polissemia* e *homonímia* são definidos nas seções referentes às relações entre termo e conceito.

Na *Norme ISO 1 087* (1990), que concerne à terminologia da disciplina terminológica, são definidos os termos *polissemia* e *homonímia*:

polysémie: *Relation entre deux ou plusieurs notions qui ont certains caractères communs et qui ont la même désignation.*

homonymie: *Relation entre désignations et notions dans lesquelles des désignations identiques représentent des notions différentes.*

Outro trabalho referente ao vocabulário da terminologia, o *Vocabulaire systématique de la terminologie*, de Boutin-Quesnel et al. (1985, p.13), apresenta o conceito de *homônimo* e não se refere aos termos polissêmicos:

Chacun des termes d'une langue donnée qui ont la même forme graphique (**homographe**) ou phonique (**homographe**), mais qui désignent des notions différentes.

Ex.: **moule** (forme) et **moule** (mollusque); **air** et **aire**.

Um dos principais seguidores da *Teoria geral da terminologia*, Helmut Felber (1987, p.15), em seu *Manuel de terminologie*, insere os conceitos de *polissemia* e de *homonímia* no âmbito da *plurivalência*:

Il y a plurivalence lorsque des termes identiques sont affectés à plusieurs notions.

La plurivalence peut prendre la forme de l'homonymie ou de la polysémie.

A homonímia, para Felber, concerne aos termos idênticos que se vinculam a diferentes conceitos e são independentes uns em relação aos outros. Divide os homônimos em homófonos (mesma forma fônica), homógrafos (mesma forma gráfica) e homônimos completos (mesma ortografia e mesma pronúncia). Como exemplo de homônimos, cita os termos franceses *aile*, da zoologia, e *aile*, que pertence à terminologia da aeronáutica. O autor considera a existência de polissemia nos casos em que termos idênticos se referem a conceitos diferentes que são etimológica ou semanticamente ligados.

Por meio dessas definições, extraídas de trabalhos de caráter terminológico e aplicáveis às línguas de especialidade, observamos que os conceitos de polissemia e homonímia são definidos de maneira análoga às definições relativas à língua geral.

Já outros teóricos, com o objetivo de evidenciar como esses conceitos são enfocados no trabalho terminológico, discorrem sobre as relações polissêmicas e homonímicas no âmbito da oposição entre as perspectivas terminológica e lexicográfica/lexicológica.

Assim, lemos em Rondeau (1984, p.62) que, se na lexicografia a homonímia constitui um mal necessário, nos trabalhos terminológicos o fato homonímico não é problemático uma vez que cada termo se vincula a uma área ou rede conceitual:

En lexicologie, la synonymie constitue un élément d'enrichissement du langage, l'homonymie est un mal nécessaire et la néologie est un phénomène spontané et naturel dont les effets se rapprochent souvent de ceux de la synonymie.

En terminologie, au contraire, la synonymie doit être éliminée au profit de la clarté des C'EST, l'homonymie ne pose pas de problèmes en raison du rattachement de chaque terme à un domaine ou réseau notionnel, et la néo-

logie se développe la plupart du temps pour répondre à des besoins précis et selon des mécanismes contrôlés, sinon normalisés.

Cabré (1993, p.214-9) lembra-nos de que, em terminologia, o valor semântico de um termo é estabelecido em relação ao sistema conceitual de que faz parte e, em conseqüência, cada área temática é tratada de maneira independente em relação às outras. Desse modo, uma unidade polissêmica em lexicografia é considerada, em terminologia, um termo em relação homonímica com outros termos:

Así pues, lo que para la lexicografía es un término polissémico, para la terminología pasa a ser un conjunto de diferentes términos en relación de homonimia. (p.214)

Em razão desse diferente enfoque por parte dos estudos lexicográficos e terminológicos, a autora ressalta ainda que, no léxico geral da língua, há mais casos de polissemia; nas terminologias, ao contrário, observam-se muitos casos de homonímia, causados pela passagem de um termo de uma língua de especialidade para outra como conseqüência de um processo analógico. Tomando o espanhol *polo* como exemplo, explica que, em um dicionário da língua geral, todas as acepções da palavra, mesmo as técnicas, aparecem em um único verbete sob forma de subentradas. No âmbito da terminologia, *polo* faz parte de diferentes áreas temáticas e por essa razão há diferentes termos com a mesma forma *polo*, em relação homonímica, que figuram em dicionários terminológicos referentes às áreas da matemática, da mecânica e da eletrônica.

Outros autores também enfatizam essa relação homonímica, pela qual se tem procurado demonstrar que, idealmente, um termo pode estar vinculado a um único conceito e vice-versa:

In order to account for different meanings of the same term as they occur in texts (homonymy), it had always been accepted that a term form could belong to more than one subject field, where it would be differently defined. Thus the division into separate vocabularies according to subject fields was a necessary pre-condition for the terminological theory that excluded the natural existence of homonyms. (Sager, 1990, p.59)

Como en la práctica se observa una realidad diferente, esto es, que varios conceptos reciban una misma denominación (y, concomitantemente, que un mismo concepto reciba varias denominaciones), los teóricos que plantean la monosemia terminológica como una verdad incontestable resuelven la contradicción entre teoría y práctica acudiendo al argumento de

que en los tecnol\u00e9xicos no se producen casos de polisemia, en virtud de que cada t\u00e9rmino es monos\u00e9mico en el interior de una especialidad. La existencia de varias acepciones para un mismo t\u00e9rmino se explica por la extensi\u00f3n del uso de determinada forma a varias especialidades. En consecuencia ... en tales casos no se produce polisemia, sino homonimia: no existe un t\u00e9rmino con 2, 3 acepciones, sino 2, 3 t\u00e9rminos diferentes, de \u00e1reas diferentes (Castillo, 1997, p.124)

Polissemia e homon\u00edmia e a pr\u00e1tica do trabalho terminol\u00f3gico

A pr\u00e1tica do trabalho terminol\u00f3gico tem demonstrado, no entanto, que as l\u00ednguas de especialidade estabelecem n\u00e3o apenas rela\u00e7\u00f5es homon\u00edmicas mas tamb\u00e9m rela\u00e7\u00f5es de car\u00e1ter poliss\u00e9mico.

Na verdade, as rela\u00e7\u00f5es homon\u00edmicas s\u00e3o bastante freq\u00fcentes em todas as l\u00ednguas de especialidade. Termos s\u00e3o formados pela rela\u00e7\u00e3o anal\u00f3gica entre dois conceitos, de modo que uma denomina\u00e7\u00e3o, em uma l\u00edngua de especialidade, \u00e9 aplicada em outra l\u00edngua de especialidade para denominar um outro conceito que, com o primeiro, mant\u00e9m uma afinidade sem\u00e2ntica parcial.

Desse modo, *raiz* e *ramo*, termos que denominam conceitos da morfologia vegetal, constituem hom\u00f4nimos de termos da intelig\u00eancia artificial:³

raiz

N\u00f3 que n\u00e3o tem antecessor em uma \u00e1rvore.

ramo

Segmento de reta que liga dois n\u00f3s e representa as opera\u00e7\u00f5es que transformam um estado em outro em uma \u00e1rvore.

Diagn\u00f3stico, termo da medicina, \u00e9 hom\u00f4nimo de *diagn\u00f3stico*, outro termo da intelig\u00eancia artificial:

diagn\u00f3stico

Conjunto de observa\u00e7\u00f5es necess\u00e1rias para a interpreta\u00e7\u00e3o de dados tendo em vista a solu\u00e7\u00e3o de um problema.

³ Todas as defini\u00e7\u00f5es referentes \u00e0 \u00e1rea da Intelig\u00eancia Artificial s\u00e3o elaboradas no \u00e2mbito do Projeto *Observat\u00f3rio de Neologismos Cient\u00edficos e T\u00e9cnicos do Portugu\u00eas Contempor\u00e2neo*, Projeto Integrado de Pesquisa CNPq n\u00b0 522419/95-0.

Essa transferência semântica, comumente observada entre as línguas de especialidade, é admitida pelos teóricos da terminologia, mesmo os que seguem a rigidez dos princípios pregados pela *Teoria geral da terminologia*.

A prática do trabalho terminológico tem levado numerosos pesquisadores à constatação de que, embora a relação unívoca entre termo e conceito seja um ideal a ser alcançado para uma comunicação eficaz entre os usuários de uma mesma língua de especialidade, esse fato nem sempre é observado. Assim, a constatação e a conscientização de que relações sinonímicas e polissêmicas permeiam uma mesma língua de especialidade, enfatizadas a partir de meados da década de 1980, têm possibilitado que a terminologia se torne uma *socioterminologia*, preocupada sobretudo com o funcionamento dos termos e com as condições sociolingüísticas em que eles ocorrem (cf. Gaudin, 1993, p.67).

Aceita-se, assim, o fato de que toda língua de especialidade está sujeita a apresentar relações de caráter polissêmico. Encontramos exemplos dessas relações até mesmo no termo *terminologia*, que designa três diferentes conceitos, a disciplina, a metodologia e o conjunto de termos de cada área de especialidade:

terminologia

a) *El conjunto de principios y de bases conceptuales que rigen el estudio de los términos.*

b) *El conjunto de diretrizes que se utilizan en el trabajo terminográfico.*

c) *El conjunto de términos de una determinada área de especialidad.* (Cabré, 1993, p.82)

Outro exemplo, extraído da terminologia do caju, demonstra que o termo *caju* denomina tanto o fruto como uma de suas partes:

caju

Fruto do cajueiro composto de duas partes: o pedúnculo, que tem aspecto agradável, com coloração variando de amarelo ao vermelho; a castanha, seu verdadeiro fruto, de cor cinza-esverdeada e característica uniforme.

Hipocarpo desenvolvido, sucoso, carnoso, com elevado teor de vitamina C. (Pontes, 1996)

Se as razões do emprego de homônimos nas línguas de especialidade são explicáveis pelo procedimento da transferência semântica entre conceitos, as relações de caráter polissêmico podem ser devidas a outras causas.

De maneira análoga à língua geral, em que se observa uma correlação entre a frequência da unidade lexical e seu caráter polissêmico, um

termo muito empregado em uma língua de especialidade também se expõe a sofrer o processo da polissemia. Observamos esse fato com o termo *globalização*, no âmbito da economia, que definimos como:

globalização

Processo de integração de tecnologias, empresas e economias implementado a partir da década de 80. (Alves, 1998, p.127)

Sabemos, entretanto, que essa definição constitui apenas uma dentre as possíveis em relação ao termo, que, muito freqüente, já é objeto de várias conotações, conforme atesta um jornalista:

O que é, afinal de contas, globalização? Como em qualquer assunto em que entre a questão econômica, essa pergunta vai encontrar 11 respostas diferentes, se forem consultados 10 economistas. (*Folha de S.Paulo*, 2.11.1997, Especial, p.2, c.1)

Outro fator que condiciona o emprego de relações polissêmicas no interior de uma mesma língua de especialidade pode ser determinado pelo caráter transparente de um termo.

Essa transparência constitui muitas vezes uma consequência do caráter onomasiológico da terminologia, que determina que uma grande parte dos termos em uma língua de especialidade seja constituída pelo processo da formação sintagmática, resultante da lexicalização de segmentos fráscicos. Essas formações, que recebem diferentes designações (lexias complexas, termos-sintagmas, sinapsias...) são em geral transparentes, ou seja, apresentam um conceito claro, facilmente interpretável por causa da junção de seus elementos constituintes.

É essa transparência semântica, parece-nos, que explica a generalização do conceito relativo ao termo *preço mínimo*, que denomina os preços mínimos aplicados à agricultura:

preço mínimo

Também conhecido por preço de garantia, fixado pelo governo para os diversos produtos agrícolas. Essa política tem diversos objetivos. (Sandroni, 1994, p.282)

Menor preço garantido pelo governo a determinado produto agrícola. (Alves, 1998, p.200)

Em contextos jornalísticos recentes, no entanto, observa-se que *preço mínimo* tem recebido uma acepção mais genérica, aplicando-se a todo tipo de produto e não apenas aos produtos agrícolas:

Banda B no AM não terá preço mínimo

O edital de licitação para a exploração da banda B da telefonia celular na área 8 (Amazonas, Pará, Amapá, Roraima e Maranhão) não deverá estabelecer um preço mínimo pela concessão, informou ontem a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações). (*Folha de S.Paulo*, 7.5.1998, p.2.7, c.1)

O caráter transparente de um termo é algumas vezes determinado por sua formação morfológica. Formações com o sufixo *-dor*, agente, que podem referir-se tanto a um agente humano como a uma máquina, podem provocar a ocorrência de relações de caráter polissêmico, como se verifica na terminologia do caju:

classificador

Máquina em forma de cilindro perfurado usada para classificar castanha.
Operário que classifica a castanha. (Pontes, 1996)

A especialização de um termo, que empregado inicialmente de maneira genérica e, em seguida, passa a ser utilizado em uma acepção específica, pode explicar o emprego polissêmico de *argumento* em inteligência artificial.

Emprestado da lógica, *argumento* é empregado em uma acepção genérica:

argumento

Conclusão e suas premissas em lógica.

Aplica-se também, de maneira específica, a uma das linguagens de inteligência artificial, o Prolog (PROgramming in Logic):

Um dos dois componentes das estruturas do Prolog, utilizado para nomear individualmente as partes de um objeto composto e que pode ser constituído por números, constantes, variáveis e outras estruturas.

Considerações finais

A existência da polissemia nas línguas de especialidade constitui, na verdade, uma forma de explorar os recursos próprios de uma língua para a criação de termos. A esse respeito, diz-nos Sager (1990, p.72):

Another technique of using existing resources is to explore the polysemic nature of general language designations. Instead of saying that something is like something else we call it by the thing it most resembles. This

produces metaphorical combined names the motivation for which can be found in similarities of form, function and position ...

Essa característica da polissemia é identificada por Diego (1995, p.58), que, dando-nos o exemplo do espanhol *ala* (do pássaro e do avião), escreve também que a ocorrência de relações polissêmicas constitui uma forma de criação de novas unidades terminológicas.

Parece-nos assim que, nas línguas de especialidade, tanto as relações homonímicas como as de caráter polissêmico são estabelecidas de forma dinâmica e não impedem a eficácia da comunicação especializada. Concluindo este estudo, consideramos pertinente mencionar as reflexões de Guibaud (1979), que, após estudar a polissemia na terminologia da radioatividade, lembra-nos de que devemos estar sempre atentos a novos contextos e aos conceitos eventualmente novos dos termos que cremos conhecer.

ALVES, I. M. Polysemy and homonymy in a terminological perspective. *Alfa (São Paulo)*, v.44, p.261-272, 2000.

- **ABSTRACT:** *In this paper, we present the concepts of polysemy and homonymy analysed under the perspective of terminology, which is a field related to names and to the act of naming. In order to show this, we first expose the development of terminology as a practice, its origins as a subject and the ways through which the various terminological tendencies have focused these semantic relations. Then, we present examples of polysemy and homonymy in some specific subject fields and try to explain the causes for the use of these semantic relations.*
- **KEYWORDS:** *Polysemy; homonymy; terminology; language for special purposes.*

Referências bibliográficas

ALVES, I. M. (Coord.) Glossário de termos neológicos da economia. *Cadernos de Terminologia (São Paulo)*, v.3, 270p., 1998.

BOUTIN-QUESNEL, R. et al. *Vocabulaire systématique de la terminologie*. Québec: Office de la Langue Française, 1985. 38p.

- CABRÉ, M. T. *La terminología. Teoría, metodología, aplicaciones*. Trad. para o espanhol por Carlos Tebé. Barcelona: Editorial Antártida, Empúries, 1993. 529p.
- CASTILLO, R. A. *Cómo hacer un diccionario científico técnico?* Buenos Aires: Editorial Memphis, 1997. 189p.
- DIEGO, A. F. de. *Teoría y práctica*. Venezuela: União Latina, Universidad Simón Bolívar, 1995. 160p.
- FELBER, H. *Manuel de terminologie*. Paris: Unesco, Infoterm, 1987. 375p.
- _____. La figura d'E. Wüster. In: CABRÉ, M. T. (Dir.) *Terminología*. Selecció de textos d'E. Wüster. Barcelona: Universitat de Barcelona, 1996. p.11-27.
- GAUDIN, F. *Pour une socioterminologie*. Des problèmes sémantiques aux pratiques institutionnelles. Rouen: Publications de l'Université de Rouen, 1993. 231p.
- GUIBAUD, A. La polysémie dans le vocabulaire de la radioactivité. *L'Actualité Terminologique (Québec)*, v.12, n.7, p.3, 1979.
- NORME INTERNATIONALE ISO 1 087. Genève: International Organization for Standardization, 1990. 17p.
- PONTES, A. L. *Os termos da cultura e da industrialização do caju*. Assis, 1996. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Ciências e História, Universidade Estadual Paulista.
- REY, A. *Essays on terminology*. Amsterdam: John Benjamins, 1995. 225p.
- RONDEAU, G. *Introduction à la terminologie*. Québec: Gaëtan Morin, 1984. 195p.
- SAGER, J. C. *A practical course in terminology processing*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1990. 258p.
- SANDRONI, P. (Org.) *Novo dicionário de economia*. 8.ed. São Paulo: Best Seller, 1994. 377p.
- VAN HOOFF, H. Histoire des dictionnaires techniques. In: SCHÄTZEN, C. de. *Terminologie diachronique*. Paris: Conseil International de la Langue Française, Bruxelles: Service de la Langue Française, 1989. p.23-37.

NOMES ATRIBUTIVOS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO FALADO

Beatriz Nunes de Oliveira LONGO¹

- RESUMO: Apresentam-se os resultados do estudo de um *corpus* de construções N₁N₂, do português brasileiro falado, em que se focalizaram os nomes em função adjetiva com o intuito de discutir as suas propriedades sintático-semânticas e algumas condições que favorecem ou inibem seu emprego.
- PALAVRAS-CHAVE: Sintaxe; semântica; língua falada; nome atributivo; adjetivo.

Introdução

No trabalho cotidiano de elaboração de dicionários, alguns fenômenos lingüísticos saltam aos olhos e ficam a martelar nosso cérebro, como que exigindo um estudo sistemático. Ao iniciar a redação de verbetes para o *Dicionário de usos do português contemporâneo do Brasil* (DUP), sob a coordenação do professor Francisco da Silva Borba, uma das questões que logo chamaram a atenção foi que muitos nomes não cumpriam a função de designar, e sim a de caracterizar. Como exemplo, cito algumas seqüências, extraídas do *corpus* principal do DUP.²

1 Departamento de Linguística – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara – SP – Brasil – longo@sunrise.com.br. A pesquisa contou com o auxílio de uma bolsista de Iniciação Científica, Karina Lutz (CNPq/PIBIC).

2 À época da realização da pesquisa, o *corpus* principal compunha-se de cinco milhões de ocorrências em textos, escritos em prosa, do português do Brasil, abrangendo as seguintes modalidades de literatura: técnica, oratória, romanesca, dramática e jornalística.

- (1) não ficou apenas o lado *crime e sangue*
- (2) e a menina virou gatinha *discoteque, careta, alienada*
- (3) nunca padeceu da dor *fantasma* dos amputados
- (4) os seus tons *pastéis* contrastam com as cores quentes das araras
- (5) o GOES cumpria a importante missão de vigiar a formação de furacões e de enchentes *relâmpagos*

Em todos esses casos, temos o que Noailly (1990, p.11) denominou substantivo epíteto, isto é, "todo nome que ocorre em posição de N₂ num grupo nominal do tipo (Art) N₁N₂ onde os dois nomes N₁ e N₂ se sucedem diretamente sem preposição nem pausa".

Segundo a autora, tais características o distinguiriam do aposto, que implica pausa, e do predicativo, que exige a intermediação de verbo.

Embora não se trate de construção nova,³ parece estar-se ampliando mais rapidamente nas últimas décadas. Para Noailly (1990, p.13), no francês, a construção é tão velha quanto o idioma, mas o aumento da produção explica-se por uma mutação sintática: "*notre langue, parvenue au bout de son chemin 'analytique', reprendrait la route en sens inverse et s'essaierait à des formes syntaxiques plus brutes, plus primaires, plus immédiates, avec moins d'articles, moins de suffixes,, moins de prépositions*".

Para Béchade (1986), o epíteto exprime uma qualidade. Trata-se, portanto, de um item adjetivizado. Noailly, entretanto, mostra que nem todo N₂ é qualificativo. Tanto esta autora como Levi (1978) estabelecem uma correlação entre esses nomes e os adjetivos chamados relacionais ou não predicativos, que corresponderiam a construções com preposição:

- (6) a categoria *do nome*
- (7) a categoria *nominal*
- (8) a categoria *nome*

Segundo Noailly, a construção com preposição é mais antiga e típica da norma culta; a construção com adjetivo relacional é mais moderna, mas menos elegante; e a construção direta é mais "jovem" e mais restrita.

Ambas as autoras questionam a hipótese da adjetivação de nomes: Levi, com base em propriedades como a impossibilidade de comparação/intensificação e a incompatibilidade com afixos que normalmente se combinam com adjetivos, conclui que os nomes atributivos nunca

³ Na *Gramática normativa da língua portuguesa*, de Rocha Lima (1984, p.263), constam os seguintes exemplos: *palavras-ouríços* (de Alexandre Herculano), *ventos bonanças* (de Alberto de Oliveira).

sofrem conversão categorial, e Noailly assinala que o N_2 , a não ser na qualificação, traz sempre um “resquício” de substantivo.

Com o intuito de testar tais hipóteses e de caracterizar o comportamento de N_2 no português falado no Brasil, empreendemos um estudo de construções NN extraídas do *corpus* do projeto Nurc/São Paulo (década de 1970), e complementadas por dados mais atuais (década de 1990) coletados em programas de TV (jornais, entrevistas e “talk shows”), bem como em gravações constantes do *corpus* do Projeto “Censo da região central do Estado de São Paulo”.⁴ Nossa hipótese inicial era que, por tratar-se de uma construção jovem, característica de linguagem informal, deveria ser produtiva na fala. Relatamos aqui alguns resultados desse estudo, que se preocupou principalmente com a caracterização de N_2 na língua falada e com alguns fatores que influenciam o seu emprego.

A constituição do *corpus*

O *corpus*, que se compõe de 216 ocorrências de nomes atributivos, foi montado com base na análise das seguintes transcrições de amostras da língua falada:

- Projeto Nurc/SP

D2 – inquéritos 343, 62, 255, 360, 396, 333

EF – inquéritos 141, 124, 156, 153, 377, 338

DID – inquéritos 18, 161, 137, 208, 234, 235

- Projeto Censo

DID – Engenheiro agrônomo, estudante de fonoaudiologia, sentinela de banco, estudante de letras₁, estudante de letras₂, dona de casa

EF – Seminário de Literatura, aula sobre Chomsky

- Gravações de TV

D2 – Fanzine₁, Fanzine₂

EF – Roda Viva

No total, são 19 informantes do sexo masculino e 19 do sexo feminino, compondo 9h10min de diálogos, 7h18min de entrevistas e 7h18min de elocuções formais. Pertencem à primeira faixa etária (até 35 anos) 16

4 Coordenação da Prof^ª Dr^ª Odette Gertrudes L. A. S. Campos.

informantes; à segunda (de 36 a 55), 14 informantes; e à terceira (de 56 em diante), os 8 restantes.

Funções sintático-semânticas do nome atributo

Do ponto de vista semântico, podemos atribuir ao adjetivo as funções de qualificador e de classificador. Para Borba (1996, p.177),

As relações contraídas pelos QL com os nomes são internas porque se incorporam (de forma acidental ou essencial) à natureza do nome, como se constituíssem um traço dele: um menino *maroto*, as folhas *secas*, esta parede *espessa*. As relações estabelecidas entre nome e CL são externas porque apenas colocam o nome numa determinada classe: porque *municipal*, reforma *cambial*, resposta *telegráfica*.

Do ponto de vista sintático, os adjetivos têm recebido tradicionalmente a classificação de adjuntos, mas a verdade é que podem também fazer parte do sistema de transitividade dos nomes, como se observa nas frases que seguem, também extraídas do DUP:

- (9) solicitava-se a colaboração da seção de investigações *criminais*
- (10) multiplicaram-se as visitas *presidenciais* aos países do continente
- (11) A partir desta data começou a evolução *esportiva* em todo o mundo

Em (9-11), os nomes associam-se a argumentos expressos por sintagmas adjetivos, mantendo, portanto, a sua estrutura argumental sem o recurso a sintagmas preposicionais. Neves (1996, p.120) salienta que:

- (a) Há sintagmas nominais que guardam relação semântica, sintática e até morfológica com sintagmas verbais;
- (b) a estrutura léxica desses Sns é similar à de um SV: o núcleo do SN (o N) determina argumentos, do mesmo modo que o núcleo do SV (o V);
- (c) a própria caracterização dos argumentos em externo (sujeito) e interno(s) (complemento(s)) é mantida nesse paralelismo.

Disso se deduz que tais nomes são abstratos de ação, processo, ou estado⁵ e, do mesmo modo que os núcleos verbais, atribuem papel temático aos seus argumentos. Assim, em (9), *criminais* receberia papel de Tema, funcionando como complemento do nome *investigações*. Em

5 Em seu estudo, Neves distingue os nomes de modalidade, que consideramos como subtipo dos nomes de estado.

(10), *presidenciais* estaria em relação subjetiva com *visita*, recebendo o papel de Agente. Em (11), *esportiva* receberia o papel de Tema de *evolução*, e teria também função subjetiva. Podemos então atribuir aos adjetivos as funções sintáticas de adjunto e de complemento do nome. Tudo indica que existe uma correlação entre o papel semântico de qualificador e a função de adjunto, mas os classificadores podem ser complementos ou adjuntos, como em (9) e (10-11), respectivamente.

Observando os N_2 do português falado, verificamos que eles podem contrair com os N_1 as mesmas relações sintático-semânticas que os adjetivos:

- N_2 QL adjunto – ah a gente pega uma excursãozinha *bala* junto com o pessoal
- N_2 CL adjunto – eu acho que a planta *milho*...já é muito forte
- N_2 CL complemento – foi uma palestra de oito minutos sobre a ocupação *Amazônia*

Além de compartilharem as mesmas funções dos adjetivos, os nomes atributivos, segundo Noailly, podem exercer também função de coordenados e de identificadores, como vemos em:

(12) só que a gente chamou de *clip-depoimento*...

(13) vamos acompanhando... agora o elemento *surpresa* é importante...

Na coordenação, os dois nomes têm o mesmo grau de importância, como se evidencia pela possibilidade de intercâmbio:

(14) só que a gente chamou de *depoimento-clip*.

No processo de identificação, N_2 delimita ou define N_1 , respondendo à pergunta “Qual N_1 ?” e correspondendo ao pressuposto “ N_2 é um N_1 ”

- Qual elemento? O elemento *surpresa*.
- o elemento *surpresa* \Rightarrow *surpresa* é um elemento.

A essas funções podemos acrescentar mais uma, que poderíamos rotular de intensificadora, condicionada, porém, à repetição dos nomes:

(15) em que a palavra desaparece como *palavra palavra*

(16) ...agora...e o *professor professor* mesmo...formado entende?

Conclui-se então que, sintaticamente, os nomes atributos classificam-se em adjuntos, complementos ou coordenados e, semanticamen-

te, podem ser qualificadores, classificadores, identificadores ou intensificadores.

Comportamento sintático-semântico dos nomes atributos

A análise do *corpus* do português falado mostrou que nem todo N_2 recebe papel temático (somente os argumentais) e que os N_2 admitem gradação:

- (17) que é::...pessoal *mais classe alta* ir para o subúrbio
- (18) tem que ser um agricultor mais...vamos dizer *mais tipo A*
- (19) tudo muito teórico tudo *muito caderno escrito*
- (20) o meu era [cabelo] loirinho...loirinho *bem paina* mesmo

A possibilidade de gradação ou comparação é contra-evidência para duas hipóteses: a de que os N_2 se equiparam aos adjetivos relacionais, ou pseudo-adjetivos, não podendo sofrer conversão categorial, e a de que o complexo formado por N_1N_2 é um nome composto. Como se sabe, os compostos são construções fixas, cristalizadas e não admitem a inter-veniência de elementos. Para Levi, o processo de geração é o mesmo, mas a diferença está justamente em que o composto se encontra num estágio mais avançado de evolução lingüística, pois já se lexicalizou. Dessa maneira, todos os grupos N_1N_2 são candidatos a compostos.

No entanto, alguns nomes atributos admitem a modificação por adjetivos ou determinantes, como se observa em:

- (21) ...é uma boate tipo **um** hotel
- (22) ...mas era um carmim *pozinho* **vermelho** né?
- (23) é loiro *mate* **escuro**

Esses dados enfraquecem a hipótese da conversão categorial, mostrando que a melhor solução seria uma análise caso a caso, que foge aos nossos propósitos de discutir algumas características dos nomes atributos.

Outra propriedade que chamou a atenção foi a ocorrência de N_2 compostos e de sintagmas modificadores de N_1 , o que também vai de encontro à hipótese da composição:

- (24) estão protestando agora contra as/a operação *Meninos de Rua*
- (25) malandro é que usava a roupa *canudo de pito*...
- (26) loiro *água* *oxigenada*

Entretanto, em alguns casos, como *mulher objeto*, pudemos perceber alto grau de cristalização, pois houve várias ocorrências do complexo nominal e o N_2 *objeto* parece selecionar o N_1 *mulher*. Esse complexo, portanto, poderia ser classificado como composto.

Assim como os adjetivos, os nomes atributos também se coordenam com outros adjetivos ou nomes, com ou sem elemento conectivo:

- (27) é uma moça *jornalista...poetisa*
- (28) eu não tinha tido a matéria *deficiente mental*
- (29) ele vai pegar prisão *albergue e domiciliar*
- (30) a demanda de moeda *transação mais precaução*

Outra característica das construções com nomes atributos é a recursividade, isto é, a possibilidade de N_2 incidir sobre um complexo N_1N_2 . Isso ocorre sobretudo quando a incidência se faz indiretamente por meio de itens como *estilo, tipo* etc...

Nesses casos, observou-se ainda a incidência de adjetivos ou até mesmo de orações sobre o complexo nominal:

- (31) é diferente da comunicação...*tipo humana né?*
- (32) é o espetáculo: *gênero::partindo um pouco pro policial...*

Finalmente, procuramos verificar o comportamento dos N_2 em relação a um fenômeno de natureza morfossintática, a concordância. Em línguas como o inglês e o francês, essa propriedade não é relevante, uma vez que o inglês não exhibe concordância nominal e que no francês oral a concordância em número é nula. Mesmo assim, Noailly (1990, p.44) salienta que, embora os dicionários franceses aconselhem a não-concordância, a tendência dos usuários é concordar, o que implica o reconhecimento da adjetivação (*les guerres éclairs; les jeans carottes; des dialogues mitrailleurs*). No caso da concordância em gênero, os dados de Noailly evidenciaram ausência de marcas de feminino, com exceção de uma ocorrência (*une intelligence papillonne*). Para a autora, esse fato não é tão significativo, pois a tendência da categoria nominal no sistema do francês é para o amorfismo.

A análise do *corpus* de português brasileiro falado revelou que a ausência de concordância predomina levemente: 98/216 (45,38%) dos N_2 não concordam, 87/216 (40,27%) concordam e 31/216 (14,35%) não permitem a verificação, por serem nomes invariáveis. De qualquer forma, a presença de concordância é significativa, e não podemos esquecer-nos de que, na língua falada, a concordância é condicionada por diversos fatores de ordem sociolingüística.

O que se pôde anotar, no *corpus*, foram nomes com alto grau de adjetivização, como em *agitações operárias*, outros que mantêm seu estatuto de nomes, como em *casas abrigo*, e até construções em que se percebe nitidamente um apagamento discursivo, com operações de coordenação e condensação, como (33):

(33) essa relação *professor-aluno...eu acho legal(C...)* [< essa relação *entre professor e aluno*]

O emprego do nome atributo

Ao contrário do que esperávamos, o emprego de complexos NN no PB falado não se revelou freqüente. Foi preciso explorar grande quantidade de material – os três volumes do projeto Nurc/SP, todas as gravações do Projeto Censo e os programas de TV – para reunir os 216 exemplos do *corpus*. Mesmo assim, parece que é possível identificar alguns fatores que inibem ou favorecem o emprego dos nomes atributivos.

Como vimos na introdução, o primeiro fator relevante assinalado pelos autores é a tendência da língua para evitar construções com afixos e preposições, substituindo-as por construções sintéticas. A nosso ver, o uso de construções sintéticas também pode ser afetado por um fator de natureza discursivo-textual. Por exemplo, a literatura jornalística, como constatou Noailly, apresenta alto índice de ocorrências, pela necessidade de “enxugamento” da linguagem. Na língua falada, inexistente essa necessidade, o que explicaria a freqüência mais baixa.

Observamos em nosso *corpus* que a função semântica predominante é de classificador (163/216 ou 75,46%). Como se sabe, o sufixo *-al/ar*, formador de adjetivos relacionais, é altamente produtivo no português, concorrendo com a construção sintética e inibindo a sua produção. Em trabalho anterior (Longo et al., 1997), salientamos que o mesmo fator explica a alta produtividade de complexos nominais na língua inglesa: os radicais de origem germânica não aceitam o sufixo *-al*, restrito às formações de origem latina (cf. *oral* x **mouthal*). A lacuna lexical é então suprida pelos nomes.

Com relação às áreas semânticas privilegiadas, verificou-se que em primeiro lugar vêm os nomes de estado natural (*inteligência animal; verde moço*); os nomes próprios também são muito freqüentes, com função de adjuntos identificadores ou de argumentos classificadores

(*loja tipo Mappin; governo Carvalho Pinto*), provavelmente porque tais nomes não aceitam facilmente a sufixação. Na terceira posição, vêm os nomes de profissão (*embaixador poeta; pintores paisagistas*). Basílio (1995), em estudo sobre nomes que expressam agentividade, tentou mostrar que tais nomes resistem à conversão categorial, e só muito raramente ocorrem em função adjetiva. Para Noailly, entretanto, os nomes de profissão (*boulangier; avocat*), bem como os de estado natural (*nain; géant*) e os de situação social (*ami; célibataire; veuf*) estão muito próximos morfológicamente dos adjetivos: não têm gênero imanente, e funcionam facilmente como predicativos sem artigo (*il est avocat/veuf*).⁶ Os resultados que obtivemos, resumidos abaixo, confirmam a hipótese de Noailly:

- Nomes de estado natural – 20 (9,26%)
- nomes próprios – 16 (7,40%)
- nomes de profissão – 15 (6,95%)

Outro fator analisado foi o valor metafórico dos nomes qualificadores. Registramos 53/216 (24,54%) qualificadores, proporção que consideramos significativa. A 41 deles pode ser atribuído valor metafórico, como em *homem chave, loura pus, filme água com açúca*r. Para Noailly, a metáfora se caracteriza pela suspensão de uma parte dos semas constitutivos do lexema empregado. Retém-se apenas uma *qualidade* – como no complexo *justiça lesma*, em que se retém a lenticidão do animal –, daí a facilidade de emprego de nomes metafóricos em função adjetiva.

Verificamos que o grau de escolaridade também é pertinente, uma vez que nos falantes com primeiro grau incompleto (gravações do Projeto Censo) só foram encontradas ocorrências de construções já cristalizadas, como *calça jeans*, fato que nos levou a excluir da análise os inquéritos com informantes de baixa escolaridade. Embora não tenhamos realizado um estudo quantitativo, concluímos que a produtividade aumenta de acordo com o nível de escolaridade: falantes com nível universitário tendem a produzir mais N₂.

Os resultados relativos ao grau de formalidade não foram conclusivos. Em 7h18min de gravações de elocuições formais, registramos 58/216 (26,85%) ocorrências, uma proporção de 8 ocorrências por hora; em 7h49min de DID, 63/216 (29,16%) ocorrências, uma proporção de 8,5/hora. E em 9h10min de D₂, o tipo de inquérito com a modalidade mais es-

6 Essa observação é válida para o português, mas não para o inglês: Ele é *advogado*/He is a *lawyer*.

pontânea de linguagem, 95/216 (43,99%) ocorrências, uma proporção um pouco mais alta, correspondente a 10,5/hora. Embora isso sugira uma tendência da linguagem informal para favorecer o uso dos nomes, seria necessário um estudo mais preciso, com cálculos estatísticos refinados, para chegar a um resultado definitivo.

Analisando apenas os diálogos entre dois informantes do projeto Nurc, forma mais espontânea e que envolve falantes dos dois sexos em condições bastante semelhantes de interação, verificou-se um equilíbrio relativo entre homens e mulheres no emprego das construções NN, com ligeira predominância para o sexo feminino: 30/55 (54,55%) contra 25/55 (45,45%) do sexo masculino.

Considerações finais

O estudo dos nomes atributivos no português brasileiro falado revelou que as construções N_1N_2 não são altamente produtivas na linguagem falada, mas apresentam um índice de ocorrências suficiente para podermos fazer algumas previsões sobre suas características e seu emprego:

- embora na maior parte dos casos tenhamos uma simples expansão das propriedades do nome em função adjetiva, é possível a conversão categorial do nome em adjetivo;
- os nomes atributivos do português falado são preferencialmente adjuntos (sem papel temático, portanto) classificadores e ocorrem em posição isolada (não são modificados nem se coordenam com outros itens);
- dos N_2 qualificadores, a maior parte tem valor metafórico e conotação apreciativa ou depreciativa;
- as áreas semânticas privilegiadas são as dos nomes de estado natural, nomes próprios e nomes de profissões. Ao contrário do que prevíamos, os nomes de cores não são frequentes;
- a concorrência com formas sufixais e a ausência de necessidade de enxugamento são fatores que inibem a produção/productividade das construções com nomes atributos;
- a existência de lacunas lexicais adjetivas e o emprego metafórico favorecem as construções NN;
- quanto aos fatores grau de escolaridade, grau de formalidade e sexo, haveria necessidade de estudos mais aprofundados, mas a

análise efetuada sugere que o nível mais alto de escolaridade, a linguagem informal e o sexo feminino também favorecem o emprego de N₂.

LONGO, B. N. de O. Attributive nouns in spoken Brazilian Portuguese. *Alfa (São Paulo)*, v.44, p.273-283, 2000.

- **ABSTRACT:** *In this paper, we have addressed attributive nouns in spoken Brazilian Portuguese, in order to discuss their syntactic and semantic properties as well as conditions that favour or inhibit their use.*
- **KEYWORDS:** *Syntax; semantics; spoken language; attributive noun; adjective.*

Referências bibliográficas

- BASÍLIO, M. O fator semântico na flutuação substantivo/adjetivo em português. In: HEYE, J. (Org.) *Flores verbais*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. p.177-92.
- BÉCHADE, H. *Syntaxe du français moderne et contemporain*. Paris: PUF, 1986.
- BORBA, F. S. *Uma gramática de valências para o português*. São Paulo: Ática, 1996.
- BORBA, F. S. et al. *Dicionário de usos do português contemporâneo do Brasil*. (no prelo).
- LEVI, J. N. *The syntax and semantics of complex nominals*. New York: Academic Press, 1978.
- LONGO, B. N. O. et al. Os nomes em função adjetiva não predicativa: contrastes. *Alfa (São Paulo)*, v.41, p.91-107, 1997.
- NEVES, M. H. M. Estudo da estrutura argumental dos nomes. In: KATO, M. A. (Org.) *Gramática do português falado: convergências*. Campinas: Ed. Unicamp, 1996. v.V, p.119-54.
- NOAILLY, M. *Le substantif épithète*. Paris: PUF, 1990.
- ROCHA LIMA, C. H. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Curso Médio. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

FAÇA E ARMAS BRANCAS: UM CAMPO LEXICAL EM GRANDE SERTÃO: VEREDAS

Maria Célia de Moraes LEONEL¹

- **RESUMO:** Estudo do campo lexical da palavra *faça* e de outros lexemas que se referem às armas brancas em *Grande sertão: veredas* de Guimarães Rosa, tendo-se em vista os significados dos vocábulos no universo de sentidos do romance. A orientação teórica centra-se, sobretudo, nas propostas de H. Geckeler e ainda nas de J. Lyons.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Lexicologia; campo lexical; Guimarães Rosa; *Grande sertão: veredas*.

Este trabalho é um dos frutos do estudo continuado do texto de Guimarães Rosa, em especial, da pesquisa para o Glossário da edição genético-crítica de *Grande sertão: veredas* da Coleção Arquivos,² realizado por uma equipe de que participei juntamente com Edna M. F. S. Nascimento e Nilce Sant'Anna Martins.

Os critérios gerais elaborados pelo grupo para a seleção dos termos componentes do Glossário determinaram o levantamento de toda palavra cuja intelecção trouxesse dificuldade, bem como de todas as formas inusitadas.

A realização desse levantamento levou ao interesse pelo estudo dos campos lexicais do romance. O exame de vocábulos, cujo entendimento é, muitas vezes, problemático e as repetidas seleções destes, para evi-

1 Departamento de Literatura – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara – SP – Brasil.

2 O volume, ainda inédito, é coordenado por Walnice Nogueira Galvão e conta com texto genético-crítico e respectivo aparato preparado por uma equipe supervisionada por Cecília de Lara.

tar a entrada daqueles que podem ser traduzidos com alguma facilidade pelo leitor, e a ausência de outros que, contrariamente, causam-lhe dificuldade, apontavam o que era visível desde o princípio das investigações: a predominância de certos universos semânticos. No processo de tradução dos termos para a elaboração dos verbetes e, particularmente, nas leituras finais para a composição de remissivas, tal aspecto tornou-se mais evidente.

Trata-se, portanto, de um percurso que vai da lexicografia à lexicologia. Além desse fato, o trabalho em questão examina o léxico sem nunca deixar de lado a orientação de uma estudiosa da literatura. Isso quer dizer que os lexemas e os campos lexicais são investigados tendo-se em vista os significados que assumem no interior do texto literário.

Os grandes temas da obra, como a ambigüidade Bem/Mal, a existência de Deus e, particularmente, do demo, o sentido da vida humana e sua configuração como travessia, o papel do amor e das relações amorosas, do encontro-desencontro e outros mais são criados em todos os planos do romance, incluindo-se, naturalmente, o do discurso. Portanto, também o léxico é responsável pela configuração desses temas.

Alguns especialistas na teoria dos campos, sejam eles denominados lexicais ou semânticos, principiam pela noção, não desenvolvida por Saussure, mas por ele proposta, de que cada palavra constitui o centro de uma *constelação associativa*, de que há uma *interanimação* do léxico.

As contribuições para a investigação dos campos lexicais, julgadas como fundamentais e, conseqüentemente, retomadas por determinados pesquisadores (Guiraud, 1980; Geckeler, 1976; Lyons, 1980), são as de Trier com os *campos lingüísticos* e as de Weisgerber.

Guiraud (1980, p.87) lembra, por exemplo, que a lexicologia de Matoré e os *campos nocionais* são aparentados aos campos lingüísticos de Trier. Matoré seria um “sociólogo” com interesse no substrato material, econômico, técnico e político do léxico, enquanto Trier seria um “filósofo”. A seguinte afirmação de Matoré (apud Guiraud, 1980, p.87) ilustra tal fato:

(o objeto) da lexicologia é particular; é partindo do estudo do vocabulário que tentaremos explicar uma sociedade. Assim é que podemos também definir a lexicologia como uma disciplina sociológica que utiliza o material lingüístico que são as palavras.

As *esferas de pensamento* de Sperber – com clara vinculação psicológica – e as *encruzilhadas lingüísticas* de Bellin-Milleron são também mencionadas por Guiraud (1980).

Geckeler (1976), em *Semántica estructural y teoria del campo léxico*, prefere centrar-se nas reflexões de Coseriu ao tratar da questão, porém não sem antes cuidar da teoria de Trier-Weisgerber e daquelas de outros especialistas na questão dos campos. Geckeler utiliza a expressão *campo lexical* para as estruturas lexemáticas que investiga. Para ele, o caráter paradigmático do campo lexical está anunciado em considerações de Saussure como:

Dans l'intérieur d'une même langue, tous les mots qui expriment des idées voisines se limitent réciproquement: des synonymes comme redouter, craindre, avoir peur n'ont de valeur propre que par leur opposition; si redouter n'existait pas, tout son contenu irait à ses concurrents. (apud Geckeler, 1976, p.104)

Depois de Saussure, Geckeler (1976, p.213) cita Coseriu, cuja concepção de campo lexical se baseia no princípio das *oposições funcionais* e na análise do conteúdo em *traços distintivos*. Não se trata apenas da forma da estrutura do campo lexical, mas de uma investigação das estruturas lexemáticas em geral.

Geckeler (1976, p.118-9) lembra ainda que Trier considera a *articulação* como a característica essencial e mais profunda de toda língua. O vocabulário de um estado lingüístico sincrônico é por ele entendido como totalidade semanticamente articulada, estruturada em campos lexicais que mantêm relação de coordenação ou de hierarquia. A concepção de articulação baseia-se em determinadas considerações, como a de que o significado de cada palavra depende do significado das vizinhas conceptuais ou de que para o entendimento do signo léxico individual é necessário pensar no campo de signos léxicos como conjunto.

Weisgerber, de acordo com Geckeler (1976, p.129), distingue estratos de articulação, os quais ilustra com campos lexicais mais ou menos detalhados e menciona três tipos de campos, dependentes do domínio de que fazem parte: campos lexicais do domínio dos fenômenos naturais, da cultura material e do espiritual.

As considerações de Trier – que, para Lyons (1980), abrem nova fase na história semântica e que foram desenvolvidas por Weisgerber e por outros discípulos – são ainda importantes para o estudo do léxico. Apesar das críticas que as idéias de Trier e Weisgerber receberam em diversos momentos, o interesse pelos campos mantém-se ativo.

Em nossos estudos de campos lexicais, tomamos como embasamento teórico, principalmente, as propostas de Geckeler (1976), que, em última instância, reúnem as de Coseriu e ampliam o instrumental

lingüístico para a análise semântica de campos lexicais, utilizando-se de conceitos de Pottier e aproximando-se, ainda que de maneira lateral, de A.-J. Greimas.

Para a definição de campo lexical, Geckeler (1976, p.295) retoma Coseriu:

Un campo léxico es, desde el punto de vista estructural, un paradigma léxico que se origina por la distribución de un continuo de contenido léxico en diferentes unidades, dadas en la lengua como palabras, que están recíprocamente en oposición inmediata mediante rasgos distintivos de contenido simples.

Geckeler (1976, p.297) acredita que o termo técnico *campo* é quase opaco e apropriado para a designação de um sub ou microssistema lexical e define *lexema* também com Coseriu: *Une unité de contenu lexical exprímée dans le système linguistique (par exemple le contenu "senex" en latin) est un lexème.*

São as unidades, portanto, que funcionam em um campo lexical. O *arquilexema* representa, como denominador comum, a base semântica de todos os membros do campo. O conteúdo de um componente do campo pode apresentar-se da seguinte maneira: base + significado diferencial (*arquilexema* + *semas* + *classemas*) (Geckeler, 1976, p.297).

Outras considerações interessantes para a concepção teórica de campos são as de Lyons (1980, p.206), como a que segue:

Os campos são realidades vivas intermediárias entre as palavras individuais e a totalidade do vocabulário; como partes de um todo, partilham com as palavras a propriedade de estarem integrados numa estrutura mais vasta (*sich ergliedern*) e, com o vocabulário, a propriedade de se encontrarem estruturados em termos de unidades mais pequenas (*sich ausgliedern*).

Arriscamos propor que a existência dessa relação entre cada palavra, os campos lexicais e o vocabulário como um todo seja paralela à existente, em *Grande sertão: veredas*, entre cada palavra, um campo lexical e o vocabulário total do romance.

Para pensarmos os *lexemas* da narrativa rosiana como componentes de um determinado campo lexical, levamos também em consideração propostas de Lyons (1980, p.207), que recorre à terminologia da cor para explicitar as noções de *área* e *campo conceptual* e de *campo lexical*:

Considerada como um *continuum*, a substância da cor é (na nossa distinção entre "área" e "campo") uma *área conceptual* (*Sinnbezirk*); torna-se

campo conceptual (*Sinnfeld*) em virtude da sua organização estrutural, ou articulação, por este ou aquele sistema lingüístico.

E completa:

O conjunto de lexemas de qualquer sistema lingüístico que cubra a área conceptual e, por meio das relações de sentido existentes entre eles, a *estrutura*, é um campo lexical (*Wortfeld*); e cada lexema cobrirá uma determinada área conceptual que, por sua vez, pode ser estruturada como um campo por outro conjunto de lexemas (tal como a área coberta por “vermelho” é estruturada por “escarlate”, “carmesim”, “vermelhão”, etc.).

Lyons (1980, p.211) acredita ainda que os princípios determinantes da estrutura lexical se aplicam igualmente às palavras concretas e às abstratas.

O ato de realizar o Glossário de *Grande sertão: veredas* evidenciou, como dissemos, que os termos inicialmente registrados e os que permanecem na constituição final apontam algumas concentrações em determinados universos semânticos. Ademais, esses vocábulos, em geral, têm como especificidade léxica o fato de pertencerem a subcódigos – são brasileirismos, regionalismos, estrangeirismos, arcaísmos, neologismos e, por isso mesmo, trazem, em grau variado, dificuldade de entendimento. Agrupadas a palavras que não constam do Glossário, tais palavras compõem campos lexicais específicos do romance.

Se considerarmos que o vocabulário total de *Grande sertão: veredas* corresponde ao vocabulário de uma dada língua, temos um léxico fechado, com campos lexicais também fechados: todas as unidades estão contidas nas páginas da obra.

Para tratar dos campos lexicais na narrativa rosiana, baseamo-nos, ainda, na já citada classificação do léxico de Weisgerber (apud Geckeler, 1976, p.129) em três domínios: o dos fenômenos naturais, o da cultura material e o do universo espiritual. Sugerimos a divisão do léxico do romance não em três grandes domínios, mas em dois, com as subdivisões necessárias: o da natureza e o da cultura. No primeiro domínio, caberiam, por exemplo, campos lexicais referentes à vegetação – com subcampos como o das árvores, o das gramíneas, o das flores etc. –; ao universo da água, de que rios, veredas – no sentido regionalista de Minas Gerais, isto é, *Cabeceira e curso de água orlados de buritis, especialmente na zona são-franciscana* (Ferreira, s. d.) –, lagoas etc. formariam subcampos. Do segundo domínio, fariam parte os campos da cultura material e também aqueles que Weisgerber prefere colocar no domínio do espiritual. Nesse domínio, *Grande sertão: veredas* comporta um bom

número de campos lexicais como o das crenças e religiões específicas, como é o caso da católica ou da espírita. Esse campo é tão demarcado que, no âmbito da sinonímia, as denominações do diabo já têm instigado vários trabalhos. Além desses, outros campos podem ser arrolados, como aqueles constituídos pelos alimentos, pelas doenças, pelos remédios e pelas mezinhas, pelos meios de locomoção etc.

Aqui apresentamos uma parte de nossa investigação, destacando, no *domínio cultural*, o campo formado por palavras que designam instrumentos de corte como a faca.

As muitas leituras da narrativa rosiana mantêm nossa aproximação dos lexemas de *Grande sertão: veredas* (1965) não apenas sempre remetida ao contexto, como também associada a seus possíveis sentidos no romance como um todo, o que também ocorre, como não poderia deixar de ser, na concretização do Glossário.

O *Novo dicionário da língua portuguesa* (s. d.) traz para o lexema mais repetido – *faca* – o seguinte significado inicial: *Instrumento cortante, constituído de lâmina e cabo*.

A primeira informação /instrumento/ insere o objeto referido na classe genérica dos artefatos. A segunda indica o atributo /cortante/, que embute uma função também genérica – /cortar/. A terceira informação retrata a morfologia do objeto: /constituído de lâmina e cabo/.

Os semas nucleares do objeto recoberto pela palavra *faca* repetem-se, evidentemente, nos lexemas que pertencem ao mesmo campo lexical como *facão*, *faca-de-arrasto* ou *faca de arrasto*, *foice*, *parnaíba*, *punhal*, *quicé*, entre outros.

O mesmo dicionário traduz cada uma das palavras que nos interessam nesta oportunidade – já que não pretendemos esgotar o levantamento dos componentes desse campo, mas apenas tratar dos que têm maior importância para nosso estudo –, da seguinte maneira:

facão. 1. V. faca. 2. Sabre, espada ...

faca de arrasto. (Bras.) Faca de rasto; grande faca ou facão, usada para abrir caminho no mato, cortar cipó, etc.

foice. 1. Instrumento curvo para ceifar.

parnaíba. 1. Lambedeira. [Bras. Pop. Faca estreita e comprida; faca de ponta] 2. Facão usado por açougueiro.

punhal. 1. Pequena arma branca de lâmina curta e penetrante. 2. Fig. Tudo o que ofende ou fere gravemente.

quicé. Bras., N.E. V. caxirenguengue ... [Faca velha e imprestável e/ou sem cabo.]

Da definição de *lambedeira*, por meio de *parnaíba* – *Faca estreita e comprida; faca de ponta* – e da descrição de punhal – *Pequena arma branca de lâmina curta e penetrante* – recolhemos outros traços. O fato de serem artefatos de lâmina /estreita/, /de ponta/ e /penetrante/ traz outro sema nuclear: /que perfura/. Trata-se, por conseguinte, de instrumento perfurocortante constituído de lâmina.

Em *Grande sertão: veredas*, tal traço é claramente incorporado ao lexema *faca*:

A faca a faca, êles se cortaram até os suspensórios. ...*O diabo na rua, no meio do redemunho...* Assim, ah – mirei e vi – o claro claramente: aí *Dia-dorim cravar e sangrar* o Hermógenes... (Rosa, 1965, p.450-1) (Grifos nossos nos verbos)

Os semas citados compõem o significado de *faca*, arquilexema do campo escolhido. Constam, portanto, dos lexemas que a palavra *faca* representa.

No universo do texto rosiano, há a sobreposição, a sobredeterminação de um ou outro sema nas diferentes atualizações dos lexemas, como não poderia deixar de ser. Assim, ao atributo /cortante/, na palavra *faca*, sobrepõem-se outros nas diversas ocorrências, como /perfurante/.

O campo lexical de *faca* tem um uso que diríamos pertencente à *dimensão prática*, na agricultura, na culinária e em áreas afins, com sua simbologia própria, vinculada aos trabalhos do homem relativos à produção e ao preparo de alimento, à manutenção da vida. A essa simbologia, opõe-se a da morte, vinculada às armas brancas, como oportunamente mostraremos. Seria a *dimensão belicosa* do uso da faca e dos artefatos assemelhados.

A possibilidade do emprego prático e pacífico do instrumento, revela-se em *Grande sertão: veredas* em alguns momentos como os que seguem:

[Vupes] ia desempenhando seu negócio dele no sertão – que era o de trazer e vender de tudo para os fazendeiros: arados, enxadas, debulhadora, *facão de aço* ... (ibidem, p.56-7) (Grifo nosso)

Pois, êsses passaram com as *facas-de-arrasto*, mas porque iam ajudar a retalhar o porco, porção que se levava, dali, em carne e toucinhos. (p.185) (Grifo nosso)

No entanto, como é sabido, nas páginas de *Grande sertão: veredas*, os episódios de guerra são muitos, amplos e densos. Neles, o protagonista debate-se, no tempo do narrado e no tempo da narração, em múltiplos

questionamentos, todos recobrando a questão básica: os (des)limites entre o Bem e o Mal. Num ataque do grupo jagunço aos zebebelos, por exemplo, Riobaldo envolve-se em, pelo menos, três fontes de dúvidas que remetem a essa questão principal: o fato de ter como inimigo Zé Bebelo, de quem fora mestre-escola e com quem muito aprendera; a presença de Hermógenes, em quem, desde o princípio, vislumbra a configuração do demo, e a dor de amar Diadorim – jagunço que supõe ser homem como ele. Os momentos de guerra exterior, portanto, aguçam as escaramuças e as grandes guerras interiores dos questionamentos metafísicos e psicológicos.

Em tais circunstâncias, as palavras que fazem parte do campo lexical da *faca* configuram instrumentos denominados *armas brancas* que, de um lado, compõem o campo mais amplo das armas e, de outro, distinguem-se das armas de fogo. Nesse sentido, talvez o campo de que tratamos seja um subcampo. Todavia, sua separação é fundamental, justamente porque traz as duas dimensões – a do uso apenas prático e a do emprego guerreiro do artefato *faca* – o que não ocorre com as armas de fogo.

Além de diferenciarem-se dessas últimas, as armas brancas, que incluem a *faca*, separam-se, na morfologia e na função, do uso que chamamos de prático do objeto. Vejamos os atributos contidos nas palavras que veiculam instrumentos desse tipo:

Gavião, corvo, alguns, as feições deles já representam a precisão de talhar para diante, rasgar e estraçalhar a bico, parece uma *quicé* muito afiada por ruim desejo. (p.12) (Grifo nosso)

Na comparação, as funções reunidas no enunciado referentes ao bico das aves /talhar/, /rasgar/ e /estraçalhar/ e o traço /muito afiada/ são remetidos a *quicé* num sentido que não condiz com o do dicionário que utilizamos: *Faca velha e imprestável e/ou sem cabo*.

O lexema *quicé*, por conseguinte, associa-se, nesse fragmento, à disputa, à violência, à morte. Desse modo, há uma mudança no significado original: os semas da descrição do dicionário são substituídos por outros que constituem os atributos que a nova função do artefato exige.

A *foice*, que o dicionário descreve como *instrumento curvo para ceifar*, é, ainda, símbolo da morte. Como tal, também se concretiza na narrativa: num dos muitos episódios que criam a vida diversificada do bando sob a chefia de Zé Bebelo, os jagunços deparam com dois irmãos que tinham matado o pai, o qual obrigara um dos filhos a buscar, para matarem, um outro filho que roubara o sacrário de ouro da igreja da

Abadia. Todavia, *o irmão combinou com o irmão e mataram o pai, distribuído de foçadas.*

Mas primeiro enfeitaram as *foices*, urdindo com cordões de embira e várias flores ... em padroeiragem à Virgem, para a Nossa Senhora em adiantado remitir o pecado que iam obrar... (p.60) (Grifo nosso)

Não se trata, portanto, de um novo instrumento, mas de uma determinada utilização de um objeto, cuja função, em estado de dicionário, diz respeito ao trabalho com a terra. Não observamos, nesse caso, um deslizamento de sentido, em que a palavra passaria a constituir um neologismo semântico, mas uma modificação no emprego do artefato.

No emprego não-pacífico, belicoso, quando a faca é instrumento para eliminar o inimigo, o que, na ética do universo guerreiro, é considerado como prático, com as implicações, digamos, técnicas, há, em certas situações, a sobredeterminação de uma simbologia específica que o exemplo ilumina: “Só logo no primeiro entremear com os bebelos, nós quatro havíamos de restar mortos, cosidos nas *parnaibas*” (Rosa, 1965, p.161) (Grifo nosso).

Trata-se, nesse caso, de uma oposição simbólica entre os dois grupos de armas – brancas e de fogo: em momentos decisivos, homens em guerra ou apenas inimigos de longa ou recentíssima data chamam-se na faca. É parte do código de luta coletiva e particular – no final, o corpo a corpo, como no amor. Os segmentos em que tal fato se dá na obra em questão não são raros. Num dos episódios cruciais do romance – o do julgamento de Zé Bebelo – Sô Candelário, que pouco entende a novidade do julgamento em relação a um inimigo dos jagunços, propõe que tudo se resolva entre ele e Zé Bebelo: na faca.

Voltando ao lexema em questão, *parnaíba* é traduzido no *Novo dicionário da língua portuguesa* (s. d.), como sinônimo de *lambedeira: Faca estreita e comprida; faca de ponta*. Para o uso guerreiro, às especificações quanto à morfologia do instrumento /estreita/, /de ponta/, nova função – /coser/, que significa *dar facadas em, esfaquear, costurar*, conforme o dicionário que citamos – é acrescentada.

Logo, com a função de matar, os mesmos lexemas empregados, quando se trata do uso pacífico, apresentam novos traços que remetem a diferenças na aplicação. Ademais, o ato de eliminar o inimigo, em *Grande sertão: veredas*, como vimos, adquire outra dimensão simbólica, reflexo de uma postura cultural: só a arma branca serve ao combate decisivo, que exige a proximidade dos envolvidos e a coragem necessária para tanto.

No universo das simbologias do romance, a relação com uma ou outra arma distingue Riobaldo de Diadorim. Não à toa, os dois primeiros apelidos de Riobaldo correspondem ao respeito pelo modo como se utiliza da arma de fogo: Cerzidor e Tatarana, lagarta de fogo. A pontaria certa é mesmo um dos atributos fundamentais que, com a valentia e o dom da palavra, capacitam-no para a chefia.

Já no primeiro encontro entre o protagonista e Diadorim, então apresentado unicamente como o Menino, episódio que tem, na narrativa, como veremos, não apenas uma nova simbologia, mas uma *dimensão mítica*, o filho de Joca Ramiro usa a faca como instrumento de luta.

Trata-se da travessia do Rio São Francisco na canoa, episódio que divide a vida de Riobaldo em duas partes. Numa das manifestações de coragem que assombra e perturbam o protagonista, o Menino que o acompanha – reaparecendo depois como o jagunço Reinaldo-Diadorim – mostra grande destreza na utilização da faca. O mulato que sugere estarem eles fazendo *sujice* é convidado pelo Menino a aproximar-se:

Ah, tem lances, esses – se riscam tão depressa, olhar da gente não acompanha. Urutu dá e já deu o bote? Só foi assim. Mulato pulou para trás, ô de um grito, gemido urro... .. O menino abanava a *faquinha* nua na mão, e nem se ria. Tinha embebido ferro na coxa do mulato, a ponta rasgando fundo. A lâmina estava escorrida de sangue ruim. Mas o menino não se alufia do lugar. E limpou a *faca* no capim, com todo capricho. – “*Quicé* que corta...” – foi só o que disse, a si dizendo. Tornou a pôr na bainha. (p.85) (Grifos nossos)

É conhecido dos leitores do romance rosiano esse momento em que Riobaldo, aos catorze anos, encontra o Menino que tanto modifica sua vida. O fato transcorre em espaço sacralizado e, num ritual de passagem, Riobaldo defronta-se, pela primeira vez, com o próprio medo e a coragem do Menino, com o prazer do Outro pela natureza – provocado pelas flores e pelas aves que o protagonista, até então, não podia enxergar –, com a liberdade de ser do Menino e ainda com o esboço do sentimento amoroso e do pulsar da sexualidade. O limiar da manifestação sexual reveste-se também da malícia trazida, justamente, pelo acontecimento que citamos. A partir daí, a vida do protagonista toma novo rumo, em todos os sentidos. Estamos ante um fato que *transforma* Riobaldo e que constitui, ao mesmo tempo, um rito de passagem e um momento mítico. É fundamental lembrar que se trata do primeiro acontecimento da história principal e que tem relações com o último, sendo o uso da faca um dos componentes do término dela, como mostraremos.

No fragmento mencionado, salientamos, entre os traços fundamentais relativos ao uso da faca, a /instantaneidade/, mais que a rapidez. Mas outros semas enformadores dos atributos de *faca* permitem supor funções por eles atualizadas: /que corta/, /que rasga fundo/, /que embebe/, /que se põe na bainha/. Quanto à morfologia do objeto, os traços que se destacam são /lâmina/, /ferro/, /com ponta/, /de pequena dimensão (faquinha)/. Alguns semas vinculam-se ao modo específico de usar a faca para ferir: /rasgar fundo/, /embeber/, /com ponta/, /perfurante/. Tais traços permitem o rasgo profundo que tira sangue. Com a descrição de instrumento com lâmina perfurocortante, aqui com o revestimento de *quicé*, temos a configuração de *punhal*. É a essa configuração que retornamos para ilustrar a *dimensão mítica* que se oferece no campo lexical em questão.

Diadorim aparece, no romance e na vida de Riobaldo, usando arma branca. No desenrolar da obra, ele também emprega arma de fogo; todavia, no momento decisivo, o do enfrentamento final com Hermógenes, como parte do código guerreiro, a arma que lhe serve é branca. Junto a tal constatação, interessa-nos examinar a especificidade da faca escolhida no que diz respeito à função e à morfologia,

Para tal embate, a faca toma também a forma de punhal! "Diadorim a vir – do topo da rua, *punhal* em mão, avançar – correndo amouco..." (Rosa, 1965, p.450) (grifo nosso). Embora tenhamos aqui a palavra *punhal*, as demais menções, no episódio, a esse objeto realizam-se com a palavra *faca*, de que, aliás, são apresentadas as funções já mencionadas:

Cortavam toucinho debaixo de couro humano, *esfaqueavam* carnes. Vi camisa de baetilha, e vi as costas de homem remando, no caminho para o chão, como corpo de porco sapecado e rapado... (Rosa, 1965, p.450) (Grifos nossos)

A essas funções acrescentam-se outras, próprias da configuração que o lexema assume nesse momento. O importante não é tratar-se especialmente do lexema *punhal*, mas do uso que se faz da *faca*, que é próprio de *punhal*:

Assim, ah – mirei e vi – o claro claramente: aí Diadorim *cravar* e *sangrar* o Hermógenes... Ah, *cravou* – no vão – e ressurtiu o alto esguicho de sangue: porfiou para bem matar! (p.451) (Grifos nossos)

Novos semas adicionam-se: /que crava/ /que sangra/. Tais atributos correspondem à particular morfologia do objeto. No dizer do dicio-

nário (Ferreira, s.d.), *punhal* é: *Pequena arma branca de lâmina curta e penetrante*.

Trata-se, especificamente, de *arma branca*. Outra função, além da de cortar, está registrada: /uso em luta/ /penetrante/. Quanto à morfologia, temos /lâmina curta/ e, ainda, /com ponta aguçada/, que a atribuição /penetrante/ permite adicionar.

O discurso insiste no efeito do punhal – a morte produzida com esgotamento do sangue – no corpo do chefe inimigo:

Havia nenhum Hermógenes mais. Assim de certo resumido – do jeito de quem *cravado com um rombo esfaqueante* se sangra todo, no vão-do-pescoço: já ficou amarelo completo, oca de terra, semblante puxado escarrencente, como quem da gente se quer rir – cara sepultada... (Rosa, 1965, p.452) (Grifo nosso)

Ao traço /cravar/, já assinalado, junta-se o de /fazer rombo/. O vocábulo *rombo*, no dicionário aqui utilizado, significa: 1. *Furo, abertura, buraco de grandes proporções*. 2. *Abertura forçada por um rompimento violento; arrombamento*.

O novo sema /fazer rombo/ é adicionado aos anteriores que remetem para o uso guerreiro da faca, com um sentido muito específico: /que provoca rompimento violento/. Tal atributo – o de romper com violência – insiste na inserção do vocábulo *faca* no universo da guerra. Na expressão *rombo esfaqueante*, o arquilexema *faca* embute-se no neologismo advindo do verbo *esfaquear*. Ocultar e, ao mesmo tempo, desvendar são artifícios próprios do discurso literário.

Na morte de Hermógenes, o Bem vence o Mal e é vencido por ele: Diadorim também é morto. No final mítico dos embates de Riobaldo, de que ele não participa diretamente, a morte é maior, é a que esgota a seiva, a água-sangue – emblema da vida. Para tanto, a atualização de uma arma branca, o punhal, que crava. Temos a *dimensão mítica*, pois, mortos, *transformados*, em campo sagrado da batalha, Diadorim é sacrificado, enquanto, em relação a Hermógenes, cumpre-se a vingança ou a justiça. E Riobaldo depara – tragicamente, porque o amigo está morto – com a revelação de que o jagunço é mulher.

Parece-nos possível observar, à guisa de conclusão, que, nos exemplos destacados, o emprego de diferentes lexemas, na dimensão prática, tem uma especificidade. Os vocábulos *faca*, *facção*, *faca de arrasto* são intercambiáveis. Mas a permuta dá-se de modo limitado; nesses lexemas não se configuram os traços mais específicos de *punhal*, por exemplo. Na dimensão da simbologia de última luta e, sobretudo, na di-

mensão mítica, *faca*, *quicé* e *punhal* intercambiam-se, com semas de um sendo transportados para outro. É o caso de *quicé* no episódio do primeiro encontro na travessia do São Francisco, que tem traços de *punhal*. E de *faca*, no embate final entre Hermógenes e Diadorim, também com semas próprios de *punhal*.

Esta é apenas uma proposta para o estudo desse campo lexical em *Grande sertão: veredas*, em que procuramos nos orientar pela relação entre o arquilexema e as unidades que constituem o campo, tendo em vista a multiplicidade de significados que adquirem no texto rosiano em razão dos variados sentidos da obra e não apenas o contexto particular em que o lexema se insere.

LEONEL, M. C. de M. Knife and cold steel: a lexical field in *Grande sertão: veredas*. *Alfa* (São Paulo), v.44, p.285-297, 2000.

- **ABSTRACT:** *Applying H. Geckeler's and J. Lyons's ideas to an analysis of Grande sertão: veredas (The Devil to Pay in the Backlands) by Guimarães Rosa, this essay examines the lexical field of the word knife and of other lexemes connected to cold steel, focusing on their meaning in the fictional world of the novel.*
- **KEYWORDS:** *Lexicology; lexical field; Guimarães Rosa; Grande sertão: veredas (The Devil to Pay in the Backlands).*

Referências bibliográficas

- FERREIRA, A. B. de H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2.ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, s.d.
- GECKELER, H. *Semántica estrutural y teoría del campo léxico*. Madrid: Gredos, 1976. (Bibl. Románica Hispánica; Estudios y ensaios, 241).
- GUIRAUD, P. *A semântica*. 3.ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Difel, 1980.
- LYONS, J. Campos semânticos. In: _____. *Semântica I*. Lisboa: Presença, Martins Fontes, 1980. p.204-18.
- ROSA, J. G. *Grande sertão: veredas*. 4.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1965.

A CONSTRUÇÃO DE “CASAS”

Edna Maria Fernandes dos Santos NASCIMENTO¹

- RESUMO: Partindo do pressuposto de que construir um texto é operar com os mecanismos da denominação e da definição, procura-se demonstrar como Rubem Braga funda o microuniverso da crônica “Casas”, permitindo que o “saber” instaurado pelo produtor passe para o receptor da mensagem.
- PALAVRAS-CHAVE: Sentido; denominação; definição; articulação; fala; contexto; texto.

*Das rosas pintadas por Elstir, Proust já dizia que eram
“variedade nova com a qual esse pintor, como um
horticultor engenhoso, enriquecera a família das Rosas”.*
(Bachelard, 1974, p.352)

O artigo “Articulações contextuais do discurso” de Edward Lopes, publicado em 1985 em *Significação* e republicado em 1993 no seu livro *A palavra e os dias*, inicia-se com o seguinte parágrafo:

Talvez a revelação mais espetacular feita pela narrativa bíblica do Génesis seja a que está implícita na idéia que ali se exprime, de que o ato enunciativo cria toda realidade. Cria no sentido cognitivo, é claro, não como realidade fora de nós em que nós, seres humanos, nos situamos, mas como realidade dentro de nós, situada em nossa mente como um simula-

1 Professora da Pós-graduação na Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara – SP – Brasil.

cro, uma representação engendrada pelo poder genésico da palavra – “no princípio era o Verbo...”. (1993, p.57)

Tendo como fundamentação teórica as concepções de Edward Lopes desenvolvidas nesse artigo e em outras obras, *Discurso, texto e significação* (1978) e *Metáfora* (1988), e dois artigos nossos – “Metalinguagem natural e teoria da linguagem” (1990) e “Tradução intralingual e produção de texto” (1992) –, tentaremos acompanhar a construção do sentido cognitivo da palavra *casa* no microuniverso da crônica de Rubem Braga “Casas” (anexo).

O discurso funda a sua realidade intradiscursiva operando com denominações que compõem o relato contextualizador. A sua principal denominação é o título que exprime de forma condensada o que se vai tratar. Ao longo do texto, que se constrói como expansão da condensação expressa pela palavra *casas*, outras denominações colaboram para delinear o suporte temático e fundar o relato contextualizador, responsável pela produção do texto de referência que é extradiscursivo.

Nessa crônica, as palavras *terreno, casa, edifício, apartamento* e *casa-grande* são contextualizadores, fundam o texto de referência. Essa referência, que deve ser comum ao produtor e ao receptor da mensagem, permite que o saber passe de um para outro. A referência se ancora no “saber” armazenado que se supõe que qualquer falante de uma língua natural tem dessas palavras. Esse “saber” comum, invariante dicionarizada, é denominado por Edward Lopes *interpretante do código* (1978). No dicionário, encontramos os seguintes interpretantes do código para as citadas palavras que fundam o relato contextualizador:

terreno = terra, campo

casa = edifício de um ou poucos andares destinado geralmente à habitação

edifício = construção de alvenaria, madeira, etc., de caráter mais ou menos permanente, que ocupa certo espaço de terreno, é geralmente limitada por paredes e teto, e serve de abrigo, moradia, etc.

apartamento = residência particular, servida por espaços de uso comum, em edifícios com diversos andares

casa-grande = 1. (Bras.) No tempo da colônia ou do Império casa senhorial brasileira, de engenho de açúcar ou fazenda. 2. (Por extensão) Casa de proprietário de engenho ou fazenda.

A partir desse “saber” invariante, partilhado pela comunidade que fala a Língua Portuguesa, instaurador de referências – relato contextualiz-

zador –, Rubem Braga trabalha a construção de um “saber” compartilhado pelo narrador/leitor do discurso de “Casas” – os relatos contextualizados. Esse trabalho consiste em falar da realidade que fundou com as denominações já enumeradas anteriormente. Falar dessa realidade fundada é operar com o procedimento metalingüístico corolário da denominação: a expansão, cuja expressão lingüística é a definição. A definição intradiscursiva, interpretante do contexto, segundo Edward Lopes (1978), é responsável pelo relato descritivo. Como essa descrição não é da ordem do “saber” partilhado, extradiscursivo, ou seja, o acordo sígnico registrado no dicionário, mas da ordem de um novo “saber” que vai ser revelado pelo texto, ela instaura o texto figurativo. O relato descritivo é composto de enunciados de estado e do fazer que definem as denominações do primeiro texto: o texto de referência.

Encontramos na crônica as respectivas definições, expressas por enunciados de estado, para as já enumeradas denominações:

terreno = terreninho, algum lugar longe

casa = uma construção com jabuticabeira

sonho, sossego, infância

túmulo

coisa agarrada no chão

chão

casa-grande = muitas léguas de distância, grande casa branca cercada de mangueiras gordas

Os predicados do fazer definem *casa*, *edifício* e *apartamento*:

casa = se plantar no chão

ancorar

edifício = vagar

apartamento = pular

O relato descritivo, articulado com o relato contextualizador que criou o texto de referência, permite a construção dos diferentes interpretantes do texto figurativo da crônica “Casas”:

terreno = sem construção, terra que pode ser cultivada

casa = construção com pouco espaço de terra

apartamento = construção sem nenhum espaço de terra

edifício = construção com espaço de terra comum

casa-grande = construção com grande espaço de terra

Percebemos que o relato descritivo estabelece, para essas denominações, definições intradiscursivas que têm como gênero próximo o ter-

mo *construção*, mesmo que seja pela sua ausência; é o caso de *terreno*. A diferença específica das definições, que individua cada denominação, é responsável pelo efeito de sentido. Os diferentes tipos de *casa* são construídos a partir da ausência/presença do sema *terra*.

Considerando a ausência/presença do sema *terra*, temos três tipos de *casa* que o texto figurativo constrói:

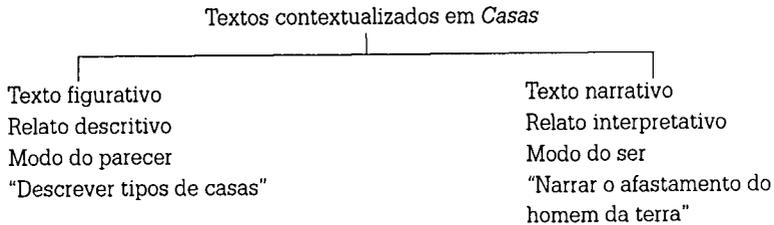
1. *terreno* = projeto de casa, casa virtual
2. *casa*
casa-grande = construção com espaço de terra
3. *edifício*
apartamento = construção sem espaço de terra

Os predicados do fazer reiteram os *designata* de *casa* construídos pelo texto figurativo. As denominações *casa* e conseqüentemente *casa-grande*, que têm o sema *terra*, são predicadas pelos verbos *ancorar*, *plantar*, tecendo a isotopia da volta à terra, à cidade natal, à infância, ao sonho, às origens; as denominações *edifício*, *apartamento*, que não contêm o sema *terra*, são predicadas pelos verbos *vagar*, *pular*, e ligam-se à isotopia de *não terra*, *do ar*, portanto, do afastamento das origens.

Chegou a hora de perguntar: o que esse relato descritivo, que produz o texto figurativo, cujo operador é a definição, diz? Segundo Edward Lopes, é necessário buscar o contexto histórico de ocorrência desse sentido descritivo, contexto esse que compõe o relato, ou melhor o co-relato interpretativo do texto figurativo; a significação histórica, homologada em outros discursos, portanto, heterodiscursiva, que instrui o texto narrativo. Edward Lopes (1993, p.67) ilustra sua afirmação:

por exemplo, logo após entrar num cinema a meio da exibição vemos na tela o fotograma de uma moça chorando, não podemos saber, no primeiro momento, já que não vimos as cenas anteriores, o que é que significa de fato *esse* pranto, se *tristeza* (= a moça recebeu, na cena anterior, a notícia da morte do noivo na guerra), *alegria* (= o marido odiado e tirânico acabou de lhe comunicar que vai finalmente conceder-lhe o tão esperado divórcio), *pânico* (= a moça indefesa e só, no casarão deserto, à noite, escuta os passos do assassino que a procura), *alívio* (= o assassino é detido no último momento, e ela é acolhida pelo mocinho); é que temos, nesse caso, o sentido descritivo, produtor do texto figurativo (“a moça chora”), mas nos falta o contexto histórico de ocorrência desse sentido descritivo, *contexto esse que compõe o relato interpretativo do texto figurativo, falta-me, assim, a significação histórica, que instrui o texto narrativo.*

Reinterpretando as definições produzidas pelo relato descritivo, produtor do texto figurativo, como um saber no modo do parecer, o relato interpretativo produz o texto narrativo como um saber ao modo do ser:



O texto figurativo funciona como um discurso-objeto a ser interpretado; por sua vez, o relato interpretativo produz o texto narrativo, que funciona como metadiscurso interpretante: a fala da fala do relato descritivo. Para melhor intelecção do que tentamos dizer, reproduzimos o esquema sobre as articulações contextuais do discurso, de Edward Lopes (1993, p.69):

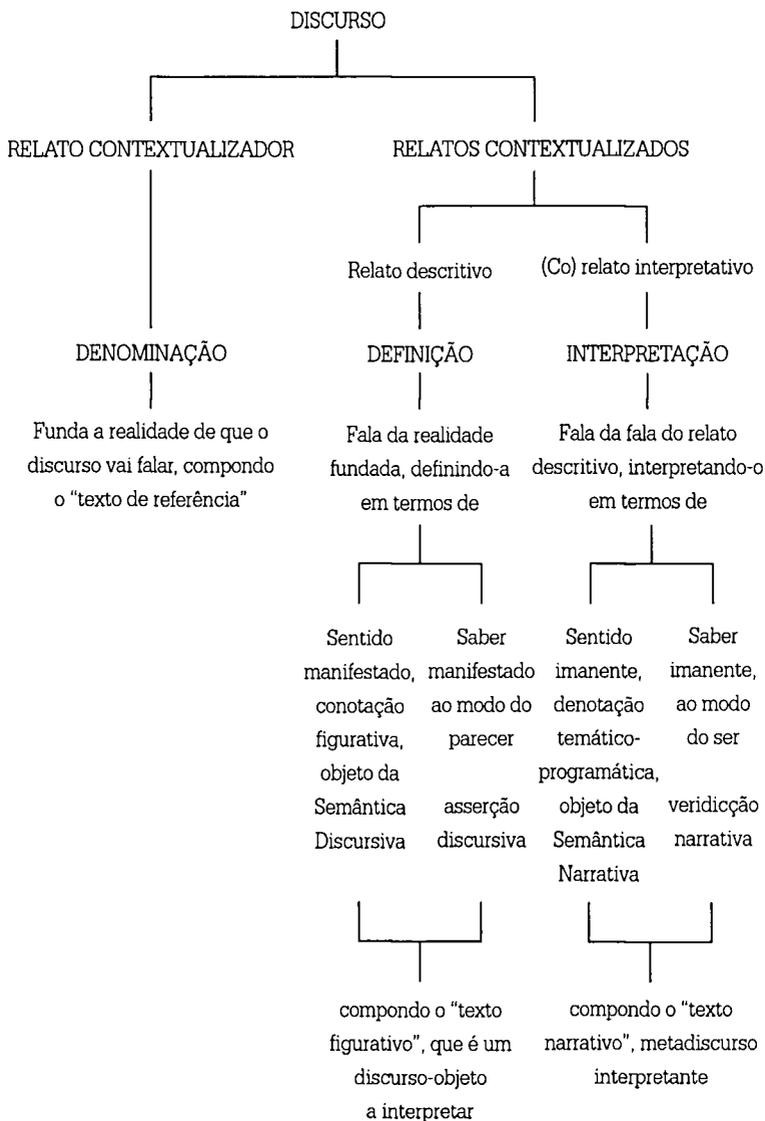
O discurso “Casas” compõe-se de um relato contextualizador que opera com as denominações *terreno, casa, edifício, apartamento, casa-grande*. A partir desse relato, fundam-se os relatos contextualizados, que são respectivamente de duas ordens: 1. *definição* – expressa o sentido e o saber manifestados (relato descritivo, produtor do texto figurativo); 2. *interpretação* – expressa o sentido e o saber imanentes (relato interpretativo, produtor do texto narrativo).

O efeito de sentido da crônica “Casas” é o resultado da transformação de um significado, partilhado por uma comunidade, pelas articulações contextuais de três textos: o texto de referência, o texto figurativo e o texto narrativo.

A crônica, ao narrar o afastamento do homem da terra, figurativizado por diferentes tipos de *casas*, constrói um “saber” intradiscursivo para *casa*, que encontra ressonância neste fragmento do texto de Bachelard (1974, p.373):

As casas não estão mais na natureza. As relações da moradia com o espaço se tornam fictícias. Tudo é máquina e a vida íntima foge por todos os lados. “As ruas são como tubos onde são aspirados os homens.”

Casa da crônica não é apartamento, edifício, não é cultura; é natureza, chão, é infância, sonho, figurativizados pela denominação/definição de *casa-grande*; é a volta às origens, à mãe terra.



As articulações contextuais do discurso propostas por Edward Lopes permitem tentar descrever o como, no sentido cognitivo, não como “realidade fora de nós”, mas “dentro de nós”, cada enunciador constrói o saber do seu texto que é único. A descrição dessas articulações discursivas ilustram como o enunciador, partindo de um saber comum,

abonado no dicionário, altera definições de denominações, instaurando um microuniverso cognitivo. Se o produtor de um texto não soubesse operar as articulações discursivas, certamente não seriam criados novos textos: todos os textos seriam estereótipos. O enunciador, utilizando os três mecanismos discursivos fundamentais, a denominação, a definição e a interpretação, metamorfoseia “um saber comum”, não o repete, mas cria “outro saber”. Nesse sentido, todo texto não é repetição, mas um trabalho sobre “o saber comum”, porque o enunciador não é aquele que apenas se apropria de um sistema de relações já dadas, ele as constrói.

NASCIMENTO, E. M. F. dos S. Building “Casas”. *Alfa (São Paulo)*, v.44, p.299-307, 2000.

- **ABSTRACT:** *Presupposing that building a text is to deal with mechanisms of designation and definition, one can try to demonstrate how Rubem Braga sets the microuniverse of his chronicle “Casas”, allowing the “knowledge” established by the producer to go straight to the receiver of the message.*
- **KEYWORDS:** *Sense; denomination; definition; articulation; speech; context; text.*

Referências bibliográficas

BACHELARD, G. *A poética do espaço*. São Paulo: Abril Cultural, 1974. p.389-457. (Os pensadores).

BRAGA, R. Casas. In: _____. *A borboleta amarela*. Rio de Janeiro: Record, 1979. p.21-3.

LOPES, E. *Discurso, texto e significação*. Uma teoria do interpretante. São Paulo: Cultrix, Secretaria da Cultura, 1978.

_____. Articulações contextuais do discurso. Significação. *Revista Brasileira de Semiótica (São Paulo)*, v.5, p.54-71, 1985.

_____. *Metáfora*. Da retórica à semiótica. São Paulo: Atual, 1988.

_____. Articulações contextuais do discurso. In: _____. *A palavra e os dias*. Campinas: Editora UNESP, Ed. Unicamp, 1993. p.89-96.

NASCIMENTO, E. M. F. S. Metalinguagem natural e teoria da linguagem. *Alfa (São Paulo)*, v.35, p.17-30, 1990.

_____. Tradução intralingual e produção de texto. *Alfa (São Paulo)*, v.36, p.57-69, 1992.

Bibliografia consultada

JAKOBSON, R. Il metalinguaggio come problema linguistico. In: _____. *Lo sviluppo della semiotica*. Roma: Studi Bompiani, 1978. p.23-45.

_____. Lingüística e poética. In: _____. *Lingüística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1969. p.79-119.

REY-DEBOVE, J. *Le métalangage: étude linguistique du discours sur le langage*. Paris: Le Robert, 1978.

ANEXO

CASAS

Os amigos mais pobres apenas pensam em comprar um terreninho a prestações, em algum lugar longe, mas simpático; e pensam, apenas. Os mais ricos querem construir ou comprar uma casa. Não sei por que me convidam a ir ver o terreno, ou a casa que pretendem reformar. Vou sempre. Tenho a consciência de que eles estão vivendo um momento grave; mesmo quando falam com decisão – “vou derrubar isto, fazer uma puxada aqui” – sinto que estão intimamente hesitantes. É como se eles mesmos estivessem se plantando no chão, depois de vagar por muitos edifícios. Olham em volta, vagamente desconfiados. Para não ficar o tempo todo calado, pergunto ao acaso:

– E aqui, o que vão plantar?

O amigo não chega a dizer nada, mas sua mulher responde logo, como se naquele instante mesmo estivesse pensando nisso, responde com precipitação, como se quisesse impedir que, uma vez levantada a questão, alguém pudesse admitir uma resposta diferente:

– Jabuticaba.

E me olha nos olhos. O amigo também me olha. Fico um instante calado, eles sabem o que estou pensando. Ela está vendo dentro de minha alma a mudinha de jabuticabeira murchar ou crescer raquítica,

feia, estéril, em um clima impróprio. E acode logo, como se estivesse regando carinhosamente com sua palavra a planta sem viço:

– Você sabe que aqui perto, no outro canto do bairro, tem uma casa que tem jabuticabeiras?

Explica que ela também pensou que não desse jabuticabeira por aqui. Pois dá, e muito bem. A questão é manter a terra sempre fresca. Um fio de água ali perto, e a jabuticabeira crescerá em graça e beleza e seu tronco e seus galhos se cobrirão de frutas escuras e gostosas. Tenho vontade de fazer uma pergunta cruel, mas justificável, sobre uma possível escassez de água. Mas não quero judiar da jovem senhora. Sei que ela está sonhando em plantar aqui uma jabuticabeira de sua infância. Sei, porque eu mesmo plantaria um cajueiro ou um imenso pé de frutapão. Seu sonho é a jabuticabeira de Minas; talvez seja essa a primeira imagem que lhe tenha ocorrido diante da palavra "casa": uma construção com jabuticabeiras.

Meus amigos estão ancorando. Alguns só no começo da velhice conseguem realizar esse antigo sonho. Um desses me disse, com melancolia, que fazendo sua casa tinha às vezes a estranha impressão de que estava fazendo seu túmulo. "Estou fazendo uma casa para viver nela, mas principalmente a casa onde vou morrer; você pensa bem, uma casa é uma coisa agarrada no chão, uma coisa que se afunda no chão. É o chão, o sossego que estou procurando. Mas estou alegre por causa de meu filho menor. Esse não crescerá, como os outros, pulando de um apartamento para outro. Terá uma infância de casa, de árvore, de pedra, de águas, de bichos, de chão, uma infância com cacarejar de galinhas. Eu... eu quero plantar uma mangueira aqui, perto da janela de meu quarto. Pena que o terreno não dê para plantar mais mangueiras..."

Ele falava e eu revia, a muitos anos e muitas léguas de distância, a casa-grande em que ele foi menino, a casa em que seu pai morreu, uma grande casa branca de mangueiras gordas.

NEM TUDO O QUE ESCANDALIZA É ABERRAÇÃO: “*ERROR COMMUNIS FACIT JUS*”

Francisco Platão SAVIOLI¹

- **RESUMO:** O tema do certo e do errado em língua, que para os lingüistas é considerado com menosprezo e como uma falsa questão, é o que, na verdade, mais ocupa a atenção dos usuários do idioma em geral. O fundamento desse paradoxo pode provir da duplicidade do ponto de vista com que se considera a língua. Se para a língua, encarada como código, o erro não tem importância, o mesmo não se pode dizer quando ela é abordada do ponto de vista de fato social. O erro é encarado pelo lingüista como uma das virtualidades do sistema; pelo usuário, como causador de vergonha e medo. O silêncio do lingüista abre espaço para vozes menos credenciadas que implantam o medo e estimulam o sentimento de vergonha. Uma abordagem da correção lingüística com método e rigor científico é, pois, um grande serviço para os usuários e um bom negócio para autores e editores.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Correção; incorreção; norma; língua; variantes lingüísticas; código; certo e errado.

O certo e o errado em língua

Lá pelos idos de 1967, folheando um livro intitulado *Estudos filológicos (Homenagem a Serafim da Silva Neto)*, chamou-me a atenção a contribuição de R. F. Mansur Guérios: “Conceito do correto e incorreto na linguagem”.

1 Departamento de Comunicações e Artes da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo – USP – 05508-900 – São Paulo – SP – Brasil – platao@uol.com.br.

Tenho até hoje na lembrança a grande expectativa com que li o pequeno texto incluso numa coletânea em homenagem, como essa em que se inscreve este meu texto.

Na época, eu ainda não havia ingressado no curso de Letras. Como aluno da Faculdade de Filosofia da USP, dava aulas de Gramática no então Cursinho do Grêmio da mesma Universidade. Em todos os vestibulares, invariavelmente ocorriam as famosíssimas questões de correção de frases ou, como era costume dizer, correção idiomática. A mim me intrigava a ausência de suporte epistemológico para um tipo de atividade tão valorizado quanto era na época a correção idiomática. Era incômoda a arbitrariedade com que os gramáticos decretavam a correção ou a incorreção de usos da língua, ou o apelo a critérios tão desconcertados quanto indefinidos.

Nessa condição de professor iniciante, não é de admirar o interesse com que me debrucei sobre as páginas daquele texto.

Devo confessar, entretanto, que a qualidade dos esclarecimentos oferecidos não foi proporcional à minha expectativa. O autor, dando mostras de um espírito mais curioso e reflexivo do que a média dos que tratavam do tema, não conseguiu, no entanto, elucidar, com a devida clareza e rigor, o “Conceito do correto e incorreto na linguagem”. Certas pistas e certos lances isolados abriam clareira sobre o assunto, mas, no geral, havia incongruências comprometedoras e lacunas teóricas desconcertantes.

Para dar idéia desses desacertos, transcrevo aqui as conclusões a que o autor chega ao final de seu texto:

Resumindo e concluindo:

1º) Há duas linguagens de finalidades diferentes – linguagem falada e escrita, inclusa a literária; portanto, há dois usos.

2º) Nesses usos é em que se deve assentar o critério de correção.

3º) Na linguagem oral das pessoas incultas, o correto é o que é claro, e o incorreto é o que é obscuro.

4º) Na linguagem falada das pessoas cultas, o correto é o que, além de claro, satisfaz o máximo número do meio geográfico e social onde vivem essas pessoas cultas.

5º) Na linguagem literária, é correto o que atende ao uso tradicional da mesma (*sic*), e incorreto o desvio da tradição. Apesar disso, não é possível estabelecer em conceitos inflexíveis o correto e o incorreto na linguagem literária, visto predominar aqui o lado individual, e, portanto, arbitrário. Onde, as sanções que se poderiam aplicar aos infratores, se às vezes são da mesma natureza da linguagem oral, outras vezes são completamente di-

ferentes, dependendo do consenso dos críticos. Contudo, há os que não reconhecem ou não admitem qualquer sanção no âmbito literário, porque não reconhecem nele nenhuma incorreção. Ou, admitindo incorreções, seguindo o critério tradicional, classificam-nas, todavia, como fatos estilísticos. (Mansur, 1967, p.228-9)

Convenhamos que os critérios oferecidos são pouco executáveis sobretudo pela falta de coerência e rigor.

Há, no entanto, um mérito nesse texto: a proposta do uso como critério de correção, embora não tenha sido claro na indicação de seus limites nem no modo de operar com ele.

Além desse, só muito mais tarde (lá pela década de 1980) caiu-me nas mãos outro texto sobre o mesmo tema, este muito mais desenvolvido e mais abalizado, de autoria do renomado lingüista Angel Rosenblat, a que farei referência mais à frente.

Apesar de esforços isolados, o que se pode dizer com certeza é que o tema do certo e do errado não foi ainda debatido a ponto de se ter chegado a uma solução satisfatória a respeito. Há ainda pendências a resolver e espaços vazios a preencher. E, sem dúvida, grande parte desse vazio se deve à omissão dos lingüistas.

De minimis non curat praetor

Parodiando Vieira, poderíamos perguntar por que andar o tema da correção gramatical tão ausente do discurso científico da lingüística contemporânea.

Ou é pela rebeldia do objeto, ou é pelo descaso do sujeito da investigação. Ou é pela rebeldia do objeto, que se não deixa aprisionar pelos corredores do rigor científico; ou é pelo desinteresse do sujeito, que, revoltado com as vilanias históricas a que esse tema se prestou, abandonou-o enojado. Ou é pela rebeldia do objeto, que, dada a sua complexidade, nunca poderá exaurir-se, ou é pela recusa do sujeito, que não dispõe mais do estoque da fleuma necessária para tolerar o ranço dos debatedores.

Paródias à parte, o tema da correção deve andar ausente dos modernos tratados lingüísticos, basicamente por exaustão dos lingüistas que, cansados de vê-lo tão sacralizado, dessacralizaram-no e condenaram-no

ao que poderíamos chamar de exílio epistemológico, negando-lhe competência para ser tratado como objeto de investigação científica.

Mas é importante dizer que esse desterro cognitivo não se justifica pela dificuldade de se tratar cientificamente o objeto de investigação. Na verdade, em nenhum momento da História da Linguística, os pesquisadores estiveram mais aparelhados para resolver com bases científicas a questão da correção em língua. Não é, pois, por impossibilidade de abordar cientificamente o tema que ele foi abandonado pelos lingüistas. Esse impedimento foi, por exemplo, a causa do abandono do tema da origem das línguas: a base documental disponível para confirmar as hipóteses de trabalho levantadas não permite que se avance nas pesquisas. Mas não é esse o caso do tema da correção. Com os modernos aparelhos de armazenagem e busca de dados, nunca foi tão possível verificar, mediante comprovação documental, a procedência de uma norma qualquer.

Apesar disso, os lingüistas não cuidam desse tema, sob a alegação de se tratar de uma questão menor: "*De minimis non curat praetor*".

Um caso de desobediência civil

O que de fato aconteceu, porém, foi que, exilado pelos lingüistas, o tema da correção não foi tratado com o mesmo desdém pelos usuários da língua em geral.

A língua é uma instituição humana que não se sujeita a decretos voluntaristas de quem quer que seja. O culto à correção ou o desprezo por ela não é um dado que aparece ou desaparece da comunidade lingüística por decisão de grupos isolados mesmo que sejam os mais credenciados. Assim como não cabe a um normativista decretar que a contravenção lingüística é uma aberração, também ninguém tem o poder de decretar o contrário, isto é, que ela é uma criação da fantasia popular ou da mistificação dos gramáticos.

O que de fato ocorreu foi um curioso paradoxo: o que é tido como uma falsa questão pelos lingüistas é na verdade o que mais atormenta o usuário em geral.

É o que diz a citação a seguir, do lingüista Angel Rosenblat (1967), extraída de uma comunicação sobre o tema da correção, num congresso internacional de Linguística:

Dá-se o estranho paradoxo de que o tema lingüístico que mais preocupa os falantes é o da correção ou incorreção – a cada momento se desencadeiam acaloradas discussões a favor de um caso ou contra ele –, e é o que menos interessa aos lingüistas, a ponto de muitos o verem com absoluto ceticismo e até com menosprezo.

Dessa citação, interessa ressaltar três pontos:

- a declaração de que a correção foi banida da investigação lingüística;
- o menosprezo dos lingüistas pelo tema;
- o reconhecimento de que o menosprezo dos lingüistas pela correção não encontrou reação correlata dos falantes.

Não é difícil compreender as razões desse paradoxo: elas decorrem do modo duplo com que cientistas e usuários se relacionam com a língua.

Da parte dos lingüistas, o banimento se explica como reação a uma postura que vinha prejudicando consideravelmente a abordagem científica da língua. Em primeiro lugar porque até o início do século XX, a hipervalorização da correção fazia que outros compartimentos da língua ficassem mergulhados na sombra. Esse ponto de vista excluía da investigação lingüística todos os usos tidos como incorretos (a incorreção era vista como degradação). Colocava-se, com isso, uma camisa-de-força no avanço dos conhecimentos lingüísticos.

Em segundo lugar, a arrogância dos normativistas, o arbítrio e o caráter discricionário de suas posições chocavam-se contra o espírito científico que começava a penetrar o território dos estudos da linguagem e contra os anseios igualitários de correntes políticas e sociais emergentes.

Bastam esses dois motivos para se compreender a reação contra o corretismo por parte daqueles que pretendiam estudar a língua sob o controle do método científico.

Estudos importantes foram usados para demonstrar a improcedência da suposição de que uma variante, no plano da funcionalidade do sistema, seja superior a outra. Essa equivalência no âmbito do sistema serviu de argumento para a dessacralização do falar correto e para o decreto do seu exílio. Tratar desse tema passou a ser considerado, como diz Rosenblat, até com menosprezo e ceticismo.

Mas, para a massa de usuários em geral, o tema da correção não é uma falsa questão. Pode ser uma questão falsa, cheia de equívocos, mas seguramente não é uma falsa questão. Falar errado pode causar grandes

embaraços para o falante em geral, desde a exposição ao ridículo até a perda de postos e de prestígio no cenário social.

Não há quem não tema “o olhar agudo e judicial” daqueles que se dizem insultados com os erros. A preocupação com a incorreção não é uma fobia imotivada. Provas é que não faltam para demonstrá-lo. Já Molière, em *Femmes savantes*, satiriza a patroa que despediu a empregada, não por ter quebrado um espelho ou roubado objetos preciosos, mas por ter ofendido seus ouvidos com desacatos às prescrições de Vaugelas.

A passagem de Molière (s.d., p.34-6) é especialmente saborosa para justificar a transcrição dos diálogos entre Crisale, um burguês, Filaminta, sua patroa (no verdadeiro sentido da expressão) e Martina, a criada, tida como transgressora:

CRISALE, a Martina:

Ai, ai marota! Isto vai mal!

A Filaminta

Foi pilhada em flagrante? É desonesta?

FILAMINTA

É bem pior.

CRISALE

Pior!!

FILAMINTA

Muito pior, digo eu.

CRISALE, a Martina

Como, patusca!

A Filaminta

Foi... será... hum!... se meteu?..

FILAMINTA

Tem, com cinismo o qual não pode ter parelha,

Após trinta lições, ferido minha orelha

Do modo mais brutal com a barbaridade

De um termo popular de baixa qualidade,

Que Vaugelas, sem mais à questão nos atermos,

Em seu manual condena em decisivos termos.

CRISALE

E isso é...

FILAMINTA

Quê! abalar, após mil advertências,

Em suas fundações a rainha das ciências,

A ordem gramatical que manda até nos reis?

E os faz com submissão respeitar suas leis.

O texto, que fala por si só, é modelar tanto para ilustrar a truculência do corretismo gramatical quanto para explicar que a incorreção – caricaturas à parte – pode custar um emprego.

O pior é verificar que as sanções impostas ao erro não são apenas uma caricatura da ficção, circunscrita às comédias do século XVII. Nossa história contemporânea tem casos similares na vida real. Estão ainda presentes na memória dos brasileiros as chacotas de que foi vítima o ex-ministro Rogério Magri, por causa da famigerada criação lexical.

Casos como esses, que se encontram a cada passo na nossa cultura, servem para demonstrar que a preocupação dos falantes com o falar correto não é mera fobia carente de bases objetivas.

Como as vozes mais credenciadas da ciência da linguagem não interferem na discussão por achá-la equivocada, abrem espaço para vozes oficiosas, em geral tão mais prepotentes quanto menos ilustradas. Com isso, o debate não se dilui, apenas muda de patrocínio: migra da cátedra para a tela de TV. A pergunta que se deve fazer é simples: quem se beneficia com o silêncio das vozes credenciadas? Com certeza, não são os usuários, que ficam entregues à desorientação e ao desgoverno dos que se autoneameiam legisladores do idioma.

Trata-se de uma situação similar àquela em que a comunidade científica zomba dos feiticeiros da tribo sem a preocupação de esclarecê-la de que o trovão não é o rugido das divindades insatisfeitas com a desobediência dos homens.

De nada vale os sábios decretarem a insignificância do erro lingüístico se não forem removidas as condições concretas que o tornam constrangedor. E é não só previsível como também verificável historicamente o fato de que o medo de transgredir as normas afeta sempre os que menos estão familiarizados com elas.

Manuel Bandeira (1986), do alto de seu refinamento estético, elogia saborosamente um tipo de erro muito comum no Brasil: "Não há nada mais gostoso do que *mim* sujeito de verbo no infinito. *Para mim brincar*. As cariocas que não sabem gramática falam assim. Todos os brasileiros deviam de querer falar como as cariocas que não sabem gramática".

A verdade nua é que o privilégio de se sobrepor às normas é uma prerrogativa daqueles que conquistaram esse direito, dando mostras de que o fazem, não por ignorância mas por um ato voluntário. Os que não atingiram essa condição, não se atrevem a romper com o estabelecido, chegando, muitas vezes, a transformar o medo do ridículo em um conservadorismo penoso e submisso. A esse respeito, é muito ilustrativo o

trecho que segue, extraído de uma carta de Monteiro Lobato (apud Rury, s.d.) a seu amigo Godofredo Rangel:

Apontas-me, como crime, a minha mistura do *você* com *tu* na mesma carta e às vezes no mesmo período. Bem sei que a Gramática sofre com isso, a coitadinha; mas me é muito mais cômodo, mais lépido, mais saído – e, portanto, sebo para a coitadinha.

Fica aí evidente a consciência de transgressão, a intenção de transgredir e a postura de superioridade do falante em relação às normas da Gramática, chamada pelo desdenhoso epíteto de “coitadinha”.

No mesmo trecho, mais adiante, Monteiro Lobato declara sua decisão de continuar desdenhando da Gramática e, com menosprezo, diz que não têm coragem de fazê-lo certos falantes como Macuco (apelido de um amigo comum de Lobato e Rangel, desconsiderado pelo excesso de conservadorismo). Eis o trecho:

Não fiscalizo gramaticalmente minhas frases EM CARTAS. Língua de cartas é língua em mangas de camisa e pé-no-chão – como a falada. E, portanto, continuarei a misturar o *tu* com *você* como sempre fiz – e como não faz o Macuco. Juro que ele respeita essa regra de gramática como os judeus respeitavam as vestes sagradas do Sumo Sacerdote. Logo, o nosso dever é fazer o contrário.

L(obato)

Não é preciso dizer que o ilustre escritor faz aí o papel daquele que adquiriu o direito de desdenhar da rigidez normativa da gramática e o Macuco, apelido em si mesmo revelador, o papel de escravo do rigor gramatical, reverente cumpridor dos seus preceitos.

Mutatis mutandis, é o que acontece em geral na prática social: ao vulgo, a lei; aos nobres, ora a lei... Como se vê, a questão da correção gramatical ultrapassa o domínio puramente linguístico e penetra no universo da Antropologia, da Sociologia e da Psicologia Social.

Estou certo de que, em boa medida, a vergonha e o medo são os dois sentimentos provocadores da fobia pela incorreção; o desejo de reconhecimento social está na base da obsessão pelo falar correto.

Para a perpetuação de fenômenos desse tipo, nada melhor do que a ignorância sobre suas causas e seus mecanismos de funcionamento. A falta de esclarecimento científico só tende a agravá-los e fazê-los provocar reações desproporcionais e desencontradas.

que diferenças não são defeito. Falar de um modo ou de outro não seria, pois, motivo de constrangimento.

Esse dado pode ser verificado pelas variações regionais do nosso Português culto. No Senado, por exemplo, um senador gaúcho fala com marcas nítidas da variante de sua região sem ser molestado, o mesmo ocorrendo com mineiros, pernambucanos, cariocas, baianos etc. Quero crer que esse seja um argumento considerável para se comprovar a afirmação de que é a assimetria entre as classes que cria a impressão de que a variante da classe de maior prestígio é mais bonita, mais correta, mais elegante que a variante da classe de menor prestígio.

Pelas considerações feitas até aqui, parece não faltar fundamento para afirmar que a noção do certo e do errado não é apenas uma questão extralingüística, mera convenção social. É social, mas é também de natureza lingüística. O erro pressupõe duas condições de existência complementares: a variabilidade de normas dentro de um único sistema lingüístico, e a assimetria entre as classes sociais. Sem a existência de marcas lingüísticas típicas de cada variante, haveria um único modo de falar, o que excluiria obviamente a questão do falar correto e do falar errado. Isso prova que a noção de erro depende de fundamentos nitidamente lingüísticos.

Esses dados são importantes e indispensáveis não só para quem de-seja entender com mais precisão o tema do certo e do errado em língua, como também para traçar uma política de ensino de língua materna.

Além disso, é uma noção indispensável para diminuir os sentimentos de vergonha e medo entre os falantes. Cada falante poderá entender que as marcas de sua variante lingüística não são uma degradação da língua e motivo para sentimento de inferioridade. Assim como as classes de prestígio usam variantes regionais ou de situação sem se envergonhar delas, não há motivos reais para que as classes menos destacadas socialmente se envergonhem do seu dialeto.

A língua é ao mesmo tempo um código e um fato social

Quando se trata do tema do falar correto, duas noções são muito esclarecedoras: a língua é um código e também um fato social.

Por ser código, ela se define como uma estrutura formada de elementos que, combinados entre si, são capazes de gerar significados.

Nessa estrutura, tanto a escolha no eixo paradigmático quanto a combinação no eixo sintagmático concorrem para produzir significados.

Nessa dupla operação, é perfeitamente possível verificar que certas escolhas e certas combinações são praticamente indiferentes do ponto de vista do código e do sentido produzido, mas não o são do ponto de vista social.

Um exemplo corriqueiro pode ser este:

- O povo votaram mal.

É o tipo da frase que costuma ser considerada um escândalo para um normativista. Na verdade, porém, do ponto de vista do código, não há escândalo algum: como o sujeito é um coletivo, o verbo pode concordar com a forma gramatical do substantivo, ficando, portanto, no singular. Mas pode também concordar com a idéia, indo para o plural.

Do ponto de vista social, porém, no Português contemporâneo, não é indiferente o singular ou o plural. A norma, na variante culta escrita contemporânea, é a concordância com a forma do coletivo e não com a idéia. Sabe-se que nem sempre foi assim na história da língua. A preferência pela concordância com a idéia já teve lugar no nosso idioma. Ainda hoje, em certas circunstâncias, ocorre o plural. No grego clássico e mesmo no inglês contemporâneo, o plural é comum nesses casos. Daí se conclui que uma frase como “O povo votaram mal”, embora cause escândalo, não tem nada de aberrante.

Diante desses dados, cabe então a pergunta: se não é aberrante, por que a sensação de estranhamento e a impressão de escândalo?

Nesse caso a resposta não pode ser outra: por razão social, portanto extralingüística. Optar por um uso ou outro é indiferente para o código, já que, em ambos os casos, o funcionamento do sistema está preservado. Mas a imagem social do falante não é a mesma num caso e noutro. Um dos usos é mais prestigioso. E sempre se dá a constante de que o prestígio da variante lingüística confunde-se com o prestígio do grupo social que faz uso dela.

O fundamento da preferência por um dos usos é aquilo que Aristóteles, nos *Tópicos*, chama de argumento de atributo. Consiste na crença de que a característica de um semideus pesa argumentativamente mais, isto é, é mais valorizada do que a de um mortal. Em outros termos, o modo de falar da classe socialmente mais prestigiada é mais valorizado do que o do estrato social menos destacado.

É desse dado de natureza social que decorre a diferença de poder argumentativo entre as variantes lingüísticas. Do ponto de vista do sig-

nificado, o modo de falar do grupo mais conceituado pode ser equivalente a outro de um grupo de menor prestígio, mas, do ponto de vista da credibilidade, não há dúvida: pesa mais a variante típica do grupo mais destacado.

Um exemplo que cito de memória, com uns acréscimos feitos por conta própria, é o depoimento de dois falantes numa reportagem de televisão sobre o tratamento por ervas medicinais.

Perguntado sobre o tema, um camelô assim se pronunciou:

A cura pelas erva é uma boa. Primeiro porque elas é mais barata que os remédio. Segundo, tem uma coisa: se não faz bem, mal também não faz.

O pronunciamento de um fitoterapeuta:

A fitoterapia, em contraste com a alopatia, traz inequívocas vantagens: primeiro pelo seu baixo custo, segundo pela ausência de seqüelas comprometedoras.

Parece indiscutível a superioridade argumentativa da segunda variante.

Mas é preciso esclarecer que isso não é pela superioridade do código e sim pelo maior conceito de que desfrutam os falantes da segunda variante.

Nesse particular, há uma aproximação máxima entre língua e moda, língua e etiqueta social. A etiqueta é o diferenciador convencional da classe de maior prestígio. É um diferencial que a classe hegemônica faz questão de explorar para distanciar-se das classes consideradas inferiores.

O pior é que os integrantes das classes menos destacadas aceitam passivamente esses artifícios como verdadeiros indicadores de superioridade e se tornam muitas vezes entusiastas defensores dos usos da classe imediatamente superior, talvez até como forma de se mostrarem próximos dela. As outras formas de expressão são tidas como degenerescência daquela.

Uma tirinha do humorista Angeli, publicada na *Folha de S.Paulo* (8.4.1995), parece ter sido encomendada para ilustrar a grande aproximação entre língua e moda, língua e etiqueta social. São quatro quadinhos em que uma garota vai fazendo estas declarações em cada um:

Quadrinho 1: Sim, eu amo o meu parceiro!

Quadrinho 2: Ele se vestia muito mal...

Troquei todo o seu guarda-roupa!

Quadrinho 3: Quando falava, comia os “esses”...

Tenho lhe ensinado como pronunciar todos os plurais!

Quadrinho 4: Acredito que logo, logo poderei apresentá-lo em público!

Do exposto, pode-se concluir que falar correto, tal qual tem sido compreendido pelos corretistas até aqui, é simplesmente seguir a etiqueta lingüística, a moda chique, aquilo que é considerado *fashion*, para usar uma expressão muito em voga.

O corretista, o normativista é, pois, um consultor de moda, o que vai dizer o que é *fashion* num dado momento da variante mais prestigiada.

Conceitos e preconceitos sobre correção gramatical

Um paradoxo curioso se dá na tradição de nossos estudos gramaticais: embora a prática da correção tenha sido em todas as épocas uma verdadeira mania nacional, não dispomos, em Língua Portuguesa, de uma teoria explícita sobre esse tipo de atividade.

Os cânones e os pressupostos que definem o certo e o errado em nossa língua vêm implícitos no próprio ato concreto da correção, subentendidos nos argumentos que os corretistas apontam para justificar as correções feitas.

Não deixa de causar estranheza o fato de que nenhum, dentre tantos normativistas que povoam a história da nossa língua, tenha-se ocupado de explicitar, num trabalho sistemático e consistente, os princípios e parâmetros da correção.

Todos eles operam com as categorias do certo e do errado sem a menor preocupação de defini-los.

O resultado mais desconcertante dessa anomia é o fato de que, a pretexto de zelo pela integridade do idioma, qualquer um se dá o direito de penalizar o outro, com base em princípios de validade no mínimo discutíveis, quando não completamente absurdos e insustentáveis.

Instaura-se nesse campo o império do arbítrio: o erro é um crime não prescrito, com penalidades não previstas, mas severas, decretadas por mero capricho de quem quer que se nomeie autoridade na matéria.

Já se chegou ao cúmulo de, na cidade de São Paulo, um vereador ter levado a sério o apelo de Aldrovando, a ridícula personagem central do conto “O colocador de pronomes” de Monteiro Lobato (1972, p.100):

– Leis, Senhores, leis de Dracão, que diques sejam, e fossados, e alcáceres de granito propostos à defesa do idioma. Mister sendo, a força res-

taure, que mais o baração merece quem conspurca o sacro patrimônio da sã vernaculidade, que quem ao semelhante a vida tira. Vede, Senhores, os pronomes, em que lazeira jazem...

Monteiro Lobato, por mais que conhecesse o lado folclórico do país, não haveria de imaginar que, um certo dia, na maior cidade do país, essa fantasia burlesca viria tornar-se realidade. Toda a carga de escárnio que o narrador investiu contra Aldrovando não impediu que ele ressurgisse na pessoa do vereador Vicente Viscome (aliás, cassado posteriormente por corrupção), autor do Projeto de Lei nº 922/97 que se transformou na Lei nº 12.530, de 9 de dezembro de 1997, publicada no *Diário Oficial do Município* de 10 de dezembro de 1997, p.1, col.1.

Eis alguns trechos da lei:

Determina que toda publicidade veiculada no Município de São Paulo deve ser elaborada estrita e obrigatoriamente em conformidade com as normas gramaticais oficiais da Língua Portuguesa.

Além de tudo, faltou-lhe assessoria para lembrá-lo de que a lei se torna praticamente inexequível pelo próprio fato de não existir um código das *normas gramaticais oficiais* da Língua Portuguesa. Mas esse cochilo põe às claras uma suposição que todo mundo faz: que as normas da língua são decretadas por um corpo de legisladores credenciados.

E não faltam penalidades:

Art. 3º – Fica estipulada a multa de R\$300,00 (trezentos reais) para “out-doors” e de R\$100,00 (cem reais) para os demais meios de publicidade escrita, quando elaborada esta em desacordo com o disposto nesta lei.

Não é preciso dizer que até hoje não se teve notícia de nenhuma condenação por obra dessa lei surrealista.

Mesmo sem levar em conta lei alguma, o país anda repleto de fiscais do idioma, verdadeira patrulha, por sinal, muito atuante em vários tipos de cultura e em todos os tempos.

É preciso dizer, no entanto, que a maioria deles é movida muito mais por impulsos passionais ou por interesses outros que não o zelo pela integridade do idioma, sobretudo porque os erros apontados por essas patrulhas não constituem ameaça alguma para a integridade do idioma. A truculência e o furor com que investem contra o erro demonstram que está mais em jogo a desmoralização do transgressor ou o exibicionismo do fiscal do que o erro cometido.

A impressão que se tem é que se trata de alucinados à busca de um trono para exercer com a fantasia um poder que a realidade não lhes concede. Afinal, há certa sensação de superioridade no ato de corrigir o outro: só corrige quem sabe mais e quem sabe mais é superior. Deve ser essa a suposição que comanda a psicologia de quem vive do ofício de corrigir e apontar erros.

Muito antes de Molière, Erasmo de Rotterdam (1997, p.61) reserva um tópico (XLIX) do seu *Elogio da loucura* para satirizar aqueles que, “entre os mortais, se dão ares de sabedoria e cobiçam, como se diz, o ramo de ouro. Nos primeiros lugares estão os Gramáticos...”.

Pela voz da Loucura, satiriza com humor e às vezes com amargura os vícios e manias dos gramáticos, a quem chama de famélicos, sórdidos, tiranos, presunçosos e arbitrários: “Sabe-se que há tantas gramáticas quanto gramáticos, e até mais, já que meu amigo Aldo, sozinho, imprimiu mais de cinco” (p.62).

Com um ranço, uma presunção e uma arbitrariedade que vêm de séculos, não estranha que esses senhores tenham espalhado tanto temor e tanto desgoverno entre os cidadãos comuns. Colocando-se na condição de sábios sem o serem, nenhuma solução consistente foram capazes de trazer nem para aquilo que mais valorizam: a correção.

Esses desmandos e arbítrios tendem a se perpetuar enquanto não houver quem se disponha a colocar no devido lugar as idéias que os sustentam.

Etiqueta lingüística e diferenciação social

Os homens, apesar de toda a retórica da igualdade, apreciam a diferença. Tanto é verdade que, quando ela não existe, inventam-na. A etiqueta tem esse papel.

Não é à toa que o compartimento mais cultuado da língua seja a correção, porque falar correto é um índice marcante de pertinência ao grupo social de mais prestígio.

Um argumento forte para comprovar essa versão é o fato de que erros praticamente idênticos do ponto de vista do código são tratados de maneira diferente no plano social.

Tomemos um exemplo da escrita, variante altamente marcada por normas de etiqueta.

Escrever *jente** (com *j*) é escandaloso.

Escrever *girau* (com *g*) é tolerável.

Ora, do ponto de vista do código, o erro foi o mesmo: grafar o /j/ com uma letra não prescrita pela nossa ortografia oficial.

Mas do ponto de vista da etiqueta, um erro é mais grave que o outro. Simplesmente porque grafar *gente* (com *j*) é índice de pessoas semi-alfabetizadas. A frequência estatística da palavra *gente* é bem mais alta do que *jirau*. A maioria dos alfabetizados já gravou na memória a imagem visual de *gente* (com *g*). A grafia com *j* é chocante e tida como escandalosa, ridícula, ignorante...

O mesmo não se dá com a palavra *jirau*. A baixíssima frequência com que ocorre não foi suficiente para a gravação da imagem visual da palavra. Por isso a grafia com *g* não causa escândalo nem é percebida como erro.

Essa maneira de ver o problema é tão generalizada, que a maioria dos falantes, mesmo após explicações, não admite que, do ponto de vista estritamente lingüístico, o erro seja o mesmo.

Falar bem e falar correto

Outro mito que circula entre os falantes leigos ou “semi-especializados” é que falar bem seja equivalente a falar correto.

Na verdade, trata-se de uma decorrência do que se disse no item anterior e no item em que tratamos da linguagem como código e fato social.

Os aristocratas e seus simpatizantes (nunca faltam) ostentam como verdade incontestável a presunção de que seus atributos e hábitos sejam a expressão acabada do saber e do bom gosto e os propõem como modelo do bom proceder. Entre esses hábitos e atributos inclui-se o modo de falar, que não consideram como uma das múltiplas maneiras aceitáveis de se falar um idioma: para eles, são a única manifestação lingüística digna desse nome. O resto é a decadência: “*Après moi, le déluge!*”.

A aceitação generalizada dessa premissa pode ser demonstrada pelo próprio espectro lexical que serve de comentário para qualquer alteração da variante tida como modelar. Fala-se em “decadência do Português”, “crise no idioma”, “degradação da língua”, “insultos aos ouvidos”, “afronta contra o bom gosto”, “necessidade de saneamento lingüístico”, “erros crassos”, “vilipêndios lingüísticos”, “barbarismos visigóticos”, “linguagem de cabeças-de-bagre” etc.

Essa nomenclatura não é inventada: foi extraída de textos corretistas publicados sobretudo na nossa grande imprensa. O que a torna mais reprovável é o seu uso generalizado, até mesmo por pessoas que não se consideram preconceituosas ou racistas.

As citações que seguem são ilustrativas a esse respeito. Trata-se de trechos extraídos de um artigo de autoria de José Sarney, publicado na *Folha de S. Paulo* (5.3.1993, p.1.2) sob o título de "*Latim e Português*". Nele há várias passagens que denunciam crenças subjacentes a respeito do falar correto. Vou transcrevendo as partes que interessam e entre-meando comentários.

Li entrevista do filólogo Napoleão Mendes de Almeida. Perguntaram-lhe em que região do Brasil se fala o melhor português. Ele respondeu: "É difícil especificar, mas no Maranhão, certa vez, conheci um professor que, embora modesto, divertia-se conversando em latim com a filha. Isso é significativo.

Vou omitir outros comentários e ater-me ao que é pertinente ao item que está em discussão: a falsa pressuposição de que existe um falar correto em termos absolutos.

A primeira observação é que a pergunta feita ao "filólogo" comprova a difusão da crença de que existe, no país, um português melhor. A pergunta é taxativa: onde se fala "o melhor português"!

A resposta do "filólogo", surpreendentemente, aliás, não protesta contra o descabimento da pergunta e cita o Maranhão como o lugar do melhor português. A razão dada para a escolha "do melhor português" é digna de registro nos anais do nosso folclore lingüístico, mas não vem ao caso.

O importante desse parágrafo é a revelação de que um representante atual da aristocracia brasileira (José Sarney), um simpatizante ("o filólogo") e o povo em geral estão certos de que existe um único padrão de linguagem que se sobrepõe a todos os outros. Não fosse essa a crença, não teria sentido a pergunta sobre "o melhor português" do Brasil.

Vejamos agora um outro fragmento da coluna jornalística do ilustre membro da Academia Brasileira de Letras:

Já o professor de Português Mata Roma recomendava: "é necessário corrigir o texto com o olho na ponta do dedo, escorregando no papel. Vacilou, lá vem a cobra (o erro).

O erro é como a cobra, o veneno traiçoeiro que se infiltra insidiosamente para desqualificar o bom texto, que é – presume-se – aquele depurado do erro, o texto correto, portanto.

Em outros termos, deve-se deduzir que falar bem é o mesmo que falar correto.

Numa outra parte do mesmo artigo, o articulista expõe com toda explicitude o seu indisfarçado moralismo draconiano: pena severa aos transgressores da boa linguagem, isto é, da correção lingüística.

A verdade é que falar errado, no Maranhão, desfaz casamento e abala conceito. Ferreira Gullar afirmou que “a crase não foi feita para humilhar ninguém”, mas, no Maranhão, humilha mesmo. Já expulsamos um general, chefe da Casa Militar do general Dutra, porque fez uma nota oficial cheia de erros de português. Era um desrespeito ao Maranhão.

A primeira observação a esse trecho é o registro de que se opera com o conceito do certo e do errado com a maior serenidade, como se fossem conceitos unívocos, sobre os quais não pairasse nenhuma divergência. A segunda é que, vindo de um político que tanto zela pela sua imagem pública, esse comentário se torna duplamente revelador. Se tivesse qualquer dúvida da aceitabilidade dessa virulência contra o erro, ele não a exporia com esse ardor. A ênfase do “mesmo” (*humilha mesmo*) teria certo ar de escárnio elitista, não contasse o articulista com a adesão total dos seus (a) leitores. Isso é um sinal inequívoco de que estes aprovam irrestritamente esse seu ímpeto corretista como uma cruzada saneadora do bom idioma, ou como um esforço patriótico do falar bem e correto.

Diante de equívocos desse tipo, é inadiável a intervenção de vozes autorizadas que venham colocar as idéias no seu devido lugar e dizer que falar bem e falar correto são performances que não necessariamente se implicam.

Na nossa tradição, encontramos textos perfeitamente corretos e muito mal escritos; contrariamente, existem textos incorretos e muito bem escritos.

O trecho que vem a seguir, por exemplo, foi extraído de uma revista científica de uma grande universidade brasileira. O autor, obviamente, e a universidade, vou omitir. Creio que a grande maioria dos que lerem este trecho haverá de convir que não é a incorreção gramatical o seu grande defeito. A despeito disso, poucos, talvez ninguém, haverão de considerá-lo um texto bem escrito:

Este motivo explica parcialmente por que não vêm sendo integral e corretamente respeitadas as preconizações contidas no princípio da oportunidade que tem por objetivos: efetuar a prévia avaliação das condições da saúde local e sistêmica do paciente pela interferência sobre a nossa atuação profissional; avaliar as repercussões que a terapêutica proposta possa ter agravado as condições, já não normais, da saúde sistêmica.

Excluindo-se a redação esdrúxula da última oração, não há erros gramaticais nesse texto. Do ponto de vista da etiqueta social, ele não seria ridicularizado por ninguém. Mas é um texto mal redigido, exemplo de que a correção não é sinônimo de bom texto.

Exemplos contrários, isto é, de textos considerados errados pelo preceptismo gramatical e, no entanto, admiravelmente bem escritos, vamos encontrá-los aos montes na nossa literatura popular.

O erro como desmoralização

Um aspecto tragicômico do debate sobre correção e incorreção é a verificação de que a sanha corretista pode tornar-se um bumerangue, voltando-se contra aquele que o arremessa.

É ao mesmo tempo divertido e enfadonho observar os desdobramentos de polêmicas desse tipo: o lado divertido é certa satisfação de ver o feitiço voltar-se contra o feiticeiro; o enfadonho é notar quanto esforço despendido para esconder desavenças pessoais ou para preservação de uma imagem por pura vaidade.

O texto de José Sarney, de que transcrevemos algumas passagens páginas atrás, termina com estas palavras:

Agora mesmo, no município de Barra do Corda ... o enredo que o prefeito escolheu para o Carnaval era o brocardo latino: "*Vita ludus est*" (a vida é um jogo). Ora, aonde no Brasil se pode misturar latim e Carnaval? Só no Maranhão, graças a Deus!

No dia 19.3.1993, a mesma *Folha de S. Paulo*, na seção Painel do Leitor, p.1.3, publica a seguinte nota do professor Octavio Bueno Magano, professor titular de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito da USP:

Latim e Português

Se, como diz o senador José Sarney, em artigo, sob o título em epígrafe, publicado na *Folha*, no dia 5 do corrente, falar errado, no Maranhão,

“desfaz casamento e abala conceito”, o dele próprio, senador, ex-presidente da República e membro imortal da Academia Brasileira de Letras, deve estar, agora, de rastos. Não se concebe, com efeito, que portador de tantos títulos, houvesse terminado artigo, sobre matéria tão melindrosa, com esta sincada: “Ora, aonde no Brasil, se pode misturar latim e Carnaval?” Aonde designa movimento (“aonde vais tu esbelto infante...?”). Onde significa, ao contrário, quietação (“...onde canta a jandaia nas frondes da carnaúba”). Vale dizer que o maranhense melhor se houvera se dissera: “Ora, onde no Brasil se pode misturar latim e carnaval?”.

Pondo de lado apreciações subjetivas, há nessa réplica um aspecto que merece registro: o debate sobre o correto e o incorreto, mais do que o simples zelo pelo idioma, traz implícita uma intenção de desmoralizar o poder argumentativo da voz do outro e expô-lo à ridicularização pública. Além de puro exibicionismo por parte daquele que corrige.

Prova disso é que José Sarney, fazendo uso do direito de resposta, mais do que depressa, compareceu, no mesmo dia, na mesma seção de seu contendor, para pôr-se a salvo das sanções que ele mesmo, José Sarney, recomendara dias antes. E, como também é comum nesse tipo de jogo, para não dar de perdedor, descobriu um erro de ortografia no seu opositor: em vez de escrever *cincada* (com *c*) escreveu com *s*.

Como se vê, as discussões se colocam a serviço de intenções bem outras que a mera defesa do idioma.

Todas essas considerações sobre o tema da correção e da incorreção não serviram senão para demonstrar sua complexidade. Tópicos de grande relevância ou foram apenas tangenciados ou simplesmente foram matéria omissa.

Não se tratou devidamente, por exemplo:

- da correção e seu poder argumentativo;
- do conceito científico de norma;
- da possibilidade de se tratar do problema da correção com base científica;
- do esforço inútil de se submeter a língua a decretos *a priori* (exceto no caso da ortografia);
- da crítica à suposição de que o erro é sempre substituição de uma norma por outra;
- da hipótese de se considerar o erro como um deslize de performance;
- da falsa suposição de que a simples troca de terminologia (usar adequação e inadequação em vez de certo e errado) resolva o seu caráter de discriminação.

Esses e outros tópicos, na verdade, exigiriam um livro todo dedicado a essa questão.

Espero, no entanto, que a discussão tenha servido para demonstrar que:

- a despeito da falta de fundamentos científicos, a sociedade vigia e penaliza o erro e, mais que o erro, os que erram;
- essa perseguição ao erro e aos que erram é tão arraigada na nossa cultura e praticada por pessoas dos mais variados níveis socioeconômicos, que, se há uma maneira de erradicá-la, não é com o silêncio das vozes mais credenciadas dos lingüistas e a cessão do espaço da arena de luta para os menos credenciados, tanto os leigos quanto os gramáticos preconceituosos;
- o abandono do tema da correção por considerá-lo irrelevante não o faz desaparecer, nem diminuir a sua audácia;
- em vista disso, melhor será tirá-lo da responsabilidade de uma cruzada de fanáticos em busca de reconhecimento social, e passá-lo para o controle de pesquisadores capacitados, comprometidos com critérios científicos vigiados por métodos aceitáveis;
- com absoluta certeza, uma posição competente diante de um campo de saber tão cheio de gratuidades e desencontros será um grande serviço à comunidade dos usuários em geral e um bom negócio para os prestadores desse serviço.

Por fim, quero declarar que não foi por acaso a escolha desse tema numa coletânea em homenagem ao professor Francisco da Silva Borba, trabalhador incansável, que já vem pelejando com as questões da norma, dentro de inspiração científica, com métodos de trabalho rigorosos.

A ele, pois, uma homenagem e um agradecimento pelo que já realizou e encorajamento pelo que vem ainda realizar.

SAVIOLI, F. P. Not everything that scandalizes is an aberration: "*error communis facit jus*". *Alfa (São Paulo)*, v.44, p.309-330, 2000.

- *ABSTRACT: The theme of the correct and the incorrect in language, which is viewed with contempt by the linguists and considered as a false issue, is what, actually, most occupies the attention of language users in general. The foundation of this paradox can come from the duplicity of the point of view*

under which language is considered. If for language, when viewed as a code, the mistake is not important, that is not true when language is approached under the point of view of social fact. The mistake is viewed by the linguist as one of the system's virtualities; by the user it is considered as cause of shame and fear. As regards the mistake, the linguist's unconcern gives way to less authorized voices which inculcate fear and stimulate the feeling of shame. A scientifically strict and orderly approach of correction in language is, therefore, useful to users as well as good business to authors and publishers.

- **KEYWORDS:** Correction; incorrecion; norm; language; variation in language; code; right and wrong.

Referências bibliográficas

- BANDEIRA, M. *Seleto em prosa e verso*. 4.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1986.
- KURY, A. da G. *Para falar e escrever melhor o português*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, s.d.
- LOBATO, M. *Textos escolhidos*. 3.ed. Rio de Janeiro: Agir, 1972. p.100. (Nossos clássicos, 65).
- MANSUR, G. R. F. Conceito de correto e incorreto na linguagem. In: _____. *Estudos filológicos* (Homenagem a Serafim da Silva Neto). Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro Ltda., 1967.
- MOLIÈRE. As sabichonas. In: _____. *Escola de mulheres*. Traduções integrais de Jenney Klabin Segal. Rio de Janeiro: Livraria Martins, s.d. v.1
- ROSENBLAT, A. El criterio de corrección lingüística. Unidad o pluralidad de normas en el español de Espanha Y América. In: SIMPOSIO DE BLOOMINGTON, 1967, Bogotá. *Anais...* Bogotá: Instituto Cara y Cuervo, 1967.
- ROTTERDAM, E. de. *Elogio da loucura*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

IMAGINÁRIO E ENSINO DENTRO E FORA DA SALA DE AULA¹

Beth BRAIT²

- RESUMO: Este artigo procura discutir algumas questões ligadas ao ensino de língua, dentro e fora da sala de aula, tendo como objetivo salientar a concepção de linguagem que, ao multiplicar as formas de acesso ao que num determinado momento se considera a “verdadeira” língua, muitas vezes se distancia das formas vivas insinuadas nos diferentes usos. Levando em conta uma postura que justamente considera a complexidade constitutiva da natureza lingüística, manifestada na relação que se estabelece entre as dimensões historicamente constituídas – sujeitos, atividades, linguagens –, a temática do imaginário lingüístico serve de motivo para especificar o que se está entendendo aqui por “ensino de língua dentro e fora da sala de aula” num contexto brasileiro contemporâneo.
- PALAVRAS-CHAVE: Língua; ensino; linguagem; discurso; imaginário social e lingüístico.

Quem não vê bem uma palavra
não pode ver bem uma alma.
(Fernando Pessoa)

Imagem: semelhança ou vestígio das coisas,
que se pode conservar independentemente
das próprias coisas.
(Abbagnano)

1 Este texto foi apresentado na 50ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – (SBPC) (12 a 17.7.1998), como conferência magna dentro das atividades da Associação de Professores de Língua e Literatura (APLL). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 14.7.1998. O tema está inserido nas pesquisas desenvolvidas com o auxílio do CNPq, Processo n. 300098/93-6.

2 LAEL PUC-SP – Departamento de Lingüística – USP – CEP 05508-900 – São Paulo – SP – Brasil – bbrait@uol.com.br.

“Mestre não é quem sempre ensina, mas quem de repente aprende”

Não por acaso, tomo emprestada essa conhecida frase do escritor brasileiro João Guimarães Rosa para constituir o primeiro item deste ensaio que mais adiante falará de diferentes formas de concepção de língua. Aqui o percurso analítico do tema se congela na tentativa de surpreender, lá atrás, num outro espaço e num outro tempo, o gesto inaugural de mestre Borba para fazer ver, a criaturas que mal apontavam para a vida, o universo lingüístico, sua força de janela escancarada para vôos de imaginação, expressão e comunicação. Por meio do olhar agudo que se projetava do rosto fino, do corpo longilíneo cujas mãos sempre sustentavam um livro, e de uma voz que destilava não apenas particularidades de verbos irregulares mas também poemas, falas de personagens da literatura, e finas ironias, Borba se impunha entre o poder hipnótico e sedutor do mágico e a segurança do professor que tem a exata noção do que ensinar.

Ponho tudo no passado, pois Borba e eu somos protagonistas desse passado, mas poderia pôr tudo no presente, traduzindo para as teorias contemporâneas de concepção de língua e ensino essa capacidade pessoal que Borba tem até hoje de ser sempre o mestre que ensina, o pesquisador que aprende, insistindo, também como Guimarães Rosa, que “Lá, e por estes meios de caminho, tem nenhum ninguém ciente, nem tem o legítimo – o livro que aprende as palavras”.

Ah, assim, sim! – dizia ele. – Se meu professor ensinasse como a senhora, a tal gramática até virava brincadeira. Mas o homem obriga a gente a decorar uma porção de definições que ninguém entende. Ditongos, fonemas, gerúndios...³

A idéia de refletir, mais uma vez, sobre a questão do ensino da língua portuguesa dentro e, principalmente, fora da sala de aula implica, necessariamente, o difícil enfrentamento de duas vias em constante cruzamento e que não podem ser ignoradas ou subestimadas. De um lado, confrontamos-nos com a necessidade de explicitar uma concepção de língua e de linguagem, o que necessariamente cabe ao universo acadêmico, ao conjunto das diferentes correntes dos estudos lingüísticos, instâncias capazes de estabelecer uma política lingüística que deve

3 Frase de Pedrinho a Dona Benta (Lobato, 1934/s. d., p.293).

orientar a produção e a divulgação desse conhecimento. O que não é fácil, uma vez que, felizmente, constituímos um universo heterogêneo. Por outro lado, é necessário enfrentar, também, uma outra realidade que está além do universo acadêmico, mas que o atravessa com uma força enorme na medida em que constitui o imaginário dominante sobre a língua e que é divulgado, alimentado e consumido fora das salas de aula, contando com a força da mídia.

Deve ficar claro desde já que essa preocupação não é original, não é pessoal, embora minha trajetória como professora, autora de livros didáticos e paradidáticos, como pesquisadora que encara a linguagem como um processo dialógico e interacional e que se dedica tanto à literatura quanto à linguagem oral possa, de fato, confirmar esse interesse como um dos eixos centrais do meu percurso. O que é partilhado, o que é comum – e é preciso reconhecer – é que essa é a questão maior para todos os que estão voltados para os estudos e o ensino da língua. Ela se faz presente no nosso dia-a-dia profissional, assumindo formas as mais diferenciadas. E é justamente a observação de vários aspectos com os quais convivemos diariamente, quer na condição de teóricos da linguagem, quer de usuários da língua, quer de professores ou mesmo, e especialmente, de consumidores da mídia que escolhi o caminho que exporho a seguir.

Desempenhando diariamente todos esses papéis, ao mesmo tempo ou de forma alternada, é que podemos perceber o quanto, dentro da complexidade do conceito de língua, e especialmente de linguagem, há algumas dimensões institucionalizadas que, atravessando cada uma dessas posições, atuam como se fossem constitutivas de uma língua verdadeira, determinando comportamentos, atitudes, posturas explicitadas, e transformando-se em objetos de consumo amplamente aceitos. Para dar forma a essa discussão, terei necessariamente de retomar alguns conceitos e as maneiras como esses conceitos são mobilizados social e culturalmente, assumindo, mais uma vez, com Guimarães Rosa e Bakhtin, que a vida e a linguagem são a mesma coisa; com Fernando Pessoa, que “quem não vê uma palavra não vê uma alma”; e, com a filosofia, que podemos definir a “imagem como semelhança ou vestígio das coisas, que se pode conservar independentemente das próprias coisas”.

Começo retomando a idéia de que falar bem e escrever bem, mais que uma necessidade de todo cidadão que precisa ingressar no mercado de trabalho e manter-se nele, argumento que hoje em dia estabelece a ligação entre aprendizado de língua e possibilidade de emprego, é um forte desejo construído pelo imaginário social e cultural e ao qual os in-

divíduos se submetem com maior ou menor grau de consciência. Se na sala de aula a idéia de aprender a falar e escrever bem está ainda ligada, em larga medida, ao sacrifício, sem que se tenha encontrado a melhor maneira de estabelecer a ligação entre necessidade e desejo, a mídia, por sua vez, vem explorando com muita propriedade, ao menos no sentido mercadológico que o termo *propriedade* pode assumir, a articulação desejo/necessidade construída social e culturalmente e evidentemente difundida e alimentada por essa mídia.

Com a mesma força da ideologia editorial da auto-ajuda, a mídia impressa, e mais recentemente a televisiva, encontra fórmulas para forjar um ensino do que se considera a verdadeira língua portuguesa, explorando com toda naturalidade o imaginário dominante. Historicamente afinada, já que vivemos um momento em que o indivíduo deve crer que ele é o único responsável por seus fracassos e seus sucessos, essa concepção de língua e de seu ensino reparte os indivíduos em duas categorias: os que têm o dom de conhecer a verdade, os que se caracterizam como iniciados e que, aparentemente, podem passar essa verdade por meio de receitas, de poções mágicas, e os outros, os aprendizes de feitiçeiros, os que não possuem o conhecimento, o poder de se autobastar, mas que deverão receber dos iniciados as fórmulas rápidas e infalíveis para atingir a perfeição. Como se ensino e aprendizagem mantivessem uma relação imediata de causa e efeito. É disso que se trata. Estamos lidando com crenças, com credices, com poderes que se propõem a forjar a realidade, independentemente de sua existência. Esse imaginário está presente também, por exemplo, na enorme quantidade de artigos assinados por meio dos quais o jornal atribui-se a função de órgão empenhado na preservação de uma língua portuguesa verdadeira e única.

Assim, com base nesse conjunto de fórmulas para conscientizar e ensinar que se pode apreender um conceito de língua bastante restritivo em que gramática, norma padrão, norma culta, falar e escrever bem aparecem como sinônimos perfeitos, de forma a articular desejos e necessidades de um público amplo e heterogêneo. Mesmo que o resultado dessa articulação seja tão ilusório, diáfano e perecível quanto o das toneladas de obras sobre a auto-ajuda em outros campos.

Assim sendo, embora a definição de falar bem não implique necessariamente falar correto, no sentido da variante padrão, é por esse imaginário social muito forte, voltado para o que vem a ser a norma padrão, escrita e/ou falada, e para as implicações pessoais, culturais e sociais que decorrem de sua utilização, que se estabelece a implicação falar bem/falar correto. Apagando o fato de que a língua se realiza nas inte-

rações e, por isso mesmo, se apresenta como um conjunto de possibilidades que se formalizam historicamente, socialmente, culturalmente, o falar e o escrever correto se identificam, por essa via, única e exclusivamente com o domínio da gramática num de seus sentidos, ou seja, de “conjunto de regras *que devem ser seguidas*”. Esse domínio, cujas implicações sociais se traduzem pelas sanções – não fala bem e por isso não pode ser eleito, por exemplo –, está necessariamente ligado a um aprendizado, a uma dimensão institucional, e para ser ensinado, mas não necessariamente apreendido, precisa socorrer-se, muitas vezes de forma equivocada, de instrumentos institucionalizados como é o caso dos dicionários e das gramáticas normativas.

E é aí que a mídia entra, a meu ver, com a proposta de preencher as lacunas deixadas pela escola. Tomemos como primeiro exemplo o caso dos *manuals de estilo* propostos pela mídia e que, em princípio, deveriam servir somente aos profissionais ligados ao veículo que elaborou as normas que, necessariamente, respondem à maneira como o jornalismo é concebido e deve, portanto, ser praticado. O pressuposto é que o profissional da área já tenha um domínio da língua portuguesa e vá, pelo manual, adaptar esse domínio às especificidades do discurso jornalístico e do estilo do jornal em questão.

O *Manual geral da redação*, publicado pelo jornal *Folha de S. Paulo* (1987, 2.ed. revisada), traz como epígrafe, na segunda capa, uma frase do fundador do jornal, Olival Costa, que deixa bem claro o que se entenderá por discurso jornalístico, justificando a existência do manual e o fato de ele ser porta-voz da redação que, por sua vez, se identifica com esse jornal: “Quem quer literatura busca-a nos livros. A função do jornal é informar. Mas informar não é apenas noticiar: é, a um tempo, selecionar e orientar. No esforço de selecionar se acha subentendida a obrigação de criticar”. Para orientar a produção, a realização desse conceito de *jornal*, o *manual* organiza-se em forma de verbetes, tal qual um dicionário, uma enciclopédia. Esses verbetes estão organizados em nove partes, incluindo uma curta “Apresentação”, em que há a explicação de como usar o manual, e um “Índice remissivo”.

Desse conjunto, há seis itens, intitulados “Política editorial”, “Estrutura da Folha”, “Padronização de estilo”, “Procedimentos profissionais”, “Convenções gráficas” e “Vocabulário jornalístico”, incluindo o subitem *anexos*, que cumprem perfeitamente a expectativa criada pelo título, ou seja, de que o objetivo da obra é ser “um manual geral da redação”, um utilitário criado para auxiliar os profissionais da área que trabalham nesse jornal específico que é a *Folha de S. Paulo*. Entretanto,

e é isso que diz respeito ao que estamos tratando aqui, há um item denominado *Normas gramaticais*, o que nega a idéia de que o manual seja inteiramente específico. Na verdade, provavelmente por força da longa experiência, o jornal inclui em seu manual um conjunto de verbetes sobre gramática, pressupondo que o profissional não tenha o domínio da língua ou, ao menos, do padrão exigido pelo jornal. E o que caracteriza esse conjunto de verbetes? O que o jornal pressupõe que seu profissional não domine? Como vai viabilizar esse conhecimento? Naturalmente, pelos mesmos caminhos trilhados insatisfatoriamente pela escola.

Os verbetes reúnem várias questões ligadas ao léxico, à sintaxe, à acentuação, à pontuação tratadas sem nenhuma relação umas com as outras. Assim, merecem verbetes o caso de expressões de uso corrente, mas que são consideradas erro, como acontece com “a nível de”, “ao par”, ou a necessidade de distinguir significados como em “ao invés” e “em vez de”. O que se observa, surpreendentemente, é a transcrição pura e simples do que dizem as gramáticas ou os dicionários, fontes exclusivas do ensino a que se submeteram os profissionais considerados “deficientes lingüísticos” e que têm, nessa muleta representada pelo conjunto de verbetes desse item, mais uma suposta oportunidade de correção, de aprendizado do que já deveriam saber.

O problema da acentuação, bem como o da pontuação, por exemplo, é apresentado em forma de reconstituição pura e simples, só que reduzida e sem mencionar as fontes, das regras atuais de acentuação e das normas de utilização dos sinais de pontuação, exatamente como são apresentadas em qualquer gramática ou manual escolar padrão. O eterno tema da sintaxe de colocação, envolvendo os pronomes, vai merecer um verbete “colocação pronominal”, de poucas linhas, que remete a um outro sobre o “se” que, por sua vez, remete a “vendem-se casas” que, também por sua vez, remete ao verbete “se”, anteriormente mencionado. Nem os exemplos são atualizados. Lá estão os mesmos, sistematicamente repetidos pelos manuais e gramáticas tradicionais. Há, ainda, a regência de verbos como aspirar, assistir, esquecer, informar, interessar, visar, que em momento algum os autores pensam em olhar para a realidade, examinar o universo com a luneta, insistindo, *mutatis mutandi*, que o Sol gira em torno da Terra porque assim diziam os antigos.

A inutilidade desses verbetes pode ser constatada diariamente nos textos que aparecem no jornal *Folha de S.Paulo*, como em qualquer outro jornal que se arvora a acreditar que o manual, e esses poucos verbetes baseados na imposição dessa gramática entendida como “conjunto de

regras que devem ser seguidas", pode resolver, pelos mesmos invios caminhos percorridos pela escola, o problema do domínio da língua.

É possível radicalizar a exemplificação, tomando uma ocorrência apenas folclórica, mas exemplar, para ironizar a tentativa de dominar os erros no dia-a-dia do jornal. Na *Folha* do dia 20.6 1998, na seção "Erramos", aparece a seguinte "errata": "Após o fechamento da edição do *Guia da Folha SP* de ontem, foi alterada as programação (grifo nosso) de alguns cinemas...".

Se pegássemos outro manual, como é o caso do *Manual de redação e estilo do jornal O Estado de S. Paulo*, verificaríamos o mesmo imaginário, as mesmas pretensões, as mesmas incoerências e contradições verificadas entre "as normas que devem ser seguidas" e a presença diária nas páginas dos jornais dos problemas apontados nas instruções para o domínio da língua. Claro que esses jornais têm diferenças, ou não seriam dois. Uma dessas diferenças, e é a que aqui nos interessa, está na explicitação do conceito de língua, que aparece logo após uma espécie de resposta a outros manuais do gênero:

Este Manual, convém ressaltar desde logo, não tem semelhança alguma com outros textos adotados em outras paragens, aparentemente forjados para a fabricação em série de jornalistas de proveta, robôs infensos a qualquer gênero de emoção. Embora originalmente concebido para afastar as muitas pedras no caminho dos profissionais da imprensa, ou preveni-los de sua existência, ultrapassou as fronteiras fixadas para uma espécie de código de defesa do idioma e ganhou um universo mais amplo ...

Habitado a conciliar harmoniosamente a tradição e a modernidade, síntese que ajuda a explicar o vigor exigido aos 115 anos de existência, o *Estado* tem consciência de que um idioma vivo, como o Português, está sujeito a mudanças influenciadas pelos novos tempos – e é compreensível que tais mudanças ocorram com velocidade maior na linguagem jornalística. Mas o *Estado* recusa a tese segundo a qual o empobrecimento da língua é uma imposição da vida contemporânea e rejeita a falácia que considera prerrogativa de pedantes o uso de repertórios vocabulares menos miseráveis. Não poderia ser outra a posição de um jornal que sempre conduziu, entre tantas outras bandeiras, a da preservação a qualquer preço da cultura nacional. E que, entre tantos outros feitos, se confunde com as origens da Universidade de São Paulo.

O trabalho iniciado há três anos e agora reunido nas páginas seguintes não abriga a pretensão de transmitir por osmose o domínio do Português. Nenhum *Manual*, sejam quais forem as suas dimensões, pode neutralizar por si só, e simultaneamente, a erosão ocorrida no ensino básico, a decadência dos cursos secundários e a deterioração da Universidade. Da mesma forma, só escreve com competência quem lê regularmente. Manuais

como o do *Estado* não equivalem a uma espécie de mapa da mina; são instrumentos de apoio, mas essenciais neste quadro de aguda crise do idioma. (1990, p.9)

Mas não são unicamente os manuais e os jornais citados que apontam para “a aguda crise do idioma”, para os culpados dessa “decadência”, considerando os “casos escabrosos”; e aqui estou recuperando o léxico presente nos revoltados artigos. A própria imprensa se encarrega de abrir inúmeros espaços para discutir a língua portuguesa e seus usos inadequados. Se não é o caso de fazer aqui uma estatística dos artigos publicados em revistas e jornais brasileiros, nos últimos cinco anos, sobre o assunto, basta retomar um que parece feito a propósito para o que estou tentando discutir aqui. A *Bravo!*, que é uma excelente revista de cultura, uma das que constituem esse recente mercado, como é o caso da *Cult* e da *República*, na seção “Sempre Alerta”, do n. 2, ano 1, de novembro de 1997, publicou um artigo do jornalista Sérgio Augusto intitulado “Regando a flor” com o subtítulo “A imprensa cultivava erros crassos de língua e clichês”.

Chamo atenção não só para o título, e seu intertexto literário, mas principalmente para o subtítulo, que é bastante expressivo como forma de evidenciar o curto alcance dos manuais de redação e estilo. O texto, para confirmar a idéia contida no subtítulo, apresenta vários exemplos que, se tirados de redação de alunos das escolas públicas, seriam fortes bandeiras para desqualificar os alunos, os professores e o ensino público, como a imprensa se incumbem de fazer constantemente. O primeiro exemplo é a frase “já dá pra mim andar”, ditas por Emerson Fittipaldi, por ocasião de seu acidente, e transmitidas pelo *Jornal Nacional*. Ela motiva não apenas a censura do articulista ao contraventor, imputando ao veículo o crime hediondo da retransmissão em cores e ao vivo, mas oferece, curiosamente, a solução: esse mesmo veículo pode oferecer o aprendizado por meio de um comercial, portanto por meio de um instrumento que é de sua natureza. Reconhecendo que o famoso corredor de automóveis conseguiu comunicar-se tranquilizando os fãs, observa, com outras palavras, que como enunciador ele está inteiramente desqualificado e deveria começar a prestar a atenção ao tal comercial:

Seus fãs podem ter ficado tranquilos, mas quem dá mais importância ao uso correto da língua do que a corridas de carro e à navegação aérea ficou acima de tudo chocado com a declaração do automobilista. Ao atropelar a gramática de maneira tão acintosa, Fittipaldi demonstrou, entre outras coisas, não ser um telespectador atento ao que de melhor os nossos

canais abertos costumam oferecer: os intervalos comerciais nos últimos meses valorizados por uma campanha promocional do McDonald's cujo destaque era um simpático professor de português que se esmerava em corrigir as mais corriqueiras derrapadas lingüísticas de nossa ignara juventude. Em sua primeira aula, o professor ensina que pronomes oblíquos não podem ser usados antes do verbo, que não se deve dizer "Isto (no caso, um hambúrguer) é pra mim comer", e sim "Isto é para eu comer". Espera-se que a moçada tenha aprendido essa lição, até hoje ignorada por Fittipaldi (*Bravo!* n.2, p.16, nov. 1997)

Depois de várias considerações, o autor do artigo sugere que outras campanhas dessa natureza sejam promovidas também pelas multinacionais a fim de que as pessoas possam, por exemplo, "aprender a pronunciar direito algumas palavras e expressões inglesas onipresentes em nossas conversas, *right?*", missão que poderia ser protagonizada pela Coca-Cola, de forma que os telespectadores aprendessem que não se diz "cederrum", mas "cederrom". Para a Pepsi, por exemplo, sugere outra missão:

reaproximar a imprensa da última Flor do Lácio, sistematicamente vilipendiada por toda sorte de visigodos. Não faço a menor idéia de como ela poderia ser arquitetada para eficazmente compensar os estragos causados pelos cabeças-de-bagre, que em nossas redações matam o idioma na canela e baixam o sarrafo no estilo. Sei apenas que dela precisamos com máxima urgência, quando nada porque a quase totalidade dos nossos parques alfabetizados só se relaciona com a palavra escrita por meio de jornais e revistas. E também porque o empenho de alguns veículos de informação em aprimorar a qualidade de seus textos não se tem mostrado dos mais eficientes. Ainda continuamos sendo agredidos por erros crassos de ortografia, concordância e regência, para não falar dos clichês e outros vícios de linguagem de que nem os craques do jornalismo conseguem escapar. (Ibidem)

Depois de propor que alguns vocábulos usados indiferenciadamente, e por puro modismo, sejam eliminados, com seria o caso de *cult*, *colocar* (no sentido de expor uma idéia), *resgatar* (como sinônimo de recuperar, restaurar) e *detonar* (como metáfora de lançamento), dos famigerados a *nível de*, *otimizar*, *agilizar*, *signalizar*, *praticidade ou posicionamento*, e de alguns clichês, como é o caso de *lugar ao sol*, *ao apagar das luzes*, *tiro de misericórdia*, *...página virada*, *das tripas coração etc.*, o autor faz referência às providências que alguns jornais tomaram em relação a esses descabros, antecipando alguns resultados:

alguns jornais andaram providenciando a contratação de professores de língua portuguesa para dar aulas aos seus funcionários e aos seus leitores. Mês passado foi a vez do *Jornal do Brasil*, logo seguido por *O Globo*, que, espertamente, apelou para a sapiência de Pasquale Cipro Neto, o tal professor celebrizado pelos comerciais do McDonald's. Se os dois mestres terão êxito, dentro e fora da redação, só o tempo dirá. Na *Folha de S. Paulo*, pioneira nessa ação iluminista, os resultados ficaram bem aquém das expectativas. Em suas páginas, ainda circulam, impunemente, várias das barbaridades relacionadas no parágrafo anterior, além de outras que devem provocar urticárias simbólicas no jornalista Cláudio Júlio Tognolli, parulheiro graduado dos chavões da imprensa brasileira. (Ibidem, p.17)

O que se pretende aqui não é analisar passo a passo a forma como o imaginário sobre norma culta, a padrão, considerada a verdadeira língua, está disseminado nesse artigo, mas atentar para as formas do que eu estou chamando, resumindo a proposta dos manuais, de "saneamento lingüístico básico do jornalismo". Esse saneamento está sugerido pelo autor com instrumentos que, mesmo para os casos apontados por ele, são inteiramente inócuos. Ao tratar o domínio da língua apenas no sentido de gramática como "conjunto de regras a serem seguidas", tanto a escola, quanto os manuais, quanto o professor que conhece todas as regras terão exatamente o mesmo resultado. Esse resultado o autor do artigo constata quando diz que "na *Folha de S. Paulo*, pioneira nessa ação iluminista, os resultados ficaram bem aquém das expectativas".

O que ele ainda estaria por ver é que, nesse mesmo jornal, alguns meses depois desse seu comentário, a quarta capa de um encarte do *Time* traria uma propaganda do CD-ROM *Nossa Língua Portuguesa e*, juntamente com a foto do produto, que inclui uma fotografia do autor (e aqui destaco novamente as formas de centralizar o domínio do conhecimento num indivíduo, numa figura que se torna uma imagem), havia um texto cujo título era: "Você contrataria este homem como professor de português de seu filho?". Na seqüência, um texto bastante coloquial, elaborado de acordo com o público-alvo, e por isso incluindo termos e expressões como *dá dicas, esclarecer diversas dúvidas que o idioma apresenta, acessados, navegue nesse programa*, atualizações lingüísticas, nós poderíamos dizer, nem sempre aceitas pelos guardiães da língua "pura e verdadeira". Mas trazia, também, e por pura ironia do destino, um *quizer* com z, que nenhuma modernidade pode justificar num anúncio de ensino de língua no sentido de gramática como normas a serem seguidas. Isso significa que os autores não só não conhecem as normas de ortografia, presentes nas gramáticas, nos manuais escolares

e nos manuais de redação jornalística, como não utilizaram o corretor ortográfico do computador que, nesse caso, resolveria sozinho o problema. O tal professor, algum tempo depois, assinalou o acontecido em sua coluna da mesma *Folha de S.Paulo*, expressando da maneira transcrita a seguir que, por si só, já daria uma belíssima análise discursiva, uma vez que o professor, figura de guru que domina a língua portuguesa conforme o imaginário circulante, vinha justamente criticando uma série de textos publicitários que cometiam essas “barbaridades” que tornam a língua cada vez mais inculta e menos bela:

Até o *CD-ROM Nossa Língua Portuguesa*, do professor Pasquale, que por acaso sou eu, caiu na arapuca. Recentemente foi publicada uma propaganda em que se lia “quiser” com “z”. Não me restou nada além de lamentar a presença constante do capeta, que está sempre de plantão.

Espero que a agência já tenha feito o que fez a do edifício e o que deveriam fazer a da loja de eletrodomésticos e a do banco oficial, ou seja, espero que na próxima apareça “quiser” com “s”, como determinam as normas ortográficas em vigor. (*Folha de S.Paulo*, 11.6.1998, p.3-2)

A presença constante do capeta, que está sempre de plantão...

Deve ficar claro, com base nesses comentários, que essas observações não têm nada a ver com a idéia de que a gramática e a língua padrão não devam ser ensinadas na escola, ou praticada como variante padrão, como no caso do jornalístico aqui mencionado. Isso seria um absurdo, uma falácia, e nós estaríamos concordando com a idéia reacionária de que a escola só deve ensinar o que as pessoas já sabem, excluindo-as do acesso a outras instâncias de conhecimentos.

A concepção de língua como sistema de normas a serem seguidas é tão contraproducente quanto sua substituição pelo ensino da consciência das normas do oral, tendência que atualmente se junta muitas vezes a um discurso sobre as teorias lingüísticas que, ao chegar a alunos e professores despreparados, fragmenta-se de maneira surrealista, transformando-se em argumento de autoridade contra alguma coisa diáfana, concebida como “gramática tradicional” e/ou “norma culta”, inteiramente descolada das dinâmicas faces da língua.

Nesses casos, o problema que se coloca ou que deveria ser explicitado para que não houvesse um empastelamento abrange vários níveis:

o do conhecimento e da descrição da língua e da linguagem, função do lingüista em sentido amplo, o que necessariamente inclui o gramático; o do repasse desses conhecimentos por profissionais que dominam a língua, têm consciência de suas variantes e dos contextos sociais, históricos, culturais, textuais e discursivos em que devem ser utilizadas, confrontadas ou reconhecidas; o da consciência de que essas fatias de conhecimento repassadas aos falantes, os quais, por definição, já dominam a língua, não deve se pautar na exclusão, como se esse domínio consciente do oral, das teorias ou das normas gramaticais, sejam elas quais forem, funcionasse como o verdadeiro domínio da língua.

As observações feitas até aqui, e que tomam o atalho do ensino da língua fora da escola mas a partir de um imaginário dominante, têm a ver com um enfrentamento menos parcial, limitado, do conceito de língua que, naturalmente, é mais amplo, porque inclui ou possibilita o conceito de gramática ou dos vários sentidos que o termo gramática pode assumir, contemplando a idéia da variação, da função específica na constituição dos sujeitos, da amplitude dos gêneros mobilizados na diversidade das atividades humanas e até mesmo, mas não exclusivamente, da consciência dos mecanismos lingüísticos. Muitos desses aspectos, ou seja, os que contemplam um conceito de língua e de linguagem diferenciado de "conjunto de regras que devem ser seguidas" e que muito tem a ver com a idéia de ensino e de aprendizado, já foram tratados com muita clareza e lucidez por vários teóricos, incluindo excelentes lingüistas brasileiros. A questão é que, e isso precisa ser repetido e na verdade enfrentado como um sério problema, crucificar a gramática e fornecer teorias e consciência da variação não significa prover os profissionais do ensino de instrumentos verdadeiros, eficazes. Basta ver a situação dos cursos de Letras no país.

Quem escreve sempre alcança

É evidente que essa história não termina aqui e que poderia ser recomçada se acompanhássemos outros fios dessa espécie de teia de aranha, labirinto de muitos meandros, que estabelece as maneiras de enfrentar a língua, seu aprendizado, seu ensino e sua participação na vida humana. Se o ensino da língua fora da sala de aula assume ares de "saneamento lingüístico básico", como já disse, tomando o lugar da escola como método e imaginário e, por isso, falando do mesmo modo e do

mesmo lugar, poderíamos chamar para uma conversa rápida outro grupo, o dos falantes/escritores, que, muitas vezes, além de assumir e praticar a língua como "conjunto de possibilidades", expande seu espaço para o domínio teórico, construindo uma metalinguagem situada entre o literário e o não-literário, mostrando mais uma vez que quando se fala em língua não se está falando necessariamente da mesma coisa. E entre eles também há muitas divergências, inteiramente saudáveis para a exposição do aluno, do falante, à complexidade representada pela língua e pela linguagem e pelo imaginário que as envolve.

Esse é o caso, dentre outros, de Molière, Fernando Pessoa, Clarice Lispector e João Guimarães Rosa, quatro criadores que, em meio às criações linguístico-literárias, não deixaram de expor as diferenças existentes entre os vários falares, entre falar e escrever e, necessariamente, fizeram aproximações e promoveram namoros existentes entre as múltiplas dimensões da língua. Esses escritores foram escolhidos não como exemplo de língua criativa e bem manejada, como se poderia imaginar de imediato e que seria absolutamente lícito, mas por terem transformado essa questão em tema de alguns de seus escritos, propiciando o conhecimento de suas concepções.

Assim, o ponto de partida dessa conversa pode ser *O burguês fidalgo*, de Molière, que numa recente versão feita para o teatro brasileiro ganhou o nome de *Burguês ridículo*. O que se observa no texto original, e que na peça ganha uma grande amplitude, é que o autor explora de maneira muito especial o imaginário existente em torno do que seria o bem falar, assim como os diferentes falares representados por diferentes classes. É possível observar que o conceito de falar bem, como sinônimo de falar correto, está ligado a um imaginário social, cultural, que coloca a dimensão desse "bem falar" em pelos menos duas perspectivas. De um lado, como o falar próprio dos bem-nascidos, dos que têm acesso a bens materiais e intelectuais e que, por isso mesmo, destacam-se socialmente. Ou daqueles que, por diversos caminhos, ascendem na escala social. Assim, da perspectiva de um imaginário sociolinguístico, ascender do ponto de vista socioeconômico implicaria, necessariamente, a aquisição de um "estágio linguístico superior".

É assim que a personagem M. Jourdain vai personificar esse imaginário, propiciando o desvendamento de um outro lado, ou seja, o da figura do falante dessa norma idealizada, desse "estágio linguístico superior" e, especialmente, do que se imagina venha a ser essa norma. É nesse sentido que M. Jourdain aparece como um foco de observação

crítica e como um alvo de ridicularização, o que interfere no conceito de língua "superior".

Se o objetivo da personagem burguês fidalgo/burguês ridículo de Molière é falar como fala a aristocracia, ou como ele imagina que fala essa aristocracia, tornando-se, por esse ângulo, um instrumento/alvo da crítica do escritor francês, não é menos verdade que as críticas ao nosso atual presidente da República até bem pouco tempo vinham esmaecidas, em muitos momentos, pelo fato de ele ser bem-dotado intelectualmente, delimitando-se esse dote ao fato de que ele não apenas fala bem o português, mas também domina outras línguas. O acesso a línguas, no sentido do domínio de mais de um idioma, a posse do que se considera a "língua ideal, correta, e portanto verdadeira", são aspectos que sem dúvida configuram um pólo bastante forte do imaginário sociocultural, transitando da impiedosa pena de Molière ao orgulho pouco dissimulado dos brasileiros em relação aos dotes lingüísticos, ou ausência de, em relação aos governantes ou candidatos a.

Para colaborar na composição desse panorama diversificado em que um imaginário em torno da norma culta se faz presente dentro e fora da sala de aula, é possível recuperar o grande poeta da língua portuguesa, Fernando Pessoa, que aqui será surpreendido, não em seus poemas e nas diversas posturas dos heterônimos, mas numa recente coletânea, de até então inéditos em prosa, intitulada *A língua portuguesa*, e cuja edição, feita por Luísa Medeiros, vai colaborar na composição de um panorama a respeito das diferenças que cercam as humanas atividades do falar e do escrever. O grande poeta português, num emaranhado teórico que traz as marcas de um descomprometido caderno de apontamentos, vai entender "a palavra falada como um fenômeno natural; a palavra escrita como um fenômeno cultural"... Assim sendo, e como ele afirma, "pertencendo, pois, a mundos (mentais) essencialmente diferentes, os dois tipos de palavras obedecem forçosamente a leis ou regras essencialmente diferentes".

Certamente a diferença entre "natural" e "cultural" estabelecida pelo poeta segue uma direção que não obedece, por assim dizer, a um conceito científico de língua. Mas, nesse conjunto de escritos, Fernando Pessoa, ele mesmo, vai dividir sua reflexão em duas partes intituladas "O problema da ortografia" e "Defesa e ilustração da língua portuguesa". Vale a pena seguir seus passos e encontrar seus apontamentos sobre língua, normas e falas e observar a força da idéia de cultura e conhecimento para estabelecer as diferenças existentes entre língua e fala. Se a forma de encarar as diferenças entre oral e escrito pa-

rece estranha, mesmo não esquecendo seu próprio ensinamento de que “O poeta é um fingidor”... e que ele jamais retocou para publicação, basta observar as seguintes afirmações para entender como falar de língua significa falar de coisas muito diferentes que não têm homogeneidade nem como objeto nem como ponto de vista.

Chegamos finalmente ao caso da verdadeira palavra escrita, o de como ela se fixa – a palavra escrita da literatura e da cultura, dos literatos e outros letrados ... (Pessoa, 1997, p.22)

Ora sendo a palavra escrita um produto de cultura, nisto, como em tudo mais, o indivíduo tem o direito de adoptar o que quiser – a que lhe parecer melhor ou mais conveniente. Quer isto dizer que – ao contrário do que quer Dr. Agostinho de Campos – cada um tem direito a escrever na ortografia que quiser; que, tecnicamente, pode haver tantas ortografias quanto há escritores. (Ibidem, p.23)

Que o jornal, a revista, o livro popular ou semi-popular, ou que, não sendo popular se destina todavia a um qualquer público presente, que não quer chocar – que essas publicações usem da ortografia preferida no seu país e no seu tempo ou momento, isso compreende-se, e seria absurdo que os autores ou publicadores desses impressos não procedessem assim, de mais a mais que os intuítos de tais publicações são predominantemente, ou fortemente, ou comerciais, ou publicitários ou propagandistas. Outro é o caso do autor que escreve na esperança de que sua obra fique... (p.27-8)

Não por acaso, o companheiro dos dois grandes escritores anteriormente flagrados em momentos de enfrentamentos metalingüísticos, de batalhas voltadas para questões lingüísticas, para as diversidades falada e escrita, é o brasileiro João Guimarães Rosa. Aqui não será pela voz de Riobaldo, de Miguelim ou de Diadorim que se vai surpreender uma linguagem rosianamente tecida, mas pela voz de um criador irado, narrador quase lingüista, quase filólogo a um triz do gramático, autor de um dos quatro prefácios que compõem a obra *Tutaméia (Terceiras estórias)*. Trata-se de “Hipotréllico”, um texto em que o escritor discute, pelo avesso, o direito à criação de palavras, à prática do neologismo, ao bisbilhotar os meandros da língua. Nesse caso especial, não sem muita ironia e muita malícia, o autor se coloca no papel de quem combate o “vezo de palavrizar”, utilizando todos os argumentos que já foram usados contra ele e deixando à vista as inseqüências e a falta de criatividade dos que se colocam diante da língua como puristas.

Forjando o lembrete de que “um neologismo contunde, confunde, quase ofende”, o autor simula a partir de uma suposta discussão em torno do termo *hipotréllico* a postura de um empedernido filólogo defensor

do *status quo* da língua: “sai todo mundo a empinar vocábulos seus, e aonde é que vai dar com a língua tida e herdada? Assenta-nos bem à modéstia achar que o novo não valerá o velho; ajusta-se à melhor prudência relegar o progresso no passado”.

É, portanto, a partir das motivações sugeridas por esses três grandes escritores, que metalingüisticamente tocam no inevitável e plural imaginário existente em torno da língua como patrimônio estável e como possibilidades de usos, que se pode fazer a leitura da força que hoje alcançam na mídia alguns fenômenos de ensino do que se denomina norma culta, norma padrão, português correto, único e verdadeiro. Em franco contraste com a luta empreendida nas escolas, o sucesso do ensino do português na mídia se dá na medida em que o imaginário sobre a norma culta como realidade única da língua se instala no vídeo, na página do jornal, ali permanecendo como objeto da admiração e de um desejo deslocado e inatingível.

Para finalizar pela mão de Clarice Lispector (1984-1994, p.98-9), poderíamos dizer que esse objeto do desejo poderia ser constituído de uma outra maneira, como se observa no trecho extraído do texto “Declaração de amor”:

Eu queria que a língua portuguesa chegasse ao máximo nas minhas mãos. E esse desejo todos os que escrevem têm. Um Camões e outros iguais não bastaram para nos dar para sempre uma herança de língua já feita. Todos nós que escrevemos estamos fazendo do túmulo do pensamento alguma coisa que lhe dê vida.

Essas dificuldades nós as temos. Mas não falei do encantamento de lidar com uma língua que não foi aprofundada. O que recebi de herança não me chega.

Voltamos, portanto, também pelo caminho da literatura, a uma idéia mais rica e complexa de linguagem em que o sujeito, sem ser senhor nem escravo da língua, como alguém já disse, e como os textos literários escolhidos procuram mostrar, insere-se na tradição e em seus movimentos e deslocamentos, enfrentando e sendo atravessado pelo imaginário, pois dele não pode escapar apenas fazendo de conta que não existe. Reconhecer a existência e as várias máscaras assumidas pelos curativos manuais de auto-ajuda, em que o indivíduo, o falante e o que escreve são tratados como doentes e a eles são ministrados remédios falsificados, talvez seja o primeiro passo para compreender o imaginário sobre a língua e suas formas de exploração como parte de ideologia que se revela sob outros signos, constituindo coerentemente a individualidade como bandeira.

BRAIT, B. Imaginary and teaching inside and outside the classroom. *Alfa (São Paulo)*, v.44, p.331-347, 2000.

- **ABSTRACT:** *This article aims at discussing a few questions concerning language teaching inside and outside the classroom. The objective is to point out the concept of language, which many times disregards the living forms existing in its different uses, even when multiplying the means of teaching the "real language". On the other hand, it's essential to take the constituent complexity of the language nature into account. It is manifested in the relationship established among the dimensions historically constituted – subject, activity and language. The linguistic imaginary serves as a starting point to explain what is understood as "language teaching inside and outside classroom" in the contemporary Brazilian context.*
- **KEYWORDS:** *Language; teaching; discourse; social and linguistic imaginary.*

Referências bibliográficas

- LISPECTOR, C. Declaração de amor. In: _____. *A descoberta do mundo*. 4.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1984/1994.
- LOBATO, M. Emília no país da gramática. In: _____. *Sítio do Picapau Amarelo*. São Paulo: Brasiliense, 1934/s.d.
- MANUAL GERAL DA REDAÇÃO. 2.ed. São Paulo: *Folha de S.Paulo*, 1987.
- MARTINS, E. (Org. e Ed.) *Manual de redação e estilo*. São Paulo: *O Estado de S. Paulo*, 1990.
- MOLIÈRE. *Le bourgeois gentilhomme*. Paris: Garnier-Flammarion, 1670/1965.
- PESSOA, F. *A língua portuguesa*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1997.
- POSSENTI, S. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas: Mercado de Letras, 1996.
- ROSA, J. G. Hipotrélico. In: _____. *Tutaméia (Terceiras estórias)*. 4.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1967/1969.

A INDETERMINAÇÃO DA LINGUAGEM: LÉXICO E GRAMÁTICA¹

Letícia REZENDE²

- **RESUMO:** O texto opõe dois modos de estudar os fenômenos lingüísticos e, portanto, dois modos de instaurar as unidades de análise lingüística: um estático, outro dinâmico. No enfoque estático, a proposta de que a linguagem seja determinada e o conceito de sintaxe dela derivado separam léxico e gramática. No enfoque dinâmico, a natureza indeterminada da linguagem e o conceito de hipersintaxe dela derivado articulam léxico e gramática. Embora o texto defenda que o enfoque dinâmico possa dar origem a um modo diferente de observar os fenômenos lingüísticos em geral, mostra, em particular, a importância dessa perspectiva para o ensino de línguas.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Linguagem; indeterminação; ensino; léxico; gramática.

Introdução

O maior entrave aos estudos do léxico é a sintaxe, e, vice-versa, aos estudos da sintaxe, o entrave é o léxico. Essas duas áreas recobrem a relação forma e matéria que constitui uma questão filosófica relevante e presente no horizonte de todas as ciências.

A ciência "lingüística", atualmente, é uma floresta de tendências. Podemos afirmar, com segurança, que aquilo que as diferencia são os

1 Capítulo da minha tese de Livre-Docência (em preparação). UNESP, 2000.

2 Professora do Departamento de Didática – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara – SP – Brasil – dda@fclar.unesp.br.

modos distintos de trabalhar o léxico e a sintaxe, e as relações de dependência e independência que lhes são propostas.

O presente texto terá como propósito: expor uma reflexão sobre a relação sintaxe e léxico, e mostrar a importância dessa relação na metodologia do ensino de línguas.

Sintaxe e léxico

Em um primeiro momento, devem-se esclarecer os termos “sintaxe” e “léxico”: 1. como eles são geralmente entendidos, sob uma ótica estática dos fenômenos de língua; 2. como eu os entendo, sob uma ótica dinâmica dos fenômenos da linguagem, na sua articulação com as línguas naturais.

Análise estática

Geralmente a sintaxe é entendida, na perspectiva de um estudo estático dos fenômenos de língua, como esquemas de relação formal entre entidades já prontas, construídas (signos, categorias gramaticais, tais como: nome, verbo etc.). As unidades, construídas e estáticas, constituem a base para que o jogo de relação formal se efetue (sintaxe). Não podemos esquecer que tais unidades existem porque encapsulam um conteúdo, e tal conteúdo é mantido assim encapsulado graças a um corte artificial feito entre o resultado (o signo) e a sua gênese: uma prática, seja de interação verbal dos falantes de uma língua, seja de interação dos falantes com o meio ambiente. Como todo resultado traz consigo a origem, sempre é possível recomeçar, voltar ao início. Em outras palavras, uma sintaxe de unidades construídas e estáticas, mesmo contra a vontade explícita de seus defensores, é tributária de uma semântica e de uma pragmática implícitas.

Como dissemos, a sintaxe é entendida como possibilidades de organizações entre unidades construídas e estáticas. O que são tais unidades?

O conceito de signo, que está subjacente a qualquer reflexão que se faça em lingüística, separa e não separa léxico e gramática. Não separa, pois temos uma unidade (signo) que tem forma (significante) e conteúdo ou conceito (significado) tanto para o que conhecemos como léxico, tal como “árvore”, quanto para morfemas: prefixos, sufixos, desinências,

flexões e ainda outras unidades que possuam reprodutibilidade dentro do sistema de uma língua dada. Em outras palavras, o léxico tem “conteúdo”, mas tem também “forma” e a gramática tem “forma” mas tem também “conteúdo”. Por outro lado, o conceito de signo separa léxico e gramática, porque as unidades lexicais e gramaticais são signos constituídos independentemente um (léxico) do outro (gramática), e em momentos distintos.

Nada impediria a expansão desse conceito para uma outra classe de entidades gramaticais, tais como as “preposições” e as “conjunções”, ou mesmo, a “ordem ou posicionamento esquerda/direita”. Desse modo, precisaríamos dizer que esse outro tipo de entidades gramaticais (mais difíceis de serem vistas como signos) também possuem significante e significado, e que elas são tão provisórias, precárias e indeterminadas quanto o é o signo “árvore”. No entanto, os estudos que se desenvolveram no rastro da teoria do signo e que se caracterizaram como estudos estáticos dos fenômenos de línguas acabam criando duas classes de entidades gramaticais: as unidades pertencentes ao léxico ou à morfologia lexical, unidades, pois, mais “cheias”, e, portanto, “signos” e entidades “não-tão-cheias”, “quase-signos”, “quase-unidades”. Essas últimas seriam responsáveis, então, pela “sintaxe”, quer dizer, pela organização das primeiras entidades, as mais determinadas. A sintaxe, decorrente do enfoque estático dos fenômenos de língua, nasce e se organiza a partir, por um lado, de uma divisão dos fenômenos gramaticais em duas classes, e, por outro, e em consequência, do reforço dado à separação léxico e gramática. Temos, então, uma parte da gramática que fica com o léxico e a sua morfologia (a unidade construída) e a outra que constitui a sintaxe (a estrutura construtora). Haveria ainda uma terceira ordem de entidades gramaticais constituída pela dêixis pessoal, espacial e temporal, mais difíceis ainda de serem vistas como signos e, portanto, entidades difíceis de serem integradas ou ao léxico ou à sintaxe.

Haverá sempre uma questão insolúvel para esses estudos, pois entidades da mesma natureza, quer dizer, que constituem a gramática, fazem parte, ao mesmo tempo, da unidade a ser relacionada (o léxico e a sua morfologia) e da atividade relacionadora (a sintaxe).

É uma ilusão, resultante da estabilização dos fenômenos lingüísticos, propor as existências: a) de elementos *mais determinados*, tais como morfemas nocionais e morfemas gramaticais pertencentes à morfologia lexical, responsáveis pela “unidade” de análise lingüística, e b) de elementos *menos determinados*, tais como conjunções, preposições, a ordem esquerda e direita, responsáveis pela organização das unidades

(a sintaxe). No entanto, a separação entre sintaxe e léxico, presente nos estudos dos fenômenos estáticos de língua, repousa sobre essa ilusão.

Da sintaxe à hipersintaxe: léxico e gramática

As análises decorrentes de estudos dos fenômenos de língua, sob uma ótica dinâmica, saem desse impasse descrito em “Análise estática”, propondo um espaço de construção anterior à existência das categorias lexicais e gramaticais já construídas. Propõem, então, a existência de “noções”, as quais, por meio de “relações” e “operações”, poderão dar origem ou ao léxico ou à gramática (Culioli, 1990). Desse modo, entidades gramaticais pertencentes ao léxico, como prefixos, por exemplo, ou entidades gramaticais, responsáveis por relacionar unidades lexicais entre si, e, portanto, responsáveis pela sintaxe, como preposições, por exemplo, serão vistas como momentos distintos de cristalizações, descristalizações de atos enunciativos. Esses atos enunciativos são sustentados, sobretudo, por entidades gramaticais que correspondem à dêixis pessoal, espacial e temporal, exatamente as entidades gramaticais mais difíceis de serem integradas ou ao léxico ou à sintaxe.

Seria melhor, então, para nos demarcarmos das análises que resultam de estudos estáticos de língua, substituímos a relação sintaxe e léxico pela relação gramática e léxico e propormos um conceito de “hipersintaxe”, responsável pela organização léxico e gramática.

A relação léxico e gramática interage harmoniosamente para uma língua dada, para um dado momento de língua. Se estamos interessados na linguagem, como atividade, e, portanto, estamos interessados na passagem de uma língua à outra, ou de um momento de língua ao outro, as relações léxico e gramática para os dois pontos confrontados não são mais harmoniosas, não se correspondem. Daí a necessidade de trabalhar em um nível anterior à construção do léxico ou da gramática.

Na abordagem estática dos fenômenos de língua, a cada organização singular de signos em cadeia, cada um deles, após o encadeamento, permanece inalterado. Todo e parte não se interpenetram. Interessamos, então, na abordagem dinâmica, defender a idéia de que qualquer entidade nocional (lexical ou gramatical) é um quase-signo, é um dêitico. Desse modo, qualquer entidade em língua aponta sempre para uma grande e imprecisa direção de sentido, e é, fundamentalmente, indeterminada. Esses quase-signos (e não há no enfoque dinâmico algumas entidades de língua que sejam mais determinadas e outras que sejam

menos determinadas) organizam-se em configurações específicas de léxico e gramática, construindo³ representações. Todo e parte interpenetram-se e alteram-se. Não se trabalha, na abordagem dinâmica, nem com categorias gramaticais construídas, tais como: nome, verbo etc., nem com a unidade "signo" (embora não nos distanciemos muito desse último conceito, como às vezes se pode imaginar). Trata-se, na abordagem dinâmica, de questionar como um signo se torna signo, como se mantém como signo, como ele deixa de ser signo.

O conceito de linguagem: lingüística teórica e lingüística aplicada

Apoiando-se em uma abordagem dinâmica dos fenômenos de língua e no conceito de linguagem como atividade, interessa-nos o subterrâneo de formas concorrentes, antes mesmo da emergência do signo. O espaço institucional conhecido como "lingüística aplicada" é o espaço no qual se estudam os fenômenos lingüísticos em movimento. Assim temos: a) "ganho" de língua: aquisição da língua materna, seu aperfeiçoamento, como a aquisição da escrita; aprendizado de línguas estrangeiras, incluindo o bilingüismo, que fica em um campo indefinido entre aquisição e aprendizado; transferência de língua (tradução) e b) "perda" de língua: as patologias. Mas tais termos – aquisição, aprendizado, transferência (positiva e negativa), perdas, déficits etc. – são derivados do mesmo paradigma que gerou a lingüística teórica. Eles têm também o signo como unidade de referência: um ponto ideal e estático. Tomando-se como referência esse ponto ideal, os outros pontos são avaliados e medidos, em mais ou em menos, em "ganhos" e em "perdas".

Preferimos substituir todos esses termos já mencionados por "regulação", "equilibração", pois o que temos nos fenômenos lingüísticos que constituem o que conhecemos por lingüística aplicada são sistemas em movimento, auto-organizando-se. Trata-se sempre de observar "deslocamentos" (ou mesmo "tradução", desde que esse processo não seja visto como uma simples transferência) de focos, de ângulos perceptivos que estavam dormentes; trata-se de despertar, de deixar mais flagrante e transparente a linguagem, que é, ao mesmo tempo, síntese integradora e análise desintegradora (e, portanto, síntese integradora novamen-

3 A desconstrução e a manutenção de representações são também "construções".

te), sempre igual a si mesma, e, portanto, força invisível, mas infinita na sua diversidade, e, portanto, manifestações oral ou escrita visíveis.

Nos movimentos de não-correspondência entre léxico e gramática de uma configuração de língua para outra (seja de língua para língua mesmo, seja dentro de uma mesma língua, pois nos dois casos são movimentos entre dois pontos espaço-temporais), haverá sempre mudança no estatuto psicossociológico dos sujeitos envolvidos, e haverá sempre deslocamentos em direção à síntese integradora (a linguagem), mas não haverá nunca a possibilidade de se medir e de se avaliar em mais ou em menos a natureza desse deslocamento, uma vez que não há pontos ideais de chegada e de partida. A linguagem é o próprio processo de avaliação e medida; é ela que nos oferece a distância, a proximidade, o vazio, o remontamento. A linguagem é um mecanismo de “localização”, e, portanto, um mecanismo que organiza um “espaço” distanciando e aproximando “pontos” ou “lugares”. A perspectiva teórica em que trabalhamos nos instrui também que, para estudar o movimento de ponto a ponto, e, sobretudo, para que o visualizemos, é necessário ora estabilizar pontos instáveis, ora desestabilizar pontos estáveis, mas nunca eleger definitivamente alguns pontos como fixos, como o padrão de medida.

O processo de regulação será mais denso e mais transparente ou menos denso e menos transparente, dependendo da distância espaço-temporal entre as duas configurações de línguas em confronto que contêm os pontos a serem medidos e avaliados. Mas o processo de regulação é sempre da mesma natureza.

Como podemos inferir do que foi exposto nos parágrafos anteriores, não são apenas os domínios “aplicados” que trabalham com sistemas em movimento, mas também o ato mais singular de interação verbal, “o diálogo”, contém o mecanismo de regulação entre representações mais individuais (diríamos, psicológicas) e representações mais socializadas, quer dizer, pertencentes ao “outro”.

O conceito de linguagem, como atividade, como trabalho, questiona a estabilidade das representações, e, conseqüentemente, a existência de significados consensuais ou compartilhados. Esses significados consensuais existem, sem dúvida, mas o nosso posicionamento teórico procura saber como eles chegam a ser o que são.

Podemos perceber a relatividade do conceito ou significado existente na representação socializada e compartilhada que constitui um signo, quando, ao mudarmos o enfoque teórico, nos propomos a analisar o diálogo entre os sistemas. Vemos, então, que a representação que ora era socializada se dilui, se desfaz, deixa de sê-la, e o conceito ou significado

se relativiza. Isso acontece quando instauramos o diálogo entre formas e representações da língua materna e as da língua estrangeira, que estamos, por exemplo, aprendendo. Isso acontece de um modo menos denso e menos transparente no ato mais singular de interação verbal.

O conceito de sistema de “comunicação”, ora atribuído à linguagem ora atribuído às línguas, contribui para uma concepção idealizada das interações verbais, na qual os desencontros são vistos como “acidentes”, “ruídos”, “desvios”. O conceito de linguagem, como “trabalho”, ao contrário, coloca o desencontro, a ambigüidade como fundamentos, e o encontro, a transparência como conquistas.

A não-correspondência entre léxico e gramática de uma configuração de língua para outra e a conseqüente mudança no estatuto psicossociológico dos sujeitos envolvidos em uma interação verbal (oral e escrita) são para nós a questão central dessa abordagem dos fenômenos de língua na sua articulação com a linguagem, e são, portanto, uma questão importante para qualquer setor dos estudos lingüísticos, seja ele teórico seja aplicado. No entanto, para a continuidade deste texto, escolheremos o ensino de línguas para avançar mais um pouco esse posicionamento.

A relação léxico e gramática no ensino de línguas: uma reflexão genuinamente interdisciplinar

Como movimento ideológico paralelo ao desenvolvimento dos estudos lingüísticos sob uma ótica estática dos fenômenos de língua, há todo o desenvolvimento e prestígio das ciências positivas, que acabam fornecendo o padrão de cientificidade. As polarizações entre o que existe e, portanto, é signo, e o que não existe, e, portanto, não é signo; entre o positivo e o negativo; o verdadeiro e o falso; o gramatical e o não gramatical facilitam as exigências de modelização, e, conseqüentemente, a implementação tecnológica e os processos de automação em geral.

Os valores e significados polares refletem uma opção filosófica que procura um essencialismo na organização do conhecimento em geral e do conhecimento lingüístico em particular. Esse essencialismo, essa organização “pura” do conhecimento que salpica pontos construídos dentro de uma estrutura também pré-dada é útil à tecnologia em geral e reflete a inteligência mecânica (das máquinas). Para estudar a dimensão humana do conhecimento, precisa-se focar esquemas de ação

particulares que pertencem a cada sujeito cognoscente que colocam resistência, fazem obstrução, criam imprevisibilidade à organização ideal ou pura do conhecimento e que desse modo oferecem a continuidade ou globalidade do fenômeno, objeto do conhecimento. A continuidade, os pontos em paralelo de construção do conhecimento oferecem-nos a plenitude da percepção e da experiência, uma visão global dos fenômenos, oferecem-nos ainda os pontos construídos, mas também o processo que os construiu, e, desse modo, os pontos não construídos também.

No ensino de línguas em particular, mas também para qualquer estudo das manifestações verbais (orais e escritas) em que se postula a existência de configurações de língua em movimento, auto-organizando-se, regulando-se, é extremamente importante o subterrâneo de formas concorrentes e ainda não vencedoras no sistema estabilizado. Não só as formas que emergem, os signos, são necessárias como também as que submergem. São os sujeitos que falam, que ensinam, que escrevem, que ouvem, que aprendem, que lêem, suas ações, seus universos experienciais que organizam um conteúdo e que sustentam a forma ou o contorno das unidades e de suas relações. Sem essa atividade ou trabalho de construção de representação, a unidade signo não seria visível nem mesmo para o enfoque estático de língua, e sintaxe de natureza alguma seria possível. Desse modo, também, não são as unidades de forma e conteúdo que são vencedoras mas são os sujeitos que as tornam assim vencedoras com as suas práticas.

A inserção do sujeito nas análises lingüísticas

A lingüística teórica, organizada sem a inserção do sujeito em seu objeto de estudo, não tem muito a oferecer ao ensino de línguas, para o qual tal inserção é fundamental. Desse modo, o ensino de línguas, nas suas constantes reformulações teórico-práticas, está sempre emprestando reflexões psicológicas e sociológicas que foram geradas de modo desvinculado da matéria “línguas” e acoplado de modo não integrativo ao conteúdo específico, que são as línguas. Essa desvinculação entre forma ou método (modos de ensinar e aprender) e matéria ou conteúdo (línguas) não permite avanço nesse domínio. As divisões do conhecimento acadêmico cooperam para essa estagnação e alienação.

Inúmeras questões que são inventariadas desse encontro não integrativo de forma e matéria não tangenciam, em nenhum momento, a questão fundamental e integradora dos domínios psicossociológico, de um lado, e lingüístico, de outro, que é a relação léxico e gramática.

Propor a articulação léxico e gramática é propor ao mesmo tempo a indeterminação da linguagem; propor a indeterminação da linguagem é propor uma plasticidade necessária ao trabalho de construção de representações feito pelos sujeitos. Diferentemente dos estudos lingüísticos que se consolidaram no rastro da teoria do signo, nos quais não fica muito claro com que finalidade os falantes relacionam unidades, se depois de as relacionar, tanto o todo resultante quanto a parte (a unidade) não se alteram, a proposta de articulação do léxico com a gramática e a sua fundamental indeterminação oferecem, ao contrário, uma razão ao trabalho dos sujeitos. Ao relacionar as partes entre si em um todo integrador, parte e todo se alteram e, nesse momento, a linguagem pode ser vista como uma forma ou esquemas de ação, e que ao mesmo tempo fornece ao sujeito as possibilidades de se constituir. Temos, assim, o encontro de uma questão genuinamente lingüística: a articulação do léxico com a gramática e a natureza indeterminada da linguagem; e uma questão genuinamente educacional: a construção da identidade. Pensamos ser esse o único caminho em que possamos também vislumbrar uma reflexão genuinamente interdisciplinar.

Metodologia do ensino de línguas e a relação léxico-gramática

Na literatura sobre metodologia do ensino de línguas temos, quanto à relação léxico e gramática, que estamos discutindo, duas situações, sobretudo, que irei rotular de tradicional e moderna.

O que vou rotular de tradicional e moderno não recobre um recorte cronológico. Rotularei de tradicional todo ensino/aprendizado de línguas que se preocupa com a produção de textos orais e escritos. E, nesse caso, há níveis diversos de conscientização do que se faz quando se faz esse ensino/aprendizado. Rotularei de moderno todo ensino de línguas que, tendo também como objetivo final a produção de textos orais e escritos, usa os recursos técnico-eletrônicos.

Defendo a idéia de que os recursos eletrônicos (sobretudo esses que nos rodeiam: audiovisuais e CD-ROM) podem dificultar a compreensão do que “fazemos” quando aprendemos línguas. O deslumbramento oferecido pela tecnologia pode ocultar o caminho à conscientização da metodologia.

Tradicional: inconsciência metodológica e alguns caminhos

A abordagem tradicional em ensino de línguas divide o conteúdo de ensino em atividades de explicações gramaticais desvinculadas dos

textos e atividades de produção⁴ de textos, orais e escritos, desvinculadas da gramática.⁵

Tendo o texto como ponto de partida, precisaremos da gramática para entender o léxico, e vice-versa. A abordagem tradicional em ensino de línguas estuda o léxico (vocabulário) no texto, mas ignora que a gramática e a ocorrência de outros léxicos estão ajudando o trabalho interpretativo. Já o trabalho com a gramática no texto praticamente não existe. Salvo uma visão equivocada, que comentaremos a seguir, a gramática geralmente é ensinada em uma atividade distinta da atividade em que se ensinaram texto e vocabulário.

O estudo do léxico (vocabulário), no ensino de línguas, pertence às atividades de produção de textos. O léxico é estudado, tomando-se por base o texto, por meio de duas operações cognitivas distintas e complementares: “uma análise de síntese” e “uma síntese de análise”, ou, em outras palavras, “um detalhamento do todo” e “um fechamento ou arremate das partes”. Assim, os aprendizes partem da ocorrência de uma unidade lexical no texto para a sua indeterminação (abertura) oferecida pelo leque de acepções do referido léxico em dicionário ou no arquivo de sua experiência (análise sempre provisória, sempre inacabada) para a sua “determinação textual” (síntese e fonte inesgotável de novas acepções).⁶ A síntese (o fechamento, o contorno) procurada acaba sendo fornecida pela moldura da ocorrência lexical: seu contexto à esquerda, seu contexto à direita, relações com outros léxicos e com a gramática. Vemos que, entre os recursos didáticos oferecidos no ensino de línguas, o dicionário e a gramática, de um lado, e a solicitação do professor para que o aprendiz crie ou produza texto de algum modo (ou realmente dando-lhe origem no processo de produção ou reformulando-o em processos interpretativos de leitura, versão, tradução) são a dicotomia entre sintagma e paradigma que se dinamiza e, portanto, se desfaz. Sintagma e paradigma se dinamizam exatamente quando léxico e gramática também o fazem.

O processo de produção de textos se efetua por meio de operações simultâneas de indeterminação (abertura, análise) e de determinação (fechamento, síntese). Isso acontece para qualquer ocorrência de uni-

4 O processo de interpretação/leitura é também um processo de “produção de textos”. No ensino de línguas estrangeiras, a versão e a tradução também são “produções de textos”.

5 A reflexão é válida tanto para o ensino da língua estrangeira quanto da língua materna.

6 O estudo do léxico em forma de listas de palavras sem o texto (exercício às vezes presente no ensino de línguas) é inócuo, pois ele nada mais é do que um momento na trajetória do trabalho cognitivo completo de análise e síntese.

dade gramatical e lexical, como também para ocorrências diversificadas (em vários contextos) de uma mesma unidade. Com esse trabalho de determinação e indeterminação, famílias de enunciados são geradas e o sujeito, no caso o aprendiz, desambigüiza tais enunciados próximos na busca do significado preciso do texto. A cada movimento de abertura e de fechamento de significados, novos cenários hipotéticos de interação psicossociológica são esboçados. Quanto mais densa for a espessura paradigmática ou experiencial, ou simplesmente, quanto mais trabalhado for o conhecimento que o sujeito tem de si próprio e do outro, mais refinado será o significado eleito⁷ como o representante da significação textual.

De um lado, temos o mecanismo da linguagem de indeterminação e de determinação, ou, em outras palavras, o mecanismo de elaboração de enunciados em relação parafrástica e de desambigüização, independente de resultados, quer dizer, independente de pontos ideais de partida e de chegada. De outro, temos a experiência singular de cada um, que vai implementar, substanciar tal mecanismo formal. O significado eleito, em cada situação particular de produção de texto, será um ponto singular e estabilizado a partir de um movimento entre a) os pontos presentes nos inventários paradigmáticos inacabados ou de um **verbo** de dicionário, ou da experiência de um sujeito, e b) a fonte inesgotável de significados oferecidos pela ocorrência de uma unidade em relação sintagmática, quer dizer, na linearidade de um texto oral ou escrito.

Esse processo presente na produção de um texto – produção-origem ou produção-reformulação-origem (leitura, tradução, versão) – é inconsciente e automatizado para uns (sujeito-professor) e para outros (sujeito-aprendiz). Fazer aflorar à consciência tal procedimento automatizado é para nós a questão central da metodologia em ensino de línguas.

A compreensão do que é a atividade epilingüística (Auroux, 1989, p.35) – esse diálogo interno acima delineado – permite-nos pensar as questões psicossociológicas dentro do conteúdo "línguas" em uma reflexão, como já dissemos, genuinamente interdisciplinar e não vinda de alhures e acoplada. Explicitar esse processo de representação, referência e regulação (Culioli, 1990), que é a linguagem, é trazer juntos com essa explicitação o sujeito e a consciência de si próprio, que é simultânea ao reconhecimento do outro.

7 Esse significado eleito é de natureza psicossociológica, válido para o sujeito que investiu no processo de produção de texto.

Na busca da inserção do sujeito nos estudos lingüísticos, inserção fundamental para o ensino de línguas, as abordagens atuais trazem de diversos horizontes modelos psicológicos e sociológicos que possam ser úteis. As abordagens são amplas e englobadoras e alienam-se dos dados de língua. Como articular as questões psicossociológicas e as questões lingüísticas no ensino de línguas?

O divórcio que existe dentro dos programas de licenciatura (formação de professores) entre disciplinas pedagógicas e o conteúdo específico (línguas) se repete dentro dos programas de lingüística aplicada. No caso da licenciatura, as atividades desarticuladas geralmente acontecem em espaços diferentes e com indivíduos distintos. Já no caso da lingüística aplicada, o dilaceramento se passa dentro de um único indivíduo, que, por um lado, tem o domínio da especificidade, e, por outro, um corpo teórico de conhecimentos psicológicos e sociológicos que não se integram.

Como toda a tradição dos estudos lingüísticos apóia-se no paradigma que propõe a existência de unidades estáticas e determinadas, tanto a lingüística teórica quanto a lingüística aplicada⁸ não propõem a indeterminação das unidades lexicais e gramaticais e a sua conseqüente articulação. Desse modo, também não há possibilidade de articulação entre os domínios psicossociológico e lingüístico.

Moderna: ausência de diálogo e a solidão dos protagonistas ou ocultamento do caminho por meio do invólucro da tecnologia

As soluções atuais em metodologia do ensino de línguas não fazem também dialogar professor e aprendiz.

Além da existência de uma tendência equivocada que se intitula como o estudo da gramática no texto, e que nada mais é do que a metodologia tradicional disfarçada, a metodologia do ensino de línguas se circunscreve entre uma mesmice de estudos do léxico, gramática e produção de texto, nos quais todos os ingredientes relevantes para a construção de uma teoria e de uma metodologia sempre estiveram e estão presentes e sem os quais aprendizado algum seria possível.

A partir da década de 1950, as inovações em metodologia do ensino de línguas (sobretudo estrangeiras) são freqüentes. Mas a maioria dessas inovações não diz respeito à metodologia, é apenas conquista tec-

8 Vejo a lingüística aplicada muito mais como a polarização da lingüística teórica do que sua aplicação.

nológica pertencente à comunicação por meio das máquinas o qual ajuda a aproximar a realidade sonora e contextual de uma língua e de uma cultura.

Da metodologia tradicional, passando pelos áudios e vídeos e mais recentemente pelos recursos dos aplicativos em informática, nada mudou. O aprendiz diante do computador e dos programas de aprendizagem só ganhou autonomia para manipular a tecnologia que lhe é externa e alheia, mas ele é ainda tão estranho a si próprio (na questão da aprendizagem das línguas para não dizer nas outras questões) quanto em relação ao seu monitor ou instrutor. Vemos que a solidão entre "monitor" e "usuário" é a mesma (ou pior) do que a existente entre professor e aprendiz na metodologia tradicional. Podemos observar também que a profusão de rótulos é sempre grande em domínios em que mudanças substanciais não existem.

Importância do autoconhecimento no ensino de línguas: A metodologia procurada

Penso que a metodologia tanto em pesquisa quanto em ensino de línguas será tributária de uma concepção de homem. A metodologia, como consciência do caminho a ser seguido tanto no ensino quanto na pesquisa em línguas, caminhará simultaneamente com processos de autoconhecimento. Concepção de homem e métodos para estudar as ciências que lhe dizem respeito (pesquisa) ou para transmitir essas ciências, no processo de ensino, devem ser contemporâneos.

Se defendemos uma concepção de que o homem se define pela sua ação com o outro e com o meio ambiente, definindo-os e definindo-se, a metodologia em pesquisa e em ensino de línguas será sempre um horizonte, um rumo, um trajeto constantemente refeito, constantemente inacabado.

Do mesmo modo, se o autoconhecimento é adquirido por meio de um recuo que o sujeito faz sobre o que está construído, desmontando-o e reorganizando-o, o processo pelo qual se chega ao autoconhecimento ou à consciência é sempre metamental e recursivo e, desse modo, infinito e incompleto.

Conclusão

Propor a indeterminação da linguagem e, conseqüentemente, a indeterminação do léxico e da gramática no ensino de línguas não só é a

melhor maneira de se ensinar aos alunos como determiná-los em situações práticas de produção e reconhecimento de textos orais e escritos como também, e sobretudo, é um modo singular de se reservar um espaço ao trabalho de construção de texto feito pelos sujeitos. Desse modo, ainda, o significado do texto não se fecha jamais, permanece aberto e disponível. Assim também, depois que tivermos um número grande de “dicionários-gramáticas”, que vão mostrar que o léxico não tem significado autônomo e de “gramáticas-lexicais”, que vão mostrar que não existe uma gramática autônoma, poderemos nos aproximar da construção de um conceito de linguagem, como atividade de construção de representação, em que não fará o menor sentido a distinção entre léxico e gramática. Nesse momento, talvez tenhamos as condições preparadas para a elaboração de uma metodologia de ensino de línguas e, quem sabe também, de um outro tipo de lingüística teórica.

REZENDE, L. Language indetermination: lexicon and grammar. *Alfa (São Paulo)*, v.44, p.349-362, 2000.

- **ABSTRACT:** *This text opposes two points of view to study the linguistic phenomena and, therefore, two manners of establishing the unities of linguistic analysis: a statical and a dynamic one. In the statical approach, the proposal of language determination and the syntax concept there originated separate lexicon and grammar. In the dynamic approach, the proposal of language indetermination and the concept of hypersyntax derived from it result in the lexicon and grammar association. Although the text states that the dynamic approach may give rise to a different mode of observing the general linguistic phenomena, it specifically shows the importance of this perspective in language teaching.*
- **KEYWORDS:** *Language; indetermination; teaching; lexicon; grammar.*

Referências bibliográficas

- AUROUX, S. (Org.) *Histoire des idées linguistiques*. Bruxelles: Pierre Mardaga, 1989. t.I.
- CULIOLI, A. *Pour une linguistique de l'énonciation*. Paris: Ophrys, 1990. t.I.

DIFICULDADES PROSÓDICAS EM SUJEITOS CÉREBRO-LESADOS

Ester Mirian SCARPA¹

- RESUMO: Os distúrbios prosódicos da afasia e disartria, na literatura da área, têm sido vinculados à questão da lateralização da lesão e, conseqüentemente, do processamento lingüístico: a prosódia "lingüística" seria processada no hemisfério esquerdo e a "afetiva" processar-se-ia no hemisfério direito. Sujeitos lesados no hemisfério direito não produziam satisfatoriamente a chamada de "prosódia afetiva": apresentam poucas variações de F_0 , achatamento na tessitura, fala lentificada. Já afásicos lesados no hemisfério esquerdo teriam dificuldade de processar a prosódia responsável pela estruturação interna das sentenças. Porém, contra-evidências a hipóteses de lateralização hemisférica, mostradas por estudos de distúrbios prosódicos decorrentes de lesões cerebrais diversas, bem como a contribuição de teorias prosódicas recentes têm mostrado que esta divisão estrita deve ser revista. Um estudo comparativo realizado com dois sujeitos, um afásico e um disártrico, mostra que o conceito de prosódia usado na literatura é inadequado. Mostra também que os domínios prosódicos superiores da hierarquia prosódica encontram-se preservados, em graus variados, tanto em afásicos (lesão esquerda) quanto em disártricos (lesão frontal ou direita).
- PALAVRAS-CHAVE: Afasia; disartria; fala de cérebro-lesados; prosódia.

Ao Borba, primeiro e grande mestre.

¹ Departamento de Lingüística - Instituto de Estudos da Linguagem - Unicamp - 13081-970 - Campinas - SP - Brasil - scarpa@iel.unicamp.br.

Introdução

Tradicionalmente, boa parte dos estudos clínicos em língua e comportamento humanos tem se voltado para as funções do hemisfério esquerdo e afasias. As contribuições do hemisfério direito para a linguagem têm sido consideradas mínimas. Segundo Ross (1988), essa tendência pode ser traçada com base nas descobertas fundantes de Broca e de Wernicke de que as lesões no hemisfério esquerdo causam déficits fundamentais aos componentes verbais da linguagem, o que não acontece com lesões focais do hemisfério direito. No entanto, evidências neurológicas, neuropsicológicas, acústicas e fisiológicas, segundo o autor, têm servido para mostrar que o hemisfério direito contribui ativamente para a linguagem por meio de seu papel de modular atitudes e emoções via prosódia afetiva e gesto. Assim, o hemisfério direito tem sido considerado dominante para organizar os aspectos chamados “não-verbais” da linguagem e comportamento. Ao hemisfério esquerdo toca o papel fundamental de processamento lingüístico.

As referências à prosódia² na literatura afasiológica têm-na tradicionalmente tratado sob a égide de *aspectos comunicativos não-verbais* da linguagem (cf. Feyereisen, 1988).

Entre as alterações mais citadas na literatura sobre disfunção prosódica resultantes de lesão no hemisfério direito está o âmbito limitado de curva de altura (ou tessitura restrita), isto é, a distância, em termos de F_0 (frequência fundamental) entre os níveis mais altos e mais baixos

2 É útil retomar, brevemente, o que se entende por “prosódia” na literatura. A prosódia é composta de parâmetros como duração, intensidade (amplitude), altura (frequência), velocidade da fala e pausa. Constituem eles subsistemas supra-segmentais com variadas potencialidades distintivas ou significativas nas línguas naturais. Combinados, esses parâmetros também são responsáveis pelos subsistemas de ritmo e entonação. Uma característica reconhecidamente básica da prosódia é sua não-linearidade, isto é, domínios prosódicos sobrepõem-se uns aos outros com regras tanto modulares quanto com abrangência hierárquica; o caráter não-linear dos elementos prosódicos compatibiliza-se com sua natureza não-discreta, isto é, não são redutíveis a unidades segmentais. Além disso, apesar de hierárquicos, os elementos prosódicos não têm relação isomórfica com constituintes gramaticais ou com categorias semânticas.

Com relação a uma “gramática de proeminências prosódicas”, isto é, na consideração de uma “fonologia prosódica”, os estudiosos têm tradicionalmente considerado a existência de 4 níveis prosódicos acima da sílaba: o do pé métrico, o do acento lexical, o do grupo rítmico e o do grupo tonal (Cruttenden, 1986), correspondentes a 4 domínios prosódicos guiados por regras métricas de atribuição de proeminência acentual. Teorias fonológicas não-lineares retomam a idéia de domínios prosódicos, hierarquicamente organizados, como constitutivos da teoria de fonologia prosódica. O número de domínios prosódicos difere, de acordo com o modelo adotado. Assim, para Selkirk (1984), os domínios são em número de 6: enunciado fonológico, frase entonacional, frase fonológica, palavra prosódica, pé e sílaba. Já Nespor & Vogel (1986) preferem prever 7 níveis hierárquicos para

dos contornos entonacionais. As alterações em altura são normalmente acompanhadas de modificações na duração ou na estrutura temporal do enunciado, trazendo, assim, alterações na cadência ou velocidade de fala do enunciado. Ora, tais características prosódicas, adicionadas a qualidades de voz (Laver, 1980), são exatamente responsáveis pelo que na literatura afasiológica é chamado inadequadamente de “prosódia emocional ou afetiva”.³ O resultado auditivo dessas alterações é que o sujeito assim dito disprosódico passa a apresentar uma entonação achatada (*flat intonation*), voz monotônica ou utilização restrita de variações de altura. Esse tipo de alteração prosódica tem sido apontada majoritariamente em sujeitos que tiveram lesão no hemisfério direito, em disártricos em geral, acompanhando parafasias ou hemiparesias, portanto com uma limitação gestual também. Porém, alguns sujeitos com lesão esquerda também apresentam esse quadro prosódico. Casos de lesão esquerda com quadro de anosognosia podem igualmente apresentar uma produção com voz monotônica e entonação achatada, como efeito de estado geral depressivo e estranhamento lingüístico do sujeito diante do trauma (Co-de, 1988).

No entanto, a questão da lateralização do processamento prosódico ainda está longe de ser resolvida. Há, de modo geral, três correntes que se posicionam segundo o modo de encarar a distribuição hemisférica da prosódia. Ei-las, resumidamente:

1. A prosódia afetiva é fortemente especializada no hemisfério direito. Os aspectos lingüísticos da prosódia são lateralizados sobretudo, mas não exclusivamente, no hemisfério esquerdo (Ross, 1988).

melhor dar conta de fenômenos translingüísticos: enunciado fonológico, sintagma entonacional, sintagma fonológico, grupo clítico, palavra fonológica, pé e sílaba.

Deve ser ainda notado que a unidade do domínio superior tem recebido várias denominações: grupo tonal (Halliday, 1973), unidade tonal (Crystal, 1969), unidade entonacional (Cruttenden, 1986), enunciado prosódico (Nespor & Vogel, 1986), enunciado fonológico (Selkirk, 1984) referem-se, salvas as especificidades teóricas que dão origem a tais termos, a mais ou menos a mesma unidade entonacional ou “unidade informacional” (Halliday, 1973).

- 3 Há uma dimensão dialógica, nos termos de Bakhtin, ou intersubjetiva, ou até mesmo pragmática a ser explorada quanto a essas funções da prosódia ou da voz. São aspectos constitutivos da língua ou da criação de significados que, embora não necessariamente veiculados pelo núcleo duro sintático das línguas, são igualmente “lingüísticos”. Uma abordagem discursiva/dialógica a esses fenômenos prosódicos na fala alterada do sujeito afásico ou disártrico certamente traria grandes contribuições para dar conta de aspectos relativos à relação do sujeito com a língua, marcas de subjetividade e de alteridade, marcas de apagamento do sujeito etc. Em vez do tratamento ingênuo e pré-teórico contido no uso dos termos “emocional” e “afetivo”, “não-verbais”, “paralingüísticos” e outros para designar tais fenômenos.

2. Baseando-se na natureza multifacetada da prosódia e em instâncias de evidência negativa (por exemplo, sujeitos com prosódia afetiva preservada apesar de lesão no hemisfério direito), pesquisadores como Lebrun et al. (1985) hipotetizam que a prosódia é uma função comunicativa distribuída difusamente sem um padrão específico de organização cerebral.

3. A lateralização da prosódia varia segundo sua função, afetiva ou lingüística (Shipley-Brown et al., 1988; Berthier et al., 1996).

A principal controvérsia sobre a especialização hemisférica cerebral da prosódia reside, portanto, na dificuldade de se traçar uma linha demarcatória entre as várias funções da prosódia. E aí é que se toca na questão central lingüística do conceito de prosódia e do conceito de suas próprias funções lingüísticas: é inegável que a palavra “emotiva” para qualificar a prosódia é pouco explicativa, se não pré-teórica. Mais ainda: se as interfaces da prosódia com demais componentes lingüísticos se dão ao mesmo tempo, quais são os critérios usados para separá-las assim de maneira tão compartimentada? E onde traçar o limite entre o “lingüístico” e o “não-lingüístico”?

Assim, as dificuldades teórico-metodológicas no tratamento que a literatura dá aos chamados “distúrbios prosódicos” colocam-se em duas frentes:

1. a doença e a lateralização;
2. a visão de *língua* e a decorrente visão de prosódia constante na literatura.

De tal maneira são questionáveis esses dois temas em razão da forma como são tratados, que necessário se faz rever tratamentos e dados. Obviamente, diferenças individuais em sujeitos cérebro-lesados têm que ser levadas em conta. É necessário, assim, compreender melhor a natureza da prosódia e sua interação com os demais componentes lingüísticos.

Ora, minhas pesquisas sobre a aquisição do ritmo e da entonação, além de pesquisas que tentam descrever prosodicamente o estatuto da “fala fluente” (Scarpa, 1996) e a natureza da interação da prosódia com outros componentes lingüísticos (Scarpa, 1997; 1999 a, b), concluem, entre outras coisas, que a prosódia não se reduz aos chamados aspectos secundários ou “paralingüísticos”⁴ da linguagem e que representa uma

4 Nem os aspectos chamados “paralingüísticos”, como qualidade de voz, deveriam ser excluídos da consideração do que é significativo na língua/linguagem (Scarpa, 1997).

interessante mediação entre aspectos mais formais, computacionais, da linguagem e aspectos menos formais, discursivos.

Tendo em mente a polêmica sobre localização de processamento por hemisfério e distúrbios prosódicos, selecionei dados de dois sujeitos cérebro-lesados, SB e LC, cujos distúrbios prosódicos são causados por etiologias diversas: um é classificado na literatura como portador de afasia fluente ou de seleção (Jakobson, 1969) e outro cujo diagnóstico neurolingüístico classifica-o como disártrico.

A afasia é uma desordem específica da linguagem, cujos déficits abrangem todas as modalidades da linguagem. Já a disartria, decorrente de distúrbios no controle muscular, lesões motoras, de origem geralmente traumática no sistema nervoso central, em níveis cerebelares e subcorticais, configura comprometimentos fonético-fonológicos (causados pelo enfraquecimento dos músculos fonatórios) que têm a ver com velocidade ("tempo") lentificada, hipernasalidade, disfonia e o que a literatura chama de "disprosódia", isto é, "a perturbação da melodia do discurso", denominação atribuída a "alterações ou ausência das variações da prosódia normal" (Botez, apud Morato & Freitas, 1993). Por "perturbação da melodia do discurso" entendem-se alterações na direção da curva de altura (*pitch direction*) e na tessitura (*pitch range*) diminuída na fala do sujeito disártrico.

SB é afásica, em decorrência de lesão posterior. Sofreu um acidente cerebral isquêmico na região têmporo-parieto-occipital esquerda aos 47 anos. Sua afasia é do tipo acústico-amnésica, segundo classificação luriana, ou "fluente", ou ainda "de seleção" (Jakobson, 1969) e apresenta um quadro de anosognosia geral, isto é, incompreensão ou estranhamento de sua condição geral, que pode envolver inclusive problemas de percepção de segmentos fônicos.

LC apresenta uma lesão traumática no hemisfério direito, adquirida aos 19 anos. Segundo Felizatti (1998), os indivíduos com lesão nesse hemisfério não são propriamente afásicos: não apresentam o sistema lingüístico comprometido em termos de seus níveis (fonológico, sintático, semântico, pragmático). Por outro lado, podem manifestar déficits que afetam a expressão prosódica, como a lentificação evidente na velocidade de fala.

Os sujeitos foram gravados, respectivamente, pelas pesquisadoras Patrícia Felizatti e Maria Irma Coudry, como parte das atividades desenvolvidas pelo Centro de Convivência de Afásicos do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp.

Resultados

Antes de entrarmos na análise dos dados propriamente, lembremos de que a literatura assevera que, com relação à percepção, os padrões de F_0 nos sujeitos lesados no hemisfério esquerdo encontram-se razoavelmente preservados, com bom índice de reconhecimento de variações de altura. Já aqueles portadores de afasia causada por lesão no hemisfério direito têm dificuldade em reconhecer o que é chamado de entonação emocional. Nos estudos sobre produção, o foco de atenção na literatura tem se voltado a estabelecer os traços articulatório-acústicos responsáveis pela estruturação prosódica do enunciado e os mecanismos fisiológicos que propiciam a modulação prosódica do enunciado.

De modo geral, dificuldades prosódicas, sobretudo as que envolvem entonação, têm sido limitadas aos casos de lesão no hemisfério direito. Mais especificamente, espera-se encontrar as “anomalias” prosódicas (Wernige, 1993) nos pacientes detentores de problemas motores de fala: disártricos e/ou apráxicos, em razão da deterioração na coordenação e seqüenciamento dos movimentos articulatórios. Uma das características articulatórias desses sujeitos tem a ver com prolongamento articulatório de segmentos tanto transicionais quanto em posição estável no padrão de fala e com deficiências na programação temporal de movimentos laríngeos.

De um lado, os resultados de análises acústicas da produção dos afásicos (hemisfério esquerdo) têm apontado para o fato de que a disprosódia pode ser um fenômeno perceptual, não presente no sinal acústico da fala desses sujeitos. Estudos sobre tom e entonação, bem como sobre a posição do acento com os chamados afásicos não-fluentes não têm sido conclusivos e mostram que tom e entonação (tanto direção quanto âmbito de altura) encontram-se poupados nesses casos de lesão esquerda. Para a afasia fluente (de Wernicke ou de seleção), as descobertas são que a altura, o acento e a duração se encontram igualmente bem preservados.

De outro, em sujeitos portadores de afasia fluente (Wernicke), a divisão do enunciado em unidades menores é mais freqüente do que em sujeitos normais, do grupo-controle (Danly et al., 1983). Tais sujeitos afásicos exibem uso mais freqüente de “ F_0 resetting” : iniciar um novo contorno entonacional ou uma nova fronteira prosódica depois de uma fronteira sintática maior. Além disso, há mais curvas ascendentes de “continuação”. As causas possíveis dessas modificações são, segundo os autores:

- um déficit na programação de unidades lingüísticas;
- perda de controle fonatório.

Outras explicações, de natureza prosódica, podem ser possíveis para esse caso⁵ e podem explicar alguns dos neologismos⁶ presentes em sua fala.

Dificuldades prosódicas na fala de sujeito portador de afasia de seleção (SB)

Foram detectadas três dificuldades interligadas nos dados do sujeito em questão:

1. freqüentes divisões ou fatiamento do enunciado entonacional em frases entonacionais (ou grupos tonais);
2. rearranjos métricos de palavras em razão de ajustes rítmicos pós-lexicais;
3. simplificação da estrutura silábica: não-ramificação de ataques silábicos (*onsets*).

Primeira dificuldade

Para melhor descrição dessa primeira dificuldade, é útil retomar os modelos de fonologia prosódica e respectivos níveis hierárquicos. Retomo, brevemente, o esquema de hierarquia prosódica de Nespor & Vogel (1986) (ver Figura 1).

5 Deve-se sempre ter em mente uma das características fundamentais da pesquisa com dados de afasia: a extrema variabilidade da fala dita afásica e o caráter fugidio da taxonomia lingüística das afasias. Cada afásico é um caso e muitas vezes um "erro" já descrito simplesmente desaparece em outros dados.

6 A afasia chamada "fluyente" ou de Wernicke é caracterizada pela dificuldade de acesso lexical e pela produção de parafasias fonológicas e semânticas, que resultam no que a literatura convencionou chamar de "neologismos". Os sujeitos assim afásicos podem exibir um certo paragramatismo, como a preferência por nomes e nominalizações a verbos: há a tendência freqüente de elidir os verbos ou a substituí-los pelo nome ou expressão nominalizada correspondente, atestada ou não na língua. Além disso, tais afásicos exibem dificuldades com a produção e o processamento de papéis temáticos do verbo.

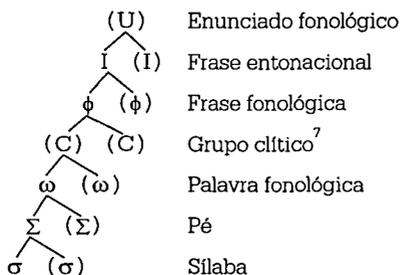


FIGURA 1 – Hierarquia prosódica (Nespor & Vogel, 1986).

O enunciado fonológico pode, em teoria, ser dividido em unidades menores (frases entonacionais) até o limite de uma sílaba, seguindo critérios fonéticos e semânticos de segmentação do enunciado. No entanto, as fronteiras entre unidades entonacionais tendem a ser inseridas em fronteiras maiores sintáticas e entre fronteiras prosódicas que coincidem com frases entonacionais ou grupos clíticos. Na fala conectada, com velocidade de fala normal, no entanto, enunciados como (1a) a (1c) são mais comuns do que (1d) a (1e):

- (1a) [[Todo mundo]φ [foi à praia]φ [ontem à noite]φ] I.
- (1b) [Todo mundo] I [foi à praia ontem à noite] I.
- (1c) [Todo mundo foi à praia] I [ontem à noite] I.
- (1d)(?) [Todo mundo foi] I [à praia ontem à noite] I.
- (1e)(?) [Todo] I [mundo foi à praia ontem à noite] I.
- (1f) [Todo] I [mundo] I [foi] I [à] I [praia] I [ontem] I [à] I [noite] I.

Os enunciados 1d, 1e e 1f, em que fronteiras prosódicas são criadas dentro de domínios sintáticos ou prosódicos maiores, seriam possíveis, mas usados em situações restritas e pragmaticamente marcadas: 1d e 1f seriam interpretados como relacionados a uma fala didática ou paternalista; 1e seria visto como contendo uma pausa de hesitação, em que a próxima palavra seria alvo de acesso delongado.

Enunciados longos, como (2)

- (2) Josefina descobriu que seu quintal foi invadido no mês passado por uma multidão de gatos pardos.

7 É polêmica a inclusão do grupo clítico como nível intermediário entre a palavra fonológica e o pé. As autoras argumentam em favor dessa inclusão por melhor dar conta de regras aplicáveis a este domínio e não aos superiores. Mas a maioria dos autores que tratam de níveis de proeminência prosódica entende que processos que se aplicariam ao grupo clítico podem ser subsumidos pelos níveis da palavra fonológica e/ou da frase fonológica (cf., entre outros, Selkirk, 1984).

são mais aceitáveis, com relação a uma divisão interna de unidades entonacionais, se forem pronunciados com um velocidade média ou ligeiramente acelerada de fala, em (2a) do que em (2b).

(2a) [[Josefina]φ [descobriu]φ]₁ [[que seu quintal]φ [foi invadido]φ [no mês passado]φ]₁ [por uma multidão]φ [de gatos pardos.]φ]₁.

(2b) [Josefina]₁ [descobriu]₁ [que seu quintal]₁ [foi invadido]₁ [no mês passado]₁ [por uma família]₁ [de gatos pardos]₁.

O enunciado (2b) seria bastante apropriado, por exemplo, num contexto de leitura de um texto para crianças, ou com um tom professoral ou didático.

Em outras palavras, a divisão do enunciado em unidades entonacionais menores (também chamadas de “unidades de informação”) é possível, mas obedece a certas pressões significativas reconhecíveis. O rearranjo entonacional do enunciado é um rearranjo de significantes, é o estabelecimento de fronteiras formais que veicula significados diversos.

O que faz o sujeito afásico observado?

Observou-se um número bastante elevado de divisões do enunciado em unidades entonacionais menores, sobretudo quando o verbo – um dos maiores alvos de dificuldade de acesso lexical – está elidido. Os dois exemplos abaixo, (3) e (4), ilustram esse caso:

(3) [Sabu (sabado)]₁, [a mulher]₁ // [sopa]₁.

Possível alvo:

[Sábado]₁ [a mulher]φ fez sopaφ]₁.

(4) [Veio]₁, [pessoal]₁, [sopa]₁, [da escola]₁ (...) [Abraço], [muito]₁.

Alvo possível:

[[Veio]φ [o pessoal]φ] [da sopa]φ]₁, [na escola]φ]₁. [[Me abraçaram muito]φ]₁.

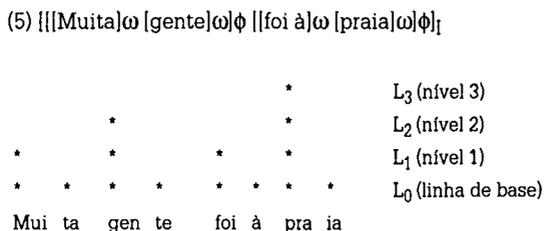
Essa espécie de *upgrading* de frases fonológicas para frases entonacionais é bastante comum na fala desse sujeito, mesmo quando o significado criado não é o de um estilo didático.

Segunda dificuldade

A segunda dificuldade apresentada pelo sujeito tem a ver com ajustes rítmicos em nível pós-lexical. Vejamos, primeiro, o que é uma grade métrica e no que consistem ajustes rítmicos no nível da frase fonológica.

A grade métrica dá conta do ritmo da sentença, pela proeminência relativa de sílabas sucessivas, marcada por um asterisco em linhas e colunas para as sílabas fortes. Assim, a proeminência é indicada na relação entre sílabas fortes e fracas. As sílabas não são agrupadas diretamente em palavras, mas são primeiro agrupadas em constituintes intermediários, os pés. A maior parte dos argumentos em favor do pé na teoria métrica é baseada em atribuição de acento primário, de palavra. Uma sílaba é etiquetada de forte ou fraca no nível do pé.

Ver, por exemplo, como seria a grade métrica do enunciado (5):



Assim também:

(7) Tènnessée áir ⇒ Tènnesee áir

(8) [More than] [fiftéen cárpenters] [are working] [in the house]. ⇒
fifteen cárpenters

Como o domínio da colisão acentual é o da frase fonológica (Φ), Nespor & Vogel (1986) atribuem a tais reajustes a função de reestruturação de frase fonológica. Além disso, um outro traço prosódico – velocidade de fala – também contribui para mudanças e reajustes na grade.

O sujeito afásico, SB, implementa determinadas soluções rítmicas inesperadas às frases fonológicas, fazendo resultar disso a impressão de desarranjo métrico em seqüências que a literatura tem interpretado como parafasia (palavra inventada no lugar da palavra-alvo) e neologismo.

Eis alguns exemplos:

(9) O padre gou pra mim.

* . . * . *

O pa dre (li) gou pra mim

(10) São José do Pardo

(11) São José dio Pardo.

A explicação métrica para a produção de (10) e (11) é, respectivamente:

* . { * * } **colisão acentual**

São José do // (Rio) Pardo (apagamento da sílaba forte) ⇒ São José do Pardo.

~

São José d(o R)io Pardo (ressilabificação incomum e rearranjo de pé) ⇒ São José dio Pardo.

Nesse caso, a desacentuação seria mais esperada:

* . * . (* *) ⇒ * . * . (. *)

São José do Río Párdo São José do Rio Párdo

Prova de que nem sempre os reajustes são os esperados é o enunciado (12), em que o sujeito recusa um trecho de “grade perfeita”, à qual nenhum reajuste seria necessário, por não apresentar colisão acentual:

(* . .) * .

(12) le(ite) condensado.

A esperada seqüência eurrítmica para o português seria a sucessão de três troqueus *.*.*. (léi-te-cón-den-sá-do). Tal seqüência se configuraria numa “grade teoricamente perfeita”, por respeitar estritamente o princípio (que se quer universal) de alternância rítmica. No entanto, é recusada em prol de um dátilo (*..) e um troqueu (*.), seqüência igualmente aceita em grupos rítmicos do português brasileiro. No caso da solução encontrada, porém, o resultado é a impressão auditiva de fala truncada, na produção do afásico.

Palavras isoladas não exibem problemas rítmicos, em teoria: a colisão acentual só existe, por definição, em níveis métricos acima da palavra. Nesse caso, a busca por um troqueu canônico, pé preferencial do português, é a solução ótima encontrada e não um dátilo (13), ou dois troqueus (14) ou uma seqüência fraco-forte-fraco (15), perfeitamente encontráveis em palavras da língua, como se pode ver nos enunciados abaixo.

(13) med♠s ou médus por médicos

(14) crito por acredito.

(15) minas por meninas

Resumindo: a solução rítmica encontrada pelo sujeito é uma seqüência métrica *défault trocaica* (forte-fraco) para as palavras isoladas e pés derivados de reajustes métricos pós-lexicais, com opção por apagamento de sílabas e ressilabificação para palavras em contexto de frase fonológica.

Esse comportamento prosódico é compatível com o tipo de dificuldade presente na afasia do sujeito: restrição a acesso lexical, em que a palavra não se encontra prontamente disponível. Além disso, boa parte das suas parafasias acontece em situação de repetição de palavras ou sílabas. Algumas observações da literatura interpretam essa dificuldade como sendo perceptual-acústica. Antes de serem problemas perceptuais e muito menos acústicos, as parafasias acontecem em palavras isoladas em atividades e tarefas metalingüísticas, como repetição para efeito de teste ou terapia.

Para que o sujeito efetue os ajustes métricos favorecidos pela sua língua, ele teria que saber a métrica original da palavra para processar corretamente a interação entre a palavra e a frase fonológica, isto é, para “subir” na hierarquia métrica. Como a palavra – e sua estrutura métrica – não estão prontamente disponíveis, uma solução genérica típica de frase fonológica é dada – e não necessariamente uma que seja compatível com a seqüência segmental envolvida. Daí estranhas ressi-

labificações. Daí pelo menos parte das parafasias e do que se chama, muito equivocadamente, de “neologismos”.

Segundo estudos de Nickels & Howard (1999), os sujeitos afásicos cometem mais erros repetindo seqüências fraco-forte do que forte-fraco. Os erros nas palavras com padrão fraco-forte envolvem a omissão da sílaba não acentuada (romance \Rightarrow mance). Levantam a hipótese de que, na falta de acesso à forma fônica da palavra, uma seqüência forte-fraco é gerada e aplicada como *défault* à forma segmental produzida. Essa hipótese explica parte de nossos dados, mas não explica casos em que a sílaba tônica é elidida (10) ou ressilabificada e desacentuada (11). Uma explicação que aponta para estratégias de buscar recursos métricos num nível acima da hierarquia prosódica e, assim, recorrer sempre aos níveis “superiores” do enunciado pode dar conta melhor das duas dificuldades observadas. Recorrer a estruturas prosódicas de níveis superiores significa que o afásico está sempre recorrendo a traços presentes no enunciado, perto da superfície e do discurso, na falta de recursos estruturais lexicais.

Terceira dificuldade

A terceira dificuldade tem a ver com a redução na estrutura silábica, pela não-ramificação de ataques silábicos (*onsets*) ocupados por plosiva + líquida. A líquida é elidida, gerando um ataque não ramificado, como se pode ver em (16) e (17).

(16) tiste < triste

(17) lembo < lembro.

É interessante notar a volta a uma espécie de “árvore mínima” na estrutura silábica (CV), como é comumente reportado na fala inicial, inclusive no português.

Dificuldades prosódicas do sujeito disártico (LC)⁸

A disartria desse sujeito caracteriza-se por lentificações generalizadas de sua fala, por causa de limitações psicomotoras em nível cere-

8 As seguintes notações foram usadas na análise dos dados:

// fronteira de unidade entonacional, com pausa.

/ pausa

belar. Tais lentificações na velocidade de fala acompanham um grau razoável de neutralização da duração silábica, o que resulta num desarranjo rítmico dos enunciados, já que a estrutura de pés métricos parece resultar neutralizada e a sílaba tônica da palavra nem sempre é mais longa que as átonas. Numa primeira medida de duração, a leitura de um trecho de cerca de 40 palavras (22) demandou 55 segundos por parte de LC, comparada ao tempo de leitura de 15 a 20 segundos por sujeito adulto não cérebro-lesado. A neutralização, em várias partes do enunciado, entre sílabas longas e breves em razão da velocidade de fala diminuída, propicia, como conseqüência, fala silabada, encadeada e alongada (isto é, não *staccato*). No entanto, segundo Felizatti (1998), em testes perceptuais, em que acompanha a duração relativa das sílabas átonas e tônicas com o uso de um apito, demonstra discriminar entre sílabas longas e breves de sua própria fala e da fala de seu interlocutor.

Outra característica prosódica é a maximização de pausas. Há poucas pausas de hesitação e de busca por uma palavra no seu léxico mental. A inserção das pausas obedece a fronteiras prosódicas dos constituintes prosódicos acima da palavra. Exatamente igual ao que acontece em certos estilos orais de fala pausada, silabada da fala do adulto não-disártico falante nativo do PB, como é o caso da pesquisadora que o entrevista. Nos excertos (18), (19) e (20), nota-se a mesma estratégia de colocação de pausas partilhada pelo sujeito e pela sua terapeuta. A diferença é que o grande número de pausas da fala da entrevistadora se deve a uma escolha estilística, ao passo que o grande número de pausas na fala de LC é um traço constitutivo de sua fala. LC vê reduzidas suas opções estilísticas em discursos que criam significado, fazendo uso de variações na qualidade de voz e na velocidade de fala.

Os dados a seguir mostram que a inserção de pausas na fala de LC não é, de modo algum, um processo caótico. Demonstra conhecimento de fronteiras prosódicas.

(18) PF. Por que o anão Atchim não estava com a Branca de Neve?
LC. Aqui não menciona.

|| fronteira de unidade entonacional, sem pausa.

☒ Tom nuclear, tendência terminal ascendente.

☓ Tom nuclear, tendência terminal descendente.

☞ Acento secundário (de frase), tom baixo.

☞ Acento secundário (de frase), tom alto.

● Subida no contorno entonacional, em sílabas não-nucleares.

⊘ Descida no contorno entonacional, em sílabas não-nucleares.

{ Fala simultânea com a do interlocutor.

Os contornos de alturas vêm marcados, quando for o caso, numa pauta abaixo do enunciado.

- PF. Menciona, sim.
 LC. Ele foi/ comprar/ alguma/ coisa.
 E na volta/ aconteceu/ isso.

Lendo

(19) LC. Respon deu / Branca de Neve// Não se preocupe //
 Alguém tocou a campainha// avisou o Feliz// Mestre abriu/ a
 porta.|| E Atchim // encontrou// quase sem fôlego// Suando,||
 tossindo// e espirrando.// Eu corri o caminho atrás de um ô-
 nibus.|| Com dificuldade, economizei a passagem.

Fala corrente, espontânea

(20) LC. Disse Atchim/ pra ele|| não// pegasse um táxi// *ele seria // ele
 seria,|| não.// eles economizariam muito mais.//*

O trecho em *itálico*, que poderia ser interpretado como repetição pouco significativa e prosodicamente inadequada, é, de fato, uma auto-correção. Prosodicamente, apresenta uma frase encaixada, constituindo duas unidades entonacionais sem pausa entre elas, utilizando de mudança de contorno para delimitar fronteira de unidade entonacional.

Compare sua fala com a da investigadora, num trecho pausado e “didático”, isto é, com velocidade de fala diminuída:

(21)

- PF. E o que tem/ a ver/ falar/ da Branca de Neve em Londres?//
 PF. Na verdade, // o que que aconteceu, || [Luís?] // Sem/ mencionar o texto/
 inteiro// né// o que que aconteceu?// Um anão/ chegou/ na casa/ deles ||
 né// em Londres // e falou o quê? Chegou correndo, // suando, // não é?// e
 disse que/ pra economizar o dinheiro// ele vol → tou...//
 LC. A pé...//
 PF. A pé, // correndo// atrás de um... // ônibus.//
 LC. { correndo { ônibus.//

É de se observar que a inserção de várias unidades entonacionais, cujas fronteiras são ou não marcadas por pausa, pode ser uma estratégia discursiva utilizada por parte do falante. É o que PF está fazendo nos seus enunciados acima.

LC tem dificuldades rítmicas, que se manifestam na implementação fonético-articulatória das especificações de duração. Tanto é que

ele não reduz as vogais átonas finais, uma das pistas de se considerar o PB como língua de “ritmo silábico”, como de fato se nota no seu dialeto, compartilhado pela pesquisadora que o entrevistista.

Outra consequência, traduzida em termos de teoria métrica, é a dificuldade métrica, pós-lexical, de ajustes rítmicos dos pés dos enunciados. Daí que a qualidade ou timbre vocálico compatível com as alternâncias rítmicas da estrutura de pés do PB ficam alteradas. As alternâncias fraco-forte ficam razoavelmente apagadas na sua fala corrente, mesmo que ele as discrimine em testes de percepção. Por outro lado, a duração maior e mais saliente de uma sílaba forte com relação a outra, fraca, é muito mais preservada em sílabas portadoras do acento nuclear da unidade entonacional. A hierarquia de acento métrico é mantida; os domínios superiores da hierarquia prosódica são preservados na sua fala. É também digno de nota que a declinação – decréscimo de Fo no final dos enunciados, o que pode fornecer pistas de fronteira prosódica – é mantida nos enunciados de LC, inclusive com a introdução de uma qualidade rangida de voz. Este último fato indica índices de Fo reduzidos.

Resumindo: muitos aspectos da estrutura entonacional do enunciado encontram-se mantidos nesse sujeito, o contrário do pessimismo reportado na literatura.

As dificuldades já relatadas são constantes na fala de LC, por uma questão de implementação articulatória das estruturas prosódicas, ao passo que as dificuldades da fala de SB são esporádicas, não constantes e não-previsíveis, o que é, aliás, uma das características marcantes da afasia.

Conclusões

Há semelhanças e diferenças entre SB e LC. A alternância rítmica e a redução de tessitura são o grande problema da fala de LC. São os aspectos prosódicos que lhe trazem os maiores problemas de comunicação, exatamente porque a fala monotônica e a monorrítmica mascaram a expressão de mecanismos significativos dialógicos, discursivos e marcação de subjetividade. Desse ponto de vista, a interface entre a prosódia e os aspectos dialógicos/discursivos está comprometida. No entanto, o conhecimento estrutural da gramática prosódica está preservado.

Já a dificuldade rítmica, não constante, da fala de SB tem a ver com redução silábica e ressilabificação pós-lexical, devidas a dificuldades

com o acesso lexical. Quando o sujeito vai recorrer a níveis frasais métrico-prosódicos para compensar as dificuldades com acesso lexical, nem sempre as soluções são as corretas. Isso porque as interações entre léxico e sua estrutura métrica, entre acento primário e secundário, e entre o nível métrico da palavra fonológica e o da frase entonacional estão desarticuladas. Um falante tem que saber as fronteiras da palavra para poder empreender modificações prosódicas e processos fonológicos que ocorrem dentro dos domínios superiores. Se esse conhecimento está perdido, a métrica da frase tem que ser restabelecida. As soluções encontradas são aquelas previstas pela língua, mas nem sempre as adequadas para cada caso.

Sua dificuldade em repetir palavras, sílabas e segmentos isolados também tem a ver com o estranhamento aos níveis inferiores da hierarquia prosódica. Seu julgamento metalingüístico fica comprometido pelo estranhamento do sujeito à sua própria fala.

A dicotomia de especialização hemisférica pode ser enganosa. Depende do conceito de prosódia que os autores têm. Em geral, apresentam uma visão ultrapassada e ingênua de entonação, mesmo em artigos publicados recentemente. Enxergam modulações de altura como paralingüísticas, prosódia como comunicação não-verbal e se esquecem de que elementos paralingüísticos como os *settings*, previstos por Laver (1980), que se classificam como “qualidades de voz”, são largamente responsáveis pelo que classificam como “emoção”. Confundem o uso dos parâmetros acústicos para a configuração da qualidade de voz, que veiculam o que os autores chamam genericamente de “emoção” ou “afeto”, com o uso da entonação lingüística.

Por outro lado, chamam de “emoção” ou “afetividade” o que pode ser melhor interpretado, em modelos de análise de discurso e teoria da enunciação, como marcas de subjetividade na fala analisada. Esta última interpretação oferece vantagens pelo fato de melhor se equacionarem certas questões como a relação do sujeito com sua língua modificada, com o outro e com a própria doença.

Se se olharem os dados com uma visão prosódica baseada em princípios de fonologia prosódica, percebe-se que os dois sujeitos têm pontos em comum e pontos divergentes no tocante ao seu déficit prosódico. Ambos apresentam um *quadro top-down* de manutenção de domínios prosódicos superiores. SB apresenta dificuldade com o uso de sílaba e palavra isolada, o que é compatível com a classificação jakobsoniana de afasia de seleção. É compatível também com um quadro de desarranjo segmental de seleção (e não de contigüidade ou fonotático)

em casas segmentais previstas por categorias silábicas, dentro do ataque, da rima e da coda. Apresenta certas estratégias prosódicas, como sons preenchedores e jargões. Mas o que mais salta à vista é que, em decorrência de sua dificuldade de acesso lexical, os níveis que vão da palavra fonológica e descendo até a sílaba ficam comprometidos quando a dificuldade surge.

Deve-se sempre ter em vista que essas dificuldades não estão presentes o tempo todo na sua fala, sobretudo em trechos longos de fala conectada. Todos os níveis de acento são preservados, do pé à palavra, à frase fonológica, à frase entonacional. As dificuldades prosódicas experienciadas por esse sujeito parecem afetar os níveis inferiores da hierarquia prosódica e as soluções encontradas são recursos métricos buscados em níveis prosódicos acima da palavra. Pode-se dizer que o sujeito está sempre recorrendo a níveis mais “enunciativos” ou mais próximos ao enunciado prosódico para superar uma dificuldade estrutural.

Outra necessária revisão é a do conceito de “neologismo” imputado aos afásicos de Wernicke, como SB. É quase consenso na literatura que o paciente assim afásico (afasia dita “fluente”) lança mão de neologismos e isso se assume como classificável no nível semântico. Ora, vários “neologismos” encontrados na fala de SB revelam mais um desarranjo prosódico (manutenção do domínio prosódico superior, dificuldades nos inferiores) por meio de jargões que são sons preenchedores. Outra observação a ser feita diz respeito à inadequação do termo “neologismo”, tirado do jargão lingüístico que trata de criações lexicais. Neologismos, em lingüística, refere-se a termos emprestados de outras línguas para preencher funções ou significados lexicais faltantes na língua. Uma vez incorporados, tais neologismos tornam-se produtivos e se integram às características estruturais fonológicas, morfológicas e sintáticas da língua. Não é o que ocorre com as palavras ou expressões da fala do afásico, igualmente chamadas de “neologismos” pela literatura afasiológica. São termos ou expressões fugidias, provisórias, cuja ocorrência dificilmente é previsível. Veja que SB produz, ao lado de

São José do Pardo,
suas variáveis
São José do Pardo
e
São José do Rio Pardo.

Se a fala modificada tanto de LC quanto de SB demonstra que os domínios superiores prosódicos continuam intactos em ambos os ca-

sos, e se a criança segue uma trajetória de aquisição *top-down* no que concerne à hierarquia prosódica, então a hipótese de Jakobson se mantém: a “perda” é o espelho invertido da “aquisição”. Para que se chegue a essa conclusão, porém, é mister que se revejam tanto os conceitos de lateralização hemisférica na literatura afasiológica quanto o que a mesma literatura chama de “prosódico”.

Agradecimentos

Este trabalho é resultado de pesquisas parcialmente financiadas pelo CNPq, processo n. 301884/85, e pela Fapesp, processo n. 1999/05355-2.

SCARPA, E. M. Prosodic deficits in brain damaged subjects. *Alfa (São Paulo)*, v.44, p.363-383, 2000.

- **ABSTRACT:** *Prosodic deficits in aphasia and dysarthria have been linked, in the literature, to the question of lateralization of the damage and consequently of the linguistic processing. The “linguistic” prosody would thus be processed by the left hemisphere, whereas the “affective” one, by the right hemisphere. Right-hemisphere damaged subjects would not satisfactorily produce the so-called “affective prosody”: they show scant F_0 variation, pitch-range flattening; slow tempo. Left-hemisphere damaged subjects, on the other hand, would have difficulty in processing the prosody responsible for the internal structuring of sentences. Counter-arguments to hemisphere lateralization hypotheses, shown by studies on prosodic disturbance due to various brain-damages, as well contribution of recent phonological theories have, however, put forward the idea that this strict division must be questioned. An analysis that uses non-linear models of phonology, in a comparative study involving 2 subjects, an aphasic one and a dysarthric one, shows the preservation of upper domains of prosodic hierarchy both in cases of aphasia (left brain damage) and in cases of dysarthria (left or front brain damage).*
- **KEYWORDS:** *Aphasia; dysarthria; brain-damaged speech; prosody.*

Referências bibliográficas

BERTHIER, M. et al. Perceptual and acoustic correlates of affective prosody repetition in transcortical aphasias. *Aphasiology*, v.10, n.7, p.711-21, 1996.

- CODE, C. *Language, aphasia and the right hemisphere*. London: John Wiley and Sons, 1988.
- CRUTTENDEN, A. *Intonation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- CRYSTAL, D. *Prosodic systems and intonation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.
- DANLY, M., COOPER, W. E., SHAPIRO, B. Fundamental frequency, language processing, and linguistic structure in Wernicke's aphasia. *Brain and Language*, v.19, p.1-24, 1983.
- EDWARDS, S., BASTIAANSE, R. Diversity in the lexical and syntactic abilities of fluent aphasic speakers. *Aphasiology*, v.12, n.2, 1998.
- FELLIZATTI, P. *Aspectos fonético-fonológicos da disartria pós-traumática: um estudo de caso*. Campinas, 1998. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.
- FEYEREISEN, P. Non-verbal communication. In: ROSE, C., WHURR, R., WYKE, M. (Ed.) *Aphasia*. London: Whurr Publishers, 1988.
- HALLIDAY, M. A. K. The tones of English. In: JONES, W., LAVER, J. (Ed.) *Phonetics in Linguistics*. A book of readings. Oxford: Blackwells, 1973.
- JAKOBSON, R. Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia. In: _____ *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1969. p.34-62.
- LAVER, J. *The phonetic description of voice quality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.
- LEBRUN, Y. et al. Dysprosody and the non-dominant hemisphere. *Language and Sciences*, v.7, p.41-52, 1985.
- MORATO, E., FREITAS, M. Algumas questões sobre prosódia no contexto neurolinguístico. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, n.25, p.161-73, 1993.
- NESPOR, M., VOGEL, I. *Prosodic phonology*. Dordrecht: Foris Publications, 1986.
- NICKELS, L., HOWARD, D. Effects of lexical stress on aphasic word production. *Clinical Linguistics and Phonetics*, v.13, n.4, 1999.
- ROSS, E. D. Language-related functions of the right cerebral hemisphere. In: ROSE, F., WHURR, R., WYKE, M. (Ed.) *Aphasia*. London: Whurr Publishers, 1988.
- SCARPA, E. M. Sobre o sujeito fluente. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, n. 29, 1996.
- _____. Learning External Sandhi. Evidence for a Top-Down Hypothesis of Prosodic Acquisition. In: SORACE, A., HEYCOCK, C., SHILLCOCK, R. (Ed.) *Proceedings of GALA '97 Conference on Language Acquisition and Knowledge Representation*. Edinburgh, Scotland, 1997.

- SCARPA, E. M. Interface entre componentes e a questão da representação na aquisição da prosódia. In: LAMPRECHT, R. (Org.) *Aquisição da linguagem. Questões e análises*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999a.
- _____. Sons preenchedores e guardadores de lugar: relações entre fatos sintáticos e prosódicos na aquisição da linguagem. In: _____. (Org.) *Estudos de prosódia*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999b.
- SELKIRK, E. *Phonology and syntax*. The relation between sound and structure. Cambridge, Mass.: M.I.T. Press, 1984.
- SHIPLEY-BROWN, F. et al. Hemispheric processing of affective and linguistic intonation contours in normal subjects. *Brain and Language*, v.33, p.16-26, 1988.
- WERNIGE, D. Disorders of prosody in aphasia. In: BLANKEN, G. et al. (Ed.) *Linguistic disorders and pathologies*. An International Handbook. Berlin: Walter de Gruyter, 1993.

ÍNDICE DE ASSUNTOS

- Adjetivo, p.273
Adverbiais, p.147
Advérbios, p.147
Afasia, p.349
Análise de verbetes, p.27
Aposto, p.247
Articulação, p.299
Campo lexical, p.285
Cérebro-lesados, fala de, p.349
Certo e errado, p.309
Clivagem, p.193
Código, p.309
Contexto, p.299
Conversação, p.247
Correção, p.309
Definição, p.299
Definição lexicográfica, p.17
Denominação, p.299
Dicionário, p.97, 115
Dicionário *Aurélio*, p.27
Dicionário de gírias, elaboração, p.57
Disartria, p.349
Discurso, p.331
Discurso do dicionário, p.57, 75
Ensino, p.331, 349
Entoação, p.247
Escola, p.97
Estrutura argumental, p.17
Estrutura sintática irregular, p.235
Fala, p.299
Focalização, p.193
Funcionalismo, p.193
Gíria, p.57
Gíria de grupo e comum, p.57
Gramática, p.349
Grande sertão: veredas, p.285
Guimarães Rosa, p.285
Homônimia, p.261¹ -
Imaginário social e lingüístico, p.331
Incorreção, p.309
Indeterminação, p.349
Interdiscurso, p.97
Intertexto, p.97
Léxico, p.349
Lexicografia, p.57
Lexicografia discursiva, p.97
Lexicologia, p.285
Língua, p.331
Língua de especialidade, p.261
Língua falada, p.147, 273
Linguagem, p.331, 349
Microestrutura do dicionário, p.27
Modalidade, p.115, 172
Modalização, p.57, 172
Nome atributivo, p.273
Nomenclatura ou macroestrutura do dicionário, p.27
Norma, p.57, 309
Orações subordinadas, p.235
Paixões, p.172

Palavras lexicais, p.17
Paráfrase, p.247
Polissemia, p.115, 261
Predicação, p.147
Prosódia, p.349
Qualificação, p.147
Reconstrução, p.247
Semântica, p.273
Sentido, p.299
Sintaxe, p.273
Temas e figuras, p.57

Teoria lingüística, p.193
Terminologia, p.261
Texto, p.299
Topicalização, p.215
Valência, p.17
Variantes lingüísticas, p.309
Verbos modais, p.115
Vocabulário popular, p.57
Voz impessoal, p.215
Voz passiva, p.215

SUBJECTS INDEX

- Adjective, p.273
Adverbs, p.147
Analysis of dictionary entries, p.27
Aphasia, p.363
Apposition, p.247
Argumental structures, p.17
Articulation, p.299
Attributive noun, p.273
Aurélio dictionary, p.27
Brain-damaged speech, p.363
Cleft sentences, p.193
Code, p.309
Context, p.299
Conversation, p.247
Correction, p.309
Definition, p.299
Denomination, p.299
Dictionary discourse, p.75
Dictionary, p.97, 115
Discourse, p.331
Discursive lexicography, p.97
Dysarthria, p.363
Entry discourse, p.75
Focus, p.193
Functionalism, p.193
Grammar, p.349
Grande sertão: veredas [*The Devil to Pay in the Backlands*], p.285
Guimarães Rosa, p.285
Homonymy, p.261
Impersonal voice, p.215
Incorrection, p.309
Indetermination, p.349
Interdiscourse, p.97
Intertext, p.97
Intonation, p.247
Irregular syntactic structure, p.235
Language for special purposes, p.261
Language, p.309, 331, 349
Lexical field, p.285
Lexical words, 17
Lexicographical definition, p.17
Lexicography, p.57
Lexicology, p.285
Lexicon, p.349
Linguistic theory, p.193
Macrostructure of the dictionary, p.27
Modal verbs, p.115
Modality, p.115, 171
Modalization, p.171
Nomenclature or macrostructure of the dictionary, p.27
Norm, p.75, 309
Paraphrasis, p.247
Passions, p.171
Passive voice, p.215
Polysemy, p.115, 261
Popular vocabulary, p.57
Predication, p.147
Prosody, 363

Qualification, p.147
Reconstruction, p.247
Right and wrong, p.309
School, p.97
Semantics, p.273
Sense, p.299
Slang, p.57
Slang dictionaries, elaboration, p.57
Slang in restricted and ordinary
group, p.57
Social and linguistic imaginary, p.331
Speech, p.299
Spoken language, p.147, 273
Subordinate clauses, p.235
Syntax, p.273
Teaching, p.331, 349
Terminology, p.261
Text, p.299
Themes and figures, p.75
Topicalization, p.215
Valence, p.17
Variation in language, p.309

ÍNDICE DE AUTORES
AUTHORS INDEX

- ALVES, I. M., p.261
BARROS, D. L. P. de, p.75
BIDERMAN, M. T. C., p.27
BRAIT, B., p.331
CAMACHO, R. G., p.215
CASTILHO, A. T. de, p.147
FIORIN, J. L., p.171
IGNÁCIO, S. E., p.17
ILARI, R., p.193
LEONEL, M. C. de M., p.285
LONGHIN, S. R., p.193
LONGO, B. N. de O., p.273
MORAES, L. C. D. de, p.247
MORAIS, C. B. de, p.235
NASCIMENTO, E. M. F. dos S., p.299
NEVES, M. H. de M., p.115
ORLANDI, E. P., p.97
PRETI, D., p.57
REZENDE, L., p.349
SAVIOLI, F. P., p.309
SCARPA, E. M., p.363

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DOS ORIGINAIS

Informações gerais

A ALFA – Revista de Linguística – publica trabalhos inéditos de autores da UNESP e de outras instituições nacionais ou internacionais na forma de artigos, retrospectivas, resenhas e traduções. Só serão aceitas as resenhas de livros que tenham sido publicados no Brasil, nos dois últimos anos, e, no exterior, nos quatro últimos anos. Dois membros do Conselho Editorial emitirão parecer sobre os trabalhos, aprovando-os ou sugerindo as alterações que julgarem necessárias. Em caso de um parecer ser favorável e outro contrário, o trabalho será enviado a um terceiro membro do Conselho Editorial.

Os trabalhos poderão ser redigidos em português ou em outro idioma. O *Título*, o *Resumo* e as *Palavras-chave* que precedem o texto deverão ser escritos no idioma do artigo; os que sucedem o texto (*Título*, *Abstract*, *Keywords*), em inglês.

Preparação dos originais

Apresentação. Num primeiro momento, os autores enviarão à Comissão Editorial três cópias impressas do trabalho e uma cópia em disquete. Em duas dessas cópias, não deverá constar nem o nome dos autores, nem o da instituição à qual estão filiados, nem qualquer outro tipo de referência que possa identificá-los. Na terceira cópia, o nome e a instituição de filiação deverão estar presentes. O trabalho deverá ser impresso em Word for Windows, versão 6.0 ou 7.0, em papel tamanho A4

(21 cm x 29,7 cm), com margens superior e inferior de 2,5 cm e com margens direita e esquerda de 3,0 cm. A fonte deverá ser *Times New Roman*, tamanho 12. O trabalho deverá ter uma extensão máxima de 30 páginas (incluindo bibliografia) digitadas com espaçamento duplo.

A Comissão Editorial encaminhará os trabalhos para dois membros do Conselho Editorial, para julgamento. Depois da análise, os trabalhos serão devolvidos aos autores juntamente com cópia dos pareceres. Num segundo momento, quando aceitos os trabalhos, os autores introduzirão as eventuais modificações e deverão remeter, além do texto em disquete, duas cópias devidamente corrigidas dos trabalhos.

Estrutura do trabalho. Os trabalhos devem obedecer à seguinte seqüência: **título**, que deve ser centralizado, em maiúsculas com negrito, no alto da primeira página; **nome do autor**, por extenso e apenas o último sobrenome em maiúsculas, duas linhas abaixo do título, alinhado à direita; **filiação científica**, em nota de rodapé, puxada no final do nome do autor, constando o departamento, o nome da faculdade ou instituto, o nome da universidade (em sigla), o CEP, a cidade, o estado, o país e o endereço eletrônico do autor; **resumo** (com, no máximo, 200 palavras), duas linhas abaixo do título, sem adentramento e em espaçamento simples; mantendo-se o espaçamento simples, duas linhas abaixo do resumo deverão constar as **palavras-chave** (no máximo 7), separadas por

ponto-e-vírgula. A Comissão Editorial sugere que, para facilitar a localização do trabalho em consultas bibliográficas, as palavras-chave sejam retiradas de *Thesaurus da Lingüística*, ou correspondam a conceitos mais gerais da área do trabalho. Duas linhas abaixo das palavras-chave, inicia-se o **texto**, em espaçamento duplo. Os títulos correspondentes a cada parte do trabalho deverão figurar à esquerda, em negrito sem numeração e sem adentramento; duas linhas após o término do texto, à esquerda, em negrito, e sem adentramento, deverão constar **agradecimentos** (quando houver), **título** (em inglês) e demais referências sobre o artigo (p. ex. ALVES, F. O. Título em inglês), duas linhas abaixo, o **ABSTRACT** e, respeitando o mesmo espaço, **KEYWORDS**. Duas linhas abaixo, à esquerda, em negrito e sem adentramento, deverão figurar as **referências bibliográficas**, em ordem alfabética e cronológica, indicando os trabalhos citados no texto. Após as referências, deverá figurar a **bibliografia consultada** com a indicação de obras consultadas ou recomendadas, não referenciadas no texto, também em ordem alfabética e cronológica.

Referências Bibliográficas. Devem ser dispostas em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor e seguir a NBR 6023 da ABNT, de agosto de 2000.

Abreviaturas. Os títulos de periódicos deverão ser abreviados conforme o *Current Contents*. Exemplos:

■ Livros e outras monografias

LAKATOS, E. M., MARCONI, M.A. *Metodologia do trabalho científico*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1986. 198p.

■ Capítulos de livros

JOHNSON, W. Palavras e não palavras. In: STEINBERG, C. S. *Meios de comunicação de massa*. São Paulo: Cultrix, 1972. p.47-66.

■ Dissertações e teses

BITENCOURT, C. M. F. *Pátria, civilização e trabalho. O ensino nas escolas paulistas (1917-1939)*. São Paulo, 1988. Dis-

sertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

■ Artigos e periódicos

ARAUJO, V. G. de. A crítica musical paulista no século XIX: Ulrico Zwingli. *ARTEunesp* (São Paulo), v.7, p.59-63, 1991.

Trabalho de congresso ou similar (publicado)

MARIN, A. J. Educação continuada. In: CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES, 1, 1990. *Anais...* São Paulo: UNESP, 1990. p.114-8.

Citação no texto. O autor deve ser citado entre parênteses pelo sobrenome, separado por vírgula da data de publicação (Barbosa, 1980). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses: "Morais (1955) assinala...". Quando for necessário especificar página(s), esta(s) deverá(ão) seguir a data, separadas por vírgula e precedidas de p. (Munford, 1949, p.513). As citações de diversas obras de um mesmo autor, publicadas no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaçamento (Peside, 1927a) (Peside, 1927b). Quando a obra tiver dois ou três autores, todos poderão ser indicados, separados por vírgula (Oliveira, A. J., Mateus, P. R., Silva, M. F., 1943), e quando tiver mais, indica-se o primeiro seguido de et al. (Gille et al., 1960).

Notas. Devem ser reduzidas ao mínimo e colocadas no pé da página, as remissões para o rodapé devem ser feitas por números, na entrelinha superior.

Anexos e/ou Apêndices. Serão incluídos somente quando imprescindíveis à compreensão do texto.

Figuras. Desenhos, gráficos, mapas, esquemas, fórmulas, modelos (em papel vegetal e tinta nanquim, ou computador); fotografias (em papel brilhante); radiografias e cromos (em forma de fotografia). As figuras e suas legendas devem ser claramente legíveis após sua redução no texto impresso

de 13 x 19 cm. Devem-se indicar, a lápis, no verso: autor, título abreviado e sentido da figura. Legenda das ilustrações nos locais em que aparecerão as figuras, numeradas consecutivamente em algarismos arábicos e iniciadas pelo termo FIGURA.

Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores. Os trabalhos que não se enquadrarem nessas normas serão devolvidos aos autores, ou serão solicitadas adaptações, indicadas em carta pessoal.

**REVISTAS CIENTÍFICAS PUBLICADAS
PELA EDITORA UNESP**

Alfa: Revista de Lingüística (anual)
Alimentos e Nutrição (anual)
ARBS – Annual Review of Biomedical Sciences (anual)
ARTEunesp (anual)
Científica: Revista de Agronomia (semestral)
Didática (anual)
Eclética Química (anual)
Geociências (semestral)
História (anual)
Naturalia: Ciências Biológicas (anual)
Perspectivas: Revista de Ciências Sociais (anual)
Revista de Ciências Farmacêuticas (semestral)
Revista de Engenharia e Ciências Aplicadas (anual)
Revista de Geografia (anual)
Revista de Letras (anual)
Revista de Matemática e Estatística (anual)
Revista de Odontologia da UNESP (semestral)
Trans/Form/Ação: Revista de Filosofia (anual)
Veterinária e Zootecnia (anual)

EDITORA UNESP
Praça da Sé, 108
01001-900 – São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3242-7171
Fax: (0xx11) 3242-7172

EQUIPE DE REALIZAÇÃO

Coordenação Geral

Sidnei Simonelli

Produção Gráfica

Anderson Nobara

Edição de Texto

Nelson Luis Barbosa (Assistente Editorial)

Carlos Villarruel (Preparação de Original)

Ada Santos Seles e

Ana Paula Castellani (Revisão)

Editoração Eletrônica

Lourdes Guacira da Silva Simonelli (Supervisão)

Cia. Editorial (Diagramação)

Ilustração de Capa

Daniela Neves